

## ATAS / ANAIS - 27º COLÓQUIO BELMONTE 6-9 abril 2017

**0. ÍNDICE GERAL DAS ATAS DO 27º COLÓQUIO**

(CARREGUE NO NOME E SERÁ DIRECIONADO PARA O CONTEÚDO)

1. **COMISSÕES,**
2. **PATRONOS,**
3. **HISTORIAL AICL**
4. **TEMAS E INSTRUÇÕES**
5. **HORÁRIO DAS SESSÕES**
6. **SESSÕES E ROTAS CULTURAIS**
7. **HOTEL**
8. **RESERVAS CONFIRMADAS**
9. **RESERVAS REFEIÇÕES**
10. **VIAGENS**
11. **LISTA DE ORADORES**
12. **DEMAIS PARTICIPANTES**
13. **DISCURSO DE ABERTURA DO PRESIDENTE**

**1) COMISSÕES - COMISSÃO EXECUTIVA e COMISSÃO CIENTÍFICA DO 27º COLÓQUIO**

**PRESIDENTE,** Chrys Chrystello, MA (Master of Arts), Presidente da Direção e da Comissão Executiva dos Colóquios

**VICE-PRESIDENTE,** Helena Chrystello, Vice-Presidente da Direção da AICL, Mestre, EB 2,3 Maia, S Miguel, Açores

**ADJUNTO DA DIREÇÃO,** José Soares, Jornalista açor-canadiano, S. Miguel, Açores

**VOGAIS:** António Pinto Dias Rocha (Presidente, Câmara Municipal de Belmonte), Joaquim Costa, Susana Miranda, Elisabete Manteigueiro, Marco Silva (EMPDS)

**SECRETARIADO EXECUTIVO**

**PRESIDENTE:** Helena Chrystello, Mestre, Coordenadora de Departamento, EB 2,3 Maia, S Miguel, Açores

**ADJUNTOS:** Tiago Anacleto-Matias, Parlamento Europeu, Rolf Kemmler, Academia das Ciências de Lisboa / UTAD, José Soares, Jornalista açor-canadiano

**VOGAIS:** Joaquim Costa, Susana Miranda, Elisabete Manteigueiro, Marco Santos Silva (EMPDS)

**COMISSÃO CIENTÍFICA 27º colóquio da lusofonia -**

**Professor Doutor João Malaca Casteleiro** Academia de Ciências de Lisboa, Portugal, ABL Brasil e AGLP Galiza

**Professor Doutor Evanildo Cavalcante Bechara,** Academia Brasileira de Letras Brasil e AGLP Galiza

**Professor Doutor Luciano B. Pereira,** Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico Setúbal, Portugal

**Professora Doutora Anabela Naia Sardo,** ESTH, Instituto Politécnico da Guarda, Portugal

**Professora Doutora Maria Helena Ançã,** Universidade de Aveiro

**Professor Doutor Rolf Kemmler,** UTAD e Academia de Ciências de Lisboa

**Mestre Concha Rousia,** MSc (Master in Science), Academia Galega da Língua Portuguesa, Galiza

**Dr Norberto Ávila,** dramaturgo, Lisboa, Açores

**Chrys Chrystello,** MA, Presidente da Direção da AICL, Academia Galega da Língua Portuguesa

**Mestre Helena Chrystello,** Vice-Presidente da AICL,

**2) PATRONOS - BIODADOS DOS PATRONOS**

### 3) **HISTORIAL DA AICL, REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL ATUANTE (26 COLÓQUIOS DA LUSOFONIA).**

#### 4) **TEMAS E INSTRUÇÕES**

##### **TEMA 1 AUTORES E TEMAS**

- 1.1. HOMENAGEM A Pedro Álvares Cabral e todos os naturais de Belmonte que se distinguiram em qualquer ramo do saber
- 1.2. Autores locais
- 1.3. Belmonte: o concelho, sua história, etnografia, geografia, tradições e cultura

##### **TEMA 2 LUSOFONIA E LÍNGUA PORTUGUESA (TEMAS PERMANENTES)**

- 2.1. Língua Portuguesa no mundo
- 2.2. Língua Portuguesa como língua científica. Vocabulários Científicos
- 2.3. Língua Portuguesa Língua de Identidade e Criação. A língua e a Galiza
- 2.3. Língua Portuguesa na Comunicação Social e no Ciberespaço
- 2.4. Língua Portuguesa, Lusofonia e diásporas
- 2.5. Língua Portuguesa, Ensino e currículos. Corpus da Lusofonia.
- 2.6. Política da Língua
- 2.7. Lusofonia na arte e noutras ciências
- 2.8. Ortografia, Desafios, constrangimentos e projetos sobre a ortografia
- 2.9. Outros temas lusófonos

##### **TEMA 3 Açorianidades (TEMAS PERMANENTES)**

- 3.1. Arquipélago da Escrita (Açores) - Literatura de matriz açoriana - Autores açorianos
- 3.2. Açorianos em Macau e em Timor – D. Arquimínio da Costa, D. Manuel Bernardo de Sousa Enes, D. João Paulino de Azevedo e Castro, D. José da Costa, Nunes e D. Paulo José Tavares, (bispos açorianos em Macau), Áureo da Costa Nunes de Castro, José Machado Lourenço, Silveira Machado, etc.

##### **3.3. Revisitar a Literatura de Autores estrangeiros sobre os Açores, –por exemplo: -**

Ashe, Thomas / Haydn, Joseph (1813): *History of the Azores, or Western Islands*, London;  
· Bullar, Joseph / Henry (1841): *A winter in the Azores: and a summer at the baths of the Furnas*, London: John van Voorst;  
Henriques, Borges de F. (1867) *A trip to the Azores or Western Islands*, Boston: Lee and Shepard;  
Orrico, Maria "Terra de Lúdia";  
Petri, Romana "O Baleeiro dos Montes" e "Regresso à ilha";  
Tabucchi, Antonio, "Mulher de Porto Pim";  
Twain Mark (1899): *The Innocents Abroad*, Vol. I, New York; London: Harper & Brothers Publishers. (capítulos sobre os Açores, Faial), CAP. V/VI; ·  
Updike, John. "Azores", *Harper's Magazine*, March 1964, pp 11-37

##### **TEMA 4 Tradutologia (TEMAS PERMANENTES)**

- 4.1. Tradução de Literatura lusófona
- 4.2, tradução de e para português

#### **INSTRUÇÕES PARA SINOPSES E TRABALHOS FINAIS PARA PUBLICAÇÃO**

## ATAS / ANAIS do 27º colóquio Belmonte 6-9 abril

**[NB: ORTOGRAFIA: DADO HAVER INÚMERAS ORTOGRAFIAS OFICIAIS DESDE 1911, A AICL CONVERTEU E UNIFORMIZOU, A PARTIR DE 2007, TODOS OS ESCRITOS POSTERIORES A 1911 PARA O AO1990]**

1. ■ A sinopse da comunicação a apresentar tem de ser enviada por correio eletrónico dentro dos prazos fixados na Ficha de Inscrição
  2. ■ Não deve exceder 300 palavras e nela deve constar, após o título do trabalho e nome do/a autor/a, o TEMA e SUBTEMAS em que se insere (ver TEMAS)
  3. ■ Tem de ser escrita em português.
  4. ■ Será incluída na parte inicial do trabalho final a apresentar para publicação nas atas/anaís.
  5. ■ Deve ser acompanhada de notas biográficas (biódados) até 300 palavras (não mais) (não queremos CV, mas sim uma súmula ou resenha da atividade do autor)
- Importante:**
6. ■ Deve enviar TRABALHO FINAL por correio eletrónico dentro das datas indicadas (Ver Ficha de Inscrição), para ser incluído no CD-DVD de Atas/Anaís do Colóquio.
  7. ■ O não-envio dos trabalhos finais dentro das datas pode levar à exclusão do orador e à não-publicação no CD-DVD de Atas/Anaís do Colóquio.
  8. ■ **Cada orador dispõe de exatamente de apenas 15 minutos** para fazer a apresentação com alguns minutos de debate no fim da sessão (uma pergunta por orador).
- P.F. sejam tão breves nas questões quanto possível.

### **INSTRUÇÕES PARA SINOPSES E TRABALHOS FINAIS PARA PUBLICAÇÃO 2**

1. Formato: Microsoft Word 2003 /2007
2. Tipo de letra (Font): ARIAL 9 (espaçamento 1.5)
- 3.1. **Número de páginas do trabalho a ler: 4-5 páginas para não exceder os 15 minutos.**
- 3.2. **Número de páginas do trabalho final: 10-12 páginas incluindo notas de rodapé, de fim e gráficos.**
4. Título: negrito.
5. Autor(es): incluir nome que quer ver utilizado,
6. Instituição Ensino / ou Trabalho: sem espaçamento entre o nome do autor e o da instituição.
7. Subtítulos: negrito. Use algarismos árabes com decimais.
8. Outras divisões: algarismos árabes com decimais.
9. Citações, notas (incl. rodapé) e referências: EM ITÁLICO, autor, data de publicação, vírgula e número(s) de página(s): i.e. como Sager afirma (1998:70-71) ARIAL tamanho 8 (espaçamento 1)

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

1. Livro: Melby, Alan K. (1995) The Possibility of Language, Amsterdam: John Benjamin's.
2. Artigo sobre livros: Bessé, Bruno. (1997) 'Terminological Definitions'. In Sue Ellen Wright and Gerhard Budin (eds.) Handbook of Terminology Management. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin's Publishing Company.
3. Artigos de jornal/revista: Corbeil, Jean-Claude (1991) "Terminologie et banques de données d'information scientifique et technique" in Meta Vol. 36-1, 128-134.
4. Internet: Pym, A (1999) 'Training Translators and European Unification: A Model of the Market' in 'Translation Theory and practice'. Disponível em <http://europa.eu.int/comm/translation/theory/gambier.htm> em \_\_/\_\_/\_\_

**NOTAS:** SEMPRE RODAPÉ.

**GRÁFICOS E TABELAS:** numeradas consecutivamente. Deve ser feita menção ao seu título/número no texto

**5) HORÁRIO DAS SESSÕES. 15 minutos cada (sessões normais), 30 minutos Academias e Convidados de Honra**

**ENTRADA LIVRE E GRATUITA PARA O PÚBLICO** [auditório municipal de Belmonte](#) rua pedro álvares cabral 1, 6250-085 GPS 40º 20' 38" N 7º 21' 38" W GPS: 40.358451, -7.351390

**6 abril 2017 5ª fª Sessão de abertura**

16.30	SECRETARIADO, acreditação de participantes
17.00	<b>Sessão 0 Vídeos promocionais</b> Belmonte - AICL - Açores - Hino da Lusofonia

[www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net) e <http://coloquios.lusofonias.net/XXVII>



## ATAS / ANAIS do 27º colóquio Belmonte 6-9 abril

17.30	<b>Sessão 1</b> Discursos oficiais Presidente da Câmara (António Pinto Dias Rocha), Presidente EMPDS (Joaquim Feliciano da Costa), Presidente AICL (Chrys Chrystello); D Ximenes Belo, José António Salcedo (convidados de honra) Urbano Bettencourt (autor homenageado)
18.15	<b>Sessão 2</b> Poesia a 5 vozes: Chrys, Luciano, Concha, Brites, Carolina
18.30	<b>Sessão 3</b> cultura local alunos de música da Academia Sénior de Belmonte
18.45	<b>Sessão 4</b> Apresentação Terra D' Encontros <i>Orador 1,2 Carla Guerreiro e Lídia Santos - apresentação da obra pelas autoras</i>
19.00	<b>Sessão 5</b> Apresentação Um punhado de areia nas mãos, <i>Diário. Orador 3 Maria João Ruivo E Orador 4 Brites Araújo - apresentação</i>
20.00	Jantar Hotel Sinai Belmonte

### 7 abril 2017 6ª fª Manhã

09.00	SECRETARIADO Acreditação participantes
09.30	<b>Sessão 6 Açorianidades 1</b> - 15' cada orador Moderador Luciano
09.30	Vídeo homenagem a Urbano Bettencourt 12'
09.45	Orador 4 Brites Araújo, escritora / NAV. <i>TEMA 3.1. O Humor em Urbano Bettencourt</i>
10.00	Orador 5 Álamoliveira, escritor. <i>TEMA 3.1. A «Kritika Puétika», um texto de Urbano Bettencourt</i>
10.15	Orador 7 D. Carlos Ximenes Belo, Nobel da Paz 96. <i>TEMA 3.2. Missionários açorianos no Oriente: D. José da Costa Nunes e a sua ação em Timor</i>
10.30	Debate e pausa
11.00	<b>Sessão 7 UBI</b> - 15' cada orador Moderador Álamoliveira
11.00	Orador 1/2 Carla Guerreiro E Lídia Santos ESE/IPBragança. <i>TEMA 2.4. Terra D'encontros - a investigação por trás da ficção, os judeus portugueses, em terras raianas, no dealbar do séc. XX</i>
11.15	Orador 8 Carla Sofia Xavier Luís, UBI, <i>TEMA 2.2. Os judeus na obra de Miguel Real</i>
11.30	Orador 9 José Carlos Venâncio, UBI, <i>TEMA 2.7. A dimensão estética da lusofonia. História e criatividade (literária e artística) no espaço lusófono</i>
11.45	Orador 10 Alexandre Luís, UBI, <i>TEMA 1.1. Breves reflexões sobre a descoberta do Brasil</i>
12.00	Orador 11 João Morgado, CMBelmonte, <i>TEMA 1.1. Cabral, o líder humanista que chegou ao Brasil</i>
12.15	Debate e pausa
12.30	<b>Sessão 8 Recital</b> Ana Paula Andrade (piano solo) do Conservatório Regional de Ponta Delgada
13.00	almoço Hotel Sinai Belmonte

### 7 abril 2017 6ª fª tarde

15.15	<b>Sessão 9 roteiro cultural</b> 1 Igreja de Santiago / Castelo / Centum Celas (comboio Turístico):
17.45	<b>Sessão 10 Beberete</b> e Degustação produtos locais (org. CMB) NO MUSEU DO AZEITE
20.00	Jantar Hotel Sinai Belmonte
21.30	<b>Sessão 11</b> - 9ª <b>Assembleia-Geral AICL</b> para sócios (hotel)

### 8 abril sábado Manhã

09.00	SECRETARIADO Acreditação participantes
09.15	<b>Sessão 12</b> - 15' cada orador Moderador HELENA ANACLETO MATIAS
09.15	Orador 12 Afonso Teixeira Filho, Univ. São Paulo. <i>TEMA 2.1. A Poesia excêntrica de Augusto dos Anjos</i>
09.30	Orador 13 Elsa Sofia Gomes Miranda, (AR) Assembleia da República e CMBelmonte. <i>TEMA 2.1. Guiné-Bissau e Timor-Leste: política e uso da língua portuguesa</i>
09.45	Orador 6 Urbano Bettencourt e Orador 7 D. Carlos Ximenes Belo <i>TEMA 3.2. - Apresentação livro de D Ximenes Belo Um missionário açoriano em Timor</i>
10.00	TEMA 2.1. Vídeo - Curta viagem a Malaca (12') 2 palavras por Mª Luísa Timóteo
10.15	Debate e pausa - Sessão de autógrafos D. Ximenes Belo

## ATAS / ANAIS do 27º colóquio Belmonte 6-9 abril

10.45	<b>Sessão 13</b> Ana Paula Andrade (piano) do Conservatório Regional de Ponta Delgada com Henrique Constância (violoncelo)
11.00	<b>Sessão 14</b> Academias 1 - 25' cada orador Moderador Concha
11.00	Orador 14 A Ponces de Carvalho, ESE João de Deus. <i>TEMA 2.5. O Impacto da cartilha maternal de João de Deus</i>
11.30	Orador 15 José Carlos Gentili. Academia De Letras De Brasília -
12.00	Orador 17 João Malaca Casteleiro, Academia das Ciências de Lisboa. -
12.30	Orador 6 Urbano Bettencourt, escritor. <i>TEMA 3.1. Pedro da Silveira – As Ilhas da Literatura</i>
13.00	almoço Hotel Sinai Belmonte

### 8 abril sábado tarde

15.15	<b>Sessão 15 Convidados de Honra</b> Moderador Chrys 30' cada
15.15	Orador 18 Miguel Real, CLEPUL. <i>TEMA 3.1. Introdução ao itinerário crítico de Urbano Bettencourt</i>
15.45	Orador 19 José António Salcedo, ATLA (Noruega) <i>TEMA 2.5. Reflexão sobre alguns desafios do futuro próximo</i>
16.15	Debate e pausa
16.45	<b>Sessão 16 AGLP</b> Documentário (Galiza) Porta para o exterior 53'- cancelado
17.35	<b>Sessão 17 AGLP</b> Moderador Urbano / Chrys 15' cada orador
17.35	Orador 20 Alexandre Banhos, Fundação Meendinho. <i>TEMA 2.3. Espanha vs Hespanha</i>
17.50	Orador 21 Ângelo Cristóvão, AGLP. <i>TEMA 2.3</i>
18.05	Orador 22 Concha Rousia, AGLP. <i>TEMA 2.3. A Língua Viva Na Galiza</i>
18.20	Orador 23 José Paz, AGLP. <i>TEMA 2.3. Goa, um recanto galego-português na Índia</i>
18.35	Debate e pausa
18.45	<b>Sessão 18 Recital</b> grupo Coro Animato (pais e encarregados de educação dos alunos da Escola de Música)
20.00	Jantar na Casa do Castelo a convite da edilidade

### 9 abril domingo Manhã

09.15	<b>Sessão 19 roteiro cultural</b> 2 Museus: Azeite, Descobrimentos, Ecomuseu do Zêzere, Judaico
13.00	almoço Hotel Sinai Belmonte

### 9 abril domingo Tarde

15.15	<b>Sessão 20 Recital</b> Ana Paula Andrade (piano) do Conservatório Regional de Ponta Delgada com Henrique Constância (violoncelo)
15.45	Sessão 21 Açorianidades 2 - 15' cada orador Moderador Brites
15.45	Orador 24 Laura Areias, CLEPUL. <i>TEMA 2.1. Portugueses outrora, havaianos hoje</i>
16.00	Orador 25 Carolina Cordeiro, escritora, <i>TEMA 3.1. Os atos ilocutórios ao serviço da marca poética na novela um Deus à beira da loucura, de Daniel de Sá</i>
16.15	Orador 26 Pedro Paulo Câmara, escritor, Esc. Prof. APRODAZ, <i>TEMA 3.1. Violante de Cysneiros: De Orpheu a "Azulejos" - a viagem sem retorno</i>
16.30	Orador 27 Rolf Kemmler, Academia das Ciências de Lisboa, UTAD <i>TEMA 3.3. São Miguel e os seus habitantes em The Azores or Western Islands (1886) de Walter Frederick Walker</i>
16.45	Debate e pausa
17.15	<b>Sessão 22 Temas judaicos</b> 15' cada orador Moderador JOSÉ Soares
17.15	Orador 28 Luciano Pereira, ESE-IPSetúbal. <i>TEMA 1.3. Referências e indícios hebraicos na literatura popular.</i>
17.30	Orador 29 José Levy Domingos, Museu Judaico Belmonte, <i>TEMA 1.1. De Miguel Telles da Costa natural de Trancoso, Capitão-Mor de D. João V e D. Pedro I e Governador de Parati</i>
17.45	Orador 30 Margarete Silva. Tradutora freelance. <i>TEMA 1.3. O Legado do ladino em terras lusas e na diáspora: uma abordagem geopolítica</i>
18.00	Debate e pausa
18.15	<b>Sessão 23</b> Conclusões e encerramento

18.30	<b>Sessão 24</b> cultura local Escola de Música de Belmonte
20.00	Jantar CASA DO CASTELO, OFERTA DA CÂMARA MUNICIPAL

Países e regiões representados (oradores e presencias)



PORTUGAL 22,



AÇORES 15,



BRASIL 3,



CANADÁ 1,



GALIZA 5,



ALEMANHA 1,



AUSTRÁLIA 1,



BÉLGICA 1,



ÍNDIA 1,



LUXEMBURGO 1,



MALACA (MALÁSIA) 1,



TIMOR-LESTE 1

[Regressar índice](#)

## 6) SESSÕES E ROTAS CULTURAIS

1. [cancioneiro açoriano e poetas açorianos musicados Ana Paula Andrade \(piano\) Conservatório Regional de Ponta Delgada, Açores](#) e Henrique Constância da Orquestra Metropolitana de Lisboa (violoncelo)

2.1. [lançamento literário - Terra d'encontros de Carla Guerreiro e Lúcia Machado Santos \(ESE-IPBragança\)](#)

2.2. [lançamento literário Diário de Maria João Ruivo por Brites Araújo](#)

2.3. lançamento literário por Urbano Bettencourt de [Um missionário açoriano em Timor \(Pe. Carlos da Rocha Pereira\)](#) da autoria de Dom Carlos Ximenes Belo

3. Academia Sénior de Belmonte

4. Escola de Música de Belmonte

### ROTA CULTURAL

1. **Igreja de Santiago / Castelo / Centum Cellas em comboio Turístico**

2. **Visita 4 Museus: Sinagoga / Descobrimentos / Judaico / Ecomuseu do Zêzere / do Azeite**

[Regressar índice](#)

7) HOTEL HOTEL BELMONTE SINAI local do colóquio



RESERVAS, DETALHES E PREÇOS (ver quartos em <http://belmontesinaihotel.com/galeria/> ) MARCAÇÕES DEVEM SER FEITAS APENAS PARA AICL@LUSOFONIAS.NET

Quarto single: 35,00€/quarto/noite - » Quarto duplo: 50,00€/quarto/noite - » Pequeno-almoço buffet incluído

» **Refeições: 12,50€/pessoa** (MENUS POSSÍVEIS E SUGERIDOS)

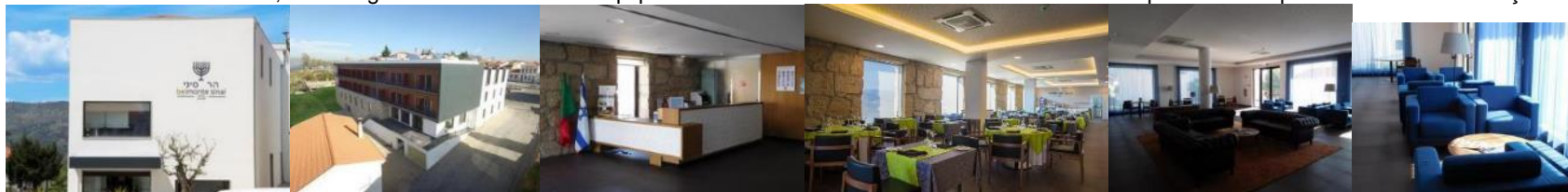
[consultar marcações de almoços e jantares aqui](#)

[Consultar reservas dormidas aqui](#)

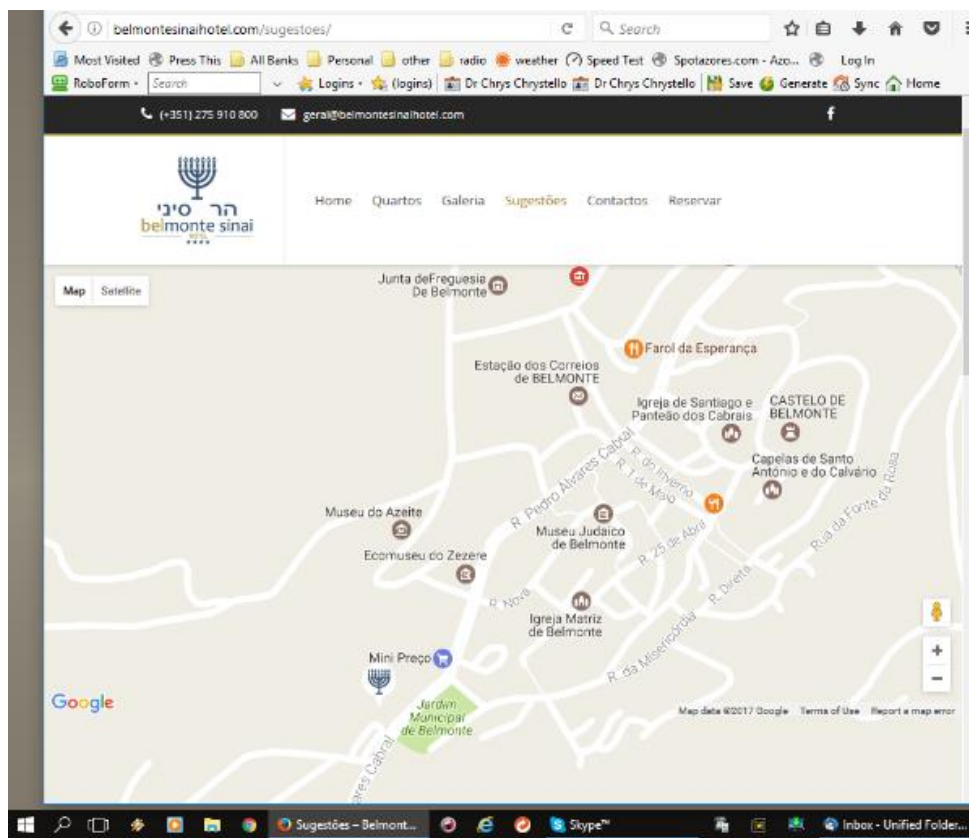
**ACOMODAÇÃO EM DETALHE:**

- 2 Suites Familiares, 1 Quarto adaptado para pessoas com mobilidade condicionada, 20 Quartos “twin”, 7 Quartos com cama de casal
- Ar Condicionado, Fechadura Eletrónica de Segurança, Mesa de Trabalho com Telefone
- Quartos duplos C/ possibilidade de uma cama extra

Localizado em Belmonte, no seio de uma das mais emblemáticas comunidades judaicas da Península Ibérica, o Belmonte Sinai vem complementar a oferta turística direcionada para o turismo religioso judaico em Portugal. Além da proximidade com inúmeros atrativos turísticos da aldeia histórica, o Belmonte Sinai assume-se como o primeiro hotel e restaurante kosher do país, certificado de acordo com a lei judaica. Além do espaço gastronómico, a unidade dispõe de 24 quartos standard, 2 suítes e 1 quarto adaptado para pessoas com mobilidade reduzida. Todos os quartos estão equipados com ar condicionado, fechadura eletrónica de segurança, televisão com canais por cabo, mesa de trabalho com telefone, internet grátis e casa de banho equipada com chuveiro e secador de cabelo. Todos os quartos têm a possibilidade de colocação de cama extra.



- Recepção 24 horas
- Internet Gratuita
- Restaurante conceito Kosher - bebidas, refeições ligeiras



[Regressar índice](#)

8) [RESERVAS HOTEL CONFIRMADAS](#)

9) [RESERVAS REFEIÇÕES](#)

10) [VIAGENS](#)

ATAS / ANAIS do 27º colóquio Belmonte 6-9 abril

11) LISTA DE PARTICIPANTES

#	NOME	INSTITUIÇÃO, REGIÃO OU PAÍS	TIPO DE PARTICIPANTE OU TEMA
1.	<a href="#">Afonso Teixeira Filho</a>	Universidade de São Paulo ** Brasil	TEMA 2.1. A Poesia excêntrica de Augusto dos Anjos
2.	<a href="#">Álamo Oliveira</a>	Escritor, ** Açores	TEMA 3.1 A crítica puética (o gato que não tinha cama sua), sobre um texto de Urbano Bettencourt
3.	<a href="#">Alexandre Banhos</a>	Fundação Meendinho, ** Galiza	TEMA 2.3. Espanha versus Hespanha
4.	<a href="#">Alexandre Luís</a>	UBI, ** Portugal	TEMA 1.1. Sessão UBI - Breves reflexões sobre a descoberta do Brasil
5.	<a href="#">Ana Paula Andrade</a>	Conservatório Reg. Ponta Delgada ** Açores	Recitais
6.	<a href="#">Anabela Naia Sardo</a>	ESTH IP Guarda ** Portugal	Presencial
7.	<a href="#">Ângelo Cristóvão</a>	AGLP ** Galiza	TEMA 2.3. Sessão Das Academias
8.	<a href="#">António Callixto</a>	Ex Tribunal De Contas Europeu ** Luxemburgo	Presencial
9.	<a href="#">Antº Ponces De Carvalho</a>	Diretor ESE João De Deus, Portugal	TEMA 2.5. Sessão das Academias: O impacto da cartilha maternal de João de Deus
10.	<a href="#">Brites Araújo</a>	Escritora, NAV ** Açores	TEMA 3.1. O Humor Em Urbano Bettencourt / Sessão de poesia
11.	<a href="#">Carla Espírito Santo Guerreiro</a>	ESE, IP Bragança ** Portugal	TEMA 2.4. Terra D'encontros - A investigação por trás da ficção, os judeus portugueses, em terras raianas, no dealbar do séc. XX
12.	<a href="#">Carla Sofia Xavier Luís</a>	UBI ** Portugal	TEMA 2.2. Sessão UBI Os judeus na obra de Miguel Real
13.	<a href="#">Carolina Cordeiro</a>	Escritora ** Açores	TEMA 3.1. Os atos ilocutórios ao serviço da marca poética na novela um Deus à beira da loucura, de Daniel de Sá / Sessão de poesia
14.	<a href="#">Chrys Chrystello</a>	AGLP, ** Austrália / Açores	ORG, Sessão de poesia
15.	<a href="#">Conceição Casteleiro</a>	** Portugal	Presencial convidada AICL
16.	<a href="#">Conceição Couto Mendonça</a>	Esc. Sec Laranjeiras, Açores	Presencial
17.	<a href="#">Concha Rousia</a>	AGLP, ** Galiza	TEMA 2.3. Sessão das Academias. A Língua Viva Na Galiza /
18.	<a href="#">Eduino De Jesus</a>	Decano Dos Escritores Açorianos ** Açores	Presencial
19.	<a href="#">Elsa Sofia Gomes De Miranda</a>	Assembleia da República / Câmara Municipal Belmonte, Portugal	TEMA 2.1. Guiné-Bissau e Timor-Leste: política e uso da língua portuguesa
20.	<a href="#">Fátima Madruga</a>	Médica Hospital Ovar, Portugal	Presencial
21.	<a href="#">Fátima Salcedo</a>	Fotógrafa, Portugal	Presencial convidada AICL
22.	<a href="#">Fernando Carvalho</a>	Assessor de D Ximenes Belo	Presencial
23.	<a href="#">Filomena Oliveira</a>	Lisboa	Presencial convidada AICL
24.	<a href="#">Francisco F. Madruga</a>	Calendário De Letras ** Portugal	Presencial
25.	<a href="#">Helena Anacleto-Matias</a>	IP Porto (ISCAP) ** Portugal	Presencial
26.	<a href="#">Helena Chrystello</a>	EBI Maia, Açores ** Açores	ORG
27.	<a href="#">Henrique Constância</a>	Orquestra Metropolitana de Lisboa Açores	Recitais



**ATAS / ANAIS do 27º colóquio Belmonte 6-9 abril**

28.	<a href="#">João Malaca Casteleiro</a>	ACL ** Portugal	<i>Sessão das Academias A Academia das Ciências de Lisboa e o Acordo Ortográfico De 1990</i>
29.	<a href="#">João Morgado</a>	Escritor / Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, Portugal	<i>TEMA 1.1. Sessão UBI - Cabral, o líder humanista que chegou ao Brasil</i>
30.	<a href="#">José António Salcedo</a>	Cientista, Empreendedor **, Portugal	<i>TEMA 2.5. Reflexão sobre alguns desafios do futuro próximo</i>
31.	<a href="#">José Carlos Gentili</a>	ALB, Brasília ** Brasil	<i>Sessão das Academias</i>
32.	<a href="#">José Carlos Venâncio</a>	UBI, Portugal	<i>TEMA 2.7. Sessão UBI A dimensão estética da lusofonia. História e criatividade (literária e artística) no espaço lusófono</i>
33.	<a href="#">José Levy Domingos</a>	Coordenador Do Gabinete Judaico - Museu Judaico De Belmonte, Portugal	<i>TEMA 1.1. De Miguel Telles da Costa que era natural de Trancoso Capitão-Mor de D. João V e D. Pedro I e Governador de Parati</i>
34.	<a href="#">José Paz Rodrigues</a>	AGLP ** Galiza	<i>TEMA 2.3. Goa, um recanto galego-português na Índia</i>
35.	<a href="#">José Soares</a>	Jornalista Açor-Canadiano ** Canadá / Açores	<i>ORG</i>
36.	<a href="#">Laura Areias</a>	CLEPUL, Univ Lisboa ** Portugal	<i>Tema 2.1. Portugueses outrora, havaianos hoje</i>
37.	<a href="#">Lídia Machado Santos</a>	ESE, IP Bragança ** Portugal	<i>TEMA 2.4. Terra D'encontros - a investigação por trás da ficção - os judeus portugueses, em terras raianas, no dealbar do séc. XX</i>
38.	<a href="#">Luciano J B S Pereira</a>	ESE IP Setúbal ** Portugal	<i>TEMA 1.3. Referências e indícios hebraicos na literatura popular. / Sessão de poesia</i>
39.	<a href="#">Margarete Silva</a>	Tradutora Freelance ** Luxemburgo	<i>TEMA 1.3. O Legado do ladino em terras lusas e na diáspora: uma abordagem geopolítica</i>
40.	<a href="#">Margarida Martins</a>	Fundação Meendinho ** Galiza	<i>Presencial</i>
41.	<a href="#">Maria Alice de Sá</a>	Açores	<i>Presencial</i>
42.	<a href="#">Maria João Ruivo</a>	Esc. Sec Antero De Quental, ** Açores	<i>O Diário, Apresentação Literária</i>
43.	<a href="#">Maria Luísa Timóteo</a>	KORSANG di MELAKA **	<i>Presencial</i>
44.	<a href="#">Marilene Gentili</a>	Brasil **	<i>Presencial convidada AICL</i>
45.	<a href="#">Mário Meleiro</a>	IPG, Portugal	<i>Presencial</i>
46.	<a href="#">Miguel Real</a>	CLEPUL - Faculdade de Letras De Lisboa ** Portugal	<i>TEMA 2.1. Traços fundamentais da cultura portuguesa TEMA 3.1. Urbano Bettencourt</i>
47.	<a href="#">Norberto Ávila</a>	Escritor Açoriano ** Açores	<i>Presencial</i>
48.	<a href="#">Pedro Paulo Câmara</a>	Escritor Açoriano ** Açores	<i>TEMA 3.1. Violante de Cysneiros: De Orpheu a "Azulejos" - a viagem sem retorno</i>
49.	<a href="#">Rolf Kemmler</a> *	UTAD E Academia De Ciências De Lisboa, Alemanha	<i>TEMA 2 O golpe contra a pluralidade académica de ideias dentro da Academia das Ciências de Lisboa</i>
50.	<a href="#">Tiago Anacleto-Matias</a>	Parlamento Europeu, Bruxelas, Bélgica	<i>ORG. Presencial</i>
51.	<a href="#">Urbano Bettencourt</a>	Escritor Homenageado 2017 ** Açores	<i>TEMA 3.1. Pedro da Silveira – As Ilhas da Literatura</i>
52.	<a href="#">Ximenes Belo (D. Carlos)</a>	Prémio Nobel 1997, ***	<i>TEMA 3.2. Missionários açorianos no Oriente: Dom José da Costa Nunes e a sua ação em Timor</i>

[Regressar índice](#)

## 12) DISCURSO DE ABERTURA DO PRESIDENTE DA AICL

Antes de mais os nossos calorosos agradecimentos ao Presidente da autarquia, **António Pinto Dias Rocha** e a **Joaquim Feliciano da Costa** Presidente da Empresa Municipal de Promoção e Desenvolvimento de Belmonte, que desde 2015 apoiaram a nossa vinda, coadjuvados pela incansável **Susana Miranda** que já nos serviu de guia ao Museu no 23º colóquio. Agradecemos ainda aos nossos convidados de honra (Dom Carlos Ximenes Belo, Prémio Nobel da Paz 1996, ao escritor Miguel Real, ao cientista José António Salcedo), ao escritor homenageado pela AICL em 2017 Urbano Bettencourt, ao decano dos escritores açorianos Eduíno de Jesus numa comitiva de autores que engloba Álamo Oliveira, Norberto Ávila, Brites Araújo, Pedro Paulo Câmara, Maria João Ruivo e Carolina Cordeiro. Agradecemos aos restantes convidados, associados, e aos nossos parceiros, a companhia aérea SATA, o Governo dos Açores (Direção Regional de Turismo e Direção Regional da Cultura), a Academia Galega da Língua Portuguesa e a UBI bem como a todos os presentes que connosco irão partilhar momentos únicos ao longo destes quatro dias

Há bem pouco tempo quando fazia a revisão da nossa opus magister, Bibliografia Geral da Açorianidade que lançaremos em outubro em Vila do Porto, aprendi que existe uma praga *Cosmopolites sordidus Germar* (Coleóptera: Curculionidae) ...uma praga cosmopolita sórdida. Isto por uma normal associação de ideias fez-me lembrar o Trump e as ameaças várias que existem à nossa liberdade de expressão, à igualdade e justiça neste mundo cão dominado pelos invisíveis grupos financeiros que ditam o que os políticos irão fazer. Sempre foi assim, dir-me-ão, já houve tiranos e déspotas desde o início dos tempos. De facto, a maior parte da História resume-se a tiranos e tiranetes subjugando as massas de escravos a seu bel-prazer, mas nós, nascidos na primeira metade do século passado, no fim de duas sangrentas guerras mundiais crescemos a acreditar e a ter esperança. Em Portugal demorou mais por haver uma guerra colonial a resolver e uma ditadura a abater.

Há cerca de dez anos atrás quando me soaram os primeiros sinais de alarme escrevi que o mundo se começava a assemelhar ao que o meu pai descrevia como o alvor da segunda guerra...passados dez anos estamos mais perto que nunca de cataclismos impensáveis causados pelo homem, não só com as suas máquinas de guerra que fazem mover governos e economias, mas pela destruição acelerada desta nossa casa, a Terra tal como a conhecemos. Nada de novo, dirão, nada que não se soubesse quando começaram estes colóquios na passagem do milénio. Talvez, mas a inoculação generalizada do medo, do terror, da vigilância faz lembrar não George Orwell, mas antes o premonitório livro Admirável Mundo Novo, redigido em 1932 por Aldous Huxley. Enquanto não descobrimos um antídoto para acabar com esta novíssima ordem global do dinheiro e com o Donald Trump e outros tiranos e tiranetes, recordemos aqui o que escrevia, em 4 de março passado, o nosso associado, cientista José António Salcedo

*A qualidade média da liderança e da gestão das instituições e empresas, públicas ou privadas nacionais, é muito baixa. Essa falta de qualidade é consequência de um conjunto de fatores pessoais, de organização e de contexto, como educação deficiente, incorporação de responsabilidade e profissionalismo reduzidos, ausência de processos claros e eficientes, i.e. de 'reporting' e 'accountability' quer nas instituições quer na cultura que caracterizam a sociedade Portuguesa. **Accountability** é um termo que pode ser traduzido como **responsabilidade com ética** e remete à obrigação, à transparência, de membros de um órgão administrativo ou representativo de **prestar contas** a instâncias controladoras ou a seus representados. Outro termo usado numa possível versão portuguesa é **responsabilização**. Do lado público, a maioria das instituições opera de forma incompetente, irresponsável e impune. Em resultado, são mais caracterizadas por mediocridade do que por mérito, o que conduz a um nível inadmissível de ineficácia nos processos, desperdício de recursos que são de todos e até corrupção. Do lado privado, o nível médio de especialização das empresas é baixo pelo que o valor acrescentado que elas são capazes de produzir é baixo. Uma consequência imediata é um salário médio muito mais baixo do que poderia ser se o nível de especialização das empresas e o valor acrescentado do que produzem fossem tão elevados como são em países mais desenvolvidos. O país não é pobre por acaso.... É esse o nosso principal desafio e é isso que temos de mudar. Por onde começar?*

*De imediato, devemos começar pela Educação, elevando os nossos padrões de responsabilidade (incluindo 'accountability') e de exigência intelectual no cumprimento de todos os processos educativos que permitam tornar as pessoas mais autónomas, rejeitando demagogia e todos os processos que não contribuam para a libertação das pessoas..."*

Urge, pois, ao nosso nível de atuação, apoiar uma verdadeira formação dos professores da área, zelar pela dignificação da língua portuguesa nos organismos nacionais e internacionais dotando-os com um corpo de tradutores e intérpretes profissionalmente eficazes. É imperioso reinventar o gosto pela leitura hoje relegada para preocupação elitista que se não compadece com jogos de consola e outras formas de entretenimento que raramente introduzem conhecimentos. É urgente não só ensinar as pessoas a lerem como a aprenderem a interpretar, torná-las seres pensantes capazes de questionar as mensagens subliminares que diariamente lhes são injetadas pelos meios de comunicação social, pelos políticos e outros manipuladores de mentes. Educá-las é isso, é proporcionar-lhe os instrumentos para não crerem em dogmas inabaláveis, a própria História é reescrita diariamente com novos dados e novas descobertas científicas.

Voltemos agora a este oásis que os Colóquios da Lusofonia têm sido desde 2001, incluindo a sua relevante ação (nestes anos mais recentes) na divulgação da açorianidade literária ou de como ainda é possível concretizar utopias num esforço coletivo. Cremos que podemos fazer a diferença, congregados em torno de uma ideia abstrata e utópica, a união pela mesma Língua. Partindo dela podemos criar pontes entre povos e culturas no seio da grande nação lusofalante, independentemente da nacionalidade, naturalidade ou ponto de residência. Os colóquios juntam os congressistas no primeiro dia de trabalhos, compartilhando hotéis, refeições, e visitas culturais e, no último dia despedem-se como se de amigos de longa data se tratasse. **Não buscam mais uma Conferência para o currículo - quem vem em busca disso cedo parte por se sentir desajustado** - antes partilham ideias, projetos, criam sinergias, todos irmanados do ideal de "sociedade civil" capaz e atuante, para – juntos – atingirem o que as burocracias e hierarquias não podem ou não querem. É o que nos torna distintos de outros encontros científicos do género. E a informalidade e o contagioso espírito de grupo que nos irmana, tem permitido avançar com ambiciosos projetos. Somos um vírus altamente contagioso fora do alcance das farmacêuticas. A nossa filosofia tem permitido desenvolver projetos onde não se reclama a autoria, mas a partilha do conhecimento. Sabe-se como isso é anátema nos corredores bafientos e nalgumas instituições educacionais.

Desconheço quando, como ou porquê se usou o termo lusofonia pela primeira vez, mas quando cheguei da Austrália (a Portugal) fui desafiado pelo meu saudoso mentor, José Augusto Seabra, a desenvolver o seu projeto de Lusofalantes na Europa e no Mundo e aí nasceram os Colóquios da Lusofonia que a ele foram buscar raízes bem como ao Padre António Vieira, a Fernão Mendes Pinto e ao embaixador Aparecido de Oliveira. Desde então, temos definido a nossa versão de Lusofonia como foi expresso ao longo destes últimos anos, em cada Colóquio. Esta visão é das mais abrangentes possíveis, e visa incluir todos numa Lusofonia que não tem de ser Lusofilia nem Lusografia e muito menos a Lusofolia que, por vezes, parece emanar da CPLP e outras entidades. Ao aceitarem esta nossa visão muitas pontes se têm construído onde hoje só existem abismos, má vontade e falsos cognatos. Felizmente, temos encontrado pessoas capazes de operarem as mudanças. Depois de José Augusto Seabra, os nossos patronos fundadores são desde 2007 Malaca Casteleiro (Academia das Ciências de Lisboa), Evanildo Bechara (Academia Brasileira de Letras) e em 2011 a Academia Galega da Língua Portuguesa representada por Concha Rousia. Depois, acrescentamos como Sócios Honorários e Patronos Dom Ximenes Belo em 2015 e José Ramos Horta em 2016 (os lusofalantes do Prémio Nobel da Paz 1996), a que se juntaram no ano passado Vera Duarte da Academia Cabo-Verdiana de Letras e José Carlos Gentili da Academia de Letras de Brasília. A Academia Angolana juntar-se-á a nós no 28º colóquio em outubro 2017 em Vila do Porto.

O espaço dos Colóquios da Lusofonia é um espaço privilegiado de diálogo, de aprendizagem, de intercâmbio e partilha de ideias, opiniões, projetos por mais díspares ou antagónicos que possam aparentar. É esta a Lusofonia que defendemos e que permitirá que a Língua Portuguesa sobreviva sem se fragmentar em variantes que, isoladamente, pouco ou nenhum relevo terão. Se aceitarmos na nossa atual escrita unificada, todas as variantes de Português sem as discriminarmos ou menosprezarmos, o Português poderá ser com o Inglês uma língua universal colorida por milhentos matizes: da Austrália aos Estados Unidos, dos Açores às Bermudas, à Índia e a Timor. O Inglês para ser língua universal continuou unido com todas as suas variantes. Nos Açores, agregamos académicos, estudiosos, artistas plásticos e escritores em torno da identidade açoriana, sua escrita, lendas e tradições, numa perspetiva de enriquecimento da Lusofonia. Pretendia-se divulgar a identidade açoriana não só nas comunidades lusofalantes, mas em países como a Roménia, Polónia, Bulgária, Rússia, Eslovénia, Itália, França, e onde têm sido feitas traduções de obras e de excertos de autores açorianos. Tornaram-se uma enorme tertúlia reforçando a açorianidade e vincando bem a insularidade.

. Neste colóquio a mensagem final é que ninguém se demita da responsabilidade na defesa do idioma independentemente da pátria. Falemos Português independentemente da nossa cidadania. Em Portugal e noutros países, infelizmente, a população está pouco consciente da importância e do valor do seu património linguístico. Falta-lhe o gosto por bem falar e escrever e demite-se da responsabilidade que lhe cabe na defesa da língua que fala. Detestamos em Portugal, o rigor e a exigência e franqueamos a pressa e a santa ignorância, lemos pouco e mal pois habituamo-nos a alucinar diariamente frente ao pequeno ecrã da televisão do geral contentamento descontente...somos culturalmente derrotistas, pessimistas, desorganizados, conservadores, masoquistas e rimo-nos de nós mesmos ao falarmos do país pequeno e atrasado. À falta de ambição, iniciativa e criatividade preferimos o novo-riquismo parolo e deleitamo-nos com a futilidade e as aparências.

Entrementes, a língua portuguesa está a ser diariamente enriquecida pelos idiomas e dialetos locais noutros países. Jamais esqueçamos que a língua portuguesa mudou através dos tempos, e vai continuar a mudar. A língua não é um fóssil. Também hoje, a mudança está a acontecer. Aqui alertamos para a necessidade de sermos competitivos e exigentes, sem esperarmos pelo Estado ou pelo Governo e tomarmos a iniciativa em nossas mãos. Assim como criamos estes colóquios, também cada um de nós pode criar a sua própria revolução, em casa com os filhos, com os alunos, com os colegas e despertar para a necessidade de manter viva a língua de todos nós, sob o perigo de soçobrarmos e passarmos a ser ainda mais irrelevantes neste curto percurso terreno.

Os Colóquios são independentes de forças políticas e institucionais, mas buscam apoios protocolados especificamente para cada evento, concebido e levado a cabo por uma rede de voluntários. Pautam-se pela participação de um variado leque de oradores, sem temores nem medo de represálias, tentando abarcar todas as áreas do conhecimento e não só os aspetos linguísticos que presidiram à sua génese. Ao nível logístico, tentam beneficiar do apoio das entidades com visão para apoiar a realização destes eventos e estabeleceram parcerias e protocolos com universidades, politécnicos, autarquias e outras entidades que permitam embarcar em projetos mais ambiciosos com a necessária validação científica.

A Lusofonia é uma pintura inacabada; é comer vatapá e goiabada, servir um pastel de bacalhau ou cachupa, regados com a timorense TUAKA ou vinho verde, ao ritmo de um samba ou da marrabenta; viajar até Goa com Camões, a Macau com Camilo Pessanha, andar descalço no Moçambique *Sonâmbulo* de Mia Couto, rever o Makulusu na prosa do Luandino Vieira, ver a areia vermelha nos musseques de Luanda; admirar Amílcar Cabral e curtir a morabeza cabo-verdiana ao som de um batuque; atravessar o Atlântico e reencontrar em Salvador da Bahia a ginga africana, os sabores do **mufete** de especiarias da Amazônia, aprender candomblé e venerar Iemanjá, visitar as igrejas e casas coloridas de Ouro Preto, Olinda, Mariana, Paraty, Diamantina, e sentir algo que não se explica em Malaca, Sri Lanka ou no bairro dos Tugus em Jacarta.

. Finalizo, avisando que teremos dias intensos e pouco iremos ver desta bela Belmonte, que recebeu foral de Dom Sancho I em 1199 e onde nasceu Pedro Álvares Cabral. É orgulhosa herdeira da herança judaica sefardita que permeia o sangue de muitos portugueses, através dos marranos que aqui mantiveram uma comunidade criptojudáica que apenas na década de 70 estabeleceu contacto com os judeus de ISRAEL e oficializou a sua religião.

*Forçados a abjurar o judaísmo, perseguidos por nos termos tornado cristãos-novos à força, impossibilitados de regressar ao judaísmo oficial e incapazes de criar uma igreja marrana, tornámo-nos um povo com identidade, não apenas múltipla e miscigenada, mas difusa e sempre dominada por uma angustiante duplicidade, que nos tem impelido, ora para a exagerada euforia otimista, ora para o recorrente pessimismo de não termos assumido uma identidade, qualquer que fosse, mas uma identidade assente em inequívocas raízes de pertença, interiorizadas em todas as suas dimensões. 1*

<sup>1</sup> Martins, Jorge (2015) *Breve História dos Judeus em Portugal*. Lisboa: Vega.

Foi este o mais perene dos muitos crimes da Inquisição, que os dois séculos posteriores à tricentenária história da intolerância não conseguiram reconciliar no ser português que somos hoje.

Na verdade, perdemos a nossa plena identidade a partir do início do século XVI e nunca mais a recuperámos até hoje. Por outras palavras, apesar da tão propalada presença judaica no ser português, ainda não somos capazes de assumir, no século XXI, a dimensão judaica da nossa identidade. (...)

Mas estes dias serão suficientes para nos enamorarmos de BELMONTE e fazermos planos para podermos regressar mais tarde, como eu sempre faço desde que nos anos de 1960 descobri as maravilhosas ruínas da Torre de Centum Cellas que amanhã iremos visitar e as declarei como o mais belo monumento lítico da herança da colonização romana de Portugal. Terminando citando Ludwig Wittgenstein "Os limites do meu mundo são os limites da minha linguagem" esperando que os nossos limites sejam os da nossa língua portuguesa.

## 14. SINOPSES, BIODADOS E TRABALHOS FINAIS

### 1) AFONSO TEIXEIRA FILHO, BACHAREL EM LETRAS (2001), DOUTOR EM LINGÜÍSTICA (2008), PÓS-DOCTORADO EM TEORIA DA TRADUÇÃO (2016) E BACHAREL EM FILOSOFIA (2017). USP, BRASIL, AICL



**AFONSO TEIXEIRA FILHO**, brasileiro, casado, 54 anos.

Doutor em Letras pela Universidade de São Paulo.

Pesquisador da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo e pós-doutorando em Teoria da Tradução pelo Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Defendeu Tese de doutoramento sobre a obra *Finnegans Wake* de James Joyce.

É tradutor profissional, tendo exercido até há pouco, pesquisa sobre as traduções para o português do poema de John Milton, *Paraíso perdido*, na Katholieke Universiteit de Leuven (Lovaina), Bélgica. Paralelamente, realiza pesquisa em Filologia Românica, sobre o romance ibérico.

#### TEMA 2.1: A POESIA EXCÊNTRICA DE AUGUSTO DOS SANTOS, AFONSO TEIXEIRA FILHO

A poesia de Augusto dos Anjos (1884-1914) talvez seja a mais exótica que há em língua portuguesa. É uma poesia de fundo filosófico, fortemente influenciada pelo pessimismo de Schopenhauer e das filosofias materialistas de Herbert Spenser e Ernst Haeckel.

A terminologia médica, biológica, filosófica e da História Natural preenche os sonetos exóticos desse poeta nordestino, nascido no meio agreste da paisagem brasileira.

Em sua poesia, encontramos versos como:

"Tome, Dr., esta tesoura e.... corte \ Minha singularíssima pessoa";

"Podre meu pai! A morte o olhar lhe vidra";

"E a marcha das moléculas regulam \ Com a invariabilidade da clepsidra!";

"De que matéria bruta \ Vem essa luz que sobre as nebulosas \ cai de incógnitas criptas misteriosas \ Como as estalactites de uma gruta".

A poesia de Augusto dos Anjos não pode ser colocada em nenhuma escola literária.

Alguns críticos veem nela forte influência parnasiana; outros, uma poesia de cunho simbolista; no entanto, os manuais de literatura a colocam numa classe artificial denominada Pré-Modernismo. No entanto, o Pré-Modernismo não determina estilo nem escola, mas reúne num mesmo grupo autores muito distintos que nada têm em comum que o fato de serem produtos do início do século XX e antecessores do movimento modernista brasileiro iniciado pela Semana de Arte Moderna de 1922.

O pré-modernismo coloca lado a lado autores como Augusto dos Anjos, Euclides da Cunha, Graça Aranha e Lima Barreto, autores que só coincidem na contemporaneidade.

Augusto dos Anjos é tão *sui-generis* quanto cada um desses autores.

É, porém, muito mais exótico. Um autor sem par na poesia universal.



## 0. Introdução

É difícil situar a pessoa e a poesia de Augusto dos Anjos no tempo e no espaço. A pessoa nasceu num engenho no interior da Paraíba, um local pobre do Nordeste brasileiro, fora de qualquer centro intelectual do país. Sua poesia, escrita nas duas primeiras décadas do século XX não se encaixam em nenhuma escola literária. Tem traços de simbolismo, de parnasianismo e prenúncios de vanguarda; mas não é nada disso.

O crítico Alceu Amoroso Lima denominou esse período de Pré-Modernismo, o que nada diz acerca do que é, mas sim acerca do que antecipa. Ali, colocam-se autores bastante distintos, como Euclides da Cunha, Graça Aranha, Monteiro Lobato, Raul Pompeia, Lima Barreto e Augusto dos Anjos. Nenhuma dessas literaturas pode ser colocada a par de qualquer uma das outras.

Mas, dentre todas, a de Augusto dos Anjos é a mais excêntrica. Esse poeta procurou construir uma metafísica baseada na Biologia, caso único na literatura.

## 1. A vida

Augusto de Carvalho Rodrigues dos Anjos (1884-1914) nasceu no Engenho de Pau d'Arco, na Zona da Mata, no Estado da Paraíba. Formou-se em Direito no Recife e levou a vida como professor no Rio de Janeiro e como diretor de grupo escolar em Leopoldina, Minas Gerais. Ali morreu de pneumonia, provocada por uma tuberculose, aos 50 anos de idade.

Os anos entre 1907 e 1912 foram os mais marcantes de sua vida. Em 1907, bacharelou-se em Direito, no Recife; em 1908 passou a lecionar no liceu paraibano onde estudara; em 1910 casou-se, e, em 1912, publicou o livro de poemas *Eu*, o único publicado em vida.

A formação intelectual de Augusto dos Anjos sofreu influência dos filósofos naturalistas do século XIX, sobretudo de Herbert Spencer e de Ernst Hæckel. Foi também influenciado pela Bíblia e pela obra de Schopenhauer. O pessimismo promovido por Schopenhauer recebe, na poesia de Augusto dos Anjos, uma resposta advinda da Biologia. Era uma espécie de racionalização que procurava dar um conforto à vida diante da expectativa da morte. É isso o que observamos nos poemas que dedica à doença e à morte do pai.

Ao pai doente:

*Para onde fores, Pai, para onde fores,  
Irei também, trilhando as mesmas ruas...  
Tu, para amenizar as dores tuas,  
Eu, para amenizar as minhas dores!<sup>2</sup>*

Ao pai morto:

*Madrugada de Treze de janeiro.  
Rezo, sonhando, o ofício da agonia.  
Meu Pai nessa hora junto a mim morria  
Sem um gemido, assim como um cordeiro!<sup>3</sup>*

E um segundo poema sobre a morte do pai:

*Podre meu Pai! A Morte o olhar lhe vidra.  
Em seus lábios que os meus lábios osculam  
Microrganismos fúnebres pululam  
Numa fermentação gorda de cidra.  
Duras leis as que os homens e a hórrida hidra  
A uma só lei biológica vinculam,  
E a marcha das moléculas regulam,  
Com a invariabilidade da clepsidra!...  
Podre meu Pai! E a mão que enchi de beijos  
Roída toda de bichos, como os queijos  
Sobre a mesa de orgíacos festins!...  
Amo meu Pai na atômica desordem  
Entre as bocas necrófagas que o mordem  
E a terra infecta que lhe cobre os rins!<sup>4</sup>*

<sup>2</sup> "A meu Pai doente", 1905. As datas que se seguem aos poemas indicam o ano da primeira publicação.

<sup>3</sup> "A meu pai morto", 1905.

<sup>4</sup> Os três sonetos formam um poema só. Todos foram escritos em 1905.

No primeiro poema, o poeta expressa o sofrimento do pai como mágoa: “Magoaram-te, meu Pai?!” Mas, quando a mágoa do pai e do filho se encontram, elas vão “crescendo e se fazendo horrores!” Quem teria magoado o pai? Foi Deus? o poeta se pergunta. Mas, ainda buscando uma esperança, afirma que não, pois “Deus não havia de magoar-te assim!” Aqui, ainda se vislumbra essa esperança, expressa numa última oração, num último alento. Mas o sofrimento do poeta é maior do que o sofrimento do pai doente. Por isso utiliza o termo “mágoa”, que além do pesar denota um sofrimento pequeno, uma machinha, mácula, ressentimento.

Num poema anterior, o poeta lembra de um episódio que talvez fosse o embrião dessa mácula, quando o pai cortou uma árvore de que o poeta, menino, muito gostava. A árvore como expressão da virilidade que despontava no menino e o machado do pai, como expressão de castração, poderiam explicar essa mágoa e, talvez, o sentimento de morte que transparece em toda a obra do poeta.

*“Não mate a árvore, pai, para que eu viva!”  
E quando a árvore, olhando a pátria serra,  
Caiu aos golpes do machado bronco,  
O moço triste se abraçou com o tronco  
E nunca mais se levantou da terra”<sup>5</sup>*

Por isso, vemos que a morte e o pai são obsessões do poeta. Quando vê uma procissão, escreve: “Nesse caixão, iam talvez as Musas, / Talvez meu Pai...”<sup>6</sup> E, então, percebemos, que esse caixão acompanhará o poeta por toda a sua vida.

E percebemos também que o pai é sempre escrito com inicial maiúscula, como se se tratasse de Deus. Então, percebemos que o pai é comparado a um cordeiro, no primeiro poema sobre a morte do pai. O cordeiro do sacrifício: vítima de Deus como o foi Cristo. É uma relação de pai e filho.

Por fim, no segundo poema em que cantou a morte do pai, o poeta acomoda-se na explicação biológica, na inevitabilidade da morte das criaturas vivas. O pai é podre, seus lábios fermentam, os vermes lhe roem as mãos. Mas, no túmulo, vai apenas o pai, não vão as mágoas, não vai o medo, não vai a morte. Pois a decadência das moléculas ocorre com a invariabilidade da clepsidra, ou seja, com a determinação inflexível do tempo.

Dessa maneira, define-se a poesia de Augusto dos Anjos. Provém do medo da morte e do medo da vida; da incerteza dos atos de Deus e da existência de um Deus. E acomoda-se numa explicação materialista da existência regulada por leis naturais implacáveis. Mas, com isso, o poeta cria uma metafísica; uma metafísica subordinada à *physis*.

## 2. A OBRA

A poesia de Augusto dos Anjos acaba por ser uma poesia barroca, quer no uso exótico do vocabulário, quer na ideia de uma realidade sombria espremida entra as incertezas que as ciências provocam ao tentar explicar o mundo e as incertezas provocadas por essas mesmas ciências a respeito do universo divino.

O século XVI deparou-se com duas descobertas científicas que colocaram em dúvida o papel do homem e de Deus no universo. A invenção do microscópio revelou um microcosmos até então desconhecido; e as investigações de Copérnico e, mais tarde, de Galileu, serviram para reformular tudo aquilo que sabíamos sobre a nossa existência. A Bíblia estava errada. Para o conforto do homem restava apenas uma fé cega na religião. Mas a própria religião já vinha sendo contestada pelo protestantismo. Por outro lado, o racionalismo cartesiano só contribuiu para lançar mais dúvidas ainda sobre o papel da religião, ainda que fizesse uma tentativa pífia de acomodar Deus nesse novo universo, um universo que já não tinha mais Deus como artífice.

E o homem, ao professar uma nova fé, uma fé cega em Deus, como conforto para uma alma dilacerada, já não era capaz de deixar de lado a dúvida. Essa dúvida, que para Descartes era o germe da certeza, foi também o germe do barroco.

Mais de duzentos anos depois, com as descobertas dos naturalistas, com o avanço da paleontologia, as teorias de Darwin, a exploração de novos mundos, a importância do homem no projeto divino foi-se reduzindo cada vez mais. O homem já não era mais o centro da criação; tampouco a primeira criatura. Era apenas um elo de uma cadeia evolutiva, cuja importância era a mesma dos macacos. Onde esse homem, essa criatura insignificante, poderia então buscar refúgio? Desaparecia a esperança de uma vida eterna para a alma humana. Deus estava morto.

Era preciso buscar o sentido da vida na própria vida. E isso, por mais humano que pudesse parecer, em vez de proporcionar ao homem coragem, fez dele um ser ensimesmado. E é esse ser que se pronuncia no livro de Augusto dos Anjos, *Eu*.

Mais do que um livro de caderno de poema, *Eu* é um projeto filosófico. É uma tentativa de reconstrução da Metafísica num mundo dominado pela ciência. Um projeto como esse só poderia ter como resultado uma poesia amarga, pessimista, que refletisse uma existência incomodada, evidenciando que o homem, de alguma forma, encontrava-se num lugar errado no universo. É a existência fora da existência. E o único refúgio para isso, o céu, estava perdido. O resultado é sempre o conformismo. É difícil aceitar a existência do jeito que ela é, mas é impossível não a aceitar racionalmente.

E a razão (a ideia) passa “por um feixe de moléculas nervosas”. Ainda que ela seja forjada na grandeza das nebulosas do espaço, haverá de terminar “no molambo<sup>7</sup> da língua paralítica”.<sup>8</sup>

É sempre um conformismo que aparece depois de uma luta íntima entre a aceitação e a recusa. E é com o mesmo conformismo que o poeta dedica estes versos ao filho natimorto:

<sup>5</sup> “A árvore da serra”, 1905.

<sup>6</sup> “O caixão fantástico”, 1909.

<sup>7</sup> Farrapo.

<sup>8</sup> “A ideia”, soneto, 1909.



*Agregado infeliz de sangue e cal,  
Fruto rubro de carne agonizante,  
Filho da grande força fecundante  
De minha brônzea trama neuronal,  
Que poder embriológico fatal  
Destruíu, com a sinergia de um gigante,  
Em tua morfogênese de infante  
A minha morfogênese ancestral?!  
Porção de minha plásmica substância,  
Em que lugar irás passar a infância,  
Tragicamente anônimo, a feder?...  
Ah! Possas tu dormir feto esquecido,  
Panteisticamente dissolvido  
Na noumenalidade do NÃO SER!*

Se esses versos demonstram uma mistura de inconformismo e aceitação, de dúvida e certeza, estes outros já aceitam sem relutância a inexorabilidade da morte:

*Eu, filho do carbono e do amoníaco,  
Monstro de escuridão e rutilância,  
Sofro, desde a epigênese da infância,  
A influência má dos signos do zodíaco.  
Profundissimamente hipocondríaco,  
Este ambiente me causa repugnância...  
Sobe-me à boca uma ânsia análoga à ânsia  
Que se escapa da boca de um cardíaco.  
Já o verme — este operário das ruínas —  
Que o sangue podre das carnificinas  
Come, e à vida em geral declara guerra,  
Anda a espreitar meus olhos para roê-los,  
E há de deixar-me apenas os cabelos,  
Na frialdade inorgânica da terra!<sup>9</sup>*

E a sua filosofia não lhe dará resposta alguma. Precisarás das ciências naturais para forjá-la. Em vez do Deus metafísico, a mônada física de Ernest Hæckel, a monera.

*Consulto o Phtah-Hotep. Leio o obsoleto  
Rig-Veda. E, ante obras tais, me não consolo...  
O Inconsciente me assombra e eu nele rolo  
Com a eólica fúria do harmatã inquieto!  
Assisto agora à morte de um inseto...!  
Ah! todos os fenômenos do solo  
Parecem realizar de polo a polo  
O ideal de Anaximandro de Mileto!  
No hierático areópago heterogêneo  
Das ideias, percorro como um gênio  
Desde a alma de Haeckel à alma cenobial!...  
Rasgo dos mundos o velário espesso;  
E em tudo, igual a Goethe, reconheço  
O império da substância universal!<sup>10</sup>*

<sup>9</sup> "Psicologia de um vencido", 1909.

<sup>10</sup> "Agonia de um filósofo", 1909.

A poesia de Augusto dos Anjos é produto de uma era de incertezas. Foi o último suspiro do romantismo. No Brasil, um parnasianismo decadente convivia com a poesia simbolista. Esse mesmo convívio, que dava origem ao Modernismo hispano-americano e que teve sua máxima expressão em Rubén Dario, poderia ter produzido no Brasil um movimento de igual força. Mas grande parte dos simbolistas brasileiros eram epígonos do parnasianismo.

A elite intelectual e política que inaugurava a República brasileira só apreciava aquilo que vinha da Europa, sobretudo da França, e não prestou atenção a um grande poeta. Cruz e Souza, um negro de Desterro (hoje, Florianópolis), Santa Catarina, é quem inaugura o movimento simbolista no Brasil. Embora a grande qualidade poética de Cruz e Souza tenha atraído poetas para sua escola, não comoveu a elite intelectual, que não queria saber de negros e se embriagava nos versos alexandrinos dos sonetos parnasianos.

Mas a poesia de Cruz e Souza permaneceu. O simbolismo nasce com ela e morre com ela. Um caso diferente é o de Augusto dos Anjos que foi muito mais do que simbolista e muito mais do que parnasiano. Os críticos não souberam onde encaixar a literatura do poeta paraibano. Em virtude disso, Tristão de Ataíde<sup>11</sup> inventa a categoria dos pré-modernos, autores que, de alguma forma, teriam antecipado o modernismo de 1922.

E na mesma escola ficaram Euclides da Cunha<sup>12</sup>, Graça Aranha<sup>13</sup>, Raul Pompeia<sup>14</sup>, Lima Barreto<sup>15</sup>, Monteiro Lobato<sup>16</sup> e Augusto dos Anjos. Todos distintos. E o mais distinto de todos era Augusto dos Anjos.

Augusto dos Anjos só publicou, em vida, um livro: *Eu* (1912). O estudo bibliográfico mais preciso sobre a obra desse poeta reúne os 56 poemas<sup>17</sup> do *Eu*; 48 poemas coletados e divulgados por Orris Soares (1920), amigo e biógrafo do poeta; os 39 *Poemas esquecidos*, recolhidos por De Castro e Silva e divulgados em 1944 e 1954; 71 *Poema dispersos*, reunidos pelo autor do estudo, além de 15 textos em prosa.<sup>18</sup>

O traço mais inusitado, mais escandaloso da poesia de Augusto dos Anjos é o vocabulário. O poeta não hesita em fazer uso de termos polissilábicos, como noumenalidade, superabundância, paleontologia, teleclógica, antropomorfismo, etc., e abusar dos superlativos: suficientíssima, singularíssima, inexorabilíssimos, etc.

No entanto, o mais marcante no glossário de Augusto dos Anjos é a terminologia científica: hidrópicos, morfogênese, putrefação, etnicamente, malacopterígeos, necrófilos, dicotiledôneas. Palavras, que dispersas poderiam ser tomadas por expressão de mau gosto, fortalecem-se na combinação exótica e inusitada: “espasmo fisiológico da fome”,<sup>19</sup> “encéfalo absconso que a constrange”,<sup>20</sup> “obnoxia consciência em que tu dormes”,<sup>21</sup> “teus antepassados vermiformes”,<sup>22</sup> “minha sombra enorme enchia a ponte, / Como uma pele de rinoceronte / Estendida por toda a minha vida!”<sup>23</sup>

Esse vocabulário científico, se usado abundantemente na formulação de um poema longo, poderia resultar num pedantismo desmedido. Mas tal conclusão não resiste à prova empírica. No poema “As cismas do destino”, com 105 quartetos, expressões como “a pústula da peste”, “corpos inchados de anasarca”, “causa psicológica do nojo”, “hipótese genial do microzima”, “almas pigmeias”, e termos como blastodermas, hotentotes, aracnídeos, glândulas, uberdade, flamivomas, psicoplasma, etc., percorrem cada estrofe do poema. E, em nenhum momento, ficamos aborrecidos ou incomodados com isso. Tudo é surpreendente. E, no final, o que nos resta é uma profissão de fé filosófica.

### 3. A FILOSOFIA DE AUGUSTO DOS ANJOS

Em “As cismas do destino”, o poeta apresenta suas ideias filosóficas. Não é um ensaio; tampouco um poema didático. É uma reflexão, mas não à maneira de Rousseau. É uma divagação na qual o pensamento voa, motivado pela impressão que o ambiente lhe causa, como em “O sentimento dum ocidental” de Cesário Verde, do qual é quase uma imitação. E, como no “Sentimento”, o ambiente é noturno. Mas, nas “Cismas”, temos um poeta que caminha em direção ao necrotério (a casa do Agra), espantado com sua “sombra magra”, que lhe faz lembrar que sofre de tuberculose. E, depois de tanto engolir a hemoptise, o fumo de um cigarro o obriga a escarrar.

*Escarrar de um abismo n'outro abismo,  
mandando ao Céu o fumo de um cigarro,  
Há mais filosofia neste escarro  
Do que em toda a moral do cristianismo!*

<sup>11</sup> Pseudônimo de Alceu Amoroso Lima.

<sup>12</sup> Autor de *Os sertões*, uma análise sociológica, antropológica e geográfica da Guerra de Canudos. O autor, repórter do diário *O Estado de S. Paulo*, partiu de uma reportagem para escrever um épico fortemente influenciado pelo naturalismo. Sua linguagem é parnasiana.

<sup>13</sup> Graça Aranha é autor de *Canaã*, livro que trata da imigração alemã no Espírito Santo. Possui também influências naturalistas.

<sup>14</sup> Raul Pompeia escreveu, entre outras obras, o romance *Ateneu*, também de influências naturalistas.

<sup>15</sup> Lima Barreto é um caso à parte. Autor do célebre *Triste fim de Policarpo Quaresma*, sua literatura já tem muitos traços do Modernismo.

<sup>16</sup> Monteiro Lobato é autor de *Urupês* e de *Ideias de Jeca Tatu*. Apesar de ter sido crítico das novas estéticas que chegavam da Europa (Futurismo), sua obra já apresenta traços do Modernismo.

<sup>17</sup> Considera os três sonetos dedicados à doença e morte do pai do poeta como um só poema.

<sup>18</sup> REIS, 1977, p. 38.

<sup>19</sup> “Monólogo de uma sombra”, 1912.

<sup>20</sup> “A ideia”, 1909.

<sup>21</sup> “Soneto”, 1911.

<sup>22</sup> “Versos a um cão”, 1909.

<sup>23</sup> “As cismas do destino”, 1908.

E *"Foi no horror dessa noute tão funérea / Que eu descobri... / A falta de unidade na matéria!"*

Se a moral cristã se desfaz diante de um simples escarro, um escarro que prenuncia a morte do tísico, é porque o cristianismo já não dá conta de alentar o doente diante da inexorabilidade do destino. Mas o poeta encontra pela frente um antro de depravação, que ele traduz por meio de imagens como pudicícia, incestos e "embriões de mundos que não progrediram". Ele está, provavelmente, num prostíbulo. E, ali, ele é impotente; sente-se como um cachorro:

*Ser cachorro! Ganir incompreendidos  
Verbos! Querer dizer-nos que não finge,  
E a palavra embrulhar-se no laringe,  
Escapando-se apenas em latidos!*

Mas ele consegue enxergar, naqueles instintos animais, a evolução da raça humana — "daquele horrendo / Caos de corpos orgânicos disformes / Rebentariam cérebros enormes" — promovida pela revolta, "a revolta trágica dos tipos / Ontogênicos mais elementares".

E o poeta tem de perceber, na moral depravada dos prostíbulos, o que a vida é. Ali é celebrado o ritual da vida, por meio do acasalamento. E ali, também, é celebrado o ritual de morte, pelos abortos, pela bebida que provoca a impotência, pela depravação e pela privação. Então, o sentido da vida seria a morte?

*Morte, ponto final da última cena,  
Forma difusa da matéria imbele,  
Minha filosofia te repele,  
Meu raciocínio enorme te condena!*

E, na tentativa de entender a vida sem aceitar a morte, o Destino dirá ao poeta: "Jamais, magro homem, saberás a causa / De todos os fenômenos alegres!"

Pois o entendimento é um produtor de ilusões:

*As radiantes elipses que as estrelas  
Traçam, e ao espectador falsas se antolham  
São verdades de luz que os homens olham  
Sem poder, no entretanto, compreendê-las.*

*Porém,  
Quando chegar depois a hora tranquila,  
Tu serás arrastado, na carreira,  
Como um cepo inconsciente de madeira  
Na evolução orgânica da argila!*

A morte estava ali a negar o mundo: "De todo aquele mundo / Restava um mecanismo moribundo / E uma teleologia sem princípios."

*Mas a terra me negava o equilíbrio...*

*Na natureza, uma mulher de luto  
Cantava, espiando as árvores sem fruto,  
A canção prostituta do ludíbrio.*

E, com esses versos, termina o poema. E, então, percebemos que num longo solilóquio — no qual o Destino intervém como uma segunda voz evocada pelo próprio pensamento do poeta — não houve resposta para aquilo que o poeta cismava. Nada podia acalmar os seus temores. A sentença de morte estava dada pela presença da tuberculose. O pensamento procurava entender o mundo como uma forma de aliviar no espírito a dor produzida pela doença. Mas o destino era implacável. O escarro trazia mais respostas do que a moral cristã. Não havia onde encontrar alento. Entretanto, a resposta final estava fora do poema, na vida do poeta. E foi a poesia a única que conseguiu dar alento àquela dor e àquela certeza que o fustigava.

A filosofia de Augusto dos Anjos é sua própria poesia. Para Schopenhauer, a arte era a única coisa, nesta vida, que poderia dar alento às dores do mundo. Augusto dos Anjos questionou essa filosofia em seus poemas, mas acabou por curvar-se a ela. E soube realizar essa filosofia em sua vida de poeta.

#### 4. A CRÍTICA

Otto Maria Carpeaux, ao lado de Manuel Bandeira, talvez tenha sido o crítico literário mais sagaz e erudito que o Brasil já teve. E, com perspicácia, define, em poucas linhas o poeta Augusto dos Anjos.

Cesário Verde poderia ter sido o maior poeta do naturalismo. Se alguém se lhe compara, é um poeta brasileiro, que ele influenciou: Augusto dos Anjos, o poeta da “angústia absurda e tragicômica”, prejudicado pela forma parnasiana e mais gravemente prejudicado pelo mau gosto da “linguagem científica” dos meio-cultos que o provinciano adotou. Admitindo-se tudo isso, ainda resta mais do que um melancólico fúnebre, um pessimista furioso: o autor das *Cismas do Destino* e *Último Credo* é o poeta mais estranho e original da literatura brasileira.<sup>24</sup>

Manuel Bandeira, por vez, dirá que foi justamente essa linguagem de mau gosto que fez com que a poesia de Augusto dos Anjos permanecesse.

Muita gente houve a quem repugnava a terminologia científica abundante naqueles poemas de mistura com acentos pungentes de amarga tristeza. Mas foi certamente este último elemento que tornou apreciada a poesia de Augusto dos Anjos. E é curioso constatar que enquanto outros poetas de expressão mais acessível vão deixando de ser lidos, as edições do *Eu* se sucedem (é de 1963 a 29ª),<sup>25</sup> donde se pode concluir que o público integrou o nome do grande poeta paraibano no patrimônio definitivo da lírica brasileira...<sup>26</sup>

Vale a pena registrar também a opinião de Nelson Werneck Sodré, um estudioso dos assuntos brasileiros, que escreveu uma história da literatura brasileira analisando seus fundamentos econômicos.

Apesar da barreira que se apresenta, muitas vezes, no uso de uma linguagem especializada, colhida nos compêndios e habilmente manipulada, há em Augusto dos Anjos uma realização que chega a ser perfeita em muitos casos e em alguns atinge ao nível de uma beleza indiscutível. (...) é um cantor exato e até minucioso da decadência de uma classe, a dos senhores de engenho, de que traça, em uns poucos versos, a magistral mortalha.<sup>27</sup>

Por fim, registramos que a fortuna crítica de Augusto dos Anjos é imensa, com centenas de obras dedicadas a ele, quer em livros (histórias da literatura ou livros totalmente dedicados à obra do poeta), quer em teses universitárias, ensaios publicados em revistas e jornais, prefácios e posfácios à sua obra, etc.

Os estudos mais relevantes sobre a obra do poeta estão mencionados na Bibliografia que está no livro de Zenir Campos Reis, livro esse que, até hoje, é a coletânea mais completa dos poemas de Augusto dos Anjos e, até onde sabemos, a única edição crítica de todos esses poemas. É a grande obra de referência.

## 5. ÚLTIMAS PALAVRAS

A poesia de Augusto dos Anjos sobreviveu, e sobreviveu por aquilo que tinha de melhor, ou de pior, a linguagem. A crítica que se fez à linguagem científica é justa, mas não é precisa. A função de uma palavra no interior de um verso tem menos valor semântico do que valor musical. E ainda que “encéfalo absconso que a constrija” possa parecer um verso de mau gosto, é um verso dotado de grande poder musical e expressivo.

Quando lemos um poema como “A ideia” —

*De onde ela vem?! De que matéria bruta*

*Vem essa luz que sobre as nebulosas*

*Cai de incógnitas criptas misteriosas*

*Como as estalactites duma gruta?!*

*Vem da psicogenética e alta luta*

*Do feixe de moléculas nervosas,*

*Que, em desintegrações maravilhosas,*

*Delibera, e depois, quer e executa!*

*Vem do encéfalo absconso que a constrija,*<sup>[1]</sup>

*Chega em seguida às cordas do laringe,*

*Tísica, tênue, mínima, raquítica...*

*Quebra a força centrípeta que a amarra,*

*Mas, de repente, e quase morta, esbarra*

*No molambo da língua paralítica!*

— encontramos nele aqueles termos estranhos a uma poesia: matéria bruta, nebulosa, criptas, psicogenética, etc. Mas todos esses elementos estranhos estão perfeitamente concatenados. Não são elementos estranhos, são elementos orgânicos. E a descrição da ideia é perfeita. Ela tem a enormidade do céu quando se forma em nosso cérebro, mas vai perdendo força e se torna quase nula ao ser verbalizada.

É o mesmo que enuncia o poema “Inania verba” do parnasiano Olavo Bilac.

É um poema magistral. Contudo, enquanto o poema de Augusto dos Anjos explica o processo, o de Bilac apenas constata.

<sup>24</sup> CARPEAUX, 2010, p. 1949.

<sup>25</sup> Reis enumera 31 edições até 1971. Hoje, o número de edições é incalculável; pode-se encontrar, nas livrarias, mais de vinte edições simultâneas, de várias editoras.

<sup>26</sup> BANDEIRA, 2009, p. 143.

<sup>27</sup> SODRÉ, 1976, p. 459.

Ah! quem há de exprimir, alma impotente e escrava,  
 O que a boca não diz, o que a mão não escreve?  
 – Ardes, sangras, pregada à tua cruz, e, em breve,  
 Olhas, desfeito em lodo, o que te deslumbra...  
 O Pensamento ferve, e é um turbilhão de lava:  
 A Forma, fria e espessa, é um sepulcro de neve...  
 E a Palavra pesada abafa a Ideia leve,  
 Que, perfume e clarão, refulgia e voava.  
 Quem o molde achará para a expressão de tudo?  
 Ai! quem há de dizer as ânsias infinitas  
 Do sonho? e o céu que foge à mão que se levanta?  
 E a ira muda? e o asco mudo? e o desespero mudo?  
 E as palavras de fé que nunca foram ditas?  
 E as confissões de amor que morrem na garganta?<sup>28</sup>

Mas os poemas de Augusto dos Anjos nunca falam de amor.<sup>29</sup> O poeta escreve para si próprio. É quase sempre um monólogo, um solilóquio. E mesmo quando é um diálogo, é um diálogo íntimo, dele com ele mesmo.<sup>30</sup>

#### Versos íntimos

Vês?! Ninguém assistiu ao formidável  
 Enterro de tua última quimera.  
 Somente a Ingratidão – esta pantera –  
 Foi tua companheira inseparável!  
 Acostuma-te à lama que te espera!  
 O Homem, que, nesta terra miserável,  
 Mora, entre feras, sente inevitável  
 Necessidade de também ser fera.  
 Toma um fósforo. Acende teu cigarro!  
 O beijo, amigo, é a véspera do escarro,  
 A mão que afaga é a mesma que apedreja.  
 Se a alguém causa inda pena a tua chaga,  
 Apedreja essa mão vil que te afaga,  
 Escarra nessa boca que te beija!<sup>31</sup>

E se ele não fala de amor é porque o amor, tampouco, serve de resposta para o sofrimento da vida. No amor, é engendrada a morte. Nenhuma resposta é encontrada, portanto, no amor. E assim como não há resposta no amor, não há resposta nos Céus. Toda essa busca se resume nisto:

E, em vez de achar a luz que os Céus inflama,  
 Somente achei moléculas de lama  
 E a mosca alegre da putrefação!<sup>32</sup>

#### BIBLIOGRAFIA:

- BANDEIRA, Manuel (2009). *Apresentação da poesia brasileira*. São Paulo: Cosacnaif.  
 BOSI, Alfredo (1969). *O pré-modernismo*. São Paulo: Cultrix.  
 CANDIDO, Antonio (1969). *Formação da Literatura Brasileira. Momentos decisivos*. São Paulo: Livraria Martins.  
 CARPEAUX, Otto Maria (2010). *História da literatura ocidental*. Brasília: Senado Federal.

<sup>28</sup> BILAC, p. 141.

<sup>29</sup> "Falas de amor, e eu ouço tudo e calo! / O amor na Humanidade é uma mentira." "Idealismo", 1906.

<sup>30</sup> Augusto dos Anjos tem um poema chamado "Versos de amor", mas é uma crítica a um poeta erótico. Não são versos de amor.

<sup>31</sup> 1906.

<sup>32</sup> "Idealização da humanidade futura", 1909.



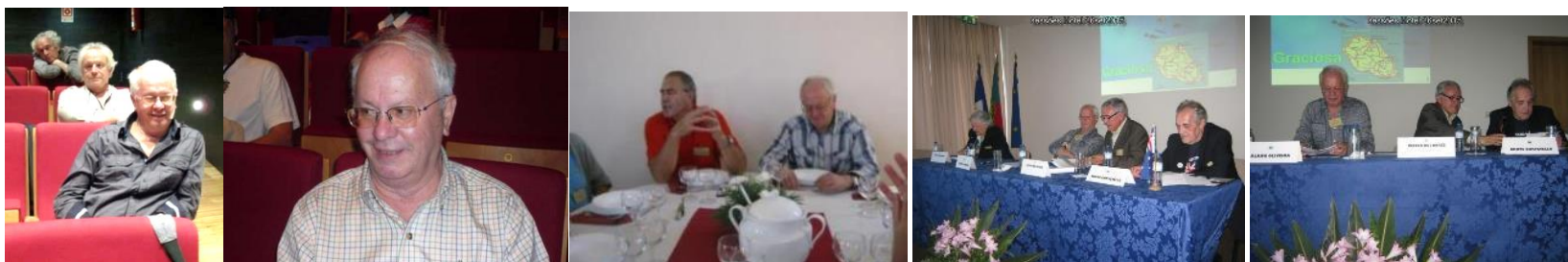
LIMA, Alceu Amoroso (1968). *Introdução à Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Agir.  
 REIS, Zenir Campos (1977). *Augusto dos Anjos: Poesia e Prosa*. São Paulo: Ática.  
 SILVA RAMOS, Péricles Eugênio da (1965). *Poesia simbolista. Antologia*. São Paulo: Melhoramentos.  
 SODRÉ, Nelson Werneck (1976). *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

É SÓCIO DA AICL.

PARTICIPOU NO 18º COLÓQUIO GALIZA 2012, 20º SEIA 2013, 21º MOINHOS PORTO FORMOSO 2014, 22º SEIA 2014, 24º GRACIOSA 2015

[Regressar índice](#)

## 2) ÁLAMO OLIVEIRA, ESCRITOR, TERCEIRA. AÇORES, AICL



GALIZA 2012 GRACIOSA 2015

**(José Henrique do) ÁLAMO OLIVEIRA** (José Henrique do) nasceu na Freguesia do Raminho – Ilha Terceira, Açores –, em 1945.

Depois dos estudos no Seminário de Angra, foi funcionário em diversos departamentos governamentais ligados à Cultura.

Como escritor, tem 36 livros publicados com poesia, romance, conto, teatro e ensaio.

Está representado em mais de uma dezena de antologias de poesia e de ficção narrativa, em Portugal e no estrangeiro.

Tem poesia e prosa traduzidas para Inglês, francês, italiano, espanhol, croata, esloveno e japonês.

O seu romance *Já não gosto de chocolates* foi traduzido e publicado nos Estados Unidos da América e no Japão. *Até Hoje, memórias de cão* (3ª edição) recebeu o prémio «Maré Viva», da Câmara Municipal do Seixal, em 1985; *Solidão da Casa do Regalo* (teatro) recebeu o prémio «Almeida Garrett», em 1999. Em abril de 2002, a Portuguese Studies Program, da Universidade da Califórnia em Berkeley, convidou-o, na qualidade de «escritor do semestre», para lecionar a sua própria obra aos estudantes de Língua Portuguesa – sendo o primeiro português a receber tal distinção. Com algumas incursões na área das Artes Plásticas (exposições individuais e coletivas em Angra, Ponta Delgada, Lisboa, Porto e Guiné-Bissau, nas décadas de 60 a 80), criou mais de uma centena de capas para livros. Em 2010, foram-lhe conferidas as seguintes distinções: Insígnia Autonómica de Reconhecimento do Governo Regional dos Açores e Grau de Comendador da Ordem de Mérito da Presidência da República.

### BIBLIOGRAFIA

- Oliveira. Álamo. 1968. A minha mão aberta. Opúsculo, ed. autor  
 Oliveira. Álamo. 1971. Pão Verde, esgotado, ed. autor  
 Oliveira. Álamo. 1972 in 14 poetas de aqui e de agora (Antologia). Angra do Heroísmo. União Gráfica Angrense  
 Oliveira. Álamo. 1973. Poemas de(s)amor, poesia esgotado. Tip. Fernandes  
 Oliveira. Álamo. 1974. Morte ou vida do poeta. Teatro. Angra, Livr. Adriano G de Figueiredo  
 Oliveira. Álamo. 1974. Fábulas, poesia, esgotado ed. autor  
 Oliveira. Álamo. 1974. Um Quixote. 2ª ed. Teatro  
 Oliveira. Álamo. 1976. Os quinze misteriosos mistérios. Poesia, esgotado ed. autor  
 Oliveira. Álamo. 1977. Manuel, seis vezes pensei em ti, teatro ed. autor  
 Oliveira. Álamo. 1977 in Antologia de poesia açoriana do séc. XVIII a 1975 de Pedro da Silveira. Lisboa ed. Sá da Costa  
 Oliveira. Álamo. 1978. Manuel. seis vezes pensei em ti, peça em duas talhadas com dez pevides, posfácio de E Ferraz da Rosa, teatro, 2ª ed. Angra ed. autor.  
 Oliveira. Álamo. 1978. Almeida Firmino, Poeta dos Açores. Ensaio, poesia, ed. DRAC. SREC, esgotado  
 Oliveira. Álamo. 1978 in Antologia panorâmica do conto açoriano, sécs. XIX e XX, org., prefácio e notas de João de Melo. Lisboa ed. Vega  
 Oliveira. Álamo. 1979. Cantar O Corpo. Poesia, esgotado. Angra. União Gráfica Angrense ed. autor  
 Oliveira. Álamo. 1980. Eu Fui Ao Pico Piquei-Me, poesia, esgotado, ed. autor



- Oliveira. Álamo. 1982. Uma Hortênsia Para Brianda. Teatro, ed. Separata Atlântida
- Oliveira. Álamo. 1982. Abordagem" (teatral) a "Quando o mar galgou a terra" de Armando Côrtes-Rodrigues, Ensaio, separata da "Atlântida". Angra do Heroísmo
- Oliveira. Álamo. 1982. Burra Preta Com Uma Lágrima, ficção, ed. autor
- Oliveira. Álamo. 1982. Itinerário das Gaivotas, poesia, ed. SREC. DRAC esgotado
- Oliveira. Álamo. 1982. «Nota de abertura ou Almeida Firmino, um poeta a recuperar» in Firmino, Almeida. Narcose: obra poética completa. Angra do Heroísmo. SREC. pp. 9-20.
- Oliveira. Álamo. 1982. O presépio de esferovite: São Bartolomeu da Terceira com Etelvina Fraga, Manuel Fernandes, ed. DRAC. Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Angra
- Oliveira. Álamo. 1983 in Antologia The Sea Within, a selection of Azorean poets, ed. Gávea-Brown. EUA
- Oliveira. Álamo. 1983 in 12 poetas dos Açores, org. e notas de Emanuel Jorge Botelho. Lisboa: IN-CM.
- Oliveira. Álamo. 1983. Nem mais amor que fogo, poesia, com Emanuel Jorge Botelho. Angra ed. autor
- Oliveira. Álamo. 1983. Em louvor do Divino Espírito Santo: fotomemória de Francisco Ernesto de Oliveira Martins, conto de Álamo O. Angra. DRAC. DS Emigração. IN-CM
- Oliveira. Álamo. 1984. Missa Terra Lavrada. Teatro, ed. DRAC. SREC
- Oliveira. Álamo. 1984. Sabeis quem é este João? Teatro, peça sobre o beato João Baptista Machado, ed. Separata Atlântida vol. 29 pp. 3-68 IAC
- Oliveira. Álamo. 1984. Triste vida leva a garça. 1ª ed., Ed. Ulmeiro
- Oliveira. Álamo. 1985. «Terceirense e Pintor: José Lúcio» Atlântida vol. XXX 2º sem. Angra do Heroísmo IAC pp. 34. 35.
- Oliveira. Álamo. 1986. Até hoje, memórias de cão, Romance. 1ª ed. Ulmeiro, esgotado
- Oliveira. Álamo. 1986. Textos Inocentes. Poesia, ed. autor
- Oliveira. Álamo. 1987. O traje nos Açores, com João Afonso. 2ª ed. Angra. Secretaria Regional dos Assuntos Sociais
- Oliveira. Álamo. 1987. Até hoje, memórias de cão, Romance. 2ª ed., Ulmeiro esgotado
- Oliveira. Álamo. 1987 Interação entre atividades culturais na região e ao nível local, correntes "ascendentes" e "descendentes". Ponta Delgada. UAç
- Oliveira. Álamo. 1987. Erva-Azeda. Poesia. Angra do Heroísmo
- Oliveira. Álamo. 1988. Açores, com fotografia de Maurício Abreu, intro e seleção de textos de Álamo Oliveira, inglês Joaquim Nascimento. Setúbal. Ed. M Abreu e V. Figueiredo
- Oliveira. Álamo. 1988. Até hoje, memórias de cão. Romance. 3ª ed., Angra, ed. Signo
- Oliveira. Álamo. 1990. O cenário de uma geração. Angra do Heroísmo, inédito 19 pp. Congresso de Literaturas Lusófonas de Expressão Portuguesa, Casa dos Açores de Lisboa.
- Oliveira. Álamo. 1990. A Madeira é um jardim, Raminho, ed. Álamo Oliveira. Tip. Serafim Silva. Artes Gráficas. Maia
- Oliveira. Álamo. 1991. Contos Com Desconto. Contos. Angra do Heroísmo: IAC
- Oliveira. Álamo. 1992. Impressões de boca. Angra do Heroísmo: SREC DRAC, esgotado
- Oliveira. Álamo. 1992. Pátio d'Alfândega. Meia-Noite, romance, ficção. col. Chão da Palavra. Lisboa ed. Vega
- Oliveira. Álamo. 1992. Eugénio de Andrade nos Açores. Núcleo Açoriano da Fundação Eugénio de Andrade. Ponta Delgada. Câmara Municipal
- Oliveira. Álamo. 1994. Manuel, seis vezes pensei em ti. 2ª ed. Teatro, ed. Jornal de Cultura
- Oliveira. Álamo. 1994. Pai, a sua benção: Antologia de textos de autores açorianos. Ponta Delgada. DRAC.
- Oliveira. Álamo. 1994. A história da Belárvore na cidade da Burocrácia, com desenhos de Virgílio Toste. Angra. Direção-geral de Organização e Administração Pública
- Oliveira. Álamo. 1994. Açores, Azores com Maurício Abreu, versão inglesa de Vanessa Seed, ed. de M Abreu e Victor Figueiredo. 1ª ed. Setúbal. Corlito
- Oliveira. Álamo. 1995. Burra preta com uma lágrima. 2ª ed., romance. Lisboa, ed. Salamandra.
- Oliveira. Álamo. 1995. Os sonhos do infante. 2ª ed., Teatro. Ponta Delgada. Jornal de Cultura
- Oliveira. Álamo. 1995. Impressões de boca. ilustrações David Almeida, col Gaivota 76. SREC
- Oliveira. Álamo. 1995. Olá pobreza, textos de pompa e circunstância. Ponta Delgada. Ed. Éter
- Oliveira. Álamo. 1995. E choveu papel, com Luís Belerique e Miguel Silveira. Angra. Direção Regional da Organização e Administração Pública
- Oliveira. Álamo. 1995. Pai, a sua benção. Antologia de textos açorianos, org por Álamo, Ana Maria Bruno, Mariana Mesquita e Susana Rocha, ed. Coingra. SREC. DRAC
- Oliveira. Álamo. 1996. O homem suspenso. Supl. Açoriano de Cultura nº 43
- Oliveira. Álamo. 1996. Olá. Pobreza! Ensaio, ed. Jornal de Cultura
- Oliveira. Álamo. 1996. Os sonhos do Infante, teatro. Angra. Grupo de teatro Alpendre
- Oliveira. Álamo. 1997. Com perfume e com veneno, contos. Lisboa, ed. Salamandra
- Oliveira. Álamo. 1998. Mar de baleias e de baleeiros, com João Afonso. Museu dos Baleeiros. Lajes ed. SREC
- Oliveira. Álamo. 1998. António, porta-te como uma flor, gravuras de António Dacosta. Lisboa, ed. Salamandra
- Oliveira. Álamo. 1999. Já não gosto de chocolates, romance. Lisboa, ed. Salamandra
- Oliveira. Álamo. 1999. Morte que mataste lira, com Carlos Alberto Moniz, Teatro, Lisboa ed. Dito E Feito
- Oliveira. Álamo. 1999. Almeida Garrett, ninguém, teatro. Alpendre Teatro, ed. autor
- Oliveira. Álamo. 2000. A Solidão da Casa do Regalo, Prémio de Teatro Almeida Garrett 1999, ed. Salamandra
- Oliveira. Álamo. 2000. Memórias de ilha em sonhos de história. Poemas sobre aquarelas de Álvaro Mendes, ed. Álvaro Mendes
- Oliveira. Álamo. 2000 in Nove Rumores do Mar, Antologia de Poesia Açoriana Contemporânea org. Eduardo Bettencourt Pinto e Vamberto Freitas, I. Camões e Seixo Publishers
- Oliveira. Álamo. 2000. Valter Vinagre, espírito nas ilhas, com Valter Vinagre, Manuel Hermínio Monteiro, ed. Instituto Camões. Ministério dos Negócios Estrangeiros
- Oliveira. Álamo. 2001. Cantigas do fogo e da água, quadras sobre aquarelas de Álvaro Mendes, teatro. Teatro do Ser, atuações 2002, 2003, 2006

- Oliveira. Álamo. 2002. Judite, nome de guerra de Almada Negreiro, Adaptação. Teatro
- Oliveira. Álamo. 2002. NEO 1 vol. 1 com Urbano Bettencourt, Adelaide Monteiro Batista, Carla Silva, Pedro Alvim Pinheiro, ed. Deptº de Línguas e Literaturas Modernas. UAç
- Oliveira. Álamo. 2002. O homem que era feito de rede, com Katherine Vaz e Vamberto Freitas, ed. Salamandra
- Oliveira. Álamo. 2003. O meu coração é assim. Antologia editada por Diniz Borges, ed. Câmara Municipal de Angra do Heroísmo
- Oliveira. Álamo. 2003. Até hoje, memórias de cão. 2ª ed. Romance, ed. Salamandra
- Oliveira. Álamo. 2003. Angra. cidade do mundo. Sanjoaninas 2002. Terceira. Açores, foto de Carlos Garcia, ed. Fotoletras
- Oliveira. Álamo. 2004. Pedro da Silveira 1922-2003, um breve perfil. Boletim do NCHorta vol. 13
- Oliveira. Álamo. 2004. A Solidão da Casa do Regalo; Almeida Garrett. ninguém. Teatro. 2ª ed. ed. Salamandra
- Oliveira. Álamo de. 2005. "As mulheres em 'Já não gosto de chocolates'" em M. Marujo, A. Baptista e R. Barbosa (ed.) Congresso A vez e a voz da mulher imigrante portuguesa. The Voice and Choice of Portuguese Immigrant Women. Proceedings 1<sup>st</sup> International Conference. Toronto. University of Toronto. Dept of Spanish and Portuguese pp. 68-71
- Oliveira. Álamo. 2005. Açores, Azores com Maurício Abreu, versão inglesa de Peter Ingham, ed. M Abreu e Victor Figueiredo. 2ª ed. Setúbal, Fotografia e Ed. Lda.
- Oliveira. Álamo. 2006. I No Longer Like Chocolates. Trad. Diniz Borges. San Jose. PHPC
- Oliveira. Álamo. 2007. Voices from the islands, an Anthology of Azorean Poetry. John M K Kinsella. Gávea-Brown Publications. Providence. Rhode Island
- Oliveira. Álamo. 2007. Açores profundos, Profound Azores, com Paulo Filipe Monteiro e Madalena San-Bento, trad Patrícia Correa Costa. Porto. Caixotim Ed.
- Oliveira. Álamo. 2007. Terceira, uma ilha sempre em festa, foto João Costa. edição bilingue. Praia da Vitória, ed. Blu
- Oliveira. Álamo. 2007. O ciclo do Espírito Santo. The Holy Ghost Cycle com João Manuel Magina Medina, João António Martins, Ana Martins. Angra, ed. J M M Medina
- Oliveira. Álamo. 2008. "Já não gosto de chocolates" Ed. Japonesa Random House Kodansha
- Oliveira. Álamo. 2008. Terceira, a ilha dos Impérios. Terceira Impérios Island com Mário Duarte e trad de Alexandra Grilo. Praia da Vitória, ed. Blu
- Oliveira. Álamo. 2010. Andanças de pedra e cal 1ª ed. Praia da Vitória, ed. Blu
- Oliveira. Álamo. 2010. Padre, Filho, Espírito Santo e o Futuro. IV Congresso Internacional sobre as Festas do Espírito Santo. PHPC. San Jose. Califórnia
- Oliveira. Álamo. 2010. Passos de nossos avós, ed. Manuela Marujo, Aida Baptista.
- Oliveira. Álamo. 2011. Caneta de tinta permanente na poesia popular, dedicado a Manuel Caetano Dias "Caneta". Nova Gráfica ed. autor
- Oliveira. Álamo. 2011 in Antologia Bilingue de Autores Açorianos Contemporâneos, de Helena Chrystello e Rosário Girão. AICL, ed. Calendário de Letras, V. N. de Gaia
- Oliveira. Álamo. 2011 in Antologia da Memória poética da Guerra Colonial. Roberto Vecchi, Margarida C Ribeiro (org.). Fotos: Manuel Botelho. Notas: Luciana Silva e Mónica Silva. 1.ª ed. Porto: Afrontamento. Poesia. ISBN 9789723611748. 648 págs.
- Oliveira. Álamo. 2012 in Antologia de Autores Açorianos Contemporâneos, de Helena Chrystello e Rosário Girão. AICL, ed. Calendário de Letras, V. N. de Gaia
- Oliveira. Álamo. 2012. Quatro prisões debaixo de armas, Teatro, baseado no conto homónimo de Vitorino Nemésio, prefácio de A M Machado Pires, ed. autor
- Oliveira. Álamo. 2013. Adelaide Freitas. Atas 19º colóquio da lusofonia. Maia. S Miguel. Açores
- Oliveira. Álamo. 2013. Portugal pelo mundo disperso, coord de Teresa Cid. 1ª ed. Lisboa, Tinta da China
- Oliveira. Álamo. 2013. Coletânea de Textos Dramáticos de Helena Chrystello e Lucília Roxo. AICL, Colóquios da Lusofonia, ed. Calendário de Letras, V. N. de Gaia
- Oliveira. Álamo. 2013. Murmúrios com vinho de missa. 1ª ed. Angra. Letras Lavadas
- Oliveira. Álamo. 2013. Murmúrios com vinho de missa. 2ª ed. Ponta Delgada. Letras Lavadas
- Oliveira. Álamo. 2014. No centenário de nascimento do pintor António Dacosta 1914-2014, IAC, Atlântida vol. LIX
- Oliveira. Álamo. 2014. Marta de Jesus. a verdadeira. Letras Lavadas.
- Oliveira. Álamo. 2014. Madalena Féris Atas 20º colóquio da lusofonia. Seia. Portugal
- Oliveira. Álamo. 2015. Um escritor açoriano Manuel Machado Atas 24º Colóquio da Lusofonia. Graciosa. Açores

#### Antologias (mais recentes)

In Antologia (Bilingue) Autores Açorianos Contemporâneos, ed. Calendário de Letras, AICL, VN de Gaia, 2011

In Antologia (Monolingue) Autores Açorianos Contemporâneos, ed. Calendário de Letras, AICL, VN de Gaia, 2012.

Viaje aqui pelos

#### 1. [CADERNO DE ESTUDOS AÇORIANOS # 5](#)

#### 2. [SUPLEMENTO DOS CADERNOS DE ESTUDOS AÇORIANOS #5](#)

Vídeos do AUTOR:

#### 3. [A TRECEIRA DE JASUS](#)

#### 4. <https://www.youtube.com/watch?v=FEeyiakpWiQ>

#### 5. <http://www.youtube.com/watch?v=yg5KN9d0IX4>

#### 6. <https://www.youtube.com/watch?v=Mz-lULWc5Iq>

#### 7. [Vídeo homenagem AICL 1 2013](#)

#### 8. [Vídeo homenagem AICL 2 2013](#)

#### 9. [Vídeo homenagem Seia 2013](#)

#### 10. [VIDEO HOMENAGEM AICL AO AUTOR-2 ESTH-IPG 2014](#)

**TEMA: 3.1. A KRÍTICA PUÉTICA, SOBRE UM TEXTO DE URBANO BETTENCOURT, O GATO QUE NÃO TINHA CAMA SUA**

Em 1958, no suplemento de Artes e Letras «Quarto Crescente» (jornal «A União») Urbano Bettencourt fez publicar um texto que, só aparentemente, parece arrelhar o leitor.

Alguns anos mais tarde, o autor repescou esse texto e devolveu-lhe a importância

Literária e técnica a que tinha direito.

Como se sabe, Urbano Bettencourt é um dos melhores críticos da Literatura açoriana.

**TEMA: 3.1. O GATO QUE NÃO TINHA CAMA SUA**

A primeira metade da década de 80 do século passado, mostrou uma ampla preocupação com a afirmação da existência de uma literatura açoriana. Os vários suplementos de Artes e Letras que, então, se publicavam nos jornais dos Açores, revelam uma polémica que, parecendo útil, teve um desfecho que só muito mais tarde veio a ser tido em linha de conta. Isto é: ultrapassaram-se grandes e científicos argumentos derramados através da ciência académica das ilhas e do continente e a Universidade dos Açores passou a ter uma Cadeira de Literatura Açoriana, que foi bastante precedida pela Brown University, através de Onésimo Teotónio Almeida, verdadeiro pioneiro do ensino da fantasmática Literatura. Aliás, Onésimo Almeida dera, na primavera de 1983, uma espécie de indefensável pontapé de saída, promovendo e organizando, através do Departamento de Estudos Brasileiros e Portugueses da Brown, dirigido, na altura, pelo Professor George Monteiro, o I Simpósio sobre a Literatura Açoriana, que se estendeu a várias universidades da Costa Leste americana e canadiana, bem como a algumas comunidades de predominância açoriana no grande estado da Califórnia.

Lembre-se que esta discussão, tão pública quanto académica, chegou após a expansão editorial acontecida sob os auspícios da Secretaria da Educação e Cultura dos Açores, orientada pela preocupação de mostrar que a Cultura açoriana, tendo o folclore como uma mais valia de unidade sociocultural, podia também relevar a produção literária, nomeadamente a da poética, dos escritores e poetas açorianos, residentes ou não, alguns com nome já reconhecido e outros a emergir como canteirinho de nabos sadios. Culturalmente, os primeiros governos dos Açores procuraram valorizar, e até sobrevalorizar, tudo quanto podia contribuir para o aperfeiçoamento do desenho duma identidade do povo açoriano, de forma a justificar a jovem autonomia.

E houve ajudas: em 1977, Pedro da Silveira publicou, através da editora Sá da Costa, a Antologia de Poesia Açoriana do Século XVIII a 1975. O seu prefácio despoletou, de uma vez por todas, aquilo a que se chamou a «questão da literatura açoriana». Em 1984, o poeta Emanuel Jorge Botelho publicou, na Imprensa Nacional – Casa da Moeda, uma criteriosa antologia com uma dúzia de poetas, a que chamou Sempre disse tais coisas esperando na vulcanologia. Um longo posfácio, assinado por Luís de Miranda Rocha, justifica a presença dos 12 poetas, ressaltando que os ausentes também poderiam ter marcado presença sem qualquer desmerecimento.

No entanto, a escolha de Emanuel Jorge Botelho não foi inocente. Ela assentou no grupo de poetas que dera voz à contestada guerra colonial e que se opusera à desenfreada emigração. Esse grupo tinha também a particularidade de apresentar uma diferença de idades muito curta, podendo dizer-se que eram todos da mesma geração, quase.

Aos temas mais tratados pelo grupo escolhido por Emanuel Jorge Botelho, na altura da publicação da antologia, acrescenta-se a atenta observação aos primeiros passos socioculturais da autonomia. (Isto dito assim parece uma observação de Monsieur de la Palisse, mas importa lembrar que a autonomia não foi uma conquista popular, mas uma conquista dos políticos consentida pelo povo. Ainda hoje o povo açoriano tem pouco a dizer sobre as conquistas da autonomia. Continuam a dar-lhe com uma mão o que lhe tiram com a outra). Mas andava-se à procura de quem fosse capaz de desmontar a postura demasiado circunspeta da escrita dos autores açorianos. Os que ousavam manifestar a sua opinião também não saíam da seriedade de opiniões, quase sempre emocionais e pouco estruturadas criticamente.

A «questão da literatura açoriana» durou anos e contou com combatentes de grande mérito. Mas não é este o propósito desta intervenção que apenas pretende lembrar que o humor andou bastante arredado desta discussão. Sem humor, os temas, por mais importantes que sejam, funeralizam-se a si próprios. Lembre-se, como exceção, o texto «Subsídios para o estudo das literaturas islenhas», de Vasco Pereira da Costa, publicado na revista «Vértice», nº 448 (maio-junho, 1982), e republicado no livro A Questão da Literatura Açoriana, organizado por Onésimo Teotónio Almeida, sendo o título 32 da Coleção Gaivota, da Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1983.

Os suplementos de Artes e Letras dos jornais açorianos – entre eles, «Quarto Crescente» do jornal «A União» – continuaram a dar espaço a este tema. No número 123 do suplemento agora citado, de 8 de novembro de 1985, foi publicado um texto de Urbano Bettencourt que, aparentemente (só), parecia estar fora da discussão. Vinte e cinco anos mais tarde, esse texto viu a sua primeira autoria ser outorgada para um tal Ernesto Gregório, que escreveu um longo obituário sobre o poeta Joaquim António da Silva. No texto assinado por Urbano Bettencourt, o poeta chamava-se também Joaquim, mas com os apelidos «da Ponte Levadiça».

Estas alterações não passam de minudências se comparadas com o título primeiro que, vistas bem as coisas, poderá ter despoletado o mais recente acordo ortográfico. A Krítika (com 2 ks) Puétika (pu com u e mais 1 k) – título desaparecido na versão do livro Que Paisagem Apagarás, edição Publiçor, 2010 – tem, nas duas publicações, um ponto comum: a análise minuciosa à primeira estrofe de um poema cuja autoria é dos «dois poetas-um» já mencionados e que faz o enunciado da posse linguística, não em termos ortográficos, mas em termos ideológicos e geográficos. Eis a estrofe:

Gato que mijas na cama  
Como se fosse na rua  
Não faças disso um drama  
Porque a cama não é tua.

Ficaram intrigados os dois críticos (Urbano e Ernesto) pelo facto de a quadra ter exatamente quatro versos e de ser escrita em português. Segundo eles, «trata-se de uma língua cada vez mais rara e que apenas vai sobrevivendo naquelas comunidades e regiões (Ilhéus da Madalena, Ilhéus das Cabras, por exemplo) a que ainda não se tornou extensivo o ensino do português.»

O poeta morto (o Joaquim) – homem de muitos saberes doados em explicações para todos os graus de ensino, desde o primário ao superior – legou uma poesia de «intervenção moralizante» e «psicologicamente aliviadora», apesar do despeito por um amor não correspondido, cabendo ao gato conseguir a desforra.

Os dois críticos propõem ainda, ao leitor, um exercício de arbitrariedade estrutural dos quatro versos, ficando a quadra assim refeita:

*Porque a cama não é tua  
Não faças disso um drama  
Gato que mijas na cama  
Como se fosse na rua.*

Dizem que os censores (tanto os oficiais como os oficiosos) nunca permitiram a publicação desta quadra. Desavergonhadamente, deram-se ao luxo de a substituir por outra de poeta «praticamente desconhecido», assim:

*Gato que brincas na rua  
Como se fosse na cama  
Invejo a sorte que é tua  
Porque nem sorte se chama.*

O espólio do poeta é grande – dizem: três sacas da América cheias de inéditos.

O texto de Ernesto Gregório mereceu, da parte da viúva de Joaquim António da Silva, um longo esclarecimento. Escreveu D. Doroteia Benevides da Silva que é falsa a estória das três sacas da América. O próprio poeta comprou em Lisboa um baú de tamanho pessoano para depósito do seu espólio. Elucidou ser falso o amor não correspondido. Ela assegura quarenta anos de felicidade e o resto resultou de más leituras e de interpretações erróneas. D. Doroteia garantiu também a isenção político-partidária do seu marido-e-poeta Joaquim.

Que Paisagem Apagarás, tal como Algumas das Cidades (edição do Instituto Açoriano de Cultura, 1995) são livros que contêm textos que mereceram ser revisitados por Urbano Bettencourt, colhendo reescritas que trouxeram sorrisos coloridos por desvendamentos psicossociais e que têm o condão de evitar o uso das máscaras da sisudez, se bem que, por vezes, se fique na fronteira do riso amargo ou do britânico humor negro. Curiosamente, o humor de Urbano Bettencourt é bastante coloquial e é raro não ser entendido na sua real interpretação. Cáustico, sarcástico, negro, amarelo, cor-de-rosa, o humor quando chega ao destino é camaleónico. Fica moldado no recetor.

É fácil pensar que textos desta natureza são de construção libertina. Mas não são. Atrás do que nos parece leviano fica uma crítica cheia de ensinamentos, desde os conteúdos à forma, onde se procura o equilíbrio entre o que importa dizer e a roupagem vocabular de que o autor se serve para destacar essa importância. As incursões por uma escrita bem-humorada assentam em bases sólidas autenticadas pela teorização de princípios literários e linguísticos. Como se sabe, Urbano Bettencourt pôde desenvolver o seu poder de crítico, não só através da vocação sábia dos processos analíticos da «causa» literária, como teve a oportunidade de equacionar os seus saberes com os que foi adquirindo e aplicando pedagogicamente através do ensino, a nível universitário, da literatura açoriana. Por isso, todos devem a Urbano Bettencourt a generosidade do mais abrangente conhecimento do que é a literatura açoriana, sem preconceitos advindos de teorizações e entendimentos academicamente dogmáticos, mesmo que lhe assistam todas as razões e não se justifique essa definição, que não morrerá de solidão caso ela se fique fronteirada pelo regionalismo. A história da Literatura portuguesa ficará enriquecida se permitir e desenvolver a existência de uma geografia literária povoada de diferenças de conceitos e de expressão.

São estas as linhas que Urbano Bettencourt usa na costura de análises críticas que tem vindo a fazer sobre o conceito de Literatura açoriana. E não está sozinho. Com ele, entre outros, estão Onésimo Almeida, José Martins Garcia (atenção ao espantoso ensaio de Urbano sobre Martins Garcia a sair muito em breve), José Enes, Pedro da Silveira, Vamberto Freitas, António Machado Pires. Cada um, à sua maneira, tem vindo a deixar a marca que define uma literatura, que vem a crescer e a andar por si própria, amadurecendo de forma sadia sem que se pressinta que a globalização a faça definhar.

A crítica puética, com ks e u, de Urbano Bettencourt, tem essa missão profética de anunciar uma nova forma de aceitar e integrar as, então, consideradas marginalidades literárias e, por isso, tidas como sem importância. Atualmente, essa importância continua a tentar atravessar o cabo da boa esperança, apesar do adamastor persistir vigilante, crivando as entradas com diatribes de má semântica, sem que se lhe reconheça qualquer critério de qualidade. E conclua-se: afinal, o gato já tem cama sua.

*Raminho, fevereiro de 2017, Álamo Oliveira*

É SÓCIO DA AICL

PARTICIPOU NO 18º COLÓQUIO NA GALIZA 2012, 19º MAIA 2013, 20º SEIA 2013, 21º MOINHOS DE PORTO FORMOSO 2014, 25º GRACIOSA 2015

[Regressar índice](#)



### 3) ALEXANDRE BANHOS, FUNDAÇÃO MEENDINHO, GALIZA

Alexandre Banhos Campo nasceu na cidade da Crunha no ano 54, é licenciado em Ciências Políticas e em Sociologia (especialidade de Demografia e População) pela Universidade Complutense de Madrid. É master em Gestom da Formação de Qualidade pela UNED, e especialista em Gestom Económico-financeiro pela USC.

É membro da AGAL, da que foi Presidente, e com anterioridade ocupara já postos no seu Conselho diretivo. Pertence a diversas organizações da Galiza e da Faixa-Leste da Galiza que são de referência, merecendo destaque especial a Associação Pró-Academia Galega.

Foi pessoa envolvida no impulsionamento da constituição da Academia Galega de Língua Portuguesa. É também membro do coletivo Fórum Carvalho Calero, cujo objetivo é pensar e trabalhar sobre assuntos concretos de interesse público e social, e acompanhar a correspondente proposta.

É o Presidente da Fundação Meendinho (declarada de interesse galego), única Fundação da Galiza onde quase a metade do seu órgão de governo, são portugueses. Está ligado ao mundo editor, responsabilizando-se por diversas publicações, como diretor editorial.

Tem participado em múltiplos encontros e congressos a ver com a língua, em muitos deles como relator. Desde há 40 anos, está comprometido com o ativismo cultural.

Tem publicado centos de artigos sobre todo tipo de temáticas, entre eles os de conteúdo linguístico, e foi colaborador habitual e ocasional (ainda é ocasional) de diversos jornais da Galiza. Nos anos 2000 a 2005 formou parte da Comissão Geral de Formação Continuada para os Empregados Públicos em todas as administrações e áreas do estado espanhol e da Permanente de dita Comissão, bem como dos órgãos diretivos neste campo da Federação Espanhola de Municípios e Províncias (FEMP).

É membro do Comité Latino-americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD), tendo participado em vários dos seus congressos, e de outros eventos e organismos. Ocupou também postos de responsabilidade no sindicato CIG. Nos últimos anos tem centrado o seu campo de pesquisa, em pensar o futuro da Galiza desde um hipotético projeto de estatalidade, que bem se pode resumir nos seus contributos ao projeto coletivo ANDA GZ. Tem publicado sobre temas de direito político e constitucional e sobre a organização dos espaços territoriais desde o ponto de vista da eficácia administrativa e social. Além disso anda a trabalhar nos problemas económicos no quadro da crise sistémica, e a construção des/construção do euro, e Europa. Tem publicado trabalhos sobre o tema da configuração política europeia e peninsular.



BRAGANÇA 2010 Moinhos 2014 Graciosa 2015

#### TEMA: 2.3. *ESPAÑHA VERSUS HESPAÑHA. UMA OLHADA DESDE A GALIZA E PORTUGAL, ALEXANDRE BANHOS DA FUNDAÇÃO MEENDINHO*

##### 1. INTRODUÇÃO

Se um dizer, ao pessoal, que Portugal apresentou protesto diplomático em 1830, quando o estado peninsular que não é Portugal se definiu como Espanha, por se atribuir Castela (e suas dependências), um nome que pertencia a todos os peninsulares; a gente vai ficar surpresa.

Se um informar que o Supremo Tribunal de Justiça de esse mesmo outro estado peninsular, até a reforma de 1874/76 se chamava *Consejo de Castill(h)a*, não vai entender muita coisa. Se um apontar que Espanha não teve colónias americanas nunca, que em realidade quem as teve foi o reino de Castela, a surpresa ainda vai ser muito mais grande.

##### 2. LOGO QUE ERA O QUE SE PASSAVA

Pois o que se passa com todo termo que devém uma categoria histórica, que ela muda ao longo do tempo, e que ninguém que pretenda se exprimir com precisão, e mais se ele for cientista, pode projetar realidades do presente, ao passado, pois o resultado vai ser muito confuso, e vai projetar ideologemas subliminais.

O filósofo Michel Foucault, tratando isto com seus alunos, e a sua particular importância, acabou por escrever o seu livro, já ele um clássico, *História da Loucura na Idade Clássica* (*Histoire de la Folie à l'Âge Classique*)<sup>33</sup>, e nele amossa-nos perfeitamente, como uma ideia que semelha tão inteligível como é a da loucura, como ela ao virar uma categoria histórica, foi mudando no seu significado ao longo da história.

33. <http://www.uel.br/projetos/foucaultianos/pages/arquivos/Obras/HISTORIA%20DA%20LOUCURA.pdf>

Hespanha também é uma categoria histórica, cujo significado mudou ao longo dos tempos, e seu significado tampouco foi a mesma coisa para os peninsulares, do que o era para Roma ou o para o Sacro Império Romano-Germânico.

Hespanha teve ao longo da história distintos significados, mudando o seu significado a cada altura, tal e como é próprio de qualquer nome quando ele acaba por ser uma categoria (social).

### 3. - ORIGEM DO NOME HESPANHA

Hespanha é um nome de origem fenícia<sup>34</sup> Mas esse nome pronto foi apropriado pelos romanos, que foram conscientes dele na sua chegada à Hespanha, no contexto das guerras púnicas; é dizer nas guerras com o império fenício de Cartago, e que ao adotá-lo à sua língua, transformaram-no em Hispânia.

A medida que o território peninsular foi submetido pelos romanos, (a costa mediterrânica), a sua vastidão faz que o que era inicialmente uma província a tivessem que dividir, primeiro em duas províncias Hispania Citerior e Hispania Ulterior,



Eis a temporização do avanço romano. Ao pouco de começar o período imperial romano, Hispânia passou a ser constituída por cinco províncias: Tarraconense, Cartaginense, Bética, Lusitânia e Gallaécia. Avançado o império, e após a reforma de Diocleciano que reordena a administração imperial e às províncias, à Gallaécia incorpora-se pelo Leste um novo convento, o Cluniacense, que era parte do que com esse nome pertencia à Tarraconense, e pelo Sul, parte de outro convento da Lusitânia situado aquém do Douro, o Escalabitano. A Lusitânia também é reformada incluindo nela uma pequena fração do convento Cluniacense anteriormente da província Tarraconense, e uma fração significativa da Cartaginense<sup>35</sup>.

E ao território da Hispânia, é incorporada uma sexta província norte-africana, a da Tingitânia. Essa será a Hispânia existente quando Roma ruíu.



### 4. ROMA ESVAIU-SE

A queda do império romano foi um processo no que intervieram fatores muito diversos:

34- Historicamente é um nome que ainda que há algumas controvérsias sobre ele, o maior consenso, é que é de origem fenícia tal e como se aponta na wikipedia.pt que diz que vem: Do fenício שפניא אי *š-pānīm*, "ilha dos hiraxes". Os colonizadores fenícios encontraram coelhos em abundância e confundiram-nos com os hiraxes (pequeno mamífero do norte da África), nomeando a Terra no dialeto canaanita. Desde aquela altura foi identificado o território numa interpretação popular como terra de coelhos. O nome originariamente correspondia a costa mediterrânica, o resto do território para aqueles navegantes estava inexplorado.

35 A estrutura do cristianismo, convertido na religião do império romano, ajusta-se como luva a estrutura administrativa do império, De aí que da Emérita (Mérida) cabeça da Lusitânia dependesse a diocese por ex. de Ávila. A antiga estrutura estabelecida na província lusitana no século III e com cabeça em Mérida (Emérita), fala-nos muito claramente de qual era o âmbito territorial dela: em Portugal: Pace (Beja), Olissipona (Lisboa), Oxonoba (Silves), Elbora (Évora), Idigitania (Idanha a Velha), Conímbriga (Coimbra), Bisson (Viseu). Em Castela: Calabria (Segóvia), Salmantina (Salamanca), Ábula (Ávila), Cauria (Coria) e Numancia (Não determinada, - terras a sul do Douro, Segóvia/Sória) e a própria Mérida. Mapa da Lusitânia, ver nas notas finais



1- As mudanças climáticas que se produzem a partir do século II, e a grande pressão da fome sobre todo nas populações além das fronteiras do império.  
2- O crescimento da desigualdade, com a libertação dos ricos e poderosos, incluída a igreja cristã - já oficial do império -, dos impostos, e a carga brutal deles sobre os homens livres, o que os levou a procurar protetores em troca da sua servidão.

Os anteriores pontos deram lugar a uma crescente pressão nas fronteiras, e crescentes contradições entre o custe de manter o império, com custes muito crescidos, e a (in)capacidade de gerar as receitas e os recursos de todo tipo necessários a esse fim.

Nessa crise, na Hispânia romana, imos ter consolidado o primeiro reino independente dentro do império romano. Esse reino que nasceu no ano de 411 em Braga, adota o nome de *Gallaeciorum regnum*, (reino dos galegos)<sup>36</sup>, tal é como foi denominado nos seus documentos.

Vai ser o seu desenvolvimento diferencial no quadro peninsular, o que vai estar na raiz profunda do nascimento individualizado do reino de Portugal, como exprime o professor Domingos Guimarães Marques na obra “Em Braga Foi Portugal Gerado”<sup>37</sup>

Um século depois, e já ruído totalmente o sistema romano, vai haver na Hispânia outro reino consolidado (507), este adota o nome da etnia que o senhoreia, os visigodos. Quando os concílios de Toledo, que se vão fazer seguindo o modelo dos concílios de Braga, vamos descobrir o que Hispânia significa na altura. Nesse momento, já não significa o que significava no império romano, se não que se refere estritamente ao reino visigodo em parte do seu território de aquém dos Pirenéus, pois esse reino estendia-se por parte da Gália. E após a incorporação do *reino dos galegos* (585), nas atas dos concílios de Toledo, estão presentes os representantes civis e eclesiásticos da Hispânia, da Gallaécia, e da Narbonense ou Septimânia, sem se confundirem, e mantendo esses territórios, ainda estando sob uma única coroa, os seus sistemas de governo diferenciados.

E assim será no momento de desbordarem os seguidores de Maomé, sobre a península ibérica<sup>38</sup>.

No ano 711 os exércitos muçulmanos, na sua guerra de extensão do islão, e devido às divisões nas elites visigóticas e a bagunça existente no reino, apoderam-se em muito pouco tempo da península ibérica, salvo do noroeste peninsular, onde o pagamento de tributo vai garantir certo grau de independência e continuidade. Essa Gallaécia, vai ser o único território na península no que todas as suas dioceses - desde Braga para o norte -, vão manter a continuidade da sua ocupação, sem sofrerem as conturbações de esses tempos, no grau em que se deram no resto da península.

Nesse território do noroeste pronto vai nascer um novo reino que vai ter o nome de Gallaécia<sup>39</sup>, tanto na documentação do reino cristão, como na documentação dos outros reinos cristãos europeus por exemplo na documentação dos Francos e dos Saxões, como na dominação que figura na documentação muçulmana.

**Nessa altura o significado de Hispânia, passa a ser de novo algo diferente; é o nome do território ocupado pelos muçulmanos, frente à Kalaikia (o nome muçulmano), o território sob dominação cristã<sup>40</sup>.**

Nascimento de Castela e Portugal, como nomes de espaços territoriais.

Afonso III (852-910), foi o primeiro grande rei, claramente expansionista e conquistador de territórios, tirando-os do controlo muçulmano, e que além disso enfrentou graves problemas internos, alguns dos quais questionavam a sua condição de rei.

No seu reinado, nos territórios que eram a *marca do leste*, nasce o Condado de Castela no ano de 867, num território - **Alava e Biscaia - que atualmente é o País Vasco**<sup>41</sup>, e pronto aparece na documentação um tal Rui usufruindo o cargo de senhor de Castela.

Sob este mesmo rei no ano 868, nasce o Condado Portucalense, na marca mais ao sul do reino, na cidade de Portucale, usufruindo o cargo o crunhês e impulsionador da sua criação, Vímara Peres primeiro conde de Portucale.

Afonso III por testamento, a sua morte dividiu o reino entre os seus filhos (910), o qual indica-nos que se estavam dando processos diferenciadores nos distintos territórios. Deixa a Garcia, o filho mais velho, Leão, que abrange o leste do que era o seu reino, incluído o território de Castela.

Para o segundo Ordonho (II) é a Galiza - já como território individualizado - e que está limitado ao leste com Leão pelos chamados montes de Leão, dele forma parte o condado Portucalense<sup>42</sup>.

E para o filho mais novo Fruela, deixa as Astúrias, que incluíam grande parte do território atual de Cantábria, as chamadas Astúrias de Santilhana. Enquanto toda a parte ocidental da atual província espanhola das Astúrias, era do reino da Galiza formando parte da diocese de Mondonhede<sup>43</sup>.

36. A historiografia académica de raiz castelhana, chama-lhe reino dos Suevos

37. <http://www.culturminho.pt/Livro/Artigo/9852984>

38. Hoje em Portugal, aceite o facto de Castela usufruir o nome de *espanha*, preferem o termo ibérico que originalmente se referia ao espaço ocupado pelos povos ibéricos, que eram concretamente os que não tinham línguas indo-europeias, frente ao resto que usava variantes do celta, e cuja área geográfica era o leste mediterrânico da península com uma incursão no poente dos Pirenéus, o vasco, que ainda sobrevive

39. Beato de Liebana (atual Cantábria 786, chama Galiza (Gallaécia) a todo o território cristão. Afonso II (791 - 842) na sua correspondência chama-se de rei de toda a Gallaécia

40. Anselmo Lopez Carreira "História de Galicia" de edit. Xerais 2013. O geógrafo Ibn Hawkal, baliza os limites entre a Hispânia e a Galiza (Kallakia) no século X, desde um pouco ao norte de Santarém, até os limites com Navarra/Pamplona.

41. Curiosamente hoje em dia as terras onde Castela nasceu, e cujo centro estava em Álava, ninguém chama hoje de Castela. Olhar mapa nas notas finais.

42. O seu irmão Garcia morre no 914 e ele junta à sua coroa o reino de Leão.

43. A diocese de Mondonhede vinha de ser criada. Segundo Eugen Coseriu, o galaico, é dizer o latim do noroeste peninsular, dá origem a duas variedades muito próximas, cujos centros modelares são Braga e Leão. O galaico ocidental acaba adotando o nome de galego, e o galaico oriental de leonês. Em Portugal ainda são oficiais essas duas línguas, sob o nome de português e mirandês. No galaico ocidental vai haver uma importante literatura medieval (tanto referida ao reino de Portugal como ao de Leão) que é consumida pela corte e a sua contorna, as elites nobres/burguesas. No galaico oriental a criação literária vai ser muito escassa, limitando-se a alguns documentos administrativos referidos a distintas localidades de esse espaço diferenciado. <http://www.academiadelallinqua.com/publicaciones/libreria-facsimilar/>

A partir de esta divisão territorial **individualizam-se os nomes dentro do reino**, e só no âmbito exterior, como por exemplo no reino dos Francos ou na Hispânia (o espaço muçulmano), se seguirá chamando a todo esse espaço cristão, de Gallaécia/Kalaikia

Castela como condado, não teve continuidade de pessoas exercendo tal título. Só no ano 931 com Fernam Gonçalves, ganha por primeira vez um certo poder autónomo.

Porém no ano 1028, na luta de fronteira entre os reinos cristãos, o Condado de Castela passa a estar submetido a coroa de Navarra e deixa pela primeira vez de depender do rei.

O reino de Navarra como o de Aragão, e Marcas Catalãs, nasceram após a criação por Carlos Magno da Marca Hispânica. Isso fala-nos de que na corte culta de Aquisgrão, o sentido romano do nome *hispânia* era uma realidade<sup>44</sup>. Sobre o final do primeiro terço do século IX os senhores da marca ocidental, no território dos vascões, individualizaram um reino que se estendia a norte dos Pirenéus (baixa Navarra) e a sul, num reino, o de Navarra.

##### 5. O APARECIMENTO DUM REINO CHAMADO CASTELA

867 (sob Afonso III)	1065	1157	1158	1217
Nasce o Condado de Castela, no espaço Biscainho, Alavés	Primeiro rei Sancho I (1065-1072) a historiografia castelhanista designa-o como Sancho II	Sancho II (1157-1158) a historiografia castelhanista designa-o como Sancho III	Afonso I (1158-1214) a historiografia castelhanista designa-o como Afonso VIII	Fernando I - a historiografia castelhanista designa-o como Fernando III. Em 1232 (a intervenção de Compostela perante o papado faz que não serva o testamento de Afonso VIII da Galiza/Leão; e os seus reinos passem a estar sob Castela

Castela passa a se converter em reino após a morte do rei Fernando I (1065), que reparte o reino entre os filhos seguindo as individualizações que nos territórios já se davam. Ao seu Filho Sancho, deixou Castela, que por primeira vez aparece como reino. A Afonso, Leão. E a Garcia, Galiza. Garcia no seu breve reinado (1065-1071), vai-se enfrentar ao compostelanismo<sup>45</sup> ao apoiar sempre a Braga. Vai restaurar em Braga a sua condição de cabeça primaz, que fora delegada provisoriamente a Lugo, nos primórdios das invasões muçulmanas. Pensa Braga como o cerne dum reino mais submetido ao seu rei. Após a batalha do Pedroso (1070)<sup>46</sup>, suprime o condado portugalense, que já não voltará a ter mais condes, é quando mais tarde aparecer o reino de Portugal, as suas fronteiras também não vão coincidir com as do território do condado Portucalense<sup>47</sup>.

44. O de se voltar a designar à península de Hispânia vai ser algo que se produz em mosteiros Francos e em Roma, é dizer vai ser algo externo ao espaço peninsular, numa recuperação por via culta de terminologia romana.

45. A criação do mito do apóstolo São Tiago na Hispânia, teve provavelmente origem na corte de Carlos Magno em Aquisgrão. E foi escolhida Compostela, lugar na altura de peregrinação *Priscilianista* (está lá sepultado Prisciliano? Muito provável, nas escavações feitas na catedral os restos achados eram priscilianistas). Na medida em que Compostela (A compositam vilae, a vila bem-feita - Joseph Piel 1989-) crescia e se consolidava, nasceu a sua projeção, que começa a ser importante ao se converter em sede do bispado, que é deslocado a essa localidade desde Iria no 1095. O **Compostelanismo** é a vontade de converter Compostela na cabeça espiritual da península, e por tanto fazer dela uma projeção que vai além da Galiza. O **compostelanismo** político realiza-se sendo determinante sempre nos poderes centrais peninsulares, pois ele aspira a determinar o que se faz na península, desde Compostela. O neo-compostelanismo pensa que a Galiza tinha um projeto de "hespanha" e que tinha uma vontade peninsular. O compostelanismo é contra a Galiza, espaço constrangedor da sua vontade. O compostelanismo fez nascer Portugal como reação ao seu domínio. Para o compostelanismo o sucesso da Galiza, e agir em Castela como espaço da centralidade. Por isso para ele, um Portugal independente é dizer fora da órbita de Castela, deixa de existir. Um exemplo de neo-compostelanismo é a historiografia de Anselmo López Carrera e seus seguidores (isso não é incompatível com fazer achegas historiográficas de muito interesse)

46. Batalha do Pedroso. Quando nasce Portugal como reino com Afonso Henriques, os limites norte de este reino não coincidem com os do condado portugalense, que estavam bem mais ao norte.

47. Nada faz indicar que Garcia fosse um rei fraco ou incapaz, e tudo o contrário, o seu reino foi de toma de decisões e de ser homem de ação. Eu estou seguro que no seu sequestro e prisão, por parte do seu irmão Afonso rei de Leão, mediante uma cilada, que foi Compostela quem não suportava este rei, que urdiu o engano para o sucesso do sequestro.

Eis os limites do condado Portucalense no 1070:



Sancho vai ser o primeiro rei que houve em Castela (1065 a 1072), que até esse momento nunca fora reino<sup>48</sup>. Mas ele não vai ter continuidade. O rei Afonso VII<sup>49</sup>, à sua morte volta a repartir o reino entre os filhos, a Sancho<sup>50</sup> deixa Castela (1154 a 1157). A Fernando (II) deixa Leão, e a parte da Galiza que não constituiu Portugal e que seguirá usufruindo o nome de reino da Galiza<sup>51</sup>. Castela além de ter por segunda vez rei, esta monarquia alcança a continuidade como tal, pois a Sancho II segue-o o seu filho Afonso<sup>52</sup> (1157-1214).

## 6. A APROPRIAÇÃO POR CASTELA DA DESIGNAÇÃO DE ESPANHA<sup>53</sup> OU A UNIFICAÇÃO SOB CASTELA DOS DISTINTOS REINOS

### 6.1. A HISTORIOGRAFIA CASTELHANISTA

48. Dos três irmãos reis, Afonso (VI) mediante trapaçarias, enganos, sequestros e assassinatos, vai reunificar os três reinos, sempre sob a benção de Compostela. À morte de Afonso VI fica de rainha a sua filha Urraca (viúva de Afonso Reimundes e mãe de Afonso VII, que está a cargo de Gelmírez); e a quem o rei pai morrendo, impõe matrimónio com Afonso de Aragão. Em resposta Gelmírez faz **rei da Galiza e rei de Toledo** a Afonso Reimundes, em 1111 com 7 anos. Como instrumento do seu poder, e de Toledo no processo de reclamar a condição de primaz da Espanha para Compostela. Os constantes conflitos da Compostela recém-chegada, com Braga, primaz da Gallaécia, a que se tentam tirar todos os direitos, está na origem da constituição do reino de Portugal na pessoa do puto Afonso Henriques, tutelado pelo bispo de Braga. Nasce o reino de Portugal reinando Afonso VII.

49. No 1026 a morte da sua mãe Urraca e proclamado rei de Leão, e no 1027 em Burgos, de Castela. A partir do 1035 uso o título de **imperador de Hispânia** (sendo o primeiro rei que o faz). Braga foi cabeça da Galiza romana, da Galiza sueva, da Galiza cristã. Após a independência de Portugal as ordens religiosas -com a importância que isso tem - a norte do Minho seguem a depender de Braga, e só a guerra terrorista de Castela contra a Galiza que não constituiu Portugal, guerra de 1476 a 1489/90 se impõe *manu militare* entre 1491 e 92 a dependência de todas as estruturas religiosas do território de Valhadolid e por suposto com todos os cargos castelhanos, num aspeto mais do que o cronista Jerónimo Zurita chamou a *Doma e Castração do Reino da Galiza*. É dizer, por 1500 anos Braga foi a cabeça do território galego, o cerne da Galiza

50. A este segundo rei de Castela, a historiografia castelhanista designa por Sancho III.

51. Poderia bem, ter-se produzido o contrário, que Portugal se chamar Galiza e que o que hoje se chama Galiza se chamar Artábria, território Lucense ou de Compostela. Portugal é um nome que inclui o etónimo galego, pois da desembocadura do Douro vem o nome dos Calecos -os que moravam em Cale -, Portus Cale

52. A esse terceiro rei Afonso, a historiografia castelhanista designa de VIII, numa apropriação como se forem próprios dos reis de Leão. Porém ao coincidir com um rei na Galiza e Leão com o nome de Afonso, essa historiografia dá-lhe a esse Afonso VIII da Galiza-Leão, a numeração de nono, para que Castela se aproprie da historicidade anterior.

53. Penso que se devia distinguir hoje em dia entre Espanha e Hespânia. Reduzindo o nome sem h, ao atual reino de castela/espanha, e com H, recuperando a denominação histórica de definição do território peninsular e por tanto radicalmente enfrentado ao modelo de castela/espanha.

Castela<sup>54</sup>, é abençoada, com o que os politólogos do século XX vão chamar de posição geoestratégica vantajosa, é dizer, isso da geopolítica. Em 1230 Castela emerge como potência peninsular e espaço estratégico central. Nesse ano, o rei de Castela Fernando<sup>55</sup>, graças a intervenção de Compostela (o compostelanismo de novo) e do papado, integra na sua coroa o reino de Leão, e o reino da Galiza, na parte que ficara não constitutiva de Portugal e que continuou a usufruir o nome.

Castela que vinha de ser recém-nascida como reino, e que só tinha tido os seguintes reis independentes: Sancho I, (sem continuidade) Sancho II, Afonso I, e Fernando I, a ela a historiografia castelhana mudou a numeração dos reis para apresentar este reino como o que somava todos os do espaço que originariamente eram a Kalaikia, com os seguintes números Sancho II, Sancho III, Afonso VIII e Fernando III.

Após estes factos, e nessa altura temos que Hispânia segue a ser o nome da península, nenhum reino o usa de jeito privativo.

No reino de Castela alargado com a Galiza que não constituiu Portugal, a Galiza segue mantendo a sua condição diferente e toda a sua documentação administrativa e literária vai continuar estando na mesma língua que no reino de Portugal, e a individualização do reino mantém-se sob a coroa *una*.

Hespanhóis na Itália e no Mediterrâneo.

Para percebermos bem isso, do que é a Hispânia, é muito esclarecedor com o que se passa com a língua catalã, na Itália baixo medieval e renascentista.

Neste período temos a expansão marítima que fizeram pelo mediterrâneo o(s)<sup>56</sup> reino(s) de Aragão, e o jeito de como estas pessoas eram conhecidos na Itália, *-como hespanhóis-*. Na Itália renascentista, língua espanhola, era o nome que se usava para a língua catalã. E espanhóis identificava-se com pessoas de fala catalã, que eram as de trato mais frequente e comum na península italiana. A tradução do romance de Joanot Martorell, *Tirant lo Blanc*, à língua italiana, coloca a questão do espanhol bem às claras, pois a sua tradução é anunciada desde a língua espanhola, mas a edição castelhana de Valhadolid e 5 anos posterior e tem erros de tradução que são inexistentes na versão italiana<sup>57</sup>

Castela vai aglutinando outros reinos; nesse processo **sempre se deu o mesmo processo, parte-se duma situação de igualdade e respeito da que pouco a pouco, e normalmente com forte violência e terror, se mudam radicalmente as condições dessa união.**

– **1230** Unifica-se Leão/Galiza (a que não constituiu Portugal) sob a centralidade de Castela, conservando os reinos a sua existência jurídica.

Nas guerras dinásticas e civis de acesso ao trono dos Trastámaras<sup>58</sup>, é reduzida a capacidade jurídica de Leão e Galiza.

– **1476**, Unifica-se Castela e Aragão sob o princípio de igualdade das duas coroas, **tanto monta, monta tanto Isabel<sup>59</sup> como Fernando.**

Olhemos o contexto dessa união:

– O rei de Castela, Henrique IV, tem uma herdeira Joana, que tem o apoio dos galegos (nobreza) e da Coroa de Portugal. Setores da corte apoiam à sobrinha do rei, Isabel, e a quem casaram com o puto infante de Aragão, Fernando, também Trastámara como ela, e primo seu<sup>60</sup>, de 17 anos (ela 18). Tentam colocar Isabel a ilegítima no trono de Castela e intervém o rei de Portugal D. Afonso V. Com o seu apoio à Joana, Afonso V dava com isso fim ao objetivo estratégico do reino de Portugal desde a sua origem, de re-incorporação de toda a Galiza ao reino de Portugal. Afonso V é proclamado rei da Galiza<sup>61</sup>

As tropas de Portugal, com algum apoio da nobreza galega (que estava debilitada após a guerra civil das lutas irmandinhas) enfrentam-se às dos partidários de Isabel em Toro, o 3 de março 1476. Após a batalha, o rei de Portugal assina um tratado<sup>62</sup>.

Portugal retira-se da cena e Castela inicia a guerra contra da Galiza de 15 anos, no que se lhe suprimem todas as suas instituições jurídicas e tira-se a validade à sua língua na documentação, a igreja passa a ser submetida a Valhadolid, suprimindo a dependência que até daquela ainda mantinham as *ordens* de Braga e com colocam-se os cargos da instituição em mãos castelhanas; e a nobreza pós decepar as cabeças mais erguidas, desloca-se a corte castelhana, e tudo a Galiza lhe é negado, incluído o direito a ter representação nas cortes do reino, para humilhar aos galegos todos os direitos da Galiza nesse terreno são concedidos à cidade de Samora<sup>63</sup>.

– **1492**. Isabel e Fernando conquistam o reino de Granada. Que passa a ser posse privativa de Castela

– **1512** Navarra (alta Navarra) é conquistada. A nova conquista sé do reino de Castela, não da soma de Castela e Aragão, só Castela terá direitos sobre os territórios conquistados.

54. O termo Castela (terra de Castelos) como território teve sucesso, como designação para pessoas foi muito mais recente. Miguel de Cervantes no século XVII e na sua obra *Dom Quixote*, segue usando o termo de castell(h)ano como o do senhor do Castelo. Eis um exemplo no capítulo II: *Viendo don Quixote la humildad del alcaide de la fortaleza, que tal le pareció a el el ventero y la venta, respondió: "Para mi, señor castellano, cualquiera cosa basta, porque mis arreos son las armas, mi descanso el pelear etc.*

55. Fernando filho de Afonso VIII da Galiza/Leão, leva o nome de Fernando III de Castela. Não podia ser o terceiro de Castela com esse nome, isso só pela historiografia castelhanista a apropriar-se das denominações de outros reinos, é dizer, por existir com anterioridade dous reis com esse nome no espaço monárquico do noroeste peninsular. O compostelanismo, que o percebia como um seu filho, decisivo para eles, converteu-o em santo.

56. O chamado reino de Aragão, era uma soma de território individualizados e com estrutura de reino própria confederados pela coroa comum: O principado da Catalunha, de onde são os reis e a cabeça económica, Aragão e Valência, incluso por breve período houve reino de Maiorca. Sempre com uma só coroa.

57. Os "expertos" castelhanistas imediatamente colocaram a identificação de castelhana com espanhol, num processo de apropriação ao que deveríamos estar mais que afeitos.

58. Galiza sempre se afirmou a prol da segurança jurídica, e os Trastámaras eram uns assaltantes do poder.

59. Isabel era a ilegítima. A herdeira da coroa era Joana. Portugal apoiava a Joana e Afonso V era proclamado rei da Galiza reunificando toda a faixa ocidental - um único povo e cultura - na sua coroa.

60. Nesse caso não agiu Compostela para que isso não se legitimasse. Sim que o fez para declarar nulo o testamento de Afonso VIII contrário a união da Galiza a Castela.

61. Após Afonso V desaparece dos objetivos portugueses a reintegração da Galiza ao reino. Por quatro vezes houve intentos sérios disso, sendo a quarta a dele.

62. Do que virá o período filipino

63. A crónica do reino (Zurita) define o processo como **Doma e Castração do Reino da Galiza**

7. A UNIÃO DAS COROAS DE ARAGÃO COM CASTELA, TRAVA A EXPANSÃO ARAGONESA E DEIXA O CAMPO SEM CONFLITOS PARA O AVANÇO DE CASTELA, NENHUM DIREITO TERÁ ESSA COROA DE ARAGÃO NOS TERRITÓRIOS DESCOBERTOS DAS AMÉRICAS<sup>64</sup>.

– **1516-1700.** Sob o governo dos reis da casa de Áustria. Apagam-se os reinos submetidos a coroa de Castela - uniformizando o seu espaço, *aos poucos, mas sem paragens*. Mantém-se o reconhecimento de Aragão, e de Portugal (1580-1640), ainda que esmorecendo pouco a pouco<sup>65</sup>. **A conquista das colónias de ultramar, é obra exclusiva que se atribui a sim própria Castela**, e som as suas normas jurídicas as que se aplicam. Nenhum rei do período tem a condição ou denominação de espanhol, nem reclama esse nome. É bom exemplo de isso o testamento de Filipe II, que ainda enumerando todos os reinos dos que possui a coroa, e governando toda a península, remata assinando como rei de Castela.

– Em **1640** (junho) levanta-se a Catalunha, na guerra chamada dos *Segadors*. França intervém em apoio dos revoltados catalães contra o submetimento castelhano e imposição de cargas e normas de<sup>66</sup> Castela. Em dezembro levanta-se Portugal pela sua liberdade. Castela acaba entregando parte da Catalunha à França, o Rossilhão, às costas das cortes catalãs (tratado dos Pirenéus)<sup>67</sup> para evitar a luta em duas frentes. Castela mobiliza forças principalmente galegas para a luta contra Portugal<sup>68</sup> e vão ser muitos os galegos que se vão unir aos portugueses.

8. A LUTA DOS CATALÃES É ALGO QUE PORTUGAL TEM DE AGRADECER SEMPRE PELA IMPORTÂNCIA QUE TEVE PARA O SEU SUCESSO<sup>69</sup>.

– **1700-1808.** Os reis da casa Bourbon, começam a sua instalação nos reinos assenhoreados por Castela, com uma longa guerra, a de Sucessão<sup>70</sup> que remata com o tratado de Utrecht e internamente o Decreto de Nova Planta. No que as liberdades que se reconheciam aos territórios de Aragão, são suprimidas e impostas as normas de Castela. Os reis seguem a ser reis de Castela, ainda que os bourbons generalizam uma denominação de reis das Hespanhas (que já aparecera com os da casa de Áustria). Usam-no em plural, com o significado de possuírem coroas que são da Hespanha. Mas juridicamente não existe nenhum reino que tenha a denominação de espanha<sup>71</sup>

9. - O NASCIMENTO DO ESTADO ESPANHA - (CASTELA/ESPANHA) -, QUANDO ELE SE PRODUZIU.

A) **1808-1814** guerra peninsular. As tropas francesas, usam o nome de espanhóis para se referirem aos resistentes às suas tropas<sup>72</sup>. Mais uma vez o uso de espanhóis é um termo que vem de além dos Pirenéus. Nesse contexto em 1812 elabora-se a constituição de Cádiz, que praticamente não vigorou na que se fala de nação espanhola e espanhóis<sup>73</sup>.

B) **1830** no reinado de Isabel II, o seu ministro Javier de Burgos publica o Decreto que dissolve todos os reinos da coroa, e institucionaliza o **reino de Espanha**<sup>74</sup>.

- **Portugal apresenta formalmente protesto**, já que Castela não pode apoderar-se de uma denominação que corresponde a todos os peninsulares incluídos os portugueses. Isto vai ter grande eco em todos os meios na altura, sendo causa de muito comentário castelhano.

Além disso, a utilização do termo *espanha* é bastante intermitente até 1876, ao conviver com o de *espanhas* na linguagem formal da diplomacia; pois era constante o mal-estar de Portugal ao uso de esse nome pelo outro reino peninsular, uma Castela alargada e que submeteu às suas normas outros reinos<sup>75</sup>.

– Antes da restauração borbónica 1874<sup>76</sup> houve **uma primeira república que não por acaso era federal**, e o seu ideólogo era uma catalão Pi i Margall.

– É a partir da restauração borbónica de 1874, que o estado passa a se ser sempre **espanha**.

64. Muito tem discutido a historiografia, de como é que se produziu na península essa reviravolta que uniu Castela e Aragão, quando segundo não pouca historiografia o lógico para Castela era a união com Portugal e esse era o objetivo que mantinha com anterioridade. Aragão que teve uma grande vaga expansionista pelo mediterrâneo e na Itália, estava numa situação de crise sob os Trastámaras (dinastia castelhana), e a única via de saída do processo era retomar a sua expansão mediterrânea, na França e na península, onde estava tendo conflitos com Castela ao querer seguir incorporando mais territórios ao seu domínio, como se passava com Múrcia e o desejo de avançar sobre Granada e norte da África. (nesse momento ainda América não estava em nenhuma imaginação). Essa boda tirou a Castela um competidor, ossificou o reino de Aragão e permitiu que em América não existisse competência aragonesa, que em outro caso ia ser bem segura por parte de essa potência marítima.

65. A guerra de restauração permitiu sobreviver a Portugal. E sem Portugal o futuro da Galiza sob Castela/espanha (desde essa) seria ainda bem mais triste. Castela reconheceu Portugal após 28 anos do levantamento e declaração da independência em 1668.

66. Com o Conde Duque de Olivares se adotam as primeiras disposições de imposição do castelhano nas terras de fala catalã. Como dizia na comunicação interna o Conde Duque: *Para que se consiga el efecto sin que se note el cuidado*. Este jeito de agir segue em vigor em Castela.

67. E digno de ser assinalado o facto de Castela ter no Rossilhão tropas portuguesas para lutar contra França. Foram portugueses os derradeiros a defenderem a fortaleza de Salses

68. Em Castela preocupava e não pouco a simpatia galega para a luta de Portugal, em Portugal também preocupava essa simpatia que desdesenhava os limites do reino. Vide Ernesto Vazquez Souza

69. Numa próxima independência da Catalunha seria bem justo o apoio português.

70. Houve na guerra um tratado secreto do aspirante borbónico com Portugal, com compensações territoriais (zonas de cultura histórica portuguesa na raia), pelo apoio a Filipe V, mas como é tradicional, Castela não honrou os seus tratados, salvo nos casos em que lhe forem impostos pelas armas. Portugal sabe bem disso, tem uma longa restra de casos, não sendo só o assunto de Olivença, Ainda há bem pouco com o assunto do recente cemitério nuclear, mais uma vez deu mostra castela/espanha de como trata a parceiros e amigos.

71. A historiografia castelhanista, atualmente faz retroceder a denominação espanha (para os submetidos a Castela) até o paleolítico pelo menos.

72. O escritor nord-catalão Joan Lluís Lluís, explica como as guerras europeias, ajudaram a construir a identidade francesa, e a esmagar as diferenças.

73. Esteve em vigor desde 7 março 1820 - 1 outubro 1823 e desde 13 agosto 1836 - 18 junho 1837. Não faz uma abolição expressa dos reinos preexistentes, que sim se faz em 1830.

74. O decreto estabelece a divisão em províncias seguindo o modelo francês de departamentos, e que já fora instituído durante o governo de Josep I (irmão de Napoleon) e na constituição de Baiona.

75. Portugal sabe que de Castela nem vento nem casamento. São muitos os tratados e acordos assinados com Castela por Portugal, que Castela não honrou. Só a título de exemplo: Ermesende e Ceuta não devolvidos após a paz de 1666. Tratado secreto com Filipe de Anjou futuro Filipe V, de apoio a ele para recolocação de fronteiras incorporando-se a Portugal a zona de Albuquerque e outras zonas na raia de colonização histórica portuguesa. Não se cumpre. Tratados de 1803 e de 1815 compromisso da devolução de Olivença... Bom são muitos, mas ainda recentemente tivemos uma mostra mais, no tema do cemitério nuclear e no desrespeito ao governo português e seus ministros e todas as mentiras que lhes contaram. A ministra portuguesa na sua deslocação a Madrid foi tratada com soberba e desvergonha.

76. A constituição que corresponde a essa restauração é a de 1876



– **1874.** Na restauração dos Bourbons, constitucionaliza-se Espanha (Const. 1876) desaparece totalmente a coroa de Castela e as suas instituições, que se transmutam em Espanha. O Supremo Tribunal de Justiça, passa a ter esse nome, pois desde a sua origem até 187 ele sempre foi designado como **Consejo de Castilla**

– **1931-36.** Na segunda república, o seu problema mais fundo foi o da organização territorial e o do reconhecimento de direitos aos povos não castelhanos. O golpe militar e a guerra consequente nascem do princípio de negação dos direitos e liberdades aos povos não castelhanos<sup>77</sup>. O tribunal constitucional espanhol<sup>78</sup> na sua sentença sobre o Estatuto de autonomia da Catalunha viu dizer, **-Espanha é a construção de Castela e só há um acervo histórico reconhecível o castelhano-**. Essa sentença e o processo recentralizador encetado está na base do atual processo de autodeterminação que se vive na Catalunha, “para poderem ser hespanhóis sem terem que ser castela/espanha” digo eu; em definitiva para garantirem a sua sobrevivência cultural e como tais no mundo. Castela foi o motor da construção social de um estado moderno, fruto do jeito em como o território que ocupou a centralidade peninsular, Castela, foi anulando a esses outros espaços culturais, para construir um estado que usufrui um nome que não lhe corresponde -(H)espanha- quando a realidade é que estamos ante uma Castela transmutada a uma castela/espanha=españa<sup>79</sup>.

– Esse jeito de perceber a realidade política peninsular, ajusta-se melhor aos objetivos culturais de sobrevivência que se procuram, como vou explicar. E neste quadro é de valorizar o facto que Portugal siga a chamar à língua castelhana, de castelhano e não se aceitam denominações impulsionadas por Castela-espanha de apropriação simbólica de espaços e identidades, começando pelos mentais, que são os mais poderosos.

#### 10. A TRADIÇÃO GALEGUISTA<sup>80</sup> E A SUA AFIRMAÇÃO DE HESPANHA COMO CONSTRUTO BEM DIFERENTE DE ESPANHA<sup>81</sup>= CASTELA/ESPANHA.

Chamo tradição galeguista ao velho jeito de como as elites políticas galegas percebiam o problema do nosso inserimento em Castela/espanha.

Isto percebe-se desde os alicerces mais afastados no tempo do galeguismo, nos Padres Feijó e Sarmiento no século XVIII; no provincianismo e regionalismo do século XIX, e é também rastreável, nas elites políticas dos outros territórios não castelhanos da península ibérica, é dizer dos territórios nos que Castela ainda não conseguiu arrombar com todo e se **apropriar de tudo como próprio**.

O grande vulto do galeguismo, e do processo de encetarem os galegos e galegas a toma de controle de sim próprios e dos seus destinos, foi **Castelão** (Afonso Daniel Rodrigues Castelão). Na sua obra, aquela na que recolhe o seu pensamento político, o Sempre em Galiza, fala sempre de Hespanha, com H, como contraposição a espanha sem h, é dizer à Castela transmutada, sem confundir nunca Hespanha com Castela, e construi nessa obra a sua utopia hespanhola, que só pode ser possível, destruída Castela/espanha, como princípio de igualdade certo entre os povos peninsulares e suas culturas e identidades. Lembro que para a nossa identidade de galegos, Castelão o expressava com a radicalidade das seguintes palavras, numa carta debate com o historiador castelhanista Sanchez Albornoz **“Deseo que el gallego se acerque y confunda com el português”**. O processo que atualmente vive o principado da Catalunha de autodeterminação<sup>82</sup>, nestes termos, pode ser definido como o processo de construção da Hespanha certa.

#### 11. NEQUEMOS ESPANHA, PARA RECLAMARMOS HESPANHA

**Espanha não existe**, é a transmutação de Castela. O que eu de jeito esclarecedor denomino Castela/espanha<sup>83</sup>.

**Hespanha** sim existe, somos todos os povos que conformamos a península, é algo simples que vai além do nome duma península europeia, -pois tão hespanhóis se podem reclamar os portugueses como os andaluzes ou os vasconços. O reino que limita com Portugal, é o reino de Castela e como tal age no dia a dia, ainda que usufrui, **(não sem protestos naquela altura)** um velho nome que se corresponde com o de toda a península. Não quer isto dizer, que os moradores das velhas regiões de cultura castelhana sejam per se, eles uns imperialistas, simplesmente quer dizer, que as elites que controlam o reino e o dirigem, a conformação social que cria e seus meios, respondem a esse programa de dominação e banimento das diferenças, e que do racismo e desprezo aos outros nasce o seu poder para essas elites dominantes de Castela/espanha, que surfam nas ondas do supremacismo mais despido. O reino de Espanha teve o acaso, de não ter participado nas duas guerras mundiais europeias, se isso tivesse sucedido, hoje ao igual que passou com o império austro-húngaro, esse estado não existiria, pois, os vencedores não teriam consentido, perante a vontade democrática dos povos da Hespanha, a imposição de Castela sobre os outros<sup>84</sup>.

77. Como diziam os franquistas “espanha (Castela e seus domínios submetidos) antes roja que rota

78. [Tribunal de parte segundo o Conselho de Europa](#)

79. Portugal soube ser alheio ao efeito centrípeta geopolítico peninsular, na medida que deu as costas a Castela e construiu um mundo do que ele era o seu centro. Isto deve ser lembrado para tirar lições também para o futuro.

80. Pode-se trazer à tona muitos dados no pensamento peninsular de todos os seus povos, de gentes com umas concepções da Hespanha, que são radicalmente opostos a espanha castelhana, mas isso não vai esclarecer de jeito bem certinho a tese final “prática” que vou desenvolver.

81. Hespanha é um âmbito que se poderia comparar a Escandinávia, mas nenhum estado dos que constitui a Escandinávia se apropriou do nome para um uso particular.

82. Lembrem os portugueses que o direito de autodeterminação e seu suporte, está constitucionalizado na atual constituição de Portugal

83. Há textos meus usando esta denominação desde os anos 80 do século passado, pelo precisa que é.

84. Castela/espanha como estado, por um acaso não participou nas duas grandes guerras europeias do século XX, e sempre esteve para fazê-lo da banda dos futuros derrotados, de ter participado, o seu destino houvesse sido a desintegração, em paralelo de outras estruturas europeias tão antigas ou mais que ela.



Hoje, nos territórios da Espanha submetidos por Castela, (Castela/espanha), vive-se um processo bem sério e socialmente incarnado de independência na Catalunha, que começou no Principado, mas que aos poucos vai-se estendendo por todos os territórios catalães. Acho que essa independência é fulcral para a Lusofonia europeia e o seu futuro, é dizer, que é chave, que esse processo seja ele bem-sucedido<sup>85</sup>, pois de fracassar ainda mais negros, do que são, serão os agoiros para a lusofonia submetida a Castela.

#### 12. PORQUE É UMA NOÇÃO ÚTIL PARA O AGIR DIÁRIO RECLAMAR-SE DA HESPAÑHA FRENTE A ESPANHA =CASTELA/ESPAÑHA.

Castela na sua conformação e já desde a origem, como vimos de reparar, foi-se apropriando sempre de acervo e valores que não eram dela, interiorizando-os como próprios, forem eles os que forem e projetando já que logo, Castela como o que abrange todo, e define tudo.

Para os hespanhóis não castelhanos é muito mais fácil de se enfrentar a Castela, sendo ela diferente deles próprios, dentro da realidade plural da Hespanha, que aceitar Castela como espanha, e eles pôr-se já, de início, fora do jogo e nadando contra a corrente uniformizadora e regionalizadora no universo da espanha/castela<sup>86</sup>

#### Os estados têm poderosos instrumentos de socialização - nacionalização - como são a escola, os exércitos, os meios, e a administração pública.

Para os cidadãos do estado aceitar que Castela é *espanha*, significa terem que nadar contracorrente, pois significa renegarem da sua condição de tais e ter que construírem um discurso que é um contra-discurso do oficial, do dos poderosos altifalantes. Nadar contracorrente e esgotador, e supõe já de partida começar a aceitar o jogo de apropriação que tinha - Castela - feito, e que bem claro o olhavam vultos como Castelão. Se na Galiza te identificas como Hespanhol e aceitas que hespanhola é a língua castelhana, vai resultar normal que a tua seja uma língua de suplências, pois qualquer cousa que for castelhano pode ser teu, pois ela é a língua verdadeira e a única que é de facto língua nacional.

#### 13. RECLAMAR-SE DE HESPAÑHA, TEM QUE SER RECLAMAR-SE DA ANTÍTESE DE CASTELA-ESPAÑHA.

Autodeterminar-se, é encetar o caminho certo é único que temos de sobrevivência, que agora tenta o Principado da Catalunha e de seguida há de ir o resto do espaço catalão. Porque só é possível Hespanha, negando Castela/espanha, desconstruindo-a. Só se pode construir Hespanha ainda como vários ou quiçá único estado, destruindo Castela/espanha.

De se ser um novo estado UNO<sup>87</sup>, teria que ser um estado plurinacional, no que convivem povos distintos, cultural e linguisticamente: Os vascos, os catalães e os portugueses da Galiza, (a parte que não foi constituinte do reino de Portugal). Ao que se poderia somar os proto-povos nacionais: os aragoneses, asturo-leoneses, andaluzes e canários.

Espanha poderia ser uma Suíça peninsular, um espaço de convívio e de entendimento. Porém Castela não acorda nunca, (o consenso é ela, sem alternativas), nunca é quem de chegar a patos, nunca é quem de respeitar tratados, nunca é quem de reconhecer algo, e sempre anda recorrendo a violência que é a sua razão mais poderosa, e que faz que o estado Castela/espanha tenha graves défices democráticos<sup>88</sup>.

Castela e o seu comportamento é como o do pitbull que pega na presa e ainda que haja momentos que semelha que afrouxa na sua pressão, não se solta nunca, e permanece sempre no seu objetivo. Portugal<sup>89</sup>, que teve a sabedoria de seguir chamando a língua de Castela<sup>90</sup>, castelhano, não fazendo caso do impulsionamento que fazem os castelhanos para que se lhe chame espanhola, deve saber que Castela ainda não renunciou ao submetimento de Portugal. Num mundo onde Portugal já não é o centro do seu mundo, se não que tornou a jogar no espaço ibérico, como forma do seu jogo europeu, deve estar firmemente comprometido na desconstrução de Castela/espanha como garantia do seu sucesso nacional de longo percurso.

#### 14. NOTAS FINAIS

85. É fulcral que Portugal seja um verdadeiro agente e defensor dos interesses da Hespanha, os interesses do respeito e do entendimento pacífico, frente aos interesses de Castela de submetimento e aniquilação. Isso é o que eu chamo uma política portuguesa para a Espanha. A Lusofonia galega, como dizia Alexandre 1994 é um território de fronteira entre os dous estados, de se banir o português e a sua cultura da Galiza a norte do Minho, e continuar o pitbull castelhano mordendo firme em todos os outros povos hespanhóis, tampouco o futuro de Portugal está seguro, eu quero e reclamo que Portugal tenha uma verdadeira política peninsular espanhola, absolutamente independente da brutalidade castelhana. É fulcral isso desde o momento que Portugal deixou de ser o centro do seu universo construído.

86. Numa viagem feita desde Suíça com emigrantes galegos nos anos 70, lembro que ao chegarmos a Castela, comentaram que ganhas temos de chegar a nossa terra *Hespanha*, em Castela sentiam-se no estrangeiro e a realidade de Hespanha era o jeito de eles serem hespanhóis.

87. Para que esse estado UNO fosse um sucesso em verdade antes teriam de ser vários verdadeiros estados diferentes.

88. É muito interessante o efeito que tenham nesse quadro os movimentos regeneracionistas no estado, que nunca conseguem mudar e tirara esse estado dos seus trilhos, porém funcionam como processo integrador e de esperança (vá) nos submetidos, para consolidar o processo do seu esmagamento e banimento. Os défices democráticos do estado foram reiteradamente postos de manifesto pelo Conselho de Europa e pela ONU.

89. Em Portugal hoje há quem adora o discurso iberista, dos dous estados, das duas culturas, e Castela no centro. Não conheço a um só iberista português que não goste da língua castelhana. Iberistas que são abençoados e parabenizados por Castela por todo lado, mas não achará nenhum iberista de Castela que dizer uma só palavra na nossa língua portuguesa.

90. Castela ainda não renunciou ao submetimento de Portugal. [http://agal-gz.org/faq/lib/exe/fetch.php?media=agalia:n39\\_a\\_galiza\\_frente\\_de\\_portugal\\_com\\_espanha.pdf](http://agal-gz.org/faq/lib/exe/fetch.php?media=agalia:n39_a_galiza_frente_de_portugal_com_espanha.pdf)

As províncias romanas peninsulares após o imperador Diocleciano. Território do extremo leste onde nasceu Castela



## BIBLIOGRAFIA

A Bibliografia utilizada é a que se comenta nas notas de rodapé ou nas ligações explicativas. Além disso utilizou-se de Banhos referências ou trechos de textos publicados entre 1992 e 2015. De História, foram especialmente usados

A.H. De Oliveira Marques. História de Portugal. Palas Editores 1985

António Sérgio. Breve Interpretação da História de Portugal. Clássicos Sá da Costa 1991

José Mattoso, obras como o seu *Afonso Henriques* ou o esclarecedor texto divulgador *Identidade Nacional*, que em realidade é a negação demolidora da obra anterior.

Manuel Zebal Lopes. Manual Galego-Português de História. Edição do autor

Oliveira Martins, A excelente recolha de referências a documentos diplomáticos existentes na sua História da Civilização Ibérica (e em toda a sua obra). Ed. Europa América

Ramón L. Suevos. Portugal no quadro Peninsular. AGAL editora 1987

Xosé Antón López Teixeira. Rex e Regina, Urraca, Afonso Reimunde e a Monarquia Galega. Toxosoutos 2013

Xosé Antón López Teixeira. Arredor da Conformación do Reino da Galiza 711-910 Toxosoutos 2002

É SÓCIO DA AICL.

PARTICIPA DESDE 2006 NOS COLÓQUIOS: BRAGANÇA 2006, 2007, 2009, 2010, GALIZA 2012, MOINHOS DE PORTO FORMOSO 2014, 24º GRACIOSA 2015

4) ALEXANDRE LUÍS, UBI (UNIV BEIRA INTERIOR) / LABCOM. IFP, COVILHÃ. AICL (ALUIS@UBI.PT)



Seia 2013-2014

Alexandre António da Costa Luís nasceu no Canadá. É licenciado em História (Bom com Distinção, 17 valores) pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde arrecadou os prémios *Curricular Feijó* e *Latim Medieval Gerales Freire*.

Obteve os graus de mestre em História Moderna (Muito Bom, por unanimidade) e de doutor em História, especialidade de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa (Aprovado com Distinção e Louvor, por unanimidade), igualmente na Universidade de Coimbra. É Professor Auxiliar e Vice-Presidente da Faculdade de Artes e Letras da Universidade da Beira Interior. É investigador do LABCOM.IFP (Comunicação, Filosofia e Humanidades) da Universidade da Beira Interior e do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra,

membro da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa (Secção de História) e da Comissão Científica da *Revista Egitania Scientia* (IPG) e sócio da Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia. Da lista das suas publicações dos últimos cinco ou seis anos, destacamos:

- Um Olhar sobre Temáticas da Lusofonia*, Setúbal, Edições Fénix;
- "Da Defesa do Reino à Construção do Império: o mito de Ourique e a ideologia da Expansão Portuguesa (séculos XV-XVI)", in Urbano Sidoncha e Catarina Moura (org.), *Culturas em Movimento. Livro de Atas do I Congresso Internacional sobre Cultura*, Covilhã, LABCOM.IFP, 2016, pp. 125-153;
- "Portugalidade e Portuguesismo à Luz de uma Crónica de Alexander Ellis", in Carla Sofia Gomes Xavier Luís, Alexandre António da Costa Luís e Miguel Real (org.), *Mário Cláudio e a Portugalidade*, Setúbal, Edições Fénix, Universidade da Beira Interior, Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Universidade Federal Fluminense e Università degli Studi di Perugia, com o apoio da FCT, 2015, pp. 39-56;
- "Afonso de Albuquerque e a Construção do Estado - Império Português da Índia", in *XXIII Colóquio da Lusofonia. Livro de Atas/Anais*, Fundão, 2015, pp. 34-50;
- "A Marinha de Guerra e a Consolidação da Independência Portuguesa: D. Dinis e a contratação de Manuel Pessanha", in *A Formação da Marinha Portuguesa. Dos Primórdios ao Infante. Atas XII Simpósio de História Marítima*, Lisboa, Academia de Marinha, 2015, pp. 179-196;
- "A Imagem de Portugal promovida pela Instrumentalização Salazarista do Lusotropicalismo", in Cristina Costa Vieira, Paulo Osório e Henrique Manso (coord.), *Portugal-Brasil-África: relações históricas, literárias e cinematográficas*, Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2014, pp. 13-34 (em parceria com Carla Luís);
- "Um Breve Olhar sobre a Gênese da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)", *Revista de Letras*, n.º 13, série 2, Vila Real, Centro de Estudos em Letras, Departamento de Letras, Artes e Comunicação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, dezembro de 2014, pp. 57-80 (em parceria com Carla Luís);
- "A Última Grande Conquista do Rei D. João II: o Tratado de Tordesilhas (1494)", *Revista de Estudos Cabo-Verdianos. Atas II Encontro Internacional de Reflexão e Investigação*, Praia, Edições Uni-CV, dezembro de 2014, pp. 125-134; *O Portugal Messiânico e Imperial de D. João II na Oração de Obediência dirigida a Inocêncio VIII em 1485*, Covilhã, LusoSofia:press, Universidade da Beira Interior, 2013;
- "A África na Política Joanina de Consolidação da Independência Portuguesa – o caso da tomada de Ceuta (1415)", in Cristina Costa Vieira, Alexandre António da Costa Luís, Domingos Ndele Nzau, Henrique Manso e Carla Sofia Gomes Xavier Luís (coord.), *Portugal-África. Mitos e Realidades Vivenciais e Artísticas*, Covilhã, Universidade da Beira Interior, com o apoio da FCT, 2012 pp. 187-214;
- "O Papado Perante a Expansão Portuguesa: o significado político da bula *Romanus Pontifex* (1455)", in José Maria Silva Rosa (org.), *Da Autonomia do Político: entre a Idade Média e a Modernidade*, Lisboa, Documenta, com o apoio da FCT, 2012, pp. 269-288;
- "Cavaco Silva e as Eleições Legislativas de 1985: uma introdução", *UBILETRAS*, n.º 3, Covilhã, 2012, pp. 141-165; "Uma Potência em Ascensão: Portugal à luz do discurso proferido por D. Garcia de Meneses perante o Papa Sisto IV (1481)", in André Barata, António Santos Pereira e José Ricardo Carvalheiro (org.), *Representações da Portugalidade*, Alfragide, Caminho, 2011, pp. 243-263

#### TEMA 1.1. BREVES REFLEXÕES SOBRE A DESCOBERTA DO BRASIL

Decorrendo o XXVII Colóquio da Lusofonia em Belmonte, terra à qual está associado Pedro Álvares Cabral, figura incontornável da expansão marítima portuguesa dos séculos XV e XVI e da revolução geográfica então em curso, o presente trabalho, que de certa forma assume essencialmente uma finalidade pedagógica, consiste numa incursão por algumas questões polémicas que têm, com maior ou menor assiduidade, alimentado o debate historiográfico sobre o tema da descoberta do Brasil.

Assim, no concreto, são produzidas concisas reflexões em torno da problemática do verdadeiro e legítimo descobridor do Brasil e ainda a respeito do dilema do acaso ou da intencionalidade, matérias, sem dúvida, geradoras de ardente controvérsia e, portanto, que têm, ao longo dos anos, feito correr imensa tinta.

**Trabalho final não recebido dentro do prazo**

SÓCIO AICL

PARTICIPOU NO 18º COLÓQUIO NA GALIZA 2012, 20 EM SEIA 2013, 22º SEIA 2014, 23º FUNDÃO 2015, 25º MONTALEGRE 2016 E 26º LOMBA DA MAIA (AÇORES) 2016.

#### 5) ANA PAULA ANDRADE, CONSERVATÓRIO REGIONAL DE PONTA DELGADA, AÇORES. AICL



BRAGANÇA 2009 BRAGANÇA 2010 BRAGANÇA 2009 LOMBA DA MAIA 2016

**ANA PAULA ANDRADE [CONSTÂNCIA]** 1964) – Nasceu em P. Delgada onde concluiu o curso geral de música no Conservatório Regional, tendo tido como professora Margarida Magalhães de Sousa (composição) e Natália Silva (piano). Em 1987 terminou o curso Superior de Piano no Conservatório Nacional (Lisboa), na classe da professora Melina Rebelo e no ano seguinte



## ATAS / ANAIS do 27º colóquio Belmonte 6-9 abril

o curso superior de composição, sendo aluna dos compositores C. Bochmann, Constança Capedeville, Álvaro Salazar e Joly Braga Santos. Paralelamente estudou órgão na classe do Professor Simões da Hora, tendo realizado o exame do 5º ano. Estudou três anos no Instituto Gregoriano de Lisboa, frequentando, na classe da Prof.ª Helena Pires de Matos, as disciplinas de Canto Gregoriano e Modalidade. Em 1989 realizou um concerto de órgão e piano no Conservatório de Toronto, integrado no ciclo de cultura açoriana. Em 1990, participou num concerto na Universidade S.M.U. (nos estados Unidos), tocando como solista, com orquestra daquela Universidade, o concerto para piano em DóM de Mozart. Tem realizado diversos concertos a solo ou como acompanhadora de piano e órgão em várias regiões do continente e nas diversas Ilhas do arquipélago.



Com a UDESC SANTA CATARINA 2010



IPM (MACAU) 2011 VILA DO PORTO 2011 LAGOA 2012 Seia 2013



BRAGANÇA 2009 FUNDAÇÃO 2015 MACAU 2011

Com a soprano Eulália Mendes realizou um concerto na Expo 98 em Lisboa, integrado no dia comemorativo dos Açores. Em janeiro e em maio de 2006 acompanhou o grupo vocal Quatro Oitavas em digressões ao Uruguai e ao Brasil a convite da Direção Regional das Comunidades. Desde 1989 é professora de Piano e Análise e Técnicas de Composição, desempenhando desde 2004 o cargo de Presidente do Conselho Executivo do Conservatório de Regional de Ponta Delgada.

Em 2010 foi a pianista convidada dos Colóquios para o XIII Colóquio Anual da Lusofonia em Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, onde deu um concerto acompanhada da Orquestra (de cordas) da UDESC. Em 2011 acompanhou o 15º Colóquio a Macau onde atuou com artistas chineses em execução de obras açorianas. No 16º Colóquio atuou em Vila do Porto com Raquel Machado e Henrique Constância. No 17º Colóquio na Lagoa atuou com alunas do Conservatório de PONTA DELGADA, de flauta e viola da terra. No 18º Colóquio (em Ourense na Galiza) estreou com Carolina Constância no Violino, peças inéditas do Padre Áureo da Costa Nunes de Castro (açoriano missionário em Macau).



2012 GALIZA Graciosa 2015 Montalegre 2016

No 19º Colóquio na Maia (S. Miguel, Açores) estreou mais peças do Padre Áureo e musicou dois poemas, um de Álvaro Oliveira e outro de Chrys Chrystello, tendo atuado com Henrique Constância (violoncelo) e Helena Ferreira (soprano). No 20º Colóquio em Seia 2013 estreou mais peças musicadas de autores açorianos, tendo atuado com Henrique Constância (violoncelo), Carolina Constância (Violino) e a soprano Raquel Machado. Está atualmente a desenvolver um projeto AICL de musicar poemas de autores açorianos selecionados e a divulgar obras inéditas do Padre Áureo da Costa Nunes de Castro, tendo apresentado mais poemas musicados de autores açorianos. Entre o 22º e o 26º colóquio compôs mais música de poetas açorianos que foi revelando em cada recital, esperando-se que em 2017 possa apresentar essas criações em CD.

Presença habitual dos Colóquios da Lusofonia foi nomeada Pianista Residente em 2010.

É SÓCIA FUNDADORA DA AICL.

SECRETÁRIA DA ASSEMBLEIA-GERAL.

PARTICIPA DESDE 2008 NOS COLÓQUIOS.

LIDEROU AS PERFORMANCES MUSICAIS EM BRAGANÇA 2008-09, LAGOA (AÇORES) 2008-2009, BRASIL (FLORIANÓPOLIS) E BRAGANÇA 2010, MACAU E VILA DO PORTO (AÇORES) 2011, LAGOA (AÇORES) E OURENSE, GALIZA 2012, MAIA (AÇORES) E SEIA 2013, SEIA 2014, FUNDÃO 2015, GRACIOSA (AÇORES) 2015. MONTALEGRE 2016, LOMBA DA MAIA (AÇORES) 2016.

DEU 4 RECITAIS COM HENRIQUE CONSTÂNCIA (VIOLONCELO) E ACADEMIA DE MÚSICA LOCAL.

[Regressar índice](#)

## 6) ANABELA NAIJA SARDO, ESTH, UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR - INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA. AICL ASARDO@IPG.PT PRESENCIAL

Anabela Oliveira da Naia Sardo é professora adjunta da Escola Superior de Turismo e Hotelaria do Instituto Politécnico da Guarda, Portugal.

É doutora em Literatura Portuguesa, mestre em Estudos Portugueses e licenciada em Ensino de Português e Francês. Foi docente do Ensino Secundário de 1986 até 1991, altura em que ingressou no Ensino Superior Politécnico, tendo começado a lecionar na Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto do Instituto Politécnico da Guarda (IPG). Foi, desde 2009, Diretora da Escola Superior de Turismo e Hotelaria (ESTH), onde lecionava desde o ano 2000, cargo que exerceu até janeiro de 2015. Faz parte do Conselho Técnico-científico desta Escola desde 2002, tendo sido, durante cinco anos, presidente deste órgão. Pertence, igualmente, ao Conselho Geral do IPG desde 2008, cargo para o qual foi reeleita em 2012. É, desde 2015, Presidente do Conselho Pedagógico da ESTH / IPG. É membro integrado da Unidade de Investigação e Desenvolvimento do Interior (UDI) e faz parte da equipa fundadora do “Observatório de Turismo da Serra da Estrela”, com sede na ESTH / IPG. É também sócia fundadora da AICL - Associação dos Colóquios da Lusofonia. Faz parte da Comissão Científica Permanente desta associação internacional desde 2013 (tríênios 2013 – 15 e 15 – 17). É membro do Conselho Editorial Externo da revista *Millenium* do Instituto Politécnico de Viseu. Para além da investigação que tem vindo a realizar na área da Literatura Portuguesa, especificamente acerca da obra da escritora Ana Teresa Pereira, também faz pesquisa ao nível da área científica do Turismo, tendo um especial interesse pelo denominado Turismo Cultural e Literário.



MONTALEGRE 2015



GRACIOSA 2015

É SÓCIA FUNDADORA DA AICL.

FAZ PARTE DO COMITÉ CIENTÍFICO PERMANENTE.

PARTICIPOU NO 13º BRASIL 2010, 14º BRAGANÇA 2010, 15º MACAU 2011, 16º VILA DO PORTO (AÇORES), 17º LAGOA (AÇORES) 2012, 18º GALIZA 2012, 20º SEIA 2013, 21º MOINHOS DE PORTO FORMOSO (AÇORES) 2014, 22º SEIA 2014, 24º GRACIOSA (AÇORES) 2015, 25º MONTALEGRE E 26º LOMBA DA MAIA (AÇORES)

ÂNGELO CRISTÓVÃO, ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA (AGLP), ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA, AICL



Bragança 2007



Bragança 2010



Lagoa 2009

**ÂNGELO CRISTÓVÃO**, Empresário, licenciado em Psicologia, nasceu em Santiago de Compostela em 1965. Responsável pela página web «www.lusografia.org». Desde 1994 secretário da Associação de Amizade Galiza-Portugal, tendo organizado os Seminários de Políticas Linguísticas (2003, 2004, 2006). Presidiu à Associação Cultural Pró-Academia Galega da Língua Portuguesa, em cujo nome interveio na Conferência Internacional - Audição Parlamentar sobre o Acordo Ortográfico, realizada na Assembleia da República em 7 de abril de 2008.

#### Alguns artigos e comunicações:

1984: «Estudo antropológico da aldeia de Bustelo, Concelho de Dodro». Inédito.

1987: «Uma escala de atitudes perante o uso da língua», comunicação ao III Congreso Español de Psicología Social (Valência) In Agália #14 (1988) pp. 157-177.

1989: «Aspetos sociolinguísticos da problemática linguística e nacional na Galiza Espanhola», II Congresso da Língua Galego-Portuguesa na Galiza. Atas, 1989, Ourense, pp. 237-254.

1990 a: «Bibliografia de Sociolinguística lusófona», in Temas do Ensino de Linguística e Sociolinguística, vol. VI, n.º 21-26, pp. 71-99; in Naves de Sociolinguística, n.º 9, Institut de Sociolinguística Catalana. Barcelona, pp. 3-33.

1990 b: «Medição de variáveis: competência e uso linguístico». Comunicação ao III Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, Ourense, outubro. Publicada em Cadernos do Instituto de Estudos Luso-Galaicos "Manuel Rodrigues Lapa - Ricardo Carvalho Calero" Associação de Amizade Galiza-Portugal Série "Investigação" vol. I 1994, Comunicações suprimidas n.º 2.

1991 a: «eficácia da goma de mascar (Nicorette®) no abandono do tabagismo». Estudo com técnicas de meta-análise apresentada no Curso de Doutoramento em Psicologia Social. Programa: "Percepção, Representação e Conhecimento Social". Faculdade de Psicologia. Univ. de Santiago. Inédito. 83

1992 a: «Language Planning: Atitudes», in Atas do «I Congreso de Planificación Lingüística», Santiago de Compostela, pp. 383-400.

1992 b: «Análise causal da Teoria do Comportamento Planeado com dados supostos». 21 pp. Trabalho apresentado no Curso de Doutoramento em Psicologia Social. Programa: "Percepção, Representação e Conhecimento Social". 16 junho. Faculdade de Psicologia. Univ. de Santiago. Inédito.

2002. Presente no 1º colóquio da lusofonia, Porto, novº

2003: «Sociolinguística e cientificidade na Galiza», 2º Colóquio Lusofonia, Bragança, outº

2004 a: «Questione della língua: introdução e bibliografia», VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Univ. de Coimbra, 17 de setembro

2004 b (org) Lluís V. Aracil: Do Latim às línguas nacionais: introdução à história social das línguas europeias. Associação de Amizade Galiza-Portugal, Braga.

2004 c: «O contributo de António Gil à Sociolinguística galega», 3º Colóquio da Lusofonia. Bragança, outº

2005: «A República Literária e a Lusofonia - Semelhanças, diferenças e exemplos», 4º Colóquio da Lusofonia. Bragança,

2006: «A lusofonia galega: processos e modelos desde 1980», 6º Colóquio Anual da Lusofonia. Bragança,



2007: «A posição galega ante os Acordos Ortográficos da língua portuguesa», 8º Colóquio Anual da Lusofonia.

2008: "O processo de criação da Academia Galega da Língua Portuguesa "10º Colóquio da Lusofonia. Bragança, outº.

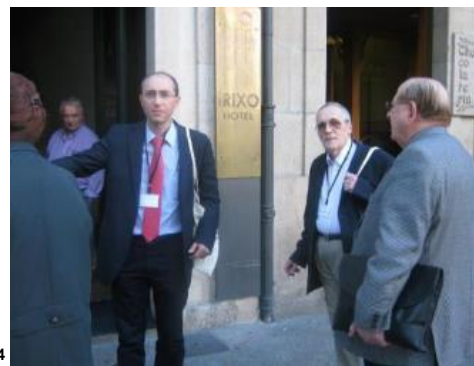
2009 "Os Discursos Sobre A Língua Na Galiza: Entre O Modelo Nacional e o Patoá" 12º Colóquio da Lusofonia. Bragança, outº.



SEIA 2014



SEIA 2014



Galiza 2012

### TEMA: 2.3. A GESTÃO DO ACORDO, ÂNGELO CRISTÓVÃO

#### RESUMO

O Colóquio da Lusofonia tem sido um espaço privilegiado para o nascimento de diversas iniciativas de valor histórico, entre os quais a primeira expressão pública do projeto de criação da Academia Galega da Língua Portuguesa, apresentada em Bragança em 2006 pelo professor José-Martinho Montero Santalha, que viria a ser o seu primeiro presidente no período 2008-2016. Quem tenha assistido regularmente aos colóquios terá comprovado algumas mudanças no discurso dos participantes galegos, e terá constatado como a língua portuguesa tem ganhado maior protagonismo na vida pública da Galiza. No texto descrevem-se detalhadamente os passos seguidos por entidades da sociedade civil para gerar um acordo que respondesse às necessidades da maioria social, e os passos dados para a produção de legislação favorável ao português, incluindo os atos mais destacados da sua negociação.

Nesta palestra o autor pretende cingir-se ao que se poderia denominar a produção e gestão do Acordo, ou dos Acordos na sociedade galega, recentemente constatados, especialmente a Iniciativa Legislativa Popular Valentim Paz-Andrade, e a sua concretização na "Lei para o Aproveitamento da Língua Portuguesa e Vínculos com a Lusofonia" aprovada por unanimidade no Parlamento galego em 11 de março de 2014. Finalmente realiza alguns comentários sobre a fórmula possível para a gestão do período que se poderemos denominar pós-conflito.

#### Nota:

Uma versão mais ampla deste trabalho foi apresentada, sob o título "A iniciativa Paz-Andrade", nas Jornadas "Xosé Calviño" organizadas pelo Liceu de Ensino Secundário "Instituto Arcebispo Gelmires" de Santiago de Compostela, o dia 4 de abril de 2017.

Sr. Representante da Câmara Municipal de Belmonte,

Sr. Presidente dos Colóquios da Lusofonia,

Caros colegas académicos,

Minhas senhoras e meus senhores:

Falar ou escrever de factos históricos longínquos sempre é mais fácil que falar dos mais próximos, mais recentes, especialmente quando quem fala tem uma participação pessoal. Contudo, apoiando-me na experiência própria e alheia das últimas décadas do Movimento Lusófono Galego, vou ter o atrevimento de dar continuidade a uma categoria de textos inaugurada pela minha colega académica Concha Rousia ao referir-se ao fenómeno da "mudança de narrativa" como sinal de uma etapa recentemente inaugurada no sistema cultural galego.

Começarei ilustrando processo da Iniciativa Legislativa Popular através da citação de alguns momentos importantes que sirvam a modo de guia não exaustivo, para compreender o processo.

O ano 2012 foi declarado na Galiza o ano de Valentim Paz-Andrade, sendo-lhe dedicado o Dia das Letras Galegas com atos de divulgação da sua obra, especialmente no sistema de ensino. Paz-Andrade é lembrado pelos que acreditamos na unidade da língua como escritor e Vice-Presidente na Comissão Galega do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, sendo Ernesto Guerra da Cal o seu presidente, que participou em qualidade de observadora em 1986 nos Acordos do Rio de Janeiro, com continuidade no Acordo de 1990, acordo agora em vigor na maioria dos países membros da CPLP.

Nesse ano de 2012, um reduzido grupo de pessoas do âmbito do Movimento Lusófono Galego, nomeadamente da Associação Cultural Pró Academia Galega da Língua Portuguesa e da Associação Galega da Língua, começou a elaborar uma proposta de Iniciativa Legislativa Popular (ILP) que recolhesse as reivindicações favoráveis à integração no espaço lusófono, coincidentes com a mais genuína tradição cultural galega. E tomou como critério a procura do mínimo comum denominador, em termos amplos, com uma redação em positivo, abrangente da maioria social,

de modo que fosse um polo de atração de diversos setores sociais, que pudesse ser aceite por pessoas de todo o espectro político, não redigido contra outros pontos de vista, mas a favor de uma aproximação da Galiza em relação à língua portuguesa e a Lusofonia.

Foi uma redação que sofreu várias mudanças e correções, desde uma inicial que incidia só em aspetos linguísticos, a uma mais abrangente que incluísse três áreas de atuação essenciais: Ensino, comunicação social e relações internacionais. Neste processo de elaboração da proposta tivemos muito presente a ideia de não colidir com a legislação vigente, que não fosse discutível em termos jurídicos pelo governo autónomo com sede em Santiago, nem pelo governo central de Madrid.

Depois de uma primeira visita aos grupos parlamentares, consultando sobre a sua disponibilidade para avançar com uma iniciativa deste teor, e com a resposta positiva de todos eles, em 16 de maio de 2012 os promotores entregaram a ILP no registo do Parlamento da Galiza, dando-se início ao prazo para a reunir o mínimo de 15000 assinaturas necessárias, tendo ultrapassado mais de 17000 apoiantes.

Em 9 de outubro de 2013 representantes das entidades promotoras da ILP mantiveram uma reunião no Consello da Cultura Galega, convocada pelo seu presidente, para falar da futura lei, com representantes de entidades que, de longa data, vêm mantendo posições contrárias à unidade da língua, num movimento sustentado politicamente pelos sucessivos governos galegos, que recebe o nome de "isolacionismo". Dessa reunião tirou-se a conclusão de que a língua portuguesa deveria figurar no texto legal em qualidade legal de "língua estrangeira".

Em 21 de outubro de 2013, convocada pelo Grupo Parlamentar do Partido Popular, teve lugar uma reunião na sede desse grupo político, que mantém a maioria absoluta no Parlamento, com o porta-voz da ILP, Xosé Morell, e quem isto escreve. O objeto da reunião foi negociar as propostas de modificação do futuro texto legal, acordando-se uma redação do projeto de que seria praticamente definitiva (e aprovada no Parlamento, por unanimidade, em 11 de março do ano seguinte). Todos os participantes nessa reunião assumimos que era necessário chegar a um entendimento, a um acordo, e isso conduziu a cedências e compromissos por ambas as partes.

Em 31 de outubro de 2013 teve lugar em Lisboa a II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, em que se incluiu uma sessão sobre "Políticas de Língua na Galiza", em que foi apresentado o "*Parecer sobre o desenvolvimento da Lei Paz-Andrade*", cabendo essa responsabilidade ao meu colega João Evans Pim, de facto o principal redator desse contributo. O *Parecer* é um dos documentos mais importantes sobre política de língua na Galiza das últimas décadas, contendo diversas opções, com apoio em legislação galega, espanhola e europeia.

Em 11 de março de 2014 foi aprovada a lei no Parlamento, por unanimidade dos deputados. Cito declarações do porta-voz do Grupo Parlamentar do Partido Popular (com maioria absoluta no Parlamento), Pedro Puy Fraga:

*«Ten o valor de que, por primeira vez nun texto lexislativo galego, se recolle o principio xeral do carácter estratéxico que ten para Galicia relacionarse co país veciño, co que nos unen multitude de lazos históricos, culturais e, desde a desaparición das fronteiras, económicos e comerciais»,*

Em 15 março de 2014 a Comissão Promotora da ILP realizou uma declaração pública, aos pés do Museu do Povo Galego e Panteão de Galegos Ilustres, em Santiago de Compostela, sendo orador o porta-voz José Morell, de cujo depoimento cito o seguinte parágrafo:

*«Para além dos objetivos que fixa a Lei, a unanimidade da tomada em consideração da ILP e da aprovação da Lei são signo dum novo e esperançado consenso linguístico no que a sociedade galega decide defender e desenvolver o seu milenar idioma além de pontos de vista conjunturais, partidários, e inclusive de identidade. E para isto a sociedade civil quer contar com todas as potencialidades históricas e de futuro do nosso idioma, que inclui a sua inegável dimensão internacional».*

A lei foi publicada no Boletim Oficial do Parlamento da Galiza em 17 de março de 2014, entrando em vigor no dia seguinte.

Em 22 e 23 de junho de 2014 a AGLP, através da académica Maria Dovigo, iria participar numa reunião do Portal do Professor de Português Língua Estrangeira. Postos em contacto com o Diretor Executivo do ILP, Gilvan Oliveira e com o governo galego, conseguiu-se que duas representantes do departamento de Educação participam nestas reuniões em Lisboa, sobre a elaboração de materiais para o Portal do Professor de Português Língua Estrangeira. A petição foi tramitada pela Academia Galega da Língua Portuguesa. As representantes do Governo galego foram acompanhadas pela nossa académica Maria Dovigo.

Em 26 de junho de 2014 a AGLP organizou em Santiago o Seminário "A Lei Paz-Andrade e as Políticas de Língua", em que participaram entre outros, o Embaixador Eugénio Anacoreta Correia e o Secretário Geral de Política Linguística, Valentín García Gómez.

Em setembro de 2014 produziu-se o primeiro programa "Aqui Portugal" em Ourense, conjuntamente com a TVG. Seguiu-se outro sob o título "Aqui Galiza". Em 9 de outubro de 2014 o Governo galego participou oficialmente na Conferência "Perspetivas da Língua Portuguesa" organizado na Universidade do Minho, intervindo Valentín García Gómez em representação do Governo galego, com a colaboração da AGLP. Durante o processo de organização do evento decidimos que, contrariamente ao que tínhamos realizado na Conferência de Aveiro do mês de abril, e que eu tinha participado como orador, considerando a aprovação da Lei Paz-Andrade, e o compromisso do governo galego de desenvolver esse texto legal, era a altura certa de a AGLP ficar em segundo plano, entendendo tanto a organização do evento como a nossa Academia que, em nome da Galiza, deveria haver um só discurso, intervindo o representante do Governo galego, neste caso Valentín García Gómez, dando-lhe prioridade sobre outros intervenientes, o que foi possível com o conhecimento prévio e boa vontade dos embaixadores dos países membros da CPLP. Decidimos também que o presidente do Conselho da Cultura Galega fosse integrado no Comité de Honra dessa Conferência.

## 1. O SIGNIFICADO POLÍTICO DA LEI

A exposição de motivos, como a totalidade do texto, constituiu uma viragem de 180º no rumo na política institucional galega, porquanto situou a língua portuguesa e a integração no espaço lusófono, o que equivale dizer a CPLP, com desígnio estratégico da Galiza.

Converteu em interlocutores aquelas entidades que durante as últimas décadas tinham sido objeto de exclusão sistemática por defenderem precisamente essa aproximação em relação à Lusofonia.

Pretendeu iniciar uma nova etapa substituindo conflito por acordo e a colaboração, o que só podia qualificar-se como um passo positivo para todas as partes implicadas. Reconheceu-se o valor instrumental da língua da Galiza, e do português como variedade internacional do galego, definido no texto legal como "intercompreensível" com o português comum. Reconheceu-se no prólogo da lei o valor histórico e político da Comissão Galega do Acordo Ortográfico, que participara em qualidade de observadora nos Acordos Ortográficos de 1986 no Rio de Janeiro e 1990 em Lisboa, que serviu de precedente e justificação da Lei.

O facto de este texto legal se ter publicado no Boletim Oficial do Estado espanhol, entrando em vigor sem qualquer oposição do governo de Madrid, demonstrava o grau de consenso político que o texto legal conseguiu reunir.

## 2. SITUAÇÃO ATUAL NA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Um dos aspetos mais importantes em que a proposta inicial da ILP ficou minorada foi a questão da livre difusão das TV e rádios portuguesas na Galiza. Durante a negociação, o governo argumentou que esse aspeto seria impossível de aplicar em termos práticos, por motivos políticos. Como alternativa, e para conseguir um acordo, acedemos a incluir um artigo específico que implicasse os meios de comunicação públicos, especificamente a CRTVG.

Na prática, o resultado é muito diferente do esperado, pois além de algum programa conjunto entre a RTP e a TVG, pouco se tem avançado. Estamos assistindo atualmente à série ambientada no hotel Vidago, mas ainda não conseguimos ouvi-la na sua versão original em português de Portugal. Não seria justo dizer que falta vontade da parte da direção da companhia de rádio e televisão galegas, mas a realidade também é teimuda ou teimosa, e cabe perguntar-se por que a legislação europeia, que promove e facilita a divulgação de canais de TV e rádio transfronteiriços noutros territórios europeus com igual ou semelhante modalidade linguística falada, é aplicável no centro da Europa e resulta impraticável entre Portugal e a Galiza.

## 3. SITUAÇÃO ATUAL NO ENSINO

Constatando que a o Departamento (Conselharia) de Educação falhava na informação aos centros escolares, as entidades associativas mais implicadas com o processo de aplicação da lei, a AGAL, Docentes de Português e AGLP iniciamos, em 15 de fevereiro de 2016, durante três meses, o primeiro "Projeto Telefonemas". Uma pessoa contratada pelas entidades citadas contactou os centros de ensino secundário da Galiza. A sua tarefa foi informar dos passos a dar para oferecer a matéria de Língua Portuguesa na oferta educativa do centro para o ano escolar 2016/17, bem como encorajar para o fazer. No caso dos centros onde já se lecionava português - informação que a DPG solicitou ao governo autónomo sem resultado-, pretendeu-se conhecer quantas turmas existiam, a possibilidade de criar um departamento de português, bem como abrir secções bilingues, isto é, lecionar matérias em português como história, tecnologia ou matemáticas. Este ano de 2017 imos pela segunda edição.

## 4. SITUAÇÃO ATUAL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Não é segredo afirmar que a estratégia galega consiste em promover entidades públicas ou privadas para se integrar, em qualidade de observadores num primeiro passo, e membros de pleno direito, quando for possível, nas diversas organizações setoriais abrangidas pela CPLP.

É o caso da Confederação Sindical Galega, ou do Consello da Cultura Galega, e em breve a Cidade de Santiago de Compostela, que ingressará na União de Cidades Capitais de Língua Portuguesa em qualidade de observadora, na assembleia geral desta entidade de carácter multilateral que terá lugar em Luanda, ainda durante este mês de abril de 2017.

Este sintagma nominal, o "carácter multilateral", é uma das fórmulas que poderão vir a garantir o sucesso da CPLP internamente e em direção às sociedades dos países que a integram. E também em sentido inverso, muito especificamente no nosso caso, da sociedade galega em direção aos órgãos diretivos da CPLP. O sucesso da participação galega nesse conjunto internacional não será possível se for restritamente unívoco ou uniforme. Só tendo em conta a diversidade de pontos de vista existentes na sociedade poderá chegar o sucesso, em coerência com os acordos da Lei Paz-Andrade.

A posição de Portugal em relação à participação galega no espaço lusófono tem mantido uma geometria variável, por vezes apoiando e outras colocando entraves de diversa ordem.

Permitam-me dizer claramente: É um assunto que devem resolver os portugueses. Os galegos não podemos nem devemos dedicar-nos a convencer as notabilidades ou os políticos do país vizinho em relação às suas escolhas.

Não tenho dúvida de que a Galiza vai dar passos firmes em direção ao mundo de língua portuguesa. Neste processo será necessário estabelecer colaborações e parcerias. Quem têm um conhecimento mais próximo da situação galega sabe que a maior parte das iniciativas e os projetos que realmente são eficazes, que têm continuidade e resultados constatáveis além da propaganda mediática, dependem diretamente das entidades do que pode chamar-se Movimento Lusófono Galego.

Todo o impulso, projetos e trabalhos do governo autónomo galego e as entidades que dele dependem em termos políticos e económicos, não vão substituir o trabalho das pessoas e entidades que levam décadas a desenvolver projetos de reintegração. Esta é uma realidade que não convém negligenciar.

## 5. GESTÃO DO PÓS-CONFLITO

Quanto aos setores do isolacionismo linguístico e cultural galego, tradicionais beneficiários do apoio institucional na Galiza, uma vez perdido o monopólio da "verdade académica" e a interlocução política privilegiada, toda vez que o discurso pró-lusófono ganhou o espaço político, colocando-se no centro do âmbito cultural, acabou de facto a etapa isolacionista na cultura galega e começa um momento diferente que, por lógica, levará ao que Concha Rousia denominava "mudança de narrativa". Uma reinterpretação dos factos históricos que permita assimilar a realidade, os factos. Cria-se assim as condições para ultrapassar um conflito que marcou e condicionou enormemente as capacidades e possibilidades de desenvolvimento da língua portuguesa, como língua nacional da Galiza, e da própria cultura galega.

Isto não significa que todo o trabalho esteja feito. É preciso pensar no pós-conflito com generosidade e visão de país, por forma a facilitar a integração da maior parte dos agentes culturais neste novo contexto, neste novo discurso, sem necessidade de trazer à tona os erros do passado. Sempre é mais fácil manter-se nas trincheiras e reclamar a própria coerência antes que compreender as posições contrárias.

Nesta situação, a criação de espaços de convivência faz parte da lógica de construção do país, condição para ultrapassar o conflito e deixar atrás a etapa de divisão, para romper os muros que, há menos de uma década, pareciam indestrutíveis. A geração dessa dinâmica permitirá pensar em atingir um novo patamar em que a língua e cultura da Galiza estejam em condições de concorrer com o castelhano, no território em que nasceu a língua portuguesa, com garantias de futuro.

Obrigado a todos.

Auditório Municipal de Belmonte,

Belmonte, 8 de abril de 2017

**É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.**

**TOMOU PARTE ININTERRUPTAMENTE DO 1º AO 12º, E DEPOIS NO 14º BRAGANÇA 2010, 17º NA LAGOA 2012, 18º COLÓQUIO GALIZA 2012, 22º COLÓQUIO SEIA 2014, 25º MONTALEGRE 2016.**

**PRESIDE À FUNDAÇÃO DA AGLP. EM 2015 TORNOU-SE SÓCIO CORRESPONDENTE ESTRANGEIRO DA ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA.**

### **7) ANTÓNIO CALLIXTO, EX-CHEFE DA UNIDADE DE TRADUÇÃO PORTUGUESA DO TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU, LUXEMBURGO (1986-2012, APOSENTADO). AICL. PRESENCIAL**

**António Callixto**, Licenciado em Filologia Germânica. Filólogo e investigador linguístico. Antigo chefe da unidade de tradução portuguesa do Tribunal de Contas Europeu, Luxemburgo (1986-2012).

António Callixto é um apaixonado pelas línguas, pela linguística e pela tradução. Com 12 ou 13 anos já se dedicava à escuta dos programas em onda curta de várias emissoras internacionais, tendo-se tornado mais tarde radioamador, atividade na qual deu largas aos seus conhecimentos linguísticos.

Trabalhou com línguas ao longo de toda a sua longa carreira.

Em 1974 licenciou-se em Filologia Germânica pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa. Além das línguas obrigatórias (inglês e alemão), frequentou como disciplinas de opção ou cursos livres aulas de várias outras línguas e culturas (italiano, neerlandês, romeno, sueco e até árabe). Foi professor do ensino secundário em Portugal de 1971 a 1979. Nesse ano, embora ao serviço de Portugal, partiu para a Polónia, onde desempenhou as funções de leitor de português na Universidade de Varsóvia.

Em 1981, devido à lei marcial decretada pelo General [Wojciech Witold] *Jaruzelski*, viu-se obrigado a abandonar a Polónia e passou a desempenhar as mesmas funções na Universidade de Helsínquia, na Finlândia. As línguas destes dois países não lhe passaram despercebidas, tendo adquirido conhecimentos razoáveis de finlandês e bastante bons de polaco. Em 1986 (ano da adesão de Portugal à então CEE) foi nomeado chefe da unidade de tradução portuguesa do Tribunal de Contas Europeu, no Luxemburgo, lugar que ocupou até à sua aposentação no último dia do ano de 2012.

No exercício dessas funções, participou e representou aquela instituição em vários seminários e congressos sobre temas linguísticos e ligados à tradução.

Em 1990, num original concurso organizado por uma instituição de ensino superior belga, António Callixto alcançou um dos primeiros lugares, tendo provado ser capaz de comunicar em 12 línguas.



GRACIOSA 2015 Graciosa 2015 MONTALEGRE 2016 MONTALEGRE 2016

**É SÓCIO DA AICL.**

**TOMOU PARTE NO 2º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TRADUÇÃO DA ESE - IPB, BRAGANÇA 2004 QUE FEZ PARTE E ANTECEDEU O 3º COLÓQUIO DA LUSOFONIA.**

**TOMOU PARTE NO 24º COLÓQUIO NA GRACIOSA (AÇORES) 2015, 25º EM MONTALEGRE 2016, 26º NA LOMBA DA MAIA (AÇORES)**



8) ANTÓNIO DE DEUS RAMOS PONCES DE CARVALHO, DIRETOR DA ESE, JOÃO DE DEUS



Doutoramento em Educación Infantil y Familiar: Investigación e Intervención Psicopedagógica, pela Universidad de Málaga (reconhecido pela Universidade Nova de Lisboa), 2011.  
Diploma de Estudios Avanzados (DEA – Suficiencia Investigadora) na área de conhecimento de *Didáctica*  
*Diplôme d'Études Approfondies (DEA) de Sciences de l'Éducation*, pela Université de Caen, 1991  
*Maitrise de Sciences de l'Éducation*, pela Université de Caen, 1990 (França)  
Licenciatura em Física - Ramo Educacional, pela Faculdade de Ciências da Universidade Clássica de Lisboa  
Diploma de Professor Primário Particular, Ministério da Educação

#### FUNÇÕES

Presidente da Direção da Associação de Jardins-Escolas João de Deus e Diretor da Escola Superior de Educação João de Deus.  
Presidente da Direção do Comité Português da Organização Mundial de Educação Pré-Escolar - OMEP.  
Membro da Direção da Associação Abade Correia da Serra e Vice-Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado - APESP.  
Membro do Conselho Consultivo da Formação Contínua de Professores do Ministério da Educação.  
Membro do Conselho Consultivo da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa.  
Membro dos Conselhos Gerais do Agrupamento da Escola Bartolomeu de Gusmão e da Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Pedro Nunes.  
Membre d'Honneur de l'Association France - Portugal.  
Membro da Comissão de Honra do Plano Nacional de Leitura (nomeado pela Ministra da Educação, a Ministra da Cultura, e o Ministro dos Assuntos Parlamentares Augusto Santos Silva).  
Membro da Comissão de Honra do Portugal Maior, evento integrado no Programa Oficial do Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações.  
Membro da Comissão Consultiva da Futurália 2013 - Requalificar Portugal.  
Membro da Comissão de Honra do Dia Internacional do Idoso.  
Conduziu a modernização da Associação de Jardins-Escolas João de Deus, fundada em 1882 criando 29 dos 55 centros educativos existentes. Destacando em 1987 a criação da Escola Superior de Educação João de Deus e em 2002 as Ludotecas Itinerantes João de Deus que têm como objetivo ajudar a combater a exclusão social em bairros de população menos favorecida (Santa Filomena, 6 de maio, Azinhaga dos Besouros e Zambujal, na Amadora, e Cruz Vermelha e Armador, em Chelas), Lisboa.  
Foi membro das Comissões de Peritos dos Cursos de Ensino Superior em Educação e da Comissão de Formação de Professores (domínios 1 a 4) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.  
Foi membro da Comissão Nacional de Acesso ao ensino Superior.  
Foi membro da Direção da CEP - Confederação do Ensino Privado.  
Tem conduzido a modernização da Associação de Jardins-escolas João de Deus (fundada em 1882) e criou 24 dos 55 centros educativos existentes.  
Em 1987, criou a Escola Superior de Educação João de Deus.  
É responsável pela assinatura de mais de uma centena de protocolos, quer internacionais quer nacionais,  
Organizou cerca de uma centena de eventos, de cariz científico e pedagógico, e de extensão à comunidade, e visitas de estudo a 36 países  
Na qualidade de Presidente da Associação de Jardins-escolas João de Deus e de Diretor da ESE João de Deus, interveio em reuniões e eventos (113 nacionais e 40 internacionais. Escreveu diversos artigos de opinião, nomeadamente durante 2 anos e meio no Jornal Diário Económico, e participa, regularmente, quer na RTP (Televisão Estatal), quer na SIC, em programas sobre a Educação.  
Coordenou 12 cursos de Licenciatura nas áreas de Ciências da Educação e fez supervisão de estágios, da ESE João de Deus  
Leciona disciplinas na área das Ciências da Educação, da ESE João de Deus  
Ministra cursos para Educadores de Infância e Professores em exercício, em Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Timor, Goa, Brasil, Portugal (1987-...).  
Coordenou 45 publicações da ESE João de Deus.  
Dirige a *Revista Científica de Educação para o Desenvolvimento* do Centro de Investigação João de Deus.



Coordenou 5 Projetos de investigação e organizou 38 reuniões científicas.  
Apresentou conferências e comunicações em 64 eventos nacionais e em 19 internacionais  
É autor de publicações em revistas (p. exº, *Revista Noesis* e *Revista Inovação*), em obras coletivas (p.e, atas do Conselho Nacional de Educação e atas de eventos científicos no estrangeiro), de prefácios, e dos volumes:

(2011). *A importância e atualidade do método de leitura de João de Deus. Cartilha Maternal de João de Deus*. Tese de Doutoramento. Universidad de Málaga, Departamento de Didáctica da Lengua y da Literatura.

--- (1991). *Eléments pour histoire d'une école de formation des instituteurs de maternelle*. Lisboa: Ramos, Afonso & Moita, Lda.

--- (1990). *La pédagogie de João de Deus Ramos (1878/1953)*. Lisboa: Ramos, Afonso & Moita, Lda

### TEMA: 2.5. O IMPACTO DA CARTILHA MATERNAL DE JOÃO DE DEUS

- 1- Breve história sobre a criação da cartilha maternal João de Deus.
- 2- A polémica entre os defensores do método de Castilho e os defensores da cartilha maternal João de Deus.
- 3- João de Deus – a sua herança cultural e pedagógica.
- 4- Linhas de força que caracterizam o método João de Deus.
- 5- Aplicação pedagógica da cartilha maternal João de Deus.
- 6- Análise das vantagens da aprendizagem da leitura e da escrita através da cartilha maternal João de Deus.

### PARTICIPA PELA PRIMEIRA VEZ A CONVITE DO PROFESSOR MALACA CASTELEIRO. TOMA PARTE NA SESSÃO DAS ACADEMIAS



Associação de Jardins-Escolas João de Deus  
135 ANOS DE HISTÓRIA



Associação de Jardins-Escolas João de Deus  
135 ANOS DE HISTÓRIA



Associação de Jardins-Escolas João de Deus  
135 ANOS DE HISTÓRIA



**O impacto da Cartilha Maternal de João de Deus**  
ANTÓNIO PUGUES DE CARVALHO

27º Colóquio e Conferência  
1 a 4 de abril de 2017  
Algarve - Universidade do Algarve



João de Deus nasce a 8 de maio de 1830 em S. Bartolomeu de Messines



1865  
Mr. Rovere convida João de Deus a escrever "uma Cartilha para ensinar as primeiras letras"

1876  
Edição da Cartilha Maternal ou "Arte de Leitura" pela Livraria Universal de Magalhães & Moniz



Associação de Jardins-Escolas João de Deus  
135 ANOS DE HISTÓRIA

"Não basta ler; é necessário ler com conhecimento de causa. Quem não tem a análise das letras, quem não sabe as regras dos seus valores, não pode ensinar bem; e ensinando mal, isto é, com muito custo e pouco proveito, naturalmente se furtia às ocasiões de ensinar os outros; o que é um grande mal.

E eu espero ainda que as avarias do que atualmente se pensa, a opinião geral de todos seja que nada é mais fácil do que aprender a ler; e porque nada mais fácil do que aprender a ler, portanto nada mais fácil do que ensinar este serviço a outros: ensinar, talvez o mínimo que podemos prestar.

Porque eu posso ser homem sem saber retórica; o que não posso é ser verdadeiramente homem sem saber ler. Sei a imagem de Deus mas não sou a sua semelhança; não estou em toda a parte, cerca-me o espaço e o tempo; não converso com os mortos, não falo com os vindouros; eu nem conheço os negócios da minha Pátria; não pertenco a uma família chamada estado: sou o selvagem da horda."

João de Deus



Associação de Jardins-Escolas João de Deus  
135 ANOS DE HISTÓRIA

"O Ensino", Jornal do Colégio Portuense em 11 de Outubro de 1877 escreveu:

"... com a Cartilha do Senhor João de Deus entramos num Mundo novo; tudo mudou de aspeto, tudo se tornou simples, lúdico, transparente. O novo pedagogo vai guiando o discípulo passo a passo; não o mete num labirinto; apresenta-lhe um plano disposto na melhor ordem e assenta no seu lugar, uma a uma, as pedras do edifício, os elementos da língua.

Há a conhecer as letras uma por uma, assim como a sua aplicação e só no fim constitui a cadeia do alfabeto, ligando estes seus elos; não desmembra as palavras em sílabas, as sílabas em letras; apresenta à criança a flor intacta..."

Carolina Michaelis



Associação de Jardins-Escolas João de Deus  
135 ANOS DE HISTÓRIA

"... pelo uso prático que ultimamente comecei a dar-lhe, considero-a como o maior serviço que em Portugal se fez à infância até hoje, e tanto mais quanto aproveitar ate, e muito, aos adultos. Todo o método é claro, luminoso, princípio e aplicação..."

Francisco Adolfo Coelho

Cartilha que escreveu o Sr. João de Deus em 1877



"João de Deus, o maior dos poetas líricos de Portugal depois de Camões e o educador nacional da infância e dos iletrados do País (...) tem na sua obra de maior impacto, o mais simples e o mais lógico de todos os métodos de leitura, por ser atraente, significativo, intuitivo, sem apelo ao ridículo, breve, intitulando-se Cartilha Maternal onde não se deixa de sentir sempre, numa perspectiva pedagógica, um grande poeta e um grande coração..."

Revue Encyclopédique Larousse  
n.º 128, 15 de fevereiro de 1896

"Irene de Brés, le plus grand des poètes lyriques de Portugal depuis Camões, et l'éducateur national de l'enfance et des illettrés de ce pays (...), le plus attrayant de ces ouvrages, le plus simple et le plus logique de tous les méthodes de lecture, attrayant, prompt, intuitif, sans appel au ridicule, bref, cette Cartilha Maternal où l'on se sent toujours, sous la perspective pédagogique, un grand poète et un grand cœur..."



No Museu João de Deus em Lisboa possuímos as seguintes traduções:



- A Cartilha Maternal em Espanhol  
1876, tradução de M. Rodriguez Novas.
- Método fácil para ler e escrever a língua Concani  
Nova Goa, 1883, realizado por T.X. de Faria.



No Museu João de Deus em Lisboa possuímos as seguintes traduções:



- O ABC dos Indígenas  
Lingua Mhundu - tradução do Padre Domingos Vieira.
- ABC Maternal - Art de lecture  
Traduzido e adaptado por Philéas Lebesgue e João de Deus Ramos, 1897.



No Museu João de Deus em Lisboa possuímos as seguintes traduções:



- Auxiliar da Cartilha Maternal de João de Deus  
Mandarin, Autor Editor Padre Julio César da Rosa, 2ª Edição, 1929.



No Museu João de Deus em Lisboa possuímos as seguintes traduções:



- O ABC dos Vimbundus  
Huambo - tradução do Padre Domingos Vieira.
- Cartilha Maternal Missão de S. José de Lhanguense  
Lourenço Marques



"À medida que o nosso método ia sendo experimentado, um pouco por toda a parte, em todo o País, os jornais de Lisboa, do Porto e da Província faziam eco das críticas que iam surgindo: eram calmas, serenas e objetivas; outras talvez exageradamente laudatórias; e outras ainda apaixonadas e virulentas em demasia.

Pedagogos e políticos sentem que têm uma palavra a dizer. Este contraste de reações tantas vezes contraditórias faz da polémica em torno da Cartilha Maternal um capítulo apaixonante da nossa História da Educação."

Joaquim Ferreira Gomes  
"A Educação Infantil em Portugal"





"...mostra-me a experiência que professores e professoras saídas das Escolas Normais têm ideias falsas sobre pontos fundamentais, como são os elementos da língua e os valores das letras."

*João de Deus*  
Jornal Democracia



"...convindo verificar, por meio duma rigorosa e imparcial confrontação se o método de aprender a ler de João de Deus tem reconhecida vantagem e superioridade sobre os métodos anteriormente seguidos nas escolas primárias..."

Diário do Governo Nº 282  
12 de Dezembro de 1879

2 de agosto de 1865

É declarado Nacional o Método de Leitura da Cartilha Maternal e João de Deus nomeado Comissário Geral do Método de Leitura.

8 de março de 1895

Homenagem pública na comemoração do 65º aniversário do poeta, sendo-lhe concedido por Sua Alteza O Rei D. Carlos as insígnias da Grã-Cruz de S. Tiago.

11 de janeiro de 1896

Luto Nacional pela morte do Poeta algarvio.



Linhas de Força do Método de João de Deus:

João de Deus valorizou os aspetos visuais apresentando as palavras segmentadas por sílabas, recorrendo aos tons preto/cinza.

**vi via viu  
vivi vivia**

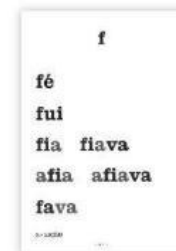
Este recurso a estruturas gráficas artificiais, indicando a divisão da palavra em sílabas gráficas, permite obter a decomposição das palavras sem quebrar a unidade gráfica (e sonora) das mesmas.

Linhas de Força do Método de João de Deus:

Apresentação de uma letra por dia para que possa ser bem conhecida e identificada.

Lição curta com noções bem claras e dada todos os dias durante o ciclo de aprendizagem.

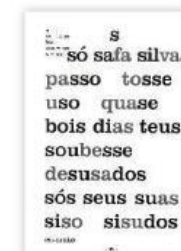
Apresentação criteriosa do alfabeto que serve a língua portuguesa. Rodrigo Sá Nogueira (ilustre professor que foi da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), dizia que se tivesse que organizar duma forma fonemática o alfabeto português, o faria como João de Deus.



Linhas de Força do Método de João de Deus:

As letras são estudadas no seu papel dinâmico e nas suas diversas leituras dando os seus sons fonéticos.

Uso de mnemónicas na formação temporária dos nomes das consoantes incertas para facilitar para facilitar a aprendizagem.





#### Linhas de Força do Método de João de Deus:

Começar por consoantes constrictivas cujo valor se pode prolongar. Usar este valor de princípio sem dar o nome à consoante tornando assim mais fácil a ligação com as letras seguintes e favorecendo a compreensão do mecanismo da leitura.

Dar desde o princípio regras básicas de acentuação que favorecem a prosódia e dão ao aluno a compreensão da palavra. Ler é compreender, é essa a grande preocupação de João de Deus!

Todas as dificuldades são explicadas por regras que satisfaçam o raciocínio e o pensamento lógico do aluno facilitando uma leitura bem compreendida, que favoreça também a ortografia. A leitura torna-se assim um exercício mental de grande valor, e de uma forma lúdica o aluno acede ao código linguístico. Os geneticistas sabem quanto isso é importante para o desenvolvimento do cérebro.



#### Linhas de Força do Método de João de Deus:

Utilizar numa frase a palavra lida dando a noção de que a palavra é o grande instrumento do discurso.

Nunca ler de cor nem memorizando as palavras lidas.

O exercício de ler é dinâmico, interativo e promove a relação entre as palavras lidas e a vivência da criança.



#### Linhas de Força do Método de João de Deus:

O método utiliza estratégias de leitura do tipo "Bottom-up" em sinergia com estratégias do tipo "Top-down".

Estimula as capacidades metacognitivas.

Respeita o ritmo individual de cada criança.

Fomenta na criança a autocorreção.



#### Escritura da Associação de Escolas Móveis pelo Método João de Deus, 1882



(...) reuniram-se algumas dezenas de cidadãos e fundaram a Associação de Escolas Móveis, com o fim de ensinar a ler, escrever e contar pelo método de admirável rapidez, do Senhor Dr. João de Deus, os indivíduos que o solicitarem, até onde permitam os seus meios económicos, enviando nesse intuito as diversas povoações da nação portuguesa professores devidamente habilitados - não se envolvendo em assuntos políticos, nem quaisquer outros alheios ao seu fim (...)



"(...) os exames se fizeram nos Paços do Concelho com destiles populares festivos e a presença de todas as autoridades. Pronunciaram-se discursos eloquentes e as palavras, os vivas e a banda de música saudaram os examinandos."



(...) Mas, o que sobretudo me impressionou nesse dia, foi o acolhimento de entusiasmo que o Jardim-Escola teve por parte do povo, do povo para quem ele se construiu, do povo que sabe, ou sente, que a ideia fundamental que presidia à fundação daquela casa fora simplesmente esta: dar às classes populares, as únicas ainda vazias e fortes no país, educando-lhes os filhos, mais uma possibilidade de ressurgimento e de progresso (...)

João de Barros

in Boletim de Propaganda, ano I, nº4, 1911, p.107, J. N. Imprensa Nacional de Lisboa, Lisboa 1911.





Presidentes da República que fizeram parte dos Corpos Gerentes desta Associação



Manuel de Arrago



Teófilo Braga



Bernardino Machado

Imagens: Museu Nacional da Educação do Portugal



De 1887 a 1920 frequentaram 479  
Missões de Alfabetização 28.656  
Alunos.



Em 1920 realiza-se o primeiro  
Curso de Didática Pré-Primária  
pelo Método João de Deus.



Decreto-Lei Nº 26.893 de 15 de Agosto de 1936

"[...] o respeitoso projeto e responsabilidade e honestidade dessa instituição".



No relatório da Junta Nacional de Educação  
de 8 de Abril de 1959 pode ler-se:

(...) A grande maioria das famílias portuguesas de reta consciência  
têm manifestado repugnância em entregar a outros a educação dos filhos nas  
primeiras idades (...)



Centros Educativos João de Deus de 1882 até 1917

Associação de Jardins-Escolas João de Deus 1882

JE Colúmbia 1911	JE Figueira da Foz II 1958
JE Figueira da Foz 1914	JE Torres Novas 1960
JE Alcobage 1914	JE Tomar II 1962
JE Estrela - Lisboa 1915	JE Torres Novas 1964
Museu João de Deus 1917	JE Alvalade - Lisboa 1965
JE Alfindas 1927	JE Trasmonte 1965
JE Castelo Branco 1936	JE Estremoz 1965
JE Leiria 1936	JE Mafra 1968
JE Viana 1943	JE Tronco da Moura 1971
JE Montargue 1948	JE S. Bartolomeu Mesquita 1972
JE Chaves 1948	JE Urgueira 1972
JE Porto 1952	JE Oliveira-Lisboa 1975
JE Tomar 1955	JE Santo Tirso 1975



Imagens: Museu Nacional da Educação do Portugal





## Menções honoríficas atribuídas à instituição

### 1991 | Menção Honrosa no Grau de Diploma de Mérito Pedagógico

Atribuída pelo Ministro da Educação, Roberto Carneiro

"... desde o início da sua criação, os Jardins-Escolas João de Deus têm desenvolvido uma obra de grande alcance social e pedagógico, prestando um inestimável contributo à Educação Pré-Escolar, inseridos num contexto em que assume a particular interesse a valorização da cultura popular e o combate ao analfabetismo, e evoluindo num permanente apego ao estudo da infância, os já em número de 80 Jardins-Escolas João de Deus espalhados pelo País, têm alcançado objetivos que se integram nas mais inovadoras propostas psicopedagógicas.

E, pois, de inteira justiça o reconhecimento da obra realizada e do contributo prestado à educação e cultura nacionais..."



Despacho nº 32/ME 1191

### 1997 | Menção de Honra do Prémio Noma

Outorgado por ocasião do Dia Internacional de Alfabetização, à Associação de Jardins-Escolas João de Deus, pelo Júri Internacional dos Prémios de Alfabetização da UNESCO, "por ter criado um clima acolhedor e propício à aprendizagem, a Escola sendo considerada como o reflexo da sociedade, aberta a todos sem distinção, num espírito de fraternidade e de educação cívica" e "por ter fundado o seu método sobre o estudo da língua materna permitindo aos interessados, quer sejam adultos ou alunos, aprender a ler, a escrever e contar mais facilmente, encorajando a criatividade e expressão e a aprendizagem pela ação".



### 2004 | Prémio MANUS CAIS

1.º lugar na categoria "Organizações e Instituições Sociais", com o projeto "Programa ATL Itinerante – Ludotecas João de Deus", correspondente à "Instituição mais Solidária".

### 2007 | Alcuin Award

Prémio atribuído às Ludotecas João de Deus pelo seu contributo para a Educação em Portugal pela European Parents Association – EPA (atribuído pela primeira vez a uma instituição portuguesa).

### 2008 | Prémio Educação Gulbenkian

Prémio atribuído à Associação de Jardins Escolas João de Deus pelos mais de 125 anos de serviços prestados à Educação e ao Ensino.

### 2010 | Prémio Projeto Valere

Atribuído pela Direção Geral de Reinserção Social que "Reconhece e permeia a colaboração e empenho enquanto parceiro na execução de medidas tutelares educativas" à Associação de Jardins Escolas João de Deus pelos projetos de cariz social.

[Regressar índice](#)

## 9) BRITES ARAÚJO, ESCRITORA AÇORIANA, GRACIOSA, NAV E AICL



Nasci a 2 de março de 1959 em Sta. Cruz da Graciosa, de pai micalense e mãe terceirense. Aos 5 anos, vim com a família para Ponta Delgada, onde fiz toda a escolaridade e onde residi até aos 19 anos. Em 1982, ingressei nos Serviços de Tráfego Aéreo da que é agora a NAV - Portugal, o que me levou a fixar residência na Ilha de Sta. Maria, durante 12 anos. Licenciiei-me em Línguas e Literaturas Modernas, variante de Estudos Portugueses e Ingleses, na Universidade dos Açores, onde fiz também uma pós-graduação em Língua e Literatura Portuguesas e concluí a parte curricular do Mestrado em Cultura e Literatura Portuguesas. Esporadicamente, fui docente contratada de Português e de Inglês, fiz jornalismo, rádio e teatro amador. Ainda aluna do então Liceu Antero de Quental, publiquei um livro de poemas e integrei uma pequena Antologia de poetas açorianos. Ao longo dos anos tenho publicado, de forma dispersa, em jornais e revistas, tendo ainda colaborado, como letrista, com alguns músicos dos Açores. Tenho feito, também, algum trabalho de tradução, onde se inclui a versão inglesa do livro "O Menino Perdido", de Susana Margarido. Após uma ausência de 10 anos, por Braga e pela Madeira, voltei aos Açores e a Ponta Delgada, onde me encontro a residir.

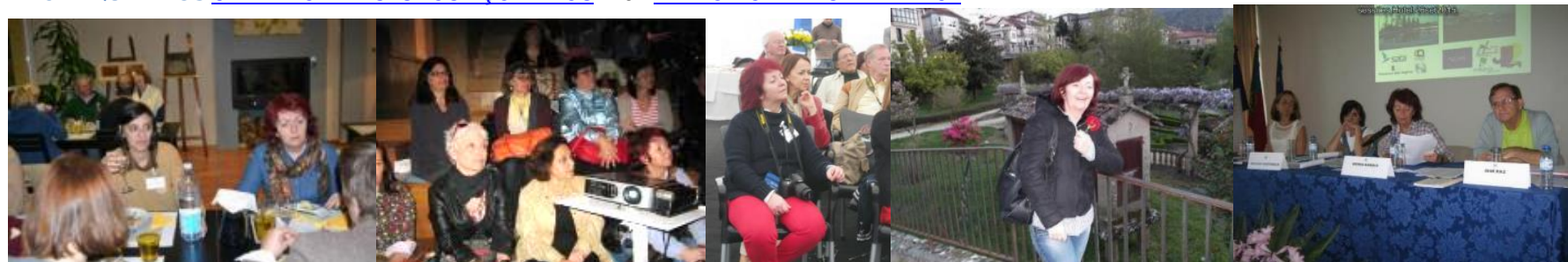
### BIBLIOGRAFIA

1979, Nós palavras, com Eduardo Bettencourt Pinto, Emanuel Jorge Botelho, Jorge Arrimar, J Tavares de Melo, Luís Xares, Sidónio Bettencourt, Tipografia Gráfica Açoriana  
 2014, in Antologia no feminino: 9 ilhas 9 escritoras, AICL-Colóquios da Lusofonia, ed. Calendário de Letras  
 2014, Apresentação da obra (antologia no feminino) 9 ilhas 9 escritoras, in Atas do 21º colóquio da lusofonia, Moínhos de Porto Formoso, S Miguel, Açores  
 2014, Apresentação da obra (antologia no feminino) 9 ilhas 9 escritoras, no pavilhão multiusos da ilha Graciosa, org Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa  
 2015, O traço insular em Cecília Meireles, in Atas do 24º Colóquio da Lusofonia, Graciosa 2015, Açores  
 2016, Influência das migrações na literatura e no léxico açorianos in Atas 25º colóquio da lusofonia, Montalegre 2016  
 2016 O Livreiro De Santiago, O Corvino Carlos George Nascimento, in atas 26º colóquio da lusofonia, Lomba da Maia 2016

### SÓCIA DA AICL.

**PRESENTE NO 19º MAIA 2013, 21º COLÓQUIO, MOINHOS DE PORTO FORMOSO (AÇORES) 2014, 24º COLÓQUIO NA GRACIOSA (AÇORES) 2015, 25º MONTALEGRE 2016, 26º LOMBA DA MAIA (AÇORES) 2016**

[VIAJE AQUI PELOS CADERNO DE ESTUDOS AÇORIANOS #29 - VÍDEO HOMENAGEM DA AICL](#)



MAIA 2013 MOINHOS 2014 MONTALEGRE 2016 GRACIOSA 2015

## APRESENTOU UM PUNHADO DE AREIA NAS MÃOS, DIÁRIO, DE MARIA JOÃO RUIVO

Conheci a Maria João teria ela os seus sete ou oito anos e eu os meus treze ou catorze. Sendo colega de turma e amiga da irmã, a Isabel, com quem partilhava uma natureza algo estouvada e buliçosa, frequentei a casa da Rua da Alegria, de que guardo recordações vivas e muito gratas. É desse tempo que me chega a imagem de uma menina calma, de sorriso tímido, que nos olhava, a mim e à irmã, com os olhos de um siso que nos cabia a nós, mais do que a ela. Agora penso que, por essa altura, embora ninguém o soubesse, muito menos ela, talvez já preparasse o livro que traz hoje a público. Mais tarde, no Liceu Nacional de Ponta Delgada (ex-Liceu Antero de Quental e futura Escola Secundária Antero de Quental) viria eu a ser aluna da mãe, a Dra. Idalinda Ruivo e, embora não oficialmente, do pai, o Dr. Fernando Aires, a quem devo, entre muitos outros inestimáveis ensinamentos, muito do gosto que mantenho pela música e dança clássicas.

Falo nisto para justificar o tom afetoso e informal com que me refiro à autora do livro que aqui trazemos e que ela, a Maria João, a quem agradeço publicamente a confiança e, sempre, a amizade, me convidou a apresentar.

Carlos Alberto Machado, a propósito da apresentação pública de *Que Paisagem Apagarás*, de Urbano Bettencourt, dizia que um livro se apresenta a si mesmo, na exata medida em que o leitor se apresenta ao livro; e que é das vidas que circulam nesse processo relacional que se constrói o seu sentido e a sua perenidade. Umberto Eco já tinha dito sensivelmente o mesmo, nos seus passeios pelos bosques da ficção e, embora não se tratando de ficção-narrativa, o passeio que faço por este livro da Maria João, a relação que mantenho com o que lá vem escrito passa, inevitavelmente, pelo afeto que tenho à autora e pelo foco posto naquilo onde melhor me reconheço e me revejo.

Mas volto-me, em definitivo, para o livro, cujo título (*Um Punhado de Areia nas Mãos*) me parece feliz e de assinalar. A sua relação metonímica com o Tempo não só abarca a natureza diarística da obra, como convoca aquelas que são, quanto a mim, as suas grandes questões de fundo: a impossibilidade de deter curso do tempo e, por consequência, a certeza da transitoriedade da vida e da efemeridade do ser. Estas as questões de que a autora parece nunca se alhear enquanto se debruça sobre os muitos e diversos temas que preenchem a sua escrita. A família, desde logo, a infância, a casa, seja a sua, de adulta, sejam as outras onde cresceu e onde a memória ainda mora, a Ilha (grafada sempre com maiúscula, mesmo nos momentos em que se põe de mal com ela), o Liceu, os alunos e as novas gerações, a Literatura e a Arte de um modo geral, são algumas das pegadas visíveis na caminhada de uns entrecortados dezasseis anos, em cujo decurso fica também visível a pegada do Tempo no *eu* que reflete e que se escreve. A consciência do efeito do tempo em si, muitas das vezes despoletada pela memória ou pela nostalgia do irrepetível, é abordada em diversos momentos e entradas do diário, como nesta, de que gosto particularmente, escrita em 2008, na casa da Caloura:

*Passar uns dias na Caloura faz-me sempre recuar no tempo, mas nem sempre as lembranças vêm doces como eu gostaria. Eram tão deliciosos os dias de verão que aqui passávamos na nossa adolescência! Agora, as lembranças vêm misturadas com a angústia de que esse tempo irremediavelmente se perdeu, de tal modo que tento, quase desesperadamente, passa-lo aos meus filhos, mas não consigo. Não da mesma forma. Claro! Eles não são iguais a mim, tal como o contexto é diferente e os cheiros e algumas cores... Depois, paro, olho para eles às gargalhadas com os amigos, queimados pelo sol do verão, cheios de sal no corpo e de alegria de viver e penso que, afinal, está quase tudo na mesma. Eu é que mudei. (p. 37)*

É ainda a preocupação com o tempo e com a efemeridade do ser que move a primeira manifestação do desejo de ter (uso as suas palavras) «um diário sério, consistente, que contasse de mim e do que me vou fazendo». (p. 15) A assunção de si enquanto objeto desse diário, bem como a transformação implícita no proclítico e na forma verbal são retomadas, no final da entrada, como tentativa de resposta à pergunta que, repetidamente, vai colocando a si mesma no decurso desses anos de escrita: Porquê um diário? De onde vem a necessidade que sente de contar de si, de se expor em narrativa?

No ano em que se inicia o diário, em 1996, por coincidência (ou talvez não) também o ano do nascimento do filho, Afonso, a autora avança com a seguinte possibilidade: «Talvez da ilusão de que as folhas impressas são uma forma de eternidade? O que se cala morre connosco.» (p. 15)

Mas, no mês seguinte, em novembro, acrescenta: «Guarda-as, quem sabe, para me poder confrontar comigo mesma daqui a uns anos e tentar perceber o que fui e o que serei então.» (p. 16) A modalização do discurso mantém-se, deixando no ar e no leitor ainda a incerteza dos motivos que a levam à escrita diarística, mas a incontida necessidade de, no futuro, saber de que rumos se fez a sua vida, o que foi e o que é, mantém-se; como se mantém, acrescida da tentativa de agarrar o curso do tempo, quando, quatro anos volvidos e a propósito de uma entrada sobre os natais da infância, escreve: «Ao reler a entrada anterior, achei-a tão pueril, que estive para apagá-la. Mas suspendi o gesto e decidi mantê-la, porque naquela página não estou eu nos 35 anos que tenho agora, mas na saudade do tempo em que era assim, deste tamanho.» (p. 21). Pois é, Maria João, como dizia Fernando Aires, no seu *Era Uma Vez o Tempo*, e como o dizes tu agora neste teu punhado de areia nas mãos, «O tempo é uma merda!».

No entanto, nas entradas que ao longo dos anos seguintes voltam àquelas questões, percebe-se que as respostas a essas perguntas foram surgindo, já amadurecidas, no próprio ato de escrever, como se a narrativa de si fosse não só a forma natural de mediação entre ela própria e a sua interioridade, como uma parte essencial do sentido de si mesma. Assim, o diário resultaria natural num processo de reflexão sobre o *eu* que visa o conhecimento de si e da sua interioridade. É o que releva desta entrada de 2005: «Verbalizar a vida é uma forma de nos conhecermos, porque exige que nos analisemos, porque nos obriga à reflexão e é um desafio olharmos para nós próprios.» (p. 24). A inquietação e as dúvidas iniciais tendem então a atenuar-se, cedendo a um pensar-se no ato de se escrever-se a si, de facto, mas de escrever-se também relativamente ao outro, seja esse outro tão diverso quanto o Pai, os alunos, a Serra da Barrosa, Chopin, Paris, Lisboa, a Ilha ou, talvez acima de tudo, ela mesma quando, como diz, sai de si para se ver de fora. E assim, como uma espécie de argumento que se iniciasse já com o filme em rodagem, o *eu* que escreve altera-se não só por efeito do reconhecimento de si nesse argumento, como por efeito da sua *permeabilidade* ao outro, em que atenta, sobre quem reflete e com quem, pela escrita, se relaciona. É para todo este complexo que aponta quando, em janeiro de 2005, explica: «Muito do que escrevo sai assim, em bruto. Depois, deixo ali a “levedar”. E lá regresso para desenhar com cuidado, carinhosamente, o que tinha deixado num mero rascunho. E neste pintar por dentro o que estava contornado por fora está a intelectualização do que se diz (...).» Volvidos dez anos, em março de 2015, acompanhando a retoma desta ideia do trabalho sobre a escrita, do desenhar com cuidado o rascunho prévio, voltam as dúvidas, agravadas pela necessidade que sente de se libertar deste primeiro volume, que lhe pesa como um tapete de Penélope: «Um Diário, pela sua própria designação, deveria marcar presença todos os dias. Mas como arranjar forças e coragem para entrarmos em nós dia a dia e contarmo-nos por dentro? Fazer isso porquê? Para quem? [...] na escrita de um Diário, há sempre uma mutilação inevitável. Não que se



minta no que se escreve, mas porque se omite muito do que se poderia dizer. Não consigo deixar de refletir sobre esta escrita íntima. E sobre até que ponto poderá e deverá ser íntima [...]». (p. 158)

À angústia gerada pelas dúvidas, pelas hesitações e, de certo modo, pela dicotomia verdade/fingimento do que fica escrito, o que a levará, aliás, em certa altura, a discorrer sobre o fingimento pessoano, acresce uma outra que julgo estar sempre latente e constituir-se, talvez, como a verdadeira gênese dessas mesmas dúvidas e hesitações: a imensa admiração que tem pelo pai, Fernando Aires, e a responsabilidade de se propor (passe a expressão pouco feliz) pisar os mesmos terrenos de alguém cuja personalidade e obra são amplamente reconhecidas e referenciadas. Embora esta angústia, repito, se encontre sempre latente nos seus propósitos de prosseguir na escrita diarística, não são muitos os momentos em que a confesse abertamente. No entanto, numa entrada de julho de 2012, escreve: «Aqui surge o desabafo. Quem conhece Fernando Aires e o seu *Era uma Vez o Tempo*, entenderá que eu, como sua filha, tenha hesitado, durante tantos anos, em agarrar neste Diário. Por insegurança, pela enorme admiração que tenho pela sua escrita, pelo receio de que a minha esteja, inevitavelmente, influenciada pela dele.» (p. 93)

Finalmente, em janeiro de 2016, assim como se fosse um propósito para o ano novo, a Maria João declara que está decidida a publicar o que ela chama de rascunhos. Uma vez mais, reflete sobre o que escreve e sobre a decisão de publicar e subsistem algumas das dúvidas e questões de que tenho vindo a falar. No entanto, em boa hora tomou essa decisão. Que seja bem-vindo este primeiro volume!

Mas quem me ouve aqui julgará, talvez, por exclusiva culpa minha, que este livro se centra muito em si mesmo. É falso que isso aconteça. Se insisti nestes aspetos é porque gostaria de relevar a certeza que me ficou de que a publicação deste diário não foi resultado de um impulso, ou dessa febre de publicar que tem atacado, um pouco por todo o lado, gente de todos os credos e feitos, de todas as idades e de todas as geografias deste escasso país. A publicação deste punhado de areia nas mãos resulta de longa reflexão, feita durante dezasseis anos, sobre si, sobre o que escreve e sobre os lugares e o papel da literatura.

Finalmente, a escrita da Maria João Ruivo abarca, como disse no início, uma grande variedade de temas e debruça-se amiúde sobre as coisas do mundo em que vivemos. Por vezes, em registos de grande beleza literária e sempre num português que faz jus e honra a língua de Camões e de Pessoa. Não caberia, como é evidente, aqui forma de falar de todos eles, sequer de enumerá-los, mas peço licença para terminar com uma das entradas que acho deliciosas e que me levaram, num voo de décadas, de volta à adolescência e ao jardim do nosso querido Liceu:

*Apetece-me contar o que se passou hoje na minha aula de 9º, miúdos de 15 anos. O dia estava lindo, um autêntico dia de verão, e eles, frenéticos, sem conseguirem concentrar-se no trabalho que lhes tinha dado. Às tantas, deu-me uma breca: - Já não vos suporto! Vamos todos para o jardim! Olharam para mim, muito admirados. -Sim. Vá. Peguem nas vossas coisas e vamos lá para fora aproveitar o Sol. E fomos. Sentámo-nos por ali, uns pela relva, outros no banco, junto às estrofes de As Fadas, de Antero, e lancei-lhes um desafio. Propus-lhes uma espécie de debate em que uns defenderiam por que motivos criam em fadas e outros assumiriam posição contrária. Foi fantástico ver o que deles veio à tona nessa argumentação, até porque é difícil defender aquilo em que não se acredita. Uma miúda disse que as fadas eram como a própria poesia, já que, tal como esta, eram fruto da imaginação criadora dos homens. Julgo que foi para me agradar. E agradou. Para os espíritos pragmáticos, foi mais fácil. Era inevitável que alguém dissesse que Fadas são uma fantasia de crianças! E logo um mais subversivo – E daí? Fantasias fazem parte da nossa realidade. Quando dizes que o Sporting vai ganhar o Campeonato, não estás a fantasiar? Gargalhada geral. À exceção dos sportinguistas, que amuaram. O toque para a saída quebrou o encanto do momento, e logo Morgana, Viviana, Melusina e todas as sílfides, suas companheiras, fugiram, assustadas, a esconder-se nos recantos inacessíveis do seu jardim. Os alunos nem se mexeram e um disse-me: - Professora, isto foi fixe! - Então porquê? – Perguntei. Porque não dei aula? - Sim. Mas também porque nos sabe compreender e porque gosta de nós. E gosto. Adoro estes miúdos. Adoro-os nesta energia que me faz zangar, neste entusiasmo e até na falta dele, nos seus sonhos e pensamentos por vezes ainda surpreendentemente pueris. Adoro-os, porque têm 15 anos e tanta necessidade de compreensão e de segurança.*

Obrigada, Maria João, pelo teu Diário. (Belmonte, 6 de abril de 2017 – 27º Colóquio Internacional da Lusofonia)

### TEMA 3.1. O HUMOR NA OBRA DE URBANO BETTENCOURT

#### Alguns aspetos da ironia na construção de *Santo Amaro Sobre o Mar*, de Urbano Bettencourt

Quando, em setembro passado, pensei na possibilidade de abordar alguns aspetos do humor na obra de Urbano Bettencourt, não percebi as reais proporções dessa empresa. Uns meses mais tarde, quando vim a percebê-las, já nada havia a fazer: incauta, falara dessa possibilidade ao Chrys Chrystello que, com a rapidez que se lhe conhece, me incluíra no programa com uma comunicação sob o título genérico de “O humor em Urbano Bettencourt”.

Assim, aqui estou eu, na vossa presença e, o que é mais grave, na presença do autor, para falar de um assunto que daria seguramente para muitas teses e para o qual temo não estar satisfatoriamente preparada. Por isso, por precaução, informo (o Urbano em particular) que trouxe comigo uns queijos da Ilha e uma Massa Sovada, caso apeteça a alguém gritar: “Passa a massa e cala a boca!” (vd.: “Crónica de Viagem” in *Que Paisagem Apagarás*, pp. 39-40).

A verdade é que, excluindo os seus artigos académicos e a crítica literária a que com frequência recorri durante as minhas passagens pela Universidade dos Açores, confesso que tenho lido Urbano com o prazer de leitora descomprometida. Habituei-me a desfrutar sem sustos ou obrigações da sua escrita extraordinariamente imaginativa, assente numa linguagem onde nada falta e onde nada é de sobra, intensa, inteligente e profunda, capaz de nos arrebatrar nos momentos em que a sua beleza poética é mansa e onírica, como naqueles em que essa beleza se torna tão crua que pode ser arrasadora (veja-se, por exemplo, *África, Frente e Verso*, ou textos como “Antes da Noite” e “Noite”, inseridos em *Que Paisagem Apagarás*). No entanto, mentiria se negasse que no meu pódio das qualidades literárias de Urbano Bettencourt, unânime e justamente enaltecidas por vozes e saberes mais avisados, está o seu refinado e inteligente sentido de humor. Um humor que, decorrendo das mais diversas instâncias e estratégias narrativas, ora se manifesta por uma ironia elaborada e subtil, ora por uma mordacidade acerada, ora, ainda, pelo recurso ao absurdo como forma de relativizar (se não mesmo de parodiar) o real social, político e literário, nas ilhas como fora delas. Às *nuances* humorísticas que encontro na escrita de Urbano, devo tanto o efeito terapêutico de umas gargalhadas libertadoras, como o dos sorrisos que perduram no canto da boca, ou o daqueles que ficam a pairar no limiar da consciência e acontece virem em meu socorro quando deles mais preciso.

Esta comunicação, talvez para escapar à pesada responsabilidade dos imponderados propósitos iniciais, será assim como uma visita guiada pela obra *Santo Amaro Sobre o Mar*, livro que, editado em 2005 pela Editorial Moura Pinto e reeditado em 2009 pela Câmara Municipal de S. Roque do Pico, me parece representativo das *nuances* e das subtilidades da ironia na escrita deste autor. *Santo Amaro Sobre o Mar* abre com um pequeno capítulo introdutório intitulado “Corografias”. Nele se constata que ao *tom taxonómico* que caracteriza a referência a Santo Amaro na *Corographia Açórica*, datada de 1822<sup>91</sup>, apõe o narrador uma outra onde o nome justaposto (*Santamaro*), mais tarde atribuído a erro gráfico de um inglês de quem se falará adiante, inicia uma deriva não só da brevidade perentória do original, como da impessoalidade dela resultante.

E reza assim esse primeiro capítulo:

«*Santo Amaro*: “Aldea mediocre, situada n’o beiramar em terreno um pouco íngreme virada ao norte; uma légua ao noroeste da Ponta da Piedade. Sua Parochia he dedicada ao Santo que lhe dá seu nome. Seus habitantes frequentam muito a pesca, criam gados; e cultivam cereaes”. (*Corographia Açórica*, por um cidadão açorense, M. da Sociedade PHYLANTROPYA, 1822)

*Santamaro*: Lugar de onde são naturais os santamarenses. Território de afetos e memórias íntimas, de imagens que o tempo recolhe e transfigura. Os seus limites administrativos e geográficos continuam por estabelecer.»

Julgo ser perceptível o toque de ironia com que abre, desde logo, esta narrativa. De facto, a partir desse Santo Amaro justaposto, inicia o narrador a (re)visitação de um espaço que vai, simultaneamente, redefinindo na justa dimensão das suas gentes, projetadas em sonhos e afetos, entrelaçadas em vidas de cujos rumos e feitos nos vai dando conta, numa narrativa que não se deixa facilmente apanhar por etiqueta de género, porque se tece, igual e deliberadamente, de uma justaposição: a do apontamento histórico com a ficção, a da realidade com o sonho. «Vim por causa de um sonho», pode ler-se logo no início do segundo capítulo, intitulado “Sonhos de que a vida se tece”. Esta afirmação, que inaugura o tom geral dos feitos dos santamarenses, impelidos pela dureza e escassez da ilha a sonhar outros desígnios e outros horizontes, é retomada uns capítulos mais adiante, em “Sonhos de António d’Ávila Gomes”, num dos poucos momentos em que a ironia que preside a esta obra permite ao leitor alguma aliviada assertividade relativamente, pelo menos, à motivação para narrativa: «*Vim por causa de um sonho, escreveu António d’Ávila Gomes no começo dos Apontamentos para os meus filhos, sem poder calcular que século e meio depois o neto de um outro António d’Ávila (Bettencourt), também da Piedade, repetiria essa frase e o gesto de escrevê-la, havendo de tomá-la como sua e original, capaz de dar sentido e seguimento às coisas do mundo e dos tempos.*».<sup>92</sup>

Não tendo o leitor modo imediato de saber se aquele avô de Gabriela de Azevedo Gomes, esposa de Vitorino Nemésio, terá alguma vez escrito esses apontamentos, nem se este neto de António d’Ávila (Bettencourt) – em quem tenderá a reconhecer o escritor Urbano Bettencourt – se terá apropriado, de facto, «da frase e do gesto de escrevê-la», resta-lhe render-se, de preferência divertido, à esporádica benevolência do narrador relativamente à natureza da informação que vai veiculando, quer por voz própria, quer pela voz de um inquietante conjunto de personagens que faz desfilar pelas páginas do livro. Na verdade, um pouco ao jeito de Enrique Vila-Matas, a cujo *Mal de Montano*, aliás, se refere ironicamente a propósito da chegada à ilha do inglês Anthony Higgins, o narrador de *Santo Amaro Sobre o Mar* dispara no leitor alarmes de puro pânico intelectual ao misturar, no espaço e nos tempos da narrativa, personagens perfeitamente reconhecíveis na sua natureza real e histórica, com outras cuja natureza nos enche de dúvidas e nos leva para um desconcertante Jogo da Cabra Cega. Uma dessas personagens é, sem dúvida, Anthony Higgins. Sobre ele diz-nos o narrador que aportou ao Pico em busca de reparação para o seu *aventureiro* (nome que se usa dar no Grupo Central dos Açores aos barcos veleiros), danificado por súbita tempestade, e tendo, por via disso, chegado aos estaleiros de Santo Amaro.

Ora, ao leitor que milite no meu escalão etário, ou àquele mais chegado às coisas da cinefilia, o nome de Anthony Higgins soará certamente familiar. E embora possa desconhecer os factos narrados, não lhe causa qualquer estranheza que o ator inglês fosse dono de um *aventureiro*, batizado *Seamaster*, e que tivesse passado pelas nossas ilhas nas circunstâncias narradas. O que nos deixa realmente surpreendidos, e de certa forma incomodados, é o completo desconhecimento de que, sob o pseudónimo de John B. Walkman, tenha o inglês escrito um livro, para mais intitulado *A Happy Summer in the Azores*, livro esse que, entre outros percalços causados ao leitor, responde por incorreções ao nível da tradução e da grafia de alguns topónimos, como é caso da tradução de Baía do Canto (cujo referente é do âmbito da geometria) como *Song Bay* e, significativamente, responsável também pela justaposição de Santo Amaro. Acusado de «uma irreprimível tendência para a poetização do real» e de ter «antecipado em algumas décadas a perspetiva de outros escritores europeus, cuja passagem pelas ilhas se traduziria em grandes produtos turístico-estilísticos para consumos embasbacados» (p. 17) Higgins é, no contexto desta narrativa, um recurso muito imaginativo e um parceiro precioso tanto na construção como na veiculação da ironia. Eu diria que o narrador o usa com mestria de autor, não hesitando em ceder-lhe, direta ou indiretamente, voz e olhar só para ter, logo de seguida, oportunidade ora de o criticar, ora de o desculpar, contradizendo-o abertamente, ou acrescentando atenção ao seu olhar de estrangeiro em breve passagem por *Santamaro*:

«*No caso de Higgins, a rapidez da sua passagem ajudará a compreender que ele não tenha detetado, para lá da beleza violenta dos vinhedos entre rochas e escarpas, a dureza e o penoso trabalho das vindimas no Canto, com os homens, as mulheres e as crianças dispersos por entre as faias ou suspensos na beira dos penedos a apanhar um perdido cacho de uvas, mais tarde transformado no sangue a que o navegante-escriptor atribui fortes conotações eróticas, fazendo por esquecer a diferença que vai do suor do sexo ao suor da terra e dos seus trabalhos.*» (p. 20)

Não me parece exagerado dizer que grande parte da ironia que se deteta no texto como na estrutura deste livro fica a dever-se à opção por este modo de dizer e desdizer para voltar a dizer, no qual Anthony Higgins, cedo aparecido no espaço narrativo, tem papel fundamental, mesmo nos momentos da narrativa em que não se encontra presente. Na verdade, este livro vai

<sup>91</sup> O título completo: *Corographia Açórica, ou Descrição Phisica, Política e Histórica dos Açores, por um cidadão açorense, M. da Sociedade Patriótica Phylantropya n’os Açores*. O seu principal autor foi, de facto, João Soares de Albergaria de Sousa, jorgense, liberal e um dos primeiros autonomistas açorianos. Esta obra pretendeu ser um manifesto político, cujas posições autonómicas visavam introduzir nos Açores uma governação democrática, que se opusesse à administração colonial existente e à governação centralizada na Capitania Geral dos Açores.

<sup>92</sup> O sublinhado é meu.



crescendo aos olhos do leitor como uma espécie de princípio do contraditório, onde a voz do narrador se cruza, mormente, com a desta personagem, e que impede que o olhar, mais ou menos apressado, mais ou menos poético, de um único indivíduo sobre um espaço e sobre as vidas que nele medram e fenecem passe sem ampla e efetiva possibilidade de ser discutido, contestado e até mesmo, como parece ser o caso, ironicamente ficcionado.

De Urbano Bettencourt sei que nasceu a cerca de dez quilómetros de Santo Amaro, na freguesia da Piedade, pelo que não julgo desacertado acreditar que seja aquele também o seu «território de afetos e memórias íntimas» e das tais «imagens que o tempo recolhe e transfigura». Das vidas de que nos dá conta neste livro, suponho que algumas tê-las-á conhecido; das outras terá colhido testemunho junto de fontes que, com propriedade, falam da dureza dos tempos e de sonhos que atravessaram mares para se tornarem realidade.

Santo Amaro existe, ali, no norte da ilha do Pico. A memória do lugar guarda-a as suas gentes em existências que conheceram a realidade ilhoa nos tempos de vacas magras e talvez infelizes. *Santamaro* também existe, na sua dimensão literária e afetiva, testemunho de como frequente e ironicamente a realidade ultrapassa a ficção, de tal modo que se torna difícil ao leitor vindo de fora perceber onde começa e acaba cada uma.

De Anthony Higgins, apesar de recurso a instâncias superiores, que me reservo o direito de não discutir aqui, continuo sem nada saber, a não ser o que dele nos diz o nosso narrador a quem, para terminar, cedo novamente a voz:

«[...] dir-se-á que eles vêm para ressuscitar o esplendor da Atlântida, sem cuidarem de saber que, à exceção de algum lirismo de passo trocado, nós próprios já atravessámos a sua morte e as suas ruínas e, fugindo às fomes, fizemo-nos aos caminhos do mar, em busca das califórnia perdidas de abundância (Pedro da Silveira) donde nos chegaria o sustento de pão e de sonho.» (p. 18)

Brites Araújo. Belmonte, 7 de abril de 2017 – 27º Colóquio Internacional da Lusofonia

#### Referências:

- Bettencourt, Urbano. (2005). *Santo Amaro Sobre o Mar*. (1ª ed.). Arganil: Editorial Moura Pinto.
- Bettencourt, Urbano. (2010). *Que Paisagem Apagarás*. Ponta Delgada: Publiçor.
- Machado, Carlos A. (2010, Julho 30). Notas de apresentação de *Que Paisagem Apagarás*, de Urbano Bettencourt. disponível em: <https://machadoalbertocarlos.wordpress.com/sobre-livros/sobre-que-paisagem-apagaras/>
- Brasil Assis, Luiz Antônio. (2011). Paisagens da memória: sobre o livro *Que Paisagem Apagarás*, de Urbano Bettencourt. *Navegações, Revista de Cultura e Literaturas de Língua Portuguesa*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 53-57
- Região Autónoma Açores, Presidência Governo, Direção Regional Cultura. (2016). *Corographia Açorica*. Disponível em: [http://www.culturacores.azores.gov.pt/biblioteca\\_digital/COROGRAPHIAACORICA/COROGRAPHIAACORICA\\_item1/index.html](http://www.culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/COROGRAPHIAACORICA/COROGRAPHIAACORICA_item1/index.html)



Vd. pp. 39-40

#### Corografias

«*Santo Amaro*: "Aldea mediocre, situada n'ò beiramar em terreno um pouco íngreme virada ao norte; uma légua ao noroeste da Ponta da Piedade. Sua Parochia he dedicada ao Santo que lhe dá seu nome. Seus habitantes frequentam muito a pesca, criam gados; e cultivam cereaes". (*Corographia Açorica*, por um cidadão açorense, M. da Sociedade PHYLANTROPYA, 1822)

*Santamaro*: Lugar de onde são naturais os santamarenses. Território de afectos e memórias íntimas, de imagens que o tempo recolhe e transfigura. Os seus limites administrativos e geográficos continuam por estabelecer.» (p. 9)

«Vim por causa de um sonho, escreveu António d'Ávila Gomes no começo dos *Apontamentos para os meus filhos*, sem poder calcular que século e meio depois o neto de um outro António d'Ávila (Bettencourt), também da Piedade, repetiria essa frase e o gesto de escrevê-la, havendo de tomá-la como sua e original, capaz de dar sentido e seguimento às coisas do mundo e dos tempos.». (p. 32)

«No caso de Higgins, a rapidez da sua passagem ajudará a compreender que ele não tenha detectado, para lá da beleza violenta dos vinhedos entre rochas e escarpas, a dureza e o penoso trabalho das vindimas no Canto, com os homens, as mulheres e as crianças dispersos por entre as faias ou suspensos na beira dos penedos a apanhar um perdido cacho de uvas, mais tarde transformado no *sangue* a que o navegante-escritor atribui fortes conotações eróticas, fazendo por esquecer a diferença que vai do suor do sexo ao suor da terra e dos seus trabalhos.». (p. 20)

«[...] dir-se-á que eles vêm para ressuscitar o esplendor da Atlântida, sem cuidarem de saber que, à excepção de algum lirismo de passo trocado, nós próprios já atravessámos a sua morte e as suas ruínas e, fugindo às fomes, fizemo-nos aos caminhos do mar, em busca das *califónias perdidas de abundância* (Pedro da Silveira) donde nos chegaria o sustento de pão e de sonho.». (p. 18)

[Regressar índice](#)

#### 10) CARLA DO ESPÍRITO SANTO GUERREIRO, ESE, IPB. AICL



BRAGANÇA 2008



Bragança 2010



2017

#### CARLA ALEXANDRA FERREIRA DO ESPÍRITO SANTO GUERREIRO

Professora Adjunta do Departamento de Português da ESEB, Escola Superior de Educação de Bragança, Instituto Politécnico de Bragança, Campus de Santa Apolónia.

[carlaquerreiro@ipb.pt](mailto:carlaquerreiro@ipb.pt)

Licenciada em Português/Inglês. - Mestre em Língua e Cultura Portuguesas - Doutora em Literatura Portuguesa/Literatura para a Infância, pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. -Diretora do Curso de Mestrado em Ensino do 1.º e do 2.º Ciclos em Ensino Básico

Membro da Comissão Científica do Mestrado em Educação Pré-escolar é responsável pelas unidades curriculares de Literatura Infantojuvenil, Literatura Portuguesa e Didática do Português do curso de Licenciatura em Educação Básica e dos mestrados em Educação Pré-escolar e Ensino do 1.º Ciclo e 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico.

Tem vindo, desde 1999 a coordenar vários projetos de dinamização do livro e de promoção da leitura, em parceria com os agrupamentos de escolas do concelho de Bragança.



É SÓCIA AICL.

PARTICIPOU NO 8º COLÓQUIO EM BRAGANÇA 2007, NO 10º EM BRAGANÇA 2008, E NO 14º EM 2010 BRAGANÇA

**TEMA 2.4.: TERRA D'ENCONTROS - A INVESTIGAÇÃO POR TRÁS DA FICÇÃO - OS JUDEUS PORTUGUESES, EM TERRAS RAIANAS, NO DEALBAR DO SÉC. XX. CARLA DO ESPÍRITO SANTO GUERREIRO E LÍDIA MACHADO DOS SANTOS**

São sobejamente conhecidas as datas mais significativas que se prendem com a Diáspora Sefardita, bem como as suas nefastas consequências para centenas de famílias em Portugal entre os séculos XV e XIX, decretadas, ora pela mão de monarcas espanhóis, ora pela mão de reis portugueses, ora ainda pela pena do Santo Ofício

Por termos conhecimento da existência de uma quantidade significativa de famílias de origem Sefardita que, ao longo dos séculos, se instalou, cresceu e desenvolveu as suas atividades comerciais no Planalto Mirandês, foi nosso propósito aprofundar e ao mesmo tempo circunscrever mais a investigação e determo-nos em Lagoaça, aldeia situada no coração do Planalto e aí estudarmos as identidades/diferenças judaico-cristãs, na época referida.

Para além das referências bibliográficas consultadas, foi necessário optar por uma metodologia de cariz natural, com recurso a entrevistas aos habitantes mais velhos da aldeia e aldeias circundantes, para recolher dados que pudessem sustentar a investigação.

Assim, nasceu a obra romanesca *Terra D' Encontros*<sup>93</sup>, uma obra em prosa que narra as aventuras/desventuras de uma galeria de personagens que se movem no meio rural do nordeste trasmontano de inícios do século passado.

As personagens são ora completamente fictícias, ora de inspiração real e povoam a obra com os seus sonhos e desejos, as suas crenças e as suas rotinas diárias.

Ao longo do romance vão-se evidenciando diferenças culturais, sociais e, consequentemente, comportamentais e ainda a imposição da religião católica num terreno claramente diversificado. As especificidades do romance histórico *Terra D' Encontros*, juntamente com o tempo da narrativa escolhido, fazem dele uma obra com características pioneiras no estudo das relações judaico cristãs no Planalto Mirandês.

*“Belchior abeirou-se da mesma mesa, pousou também as suas mãos e com uma inclinação do corpo, juntou o seu rosto ao do padre:*

*- Vimos de todas as terras santas que há no mundo e moramos na casa que conseguimos comprar com o suor do nosso rosto. – respondeu serenamente.”*<sup>94</sup>

Carla do Espírito Santo Guerreiro e Lídia Machado dos Santos, Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior de Educação

São sobejamente conhecidas as datas mais significativas que se prendem com a Diáspora Sefardita, bem como as suas nefastas consequências para centenas de famílias de norte a sul de Portugal entre os séculos XV e XIX, decretadas, ora pela mão de monarcas espanhóis, ora pela mão de monarcas portugueses, ora ainda pela pena do Santo Ofício. Foi efetivamente uma longa listagem de documentos históricos, reflexões e testemunhos que tivemos a oportunidade de ler<sup>95</sup>, logo que encetámos este estudo que nos levou a descobrir algo de que já, seriamente suspeitávamos: a falta de um levantamento de aspetos etnográficos, culturais, sociais e experienciais entre judeus e cristãos, no dealbar do século XX, no nordeste trasmontano (Portugal).

Por termos conhecimento, através de vários estudos realizados a propósito desta temática em Trás-os-Montes e Alto Douro, concretamente no Planalto Mirandês, da existência de uma quantidade significativa de famílias de origem sefardita que, ao longo dos séculos, se instalou, cresceu e desenvolveu as suas atividades comerciais nessa zona raiana, foi nosso propósito aprofundar e ao mesmo tempo circunscrever mais a investigação e determo-nos em Lagoaça, aldeia situada no coração do dito Planalto e aí estudarmos as animosidades/partilhas judaico-cristãs na época referida.

Para além das referências bibliográficas consultadas – escassas, atendendo à temática e à época que nos moviam – foi necessário optar por uma metodologia de cariz natural, com recurso a entrevistas aos habitantes mais velhos da aldeia em questão e aldeias circundantes, para recolher dados que pudessem sustentar a investigação. Assim, nasceu a obra romanesca *Terra D' Encontros*<sup>96</sup> - uma obra em prosa que narra as aventuras/desventuras de uma galeria de personagens que se movem no meio rural do nordeste trasmontano de inícios do século passado, mais concretamente no seio da comunidade lagoaceira.

As personagens são ora completamente fictícias, ora de inspiração real e povoam a obra com os seus sonhos e desejos, as suas crenças e as suas rotinas diárias. Ao longo do romance vão-se evidenciando as diferenças culturais, sociais e, consequentemente, comportamentais que alguns dos seus membros assumiam em público e ainda a imposição da religião católica num terreno claramente diversificado. *Terra D' Encontros* traz aos leitores uma população dividida entre “bairro de cima” e “bairro de baixo”, judeus e cristãos, mas, ao mesmo tempo, a tentativa velada de alguns dos seus membros em instaurar a uniformidade e fazer esquecer o que melhor caracterizava o seu povo: as especificidades de cada um.

A narrativa que dá corpo ao romance de cariz histórico *Terra D' Encontros* entretece-se de várias estórias que entroncam umas nas outras como os ramos de uma árvore num tronco comum a todas. O fio condutor é a história de Benjamim, nascido numa família de cristãos novos, mas praticantes fiéis da religião mosaica dentro de portas, com os demais familiares. É com efeito

<sup>93</sup> Guerreiro, C. E. S., Machado dos Santos, L. (2016). *Terra D' Encontros*. Lisboa: A Minha vida dava um Livro.

<sup>94</sup> Guerreiro, C. E. S., Machado dos Santos, L. (2016). *Terra D' Encontros*. Manuela Pereira: A Minha vida dava um Livro, p. 54.

<sup>95</sup> Mattoso, J. (Coord.) (2011). *História da vida privada em Portugal*. A época contemporânea. Lisboa: Círculo de Leitores.

Carvalho, A. C. (1999). *Os judeus do desterro em Portugal*. Lisboa: Quetzal.

Rodríguez, J. A.B (2003). *Zamora y Castilla y León en las migraciones españolas*. Junta de Castilla y León, Consejería de Educación. Zamora: Heraldo de Zamora Artes Gráficas.

<sup>96</sup> Guerreiro, C. E. S., Machado dos Santos, L. (2016). *Terra D' Encontros*. Manuela Pereira: A Minha vida dava um Livro.

com o nascimento desta personagem que o romance se inicia e são revisitadas todas as tradições do nordeste trasmontano, em inícios do século XX, no que à gravidez e ao parto dizia respeito: as crenças, os hábitos e todos os rituais que envolviam o nascimento de uma criança<sup>97</sup>. Tradições e hábitos judaico-cristãos que se miscigenaram ao longo de séculos e originaram o nosso património cultural comum, bem como todo o léxico / regionalismos próprios dos momentos que compunham um quadro descritivo de um parto e todas as tarefas agrícolas e domésticas que preenchiam a rotina da população, independentemente do estatuto social que as posses de cada um determinavam.

A partir desse episódio, o tempo e as estórias desenrolam-se e surgem em palco personagens dos mais variados tipos. Planas ou modeladas, todas elas servem para conferir verosimilhança à narrativa e fazer o leitor viajar no tempo e no espaço, transportando-o até um momento histórico de grandes modificações sociais, em que a 1.ª República se instalava; Portugal deixava de ser oficialmente um país católico e passava a ser laico e os padres incitavam o povo a revoltar-se e depor “o infiel”<sup>98</sup>.

Além de Benjamim, que representa a comunidade judaica, vão “surgindo em palco”:

- a) Albertino, o brasileiro de torna-viagem;
- b) Fátima, que personifica o ânimo e a força de trabalho das mulheres trasmontanas;
- c) os padres Juvenal e João, que representam um clero rural que valoriza mais os aspetos materiais em detrimento dos espirituais, mas que, apesar de o narrador os fazer surgir em épocas diferentes, ambos se pautam por uma ideia comum: combater os supostos “falsos” cristãos que sabiam que existiam entre o seu “rebanho” e os quais ansiavam desmascarar em praça pública, acreditando, desse modo, no fortalecimento espiritual das suas “ovelhas” caso isso se verificasse;
- d) Adosinda, a jovem que o narrador faz deambular por terras santas para fugir à ironia e aos olhares enviesados a que a aldeia a condenara pelo seu pé boto e propensão a relacionamentos com gente de posses menores; e uma mulher que arregimenta multidões para a Santa Madre Igreja e, numa época ulterior da sua vida, a beata que se dedica, inteira e piedosamente, a todos os paramentos que as diversas igrejas e capelas da aldeia exigem ver ordeiros e cuja conduta o leitor vê alterar-se e moderar-se; e) Maria de Lurdes, a filha de uma jornaleira, que vê “invertido” o rumo da sua vida, quando é adotada pelos Matos, o casal mais rico de Lagoaça, e cuja vida se vai cruzar com a de Benjamim, dando, assim origem a uma união indissolúvel entre um judeu e uma cristã, ambos convictos das práticas religiosas que as respetivas famílias lhes transmitiram e que as personagens fielmente mantiveram.

Por último, também é abordada a saga da imigração/emigração, nas figuras de Juan, um leonês fugido da miséria de Castilla-León e Arminda, a filha do casal judaico-cristão: Benjamim e Lurdes, que desbravará juntamente com o seu marido Aurélio, sargento do exército português, as terras de além-mar que faziam parte do então império colonial português.

Há também o caso do casal proveniente de Carção<sup>99</sup>, (concelho de Vimioso, Trás-os-Montes), aldeia conhecida por albergar várias famílias que praticavam o judaísmo havia séculos, ligadas, tal como atestam os documentos<sup>100</sup>, à comercialização em terras trasmontanas de peles, azeite e demais produtos característicos daquelas paragens e alvo de invejas, críticas profundas e contundentes feitas ao seu estilo de vida dentro e fora de portas, apenas através das frestas que essas famílias deixavam visíveis aos olhos da comunidade onde se tinham integrado. Helena e Belchior surgem como continuadores de uma diáspora interminável; um casal que não desiste de encontrar um lugar, onde as suas diferenças religiosas e conduta sejam respeitadas e aceites.

Adquirem uma casa em Lagoaça e é aí que nasce Catarina, a primeira filha do casal, num momento em que Helena está sozinha em casa e, por conseguinte, sem ninguém a quem recorrer porque qualquer habitante se assumia como um desconhecido e, ao mesmo tempo, um intruso.

O leitor assiste a um parto com recurso a orações de origem mosaica, numa ocasião de particular desespero que simbolizam também a força anímica e a coragem da mulher sefardita.

*Terra d'Encontros* permite-nos o regresso ao Trás-os-Montes no dealbar do século XX, em que as ruas eram cobertas com feno e estevas e os animais - porcos, galinhas e outros, - circulavam livremente, em convívio íntimo e natural com os habitantes.

Uma região isolada no planalto mirandês, servida apenas por vias de acesso feitas de terra batida e uma linha de caminhos de ferro—o comboio era, aliás, o único meio de transporte capaz de estabelecer contacto, ainda que difícil, entre Lagoaça e o resto do país; aldeias remotas que, ao contrário de Lagoaça se viam incrustadas nos recortes do Douro e nos penedos cobertos vegetação agreste e que, por isso mesmo, preservaram, durante séculos, a sua cultura e tradições, os seus hábitos mais arreigados e uma maneira muito própria de se projetarem no espaço e no tempo.

A propósito da questão da preservação, o leitor verifica que os regionalismos anotados ao longo da narrativa se revelam, sem dúvida, pertinentes atendendo à tipologia narrativa que se pretendia e à época em estudo e que o narrador os coloca meticulosamente nas falas de todas as personagens com traços de pertença ao espaço lagoaceiro e ao universo que abarca. Estão presentes os mais variados regionalismos e expressões idiomáticas próprios da zona sul do distrito de Bragança, sempre acompanhados das explicações que o narrador considera pertinentes para esclarecimento do leitor.

Tais expressões foram também alvo de investigação ,por nossa parte, uma vez que o tempo fez com que muitas caíssem em desuso, mas que, à luz dos inícios do século XX, eram detentoras de sentido etnográfico, cultural, religioso e social por fazerem parte das relações entre os habitantes da aldeia e das aldeias circundantes bem como das mais afastadas, com as

<sup>97</sup> Joaquim, T. (1983). *Dar à luz-ensaio sobre as práticas e crenças da gravidez, parto e pós-parto em Portugal*. Lisboa: D. Quixote.

Lamas, M. (2003). *Mulheres do meu país*. Lisboa: Caminho.

<sup>98</sup> Barnavie, Élie (1992). *História Universal dos Judeus (Da génese ao fim do séc. XX)*. Lisboa: Círculo de Leitores.

<sup>99</sup> Andrade, A., Guimarães, M. (2008). *Carção: A Capital do Marranismo*, Bragança: Associação Cultural dos Almocreves de Carção, Associação CARAmigo, Junta de Freguesia de Carção e Câmara Municipal de Vimioso.

<sup>100</sup> Palavras, A. (Coord.) *Trás-os-Montes e Alto Douro-Mosaico de Ciência e Cultura*. Lisboa: Exoterra Lda.



quais Lagoaça estabelecia todo o tipo de relações – desde as comerciais às que surgiam ligadas ao casamento ou às lides da agricultura, no momento de contratar mãos para o trabalho sazonal.

Outro aspeto que poderá indiciar a pertinência do estudo que realizámos e a redação subsequente do texto romanesco prender-se-á com o conjunto de personagens ao qual já aludimos, mas dentro do qual convém destacar aquelas que se assumem como figurantes e às quais o narrador designa pequenas intervenções, ora em correlação com outros figurantes, ora com as personagens principais. De qualquer forma, todas elas poderão ser consideradas no conjunto que compõe a narrativa, uma vez que ajudam a estabelecer laços e ideias no tempo e no espaço e fornecem ao leitor o fio de que este precisa para se guiar entre a trama de acontecimentos. Assim surge gente que chega e parte, que protagoniza crenças e ideologia diferentes, que nasce e morre.

Enfim, a obra retrata o curso natural de uma comunidade, que como qualquer outra tem as suas especificidades.

Embora nos tenhamos centrado em Lagoaça como um macro espaço, parece-nos também que a organização da narrativa passa por uma estruturação de micro espaços que eram ocupados ora apenas pela família e vizinhos, ora pela comunidade e podiam ser frequentados por todos os habitantes.

É o caso do espaço da igreja, dos sótos<sup>101</sup> e das pensões.

Por um lado, a igreja e as personagens, que corporizam os padres (Juvenal e João) são caracterizadas segundo a sua apetência para o cultivo dos bens materiais e uma busca incessante de supostos fiéis que não frequentam a Casa de Deus.

Tal é o caso da família de Benjamim, por ser seguidora da Lei Mosaica no seio familiar e cultivar uma espécie de fingimento cristão uma vez em público.

Por outro lado, sótos é um termo típico da região alto duriense - o mesmo que pequena loja ou minimercado, onde se vendia de tudo - dos parafusos, ao arroz e bacalhau, até aos pregos e arreios para animais e, em vários casos, os próprios caixões, em que as pessoas desciam à terra. Este último espaço surge na narrativa como um microcosmo do qual todos os habitantes da aldeia dependem para a aquisição de todo o tipo de objetos.

Finalmente, as pensões são apresentadas com algum destaque porque permitiam o alojamento de visitantes e forasteiros e constituíam o ganha-pão de algumas famílias lagoaceiras.

Ora, ao contrário do que acontecia na maioria das aldeias circundantes – que se revelavam incapazes de albergar os eventuais desconhecidos aí chegados – o leitor percebe que em Lagoaça há todo um mundo comercial que gira em torno das pensões ao longo do todo o ano, quer para dar guarida a estranhos de passagem, médicos, forasteiros durante as festas religiosas e ao longo das épocas agrícolas que exigiam maior força braçal e familiares dos aldeãos vindos da estranja.

É assim, por exemplo, que a personagem Albertino Reguengos conhece aqueles que o levarão além Atlântico, até terras de Vera Cruz e encetará a sua tão desejada aventura na descoberta do mundo.

Indubitavelmente, a obra romanesca: *Terra D' Encontros* é fruto de apurada investigação feita por terras raianas do nordeste trasmontano, optando por uma metodologia de cariz natural, com recurso a entrevistas aos habitantes mais velhos de Lagoaça e aldeias circundantes, para além das referências bibliográficas consultadas – escassas, atendendo à temática e à época que nos moviam e apresenta os hábitos e as crenças judaicas, ainda remanescentes e mantidos vivos entreportas pelos descendentes da grande comunidade que, em 1492, foi expulsa de Castela e mais tarde em 1496, haveria de ser expulsa ou convertida à força, por D. Manuel I.

São estes judeus os verdadeiros protagonistas da obra que pretende ser também uma homenagem à fidelidade, perseverança e capacidade de sacrifício e integração destes homens e mulheres, que desde o século XV até ao século XX, lutaram por uma vida digna, na pátria que sempre foi sua e tantas vezes lhes negou a paz e reconhecimento merecidos.

#### Referências Bibliográficas:

Andrade, A., Guimarães, M. (2008). *Carção: A Capital do Marranismo*, Bragança: Associação Cultural dos Almocreves de Carção, Associação CARAmigo, Junta de Freguesia de Carção e Câmara Municipal de Vimioso.

Barnavie, Élie (1992). *História Universal dos Judeus (Da génese ao fim do séc. XX)*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Carvalho, A. C. (1999). *Os judeus do desterro em Portugal*. Lisboa: Quetzal.

Guerreiro, C. E. S., Machado dos Santos, L. (2016). *Terra D' Encontros*. Manuela Pereira: A Minha vida dava um Livro.

Joaquim, T. (1983). *Dar à luz - ensaio sobre as práticas e crenças da gravidez, parto e pós-parto em Portugal*. Lisboa: D. Quixote.

Lamas, M. (2003). *Mulheres do meu país*. Lisboa: Caminho.

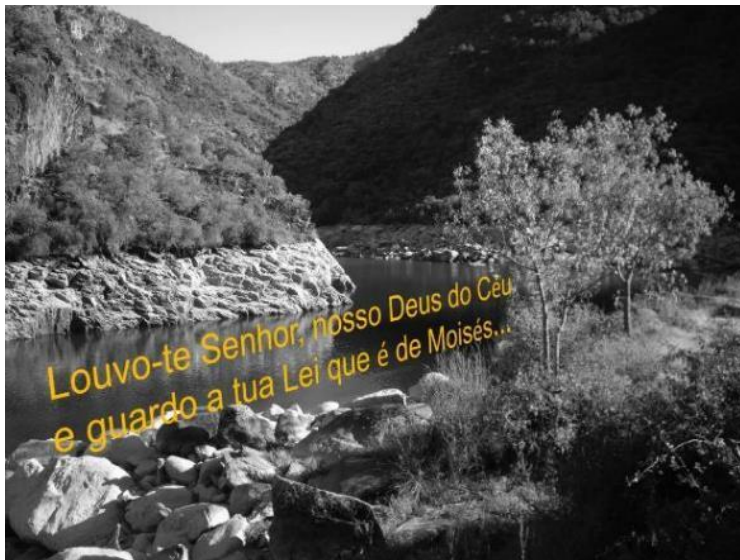
Mattoso, J. (Coord.) (2011). *História da vida privada em Portugal. A época contemporânea*. Lisboa: Círculo de Leitores.

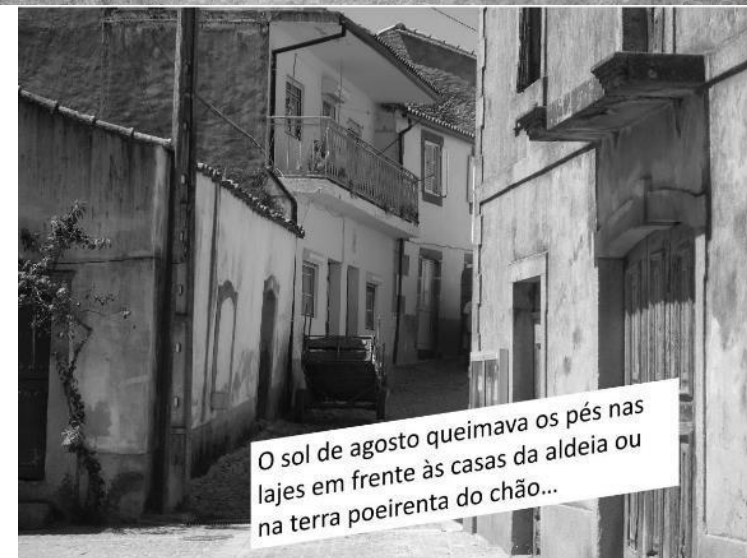
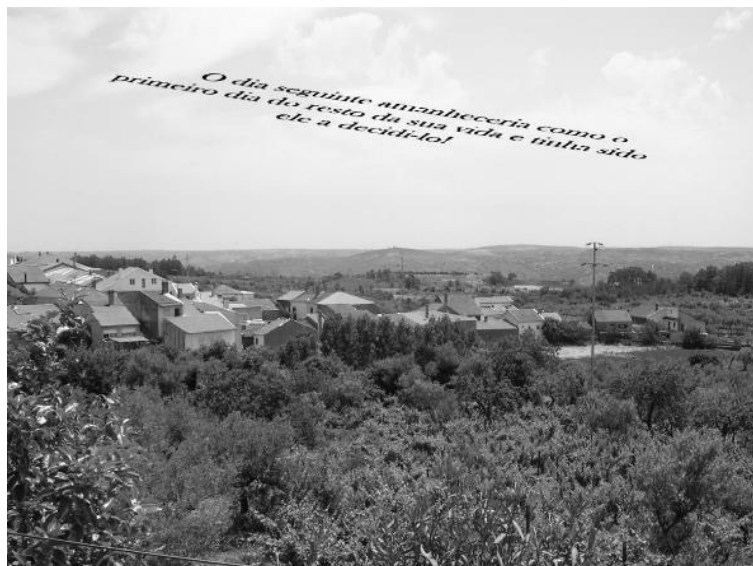
Palavras, A. (Coord.) *Trás-os-Montes e Alto Douro - Mosaico de Ciência e Cultura*. Lisboa: Exoterra Lda.

Rodríguez, J. A. B. (2003). *Zamora y Castilla y León en las migraciones españolas*. Junta de Castilla y León, Consejería de Educación. Zamora: Heraldo de Zamora Artes Gráficas.

<sup>101</sup> Estabelecimentos comerciais.







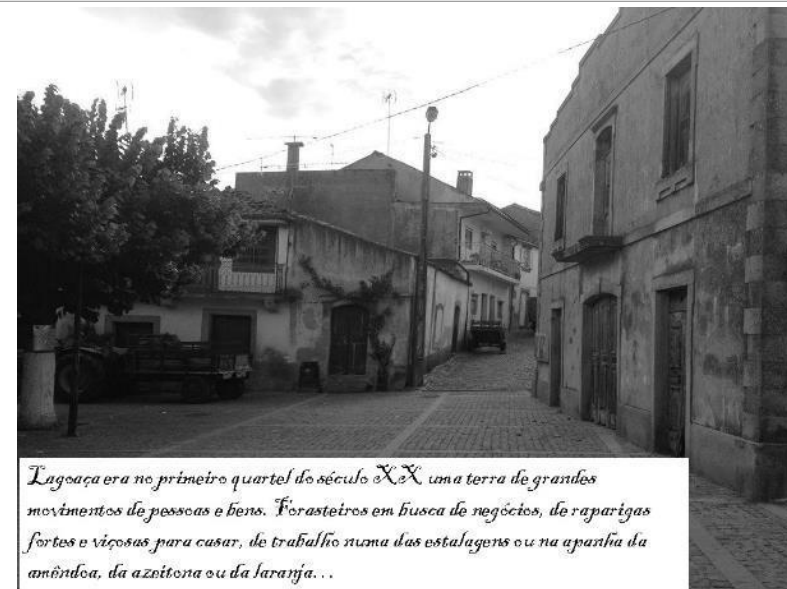




Sorrobico, bico, bico, quem te deu tamanho bico, foi a velha açucareira a comer ovos com manteiga. Os cavalos a correr, os meninos a aprender. Quem será o mais bonito que se vai a esconder?



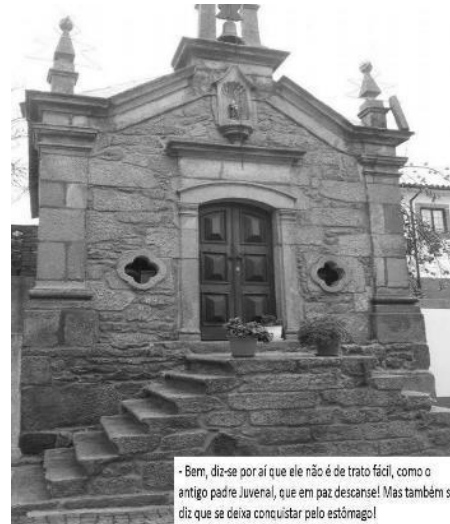
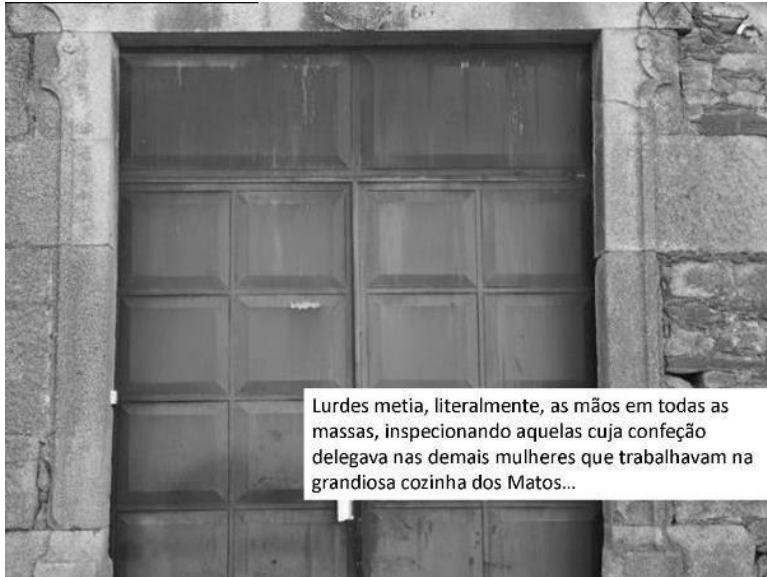
A senhora dona condessa enviava vinte malas cheias de toda a sorte de objetos...



Lagoa era no primeiro quartel do século XX, uma terra de grandes movimentos de pessoas e bens. Forasteiros em busca de negócios, de raparigas fortes e viçosas para casar, de trabalho numa das estalagens ou na apanha da amêndoa, da azeitona ou da laranja...



Aos oito anos, Lurdinhas, como era conhecida no povo, sabia já muito bem o que era a vida. Desde os cinco anos que a mãe a deixava em casa encarregada de tomar conta dos irmãos mais novos.



O sol iniciava lentamente a sua caminhada em direção ao sopé do horizonte e Lagoaça preparava-se para mais uma noite...



# 11) CARLA SOFIA LUÍS, UBI (UNIV BEIRA INTERIOR) / LABCOM. IFP, COVILHÃ. AICL

Carla Sofia Gomes Xavier Luís nasceu em Lamego em 1977.

É licenciada em Português e Inglês (ensino de) pela UTAD, mestre em Língua, Cultura Portuguesa e Didática pela UBI e doutora em Letras pela mesma instituição.

É Professora Auxiliar, com nomeação definitiva, no Departamento de Letras da UBI e Investigadora no LABCOM.IFP (Comunicação, Filosofia e Humanidades).

Na Universidade da Beira Interior, é membro do Conselho da Faculdade de Artes e Letras, do Conselho Científico do Departamento de Letras e das Comissões de Curso de Ciências da Cultura e de Ensino do Português no 3.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário e de Espanhol nos Ensinos Básico e Secundário.



É Coordenadora de Mobilidade do DL (Português/Espanhol, 1.º Ciclo), tendo ainda desempenhado a função de Coordenadora do Centro de Avaliação de Português-Língua Estrangeira (na UBI). Além disso, é Membro da Comissão Científica da *Revista Egitania Scientia* e da Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia.

Tem organizado e participado, com comunicação, em eventos científicos nacionais e internacionais. Da lista das suas publicações dos últimos cinco ou seis anos, destacamos os livros



GALIZA 2012 SEIA 2014

*Língua e Estilo: um Estudo da Obra Narrativa de Mário Cláudio*, Vila Real, CEL e UTAD, 2011, 445 pp.;

*Um Olhar Sobre Temáticas da Lusofonia*, Setúbal, Edições Fénix, 2016;

os capítulos de livro "Mário Cláudio: Nauta e Guardião da Portugalidade", in André Barata, António Santos Pereira e José Ricardo Carvalheiro (organizadores), *Representações da Portugalidade*, Alfragide, Caminho, 2011, pp. 57-80;

"Espelhos de África na Obra Narrativa de Mário Cláudio: os casos de *Tocata para Dois Clarins* e *Peregrinação de Barnabé das Índias*", in Cristina Vieira, Alexandre António da Costa Luís, Domingos Nzau, Henrique Manso e Carla Sofia Gomes Xavier Luís (coord.), *Portugal-África: Mitos e Realidades Artísticas e Vivenciais*, Covilhã, UBI, 2012, pp. 27-51;

"Rostos da Portugalidade na Escrita de Mário Cláudio: os Casos das Trilogias da *Mão*, da *Árvore* e das *Constelações*", in Carla Sofia Gomes Xavier Luís, Alexandre António da Costa Luís e Miguel Real (org.), *Mário Cláudio e a Portugalidade*, Setúbal, Edições Fénix, Universidade da Beira Interior, Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Universidade Federal Fluminense e Università degli Studi di Perugia, com o apoio da FCT, 2015, pp. 103-138;

os artigos "Algumas Singularidades Linguísticas na Obra Narrativa de Mário Cláudio", *Revista de Estudos Cabo-Verdianos*, *Atas II Encontro Internacional de Reflexão e Investigação*, Praia, 2014, pp. 155-163;

"A Escrita de José Leon Machado: o caso das obras *Memória das Estrelas sem Brilho* e *A Vendedora de Cupidos*", *XXIII Colóquio Internacional da Lusofonia. Livro de Atas*, AICL, Fundão 2015, pp. 79-94;

"Valorizar o português como língua científica internacional: uma orientação estratégica elementar", *XXII Colóquio da Lusofonia. Livro de Atas/Anais*, AICL, Seia, 2014;

"Um breve olhar sobre a génese da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)", *Revista de Letras*, Vila Real, CEL, Departamento de Letras, Artes e Comunicação da UTAD, 2014

"Miguel Real e o seu retrato de Portugal: de onde vimos, o que somos e para onde vamos", in Urbano Sidoncha e Catarina Moura (org.), *Culturas em Movimento, Atas I Congresso Internacional Sobre Cultura*, Covilhã, LABCOM.IFP (Comunicação, Filosofia e Humanidades), 2016, pp. 187-208.

## TEMA 2.2 OS JUDEUS NA OBRA DE MIGUEL REAL

Luís Martins, identidade civil do pseudónimo literário Miguel Real, nasceu em Lisboa, em 1953. O dealbar da sua atividade de ensaísta e de escritor que espelha um profundo conhecimento e cruzamento da História, da Cultura, da Literatura, da Filosofia, da Política, das Mentalidades, da Língua emana, desde logo, do estudo apurado que realizava no âmbito do exercício da atividade de docente de Filosofia e de Psicologia que exerceu durante vários anos. Autor de uma admirável e amplamente premiada obra que se alastrada ao ensaio, à ficção e ao drama, neste último caso em colaboração com Filomena de Oliveira, sem olvidarmos a redação de manuais escolares, a crítica literária e ainda as crónicas que publica assiduamente, Miguel Real, estabelecendo sempre a relação com o passado, de olhos postos nos séculos XV e XVI até atualidade, tem vindo a contribuir para o conhecimento profundo de Portugal e dos modos de *estar* e de *ser* portugueses. Apresentados, em traços muito sucintos, alguns aspetos atinentes à vida e obra de Miguel Real, com a presente comunicação, tendo por base certos trabalhos de onde destacamos, no domínio da ensaística, *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, e, no domínio da ficção, *Memórias de Branca Dias*, *O Sal da Terra*, *A Voz da Terra*, *A Guerra dos Mascates*, mas sem deixarmos de revisitar outros contributos deste especialista, como artigos, entrevistas, procuramos destacar passagens que atestam a presença dos Judeus na sua vastíssima Obra.

É SÓCIO AICL.

JÁ TOMOU PARTE NO 18º COLÓQUIO (GALIZA 2012), 20º E 22º SEIA 2013, E 2014, 23º FUNDÃO 2015, 25º EM MONTALEGRE 2016, 26º LOMBA DA MAIA (AÇORES)

[Regressar índice](#)



**12) CAROLINA CORDEIRO, ESCRITORA, UNIV DOS AÇORES. AICL.**

**Carolina Cordeiro** é licenciada em Estudos Portugueses e Ingleses pela Universidade dos Açores.

Desde 2005 que tem vindo a aproximar a sua profissão de professora e formadora à escrita criativa. Leciona e dilucida as mais diversas dúvidas nas áreas de Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Literatura Portuguesa, Literatura Inglesa e Linguagem e Comunicação. Publicou os seus primeiros poemas na Coletânea *The International Who's Who in Poetry* (International Library of Poetry. 2004).



Seia 2014 Montalegre 2016 LOMBA 2016

Mais tarde, em 2012, publicou o seu primeiro livro de poesia *Invictas Brotassem*, sob o pseudónimo Clarice Nunes-Dorval, com a chancela da Chiado Editora.

Em 2013, participou na *Antologia de Poesia Contemporânea "Entre o Sono e o Sonho"*, vol. IV (Chiado Editora) bem como na *Antologia Nós Poetas Editamos - Parte V* (2014).

Em dezembro de 2013, editou o primeiro volume da trilogia Tempo, com o seu romance histórico *No Meu Tempo* (Pastelaria Estudios).

Em junho de 2015, apresentou segundo volume, o romance *Naquele Tempo* (Letras Lavadas).

Tem participado, regularmente, em diversas revistas e jornais literários bem como ministrado vários *Workshops* de escrita criativa, a públicos de diversas idades.

Entre 2013 e 2015, representou e colaborou com o programa EscreViver (n)os Açores.

Foi vencedora do concurso de poemas *Calendário Arteology 2014*; tem participado e dinamizado vários eventos, em diversas escolas, com pequenos contos infantis e projeção da leitura como "bem essencial à vida"; e, participa ativamente no *Azores Fringe Festival*.

Presentemente é responsável pela área cultural da Casa do Povo de S. Vicente Ferreira.

Encontra-se a finalizar o Mestrado em Língua Portuguesa - Investigação e Ensino (Universidade Aberta), com intenção de interligar a escrita de Daniel de Sá à componente multicultural da escrita açoriana.

Viaje aqui pelo [CADERNO DE ESTUDOS AÇORIANOS Nº 31](#)

**TEMA 3.1. OS ATOS ILOCUTÓRIOS AO SERVIÇO DA MARCA POÉTICA NA NOVELA UM DEUS À BEIRA DA LOUCURA, DE DANIEL DE SÁ**

Tendo em mente o estudo dos atos ilocutórios defendidos por John R. Searle, somos capazes de delinear o quão pertinentes e eficazes estes são para uma análise acerca da presença de marcas características da poesia, na obra narrativa *Um Deus à Beira da Loucura*, de Daniel de Sá.

Fazendo uso de mecanismos próprios, não só da criatividade literária, mas também da pragmática da língua, a presença da carga emotiva na narração de Sá tem a competência de envolver o leitor em esferas para além das denotativas marcas da narração e da descrição.

Assim, aqui, a poesia, para além das notas fundamentais deste modo literário, faz conduzir, inequivocamente, a leitura da intenção sub-reptícia em que o autor pretende envolver, e compadecer, o leitor para as probabilidades de interpretação que a obra poderá conter. A capacidade que o autor açoriano tem de, amiúde, deambular entre os modos narrativo e lírico, num só texto, é notável. Num texto indubitavelmente marcado por uma contextualização histórica, imagem do quão extremo chega a ser a precariedade da condição humana, a palavra poética de Daniel de Sá suplanta a linear comoção do leitor.

"uma frase, quer dizer o que diz, mas também quer dizer muito mais!"

John Searle<sup>102</sup>

A Literatura, à semelhança da realidade, tem a capacidade de fazer refletir na pele a verdade dos sentimentos. Quanto mais o jogo de palavras se for intensificando ou conotativamente mostrado, mais correlação se estabelece entre a palavra imaginada, a palavra lida e a palavra sentida. É nesse jogo de identificações que reside a magia da Poesia.

<sup>102</sup> Searle, J. R. "Indirect Speech Acts", in Cole e Morgan (orgs.), 1975: 59-82

No decorrer dos tempos, a composição poética tem tido diferentes e divergentes definições. Todavia, não é estranheza alguma que, aquando da leitura de um poema, as palavras no papel nos fazem refletir, ponderar, questionar, imaginar e vivenciar todos os sentidos intencionados pelo sujeito poético. Quer por uma forma mais discorrida, quer por uma maneira mais ponderada, a verdade é que a panóplia de poesias que se encontra é, garantidamente, no nosso pensar, um espelho da emoção do sujeito lírico e, essa emotividade, reflete-se, amiúde, no resultado analítico das categorias gramaticais, lato sensu.

Nesta aceção, estamos em crer que ao estudar os atos ilocutórios defendidos por John R. Searle, somos capazes de delinear o quão pertinentes e eficazes estes são para uma análise acerca da presença de marcas características da poesia, na obra narrativa *Um Deus à Beira da Loucura*, de Daniel de Sá. A obra em questão não é, claramente, uma composição poética formal. Não obstante, é-nos possível analisá-la e exemplificar passagens narrativas claramente poéticas. O autor açoriano, fazendo uso de mecanismos próprios, não só da sua criatividade literária, mas também da pragmática da língua, faz sobressair no leitor, a típica carga emotiva das suas palavras. Sá tem a competência de envolver o leitor em esferas para além das denotativas marcas da narração e da descrição. Assim, aqui, a poesia, para além das notas fundamentais deste modo literário, faz conduzir, inequivocamente, a leitura da intenção sub-reptícia em que o autor pretende envolver, e compadecer o leitor para as probabilidades de interpretação que a obra poderá conter. A capacidade que o autor açoriano tem de, amiúde, deambular entre os modos narrativo e lírico, num só texto, é, no nosso entender, notável.

A palavra poética de Daniel de Sá suplanta a linear comoção do leitor. Sabendo, à priori, que a poesia imita e recria a realidade através da linguagem, do ritmo e da melodia; que desperta sentimentos e sensibiliza o leitor, então a sua presença numa narração evoca ainda mais o prazer da leitura e a importância desta para uma maior compreensão do mundo que nos rodeia.

Parafraseando Fernando Pessoa, a poesia é uma emoção expressa em ritmos através do pensamento sem o intermédio da ideia ou de uma ideia convertida em emoção, comunicada a outros por meio de um ritmo; poesia é constituída por um ritmo verbal ou musical ou de imagem que lhe corresponde, internamente.

São muitos aqueles que tentaram definir Poesia. Natália Correia (Correia, 1970) dizia que a poesia é para se comer. Carlos Bousoño, (1923) a definia como

*“antes de tudo, comunicação, efetuada por palavras apenas, de um conteúdo psíquico (afetivo-sensório-conceitual), aceito pelo espírito como um todo, uma síntese (...) pois o poeta, ao expressar-se, nunca transmite puros conceitos, quer dizer, nunca transmite conceitos sem mescla de sensorialidade ou sentimentalidade”.*

Também há quem afirme que toda verdadeira poesia é uma visão de mundo. No fundo, ao tentar definir Poesia tenta-se obter uma espécie de ligação conceitual filosófico-literária, com uma ênfase individual, social e estético. Na visão de A. C. Bradley, aquando do seu estudo “Poetry for Poetry’s Sake” (<https://cdeassis.wordpress.com/o-que-e-poesia/>)

*‘o grau de pureza de um poema há de ser avaliado na medida em que se torna impossível obter o mesmo efeito poético através de qualquer outra forma verbal que não seja exatamente a dele’ e por isso mesmo ‘a identidade entre forma e fundo só se encontra quando a poesia corresponde à idéia, numa realização poética pura ou quase pura’.*

Ainda segundo a mesma fonte,

*Abade Renri Brémond, que aproxima a poesia da prece mística em seu livro La Poésie Pure, ‘a poesia pura é inefável, consistindo naquele extraordinário poder que transforma em coisas poéticas os elementos impuros ou prosaicos’ (...) Outro estudioso, Robert de Souza, em Un Débat sur la Poésie, tenta resumir o pensamento do Abade Brémond em seis itens:*

- 1) Todo poema deve suas características poéticas essenciais a uma espécie de realidade unificadora e misteriosa;*
- 2) não basta, nem é necessário, ler poeticamente um poema, para captar-lhe o sentido, uma vez que existe certo encantamento obscuro e independente do significado das palavras;*
- 3) poesia não se pode reduzir a discurso prosaico, pois constitui um meio de expressão que ultrapassa as formas comuns da prosa;*
- 4) poesia é uma espécie de música e ao mesmo tempo não é apenas música, pois age como uma espécie de condutor de corrente pelo qual se transmite a natureza íntima da alma;*
- 5) é a encantação que proporciona a comunicação inconsciente do estado de alma em que se encontra o poeta até o momento em que se manifesta por ideias e sentimentos, momento esse que se revive confusamente lendo o poema;* 6) a poesia é uma espécie de magia mística semelhante ao estado de oração’. (<https://cdeassis.wordpress.com/o-que-e-poesia/>)

Poder-se-á definir Poesia quanto à importância que as palavras têm no texto: “Na poesia, cada palavra tem seu papel não apenas por seu significado, mas por seu ritmo, pela sua sonoridade, pela forma como se relaciona com as outras palavras, e, modernamente, até mesmo pelo seu aspeto visual...” (<https://cdeassis.wordpress.com/o-que-e-poesia/>); pela sua forma e, de acordo com Massaud Moisés

*“já na Grécia antiga Aristóteles afirmava que nem todo verso é poesia: ‘Até mesmo quando um tratado de medicina ou ciência natural é escrito em verso, habitualmente se dá o nome de ‘poeta’ ao autor, porém Homero e Empédocles nada têm em comum além da métrica, e, portanto, seria correto chamar o primeiro de poeta e o outro de cientista natural ao invés de poeta.”*

(traduzido a partir da tradução inglesa de S. H. Butcher, The Internet Classics Archive -

Para além destas duas possíveis formas de definir poesia, podemos ainda incluir uma terceira: a definição baseada em aspetos mais amplos do seu significado. Neste sentido, temos algumas possíveis maneiras de descortinar o sentido deste género literário, porém apraz-nos a explicitação de J. Middleton Murry, *apud* Massaud Moisés, onde lemos que “A poesia é a expressão natural dos mais violentos modos de emoção pessoal” ou ainda segundo William Wordsworth que a interpreta como sento o “extravasar espontâneo de poderosos sentimentos”, (Wordsworth, 1800). Por fim, podemos ainda incluir a hipótese de definir Poesia na sua vertente linguística, como nos definiu Mário Laranjeira na sua obra *Poética da Tradução*: “O texto poético é, pois, aquele em que a função poética se sobrepõe às demais e delas se destaca, sem eliminá-las”. Uma visão mais radical reside nas afirmações do poeta americano Robert Frost (1874-1963), que a define como “o que ficou para trás na tradução”. Assim, nesta conceção um tanto radical, aquando de dúvida sobre se um texto é ou não é poético basta traduzi-lo.

No nosso entender, a definição de Poesia contempla toda essa variedade de probabilidades já que no nosso próprio conceito, este género de literário é um que dá azo ao correr das emoções, sob o signo da idealização de um assunto, tendo em conta as regras estabelecidas da gramática (quer pela sua utilização quer pela sua usurpação). A interpretação será tão ou mais

variada quanto as palavras que o sujeito lírico intencionar colocar no papel. É, portanto, neste contexto que surge a questão da pragmática ligada não só à criação poética, mas a criação poética ligada à narrativa.

Olhando para esta noção, na obra de Daniel de Sá, não encontramos um sujeito lírico, mas sim um narrador que nos oferece uma percepção poética de um dos temas e de um dos assuntos mais sombrios da história da humanidade. Será no contexto da Segunda Guerra Mundial que a nossa novela decorrerá e, com laivos poéticos, o autor açoriano mostrará que também na narrativa pode, claramente, haver poesia. Tudo será uma questão de utilizar, a propósito deste estudo, das especificidades do campo da Pragmática da Língua.

Usando a definição de Guervós:

*“Pragmática eres tú, y tú eres tú e tus circunstancias, luego la pragmática son tus circunstancias y, em definitiva, tus circunstancias vienen a ser lo (...) contexto: tú y tus circunstancias.*

*Ideas innatas e ideas sociales que se conjugan para inferir, para comprender la comunicación y responder al estímulo.* (Guervós, 2005: 183)

Na visão de Gumperz, “os interlocutores têm um “saber sociocultural” e é o que está na base do cálculo de múltiplos processos de inferência e que lhes permite saber delimitar sequencialmente as ações discursivas e as estratégias discursivas que elas configuram” (Almeida, 2016: 20 apud Gumperz, 1989: 57). No que concerne à Pragmática, em particular, aqui faremos referência apenas aos atos ilocutórios propostos por J. R. Searle, nomeadamente aos atos ilocutórios diretivos e compromissivos.

Na perspectiva de Gouveia (Gouveia, 1996: 390 apud Austin, 1962: 101)

*“um ato ilocutório corresponde à enunciação de uma ou mais palavras numa frase, a partir da operação linguística de atribuição de referência e codificação de significado, permitindo ao ouvinte compreender o que foi enunciado. O ato ilocutório, muito próximo do sentido em que o performativo foi definido, consiste, por sua vez, no uso de uma frase linguisticamente operativa para efetuar algo, para realizar uma acção circunstancialmente funcional, como, por exemplo, prometer, ordenar, etc. Por último, temos o ato perlocutório que se traduz nos resultados ou efeitos produzidos com o efetivar do enunciado-ação.* (Austin, 1962: 101)

ou seja, aquilo que o autor de um texto faz é iniciar um “diálogo” com o seu leitor através de um ato ilocutório que, no nosso entender, é tanto diretivo pois

*[o] objeto ilocutório deste tipo de atos [atos ilocutórios diretivos] traduz-se na vontade de o locutor levar o alocutário a realizar uma acção futura, verbal ou não verbal, a qual é determinada pelo reconhecimento, por parte desse mesmo alocutário, do conteúdo preposicional do enunciado proferido pelo locutor e da necessidade por este manifestada para que o alocutário execute tal acção. O querer do locutor é, portanto, determinante na configuração destes atos, que, contudo, se diferencia, em função do modo como as forças locutoras são reguladas pelo objetivo ilocutório, podendo ir desde a ordem à sugestão, desde o pedido ao conselho, por exemplo. Tal diferenciação depende de uma série de condições que determinam e regula, facto é que passam sobretudo pelo tipo de relação social mantida pelo locutor e pelo alocutário. (...). De certo modo, o locutor estabelece as normas de comportamento do seu alocutário, pois quer que ele aja de determinada maneira.* (Gouveia, 1996: 394)

como o é compromissivo, dado que

*[o]s membros desta classe de atos [atos ilocutórios compromissivos] têm como objetivo locutório comprometer o locutor relativamente à prática de uma acção futura, determinada pelo conteúdo preposicional do enunciado. (...). Os atos ilocutórios compromissivos, tendo em comum com os diretivos o facto de se repostarem à realização de uma acção futura (por parte do alocutário, no caso dos diretivos, por parte locutor, no caso dos compromissivos), distinguem-se caracteristicamente daqueles e de outros atos, na medida em que expressam proposições cuja predicação é temporalmente marcada com o futuro, mesmo que o tempo verbal utilizar seja o presente do indicativo ou outro.*

Nesta narrativa breve de Sá, os atos ilocutórios diretivos refletem a sugestão, a inferência e, de certo modo, a condição do leitor imaginar determinadas atitudes que poderão ser (e serão!) associadas ao contexto da narrativa ficcional. No caso dos atos ilocutórios compromissivos, estes serão interpretados na condição do leitor ser levado pelas sugestões apresentadas, direta e/ou indiretamente, pelo autor/narrador. A emoção poética estará visível neste último elemento dado a intenção do autor envolver o leitor na sua trama ficcional e fazê-lo percorrer o caminho trilhado pelas personagens.

Se podemos verificar a presença da pragmática nesta narrativa, também não podemos, de todo, descurar um outro aspeto da sua formulação: a noção de que, de certa forma, o autor tenta cativar e persuadir o seu leitor com elementos típicos da retórica. Seguindo este mote, e segundo Aristóteles, “a retórica é a faculdade de considerar, para cada questão, o que pode ser apropriado para persuadir.” (Neto, 2011: 974). Neste contexto,

*[o] orador é simbolizado pelo **ethos**: na sua virtude, em suma, na confiança que nele se deposita. O auditório é representado pelo **páthos**: para o convencer é preciso impressioná-lo, seduzi-lo, e mesmo os argumentos fundamentados na razão devem apoiar-se nas paixões do auditório para poderem passar e suscitar adesão. Resta, enfim, a terceira componente, sem dúvida a mais objetiva: o **lógos**, o discurso, que pode ser ornamental, literário, ou então diretamente literal e argumentativo* (Neto, 2011: 974 apud Meyer, 1994: 43).

No nosso entender, será o páthos um dos elementos primordiais que se poderá ter em conta nesta novela. Para tal, nos serve a explicitação de que

*páthos objetiva a influência afetiva, pretendida e exercida pelo locutor sobre o alocutário, com a finalidade de nele exercitar, favoravelmente à proposição, afetos violentos (movere, comovere). Este grau afetivo leva à ação, através do impulso imediato, e consiste na adesão do espírito à proposição apresentada.* (Neto, 2011: 975)

Tendo tal definição em mente,

*o páthos influencia a argumentação e a escolha da cenografia apropriadas ao alocutário/auditório, considerando-se que a adesão do alocutário/auditório se baseia num contrato intelectual entre esse e o locutor/orador. Esse contrato prévio se relaciona ao que mutuamente se concebe e admite entre ambos que é revelado nas premissas da argumentação e nas imagens construídas e/ou pressupostas pelo locutor.* (Neto, 2011: 978)



No final, será a capacidade do locutor de apresentar ao alocutário, através dos meandros que a língua lhe oferece, de forma sugestiva, apelativa, as razões pelas quais ele deve ter em conta um determinado tipo de comportamento/reação ao texto lido. Ou por outra, essas especificidades do texto retórico entram em linha com a noção de que

*“[l]a retórica interpreta con un fin persuasivo, para extraer datos que luego conformen discursos capaces de convencer a un auditorio, la pragmática interpreta cualquier mensaje, también con un fin no persuasivo, si es que existe una comunicación en la que no intentemos influir sobre el otro.”* (Guervós, 2005: 183).

Em última análise, serão *“as propriedades sociais (locutores e recetores legítimos, língua e contexto legítimos...) no interior de um dado campo social, que a legitimam, que determinam a legitimidade e a aceitabilidade de um discurso”*. (Barriga, 2009: 35). Essa aceitabilidade será referenciada aquando do uso de *“sentencias más trilladas y corrientes si son adecuadas, pues por ser corrientes, como todos están de acuerdo en ellas, dan la impresión de ser verdaderas”* (Guervós, 2005: 15 *apud* Aristóteles, 1395). Tal só se poderá concretizar pelo uso mecânico de determinados jogos sintáticos e semânticos, com referência constante aos já referidos atos ilocutórios defendidos por Searle<sup>103</sup>.

Deste ponto de vista, e olhando para a obra em questão como uma narrativa ficcional, que é de facto, podemos inferir que, *“[t]he text must allow the reconstruction of an interpretative network of goals, plans, casual relations, and psychological motivations around the narrated events. This implicit network gives coherence and intelligibility to the physical events and turns into a plot.”* (Ryan, 2004: 9). As implicações são sempre feitas de acordo com o princípio de relevância. Vamos inferir o que é relevante dentro daquele contexto e que se adequa ao cenário dado. (Dewes, 1997: 9) é aquilo que faz com que um leitor se deixe contagiar pela linguagem diretiva desse tipo de texto.

O leitor deixa-se, inequivocamente, contagiar com frases como

*“O meu companheiro chorou em silêncio, com lágrimas lentas e espaçadas”, “Evitei um grito. (...) E que me fez revoltar por todos os olhares semelhantes com que o Mundo tem sido visto (...) e subir a vedação do campo na esperança de que o tiro misericordioso fosse certo.”* (Sá, 1990:21-24)

ou então

*“(...) acreditar num farrapo humano, que disfarçava os destroços da sua alma sob uma aparência de serenidade. (...) A minha contradição era essa revolta sem objeto, era argumentar contra o silêncio do meu acusado. (...) provava o erro enorme da condição humana. (...). De todas as coisas erradas que me aconteciam, aquela seria decerto a que poderia trazer-me um menor mal. (...) E era uma recordação boa, a julgar pela aparência. Sorriu docemente, um sorriso de serenidade, de calmaria de satisfação plena. (...) apeteceu-me de novo enlouquecer também, mas sem que pudesse aperceber-me de que enlouquecia.”* (Sá, 1990: 25-27).

ou ainda,

*“Há coisas tão difíceis de imaginar que só podemos imaginar que as imaginamos... Morrer de fome é uma delas.”* (Sá, 1990: 35); *“Até porque a dor, quando não se a sofre, parece mais tênue, mesmo quando é memória do que se sofreu, e mais ainda se são outros que a suportam.”* (Sá, 1990: 49),

A finalizar a obra, podemos ler que *“A Humanidade é uma página escrita com meia dúzia de linhas apressadas, num livro de milhes de folhas. E destinada a ser arrancada e dela não ficar memória, nem alguém que possa ler o livro.”* (Sá, 1990: 51). Estes exemplos, no nosso entender, são Poesia. São-no pelo deambular entre razão e sentir, entre os meandros da língua portuguesa e, nesse campo, conseguimos perceber não só o contexto ficcional das palavras, mas também o elevá-las ao campo do sensível e do lógico.

Em suma, acreditamos que a linguagem usada, seja através de uma panóplia de recursos expressivos, quer através dos atos ilocutórios e da capacidade de enamoramento literário — que é feito muito com recurso à retórica — sucede, sem qualquer prejuízo para a sintaxe e semântica da língua usada. Aliás, abona muito a seu favor, dado a forma extraordinária como o/a leitor/a a interpreta: interpreta o que lê/leu, leu-o de forma tão pessoal uma mensagem sobrejamente universal que, em última instância, vem concretizar a noção de que a língua, como um organismo social é reflexo dos seus utilizadores, é meio essencial para veicular inúmeras interpretações a partir de, por vezes, simples emoções espetadas em simples palavras.

## Bibliografia

ALMEIDA, Carla Aurélia. *“Conselho de amigo, aviso do céu”: contributos para a análise semântico pragmática dos atos ilocutórios de conselho e de aviso em confronto com o de ameaça*. Porto: 2016, Departamento de Humanidades da Universidade Aberta Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Revista da Associação Portuguesa de Linguística, nº 2, p. 1-29, <https://doi.org/10.21747/2183-9077/rapl2a1> [consultado a 06-02-2017]

BARRIGA, António. *Opinião, argumentação e persuasão no quadro de uma racionalidade sociológica – O «poder do discurso»*. 2009, Comunicação e Sociedade, vol. 16, pp. 27-42

BOSH, ELENA. *Análisis de un texto persuasivo desde los principios de la pragmática y la retórica*. Valencia: Universidad de Valencia, 1997, ASELE. Actas VIII pp. 182-186

DEWES, Maria de Fátima Machado. *Retórica, comunicação e convencimento*. 1997, Working papers em Linguística, UFSC, nº1, jul/dez, pp. 6- 14

FARIA, Isabel Hub, PEDRO, Emília Ribeiro, DUARTE, Inês, GOUVEIA, Carlos A. M. (Orgs.). *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1996, Cap. 8, p. 383-448, ISBN: 972-21-1048-GIL, Fernando (Coord.). *Oral/escrito/Argumentação*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1987, Enciclopédia Einaudi, vol. 11

GUERVÓS, Javier De Santiago. *Retórica, Pragmática Y Lingüística de la Comunicación*. Salamanca: 2005, Universidade de Salamanca, Revista de Investigación Lingüística, Vol. VIII, p. 177-208

Gumperz, John. *Engager la conversation: introduction à la sociolinguistique interactionnelle*. Paris: 1989, Minuit. p. 57

<sup>103</sup> Aqui, seguimos as categorias de Searle onde podemos, sinteticamente, classificá-los como assertivos, diretivos, compromissivos, expressivos e declarativos. Contudo, não podemos descurar das contribuições de Austin uma vez que foi ele quem iniciou o estudo dos atos locutórios ao distinguir as afirmações de locutor sobre um outro e constata que afirmações não podem ser julgadas por verdadeiras ou falsas, mas sim por felizes ou infelizes, com ou sem sucesso. (Searle, 2005) *“Os atos ilocutórios expressivos constituem por natureza uma área do “eu”, mas o “eu” na sua interação com o outro, agradecendo-lhe, pedindo-lhe desculpa, elogiando-o, criticando-o, prestando-lhe apoio, numa cadeia de trocas verbais convencionalizadas pelo uso e pela cultura.”* (Palrilha, Silvéria. 2009: 1)



- MIRANDA, Florencia. *Gêneros de texto e tipos de discurso na perspectiva do interacionismo sociodiscursivo: que relações?* Lisboa: Edições Colibri, Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, 2008, pp. 81-100
- NETO, João Antônio de Santana. *Retórica e argumentação: um estudo da tríade*. Anais do XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia, Cadernos do CNLF, Vol. XV, Nº 5, t. 1. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011 p. 974 -981
- apud MEYER, Michel. As bases da retórica. in CASCARDI, Anthony; HIN-TIKKA, Jaakko; PORCHAT, Oswaldo et al. *Retórica e comunicação*. Trad. Fernando Martinho. Porto: Asa. 1994, p. 31-70.
- PALRILHA, Silvéria Maria Ramos. *Contributos para a análise dos atos ilocutórios expressivos em português*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: Dissertação de Mestrado em Linguística e Ensino, na área de especialização em Linguística Aplicada, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 2009
- REY, Sneider Saavedra. *El arte de conmover. Estudio retórico y pragmático sobre las ventas en los buses*. Universidad Pedagógica Nacional, Panorama de los estudios del Discurso en Colombia
- RODRIGUES, Maria da Conceição Carapinha. *Contributos para a análise da linguagem jurídica e da interação verbal na sala de audiências*. Coimbra: 2005, Faculdade de Letras Universidade de Coimbra
- RYAN, Marie-Laure (Ed.). *Narrative across Media - the language of storytelling*. Lincoln and London: 2004, University of Nebraska Press, ISBN: 0-8032-3944-0

#### Citações

Sociedade. Acedido em 28-12-2016, em: [http://www.prof2000.pt/users/dicsoc/soc\\_s.html#sociedade](http://www.prof2000.pt/users/dicsoc/soc_s.html#sociedade)

CORREIA, Natália Correia. *As maçãs de Orestes*. D. Quixote. 1970

WORDSWORTH, William Wordsworth. *Lyrical Ballads*. 1800. Acedido em 1-3-2017 em <http://www.gutenberg.org/ebooks/8905>

LARANJEIRA, Mário. *Poética da Tradução*. 2ª ed. Ed. Edusp: coleção Criação e Crítica. 2003. ISBN: 9788531401527

LOBO, Alexandre. *Platão, Aristóteles e a poesia de Homero*. Webhumanas, acedido em 1-3-2017 em <http://www.webhumanas.net/plat%C3%A3o,arist%C3%B3telesapoiesiadehomero>

ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

PLATÃO. *A República*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

PLATÃO. *Górgias*.

#### SÓCIA DA AICL

PARTICIPOU EM SEIA 2014 NO 22º COLÓQUIO, NO 25º COLÓQUIO EM MONTALEGRE 2016, E NO 26º NA LOMBA DA MAIA (AÇORES)

[Regressar índice](#)

#### 13) CHRYS CHRYSTELLO. AICL, AGLP (UTS, SYDNEY E NAATI, CAMBERRA, AUSTRÁLIA)



2016 LOMBA DA MAIA Seia 2014

Chrys Chrystello é Cidadão australiano, multicultural, de uma família mesclada de Galego, Português, Alemão, Brasileiro e marrano transmontano.

Publicou o seu 1º livro "Crónica do Quotidiano Inútil" (poesia) em 1972.

O exército colonial português levou-o a Timor (73-75) sendo Editor-chefe do jornal A Voz de Timor.

Jornalista desde 1967 (rádio, TV e imprensa) escreveu sobre o drama de Timor Leste.

Desempenhou funções executivas na Eletricidade de Macau (1976-82).

Foi Redator, Apresentador e Produtor na TDM, RTP (Rádio Macau) e TVB - Hong Kong.

Em Sydney, Austrália, esteve envolvido na definição da política multicultural e foi Jornalista, Tradutor, Intérprete em ministérios federais e estaduais.

Divulgou a descoberta portuguesa da Austrália 1521-25 e a existência de tribos aborígenes falando Crioulo Português.

Fundador do AUSIT, lecionou tradução na UTS (Univ Tecnologia de Sydney), sendo por mais de vinte anos responsável pelos exames dos Tradutores e Interpretes (NAATI).

Foi Assessor de Literatura Portuguesa no Australia Council (1999-05).

Foi orador na Austrália, Portugal, Espanha, Brasil, Canadá, Macau, Hong Kong, etc.

Foi Mentor dos finalistas de Literatura da ACL da University of Brighton (UK 2000-2012);  
Foi Revisor da Universidade de Helsínquia (2006-2012);  
Foi Consultor do Programa REMA, UAçores. (2008-12).

**ACADÉMICO CORRESPONDENTE DA AGLP desde 2012**

**Súmula de obras publicadas do autor:**

- Crónica do quotidiano inútil vol. 1 (poesia) Porto 1972, (esgotada) ; vol. 2 Díli, Timor Português, abril 1974 ed. do autor (esgotada); vol. 3&4 1973-81 (poesia)
- Timor Leste O Dossier Secreto 1973-1975, Porto, 1999, ed. Contemporânea (Esgotado) ISBN 10: 972-8305-75-3 / 9728305753 / esgotado
- East Timor - The Secret Files 1973-1975 ed. 2000-2012,
- Cancioneiro Transmontano 2005, ed. Sta C. Misericórdia Bragança
- Timor-Leste 1983-1992 vol. 2 Historiografia de um repórter - DVD – ed. 2005-2012
- ChrónicaAçores: uma circum-navegação, vol. 1, 2009 ISBN 989-8123-12-1 VerAçor 2009 esgotado
- ChrónicaAçores uma circum-navegação, vol. 2, 2011 ISBN 978-9728-9855-47 Editora Calendário de Letras, esgotado
- Timor Leste vol. 3 - As Guerras Tribais, A História Repete-se (1894-2006) Ed. 2012
- Crónica do Quotidiano Inútil (Obras completas de poesia em 5 volumes, 40 anos de vida literária, ed. Calendário de Letras 2012 ISBN 9789728985646
- Trilogia da história de Timor ed. Colóquios da Lusofonia, 2ª edição 2015 ISBN: 978-989-95641-9-0
- Crónicas Austrais (1978-1998 monografia) 4ª edição 2015
- prefácio do livro O voo do Garajau, Rosário Girão & Manuel Silva, ed. Calendário de Letras 2014,
- prefácio do livro Um missionário açoriano em Timor de D. Carlos F Ximenes Belo 2016



BRAGANÇA 2008 POESIA, GRUTA DE CAMÕES MACAU 2011 Montalegre 2016 LOMBA DA MAIA 2016

**SÓCIO FUNDADOR DA AICL E AGLP.**  
**PRESIDENTE DA DIREÇÃO DA AICL.**  
**FAZ PARTE DO COMITÉ CIENTÍFICO PERMANENTE.**  
**MODERA SESSÕES E FARÁ UMA SESSÃO DE POESIA**



RIO 2010 MACAU 2011 LOMBA DA MAIA 2016 Montalegre 2016

Poemas a cinco vozes (Chrys, Luciano, Concha, Brites e Carolina)

564. POLIR SÓIS COM UMA PENEIRA 2012 CHRYS

polir textos é como arear pratas  
dissipa-se a sujidade  
mas o fulgor que resta  
cintila com menor valia

polir amizades é como sacudir o pó  
com a gentileza de uma pena  
nada se perde nem se transforma  
basta um gesto, um telefonema  
uma SMS, uma mensagem  
talvez apenas um like no Facebook  
como se fosse natal todos os dias

polir matrimónios é complicado  
questão de sorte e perícia  
em panos de fina seda  
como limar diamantes em bruto  
pode quebrar a agulha ou o casamento  
e em vez de 24 ficam 6 quilates

polir países é arriscado  
as limas devem ser amoladas  
à prova de lóbis e desgovernos  
cortam-se as esquinas angulosas  
talham-se as aparas mais finas  
em areias de fina brancura

é como ir ao alfaiate do tempo  
encomendar um fato por medida  
para dar com a cor do cabelo  
ir ao barbeiro do futuro  
fazer a barba que não se tem  
e há o risco de cortar o país todo  
talhar pessoas  
trinchar tradições  
sem memória  
nem história  
serrar distritos, fender concelhos  
encurtar fronteiras até ao mar  
até finir portugal em praias e arribas

polir palavras é bem mais fácil  
corta-se uma folha de papel em a4  
verifica-se a tinta nos tinteiros  
gravam-se carateres como granito

basalto, quartzo ou ametista  
lavram-se sulcos como rios  
erguem-se sombras como montanhas  
sombras de marés vivas ou mar chão  
deixa-se a marinar em banho-maria  
leva-se ao lume brando com pitada de sal  
junta-se pimenta a gosto e louro e basilicão  
retira-se do fogo e serve-se a gosto

sempre ansiei ser poeta  
navegar em utopias  
escrever cardápios de vida  
imensos e belos como o oceano  
livres e úteis como o ar  
na solidão dos mares açorianos

#### 534. AÇORIANICES 2011 LUCIANO

disseram para falar de hortênsias  
plantar a palavra mar e algum sal  
lugares comuns de bruma  
azáleas, camélias, novelões,  
coniteiras, milhafres e cagarros  
e assim se cria um escritor açoriano

houve mesmo quem acreditasse  
autores nasceram assim  
nas ilhas e na estranja  
ganharam prémios, foto no jornal  
o governo pagava e promovia  
era uma primeira açorianidade

desta janela de neblina  
avisto o mar em desalinho  
mas sem hidranjas  
nem vacas alpinistas  
nem açores a esvoaçar  
não terei nome no basalto

cantarei o arquipélago da escrita  
sem títulos nem honrarias  
sem adjetivos telúricos  
sem versos de rima quebrada


não é açoriano quem quer  
mas quem o sente.



501 PARTIR - À CONCHA ROUSIA E A UMA GALIZA LUSÓFONA - CAROLINA

partir!  
cortar amarras  
como se ficar fosse já um naufrágio  
ficar  
como quem parte nunca  
partir  
como quem fica nas asas do tempo  
partir!  
cortar grilhetas  
como se viver fosse uma morte adiada  
vencer ameias  
cortar amarras  
velas ao vento  
olhar o mundo  
descobrir liberdades  
esta a mensagem  
levar o desespero  
ao limiar  
até erguer a voz  
sem medos  
até rasgar as pedras  
e o ventre úbere  
semear desencanto  
sorrir  
à grande utopia  
nascer  
de novo  
dar o salto  
transpor a fronteira  
entre o ter e o ser  
imaginar  
como só os loucos sabem

e então chegaste  
com primaveras nos dedos  
e liberdade por nome  
loucas promessas insinuavas  
despontaste  
como quem acorda horizontes perdidos  
demos as mãos  
sabor de início do mundo  
pendão das palavras por dizer  
esta a revolução  
minha bandeira por desfraldar



**543. AO URBANO BETTENCOURT 2012 BRITES**

urbanamente vives  
nas pinceladas das tuas palavras  
a tua paleta pinta poesia  
teus livros erguem-se impantes  
como teu Pico natal  
amores e desamores de ilhas  
que unes em pontes de poesia  
que sentes em dores  
que pariste em árvores  
sem sombras nem véus  
nenhuma luz apagarás!

**544. AO EDUÍNO DE JESUS 2012 CONCHA**

as tuas palavras esguias  
insinuam-se enleantes  
preenchem os nichos do silêncio  
em silos de poesia  
buriladas em filigrana  
sente a ilha e a língua  
nelas aprendi a geografia  
e o amor inconquistado  
sem silêncio nem silos

**548. QUERIA SER TOKÉ 2012 CHRYS**

eu queria ser toké e contar o que vi  
desde que partiste em 1975  
queria saber falar  
dar os nomes os locais e os atos  
de todas as atrocidades, violência e mortes  
que testemunhei mudo na minha parede

eu queria ser toké e escrever tudo  
queria contar o que não querem que se saiba  
queria contar o que não queriam que se visse  
queria contar os gritos que ninguém ouviu

queria ser água e apagar os fogos  
que extinguiram a nossa história  
como se não fora possível reconstruí-la

queria ser pássaro e levar nas asas  
todos os que foram chacinados  
violados, torturados e obnubilados  
voar com as crianças que morreram de fome  
as mulheres tornadas estéreis

tanta coisa que queria dar-te Timor  
e não posso senão escrever palavras  
lembrar teu passado heroico  
sonhar futuros ao teu lado

563. QUANDO EU MORRER, 2012 LUCIANO

quando eu morrer  
não declare nada  
que eu não tivesse dito  
não elogie nem critique

quando eu morrer  
não vá ao meu velório  
nem mande flores  
escreva uma frase lapidar  
e publique-a

quando eu morrer  
faça uma festa  
leia um poema meu  
beba um bom champanhe francês  
fume um cubano  
seja politicamente incorreto  
como eu seria

quando eu morrer  
sem ver luz ao fim do túnel  
vou esquecer muitas coisas  
mas pedirei à minha mulher  
que me construa novo taj mahal

568. SEM PERFUME DE CAJU, AO URBANO BETTENCOURT 2013 CAROLINA

na humidade da savana  
no calor da tabanca  
tange urbano a sua harpa  
palavras aceradas como o vento suão  
batuque abafado na bolanha  
longe do país de bufos e beatas<sup>104</sup>  
traduzes as sílabas de morte e vida  
rumores desse cheiro de África  
que nunca conseguiste lavar  
colado na pele que esfregas  
com napalm e metralha

<sup>104</sup> In Urbano África frente e verso p.62

nem com as chuvas da monção

**617. GEOMETRIAS 2013 BRITES**

*a elipse veio à janela  
mordaz sorriu com malícia  
lenta, descreveu um círculo  
com um dichote brejeiro  
triangulou um piscar de olho  
e numa hipérbole sensual  
com uma risada estrídula  
sentou-se quadrada no meu colo*

**615. BRUMAS 2013 CONCHA**

*eram de espuma  
as palavras  
eram de sal  
as ondas  
eram de gaze  
as nuvens  
eram de orvalho  
as lágrimas  
eram de névoa  
os montes  
o verde surreal  
as lagoas  
eram de medos  
os vulcões  
e procissões  
eram de espuma  
as ilhas dos açores*

**576. ONDE OS AÇORES NÃO VOAM, 2013 CHRYS**

*tu que nasceste açoriano  
nem vais acreditar  
onde os açores não voam*

*não bebi café em ouarzazate  
não fui aos 2 mil anos de persépolis  
não cacei leões na gorongosa  
não comi chicharrinhos em rabo de peixe  
não vi petra nem os budas de bamiyan  
nem vi índios de roraima  
não fumei ganza nas praias de goa  
nem fui em adoração a katmandu  
nunca cheguei a machu picchu  
nem a hotel de gelo nórdico*



nadei na areia branca em dili  
 em cheoc van em coloane  
 em bondi de sydney  
 em kuta beach de bali  
 em pattaya tailandesa  
 no bidé das marquesas de s. martinho do porto  
 na praia azul de espinho  
 nas águas límpidas de daydream island  
 nas areias de byron bay  
 banhei as mãos em tijuca  
 as cataratas do niágara molharam-me  
 vi o sol a pôr-se na lapónia  
 e a nascer em bobonaro  
 vi sóis, luas, mares e céus  
 no faial, pico e flores  
 e nas 3 ilhas santas dos açores  
 nadei em rotnest island  
 comi em fremantle  
 dormi em towal creek comara  
 vivi no amial, maria pia e campo lindo  
 mafra, tomar e leiria  
 bobonaro na montanha  
 lecidere em dili  
 nas antas e em macau  
 cottesloe e claremont em perth  
 waverley, centennial park  
 randwick em Sydney  
 prahran em melbourne  
 e em caminha  
 sou de bragança sem lá ser parido  
 sou australiano sem lá ter nascido  
 carrego frações da galiza e do brasil  
 de cristãos novos e alemães  
 minhotos e marranos  
 das cruzadas até áfrica  
 onde nunca estive

e de todos esses locais  
 que terás de buscar num mapa  
 encontrei as tuas ilhas

**nelas serei açoriano até morrer.**

686 SAUDADE DO QUE NUNCA FOI, 2016 LUCIANO

«Ah, não há saudades mais dolorosas

do que as das coisas que nunca foram!»  
Bernardo Soares, (heterónimo Fernando Pessoa),  
in Livro do Desassossego (fragmento 92)

Tenho tanta saudade  
Do que nunca aconteceu

Só o poeta pode fazer acontecer  
Aquilo de que temos saudade  
Por nunca ter acontecido

**641. AOS AÇORES, 2013 CAROLINA**

aos açores só se chega uma vez  
depois são saídas e regressos  
transumâncias  
trânsitos e errâncias

...  
dos açores não se parte nunca  
levamo-los na bagagem  
sem os declararmos na aduana  
acessório de viagem  
como camisa que nunca se despe

...  
nos açores nunca se está  
a alma permanece  
o corpo divaga  
mas a escrita perdurará.

**690. SE OS CARVALHOS FALASSEM ( À CONCHA ROUSIA), 2017 CHRYS**

ah se os carvalhos falassem  
dir-te-iam que já foste livre

ah se os carvalhos falassem  
recordariam teus dias faustosos

mas como ainda não falam  
ninguém sabe da tua história  
ninguém sabe da tua mordaza  
ninguém sabe do genocídio

ah se os carvalhos falassem  
serias livre

**14) CONCEIÇÃO CASTELEIRO, CONVIDADA PRESENCIAL, AICL**



GALIZA 2012 GRACIOSA 2015 MONTALEGRE 2016



FUNDÃO 2015 MOINHOS 2014 LOMBA DA MAIA 2016

**É SÓCIA DA AICL.  
ACOMPANHA OS COLÓQUIOS DESDE 2010**

**15) CONCEIÇÃO COUTO MENDONÇA, ESC. SEC. DAS LARANJEIRAS, P. DELGADA, PRESENCIAL AICL**

**PRESENCIAL NO 17º LAGOA 2012, 21º MOINHOS PORTO FORMOSO 2014, 23º FUNDÃO 2015, 26º LOMBA DA MAIA 2016**



LAGOA 2012 FUNDÃO 2015 LOMBA DA MAIA 2016

**16) CONCHA ROUSIA, GALIZA, AGLP, PATRONO AICL DESDE 2011**

(CONCHA Rodríguez PÉREZ),

Nascida no sul da Galiza (Os Brancos, Galiza)

Psicoterapeuta e escritora.

Vice-secretária da Academia Galega da Língua Portuguesa e cofundadora da mesma em 2008.

Membro fundador da Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia.

Membro da Associação Galega da Língua desde 2004.

Presidente pela parte galega do Instituto Cultural Brasil-Galiza

Membro da Junta Diretiva da Ordem dos Psicólogos da Galiza, e Coordenadora da Comissão Cultural, desde onde, entre outras atividades criou o Prémio Literário 'Rosa de Cem folhas' que vai pela sua quarta edição.

Em março de 2010 fez parte da Comitativa Oficial do 13º colóquio ao Brasil, e em 2011 da Comitativa Oficial do 15º Colóquio a Macau.

Admitida como Patrono da AICL no 16º colóquio em 5/10/2011 por proposta do Professor Malaca Casteleiro.

Ocupa o cargo de Bibliotecária-arquivista da AGLP sendo vice-secretária da Comissão Executiva, do Conselho de Redação e Administração do Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa (AGLP).



GRUTA DE CAMÕES MACAU 2011 LAGOA 2012 - VILA DO PORTO, 2011 LAGOA 2009 montalegre2016

#### PUBLICAÇÕES:

**Se os carvalhos falassem**, 2016, poesia, Através Editora, Santiago de Compostela

**Blasfêmeas, mulheres de palavra. Antologia de poesia contemporânea, 2016.** Editora do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e será apresentada no o VII Colóquio Internacional Sul de Literatura Comparada. O e-book será publicado no site do Curso de Pós-Graduação em Letras da Universidade e ficará disponível para consulta e impressão. Este trabalho é uma homenagem ao trabalho de Hilda Hilst e ali publico vários poemas.

**Mudança de Narrativa Linguística na Galiza**, 2016. Capítulo no livro "A Língua Portuguesa no Mundo: Passado, Presente e Futuro". Edição organizada por Alexandre António da Costa Luís, Carla Sofia Gomes Xavier Luís e Paulo Osório.

**Nântia e a Cabrita d'Ouro**, Romance publicado em 2012. Através editora, Santiago de Compostela, Galiza.

**As Sete Fontes**, Romance publicado em 2005, formato e-book pela editora digital portuguesa ArcosOnline (portal atualmente inativo) Arcos de Valdevez, Portugal.

"Dez x Dez" 2006, Antologia poética, Abrente Editora (Galiza).

"**Cem Vaga-lumes**" Obra composta por 16 haikus premiados e publicados pelo Concelho de Ames, ano 2006.

**Herança**. Conto publicado em 2007 em *Rascunho* (Jornal de literatura do Brasil), Curitiba, Brasil.

**Primeira Antologia do Momento Lítero Cultural**, em formato digital. 2007, Porto Velho, Brasil.

**Nas Águas do Verso**. Antologia. 2008, Porto, Portugal.

Antologia do XXII Festival de Poesia do Condado. 2008, Gráficas Juvia.

**Poeta, Mostra a tua Cara**. Antologia. 2008, Rio Grande do Sul, Brasil.

**Mulheres**. Antologia poética. 2011, Mulheres Feministas do Condado, Galiza.

IV Antologia de poesia lusófona. 2012. Ed. Folheto, Leiria, Portugal.

Volume 7 da Coleção "**Poesia do Brasil**", correspondente ao XV Congresso Brasileiro de Poesia, que se celebra em Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, Brasil.

**Escrever nas Margens**. Antologia poética. 2014, 28 Festival da Poesia do Condado. SCD Condado, Galiza.

**150 Poemas para Rosalia**. Antologia poética. 2015, Galiza.

Tem publicado **poemas, contos, crónicas, e outros textos** em diversas revistas galegas como Agália ou A Folha da Fouce; e em jornais como o Novas da Galiza, Galicia Hoxe, A Nosa Terra, Portal Galego da Língua, Vieiros, e em brasileiras como Momento Lítero Cultural, e na Revista portuguesa InComunidade.

**Agora Já Não é Nada: Narrativa da desfeita**, Lethes 2007. É uma análise do significado da perda das funções que mantinham os espaços comunitários que desapareceram com a desarticulação da cultura tradicional.

**Um dia**, publicado em A Nossa Terra; 2006. Uma análise da violência de género.

**Mudança de Narrativa Linguística**, Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa 2008.

Mudança de Narrativa Linguística I: análise de discursos, Coloquios da Lusofonia, 2010

**Mudança de Narrativa Linguística na Galiza**, 2016. Capítulo no livro "A Língua Portuguesa no Mundo: Passado, Presente e Futuro". Edição organizada por Alexandre António da Costa Luís, Carla Sofia Gomes Xavier Luís e Paulo Osório.

#### PRÉMIOS

Prémio de Narrativa do Concelho de **Marim**, 2004, Galiza.

Prémio de poesia do Concelho **Ames**, 2005, Galiza.

Ganhadora do **Certame Literário Feminista do Condado**, 2006, Galiza. Com o romance "A Língua de Joana C".



É VICE-SECRETÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DA ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA  
É SÓCIA FUNDADORA DA AICL.

FAZ PARTE DO COMITÉ CIENTÍFICO PERMANENTE.

PRESENTE NOS COLÓQUIOS DESDE A LAGOA 2008 (9º), BRAGANÇA (12º) E (11º) LAGOA 2009, BRASIL (13º) E BRAGANÇA 2010 (14º), MACAU (15º) E SANTA MARIA 2011 (16º), LAGOA (17º) E GALIZA 2012 (18º), SEIA 2013 (20º), SEIA 2014 (22º), FUNDÃO 2015 (23º), GRACIOSA 2015 (24º), MONTALEGRE 2016 (25º) LOMBA DA MAIA, AÇORES (2016). TOMA PARTE NA SESSÃO DAS ACADEMIAS, E SESSÃO DA AGLP



LOMBA DA MAIA 2016



MONTALEGRE 2016

### TEMA 2.3. A LÍNGUA VIVA NA GALIZA

As línguas, como qualquer outra manifestação cultural, são entidades vivas em constante avaliação e evolução. Podemos dizer que as línguas nascem durante o período, mais ou menos extenso, que demora a sua criação até alcançarem uma certa consolidação e uniformização dentro de uma determinada povoação, ou comunidade de falantes.

Após esse período, as línguas crescem, evoluem com a própria povoação, e o seu destino podemos dizer que fica vinculado ao das comunidades de utentes dessa língua. Chegado o seu final, as línguas, como o resto de seres vivos, também morrem, mas não morrem como fruto de um processo natural, como acontece com os seres vivos biológicos.

As línguas morrem porque são agredidas, as línguas se extinguem como as espécies, porque outra ou outras usurpam os espaços onde estas se nutrem. Nas lutas das línguas vence a mais feroz, ou a mais hábil em desbancar as suas competidoras num certo espaço linguístico. É claro que as línguas são inocentes, todas, essas atribuições que faço às línguas na realidade são atribuições que devem ser feitas aos utentes dessas línguas.

Quando uma língua vive compartilhando espaços com outra língua tem necessariamente que estar redefinindo-se constantemente. É esse o caso da língua na Galiza, onde a nossa língua está em constante adaptação e mudança da sua narrativa.

Neste trabalho proponho-me fazer uma análise de como está no momento atual a consolidação da nova narrativa linguística que, como eu mesma propus anteriormente, nasceu em 2008 com a criação da Academia Galega da Língua Portuguesa, tomando em consideração o posicionamento teórico da sociedade e os fatos, para tratar de avaliar a concordância, ou discordância, entre a teoria e a prática.

Eu não tinha colocado um título na sinopse deste texto quando a enviei para o Chrys. Daí o Chrys sugeriu o título “Língua viva na Galiza”. Gostei muito desse título e na hora de escrever o que hoje vou ler, as palavras começaram a fluir, e saíram vivas. Então peço licença para que vos deixeis emocionar... Falar de língua na Galiza é falar de resistência, é falar de dor, é falar de injustiça. Falar de língua na Galiza é falar de cousas bem feitas, é falar de um povo que canta e leva a língua no seu cantar, como cantou Rosália de Castro:

*Ai dos que levam  
na fronte uma estrela  
Ai dos que levam  
no bico um cantar...  
\*\*\*\*\**

Ou como cantávamos nós, de miúdos:

*Voa joaninha voa  
Que o teu pai vai em Lisboa  
E vai-te trazer  
Um pão e uma broa*

O passageiro que por acaso ouvir a nossa cantiga concluirá logo que usamos “Lisboa” para rimar com “broa”, e talvez ele se vá embora e não aguarde o tempo suficiente para ouvir outras, como esta:

*Passarinho pinto-ruivo  
Não me comas as cerejas  
Que o meu pai vai em Lisboa  
Não tenho a quem dar as queixas*

Cerejas rima com queixas, Lisboa não é necessária para a rima, mas continua a aparecer como aparecia sempre nos nossos cantares da infância (hoje esquecidos, pois a cultura tradicional foi enterrada viva, e alguns de nós, quase...). É necessário que exista comunidade para que se gere cultura. Sociedade não é sinónimo de comunidade. A sociedade globalizada individualiza tanto que a minha pergunta é... retórica.

Onde guardar o nosso ser real, a nossa essência, o ser que sobreviveu nesse mundo atual que guarda tudo esterilizado, em vazios sacos de plástico?...

Falar de língua na Galiza é falar de ternura, é falar de cousas lindas. Mas falar de língua na Galiza é também falar de cousas feias, de cousas mal feitas, de políticas erradas, de mundos mal entendidos.

Falar de língua na Galiza é falar de tortura: ir para casa com uma frase para repetir 100, 200, 300... vezes: "No hablaré gallego en la escuela". A mão escreve, e pela noite a cabeça em vez de contar carneirinhos conta os ecoares daquela frase que ainda dói hoje. Mas nós ousávamos vestir a nossa vulnerabilidade até fazê-la impermeável às suas violências...

Falar de língua na Galiza é, portanto, falar de orgulho, de amor, mas é também falar de cousas muito malfeitas. Quase 40 anos alfabetizando as crianças, afastando-as da língua da Galiza, ensinaram essa forma de galego como um mal menor, e com isso evitaram que nos fizéssemos fortes com a nossa língua verdadeira. Ensinaram galego de tal forma aberrante que desaprendemos o nosso português.

Falar de língua na Galiza é falar de elites, que não vou chamar de intelectuais, mas sim de elites do poder, erradas, cegas, ou maliciosas... Contudo, nem com todo o armamento usado conseguiram apagar o amor com o que as pessoas vivem a língua. Podem falar errado, escrever errado (num país *patologizado*), mas não conseguem convencer de que a língua de Portugal, ou do Brasil, ou dos irmãos das áfricas, não é a nossa... E a Amália, o Zeca, a Mariza, o António Zambujo, o Caetano, o Manecas Costa, etc., etc., vêm e falam, e nos ajudam a levantar a dignidade pisada.

E depois desta longa introdução, afirmarei que sim, que a mudança de narrativa linguística na Galiza está a acontecer desde 2008, momento marcado pela criação da Academia Galega da Língua Portuguesa, e a consequente caída do discurso dominante, o qual afirmava que a língua da Galiza era uma língua diferente do português.

Temos a lei Paz Andrade (pensada para promover o português e os laços com a Lusofonia). Temos o Conselho da Cultura Galega pedindo para ser observador consultivo e sendo aceite a sua candidatura no passado ano. Temos a cidade de Compostela sendo aceite na UCLA. Temos o BNG afirmando na sua última assembleia nacional que assume o integracionismo como próprio. Temos muitas manifestações que nos confirmam que essa mudança se vai dando.

Mas na verdade, a Junta da Galiza continua sem grandes avanços no cumprimento da lei Paz Andrade.

O Conselho da Cultura é membro observador consultivo da CPLP, mas continua a ignorar, e continua a punir, quem escrever na ortografia internacional da nossa língua. Algo assim como dizer: vamos fomentar o português, mas vamos punir quem o usar na Galiza.

Fiz uma revisão da página CULTURAGALEGA.ORG vinculada ao Conselho da Cultura Galega, vi os seus registos de obras de literatura publicadas na Galiza, desde 2008, ano em que a AGLP apareceu.

No ano 2008 foram registados 12 livros (0 em português)

No ano 2009 foram registados 80 livros (0 em português)

No ano 2010 foram registados 64 livros (0 em português)

No ano 2011 foram registados 102 livros (0 em português)

No ano 2012 foram registados 147 livros (0 em português)

No ano 2013 foram registados 191 livros (0 em português)

No ano 2014 foram registados 227 livros (0 em português)

No ano 2015 foram registados 252 livros (0 em português)

No ano 2016 foram registados 266 livros (0 em português)

No ano 2017 foram registados 300 livros (0 em português)

Aqui nestas listas, não se estão a contar as publicações em português internacional, que são muitos. Reivindico o nosso direito ao território da língua.

**TOMA PARTE NA SESSÃO DAS ACADEMIAS, e SESSÃO DA AGLP**

[Regressar índice](#)

**17) EDUÍNO DE JESUS, POETA, DECANO DOS ESCRITORES AÇORIANOS, PRESIDENTE DA DELEGAÇÃO DE LISBOA DA "ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DO LICEU ANTERO DE QUENTAL" E PRESIDENTE DA A.G. DA CASA DOS AÇORES EM LISBOA. AICL. PRESENCIAL**

**EDUÍNO (Moniz) DE JESUS** nasceu na Ilha de S. Miguel, freguesia de Arrifes, concelho de Ponta Delgada. Nesta cidade viveu desde um ano de idade e aí completou os seus estudos secundários (Cursos Geral dos Liceus e Complementar de Letras) e o Curso do Magistério Primário. Em 1951 ingressou como aluno voluntário na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde frequentou o Curso de Ciências Pedagógicas, e de 1953 em diante (até 1959) o de Filologia Românica, que só veio a completar na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, licenciando-se com dissertação em Linguística e Literatura. Frequentou depois em França, na Academia de Bordéus, um Curso de Comunicação. Aos vinte anos ingressou na carreira docente, que seguiu durante mais de meio século (1948-2000), começando por exercer o ensino primário em Ponta Delgada e nos arredores de Coimbra (Lorvão), depois os Ensinos Técnico e Liceal (privado) em Lisboa e por fim o Ensino Superior, também nesta cidade.



LAGOA 2012 LAGOA 2012 LOMBA DA MAIA 2016

No Ensino Técnico foi professor, primeiro, de Língua e História Pátria e depois, quando o Francês foi introduzido no Ensino Técnico Elementar, passou a lecionar Português e Francês, disciplinas de que também foi professor em colégios privados. Na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Nova de Lisboa lecionou Teoria da Literatura apenas no ano letivo de 1979-80 e na Faculdade de Letras da Universidade (Clássica) de Lisboa, durante mais de vinte anos, até ao ano 2000, História da Literatura Portuguesa e outros Cursos de Língua e Cultura Portuguesa para estudantes estrangeiros. Desempenhou, além da docência, diversos cargos, entre os quais o de subdiretor de uma escola técnica (Nuno Gonçalves) e diretor de outra (Cesário Verde). Além disso, pertenceu em 1977-78 à comissão que fez a reforma dos programas do antigo ciclo preparatório (na parte relativa ao ensino do Português) e foi, no antigo Ministério da Educação e das Universidades, membro do Conselho Orientador da Profissionalização em Exercício (1980-86), que procedeu à reforma dos estágios para professores daquele antigo ciclo de estudos e à preparação dos novos formadores. Tem vasta obra dispersa em jornais e revistas desde 1946 (poesia, conto, teoria e crítica de literatura, teatro e artes plásticas, ensaio, polémica), e alguma publicada em livro (poesia, teatro, ensaio).

**Publicou as seguintes obras:**

**1. POESIA:**

- Caminho para o Desconhecido, Coimbra, col. Arquipélago, 1952;
- O Rei Lua, Coimbra, ed. do Autor, 1955;
- A Cidade Destruída durante o Eclipse, Coimbra, Coimbra Editora, 1957;
- Os Silos do Silêncio, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

**2. TEATRO**

- Cinco Minutos e o Destino. Comédia em 1 Ato. Ponta Delgada, ed. Açória, 1959

**3. ENSAIO**

**3.1 Em Prefácios e posfácios:**

- In Antologia de Poemas de Armando Côrtes-Rodrigues, Coimbra, col. Arquipélago, 1956 (tem 2ª ed.);
- In Virgílio de Oliveira, Rosas que Vão Abrindo, Coimbra, col. Arquipélago, 1956: (Tem outras eds);
- In Maria Madalena Monteiro Féris, Poemas, Coimbra, col. Arquipélago, 1957;
- In António Moreno, Obra Poética, Coimbra, col. Arquipélago, 1960;
- In António Manuel Couto Viana, Pátria Exausta, Lisboa, Editorial Verbo, 1971. (tem outras eds.);
- In Natércia Freire, Os Intrusos, Lisboa, Sociedade de Expansão Cultural, 1971 (tem outras eds.);
- In António Manuel Couto Viana, Teatro Infantil e Juvenil, Lisboa, Nova Arrancada, 1997;
- In António Manuel Couto Viana, 12 Poetas Açorianos. Lisboa, Salamandra, col., 200 etc.,

**3.2 em obras coletivas:**

- Costa Barreto (dir.), Estrada Larga, 3 vols., Porto, Porto Editora, s / d;
- Onésimo Teotónio Almeida (org.), A Questão da Literatura Açoriana, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1983;
- In António M. Machado Pires, José Martins Garcia, Margarida Maia Gouveia e Urbano Bettencourt (coord.), Vitorino Nemésio, Vinte Anos Depois, Lisboa, Ponta Delgada, Ed. Cosmos, 1998.

4. **ANTOLOGIAS POÉTICAS** em que está selecionado:

- Maria Alberta Menéres e E. M. de Mello e Castro, Antologia da Novíssima Poesia Portuguesa, Lisboa, Moraes Ed., 1ª ed. 1959, 2ª ed. 1961;
- António Salvado, A Paixão de Cristo na Poesia Portuguesa, Lisboa, Polis, 1969;
- Orlando Neves e Serafim Ferreira, 800 Anos de Poesia Portuguesa, Lisboa, Círculo de Leitores, 1973;
- Pedro da Silveira, Antologia de Poesia Açoriana do Século XVIII a 1975, Lisboa, Liv. Clássica Ed., 1977;
- Ruy Galvão de Carvalho, Antologia Poética dos Açores, 2 vols., Angra do Heroísmo, col. Gaivota, 1979-80;
- Onésimo Teotónio Almeida, The Sea Within. A selection of Azorean Poems (trad. de George Monteiro), Providence, 1983;
- Maria de Lourdes Hortas, Poetas Portugueses Contemporâneos, Recife (Brasil), 1985;
- Álamo Oliveira, Ana Maria Bruno, Mariana Mesquita e Susana Rocha, Pai, a sua Bênção! (Antologia de Textos de Autores Açorianos), Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1994 (Edição comemorativa do Ano Internacional da Família);
- Eduardo Bettencourt Pinto, Os Nove Rumores do Mar, Seixo Publishers, Canadá, 1996; 2ª ed. (aumentada), Lisboa, Instituto Camões, 1999 e 3ª ed. (corrigida), Lisboa, Instituto Camões, 2000;
- Ivan Strpka e Peter Zsoldos Zakresl'ovanie do mapy. Azory a ich básnici, Bratislava (Eslováquia), Kalligram, 2000;
- Adozinda Providência Torgal e Clotilde Correia Botelho, Lisboa com seus Poetas, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2000.
- valter hugo mãe, O Futuro em Anos-Luz / 100 Anos. 100 Poetas. 100 Poemas, Porto, Edições Quási, 2001.
- Adozinda Providência Torgal e Madalena Torgal Ferreira, Encantada Coimbra, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2003.
- Diniz Borges, *On a Leaf of Blue Bilingual Anthology of Azorean Contemporary Poetry*, Berkeley, Institute of Governmental Studies Press, University of California, 2003.
- António Manuel Machado Pires, 20 Poemas (volume integrado no álbum XX3x20 - 20 Pinturas | 20 Melodias | 20 Poemas), Angra do Heroísmo, Direção Regional da Cultura, 2003.
- Diniz Borges, Nem Sempre a Saudade Chora, Horta, Direção Regional das Comunidades, 2004.
- Lauro Junkes, Osmar Pisani e Urbano Bettencourt, Caminhos do mar. Antologia Poética Açoriano-Catarinense, Blumenau, Santa Catarina (Brasil), 2005.
- Maria Aurora Carvalho Homem e Urbano Bettencourt (sel.) e Diana Pimentel (org.), Pontos Luminosos. Açores e Madeira, Antologia de Poesia do Século XX. Porto, Campo das Letras, 2006.
- John M. Kinsella, Voices from Islands. An Anthology of Azorean Poetry, Providence, R. I., Gávea-Brown, 2007;
- Leons Bredis e Urbano Bettencourt, Azoru Salu. Dzejas Antologija, Riga (Letónia), Minerva, 2009.
- Amadeu Baptista, Divina Música. Antologia de Poesia sobre Música. Viseu, Tip. Guerra, 2009

5. **VÁRIA**

Produziu e dirigiu para a RTP um "magazine" literário quinzenal durante cinco anos: Convergência (1969-1972), depois reformulado e chamado Livros & Autores (1972-1974).

Foi editor e pertenceu ao conselho de direção da revista de artes e letras Contravento. (Lisboa, ed. Contravento, 1968-1971) e dirigiu a Revista de Cultura Açoriana (Lisboa, ed. Casa dos Açores de Lisboa, 1989-1991).

Tem colaboração na enciclopédia de literatura Biblos (da Editorial Verbo) e no Dicionário Cronológico de Autores Portugueses do Instituto Português do Livro e da Leitura (Publicações Europa-América).

Também se dedicou ao teatro (teoria, história e crítica) e às artes plásticas (teoria e crítica). Assim:

- Fez crítica de teatro durante vários anos na revista Rumor (Lisboa, 1960-67) e organizou a secção de teatro da Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura 'Verbo', de cujo conselho de Diretores fez parte, tendo inventariado as entradas respeitantes àquela secção e redigido a quase totalidade dos respetivos verbetes (mais de 1 milhar).

Além disso, fez parte, durante vários anos, dos júris dos Prémios Nacionais de Teatro e pertenceu a um efémero conselho de leitura dos Teatros Nacionais de D. Maria II, de Lisboa, e de S. João, do Porto, com a escritora Agustina Bessa-Luís e a atriz Glória de Matos.

- Sobre artes plásticas, escreveu principalmente na revista Panorama (de Lisboa) e prefaciou álbuns de pintura e catálogos de exposições, entre os quais o da representação Portuguesa na VI Bienal de Paris (1969). Além disso fez parte de vários júris de Salões de Arte e representou Portugal no Júri Internacional da X Bienal de S. Paulo, Brasil (1969).

Tem feito conferências e participado em Congressos e Colóquios literários em diversas universidades e outras instituições em Portugal (incl. Açores), nos EUA, no Canadá e no Brasil.

Viaje aqui pelos **CADERNO AÇORIANO Nº 12**.

**VÍDEO HOMENAGEM** x 3 em

**SÓCIO DA AICL**.

**TOMOU PARTE NO 17º COLÓQUIO EM 2012 NA LAGOA E EM 2016 NO 26º NA LOMBA DA MAIA**

[Regressar índice](#)



18) ELSA SOFIA GOMES DE MIRANDA, CM BELMONTE



Elsa Sofia Gomes Miranda nasceu em Lisboa em 1978.

Cresceu no Colmeal da Torre e fez o ensino secundário em Belmonte, de onde saiu em 1996 para a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Licenciou-se em 2000, em Línguas e Literaturas Modernas, variante de Estudos Portugueses e completou o estágio do ramo educacional em 2001 na Escola E.B 2, 3 de Cristina Torres, Figueira da Foz.

Depois, em 2002, começou a colaborar com a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra nos cursos de férias e anuais de língua portuguesa para estrangeiros, onde esteve até 2006. Durante esse período foi responsável pelas disciplinas de Laboratório de Língua, Conversação e Língua Portuguesa I.

Entre 2006 e 2008 esteve a dar aulas nos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico, em Tavira, em Beja e no Tortosendo.

Em setembro de 2008, assumiu funções como Leitora de Português na Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, ao abrigo de um protocolo de cooperação entre aquela Assembleia e a Assembleia da República de Portugal.

Depois de dois anos a ensinar Deputados e Funcionários daquele país lusófono, seguiu para o Parlamento Nacional de Timor-Leste, para desempenhar as mesmas funções. Por lá esteve de 2010 até 2014, data em que regressou a Portugal.

Defendeu, em 2016, a tese de mestrado em Ensino do português, língua não materna, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, com o título *Estratégias de complementação de verbos que seleccionam complemento oblíquo nas interlínguas de aprendentes timorenses de PLS: usos das preposições argumentais*.

Está, desde novembro de 2014, a trabalhar na Divisão de Redação e Apoio Audiovisual da Assembleia da República onde é assessora parlamentar.

**TEMA: 2.1. GUINÉ-BISSAU E TIMOR-LESTE: POLÍTICA E USO DA LÍNGUA PORTUGUESA**

Depois de seis anos a desempenhar funções de leitora de Língua Portuguesa na Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau e no Parlamento Nacional de Timor-Leste, é possível esboçar um pequeno quadro acerca das políticas, ou da falta delas, de língua e do uso efetivo da língua portuguesa nestes dois países lusófonos (?).

Guiné-Bissau: aspetos da política atual e consequências para a implantação/consolidação do português como língua nacional.

**O PROBLEMA DA FALTA DE QUADROS FALANTES DE PORTUGUÊS.**

Olhemos primeiro para a Guiné-Bissau que continua a viver dias de instabilidade política, com uma constante mudança de governos em virtude de sucessivos golpes de Estado. O crioulo é a língua que todos usam, nos mais variados contextos, apesar de o Português ser a única língua oficial.

A falta de quadros falantes de português nos mais variados setores, nomeadamente na educação e na administração pública, constitui um dos principais obstáculos à implantação da língua portuguesa no país.

As sessões plenárias, por exemplo, são feitas em crioulo, sendo que as leis estão escritas em português.

Timor-Leste: breve contextualização histórica do português em Timor-Leste. Língua oficial = língua em uso? Que português se fala em Timor-Leste? Timor-Leste, o mais recente País de língua portuguesa, apresenta um quadro ainda mais complexo que obriga a uma reflexão mais aturada e que coloca variadíssimas questões de ainda mais variadas ordens.

O português é língua oficial a par do tétum e é falado por apenas 5% da população que tem vindo a aumentar muito desde que a independência foi restabelecida em 2002.

Tenta, a duras penas, impor-se, mas tem de lutar contra o gigante bahasa indonésio e o inglês.

A escola portuguesa e os projetos de formação de professores têm conseguido formar alguns falantes de português, mas a verdade é que a ausência de uma verdadeira política de língua não permite que o português seja sentido como língua dos timorenses.

## O PORTUGUÊS AINDA É VISTO COMO “LÍNGUA DO OUTRO”.

Não há muitos estudos de fundo que descrevam o português que se usa nestes dois países, mas há descrições linguísticas parcelares que permitem identificar algumas características distintivas em relação à norma europeia de referência.

As áreas que mais os afastam são a das preposições e da concordância verbo-nominal.

**PARTICIPA PELA PRIMEIRA VEZ, REPRESENTA INSTITUCIONALMENTE A CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE**



### Guiné-Bissau e Timor-Leste: política e uso da língua portuguesa

Elsa Miranda

#### Assembleia da República: Protocolos e programas de cooperação interparlamentar

1.º 1997  
2.º 2008



Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau

#### Assembleia da República: Protocolos e programas de cooperação interparlamentar

1.º 2000  
2.º 2008  
3.º 2013



Parlamento Nacional de Timor-Leste

#### Objetivos dos protocolos/programas de cooperação interparlamentar

- ▶ Apoio técnico especializado (na ANP-GB e no PN-TL e na AR);
- ▶ Envio de livros e de material informático;
- ▶ Apoio linguístico (ensino da língua/ revisão de textos legislativos e administrativos).

### Guiné-Bissau

- ▶ População plurilingue (línguas nacionais: cada etnia tem a sua língua; língua de união: crioulo; língua oficial: português; outras línguas: maioritariamente francês;
- ▶ Português não é língua materna; só é usado em situações formais/oficiais; falta de quadros com domínio da língua portuguesa (professores essencialmente); não há/há poucos livros, jornais ou revistas em português; há poucos programas de rádio/tv em português.

### Timor-Leste

- ▶ População plurilingue (línguas nacionais, normalmente língua materna; línguas oficiais: português e tétum; línguas de trabalho: bahasa-indonésio e inglês);
- ▶ Português não é língua materna; é usado apenas em situações formais, mas já é ensinado nas escolas (escola portuguesa e escolas de referência);

## A língua portuguesa na Guiné-Bissau e em Timor-Leste: desafios

- Assumir politicamente a necessidade de consolidar/implementar a língua portuguesa (política de língua/ formação de quadros/ ensino do português como língua não materna/ exposição à língua via comunicação social/livros, etc.)



- Sentir o português como língua “sua” e não língua do “outro” (com as diferenças que existem em relação à norma europeia)

### TEMA: 2.1. GUINÉ-BISSAU E TIMOR-LESTE: POLÍTICA E USO DA LÍNGUA PORTUGUESA, ELSA MIRANDA, AR E CMB

#### I INTRODUÇÃO

A Guiné-Bissau e Timor-Leste são antigas colónias portuguesas que, aquando da respetiva independência, decidiram adotar a língua portuguesa como língua oficial.

Efetivamente, a opção política pelo português sempre se revestiu de grandes discussões, uma vez que em nenhum dos países esta língua é língua materna, assumindo, portanto, o estatuto (complexo) de língua segunda. No entanto, considerou-se que esta língua fazia parte da identidade do guineense, por oposição aos vizinhos francófonos, e do timorense, por oposição ao gigante bahasa-indonésio que durante décadas se impôs na parte mais oriental da ilha de Timor.

A Assembleia da República, percebendo as dificuldades vividas pelos deputados guineenses e timorenses no que à língua portuguesa diz respeito, decidiu estabelecer programas de cooperação com os respetivos parlamentos com o objetivo de colmatar algumas dessas dificuldades. As ações de cooperação do parlamento português com os parlamentos de língua portuguesa são várias, sendo que na Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau e no Parlamento Nacional de Timor-Leste foi colocado um professor de Língua Portuguesa para ajudar a melhorar as *performances* linguísticas de deputados e funcionários.

Foi nesse âmbito que desempenhei funções de leitora de Língua Portuguesa durante seis anos, o que me permite hoje esboçar um pequeno quadro acerca da realidade linguística que vivem estes dois parlamentos, em particular, e os dois países, em geral. Antes disso, porém, farei uma breve descrição dos protocolos de cooperação existentes entre a Assembleia da República e os parlamentos de língua portuguesa.

#### II PROTOCOLOS DE COOPERAÇÃO ENTRE ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR DA GUINÉ-BISSAU / PARLAMENTO NACIONAL DE TIMOR-LESTE E CAMÕES IP

Consciente do papel que o parlamento português podia ter na construção das bases de Estados de direito democrático de língua portuguesa, foram celebrados protocolos de cooperação parlamentar entre o Presidente da Assembleia da República e o seu homólogo em cada um dos parlamentos de língua portuguesa.

O primeiro protocolo a entrar em vigor foi assinado com a Assembleia Nacional de Cabo Verde, em 1995, tendo sido renovado em 2008. Seguiram-se a Assembleia Nacional de S. Tomé e Príncipe, em 1995 e renovado em 2004, a Assembleia da República de Moçambique, em 1996 e renovado em 2007, a Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, em 1997, renovado em 2008, suspenso em 2013 e renovado recentemente, a Assembleia Nacional de Angola, em 1998 e renovado em 2003 e o Parlamento Nacional de Timor-Leste, em 2000 e renovado em 2008 e 2013.

Estes protocolos permitem aos Secretários-Gerais dos respetivos parlamentos o estabelecimento de Programas de Cooperação Parlamentar específicos que são sempre antecidos de missões de diagnóstico de forma a adequar as ações de cooperação às realidades e necessidades de cada um dos parlamentos beneficiários. As ações de cooperação podem consistir no envio de livros e de material informático, na realização de estágios de técnicos dos vários parlamentos na Assembleia da República, na realização de ações de formação dadas por técnicos da Assembleia da República, tanto em Lisboa, como nos outros parlamentos, etc.

Foi com esta preocupação e após vários pedidos de apoio linguístico por parte da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau e do Parlamento Nacional de Timor-Leste que foi estabelecido um protocolo de cooperação entre os três parlamentos e o Camões IP para o recrutamento de um leitor para estar em permanência ao dispor dos deputados e funcionários daquelas instituições.

O Camões IP abriu no início de 2008 um concurso para o recrutamento de um leitor para a Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau e de outro para o Parlamento Nacional de Timor-Leste. Como todos os processos de recrutamento, foram feitas provas escritas e entrevistas.

Eu fui uma das leitoras selecionadas e fui para a Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau. Antes de ir, recebi formação específica para as funções que desempenharia. No Camões IP foi-me dada a possibilidade de contactar com leitores colocados noutras partes do mundo, assim como foi possível conhecer todos os procedimentos relativos à atividade de leitor.

Na Assembleia da República fiquei a conhecer todos os serviços que funcionam no Parlamento, desde a sua gestão até ao processo legislativo.

### III ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR DA GUINÉ-BISSAU

Cheguei à Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau em setembro de 2008 e por lá estive até julho de 2010.

Recordo sempre com emoção a minha chegada a Bissau, pela novidade que tudo constituía e pelo receio que tinha de não ser capaz de desempenhar as funções para as quais havia sido enviada. Fui inaugurar aquele leitorado e isso causava alguma ansiedade.

Na altura, a situação política era marcada por uma enorme complexidade, complexidade essa que se mantém até aos dias de hoje com uma constante mudança de governos em virtude de sucessivos golpes de Estado.

A Assembleia Nacional Popular funciona de forma algo diferente da Assembleia da República, nomeadamente no que diz respeito às sessões planárias. Na Assembleia da República as sessões plenárias são feitas todas as semanas em dias específicos, nomeadamente às quartas e quintas-feiras, às 15 horas, e às sextas-feiras, às 10 horas. Na Assembleia Nacional Popular, porém, essas sessões são concentradas em quatro meses do ano (fevereiro, maio, junho e novembro). É nestes meses que os deputados guineenses se encontram em Bissau, uma vez que assim que terminam as sessões, rumam às suas tabancas.

Contrariamente ao que acontece no parlamento português, nos dois anos em que estive em Bissau, não se registou qualquer atividade das várias comissões especializadas permanentes que estão previstas no Regimento daquele parlamento. Também a produção legislativa foi muito reduzida, tendo sido escassas as discussões de iniciativas legislativas. Grande parte dos plenários eram ocupados com o período de antes da ordem do dia, onde os deputados apresentavam os problemas dos respetivos locais de origem e pediam ao Presidente da Assembleia Nacional Popular que intervisse junto do Governo para os solucionar.

De facto, a Assembleia Nacional Popular viveu dias muito difíceis entre 2008 e 2010. Os funcionários públicos tinham 13 meses de salários em atraso. A rede elétrica não funcionava e não havia orçamento para pagar o combustível que alimentava o gerador que garantia eletricidade. Conseguir trabalhar naquele parlamento era quase um milagre, mas a verdade é que se trabalhou, e bem, durante os dois anos em que por lá estive.

O crioulo é a língua que todos os guineenses usam, nos mais variados contextos, apesar de o português ser a única língua oficial, sendo que a língua materna dos guineenses é normalmente a língua da etnia a que pertencem (balanta, pepel, manjaco, fula, etc.) ou o crioulo (sobretudo nas cidades). Ainda que seja a língua de união, o crioulo não possui estatuto de língua oficial, sobretudo porque é uma língua oral, não possuindo uma norma escrita que possa ser seguida.

A língua de ensino deveria ser o português, mas as matérias, mesmo a Língua Portuguesa, são ensinadas em crioulo, o que dificulta bastante o acesso ao português oral.

Não havia, e ainda há muito pouca, exposição dos guineenses à língua portuguesa nomeadamente por não haver na comunicação social a difusão de programas em português. Os livros eram, e creio que ainda são, escassos, daí que, mesmo para os professores, fosse muito difícil trabalhar.

Relativamente ao trabalho parlamentar, é importante perceber que as sessões plenárias da Assembleia Nacional Popular são feitas em crioulo, sendo que as leis estão escritas em português. Poderá perguntar-se como é que se discutem em crioulo iniciativas escritas em português, mas o que acontecia, na verdade, era que um grupo de deputados com domínio da língua portuguesa juntava os colegas e explicava, em crioulo, o teor da iniciativa que depois seria votada em plenário.

Durante dois anos tive oportunidade de ensinar funcionários e deputados daquele Parlamento, bem como de prestar todo o tipo de apoio linguístico na produção de documentos de natureza administrativa, na revisão das atas das sessões plenárias ou de projetos de lei/resolução apresentados. Tive formandos com os mais variados níveis de proficiência em português, sendo que também ensinei deputados a ler e a escrever.

O meu principal desafio na Assembleia Nacional Popular foi responder a todas as solicitações que me foram sendo apresentadas tanto pelos deputados, como pelos funcionários. Se, por um lado, os deputados estavam mais interessados em melhorar o seu discurso oral, para poderem falar português com muito mais à-vontade não só em Bissau, mas sobretudo nas reuniões internacionais a que, de vez em quando, assistiam; por outro, as necessidades dos funcionários eram mais no sentido de melhorar as suas produções escritas. Os textos de natureza administrativa e legislativa com os quais lidavam no seu quotidiano mereceram uma atenção muito especial.

Para que todos tivessem possibilidade de falar sobre o seu trabalho em português, fui elaborando materiais adequados à realidade da Assembleia Nacional Popular. Desta forma, os funcionários e os deputados guineenses poderiam usar a sua própria vivência laboral para aprender a língua oficial do seu país.

Foram efetivamente dois anos muito enriquecedores e de muito trabalho, mas as sucessivas crises políticas, que culminaram com o assassinato do Presidente da República, Nino Vieira, levaram-me a aceitar o convite entretanto feito pela Assembleia da República para assumir o leitorado existente no Parlamento Nacional de Timor-Leste.

### IV PARLAMENTO NACIONAL DE TIMOR-LESTE

Em setembro de 2010, rumei até ao Parlamento Nacional de Timor-Leste, precisamente com a mesma missão. Por lá estive até agosto de 2014.

As dificuldades encontradas ali foram de outro tipo, uma vez que o país tem atualmente uma situação político-social muito mais estável do que a Guiné-Bissau, além de dispor de um fundo petrolífero milionário que lhe garante a estabilidade financeira necessária para crescer e desenvolver.



Em Timor-Leste, a língua portuguesa é uma das línguas oficiais, a par do tétum, desde maio de 2002<sup>105</sup>. Sendo sobejamente conhecida a história deste jovem país<sup>106</sup> e do papel da língua portuguesa na construção da identidade timorense, é importante olhar para aquela latitude agora para, em jeito de balanço e com os dados possíveis, fazer, em linhas gerais, o retrato do falante timorense de português. Apesar do estatuto de língua oficial, sendo este estatuto que permite, à partida, classificar o português como Língua Segunda (LS), o português em Timor-Leste continua a ser falado por uma percentagem muito baixa da população. Em 2005, os dados oficiais apontavam para que os falantes desta língua fossem apenas 5% da população (Albuquerque, 2011:48). Hoje em dia, apesar de claramente ter havido um aumento do número de falantes, a verdade é que ainda não se ouve falar português nas ruas.

Mais uma vez, a língua portuguesa é falada de forma muito residual, com estrangeiros, maioritariamente, e luta para se impor num contexto plurilingue, em que o tétum impera, como segunda língua oficial, a par do bahasa-indonésio, do inglês e das cerca de 20 línguas nacionais vivas naquele território do sudeste asiático.

O timorense tem, normalmente, como língua materna uma dessas línguas nacionais (Mambai, Makasae, Baikenu, Kémak, etc.). O tétum será apreendido como segunda língua à medida que se cresce, tornando-se a língua usada na comunicação. O português entra na vida dos timorenses apenas na escola e com todas as dificuldades que um país sem falantes nativos dessa língua enfrenta.

Para ajudar a complicar este quadro, não podemos esquecer que a maioria da população adulta foi educada em bahasa-indonésio e que, logo após a independência, o inglês entrou em Timor-Leste como língua de trabalho, em virtude da grande comunidade estrangeira que veio integrar as várias missões das Nações Unidas, desde 2000 até 2012.

A escola portuguesa e os projetos de formação de professores têm conseguido formar alguns falantes de português, mas a verdade é que a ausência de uma verdadeira política estratégica de língua não permite que o português seja sentido como língua dos timorenses, sendo ainda visto como “língua do outro”.

O principal desafio no Parlamento Nacional de Timor-Leste foi conseguir garantir que funcionários e deputados se mantivessem nas aulas e que comesçassem a ver o português como sua língua e não como língua do outro, usando-a de forma mais regular e espontânea.

Não tive, contrariamente ao que aconteceu na Guiné-Bissau, casos de analfabetismo, mas os níveis de proficiência em português eram também variados, sendo muito poucos os funcionários e deputados detentores de nível B. Foi, portanto, com um público de nível A1 e A2 que trabalhei durante os quatro anos em que desempenhei funções em Díli.

Usei a mesma estratégia e optei pela construção dos materiais a usar nas aulas. Foi uma estratégia bastante bem-sucedida, sobretudo porque os funcionários e deputados timorenses viajam muito mais do que os guineenses e puderam participar, de forma muito mais confortável, nas reuniões e nas ações de formação que frequentam.

## V OBSERVAÇÕES FINAIS

A Guiné-Bissau e Timor-Leste, apesar de terem adotado a língua portuguesa como língua oficial, têm ainda hoje uma percentagem muito reduzida de falantes, sendo que em nenhum dos dois países o português é língua materna.

A opção política pelo português não foi acompanhada por medidas estratégicas que permitissem a sua implementação e consolidação e, efetivamente, a falta de quadros falantes de português nos mais variados setores, nomeadamente na educação e na administração pública, constitui um dos principais obstáculos à implantação da língua portuguesa nestes dois países.

Têm sido desenvolvidos projetos de cooperação com Portugal, tanto ao nível do Ministério dos Negócios Estrangeiros, através do Camões IP (já resultado da fusão entre o Instituto Camões e o IPAD, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento), mas os resultados têm ficado muito aquém das expectativas e, na prática, continuam a ser os mais velhos (que foram alfabetizados em português) a usar de forma mais corrente o português, sendo que apenas o fazem em contextos muito particulares e em presença de estrangeiros, falantes de português.

Na Guiné-Bissau mantém-se a instabilidade política que não permite que sejam implementadas políticas educativas que levam ao equilíbrio do sistema educativo que, por si, já é garante de algum trabalho feito no âmbito da formação dos jovens guineenses. A falta de pagamento de salários aos professores também não ajuda.

A falta de uma norma para o crioulo é igualmente um problema, na medida em que não havendo uma gramática esta língua não poderá assumir o estatuto de língua oficial, mantendo-se a situação de ser a única língua que é usada na comunicação oral, mas não podendo ser usada na comunicação escrita oficial. Os vizinhos francófonos surgem como “ameaças”, na medida em que o número de falantes de francês na Guiné-Bissau é muito superior ao número de falantes de português.

A comunicação social começa agora a apostar na programação em português, mas os resultados desta medida tardarão a aparecer.

No caso timorense, os projetos de cooperação são muito mais e abrangem muito mais áreas. A educação/formação é a área que mais projetos tem, não só ao nível do Camões IP, mas também ao nível universitário. Apostar-se muito na formação de professores e de formadores e poucos são os casos em que os professores portugueses vão trabalhar para escolas timorenses, exceção feita, claro está, aos casos de professores que estão a desempenhar funções na Escola Portuguesa de Díli ou nas escolas de referência, em que é o currículo português que está a ser ensinado. Em meu entender, as escolas portuguesas têm um papel fundamental para a formação de jovens falantes portugueses, sendo que é imperioso que o primeiro trabalho seja o do ensino do português como língua segunda e o da elaboração de materiais adequados às realidades dos formandos. Uma das questões que se levantou logo em 2002, quando foram enviados professores portugueses para Timor, foi precisamente a do ensino do português como língua materna e o uso de materiais não adequados à realidade timorense. Falar de neve e de ovelhas num país de clima tropical, quando o objetivo é identificar o jovem com a língua é algo completamente contraproducente.

<sup>105</sup> As línguas oficiais, a par das línguas de trabalho de Timor-Leste, estão definidas no artigo 13.º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste.

<sup>106</sup> Albuquerque (2011) faz referência à história de Timor-Leste, salientando os momentos mais significativos da presença portuguesa e indonésia no que à questão das línguas diz respeito. Destaca-se o pouco investimento na divulgação e consolidação da língua portuguesa, por oposição à implantação forçada do bahasa-indonésio. Vejam-se também Busquetes (2007), Batoré-Casadinho (2009), Batoré (2009).

Hoje em dia, essa questão já não se põe, até porque há vários projetos de cooperação cujo objetivo é a construção de manuais escolares para os mais variados níveis de ensino. A comunicação social tem efetivamente um papel fundamental para aumentar os níveis de exposição à língua. A programação em português, desde as notícias aos desenhos animados, tem de ser frequente e em canal aberto, para que todos possam ver e ouvir mais português. A rádio deve apostar também numa programação com música e noticiários em português.

O desafio para ambos os países é gigante. Não sei para qual dos dois o desafio será maior. Mas o futuro do português na Guiné-Bissau e em Timor-Leste depende em primeiro lugar da vontade política de transformar esta língua na língua do país. Só quando os guineenses e os timorenses sentirem o português como uma das suas línguas, que é necessariamente diferente do português europeu, como é diferente o português do Brasil, de Angola ou de Moçambique, é que se criará o espaço necessário para a sua consolidação.

[Regressar índice](#)

#### 19) FÁTIMA MADRUGA, MÉDICA, HOSPITAL DE OVAR, PRESENCIAL



MOINHOS 2014 2011 MONTELEGRE 2016 Vila do Porto 2011 LOMBA DA MAIA 2016

TOMOU PARTE NO 16º EM VILA DO PORTO, SANTA MARIA (AÇORES) 2011, NO 21º COLÓQUIO NOS MOINHOS DE PORTO FORMOSO, (AÇORES) em 2014, 23º NO FUNDÃO 2015, 24º NA GRACIOSA (AÇORES) 2015, 25º MONTELEGRE 2016 E 26º NA LOMBA DA MAIA (AÇORES)

#### 20) FÁTIMA SALCEDO, FOTÓGRAFA, REVISTA INCOMUNIDADE. CONVIDADA PRESENCIAL DA AICL



SEIA 2014

PARTICIPOU PELA 1ª VEZ EM SEIA 2014 NO 22º COLÓQUIO. MULTIPREMIADA FAZ FOTOGRAFIA COMO POUCOS.

OBSERVAR FOTOS PREMIADAS EM <https://500px.com/p/fatimasalcedo?view=photos>  
<http://fatimasalcedo.fineart-portugal.com/> E LEICA'S Best Work of Photography of the year / NA GALERIA DE MELHORES FOTÓGRAFOS 2016 DA LEICA

[Regressar índice](#)



**21) FERNANDO CARVALHO, ASSESSOR DE DOM CARLOS F. XIMENES BELO, CONVIDADO PRESENCIAL**



TOMOU PARTE NO 25º COLÓQUIO EM MONTALEGRE 2016

**22) FILOMENA ALMEIDA, PRESENCIAL CONVIDADA AICL**

PARTICIPA PELA PRIMEIRA VEZ

**23) FRANCISCO F MADRUGA, DIRETOR E EDITOR DA CALENDÁRIO DE LETRAS, V N DE GAIA E AICL, PRESENCIAL**

FRANCISCO FERNANDES MADRUGA, Nascido em Mogadouro, Distrito de Bragança a 6 de maio de 1957, vive em Vila Nova de Gaia desde os 4 anos, foi sócio fundador das Editoras Campo das Letras, Campo da Comunicação, do Jornal *Le Monde Diplomatique* edição portuguesa e da Empresa de Comércio Livreiro, distribuidora da Editorial Caminho. Foi membro da Comissão Organizadora do III Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro. Trabalhou no Jornal *norte Popular* e foi colaborador permanente do Jornal *A Voz do Nordeste*.



Graciosa 2015 SEIA 2013 Montalegre 2016



FUNDÃO 2015 Macau 2011 Floripa 2010 PDL 2013 LOMBA DA MAIA 2016

Teve colaboração regular nos Jornais Nordeste, Mensageiro de Bragança e Informativo.  
Editou em colaboração com a Revista BITÓRÓ a Antologia Novos Tempos Velhas Culturas.  
Foi fundador do Fórum Terras de Mogadouro e responsável pela respetiva Revista.  
Foi membro da Direção da APEL - Associação Portuguesa de Editores e Livreiros durante 2 mandatos.  
Foi Fundador da Calendário de Letras, projeto Cultural onde desenvolve a sua atividade profissional.

Convidado no Colóquio de 2009, foi selecionado em 2010 para ir ao Brasil, e em 2011 a Macau. A partir daí foi nomeado Editor Residente dos Colóquios na tarefa de divulgar e buscar parcerias editoriais, e apresentar uma pequena mostra com exemplares de autores contemporâneos portugueses e açorianos ligados aos Colóquios (Anabela Mimoso, Cristóvão de Aguiar, Chrys Chrystello, Vasco Pereira da Costa, Rosário Girão, Helena Chrystello, Lucília Roxo, etc.). É o editor da Antologia (monolíngue) de Autores Açorianos Contemporâneos de Helena Chrystello e Rosário Girão, da sua versão bilingue (Português-Inglês) e da Coletânea de textos dramáticos açorianos e da Antologia 9 Ilhas, 9 escritoras. Editou os dois últimos volumes de J. Chrys Chrystello "CRÓNICA DO QUOTIDIANO INÚTIL" (obras completas, volumes 1 a 5) - 40 anos de vida literária (2012) e ChrónicaAçores: uma circum-navegação - vol. 2 (2011)

**É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.**

**PRESIDE AO CONSELHO FISCAL.**

**TOMOU PARTE NO 11º LAGOA 2009, 12º BRAGANÇA 2009, 13º BRASIL 2010, 14º BRAGANÇA 2010, 15º MACAU 2011, 16º SANTA MARIA 2011, 17º LAGOA (AÇORES) 2012, 18º GALIZA 2012, 19º MAIA (AÇORES), 20º SEIA 2013, 21º MOINHOS (AÇORES) 2014, 22º SEIA 2014, 23º FUNDÃO 2014, 24º GRACIOSA 2015, 25º MONTALEGRE 2016, 26º LOMBA DA MAIA (AÇORES) 2016**

#### **24) HELENA ANACLETO-MATIAS, ISCAP, INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO. AICL. PRESENCIAL**

**(MARIA) HELENA ANACLETO-MATIAS** é licenciada (1988), mestre (1997) e doutora (2015) pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e tem duas pós-graduações em Estudos Americanos (Smith College, EUA) e Interpretação de Conferências (Universidade de Genebra).

Foi bolseira do DAAD, do Instituto Goethe, da Comissão Fulbright, do Parlamento Europeu e dos Programas de Formação de Docentes do Ensino Superior do PRODEP, do PROTEC e do PRODOC.

Fez uma mobilidade na Universidade de Torun, na Polónia, e lecionou português como Língua Estrangeira no Porto, em Matosinhos e em Bruxelas.

Publicou "Emma Lazarus, Vida e Obra" em 2008 pela Editora Cão Menor, baseada na sua tese de mestrado e uma tradução de um manual de inglês para português que está online num projeto de âmbito europeu.

Tem participado em conferências nacionais e internacionais e publicado nas áreas da tradução, linguística e estudos literários e culturais ao longo da sua carreira de leitora de inglês, assistente e professora adjunta no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, costumando participar assiduamente nos Encontros da Lusofonia desde 2003.

Terminou o seu doutoramento em 2015.



MAIA 2013 VILA DO PORTO 2011 MAIA 2013 LAGOA 2012

**É SÓCIA FUNDADORA DA AICL.**

**SECRETÁRIA DO CONSELHO FISCAL.**

**PARTICIPOU ININTERRUPTAMENTE DESDE O 1º COLÓQUIO AO 21º COLÓQUIO NOS MOINHOS DE PORTO FORMOSO 2014. REGRESSOU EM 2016 NO 25º EM MONTALEGRE E NO 26º NA LOMBA DA MAIA 2016.**



**25) HELENA CHRYSTELLO, EB 2,3 MAIA & VICE-PRESIDENTE DA AICL - ORGANIZAÇÃO**



Sta. Maria 2011 2013 (Gouveia na cadeira de Vergílio ferreira) Montalegre 2016 SEIA 2014 MAIA 2013

**Mª HELENA DINIZ FERREIRA DA COSTA SIMÕES CHRYSTELLO,**

Helena Chrystello tem uma licenciatura em Ensino, variante de Português – Francês e Mestrado em Relações Interculturais, subordinado ao tema ***Da Língua à Interculturalidade***: um estudo de caso, pela Universidade Aberta. Tem o curso superior de secretariado do Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA), Lisboa; Certificat Pratique de la Langue Française, Université de Toulouse - Le Mirail e Certificado de Aptidão Profissional - Bolsa Nacional de Formadores, Instituto do Emprego e Formação Profissional. Lecionou, desde 1976 - 1977 e durante vários anos no ensino básico, secundário e profissional (coordenadora de cursos e da PAP - Prova de Aptidão Profissional).



MAIA 2013 MOINHOS PORTO FORMOSO 2014 GRACIOSA 2015 LOMBA 2016

Foi professora assistente na Escola Superior de Educação de Bragança, na área científica de Língua Francesa (2002 - 2005) e supervisora de estágios. Foi tradutora da PNN-LUSA, Sydney, proporcionando serviços de apoio de tradução, interpretação e comunicação social, (linguístico, literário e técnico) em congressos (1995-2005).

Foi tradutora de Francês Técnico de programas para cursos técnico-profissionais da CICOPN (1986 - 1988). Participou e foi oradora em vários congressos nacionais e internacionais (Espanha, Canadá, Brasil e Macau), com trabalhos publicados em Atas e revistas científicas da especialidade.

É Membro da ACT - CATS 'Association Canadienne de Traductologie' e da SLP (Sociedade de Língua Portuguesa).

Membro nomeado do júri do Prémio Literário da Lusofonia (anual) 2007 a 2009 e 1º Prémio Literário AICL Açorianidade 2013 – Judite Jorge.

Coautora com a Professora Doutora Mª Rosário Girão dos Santos (Universidade do Minho) da Antologia de (17) Autores Açorianos Contemporâneos incluída no Plano Regional de Leitura e cuja edição bilingue (PT-EN) de 15 autores, foi lançada no 16º Colóquio.

Lançou no 19º Colóquio (2013) a edição monolingue da Antologia em dois volumes.

No 21º Colóquio lançou a Coletânea de Autores Dramáticos Açorianos e a Antologia no feminino "9 Ilhas, 9 escritoras".

Na EB 2,3 da Maia é Coordenadora do Departamento de Línguas e exerce funções de Avaliadora do Desempenho Docente.

**É SÓCIA FUNDADORA DA AICL.**

**FAZ PARTE DO COMITÉ CIENTÍFICO PERMANENTE.**

**É VICE-PRESIDENTE DA DIREÇÃO.**

**LIDERA O SECRETARIADO EXECUTIVO DO COLÓQUIO. TOMOU PARTE EM TODOS OS 25 COLÓQUIOS.**

[Regressar índice](#)

**26) HENRIQUE CONSTÂNCIA, ORQUESTRA METROPOLITANA DE LISBOA**

**HENRIQUE ANDRADE CONSTÂNCIA –**

Nasceu em Ponta Delgada, a 28 de julho de 1997.

Iniciou os seus estudos musicais no Conservatório Regional de Ponta Delgada, em Violino e Percussão.

Aos 10 anos iniciou o estudo do Violoncelo e frequentou o 7º grau do curso de violoncelo, em regime articulado, na classe da professora Teresa Carvalho.

Foi selecionado para participar no X e XI estágios da OJ.COM – Orquestra de Jovens dos Conservatórios Oficiais de Música, realizados em Coimbra (2011) e Aveiro (2012) e participou, também, nos dois estágios regionais de orquestra, sob a direção do maestro Rui Massena e em Workshops de verão da Escola Metropolitana de Lisboa sob a direção dos maestros Pedro Neves e César Viana.

Frequentou o curso de verão Musicaldas 2011, orientado pela violoncelista Teresa Valente Pereira.

Em abril de 2012, 2013 e 2014, frequentou um estágio de orquestra em Bayreuth (Alemanha), constituída por jovens músicos de vários países da Europa, que realizou concertos em Paris, Estrasburgo, Berlim e Leipzig.

Em 2013 e 2014 atuou em dezenas de concertos, nomeadamente no acompanhamento de iniciativas da Viola da Terra.

Faz parte da ESCOLA / Orquestra Metropolitana de Lisboa



LOMBA DA MAIA 2016 VILA DO PORTO 2011 SEIA 2014 LOMBA DA MAIA 2016



JÁ TOMOU PARTE NO 16º COLÓQUIO EM VILA DO PORTO (AÇORES) EM 2011. EM 2012, NO LANÇAMENTO DO CRÓNICAÇORES VOL 2. NA MAIA E RIBEIRA GRANDE, EM 2013 NO 19º COLÓQUIO NA MAIA (AÇORES), NO 20º EM SEIA 2013, 23º FUNDAÇÃO 2015, 26º LOMBA DA MAIA (AÇORES). ATUARÁ EM DOIS RECITAIS



**27) JOÃO MALACA CASTELEIRO, ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA (ACL), AGLP, AICL, PATRONO DESDE 2007**



GRACIOSA 2015 MAIA 2013 SEIA 2013 MOINHOS 2014 LOMBA DA MAIA 2016

**JOÃO MALACA CASTELEIRO** licenciou-se em Filologia Românica em 1961.

Doutorou-se em 1979, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com uma dissertação em Sintaxe da Língua Portuguesa.

A sua bibliografia, iniciada com a Tese de licenciatura em 1961, é constituída por muitas dezenas de estudos dedicados à linguística e à lexicologia.

Editou obras como *A Língua e a Sua Estrutura*, *A Língua Portuguesa e a Expansão do Saber*, *Nouvelles perspectives pour l'enseignement du portugais en tant que langue étrangère*, *A Língua Portuguesa em África* e *A Língua Portuguesa no Oriente: do séc. XVI à Atualidade*.

Malaca Casteleiro é Membro da Academia das Ciências de Lisboa desde 1979, Conselheiro Científico do Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC), durante cerca de 12 anos, Presidente do Departamento de Língua e Cultura Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, ao longo de mais de 20 anos, Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, durante 3 anos, e Presidente do Instituto de Lexicologia e Lexicografia da Língua Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa, de 1991 a 2008.

Foi diretor de investigação do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, conselheiro científico do Instituto Nacional de Investigação Científica e presidiu ao Conselho Científico da Faculdade entre 1984 e 1987.

Diretor do CAPLE (Centro de Avaliação de Português Língua Estrangeira), desde a sua criação em 1999, da qual foi o principal promotor, até 2009, Centro que é membro da ALTE (Association of Language Testers in Europe), cuja sede se encontra na Universidade de Cambridge.

Investigador do CLEPUL (Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), integrando-se no Grupo 3: Multiculturalismo e Lusofonia de Política de Língua e Lusofonia.

Professor Catedrático da Universidade de Lisboa ao longo de 25 anos, tendo lecionado na sua Faculdade de Letras durante 37 anos, da qual se jubilou em 2006, aos 70 anos.

Professor Catedrático Visitante da Universidade de Macau durante cerca de 20 anos.

Professor Catedrático Convidado das seguintes universidades: Universidade dos Açores (durante 13 anos), Universidade de Coimbra (durante três semestres) Universidade da Madeira (durante 8 anos), Universidade da Beira Interior (durante 10 anos). Especialista Convidado de Avaliação Pedagógica do Instituto Politécnico de Macau, desde 2001.

Assessor do Centro de Estudos de Línguas e Culturas de Macau, desde 2009.

Membro do Conselho Consultivo da Universidade de Macau, desde 2011.

Professor da Escola Superior de Educação João de Deus, em Lisboa, desde 2008.

Orientador de 25 teses de Doutoramento e de 55 teses de Mestrado, nas Universidades atrás mencionadas e noutras.

Proferiu conferências em várias universidades e outras instituições estrangeiras, nomeadamente nas Universidades Federal e Estadual do Rio de Janeiro, na Universidade Federal de Campinas, na Universidade Federal de Brasília, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, na Universidade Federal de Santa Catarina, nas Universidades de Toronto e de York, na Universidade de Massachusetts, no Rhode Island College, em Providence, na Universidade de Colónia, na Universidade de Santiago de Compostela, na Universidade Pedagógica de Maputo, na Universidade Piaget de Luanda, na Universidade de Línguas Estrangeiras de Pequim, na Universidade de Macau, no Instituto Politécnico de Macau, na Academia Brasileira de Letras, do Rio de Janeiro, na Academia de Letras de Brasília, na Academia Francesa, na Real Academia Galega, na Corunha, na Academia Galega da Língua Portuguesa, em Santiago de Compostela.

É Autor e Coautor de uma vasta bibliografia nas áreas da Sintaxe e do Léxico da Língua Portuguesa e ainda no domínio do Ensino do Português como Língua Estrangeira.

Responsável por vários Projetos de Investigação nacionais de grande relevância, de entre os quais se salientam os seguintes:

- a) no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa: Português Fundamental, Estruturas Léxico-Gramaticais do Português Contemporâneo, Dicionário Eletrónico do Português;
- b) na Academia das Ciências de Lisboa: Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa, versão portuguesa do Dicionário HOUAISS da Língua Portuguesa, tendo por base a edição brasileira;

c) na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: *Nível Limiar do Português*, com apoio do Conselho da Europa e do ICALP (Instituto de Cultura e Língua Portuguesa), *Dicionário Gramatical de Verbos Portugueses*, coleção *Aprender Português 1, 2 e 3*, *Gramática Aplicada 1 e 2*, para o ensino do português como língua estrangeira e em conformidade com o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QUECR);

d) no Instituto Politécnico de Macau: *Português Global 1, 2 e 3*, para o ensino da língua portuguesa a chineses, com adaptação do QUECR (projeto em curso).

Coordenador, conjuntamente com mais duas colegas, do *Dicionário da Língua Portuguesa Medieval*, em curso de elaboração no Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa.

Tem coordenado e colaborado em diversos Projetos de Investigação e de edição, em Portugal e no estrangeiro, em articulação com organismos como o Conselho da Europa, os Serviços de Educação do Governo de Macau e o Ministério da Educação, entre outros.

Participou em vários projetos europeus, com colegas de outras universidades, nomeadamente

1) no Projeto DUEFEL (Diploma Universitário Europeu de Formação para o Ensino-Aprendizagem de Línguas), que decorreu de 1990 a 1993, coordenado pelo Professor Raymond Renard, da Universidade de Mons-Hainault (Bélgica);

2) Projetos ARIADNA I e II (Programa ID), que decorreram de 1994 a 1998, sob a coordenação do Professor Manuel Tost Planet, da Universidade Autónoma de Barcelona, e que visavam a formação de professores de línguas não-maternas;

3) Projetos MINERVA I e II (Programa SÓCRATES e JEUNESSE-LINGUA D), que decorreram de 1999 a 2003, também coordenados pelo Professor Manuel Tost Planet e que visavam a continuação dos objetivos dos dois anteriores.

Membro da Academia das Ciências de Lisboa, desde 1979, foi até 2009 Presidente do seu Instituto de Lexicologia e Lexicografia. Malaca Casteleiro foi afastado da presidência do Instituto de Lexicologia e Lexicografia da Academia, na sequência de diferendo com a Academia resultante do seu envolvimento na elaboração de dicionários conformes ao Acordo Ortográfico, publicados pela Texto Editores em 2008 - o *Novo Grande Dicionário da Língua Portuguesa* e o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*

O reconhecimento dos seus méritos e do seu trabalho traduz-se em especial no respeito que académicos de todo o mundo têm demonstrado pela sua obra, pelos inúmeros convites para que participe em Conferências e Seminários Internacionais.

Representante da Academia das Ciências de Lisboa na reunião para o Acordo Ortográfico, realizada na Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro, em maio de 1986, com a participação de delegados dos sete países de Língua Portuguesa.

Malgrado este primeiro acordo, foi o principal responsável da Academia das Ciências de Lisboa na elaboração do Novo Acordo Ortográfico de 1990 (e respetiva Nota Explicativa), aprovado em outubro e dezembro desse ano em reuniões havidas em Lisboa, com a participação de representantes dos sete países lusófonos de então, acordo esse que finalmente entrou em vigor. Foi galardoado com o Grande Prémio Internacional de Linguística Lindley Cintra, da Sociedade de Língua Portuguesa, em 1981, pela obra *Sintaxe Transformacional do Adjetivo*, publicada pelo INIC nesse mesmo ano e que constituiu a sua tese de doutoramento.

Foi ainda agraciado pelo Governo Francês com o Grau de Cavaleiro da Ordem das Palmas Académicas em 1986, agraciado pelo Presidente da República Portuguesa com o Grau de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique em 2001 e distinguido com o Grau de Doutor *Honoris Causa* em Letras pela Universidade de Macau em 2004.

É patrono dos Colóquios da Lusofonia desde 2007 e um convicto defensor do Acordo Ortográfico de 1990 em cuja conceção participou e que os colóquios da lusofonia promovem desde 2007.



RIO DE JANEIRO 2010 MACAU 2011 LAGOA 2009 LOMBA DA MAIA 2016

## TEMA: A ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA E O ACORDO ORTOGRÁFICO DE 1990

1.



Têm vindo constantemente a público afirmações, sistematicamente erradas e disparatadas, algumas até ofensivas, da parte dos que se opõem ao Acordo Ortográfico de 1990 (AO), que são sempre os mesmos e que não desistem, decerto acirrados pelo facto de ele já estar em vigor, sem problemas, em Portugal, no Brasil e em Cabo Verde, com aplicação prevista no sistema de ensino em Moçambique, no início de 2018, e em vias de implantação noutros países lusófonos, apenas com Angola a constituir a situação, de momento, mais problemática.

Lembramos, contudo, que a oposição a mudanças ortográficas tem sido constante ao longo da história da ortografia portuguesa. Damos apenas como exemplo a oposição à Reforma Ortográfica de 1911, que também se fez sentir ao longo de vários anos, como se pode verificar nos dois depoimentos destacados a seguir.

Um é o de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, que fez parte da Comissão da Reforma, incluído nas suas *Lições de Filologia Portuguesa* (p. 122): “O público! Qual foi o acolhimento que fez à Reforma? Naturalmente as opiniões estão divididas. Houve e há entusiastas; críticos; indiferentes; e adversários. Reacionários rombos, avessos a todo e qualquer progresso, aos quais as quarenta e tantas regras mostraram, pela primeira vez, quantas e quais são as dificuldades da ortografia nacional, entendem que fomos nós que as inventámos, baralhando e complicando tudo. Constatou mesmo que esses descontentes iam angariar assinaturas a fim de reclamar a revogação da portaria de 1 de setembro.”

O outro depoimento é de Agostinho de Campos, num texto intitulado “O caos gráfico”, incluído na “Introdução” ao 3.º vol. de *Paladinos da Linguagem* (pp. XIV-XVI): “A oposição portuguesa ao decreto ortográfico arruma-se facilmente em dois compartimentos separados: oposição técnica e oposição artística. Gritou logo e gritou alto a primeira destas, sem esperar pela execução prática da lei, como fez a segunda. E a razão desta diferença de porte é muito simples: a oposição técnica foi ferida de chofre, *pelo mero facto* da promulgação oficial; a oposição artística, ao contrário, só preocupada de *aspetos*, não deu pela ofensa senão quando a transfiguração gráfica das palavras lhe feriu os olhos desagradavelmente. [...] Pela sua própria origem e natureza havia esta oposição [técnica ou de especialistas] de durar pouco, embora começasse por berrar muito. De mais a mais o Governo teve o judicioso cuidado de basear o seu decreto na opinião da maior e melhor parte dos técnicos; donde resultou que dois ou três, justa ou injustamente esquecidos, logo se anularam uns aos outros, este a vociferar que a reforma era tímida, outro a clamar que era temível. [...] Tendo começado mais tarde que a oposição técnica, a oposição artística durou mais e dura ainda. A sua mola não é a vaidade, nem o interesse, mas o hábito, quero dizer: Sua Majestade, o Hábito, rei que nunca foge do seu palácio, que nenhuma lei ou nenhuma revolução consegue depor, mas contra o qual atua desde sempre, embora devagar, um regicida lento, e, todavia, infalível, que é o Tempo. Os anos vão passando, alguns passaram já, e dentro em pouco, sem darem por isso, os próprios sebastianistas da grafia velha começarão a rir – de si mesmos, e da grande fúria que tiveram, quando ainda não estavam...habituados.” Tanto um como o outro tipo de reações se têm verificado também na oposição ao Acordo Ortográfico de 1990.

2.

Vamos agora tentar reavivar a **memória** do que foi a saga da procura de unificação ortográfica da língua portuguesa desde 1945, para não irmos a 1911, ano da grande reforma ortográfica do idioma, após quase três séculos de vigência de grafias pseudoetimológicas. Convém, no entanto, lembrar, que, se nessa ocasião o Brasil, o outro grande país de língua portuguesa, onde havia excelentes filólogos, como Afrânio Peixoto, Amadeu Amaral, Mário Barreto, Silva Ramos ou Sousa da Silveira, entre outros, assim como a Academia Brasileira de Letras, tivesse sido chamado a colaborar, como era de seu direito, hoje não andaríamos às turras com o Acordo Ortográfico.

O Acordo Ortográfico não foi uma iniciativa de meia dúzia de académicos “incautos”, como certos opositores querem fazer crer, antes tem atrás de si uma longa história. Lembremos, pois, embora de forma sucinta, os principais passos dessa história.

Em primeiro lugar, convém refletir sobre a razão por que o Brasil não acatou a Convenção Ortográfica de 1945, negociada na Academia das Ciências de Lisboa com a Academia Brasileira de Letras, no verão desse ano. É que a delegação portuguesa conseguiu impor os seus pontos de vista, comportando-se como se Portugal continuasse a ser o único dono da Língua, querendo obrigar a que os brasileiros voltassem a reintroduzir as consoantes mudas em palavras como *ator*, *diretor*, *redação*, etc. Pergunta-se se o bom senso não aconselharia antes que os portugueses, que já suprimiram tantas consoantes mudas ao longo da história da Língua, também suprimissem estas, uma vez que já não as articulavam.

Outro exemplo de imposição tem que ver com os acentos gráficos em palavras como *António*, *cómodo*, *género*, *fémur*, *ónus*, etc., que os brasileiros escreviam com acento circunflexo, por articularem a vogal tónica com timbre fechado. Também aqui a delegação portuguesa impôs o seu ponto de vista, obrigando os brasileiros a alterar o acento circunflexo para acento agudo, com o sofisma de que ali este acento só indicaria a vogal tónica e não o seu timbre. Quando numa convenção uma parte procura impor à outra os seus pontos de vista, o resultado é que ela não seja cumprida. Foi o que aconteceu.

3.

É claro que o falhanço da Convenção de 1945 para a obtenção da unificação ortográfica provocou uma grande frustração, não só nas duas Academias, em particular, mas também nos filólogos e linguistas portugueses e brasileiros, em geral. Por isso no 1.º Simpósio Luso-Brasileiro sobre a Língua Portuguesa Contemporânea, realizado em Coimbra, em 1967, foi apresentada, discutida e aprovada, uma nova “Proposta para a Unificação da Ortografia Portuguesa”, subscrita por seis filólogos e linguistas brasileiros (Antenor Nascentes, J. Mattoso Câmara, Sílvio Elia, Gladstone Chaves de Melo, Aryon Dall’Igna Rodrigues e Adriano da Gama Kury) e oito portugueses (Vitorino Nemésio, J. do Prado Coelho, L. F. Lindley Cintra, Maria de Lourdes Belchior, Álvaro J. da Costa Pimpão, M. de Paiva Boléo, A. da Costa Ramalho

e José G. Herculano de Carvalho). Esta proposta foi incluída nas *Atas* do Simpósio, publicadas em Coimbra, em 1968 (*Vide*, a este propósito, Ivo Castro *et al.*, *Demanda da Ortografia Portuguesa* (pp. 180-183).

O 1.º ponto desta proposta diz respeito ao “Problema das ‘consoantes mudas’, abolidas no Brasil, parcialmente conservadas em Portugal”, como em *ótimo*, *otimismo*, *ator*, *atuar*, *inspetor*, *ação*, *seleção*, etc., por oposição a *ótimo*, *otimismo*, *ator*, *atuar*, *inspetor*, *acção*, *selecção*, etc. Em relação a este ponto, foi aprovada pelos mencionados subscritores, apenas com o voto contra de Costa Pimpão, a seguinte decisão, que se transcreve de Ivo Castro (*op. cit.*, pp. 180-183):

“Que se siga a prática brasileira, aumentando apenas a lista dos ‘vocábulos cujas consoantes facultativamente se pronunciam’ (acrescentando, por exemplo, *facto* e *fato*). Com efeito, a vantagem de conservar a ‘letra muda’ para indicar que é aberta a vogal anterior átona é uma vantagem mínima, se considerarmos:

a) Que ela não compensa o inconveniente, bem mais grave, da disparidade das grafias em Portugal e no Brasil, e que é insensato pretender levar um brasileiro a escrever *ator* e *acção* já que, mesmo sem o *c* ‘mudo’, as grafias *ator* e *ação* representam fielmente a sua pronúncia [...].

b) Que escrevemos em Portugal *padeiro*, *corar*, *caveira*, *credor*, *geração*, *quaresmal*, *sarmento*, *especar*, *especular*, *aguar*, *aguadeiro*, *aguaceiro*, *esfomeado*, *retaguarda*, *agachar*, *relator*, *dilação*, *retrovisor* e uma infinidade de outras palavras, sobretudo de caráter culto, mas em grande parte generalizadas, com vogais átonas abertas, não assinaladas por ‘letra muda’, nem qualquer outro sinal gráfico, sem que isso cause perturbação [...].”

O 2.º ponto daquela proposta tinha que ver com o “Uso no Brasil de acento circunflexo na distinção de homógrafos, abolido em Portugal” em palavras como *acêto* (s.)/*acerto* (v.), *êe*, *êles*, *êste*, *êstes*, *êsse*, *êsses*, *aquêe*, *aquêes*, *tôda*, *tôdas*, etc., por oposição às correspondentes formas sem acento usadas no contexto português. Neste ponto a decisão é que se adote no Brasil a prática seguida em Portugal, ou seja, abolindo aqueles acentos.

O 3.º ponto da mesma proposta referia-se ao “Uso no Brasil – não uso em Portugal – do trema sobre o *u* nas sequências *qu*, *gu* antes de *e* e *i* para indicar que a letra *u* representa um fonema real: *agüentar*, *argüição*, *argüimos*, *averigüemos*, etc.” A decisão aqui tomada é que só se use facultativamente o trema em livros didáticos ou palavras menos frequentes, para assinalar a pronúncia do *u*.

O 4.º ponto abrange a divergência de acentuação gráfica em palavras proparoxítonas (ou falsas proparoxítonas), como *Antônio*, *monômio*, *homônimo*, *fenômeno*, *gênero*, *lêmure*, etc., do lado do Brasil, por oposição às correspondentes formas com acento agudo, da parte de Portugal. A decisão tomada neste caso é que se suprimam totalmente os acentos gráficos nas palavras esdrúxulas, visto que a divergência não é só gráfica, mas também fônica. Com esta supressão dos acentos, conseguir-se-ia a unificação gráfica sem desvirtuar a pronúncia diferenciada de um lado e doutro.

O 5.º e último ponto da proposta refere-se à “necessidade de atenuar tanto quanto possível as dificuldades que um sistema ortográfico complexo opõe à alfabetização”, pelo que os subscritores recomendam que se empreendam estudos conducentes à promoção de “maior simplificação do sistema ortográfico unificado”.

Se nos ativemos tanto tempo na análise desta proposta e das decisões que ela implica, é porque ela constituiu o ponto de partida para as iniciativas que subsequentemente foram tomadas, quer no Brasil, quer em Portugal, nomeadamente quanto à supressão das consoantes mudas, à aceitação de duplas grafias e à eliminação de acentos gráficos.

Vejamos então a sequência dessas iniciativas.

#### 4.

Logo em 1971, o Brasil tomou uma iniciativa que se revelou da maior relevância para a unificação ortográfica. Assim, através da Lei n.º 5765, de 18 de dezembro desse ano, decidiu abolir os acentos gráficos mencionados no 2.º ponto da proposta do Simpósio de Coimbra, acima mencionado. Conforme diz Ivo Castro (*op. cit.*, p. 184), “segundo amostragens levadas a efeito pela Academia das Ciências de Lisboa, aquele uso chegava a ser responsável por cerca de 70 por cento das divergências entre as duas ortografias oficiais”.

No seguimento desta iniciativa do Brasil, em 1973, Portugal, por aconselhamento da Academia das Ciências e não só, determinava, através do decreto-lei n.º 32/73, de 6 de fevereiro, a abolição dos acentos grave ou circunflexo nos advérbios em *-mente* e nos vocábulos com sufixo começado por *z*, como, por exemplo, em *comodamente*, *solidamente*, *avozinha*, *sozinho*, ou *cortesmente*, *portuguesmente*, *avozinho*, *bibelozinho*.

#### 5.

Em 1975, a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras tinham já completamente elaborado um Projeto de Acordo, em cuja Base VI se estipulava o seguinte (cf. Ivo Castro, *op. cit.*, pp. 189-190):

“O *c* gutural das sequências interiores *-cc-* (segundo *c* sibilante), *-cç-* e *-ct-*, e o *p* das sequências interiores *-pc-* (*c* sibilante), *-pç-* e *-pt-*, ora se eliminam, ora se conservam.

Assim:

1.º) Eliminam-se nos casos em que são invariavelmente mudos, quer na pronúncia portuguesa, quer na brasileira: *aflicção*, *afrito*, *dicionário*, *absorção*, *cativo*, *ação*, *acionar*, *ator*, *afetivo*, *coletivo*, *diretor*, *adoção*, *adotar*, *batizar*, *ato*, *exato*, *Egito*, *ótimo*, etc.

2.º) Conservam-se nos casos em que são invariavelmente proferidos, quer na pronúncia portuguesa, quer na brasileira: *compacto*, *convicção*, *convicto*, *ficção*, *fricção*, *friccionar*, *pacto*, *pictural*, *adepto*, *apto*, *díptico*, *erupção*, *inepto*, *eucalipto*, *núpcias*, *rapto*, etc.

3.º) Conservam-se ou eliminam-se, facultativamente, quando só se proferem em Portugal ou só no Brasil, quer geral, quer restritamente, ou então quando em ambos os países oscilam entre a prolação e o emudecimento: *facto* e *fato*, *cato* e *cato*, *caracteres* e *carateres*, *perentório* e *perentório*, *aspeto* e *aspeto*, *cetno* e *cetno*, *comsumpção* e *consunção*, *corrupto* e *corrupto*, *suntuoso* e *suntuoso*, *dicção* e *dição*, *setor* e *setor*, etc.

4.º) Quando, nas sequências interiores *-mpc-*, *-mpç-* e *-mpt-*, se elimina o *p*, de acordo com o determinado nos parágrafos precedentes, o *m* passa a *n*, escrevendo-se, respetivamente, *-nç-*, *-nç-* e *-nt-*: *assumptível* e *assuntível*, *assumpção* e *assunção*, *perentório* e *perentório*, *suntuoso* e *suntuoso*, *suntuosidade* e *suntuosidade*, etc.”

Conforme se pode verificar, através do que é estipulado nesta Base, as opções tomadas no AO sobre as consoantes mudas ou proferidas, facultativamente, e a consequente dupla grafia, já estavam contempladas neste Projeto de 1975, que só não se concretizou nessa data, devido à situação criada pelo 25 de abril.

6.

Em maio de 1986, por iniciativa do então Presidente brasileiro, José Sarney, membro da Academia Brasileira de Letras, com o apoio desta Instituição e sob a orientação do filólogo António Houaiss, também académico, realizou-se no Rio de Janeiro um encontro sobre a questão ortográfica, com a participação de uma delegação da Academia das Ciências de Lisboa, representando Portugal, e delegações dos países africanos lusófonos, com exceção da Guiné-Bissau, cujo delegado não chegou a comparecer, por motivos logísticos. Timor-Leste estava, infelizmente, sob ocupação indonésia e, portanto, não era ainda um país independente. Também participou, neste encontro do Rio de Janeiro, uma delegação da Galiza, como observadora, e uma representante da União Latina. O Presidente José Sarney tomou a iniciativa deste encontro, por estar sensibilizado para a questão ortográfica, como membro da Academia Brasileira de Letras, e ser conhecedor do Projeto de Acordo de 1975, acima mencionado. Temia de certo modo, como muitos outros, que, não havendo uma ortografia unificada para o português, a independência dos jovens países africanos, que emergiram da descolonização portuguesa e adotaram este idioma como sua língua oficial, pudesse conduzir ao surgimento de maior variação ortográfica.

O encontro do Rio de Janeiro realizou-se de 6 a 12 de maio de 1986 na Academia Brasileira de Letras e era aberto à comunicação social. A base de que se partiu para a unificação ortográfica possível foi o já referido Projeto de Acordo de 1975, o qual tem, aliás, em linha de conta as propostas e conclusões do também mencionado Simpósio de Coimbra. Podemos dizer que as alterações mais significativas do Acordo de 1986 abrangiam a supressão de consoantes mudas, a fixação de duplas grafias, a eliminação de acentos gráficos e a adoção de regras simplificadoras para o uso do hífen. A supressão de consoantes mudas em palavras como *acção*, *direção*, *arquiteto*, *exceto*, *ótimo* afetava a ortografia vigente do lado de cá do Atlântico e constituía um apelo do mais elementar bom senso, há muito tempo reclamado, em favor da unificação ortográfica. A dupla grafia foi aceite em situações perfeitamente cristalizadas dos dois lados do Atlântico, como, por exemplo, em *contactar/contatar*, *facto/fato*, *indemnização/indenização*. A existência de dupla acentuação gráfica em palavras esdrúxulas, como *António/Antônio*, *blasfémia/blasfêmia*, *fenómeno/fenômeno*, *género/gênero*, ou em palavras graves, como *bónus/bônus*, *fémur/fêmur*, *Fénix/Fênix*, *vómer/vômer*, conduziu, não havendo outra solução mais adequada de unificação ortográfica, à supressão drástica dos acentos gráficos em todas as palavras esdrúxulas e graves, o que constituiu uma das decisões posteriormente mais contestadas em Portugal, com alguns argumentos ponderosos, e que obrigou à revisão do Acordo aqui conseguido. Quanto às alterações nas regras de uso do hífen, ditadas pela necessidade de simplificação e de maior adequação a práticas já correntes, adotou-se no Acordo uma significativa redução do emprego do hífen, tanto nas palavras compostas, como nos vocábulos formados por prefixação. Também aqui houve posteriormente em Portugal uma forte oposição, largamente justificada, a algumas das soluções adotadas, o que reforçou a necessidade de revisão daquele Acordo.

7.

O Acordo Ortográfico de 1990 foi, pois, essencialmente ditado pela necessidade de corrigir alguns excessos e incongruências do Acordo de 1986, conseguido no já mencionado encontro do Rio de Janeiro. Veja-se também, quanto às reacções a este Acordo, o já mencionado livro de Ivo Castro. Foi, por isso, que, logo em meados de 1987, na Academia das Ciências de Lisboa, tomámos a iniciativa de elaborar um novo projeto de Acordo, de o apresentar à Academia Brasileira de Letras, instituição representante do Brasil, assim como às entidades competentes dos outros países lusófonos. Eu próprio fui encarregado pela Academia de levar a cabo a elaboração do novo projeto, com o apoio do académico Lindley Cintra e, especialmente, dos confrades da secção de Filologia e Linguística da Classe de Letras que também tomaram parte no encontro do Rio de Janeiro. No trabalho de preparação deste novo projeto, tivemos o apoio de dois bolsеiros, financiados pelo então Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP), presidido por Fernando Cristóvão, que também fez parte da delegação portuguesa no encontro do Rio de Janeiro. Na preparação deste novo projeto, procedemos à recolha das diversas críticas construtivas feitas ao Acordo de 1986, nomeadamente a supracitada obra de Ivo Castro, logo que ela veio a público, e realizámos diversas análises estatísticas, baseadas num corpus de 110.000 palavras representativas do léxico geral da língua, as quais nos permitiram quantificar e ilustrar diversas opções tomadas no projeto e que posteriormente utilizámos na elaboração de uma “Introdução justificativa” das propostas apresentadas, a qual passou depois a ser designada como “Nota Explicativa” e veio a acompanhar, em anexo, o texto do Acordo Ortográfico de 1990. Repare-se que esta extensa “Nota Explicativa”, por mim próprio idealizada, constitui uma inovação relativamente a todos os acordos anteriores.

Em fins de 1988, o novo projeto de Acordo estava concluído e passou a ser designado como “Anteprojecto de Bases da Ortografia Unificada da Língua Portuguesa (1988)”, o qual foi levado depois ao conhecimento do Brasil e dos países africanos lusófonos, por via diplomática e com o apoio da Secretaria de Estado da Cultura, então órgão tutelar da Academia das Ciências, liderado por Pedro Santana Lopes. No primeiro semestre de 1990, eu próprio fui encarregado pela Academia das Ciências, com o apoio da Secretaria de Estado da Cultura, de explicar *in loco* o referido Anteprojecto e de recolher eventuais sugestões de alteração, junto das entidades competentes dos países africanos e também do Brasil, neste caso, da Academia Brasileira de Letras. Nas viagens que realizei a estes países, contactei com várias instituições, procurei esclarecer as dúvidas suscitadas, apurei sugestões de alteração e pude verificar que o Anteprojecto era, em geral, bem compreendido e bem aceite. E assim se preparou um novo encontro em Lisboa, realizado na Academia das Ciências, de 6 a 12 de outubro de 1990, para aprovação final do novo Acordo Ortográfico. Neste encontro participaram as seguintes delegações:

**Angola:** Filipe Silvino de Pina Zau.

**Brasil:** António Houaiss e Nélida Piñon.

**Cabo Verde:** Gabriel Moacyr Rodrigues e Miguel Veiga.

**Guiné-Bissau:** António Soares Lopes Júnior e João Wilson Barbosa.

**Moçambique:** João Pontífice e Maria Eugénia Cruz.

**Portugal:** a) da Classe de Letras da Academia das Ciências: Américo da Costa Ramalho, Aníbal Pinto de Castro, João Malaca Casteleiro, José Vitorino de Pina Martins, Luís Filipe Lindley Cintra, Manuel Jacinto Nunes e Maria Helena da Rocha Pereira; b) da Classe de Ciências da Academia: António Vasconcelos Marques, Fernando Roldão Dias Agudo e José Tiago de Oliveira; c) em representação do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP): Fernando Alves Cristóvão.

**São Tomé e Príncipe:** Albertino dos Santos Bragança e João Hermínio da Silva Pontífice.

**Galiza** (delegação de observadores): António Gil Hernández e José Luís Fontenla.

Foram todos estes nomes que apuseram a sua assinatura nos dois documentos aprovados neste encontro, com a data de 12 de outubro de 1990, ou seja, “Projeto de Ortografia Unificada da Língua Portuguesa (1990)” e “Introdução ao Projeto de Ortografia Unificada da Língua Portuguesa (1990)”.

Estes documentos, após a sua aprovação linguística, foram encaminhados para a Secretaria de Estado da Cultura. O Secretário de Estado, Pedro Santana Lopes, convocou posteriormente os titulares da Cultura dos outros países lusófonos para uma reunião, que se realizou no Palácio da Ajuda, em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990, na qual se procedeu à aprovação política dos mesmos documentos. Nesta mesma reunião, foi aprovado pelos titulares da Cultura dos sete países um instrumento de resolução, em cujo Artigo 3.º se estipula: “O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa entrará em vigor em 1 de janeiro de 1994, após depositados os instrumentos de ratificação de todos os Estados junto do Governo da República Portuguesa.” No Artigo 2.º deste mesmo instrumento estabelece-se que “Os Estados signatários tomarão, através das instituições e órgãos competentes, as providências necessárias com vista à elaboração, até 1 de janeiro de 1993, de um vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa [...]”.

8.

Infelizmente, a ratificação do AO pelos Estados, como determinava o mencionado instrumento de resolução, não se processou como aí era estipulado. Apenas Portugal e Cabo Verde o ratificaram dentro do prazo estabelecido. Assim, o AO foi aprovado na Assembleia da República, em 4 de junho de 1991, por todos os partidos com assento parlamentar, apenas com a abstenção do Partido Comunista Português. Foi depois ratificado pelo Presidente da República em 7 de agosto seguinte e publicado no *Diário da República* em 23 do mesmo mês. Cabo Verde aprovou o AO logo em 1/4/1991, através do decreto-lei n.º 26/91. O Brasil só ratificou o AO em 18 de abril de 1995.

O processo de ratificação exigia de Portugal uma condução política eficaz e persistente junto dos outros países. Pedro Santana Lopes, enquanto Secretário de Estado da Cultura entre 1990 e 1994, bem se empenhou neste processo. Logo após a ratificação do AO por Portugal, deslocou-se ao Brasil em agosto de 1991, viagem em que teve a honra de o acompanhar, em representação da Academia das Ciências, levando, entre os vários objetivos da sua missão cultural, também o de pressionar junto das entidades governamentais, nomeadamente o então Ministro da Cultura, António Houaiss, a confirmação do Acordo. Infelizmente e apesar deste esforço, o Brasil só o veio a ratificar em 18 de abril de 1995. Com a saída de Pedro Santana Lopes do Governo, em 1994, o processo de ratificação ficou parado.

Convém aqui lembrar que a necessidade de um organismo supranacional que coordenasse a política da Língua e implementasse o AO foi bem sentida pela Academia das Ciências. De facto, no já mencionado encontro do Rio de Janeiro, em maio de 1986, apresentou uma proposta de criação de um “Conselho Internacional da Língua Portuguesa”, num documento basilar e de grande atualidade, que foi aprovado por unanimidade pelas delegações presentes, ficando estas incumbidas de o submeter à consideração dos respetivos Governos.

Estava, pois, aqui o gérmen do que viria a ser o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), cuja proposta de criação veio, afinal, a ser apresentada, em 1989, pelo Presidente do Brasil, José Sarney, durante a primeira cimeira dos Chefes de Estado dos países lusófonos, realizada no Brasil, em São Luís do Maranhão. Todavia, a criação efetiva deste Instituto só ocorreu em 20 de maio de 2002, na cidade da Praia, em Cabo Verde, por ocasião da VI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), realizada em São Tomé e Príncipe. A CPLP tinha, por sua vez, sido instituída em 17 de julho de 1996, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo dos então sete países lusófonos, expressamente reunida para esse efeito, e após um longo processo de maturação, no qual se destacou o Embaixador do Brasil em Lisboa, José Aparecido de Oliveira. Nestas reuniões foi decidido que a CPLP teria a sua sede em Lisboa e que o IILP ficaria instalado na cidade da Praia. Na mencionada reunião de 2002, em São Tomé, Timor-Leste foi também acolhido na CPLP, após ter conquistado a independência.

9.

O IILP, após vários anos em estado mais ou menos letárgico, emerge ativo, a partir de 2010, sob a dinâmica liderança do novo diretor executivo, o linguista brasileiro Gilvan Müller de Oliveira, concentrado na realização do *Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa*, documento que foi aprovado na 1.ª Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, efetuada em Brasília, entre 25 e 27 de março de 2010, e na qual tivemos a honra de participar, conjuntamente com a delegação portuguesa, que ia tomar parte no 10.º Colóquio Internacional da Lusofonia, realizado de seguida em Santa Catarina. A Conferência de Brasília constituiu um acontecimento inovador na atuação da CPLP, que pela primeira vez, visa dar corpo a uma política da Língua, definida em comum por todos os países lusófonos. Dois dos grandes objetivos do Plano de Brasília são o apoio à implantação do Acordo Ortográfico nos vários países e a elaboração do *Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa* (VOC). A CPLP estabeleceu uma periodicidade de três anos para estas conferências, tendo a segunda sido realizada em Lisboa, em 29 e 30 de outubro de 2013, e a terceira em Timor, de 15 a 17 de junho de 2016.

Relembremos que o AO já se encontra plenamente em vigor em Portugal, no Brasil e em Cabo Verde e que começará a ser aplicado em Moçambique, em janeiro de 2018, no início do próximo ano letivo. Nos outros países segue os seus trâmites, conforme a dinâmica de cada um, não tendo nenhum deles posto em causa o AO ou querendo efetuar a sua revisão. Poderão alguns estranhar que a sua plena implantação leve tanto tempo, mas a verdade é que, apesar de aprovado em 1990, só depois da criação da CPLP, em 1996, começa a definir-se um caminho para a sua aplicação. De qualquer modo, desde essa data decorreram só vinte anos, envolvendo oito países, o que é muito pouco, comparativamente com os cem anos de escaramuças ortográficas, apenas entre dois, Portugal e Brasil.

Quanto ao VOC, a sua elaboração tem sido mais rápida e eficiente, graças à dinâmica de Gilvan de Oliveira, diretor executivo do IILP entre 2010 e 2014, e à eficácia de Marisa Mendonça, professora moçambicana que lhe sucedeu no cargo, a partir de 2014. Foi fundamental, para a elaboração do VOC, o convénio técnico celebrado entre o IILP e o Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC), de Lisboa, no qual têm desempenhado funções de relevo a sua vice-presidente e coordenadora de investigação Margarita Correia e o investigador José Pedro Ferreira.



O ILTEC, também responsável pela elaboração do *Vocabulário Ortográfico Nacional da Língua Portuguesa*, por solicitação do Governo, disponibilizou ao IILP a sua plataforma digital para albergar o VOC. Foi também muito relevante para o eficiente funcionamento do IILP que em cada país lusófono tenha sido criada uma Comissão Nacional da Língua Portuguesa, que promove as tarefas necessárias à prossecução dos projetos estabelecidos e está representada no Conselho Científico do mesmo Instituto. O VOC já alberga os vocabulários nacionais de Portugal, do Brasil, de Cabo Verde, de Moçambique e de Timor-Leste, aguardando-se a inclusão dos que faltam, logo que concluídos. A apresentação pública do VOC, nesta fase, efetuar-se-á na cidade da Praia, no próximo dia 12 de maio. Este projeto constitui a melhor prova de que é possível promover uma política de Língua participada por todos os países lusófonos.

10.

Em conclusão, tanto o Acordo Ortográfico como o *Vocabulário Ortográfico Comum* seguem o seu curso, alheios aos entraves que lhes vão sendo levantados em várias latitudes. Foi, pois, com tristeza e com muita revolta que vimos o atual Presidente da Academia das Ciências de Lisboa, Artur Anselmo, atuar nos últimos tempos, em movimentações públicas, primeiro, para tentar reverter o Acordo, e depois, vendo que tal era impossível, a apadrinhar uma revisão atabalhoada, linguisticamente mal fundamentada e inoportuna, numa verdadeira afronta à memória da própria Academia e dos ilustres académicos e filólogos, dos dois lados do Atlântico, já falecidos, que tanto se esforçaram para que a língua portuguesa tivesse uma ortografia unificada (*Vide*, a este propósito, nesta publicação, o texto do também académico Rolf Kemmler). O AO foi aprovado por todos os países de língua portuguesa, constitui um tratado internacional que deve ser respeitado por todos e não pode ser modificado unilateralmente. Foi, por isso, que o Governo, pela voz do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, veio logo a público declarar que não aceitava revisões unilaterais. Também as Entidades governamentais de outros países, nomeadamente de Angola e de Moçambique, vieram confirmar que não queriam rever o Acordo.

A língua portuguesa merece uma ortografia unificada, requer que defendamos a sua unidade essencial, para que continue a ser o instrumento de comunicação entre os 275 milhões de falantes atuais, espalhados pelos oito países lusófonos, pela Galiza e por Macau, pelas diásporas lusofalantes que habitam nos vários cantos do Mundo, e que é objeto de estudo e de investigação em centenas e centenas de instituições escolares, nos vários continentes, e também língua de trabalho em múltiplas organizações internacionais. Lutemos, pois, pela defesa da sua unidade essencial, para que ela continue a ser o instrumento de comunicação dos 387 milhões de falantes, em meados deste século, e dos 487 milhões, em 2100, segundo as previsões demográficas expressas no *Novo Atlas da Língua Portuguesa*, de Luís Reto e outros autores.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS CITADAS:

1. Campos, Agostinho de (Org.), *Paladinos da Linguagem*, vol. 3, Livrarias Aillaud e Bertrand, Lisboa, 1923.
2. Castro, Ivo, *et al.*, *A Demanda da Ortografia Portuguesa. Comentário do Acordo Ortográfico de 1986 e subsídios para a compreensão da Questão que se lhe seguiu*, Edições João Sá da Costa, Lisboa, 1987.
3. *Diário da República*, I Série-A, N.º 193, 23-8-1991.
4. Reto, Luís Antero, *et al.*, *Novo Atlas da Língua Portuguesa*, Edição apoiada por Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, Lisboa, 2016.
5. Vasconcelos, Carolina Michaëlis de, *Lições de Filologia Portuguesa*, Dinalivro, Lisboa, s. d.

NOMEADO ACADÉMICO CORRESPONDENTE DA ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA EM OUTUBRO 2012.

NOMEADO MEMBRO CORRESPONDENTE DA ACADEMIA BRASILEIRA EM NOVEMBRO 2016.

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

PRESIDE À ASSEMBLEIA-GERAL.

É MEMBRO DO COMITÉ CIENTÍFICO PERMANENTE.

PARTICIPOU EM TODOS OS COLÓQUIOS DESDE 2007.

PARTICIPA NA SESSÃO DAS ACADEMIAS.

#### 28) JOÃO MORGADO, UBI, ESCRITOR, CHEFE DE GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE. PORTUGAL

João Morgado, poeta e romancista, nasceu em 1965,

em Aldeia do Carvalho, Covilhã.

É doutorando em Comunicação na UBI – Universidade da Beira Interior, tem um mestrado em Estudos Europeus pela Universidade de Salamanca, Espanha, e uma pós-graduação em Marketing Político pela Universidade Independente / Universidade de Madrid.

É membro do Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão.

Trabalhou como jornalista e, para além da imprensa regional, escreveu no diário “Público” e semanário “Sol”.

Atualmente, é Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Belmonte.

Na literatura, afirmou-se com dois romances: «Diário dos Infieis» e «Diário dos Imperfeitos», agora reeditados pela ‘Casa das Letras’ (Leya).

Estas duas obras foram adaptadas ao teatro pela ASTA – Associação de Teatro e outras Artes.

Na sua incursão pelo romance histórico, lançou na 'Clube do Autor', a obra «VERA CRUZ» (2015) sobre a vida desconhecida de Pedro Álvares Cabral, e um polémico romance biográfico de Vasco da Gama «ÍNDIAS» (2016). Em 2017 publicou Diário dos Imperfeitos (Ed. Casa das Letras, Prémio Literário Vergílio Ferreira 2012)

Estas obras mereceram adaptações para o público juvenil – início de uma coleção de 'Grandes Descobridores' – 'Alethêia / Pingo Doce'.

Escreve ainda crónicas, contos e poesia. Colabora com jornais e é coordenador do DIÁSPORA – Festival Literário de Belmonte.



[www.joaomorgado.net](http://www.joaomorgado.net)

#### Prémios literários recebidos:

- Prémio Nacional de Literatura LIONS 2015
- Prémio Literário António Gaspar Serrano 2016
- Prémio de Poesia Manuel Neto dos Santos 2015
- Prémio Literário Fundação Dr. Luís Rainha Correntes d'Escritas 2015
- Prémio Literário Alçada Baptista 2014
- Prémio Literário Vergílio Ferreira 2012

#### TEMA: 1.1. CABRAL, O LÍDER HUMANISTA QUE CHEGOU AO BRASIL - JOÃO MORGADO, CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE

Nascido em Belmonte, Pedro Álvares Cabral galgou os mares e oficializou para Portugal as terras de Vera Cruz, hoje Brasil.

Mas quem era este homem?

Terá nascido em 1467, em Belmonte.

Ainda muito jovem, rumou com o seu irmão para Lisboa, para se instruir na corte junto dos grandes mestres da altura. Foi por isso um homem do renascimento, com educação e valores humanistas. Mas foi também um valente guerreiro nas praças do norte de África.

Foi por este perfil que D. Manuel I o escolheu para capitão-mor da armada que zarpava para as Índias. Outros saberiam mais que ele das coisas do mar, mas era um líder, um comandante de homens, um respeitado capitão militar de toda a armada.

Rumou às Índias onde deu mostras de diplomacia, inteligência e pundonor. Mas onde mostrou também o seu lado militar ao bombardear Calecut depois de uma traição dos locais. Mas o seu lugar na história, foi alcançado ao pisar, por vez primeira, as terras de um mundo novo que hoje conhecemos por Brasil. Terá ido tomar aquelas terras em nome d'el-rei? É que, curiosamente, não deixou lá qualquer padrão de pedra com as armas de D. Manuel. E esse desvio da sua rota terá sido casualidade ou intencionalidade?

Terá o capitão-mor desobedecido ao rei? E obedecido a quem? Importa ainda realçar o lado humano deste homem, que aportou em quatro continentes. Quando chegou a terras de Vera Cruz – Brasil, recebeu dois indígenas a bordo da sua nau.

Ao contrário de Colombo, que disse ter encontrado "animais sem inteligência", Pedro Álvares Cabral recebeu os nativos com honras de estado. O significa essa sua postura humanista?

Belmonte - esta é uma terra de paisagem, de sol, de fruta e de vinhos – mas é também, e sobretudo, uma terra de gentes. Algumas deixaram o seu nome na história coletiva do povo português.

É o caso de Pedro Álvares Cabral que, nascido em Belmonte, galgou os mares e oficializou para Portugal as terras da Vera Cruz, hoje Brasil.

A gesta dos Cabrais foi sempre gente de palavra - estavam mesmo isentos do juramento de fidelidade ao rei. Pedro Álvares Cabral honrou essa tradição, serviu em lealdade, combateu com bravura, honrou os seus preceitos, até que um dia... terá virado as costas ao rei e nunca mais levantou a espada ao seu serviço.

- Mas, afinal, quem era este homem?

Terá nascido em 1467, aqui em Belmonte. Ainda muito jovem, rumou com o seu irmão mais velho para Lisboa, para se instruir na corte, junto dos grandes mestres da altura – quase todos judeus.

Foi por isso, já um homem do renascimento, das novas luzes que irrompiam pela Europa. Um homem com educação e valores humanistas.

Como qualquer nobre, para além da álgebra, da filosofia, da religião, da cosmografia, estudou também as artes da guerra, o manejo das armas e do cavalo, a estratégia militar. Seguiu para o norte de África onde se tornou cavaleiro do rei sob a insígnia da Ordem Militar da Cruz de Cristo. Aqui combateu durante oito anos. Consta que era um homem forte e alto para a época, pelo que destacou em combate e na liderança de homens.

Foi por este perfil que D. Manuel I o escolheu para capitão-mor da maior e mais lustrosa armada que iria sair de Portugal, rumo às Índias. E aqui importa sublinhar – substituindo o grande herói daquele tempo, Vasco da Gama.

Podemos deduzir, que Pedro Álvares Cabral não era um grande entendido do mar. Era, antes de tudo, o líder político da missão, o representante do rei. Outros sabiam mais que ele das coisas do mar, como por exemplo, Bartolomeu Dias, que ia sob o seu comando.

Mais que um navegante, Cabral era um líder, um comandante de homens, um respeitado capitão militar de toda a armada.

Rumou às Índias onde deu mostras de diplomacia, inteligência e pundonor. Mas onde mostrou também o seu lado feroz, o seu lado marcial.

Depois de traído por árabes e indianos, num ataque à feitoria em que, por entre dezenas de portugueses pereceu o célebre Pêro Vaz de Caminha, durante dois dias e duas noites mandou bombardear Calecut, matando um ror de gente.

Mas este não era o seu lugar na história. O seu lugar conquistou-o noutras paragens.

Fez história ao pisar, por vez primeira, as terras de um mundo novo que hoje conhecemos por Brasil. Ia ele, ainda a caminho das Índias.

Ocasionalidade? Vítima de uma tempestade?

Ou intencionalidade? Desvio de rota consciente e deliberado?

Quando a carta de Pêro Vaz Caminha foi resgatada do esquecimento, ficou claro que não tinha havido tempestade. Que a chegada ao novo mundo não era causa de espanto.

Ora, terá Cabral ido tomar aquelas terras em nome d'el-rei? Parece o mais lógico.

Contudo, é de estranhar que não tenha lá deixado qualquer padrão de pedra com as armas de D. Manuel – como deixavam em todo e qualquer lugar em que os portugueses aportavam.

Podemos inferir, que senão levavam um padrão, é porque não levavam públicas ou privadas instruções de tomar terra.

Se levavam um padrão e não o chantaram em terra, é legítimo questionar então, se foram em nome e por ordem d'el-rei.

Defendo que não.

Então, se Cabral desobedeceu a D. Manuel, obedeceu a quem? Deixo algumas reflexões...

- Era um cavaleiro da Ordem Religiosa e Militar da Cruz de Cristo.
- Em vez do padrão, deixou nas novas terras uma enorme... Cruz de Cristo sob a qual mandou rezar missa.
- Chamou aquelas terras, terras da “Vera Cruz” - a verdadeira cruz de Cristo.
- E levou nas velas a Cruz de Cristo desenhada a vermelho-sangue.

Bom, questionam vocês, é crível que ele tenha desobedecido a el-rei?

Na verdade, não se pode falar de desacato a Sua Majestade. É que, na verdade, se por um lado terá seguido as ordens do prior de Tomar, figura de proa da Ordem, por outro, é sabido, que el-rei D. Manuel era também o grão-mestre da Ordem de Cristo... ora, obedecendo aos Irmãos obedecia naturalmente a el-rei.

Espero ter conseguido despertar a vossa curiosidade sobre este tema e sobre este personagem?

Mas, deixem-me ainda sublinhar, uma vez mais, o facto de Cabral ser um homem íntegro e com primores de honra.

Mais tarde, numa nova armada, rumo às Índias, não aceitou que o rei lhe dividisse o comando de com um tio de Vasco da Gama – e por influência deste.

Assim, como não concordou em levar a guerra até às Índias, pelo que voltou as costas à coroa e se afastou de todas as mordomias reais.

Gostaria mesmo de sublinhar o lado humanista deste homem.

Quando chegou a terras da Vera Cruz – Brasil, recebeu dois indígenas a bordo da sua nau. Vejamos o que diz a famosa Carta de Pêro Vaz Caminha:

*“... quando eles chegaram, estava o capitão sentado em uma cadeira, bem vestido, com um colar de ouro mui grande ao pescoço, e aos pés uma alcatifa por estrado. (...)*

*Deram-lhes ali de comer: pão e peixe cozido, confeitos, fartéis, mel e figos passados. Não quiseram comer quase nada daquilo; e, se alguma coisa provaram, logo a lançaram fora.*

*Trouxeram-lhes vinho numa taça; mal lhe puseram a boca; não gostaram nada, nem quiseram mais. Trouxeram-lhes a água numa albarrada. Não beberam. Mal a tomaram na boca, logo a lançaram fora. (...)*

*Então estiraram-se de costas na alcatifa, a dormir, sem buscarem maneira de cobrirem suas vergonhas, as quais não eram fanadas; O Capitão lhes mandou pôr por baixo das cabeças seus coxins; E lançaram-lhes um manto por cima; e eles consentiram, quedaram-se e dormiram”*

Chamo assim, a vossa atenção para este facto fantástico - ao contrário de Colombo, que disse ter encontrado “animais sem inteligência”, vejam como Pedro Álvares Cabral recebeu os nativos com... honras de estado.

Vestiu o seu melhor fato de comandante, colocou as suas insígnias, o seu chapéu de penacho, o seu colar d'ouro, estendeu uma tapete para receber os dois homens, com diplomacia, deu-lhes comida e bebida.

E tendo eles adormecido todos nus no convés do navio, tomou-se de cuidados, e mandou cobri-los com um manto e que lhes colocassem uma almofada na cabeça.

Importa referir este pormenor. Não a força do conquistador sobre os mais fracos. Mas o respeito de igual para igual. Onde encontram igual na história? Sublinho mais. Durante os dez dias que permaneceu naquelas terras não se levantou uma arma, um dedo sequer contra aquele povo. E mais, não deixou que nenhum indígena viesse prisioneiro para Portugal, para ser exibido na corte como um animal selvagem, um animal exótico. Gosto de acreditar, que esta postura pacifista tenha sido o prenúncio de uma relação de irmandade que perdurou por séculos, até hoje. Foi assim um homem da beira que marcou a nossa história.

No limiar do Renascimento, quando a luz irrompia nas trevas para maior lucidez dos homens, olhando para um reino frágil, doente, desgastado em guerras lá nos fins do mundo, talvez Cabral tenha olhado para o seu percurso e colocado a si próprio muitas questões.

E talvez tenha questionado o seu serviço a um Deus e a um Rei, em nome dos quais ele fora apenas um instrumento de morte.

Talvez se tenha questionado sobre o papel de Portugal no mundo... no norte de África? Nas terras da Vera Cruz? No longínquo do Oriente?

Pedro Álvares Cabral, talvez não tenha gostado das respostas às suas próprias perguntas. Talvez não tenha gostado de ver a estirpe de homens a quem servia, e não tenha gostado de descortinar o que lhe parecia ser o futuro pouco promissor de um do seu reino despovoado, pobre e perdido em guerras no além-mar.

Talvez por isso, talvez, tenha virado as costas à vã glória dos homens... para se reencontrar consigo mesmo e com o verdadeiro Deus.

Talvez isso explique porque é que este herói nacional, de grandeza primeira, se recolheu na sua simplicidade e repousa em... campa rasa!

Obrigado. **João Morgado** Escritor, [www.joaomorgado.net](http://www.joaomorgado.net)

#### PARTICIPA PELA PRIMEIRA VEZ. Faz parte do PAINEL DA UBI

[Regressar índice](#)

#### 29) JOSÉ ANTÓNIO SALCEDO, CIENTISTA, EMPREENDEDOR, MEMBRO DA ACADEMIA EUROPAEA, AICL



SEIA 2014

Redator do Manifesto "A inovação na transformação da cidade" (Porto)

José António Salcedo licenciou-se em Engenharia Eletrotécnica pela Universidade do Porto, em 1973, e recebeu os graus de Mestrado e Doutoramento pela Universidade de Stanford, na Califórnia, em 1974 e 1978, respetivamente, como bolseiro NATO e Fulbright.

Em Stanford realizou igualmente um pós-doutoramento como bolseiro IBM, tendo trabalhado de seguida Cientista Sénior na Westinghouse, Pensilvânia. De regresso a Portugal nos anos 80, cofundou o INESC-Porto e o seu Centro de Optoeletrónica.

Em 1994/95, serviu como Gestor do Programa Praxis XXI, um programa de cofinanciamento de Ciência e Tecnologia.

Até 2002 desenvolveu carreira académica na Univ. do Porto, primeiro como Prof. Associado de Física na Faculdade de Ciências e depois como Prof. Catedrático de Engenharia Eletrotécnica na Faculdade de Engenharia.

Em 2002 dissociou-se da universidade para iniciar uma carreira ligada à criação e desenvolvimento de empresas tecnológicas, na sequência da empresa ENT que cofundou e codirigiu no Grupo EFACEC entre 1995 e 2000. Fundou e dirigiu a Multiwave (Califórnia e Maia, 2002- 2012), seguida da Atla (Noruega, 2012-presente). É membro da Academia Europaea e das principais organizações profissionais do setor (IEEE, OSA e SPIE). Recebeu o prémio carreira "IEEE Engineering Achievement Award 2009".



É autor e coautor de mais de 100 trabalhos publicados internacionalmente e de 10 patentes registadas nos EUA.

## TEMA REFLEXÃO SOBRE ALGUNS DESAFIOS DO FUTURO PRÓXIMO

Assistimos atualmente a uma nova vaga de industrialização, referida frequentemente como “Indústria 4.0”. Nesta vaga, a automatização das funções produtivas vai acelerar através de tecnologias como impressão 3D e robótica. Porém, e em contraste com vagas anteriores, a automatização de muitos tipos de raciocínios e da tomada de decisão vai ocorrer também, através da introdução de inteligência artificial. Neste contexto, os desafios para o trabalho e emprego serão mais difíceis de colmatar porque atingirão igualmente muitos tipos de serviços, incluindo transportes, distribuição, seguros e medicina. Que devemos começar a fazer hoje para melhor responder a alguns destes desafios do futuro próximo? De que Educação precisamos?

### Reflexão sobre alguns desafios do futuro próximo

AICL  
Belmonte, Abril 7, 2017  
José António Salcedo

### Tópicos

- Nova Onda de Industrialização
  - Características
  - Exemplos
  - Desafios
- Resposta aos Desafios
- Perigos
- Estratégia para Educação

### Características

- Automação intensiva, inovadora e inteligente
  - Produção de bens
  - Análise de dados e tomada de decisões
- Integração de tecnologias avançadas
  - Robótica e aprendizagem de máquinas (*machine learning*)
  - Impressão 3D
  - Inteligência artificial
  - Biotecnologia, Genética, Nanotecnologia e Fotónica
  - Interfaces inteligentes com utilizador, via Psicométrica

### Exemplos

- Restauração
  - Momentum Machines - Restaurantes automáticos nos EUA
  - KFC - Restaurantes automáticos na China
  - McDonald's CEO Ed Rensi: "It's cheaper to buy a \$35K robotic arm than it is to hire an employee who's inefficient making \$15 an hour bagging french fries."
- Transportes rodoviário de carga
  - China, mercado \$300B. USA, mercado de \$700B.
  - 40% dos custos são encargos salariais com motoristas
  - Mais de 50 empresas estão a desenvolver veículos e sistemas automáticos

### Exemplos



- Moshe Vardi, computer science professor at Rice University in Texas: "We are approaching the time when machines will be able to outperform humans at almost any task. Society needs to confront this question before it is upon us: if machines are capable of doing almost any work humans can do, what will humans do? A typical answer is that we will be free to pursue leisure activities. [But] I do not find the prospect of leisure-only life appealing. I believe that work is essential to human well-being."

### Desafios

- Transformação rápida do mercado de trabalho
  - Robots substituem pessoas
  - Menos postos em indústrias de manufatura e em serviços
- World Economic Forum 2017 - Report "The Future of Jobs"
  - <http://www.weforum.org/reports/the-future-of-jobs>
  - 65% of children entering primary school today will ultimately end up working in completely new job types that don't yet exist
  - Riscos de perda de postos de trabalho:
    - USA: 47%
    - China: 77%
    - OECD: 67%

# Desafios

## The risk of jobs being replaced by automation varies by country

Source: World Bank Development Report (2016)



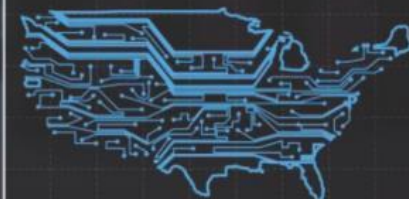
## 47% of US jobs are at risk from automation, but not all cities have the same job risk

Source: Berger, Frey and Osborne (2015)

### Least at risk

Boston	38.40%
Washington D.C.	38.40%
Raleigh	39.70%
Baltimore	40.40%
New York	40.70%
Bridgeport	41.10%
Toms River	41.20%
Richmond	41.40%
Minneapolis	41.40%
Denver	41.50%
San Francisco	41.70%

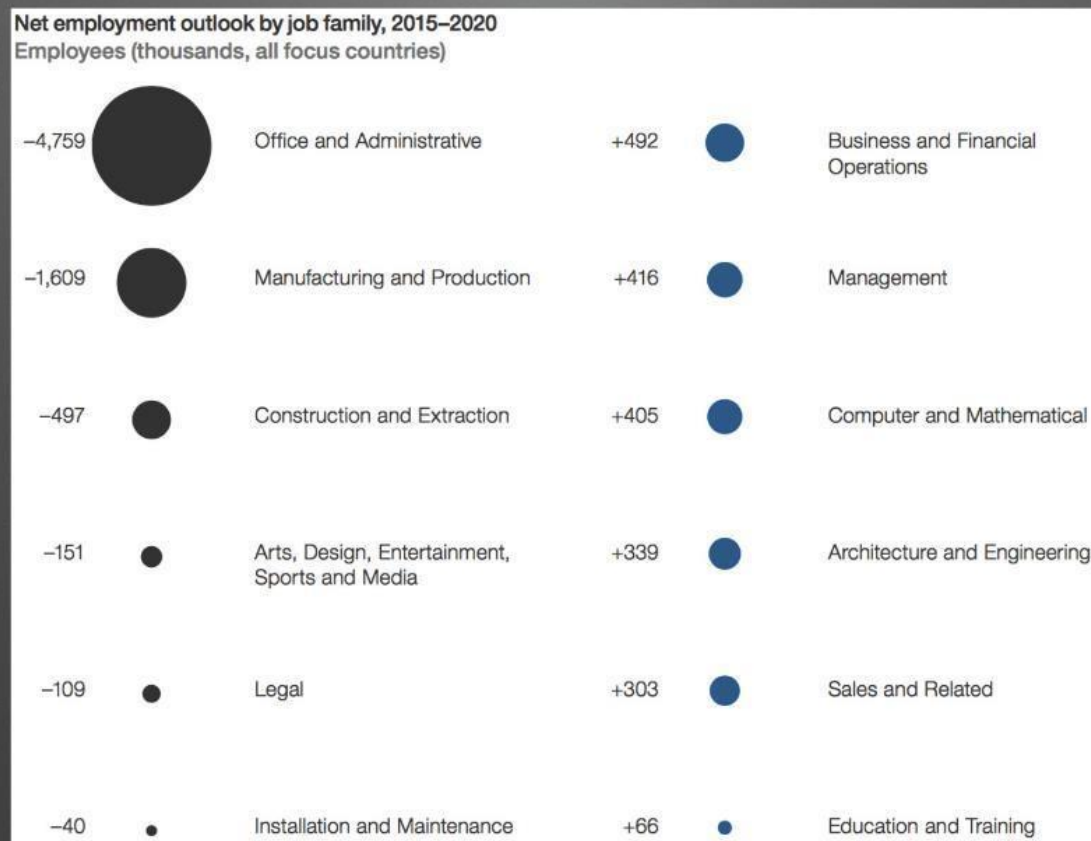
### % of jobs at risk of automation



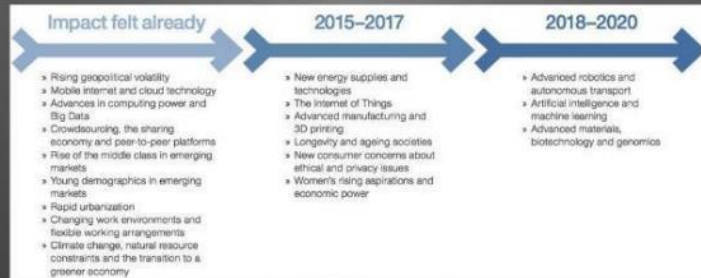
### Most at risk

Houston	45.80%
Sacramento	45.90%
Dayton	46.00%
Los Angeles	47.00%
Harrisburg	47.10%
Oklahoma City	47.10%
Grand Rapids	47.90%
Reading	48.40%
Greensboro	48.50%
Las Vegas	49.10%
Fresno	53.80%

# Desafios



## Desafios



9

## Desafios

- Profissões com grande procura
- Data analysts
  - Companies expect them to help make sense and derive insights from the torrent of data generated by technological disruptions.
- Specialized sales representatives
  - Practically every industry will need to become skilled in commercializing and explaining their offerings to business or government clients and consumers, either due to the innovative technical nature of the products themselves or due to new client targets with which the company is not yet familiar, or both.
- Senior Managers in Energy, Media, Entertainment and Information

10

## Respostas aos Desafios

- Gerir disrupções em competências
- Utilização de análise de dados para otimizar processos
- Diversidade de talentos
- Trabalho flexível e plataformas online de talento
- Refazer sistemas educacionais
- Aprendizagem ao longo da vida
- Modelos cross-industry e PPP

11

## Perigos

- Michal Kosinski, Stanford University - leading expert in psychometrics, a data-driven sub-branch of psychology  
<http://motherboard.vice.com/mad/big-data-cambridge-analytics-brex-it-trump>
  - Michael Kosinski (Cambridge e Stanford University) tornou possível a revolução digital em eleições
  - Ashburner Nix (Cambridge Analytics) executou-a
  - Donald Trump beneficiou dela
- Apenas 5 traços de personalidade são suficientes para traçar o perfil psicológico de uma pessoa com elevada precisão: Openness, Conscientiousness, Extroversion, Agreeableness, Neuroticism
- Conclusão: Em elevada medida, quer o voto Brexit quer a eleição de Trump são consequências directas da utilização de "Big Data" para chegar a cada pessoa com uma mensagem política específica com a qual a pessoa se identifica, influenciando assim o seu voto.

12

## Estratégia para Educação

- Ensino é irrelevante, o que conta é aprendizagem
- Aprendizagem tem de estar centrada no desenvolvimento da capacidade de resolução de problemas (*problem solving*), o que exige capacidade de pensamento crítico e criatividade - *creative critical thinkers*
- Busca e análise inter-disciplinar de informação
- Pensamento crítico
- Modelar problemas - Filosofia, Lógica, Linguagens, Matemática, Física, Engenharia, Programação, ...
- Elaborar estudos, propor soluções e articular ideias
- Trabalho em equipa
- Linguagens: Inglês, Chinês e programação (desde os 5-6 anos)

13

É SÓCIO DA AICL, SENDO CONVIDADO ESPECIAL PARA O 27º COLÓQUIO.

ESTEVE PRESENTE EM SEIA 2014 NO 22º COLÓQUIO



**30) JOSÉ CARLOS GENTILI, ACADEMIA DE LETRAS DE BRASÍLIA, AICL, PATRONO DESDE 2016**

**JOSÉ CARLOS GENTILI**, Natural de Porto Alegre, RS, Brasil, 1940. Curso básico no Colégio Farroupilha, antigo educandário alemão - Deutscher Hilfsverein. Estudos na área da Economia Política e Matemática Superior.

Bacharel em Direito, exerceu o magistério superior na Faculdade de Direito de Anápolis.

Advogado militante e empresário na área da atividade agropastoril e biogenética bovina.

Curso básico de inglês na Georgetown University; diplomado pela International Police Academy e Border Patrol Academy (USA).

Escritor, historiador, polígrafo, conferencista.

Poeta, prosador, atualmente, preside a Academia de Letras de Brasília.

Membro de inúmeras academias literárias e partícipe do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal.

Grão-Mestre AD VITAM da maçonaria brasileira, Grau 33º.

Sócio Correspondente da Academia das Ciências de Lisboa;

Presidente de Honra Perpétuo da Academia de Letras de Brasília, título outorgado a partir de 1 de julho 2016;

Membro do Conselho-Geral do Museu da Língua Portuguesa, recentemente criado em Bragança.



LAGOA 2009 BRAGANÇA 2008 BRAGANÇA 2008 LAGOA 2009

**Obras:**

A Infernização do Hífen (filologia)

- José Carlos Gentili – Um Cidadão do Mundo (fotobiografia)

**Ensaio:** Cultura de Alpendre (ensaio); - Estelo de Mipibu (ensaio artístico-biográfico), - Bolsa de Pastor (ensaio histórico). Tiradentes and the Masonry (ensaio histórico). - Terras de Lava (ensaio)

**Poesia:** Tempos de Versos, Quintal do Universo, Galo do Apocalipse, Voo Sideral, Vastidão do Nada, Aldeia do Bispo. - Universo do Verso (poesia). - Origen de las Almas (poesia)

**História:** A Igreja e os Escravos. Os Bicentenários da Inconfidência Mineira, Izabel Maria-Duqueza de Goyaz, Patrimônio da Capela, Agonia da Solidão, Fiat Lux - Villa do Acarape Precursora da Liberdade. Lagoa dos Cavalos (romance histórico). - Academia de Letras de Brasília – 30 anos (história)

**Matemática:** Análise Matemática Superior.

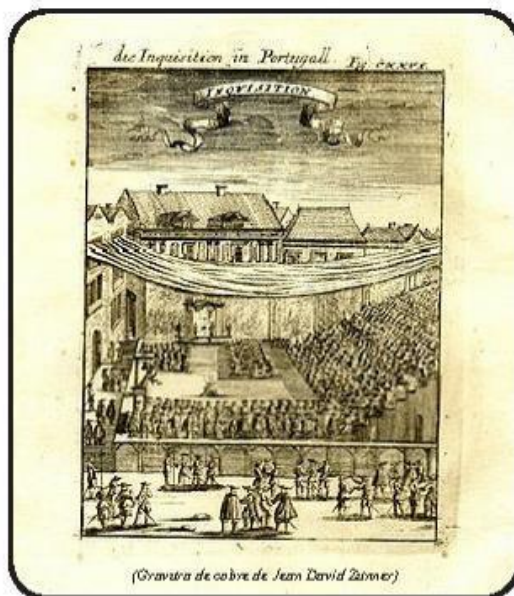
**Maçonaria:** Um Quarto de Hora, Projeto Amanhã, Jubileu de Prata e O Olho Que Tudo Vê.

**Direito:** Os Bancos de Dados e o Código de Defesa do Consumidor

Editou brochura do Seminário Internacional Novos Tempos, Cultura E Migração 2016, organizado pela Academia de Letras de Brasília

**TEMA 1.3. A EMIGRAÇÃO JUDAICA E SUAS INFLUÊNCIAS CULTURAIS**

José Carlos Gentili



# A MIGRAÇÃO JUDAICA EM BELMONTE E SUAS INFLUÊNCIAS CULTURAIS

2017

## A MIGRAÇÃO JUDAICA EM BELMONTE E SUAS INFLUÊNCIAS CULTURAIS

Heródoto, considerado o Pai da História, há mais de dois milênios, afirmou ser fundamental:

“Pensar o passado para compreender o presente e idealizar o futuro.”



Os ciclos civilizacionais renovam-se, mantendo a historiografia mundial os registros, que demonstram constituírem-se os acontecimentos em verdadeiros marcadores de contemporaneidade.

Fatos milenares, seculares, apontam que os homens, através dos tempos, suplantam os seus desafios vivenciais, buscando no poder hegemônico, a razão maior de suas existências.

Poder e religiosidade são entes gemelares, a orbitar o universo dos homens e o da divindade. A glória é que cada segmento tenha o seu deus próprio, exclusivo, a feitura de um conglomerado divinal. O Olimpo grego, mitológico, fantasmagórico na interação da figura humana com a da divindade, gerou profundas reflexões no período greco-romano, alcançando os tempos atuais, guardados os avanços tecnológicos das comunicações. Deuses e semi-deuses olímpicos!

Assim, de forma diacrônica, voltamos à migração judaica em Belmonte, incrustada em Portugal, terra natal de Pedro Álvares Cabral e cenário da presença helenística e de atuante romanização, posterior.

Aliás, nos moldes vassaláticos, Pedro Álvares Cabral, Fidalgo do Conselho do Rei e Cavaleiro da Ordem de Cristo, segundo consta, foi batizado como Pedro Álvares de Gouveia, passando a usar o sobrenome Cabral, somente três anos após o descobrimento do Brasil. A mãe dele se chamava Isabel Gouveia de Queiroz, com vínculo judaico em sua ancestralidade.

A propósito, Cabral era genro do rico comerciante asturiano, Fernando de Noronha, conhecido também como Fernão de Noronha (Fernan de Loronha), cristão-novo, preposto do celeberrimo banqueiro judeu Jakob Fugger, que recebeu da Corte a primeira capitania insular da colônia brasileira, a ilha de Fernando de Noronha, antigamente denominada ilha de São João da Quaresma, com direitos à exploração de pau-brasil.



*Fernando de Noronha*

Fernando de Noronha e seu genro Cabral, de Belmonte, representavam uma verdadeira sucursal do poderio financeiro de Jakob Fugger, estabelecendo sua malha de importância e interesses na expansão ultramarina da Península Ibérica, o primeiro ostensivamente e o segundo estruturado na órbita familiar.

O germânico Fugger, via seu representante Fernando de Noronha, foi o primeiro não-português a investir no Brasil, ainda em 1503.

Nos primórdios do século XVI, após o descobrimento do Brasil, duas expedições exploradoras, uma de 1501 e outra de 1503, capitaneadas pelos judeus conversos Gaspar de Lemos (Gaspar da Gama) e Gonçalo Coelho, tiveram a interferência de Noronha junto ao Rei de Portugal (D. Manuel), estabelecendo-se contratos exploratórios da Terra de Santa Cruz, que chegou a ser conhecida como Terra de Gonçalo Coelho.



A importância de Belmonte e a judiaria atingiram extraordinário grau de importância nas atividades comerciais ultramarinas. Judeus como Diogo Alvares Correa (Caramuru), João Ramalho, náufragos na costa brasileira, constituíram-se em pontos de apoio comercial madeireiro, ensejando orientações a todos, inclusive a Martim Afonso de Souza, judeu também, donatário de capitania hereditária.

A força judaica permitiu a criação da primeira sinagoga das Américas, em Recife, a Kahar Zur Israel, que após a retirada batava da colônia foi esta falange de judeus para os Estados Unidos, criando a Nova Amsterdã, hoje New York.



*Jakob Fugger*

Para que se reavive a importância de Jakob Fugger, dito o Rico, o maior banqueiro de todos os tempos no mundo, ressalte-se que ele tinha como seu representante em Portugal o sogro do belmontense Pedro Alvares Cabral, o cristão-novo Fernando de Noronha.

Traz-se à colação notícia alusiva ao poder econômico incontestante de Fugger:

*“Um negócio escandaloso”*

“Tudo teria começado em 1513-4 com a ambição da dinastia Hohenzollern, da Prússia, em querer ampliar o controle sobre os arcebispados alemães. Aproveitando-se da vacância de dois importantíssimos postos, Alberto de Brandeburgo, que apesar de ter apenas 23 anos já ser arcebispo de Madenburgo reivindicou junto ao papado a acumulação das funções das dioceses de Mayence e Halberstadt. Pretensão tida como ilegal, mas contornável se amparada com dinheiro ofertado a Roma. A confirmação dada pelo papa Leão X (da família dos banqueiros Médici de Florença), em agosto de 1514, custaria a Alberto de Brandeburgo a soma de 14 mil ducados, acompanhada de uma “concessão voluntária” de mais 10 mil ducados.

A intermediação do negócio entre o arcebispo e o papa foi reservada ao grande banqueiro Jacob Fugger, o rico (+ 1525), que naquela época praticamente detinha o monopólio das relações financeiras de Roma com os estados alemães (conforme A. Schulte, *Die Fugger in Rom*, tomo I, 1904). Foi para pagar os adiantamentos de Fugger que o papa Leão X concedeu a Alberto de Brandeburgo a permissão de vender indulgências ao preço entre oito e 9 ducados cada uma, nas dioceses do seu arcebispado.

A concessão, conforme determinou a bula papal de 31 de março de 1515, se entenderia por oito anos, sendo que o arcebispo e o pontífice dividiriam entre si os proventos alcançados repassando-os ao credor Fugger. Sendo que Leão X, com o que lhe cabia, pensava em acelerar as obras do Vaticano, então em construção. Todavia, Maximiliano, o imperador do



Sacro Império Romano Germano, desde que fora informado do acordo, exigiu sua participação, reclamando para si, durante os três primeiros anos, 1/3 do que fosse recolhido entre os crentes temerosos das penas eternas.”

*Crê-se que Belmonte tenha sido o polo mais forte da presença judaica em Portugal, mantendo-se através do tempo a singularidade da tradição hebraica, da cultura, como demonstram e registram os historiadores, constituindo-se o Museu Judaico de Belmonte, num verdadeiro repositório da memória do povo de Israel.*

*Pedro Álvares Cabral, homem de Belmonte, tido como cristão-novo, descobridor do Brasil, em 22 de abril de 1500, quando fazia acompanhar-se de inúmeros judeus, tais como Gaspar da Gama, que falava várias línguas, entre elas o hebraico, árabe e caldeu; Mestre João (João Faras), médico particular da Coroa e astrônomo espanhol, nascido na Covilhã; além de clérigos.*



“Castelo dos Cabrais”

6



Mais, ainda, a efetiva história dos judeus em Portugal teve início com a formação do Condado Portucalense até o processo da Reconquista Cristã, após oito séculos de domínio muçulmano, quando os mouros venceram os visigodos na Batalha de Guadalete (d.C.711).

Durante cinco séculos o Judaísmo floresceu na Espanha, mais tarde obstado pela Inquisição.

7

A Península Ibérica ( Sefarad) ganhou novos contornos sócio-políticos sob o mando de D. Afonso Henriques, o primeiro Rei de Portugal (O Conquistador), ex-Condé de Portucale, partícipe das Cruzadas, quando os judeus ibéricos passaram a ser denominados de sefarditas. A Reconquista encontrou no mundo judaico um apoio incontestado, tornando-se D.Iachia ibn Yaisch, rabi- mor, uma figura da maior importância da Corte portuguesa.

A anterioridade migratória tem origem na diáspora judaica, consubstanciada nas diversas fulgas dos judeus mundo afora, na confrontação com outros povos na busca do poder hegemônico civilizatório e na cristalização da busca da Terra de Canaã. Sem dúvida, longa e sofrida história do povo judeu em suas diásporas!

O judeu é um povo peregrino.

Até então, os monarcas portugueses propiciavam liberdade do culto judaico e as judiarias se constituíam numa realidade social. Em toda a região, especialmente, em Belmonte, em razão de que os imperadores tinham noção exata do poder e prestígio dos judeus na condução do projeto expansionista ultramarino, o judaísmo se expandiu. Em 1516, o Rei D. Manuel proporcionou meios para que os cristãos-novos desenvolvessem a indústria canavieira no Brasil, despontando a figura judaizante do dono do Engenho Santiago, do judeu Diogo Fernandes.

O rei D. Manuel e seu tio antecessor, D. João II, tiveram o descortino de aproveitar a capacidade e os conhecimentos dos fugitivos judeus da Espanha, reunindo homens eruditos, como, por exemplo, Abrão Zacuto, nomeado astrólogo e cronista da Corte.



(Abrão Zacuto)

Abraão Zacuto foi o autor de um novo astrolábio, que ensinou os navegantes portugueses a utilizar tábuas astronômicas na orientação das caravelas portuguesas em alto-mar, publicando um tratado notável de astronomia em hebraico e em latim, impresso na tipografia de Leiria de Abraão de Orta em 1496, como Almanach Perpetuum.

A erudição dos judeus ensejou o esplendor da escola de Sagres, permitindo que o belmontense Pedro Alvares Cabral e Vasco da Gama atingissem os feitos heroicos do descobrimento do Brasil e chegada às Índias pelo Ocidente.

Na frota cabralina esteve presente o judeu Mestre João (José Vizinho), cirurgião de D. Manoel, cosmógrafo, físico, matemático, astrólogo, nascido na Covilhã.

A Igreja preocupada com o avanço do mundo judaico impôs a expulsão dos judeus da Espanha, em 1492, permitindo que os sefarditas levassem todos os seus bens, menos ouro, prata, joias e moedas... Este ato apenas fez crescer o contingente dos participantes da judiaria lusitana. Foram cerca de 100 mil sefarditas



Dada à proximidade geográfica, Portugal recebeu os exilados, impondo-lhes o pagamento de oito cruzados por migrante, além da obrigatoriedade de procurarem novos destinos no prazo de oito meses, após o que seriam vendidos como escravos. Nova artimanha imperial foi engendrada por D. Manuel I, estendendo o prazo por mais um ano, preocupado com a perda econômica desta saída, criou obstáculos de emigração, determinando o batismo de todas as crianças com menos de 14 anos, na fé cristã e, consequentemente seus pais, agora cristão-novos, ditos marranos, filhos dos sefarditas.

Em razão do Édito de Expulsão, de 1496, a sinagoga de Belmonte foi transformada na Igreja do Espírito Santo.

Sempre a Igreja, a ferro e fogo, a impor seus desígnios de poder junto aos monarcas, razão pela qual criou a famigerada Inquisição em Portugal, em 16 de julho de 1524, verdadeira sucursal da hispânica, sob o comando do temível dominicano Tomás de Torquemada, Inquisidor-Geral, que lançou milhares de judeus às fogueiras medievais, em nome do Cristo! Impõe-se registrar que, após o primeiro auto de fé em Lisboa com execuções em diversas cidades, o Papa suspendeu a Inquisição em Portugal, mas aquiesceu, mais tarde com o seu retorno, atendendo ao monarca D. João III, expedindo bula suplementar, em 16.7.1547.

Em resumo, os interesses da Igreja e monárquicos eram entrelaçados, cujo exemplo maior foi a implantação do Padroado.

A Inquisição em Portugal durou até 1821, extinta por ato do Marquês de Pombal, minimizando-se a perseguição clerical.

Há que se louvar, sempre, o credo judaico em sua luta titânica na preservação de seu ideário, mormente quando os conversos, marranos, descendentes dos sefarditas, fugindo das perseguições da Santa Inquisição (sic), clandestinamente, continuaram a professar o criptojudaísmo.

Vislumbra-se que o criptojudaísmo foi a forma velada que proporcionou a manutenção da língua, dos costumes, da alimentação, da religiosidade, das tradições hebraicas, mantendo-os preservados socialmente, como estivessem sob uma redoma protetora, o que aconteceu em Belmonte e circunvizinhanças.

Veja-se o que aconteceu com o latim, como língua dominante de um Império!

O latim, dita Flor do Lácio, transportou os valores do Império Romano mundo a fora, gerando as seguintes línguas românicas no continente europeu, fruto da miscigenação e embates entre dominantes e dominados, caldeando hábitos, costumes, formas de expressão, valores étnicos e novos gentios.

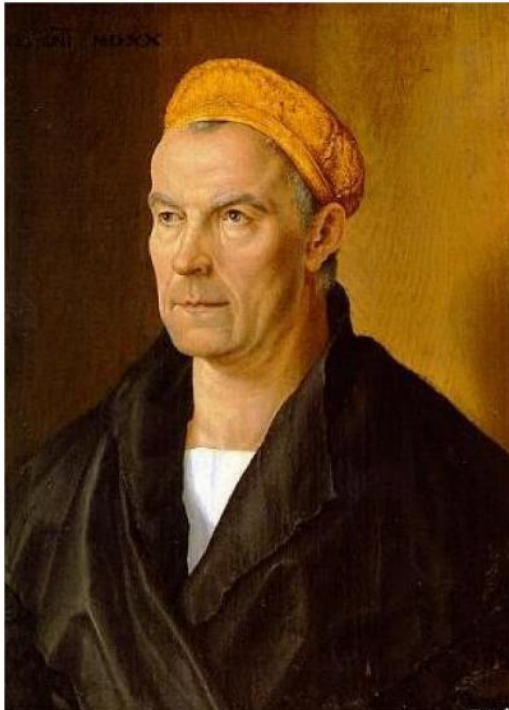
O latim vulgar teve seu declínio por volta de 1300 como língua, ao contrário do árabe, do hebraico e do aramaico, em uso até os dias atuais, ditas línguas de raiz semítica.

Há que se reflexionar do porquê o hebraico resistiu às intempéries civilizatórias desde os primórdios da eliminação do Templo de Jerusalém por Nabucodonosor, por volta do ano 70, antes de Cristo.

### Línguas românicas

- |                         |              |                                |                |
|-------------------------|--------------|--------------------------------|----------------|
| • aragonês              | • mirandês   | • catalão                      | • istro-romeno |
| • aromeno/arrumânico    | • moldavo    | • corso/córsico                | • normando     |
| • asturiano             | • napolitano | • emiliano-romanholo           | • occitano     |
| • italiano              | • provençal  | • espanhol/castelhano/italiano | • piemontês    |
| • ladino/judeu-espanhol | • romeno     | • megleno-romeno               | • português    |
| • estremenho            | • sardo      | • friulano/friuliano           | • valenciano   |
| • franco-provençal      | • siciliano  | • galego                       | • calão        |
| • francês               |              | • gallo                        | • vêneno       |

*Diz-se que o ladino, que se assemelha ao espanhol, era usada pelos judeus na Península Ibérica, que se constituía numa reunião de palavras de origem hebraica com termos castelhanos, portugueses, árabes e catalães. Era uma adequação ao mundo dos negócios.*



*Por sua vez, o occitano era concorrente ao latim como lingua científica, utilizada pelos trovadores e tinha a característica de lingua franca nas trocas comerciais.*

*Deste conglomerado linguístico, duas raízes permaneceram intactas: o árabe e o hebraico, ambas semíticas como o aramaico (Jesus falava aramaico) e o siríaco.*

*Crê-se que a fé professada por ambas seja o sustentáculo da coexistência até os tempos atuais, razão pela qual a Igreja tenha promovido luta insana pela primazia de evangelização catequética. Recorde-se a figura do notável orador sacro, Padre Antônio Vieira, defensor dos indígenas brasileiros, da erradicação da escravidão negra, do retorno dos judeus expulsos, motivo pelo qual foi preso pela Inquisição, durante dois anos.*

*A forma do criptojudaismo ensinou limites preservacionistas da religião, dos costumes, da cultura, até mesmo de sobrevivência física.*

*Belmonte é uma ponta deste gigantesco iceberg cultural linguístico.*

O Museu Judaico de Belmonte é uma chama viva de resgate desta odisseia, a mostrar as entranhas da tortura eclesiástica, revivida pelos nazistas insanos, que geraram o Holocausto. Belmonte é o único núcleo intacto de marranos no mundo, constituindo-se a sinagoga de Tomar, o mais antigo templo judaico em Portugal.

Como um farol a iluminar os incautos, encontra-se a primeira sinagoga em Belmonte, datada de 1297, onde está afixado em seu vestíbulo, o dizer:

**ADONAI ESTÁ NO TEMPLO SAGRADO.  
NA SUA PRESENÇA TODA A TERRA  
PERMANECE EM SILÊNCIO.**

12



José Carlos Gentili  
Curso sobre o Monoteísmo, em Israel, usando o quipá e o manto talit, sob as vistas do rabino.

#### Bibliografia

- Silva, Armando Coelho F.; Museu Judaico de Belmonte, Belmonte/Portugal; DJ Company; 2005
- Attali, Jacques; Os judeus, o dinheiro e o mundo; Editora Futura, 2004; São Paulo-Brasil.
- Vários colaboradores; A epopeia do povo judeu II, editora Maayanot; 2014, São Paulo, Brasil.
- Canelo, David Augusto; Os últimos criptojudes em Portugal, Câmara Municipal de Belmonte, 2005; Gráfica Marques & Pereira Ltda; Guarda/Portugal.

Diagramação: Welber Costatandrade

PRESENTE NO 10º COLÓQUIO BRAGANÇA 2008, 11º COLÓQUIO LAGOA, AÇORES 2009.

ADMITIDO PATRONO DA AICL 17/6/2016 POR PROPOSTA DO PROF. MALACA CASTELEIRO. TOMA PARTE NA SESSÃO DAS ACADEMIAS.



31) JOSÉ CARLOS VENÂNCIO, UBI - CECS – CENTRO DE ESTUDOS DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE (U. MINHO)



**JOSÉ CARLOS VENÂNCIO**

Professor Catedrático da Universidade da Beira Interior. Foi Professor Visitante da Universidade de Coimbra (Departamento de Antropologia) no ano letivo de 1998/99

Professor Visitante da Universidade de Macau (Departamento de Estudos Portugueses) de 1995 a 2006.

É atualmente Professor Visitante da Universidade Agostinho Neto (Faculdade de Ciências Sociais, Luanda)

Investigador do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho. Pertence ao conselho consultivo de algumas revistas de Ciências Sociais.

É Académico Português de Número da Academia Internacional da Cultura Portuguesa

Vice-presidente da Mesa da Assembleia da Sociedade Angolana de Sociologia. Publicou vários trabalhos sobre a África de língua portuguesa, sobre Macau e sobre o Brasil. Tem ainda colaboração em revistas nacionais e estrangeiras. Desses trabalhos destacam-se os livros:

Literatura e poder na África lusófona (Lisboa: ICALP 1992),

A economia de Luanda e hinterland no século XVIII. Um estudo de Sociologia Histórica (Lisboa: Estampa 1996),

Colonialismo, antropologia e lusofonias. Repensando a presença portuguesa nos trópicos (Lisboa: Vega 1996),

O facto africano. Elementos para uma Sociologia de África (Lisboa: Vega 2000; ed. brasileira em 2010)

A dominação colonial. Protagonismos e heranças (Lisboa: Estampa 2005).

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Cooperação (Coimbra: Almedina 2001) e

Terrorismo (Coimbra: Almedina 2004), ambos coordenados por Adriano Moreira, e

Ensaios lusófonos (Coimbra: Almedina 2012), coordenado por Fernando Cristóvão.

Coordenou com Adriano Moreira o livro *Lusotropicalismo: uma teoria social em questão* (Lisboa: Vega 2000), galardoado com o Prémio Gilberto Freyre (2000) da Fundação Oriente.

**TEMA 2.7. A DIMENSÃO ESTÉTICA DA LUSOFONIA. HISTÓRIA E CRIATIVIDADE (LITERÁRIA E ARTÍSTICA) NO ESPAÇO DE LÍNGUA PORTUGUESA, JOSÉ CARLOS VENÂNCIO, [JCVENANCIO@SAPO.PT](mailto:jcvenancio@saop.pt), UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR, CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E CULTURA**

Partindo de um conceito alargado de estética, que, de certa maneira, coincide com o sentido panteísta que Georg Simmel lhe atribuiu, começarei por discorrer sobre a presença portuguesa nos trópicos e sobre a constituição, no decorrer do período mercantilista, do que tenho designado por núcleo duro da lusofonia: o Nordeste brasileiro, o arquipélago de Cabo Verde e as cidades de Luanda e Benguela e respetivos *hinterlands*.

Debruçar-me-ei, num segundo momento, sobre a relação entre os movimentos modernistas, emergidos nestas regiões, e a experiência histórica e cultural decorrente daquela presença.

Num terceiro momento, tentarei averiguar a influência, com incidência nos campos artísticos cabo-verdiano e angolano, dos movimentos modernistas em apreço na produção literária e artística (artes plásticas) *nacionais* dos respetivos países.

...recordando o meu *mais-velho* Eleutério Sanches, pintor, poeta e músico (luso-)angolano...

**PALAVRAS PRELIMINARES**

"Parece que Paul Gauguin, homem bastante distraído, pôs sua assinatura num par de esculturas do Congo. O erro foi contagioso. A partir de então, Picasso, Modigliani, Klee, Giacometti, Ernst, Moore e muitos outros artistas europeus também cometeram o mesmo engano, e com frequência".

Eduardo Galeano, *Espelhos. Uma história quase universal* (2009: 249)

Um dos conceitos mais controversos da nossa contemporaneidade, enquanto falantes de língua portuguesa, é certamente o de lusofonia, que identificando-nos perante a diversidade do mundo, igualmente nos separa. Construído sobre os escombros de um império colonial que, sendo seguramente diferente dos seus congêneres, não foi nem mais nem menos desumano que estes. Prevaecem, em consequência, injustiças e ressentimentos que não se desvanecem de um dia para o outro – aliás, nem seria desejável que assim fosse -, mas que também não obstam a que nos entendamos e a que nos sintamos cultural e esteticamente próximos. Entenda-se, a este propósito, estética num sentido alargado, dando conta da percepção sensorial e afetiva da realidade pelos sujeitos cognoscentes (Reckwitz 2014: 20 e segs.) e não tanto como o poder de julgar ou decidir sobre o belo, como a filosofia alemã a consagrou.

Há anos que venho trabalhando e refletindo sobre estas matérias, ou seja, sobre o que subjaz de cultural e antropológicamente comum ao chamado mundo de língua portuguesa, sobretudo, no que à estética diz respeito. Esta tem sido (e é, ao longo deste ensaio) entendida num sentido lato, próximo do sentido panteísta que Georg Simmel lhe atribui.

Ao longo da investigação em apreço, pude constatar que três regiões do então império desempenharam um papel primordial, constituindo como que o núcleo duro da lusofonia. Refiro-me ao Nordeste brasileiro, às ilhas de Cabo Verde e às cidades de Luanda e Benguela com os respetivos *hinterlands*. São regiões e/ou áreas culturais que perfazem, seguindo Norbert Elias (2014)<sup>107</sup>, uma configuração social, cuja formação, no âmbito da expansão ou colonização portuguesa, se processou durante a vigência do mercantilismo, sistema que se estendeu do século XVI ao XIX.

### Cruzando fronteiras

As três regiões são banhadas pelo Oceano Atlântico, para onde se voltaram os interesses expansionistas após a perda da hegemonia no Extremo Oriente. Inaugura-se, com esta viragem, o que alguns historiadores, numa leitura cíclica da expansão, entendem ser o II Império, com o Brasil como pano de fundo<sup>108</sup>. Coincide com o início da IV dinastia, instaurada em 1640, a qual, se por um lado, consolidou definitivamente a independência de Portugal no contexto ibérico, não deixou, por outro, de representar a perda da sua posição central no mundo de então (leitura de I. Wallerstein) e, em termos de política interna ao império, o declínio de Lisboa enquanto centro de decisão imperial. Esta última parece ter sido, com exceção do consolado pomalino, a característica dominante do II Império, evidenciada, desde logo, pela reconquista de Pernambuco aos holandeses por iniciativa e ação de forças vivas locais e pela reconquista, igualmente aos holandeses, da cidade de Luanda, em 1648, por uma armada custeada por homens de negócios brasileiros e comandada por um deles, Salvador Correia de Sá.

A ação destes e doutros agentes de uma colonização que assim se processou muito ao ritmo de interesses e vontades locais, não deixou, porém, de dar continuidade e sentido sistémico a um império que, funcionando fundamentalmente como veio de transmissão entre as economias centrais da Europa ocidental e as zonas tropicais do Atlântico sul, ligava comercial e humanamente três continentes: a Europa, a África e a América.

Nesta confluência de interesses, o Nordeste brasileiro [mais a sub-região do litoral, uma faixa de cerca de 50 km para o interior, designada por Darcy Ribeiro (1995: 276 e segs.) por área cultural crioula]<sup>109</sup> produzia e exportava açúcar, Luanda, Benguela e respetivos *hinterlands* exportavam mão-de-obra escrava e Cabo Verde, inicialmente com a ajuda dos “lançados”<sup>110</sup>, serviu de entreposto comercial nesse mesmo tráfico. Assim, as s três regiões em apreço partilharam, entre outras, uma característica primacial: a dependência do escravo enquanto mão-de-obra e, no que às mulheres dizia respeito, sem excluir eventuais caso de amor, de objeto sexual (Young 1995: 150 e segs.; Venâncio 1996a)<sup>111</sup>. As mulheres brancas eram raras.

As relações sexuais havidas proporcionaram o incremento da mestiçagem, fenómeno que, de qualquer modo, não foi nem territorial, nem temporalmente igual a si mesmo. Foi mais evidente nas regiões marginalizadas, no seio de comunidades entregues ao seu próprio destino, como foi o caso de Cabo Verde, onde cedo se verificou, nas palavras de Gabriel Mariano (1991: 71), a (...) “*instalação do mestiço em áreas ou classes de preponderância social*”<sup>112</sup>.

### A assunção da diferença

A partir dos anos 20 do século passado, o modernismo brasileiro, mormente a sua versão nordestina, o chamado Regionalismo Nordestino, o modernismo cabo-verdiano, protagonizado por escritores e intelectuais ligados à revista *Claridade* (1936) 1936, e o modernismo angolano, já dos anos 40, marcam o início da consciencialização desta particularidade cultural.

É bem provável que a região que os intelectuais e escritores nordestinos tomaram como referente para as suas reflexões e descrições não fosse além do *hinterland* de Pernambuco e do

<sup>107</sup> Conceito devido a Norbert Elias, que o entende como um conjunto de interdependências humanas contextualizadas no tempo (e obviamente no espaço), conquanto não fechadas em si. As interdependências podem ser de dois níveis: as que se desenrolam numa relação de face a face (que assumem, por isso, uma dimensão interativa) e as que acontecem num plano macro (a nível da ‘tribo’, da sociedade-estado, da civilização, etc...), em que a ligação se manifesta apenas através da adesão a símbolos comuns. É com este sentido que utilizo o conceito na presente comunicação, evidenciando, nomeadamente, a proximidade antropológica e histórica entre as regiões ou áreas culturais em apreço, num preciso momento histórico.

<sup>108</sup> Corresponde esta nomenclatura a uma visão cíclica do império colonial português. O I Império foi o do Oriente, centrado no Índico e com a Índia por pano de fundo. Circunscreveu-se, em grande medida, ao século XVI. O II Império, centrado no Atlântico Sul e tendo o Brasil como principal objetivo, vai, pelo menos, até 1822, i.e., até à independência daquela colónia em 1822. O II Império, virado para África, começou em meados do século XIX e só terminou em 1975, quando as colónias africanas atingiram a independência. Cf. a este propósito, entre outros, o livro de Gervase Clarence-Smith (1990).

<sup>109</sup> Segundo uma publicação da Fundação Joaquim Nabuco (1982: 23), a região comportará uma área de mais ou menos 1.640.000 km<sup>2</sup>, i.e., aproximadamente 1/5 da área total do país, nela estando incluídos os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Baía, para além do vértice meridional do polígono das secas no estado de Minas Gerais e do território de Fernando Noronha, habitada por cerca de 35.358.300 habitantes.

<sup>110</sup> Portugueses e descendentes de portugueses que, por livre iniciativa e entregues à sua própria sorte, se dedicavam, na costa ocidental africana, ao comércio de escravos e de produtos locais, num período que se estende do século XVI ao século XIX, i.e., durante a período mercantilista e a vigência do sobejamente referido II Império. Usufruíam geralmente das melhores relações com as chefias locais, sendo que, em contrapartida, nem sempre eram bem vistos pelas autoridades portuguesas. Cf. Jean Boulègue (1989).

<sup>111</sup> O registo em apreço está inserto num Parecer do Conde de Oeiras dirigido ao Rei D. José I (AHU, Angola, cx. 43, doc. 11 de 20.11.1760) em que dá conta da preferência dos poucos brancos residentes em Angola, em meados do século XVIII, por mulheres negras. (...) “os poucos Brancos, que existem olham para as Mulheres da Europa com estranheza, como extraordinárias, preferindo por quase geral abuzo o consorcio das Negras”.

<sup>112</sup> Esta regra – se é que dessa constatação se pode, em termos sociológicos, inferir uma regra – não foi exclusiva do espaço de colonização portuguesa, antes alargada a vários locais de colonização europeia no hemisfério sul. Foi o caso, por exemplo, da Jamaica. Cf. Young (1995: 150 e sgs.).

sul da Paraíba, de onde era originário José Lins do Rego, a par de Gilberto Freyre, uma das figuras mais representativas do movimento. Os seus escritos remetem para a aceitação do que seria a (sua) região nordestina como um todo. Têm perante ela uma atitude ambígua e nostálgica. Tanto lamentam o fim do patriarcalismo, como celebram o advento da nova ordem social, mais democrática e, seguramente, mais justa, substituindo os velhos engenhos, engenhos centrais são substituídos pelas usinas, tecnicamente mais avançadas. O processo de mudança não foi propriamente isento de dramaticidade e sofrimento, como José Lins do Rego soube descrever a no romance *Usina*.

Uma das explicações possíveis para tal ambiguidade residirá na origem social dos seus protagonistas, filhos e netos de donos de engenho (Garcia Jr., 1993:32), sabendo, de qualquer modo, (...) “transformer en capital spécifique (simbólico e literário) toutes les connaissances acquises pendant l'enfance”, como, num registo bourdiano, aponta Afrânio Garcia Jr. (1993 :32). Este aparte é tanto mais assertivo quanto o facto de terem identificado o fim da era patriarcal com o fim da sua infância, recordada como um tempo mitológico, de equilíbrio social e, mesmo que implicitamente, de justiça.

Manuel Bandeira, poeta nascido no Recife (a capital do Estado de Pernambuco e principal centro difusor do regionalismo nordestino), mas considerado geralmente como um representante do modernismo de São Paulo na sua versão carioca, deve-se-lhe um interessante poema a respeito, “Evocação do Recife” (in *Libertinagem*, 1930):

“Recife...

Meu avô morto.

Recife morto, Recife bom, Recife brasileiro como a casa de meu

Avô”

(Rio, 1925).

Os escritores cabo-verdianos dos anos 30 do já referido movimento da *Claridade* tiveram um percurso semelhante ao dos seus colegas brasileiros, mormente ao dos escritores nordestinos, em quem se inspiraram explicitamente, como se verifica nas palavras de um dos seus promotores, Baltasar Lopes:

“Há pouco mais de vinte anos, eu e um grupo reduzido de amigos começámos a pensar no nosso problema, isto é, no problema de Cabo Verde. (...). Ora aconteceu que por aquelas alturas nos caíram nas mãos (...) alguns livros que considerámos essenciais pró domo nostra. Na ficção, o José Lins do Rego do *Menino de engenho* e do *Banguê*, o Jorge Amado do *Jubiabá* e do *Mar morto* (...) [e] em poesia foi um ‘alumbramento’ a ‘Evocação do Recife’, de Manuel Bandeira” (Lopes 1956: 5)<sup>113</sup>.

A *Claridade* e o livro de poemas de Jorge Barbosa, intitulado *Arquipélago*, publicado um ano antes, em 1935, marcam o início da consciencialização literária e cultural em Cabo Verde. Como é deduzível do excerto, o principal objetivo do grupo era produzir uma literatura que olhasse para os verdadeiros problemas de Cabo Verde, tais como as suas limitações climáticas, responsáveis pelas constantes e prolongadas secas. Os escritores e poetas cabo-verdianos deparavam-se, nesta medida, com um quadro geoclimático idêntico ao dos seus precursores nordestinos, também eles a braços com uma sub-região, a do sertão, onde as secas eram, e continuam a ser, constantes. Neles encontramos a mesma atitude ambígua dos escritores e intelectuais nordestinos perante uma organização social (colonial, neste caso) incapaz de socorrer os mais indigentes.

A poesia de Jorge Barbosa, o romance *Chiquinho* de Baltasar Lopes (Lisboa 1947), os romances de Manuel Lopes [*Chuva Braba* (1956, 1.ª ed.) e *Flagelados do Vento Leste* (1960, 1.ª ed.)] são, entre outras, as obras que mais consubstanciam esta atitude *evasionista*, que tanto tem de ambígua, como de impotente, diferenciando-se da dos seus colegas brasileiros apenas por remeterem para um mundo extra-arquipélago e não para o tempo da infância, o reencontro consigo mesmo.

“Este convite de toda a hora

que o Mar nos faz para a evasão!

Este desespero de querer partir

e ter que ficar!”

escreve Jorge Barbosa num dos seus mais conhecidos poemas, “Poema do mar”, inserto no volume *Ambiente*, publicado em 1941. Mais tarde, Osvaldo Alcântara, inspirado em Manuel Bandeira, chamará a esse lugar mítico de Pasárgada<sup>114</sup>:

“Na hora em que tudo morre,

esta saudade fina de Pasárgada

é um veneno gostoso dentro do meu coração”.

Diferente da experiência cabo-verdiana foi a angolana; mas não ao ponto de se revelar como um processo de consciencialização cultural tipicamente africano, *i.e.*, igual aos que aconteceram em grande parte do que a tradição francesa continua a designar por África Negra. Uma das razões deste facto residirá na especificidade da relação colonial que aí se instaurou. Na verdade, a presença portuguesa na região recua ao século XV, sendo Luanda fundada em 1576. Diferentemente do que havia acontecido na colónia do Cabo, fundada umas décadas depois, em 1652<sup>115</sup>,

<sup>113</sup> A proximidade antropológica entre o Nordeste brasileiro e Cabo Verde, reconhecida pelos intelectuais cabo verdianos, não foi reconhecida por Gilberto Freyre, um dos promotores do Regionalismo Nordestino, na viagem que fez ao arquipélago a convite do então Ministro do Ultramar português, Sarmiento Rodrigues, inserto no livro *Aventura e rotina*. Sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e acção (Lisboa: Livros do Brasil s.d. /Orig. de 1953). As suas observações sobre o arquipélago suscitaram, por parte de Baltasar Lopes, uma resposta (*Cabo Verde visto por Gilberto Freyre*, cf. bibl.), onde expressa a sua desilusão ou, nas palavras de Gabriel Fernandes (2002: 105-6), (...) “crise de referências” (...), na expressão “O Messias desiludiu-nos”.

<sup>114</sup> E caso existisse, seria em Cabo Verde. Este paradoxo parece não ter sido entendido, nesta medida, pelas gerações vindouras, mormente por Ovídio Martins, autor do poema “Antievasão”, uma crítica contundente ao evasionismo da geração da *Claridade*.

O poema de Manuel Bandeira, em que se terá inspirado O. Alcântara tem por título “Vou-me embora pra Pasárgada”, in *Libertinagem* (1930); “Itinerário de Pasárgada” é o título do poema de Osvaldo Alcântara, publicado pela primeira vez em 1955 (?).

<sup>115</sup> A colónia holandesa era capitaneada por Jan van Riebeeck (1619-1677) e, à partida, não só os seus propósitos e predisposições seriam diferentes, como também o povo africano que habitava a região onde se instalaram patenteava, na qualidade de hotentotes,

não só os portugueses desenvolveram contactos com o povo africano que habitava a região, os ambundu, como os foram paulatinamente integrando na vida económica e social da colónia quer como escravos, quer como soldados (a chamada *guerra preta*), quer ainda como mulheres ou concubinas. Destes contactos nasceu uma sociedade que, sendo escravocrata e patriarcal (cf. Venâncio 1996a: 52), foi igualmente mestiça. Benguela fundada em 1617, seguiu a mesma tendência de cruzamento de gentes e de culturas, configurando experiências que vão estar na base das primeiras manifestações modernistas e nacionalistas. Três revistas deram a conhecer estes propósitos: *Cultura* [(I) 1945-51], *Mensagem* (1951-52) e *Cultura* [(II) 1957-61]. A primeira registou, nos últimos números, a colaboração, entre outros, de Agostinho Neto e Mário António. A segunda congregou nomes como os de Viriato da Cruz, António Jacinto, Mário António, António Cardoso e Maurício de Almeida Gomes. *Cultura* (II), por seu lado, teve, entre os seus colaboradores, aquele que se veio a revelar como um dos grandes novelistas angolanos, José Luandino Vieira (pseudónimo de José Vieira Mateus da Graça).

Eram os chamados “filhos da terra”, sendo que, entre eles, muitos eram brancos e mestiços, constituindo, nessa qualidade, uma minoria privilegiada, quando comparada com a situação da maioria da população angolana da altura. Embora a sua postura política fosse claramente anticolonial, não deixaram de sentir a mesma angústia dos intelectuais nordestinos e, como os intelectuais cabo-verdianos, viram espelhada na nordestina a sua própria experiência:

*“Quando li Jubiabá  
Me cri António Balduino.  
Meu primo, que nunca o leu,  
Ficou Zeca Camarão.  
Eh, Zeca!”*

diz-nos Mário António num poema intitulado “Canto de farra”, escrito em 1952<sup>116</sup>.

Como os poetas e escritores nordestinos elegeram a infância como um tempo mítico, um tempo de igualdade, como António Jacinto, entre muitos outros exemplos convocáveis, deixou registado no poema “O grande desafio”<sup>117</sup> (que pode ser igualmente entendido como o repto que a libertação de Angola lhes colocaria):

*“Oh, como eu gostava!  
Eu gostava qualquer dia  
de voltar a fazer medição com o Zeca  
o guarda-redes da Baixa que não conhece mais a gente  
escolhia o Velhinho, o Mascote, o Kamauindo, o Zé  
o Venâncio, e o António até  
e íamos fazer um desafio como antigamente!”*

Em termos muito semelhantes aos dos regionalistas brasileiros lamentam os angolanos o fim da sociedade da sua infância a sua *Makulusu*<sup>118</sup>, que sucumbe ao progresso, ao crescimento urbano, ao avanço da cidade asfaltada, consequência, entre outras, do aumento do preço do café nos mercados internacionais e da chegada de novos imigrantes. Doravante, tornou-se mais significativa a diferenciação social a partir da cor da pele. A sociedade angolana abria-se, assim, aos benefícios e aos malefícios da modernização capitalista.

#### O modernismo na conjuntura nacionalista

Embora os modernismos sejam sobretudo entendidos como movimentos de índole cultural, tiveram o nacionalismo como pano de fundo, que sendo válido para Cabo Verde e, sobretudo, para Angola, não deixou de ser igualmente verificado no Brasil (Martins 1987: 273 e segs.), que, atingindo a independência política um século antes, logrou alcançar a chamada independência cultural precisamente com o modernismo<sup>119</sup>.

Diferentemente do que acontece em Cabo Verde, o modernismo em Angola é acompanhado, senão absorvido, pela onda de consciencialização da condição negra que, a partir dos anos 30, percorre o continente. Começa por manifestar-se no chamado nativismo, passando depois ao pan-africanismo e à negritude. Poetas como Agostinho Neto e Manuel dos Santos Lima acrescentarão à sua índole modernista uma motivação de raiz pan-africanista.

*“Ainda o meu canto dolente  
e a minha tristeza  
no Congo, na Geórgia, no Amazonas*

um nível de desenvolvimento social e político diferente do dos ambundu, nesta altura politicamente submetidos a um chefe, o N'gola. Diferentemente dos portugueses que, ao instalar a colónia, tinham em mente o comércio de escravos, que desenvolveram nos mais variados sentidos, os holandeses dedicaram-se eles próprios à criação de gado e ao cultivo de legumes. Tinham a ajudá-los o facto de a região onde se instalaram lhes proporcionar climaticamente essas atividades, o que não era o caso da região de Luanda que era, como ainda hoje é, uma região semidesértica. Cf. a este propósito W. J. de Kock (1972).

<sup>116</sup> Publicado primeiramente em 1962, in *Chingüfo: poemas angolanos* (Lisboa: Agência Geral do Ultramar); republicado, um ano depois, em *100 poemas* (1963, Luanda: ABC).

<sup>117</sup> in *Poetas angolanos*. Antologia da Casa dos Estudantes do Império, publicada em 1962, em Lisboa.

<sup>118</sup> Bairro luandense e parte do título da obra *Nós, os do Makulusu* (Lisboa: Sá da Costa 1974) de José Luandino Vieira.

<sup>119</sup> Veja-se para tanto o programa cultural inserto no Manifesto *Antropófago* (1928) de Oswald de Andrade, para além, claro, de outras importantes peças do modernismo brasileiro, tal como o romance *Macunaima* de Mário de Andrade (1928).



*o meu Desejo  
transformado em força  
inspirando as consciências desesperadas”*

escreveu, a comprová-lo, Agostinho Neto, no poema “Aspiração”, inserto no *Caderno de poesia negra de expressão portuguesa*, editado, em 1953, por Mário Pinto de Andrade, segundo a crítica, o primeiro grito negritudinista nas letras africanas a exprimirem-se em língua portuguesa.

Um apontamento a propósito: o compromisso com o pan-africanismo, o alinhamento do nacionalismo angolano com o quadro nacionalista prevalecente na África Negra, identificando a condição de colonizado com a de negro, numa associação que remonta, pelo menos, à Conferência de Bandung (1955) (Wright 2008), não obstante as fricções havidas, não desmereceu, mesmo em termos políticos, a experiência modernista e o legado cultural que a suportou. O MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) dos primeiros tempos, antes e depois da independência, comprovam-no. Hoje será, porventura, diferente. A economia apoderou-se das mentes...

#### Um percurso à parte: as artes plásticas.

O título do presente ensaio refere, para além da criatividade literária, que esteve no centro da minha reflexão até este momento, a criatividade artística. Tinha, ao escolhê-lo, sobretudo, em mente as artes plásticas (ou visuais...), que, embora num patamar de menor evidência, não deixaram de se manifestar nos três momentos ou movimentos culturais em estudo. No que se refere ao Regionalismo Nordeste, pintores como Cícero Dias e António Bandeira, entre outros, acompanharam, com propósitos idênticos, os seus colegas escritores e poetas, sem que, contudo, naquele momento, granjeassem a sul (São Paulo, Rio e Minas) o mesmo reconhecimento. Este veio depois.

O modernismo cabo-verdiano, por sua vez, pouca atenção prestou às artes plásticas. A ter em conta as declarações de um dos modernistas de maior relevo, o escritor António Aurélio Gonçalves, no âmbito de uma mesa-redonda dedicada ao Homem cabo-verdiano, organizada por Almerindo Lessa (cf. entrevista a Manuel Figueira, in Venâncio 1996b: 83), a aridez do terreno, a ausência de paisagens verdejantes terá sido, porventura, a razão mais significativa. Outras, naturalmente, haverá. A indisponibilidade do poder colonial para o efeito será, certamente, uma causa de não somenos importância. Igual destino foi, aliás, votado ao artesanato, facto que chamou a atenção do sociólogo brasileiro, Gilberto Freyre, aquando da sua passagem pelo arquipélago, no âmbito da já referida viagem que fez pelas possessões coloniais portuguesas, a convite do Ministro do Ultramar, Almirante Sarmiento Rodrigues.

Após a independência do país, as artes plásticas passaram a merecer a atenção dos poderes constituídos, tendo, para o efeito, contribuído de forma significativa, entre outros, os pintores Manuel Figueira, Isabel Queirós e Bela Duarte, que iniciaram dois projetos marcantes para o panorama das artes plásticas no arquipélago: a Cooperativa Resistência e a galeria Azul+Azul=Verde. Igualmente marcante para a consolidação das artes plásticas cabo-verdianas foi a passagem, como diretor, de Manuel Figueira pelo Centro Nacional de Artesanato. Hoje, não obstante a fragilidade do mercado da arte no arquipélago, quer o artesanato, quer as artes plásticas apresentam-se como atividades autónomas, em muito (sobretudo o artesanato) auxiliadas pelo turismo.

As artes plásticas angolanas dispõem hoje de uma dinâmica assinalável, pontuada de nomes internacionalmente reconhecidos como António Ole (veja-se, a título de exemplo, a exposição [retrospectiva?] na Gulbenkian, “Luanda, Los Angeles, Lisboa”), Edson Chagas (autor do projeto “Luanda, cidade cosmopolita”, responsável pela atribuição à representação angolana do Leão de Ouro na Bienal de Veneza, 2013) ou ainda Yanomine (representado e vendido na Arco de Madrid, 2017). Esta pujança é fruto, por um lado, de um conjunto de políticas implementadas após a independência do país, mormente a fundação da UNAP (União Nacional dos Artistas Plásticos), acontecida em 1977, e, por outro, da passagem de testemunho, a exemplo do que aconteceu noutros países africanos continentais (Kasfir 1999), de artistas ocidentais, sedeados na colónia, para jovens artistas africanos, por aqueles incentivados e apoiados. Se as primeiras deram continuidade a um modelo de desenvolvimento da cultura e da profissionalização dos respetivos protagonistas decalcado da experiência soviética, a segunda situação traduz o caráter exógeno que envolveu a formação da arte contemporânea africana, evolução marcada, num primeiro momento, por uma rutura (que não é tão visível na literatura, mesmo quando esta é escrita na língua da colonização) entre o que se poderá considerar como arte tradicional e a moderna (exercitada no período colonial) e contemporânea. Evidentemente que, na maioria das situações (o que é, de uma forma geral, válido para toda a África colonizada pelas potências europeias), os mecenas e os artistas europeus que incentivaram os jovens artistas africanos, o fizeram no sentido de os mesmos valorizarem as suas raízes e, assim, tornarem mais cultural e esteticamente autêntica a arte que produziam. Não deixando de haver algum interesse económico nesta orientação, seria absolutamente incorreta a interpretação destes atos fora de uma dimensão altruísta. Vários são os exemplos de tal atitude. Vale, a título de exemplo, mencionar, no que a Moçambique diz respeito, o apoio prestado por Pancho Guedes a Malangatana (Neves 2013) e no que se refere a Angola, a influência e o apoio que Eduardo Zinc, professor do Liceu Salvador Correia de Sá, prestou a António Ole, como o próprio confessa (In Carlos 2016:33).

Não se registaram nas artes plásticas as correntes de influência e de diálogo entre as três regiões em estudo como aconteceu com a literatura. Tal não invalida que não se verifique nas experiências artísticas das três regiões (hoje filtradas pelo todo nacional) formas, cores e temáticas que induzem a uma aproximação estética a denotar vivências e apropriações da natureza idênticas. A mestiçagem, no seu sentido mais lato, envolvendo a componente biológica e a cultural, talvez se manifeste como o denominador comum mais relevante. Os trabalhos de António Bandeira, Karybé, Goca Moreno (Nordeste), Manuel Figueira e Kiki Lima (Cabo Verde) e António Ole, Jorge Gumbe, Edson Chagas e Filomena Coquenão comprovam-no (cf. anexo).

#### Apontamento final

Ao evocar-se hoje, num exercício de pós-colonialidade, a lusofonia como plataforma de entendimento e de estratégia identitária para cerca de 240 milhões de falantes de português em todo o mundo, está-se a dar expressão a um fundo histórico-cultural, que, a dada altura, inspirado em Roland Barthes, designei por grau zero da lusofonia.

As três experiências históricas em apreço, as manifestações de natureza literária e artísticas que delas emergiram, protagonizaram-no.

O que alcançaram, em termos estéticos, está hoje plasmado em escritores e poetas como Germano Almeida (Cabo Verde), Ondjaki, José Eduardo Agualusa, João Maimona (Angola) e em

artistas como Goca Moreno.... como Manuel Figueira, Bela Duarte (Cabo Verde), António Ole, Edson Chagas, Yonamine...e tantos outros.

Pela cultura, pela arte, tem-se cumprido a lusofonia!

#### BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Manuel Correia de, 1989, *História das usinas de açúcar de Pernambuco*, Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massangana
- ANJOS, José Carlos Gomes dos, 2003, "Elites intelectuais e a conformação da identidade nacional em Cabo Verde", in *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 25, nº 3: 579-596
- ANTÓNIO, Mário, 1968, *Luanda – «ilha» crioula*, Lisboa: Agência-Geral do Ultramar
- BERABA, Ana Luzia, 2008, *América aracnídea. Teias culturais interamericanas*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira
- BERNABÉ, Jean, Patrick Chamoiseau e Raphaël Confiant, 1993 [1989], *Éloge de la créolité*, Paris: Éditions Gallimard
- BOULÉGUE, Jean, 1989, *Les luso-africains de Sénégalie. XVè-XIXè*, Lisboa / Paris.
- CARLOS, Isabel, 2016, "À conversa com António Ole", in António Ole, *Luanda, Los Angeles, Lisboa*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: 33-52
- CARREIRA, António, 2000 [1971?], *Cabo Verde. Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*, Praia: Instituto de Promoção Cultural
- CHACON, Vamireh, 1993, *Gilberto Freyre. Uma biografia intelectual*, Recife / São Paulo: Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massangana
- CLARENCE-SMITH, Gervase, 1990 [1985], *O terceiro império português (1825-1975)*, Lisboa: Teorema
- FERNANDES, Gabriel, 2002, *A diluição da África. Uma interpretação da saga identitária cabo-verdiana no panorama político (pós)colonial*, Florianópolis: Editora da UFSC
- FERREIRA, Eugénio M., 1989, *As ideias de Kimamuenho*, Luanda: União dos Escritores Angolanos
- GARCIA JR., Afrânio, 1993, "Les intellectuels et la conscience nationale au Brésil », in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 98 : 20-33
- KASFIR, Sidney Littlefield, 1999, *Contemporary African Art*, Nova Iorque...: Thames & Hudson
- KOCK, W. J., 1972, *Die Geschichte Südafrikas*, Pretória
- LASH, Scott e URRY, John, 1987, *The end of organized capitalism*, Oxford: Polity Press
- LOPES, Baltasar, 1956, *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre* (Apontamentos lidos ao microfone da Rádio Barlavento), Praia: Imprensa Nacional
- MARIANO, Gabriel, 1991, *Cultura cabo-verdiana. Ensaios*, Lisboa: Editorial Vega
- NEVES, João Manuel, 2013, *Encontro com Dori e Pancho Guedes*, Porto: Afrontamento
- RIBEIRO, Darcy, 1995, *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras
- SANTOS, Boaventura de Sousa, 1994, *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*, Porto: Edições Afrontamento
- SARAIVA, Arnaldo, 1986, *O modernismo brasileiro e o modernismo português. Subsídios para o seu estudo e para a história das suas relações*, Porto
- TENREIRO, Francisco José, 1956, *Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: esquema de uma evolução conjunta*, Praia: Imprensa Nacional
- TORRES, Adelino, 1991, *O império colonial português: entre o real e o imaginário*, Lisboa: Escher
- VENÂNCIO, José Carlos, 1996a, *A economia de Luanda e hinterland no século XVIII. Um estudo de Sociologia Histórica*, Lisboa: Editorial Estampa
- VENÂNCIO, José Carlos, 1996b, *Colonialismo, antropologia e lusofonias. Repensando a presença portuguesa nos trópicos*, Lisboa: Vega
- WRIGHT, Richard, 2008 [1954...], *Black Power* (Introduction by Cornel West), Nova Iorque...: Harperperennial
- YOUNG, Robert J.C., 2002 [1995], *Colonial Desire. Hybrity in Theory, Culture and Race*, Londres / Nova Iorque



Antônio Bandeira *A grande cidade iluminada*, 1953 (Óleo sobre tela, 72,4x91,4 cm)

## PALAVRAS PRELIMINARES

### Conceitos:

- Lusofonia
- Estética [lusófono]
- Raízes **históricas** da lusofonia

## A ASSUNÇÃO DA DIFERENÇA [s. literatura]: MODERNISMO/REGIONALISMO

- Nordeste brasileiro ..... 1920s e 1930s
- Cabo Verde ..... 1930s e 1940s
- Angola..... 1940s e 1950s
- Algumas características comuns:
  - A mitificação da infância como tempo de igualdade e justiça (Brasil e em Angola);
  - O mar como veículo de evasão (Pasárgada)
  - O legado escravocrata e patriarcal;
  - A mestiçagem e convivência interracial.

## CRUZANDO FRONTEIRAS - MUNDO LUSÓFONO



## ASSUNÇÃO DA DIFERENÇA

- Angola (Mário António)

“Quando li Jubiabá  
Me cri António Balduino.  
Meu primo, que nunca o leu,  
Ficou Zeca Camarão.  
Eh, Zeca!”

## REGIÕES PRIMACIAIS DA LUSOFONIA

- Portugal, Nordeste do Brasil, Cabo Verde e Angola (cidades de Luanda, Benguela e respetivos *hinterlands*) – o legado da presença portuguesa durante o mercantilismo (séculos XVI-XIX)



## ASSUNÇÃO DA DIFERENÇA

- Cabo Verde (Baltasar Lopes, pseud. Osvaldo Alcântara)
- “Há pouco mais pouco mais de vinte anos (...) começámos a pensar no nosso problema (...). Ora aconteceu que por aquelas alturas nos caíram nas mãos (...) alguns livros que considerámos essenciais pró domo nostra (...). Na ficção, o José Lins do Rego do Menino de engenho e do Banguê, o Jorge Amado do Jubiabá e do Mar morto [e] em poesia foi um 'alumbramento' "A evocação do recife", de Manuel Bandeira”.

## NACIONALISMO

- COEXISTÊNCIA DOS PROPÓSITOS MODERNISTAS / REGIONALISTAS COM OS NACIONALISTAS
- BRASIL – INDEPENDÊNCIA CULTURAL;
- CABO VERDE – CRÍTICA (Onésimo Silveira e Amílcar Cabral) E APROXIMAÇÃO;
- ANGOLA – COEXISTÊNCIA (Nativismo, Panafricanismo e Negritude)



## LEGADO MODERNISTA/ REGIONALISTA HOJE (NA) LITERATURA

- João Ubaldo Ribeiro, Rinaldo de Fernandes .... (Brasil);
- Germano Almeida, Arménio Vieira .... (Cabo Verde);
- Arnaldo Santos, Ondjaki, Pepetela.... (Angola).

## E AS ARTES PLÁSTICAS?

- NOS MOMENTOS DA ASSUNÇÃO DA DIFERENÇA
- ..... Nordeste: Cícero Dias, António Bandeira
- ..... Cabo Verde.....
- ..... Angola..... (Eleutério Sanches....)
- HOJE
- Carybé, Goca Moreno.... (Brasil);
- Manuel Figueira, Kiki Lima... (Cabo Verde)
- António Ole, Jorge Gumbe, Edson Chagas, Filomena Coquenão... (Angola)

## ALGUMAS OBRAS

- Carybé



**Índios Guerreiros**

Paizet no edifício Campo Grande (Salvador, Bahia)

## ALGUMAS OBRAS

- Goca Moreno



**Bom Momento**

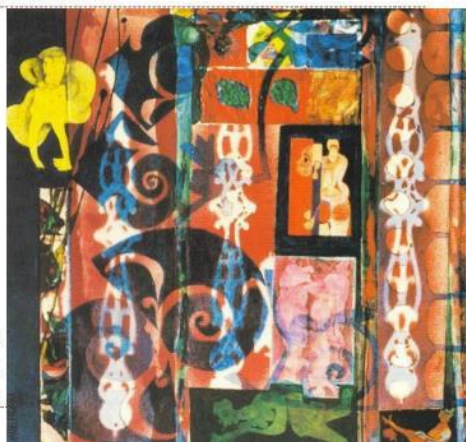
1997

ALGUMAS OBRAS

• Manuel Figueira

*Crioulos na Cidade*

Colagem e óleo e acrílico s/  
tecido



ALGUMAS OBRAS

• Kiki Lima

*Mulher de gaita ku  
ferrinho*

Óleo s/ tela, 2012  
80 x 140 cm



ALGUMAS OBRAS

• António Ole

*Cadernos de Bordo III*

Colagem s/ papel, 2007  
100 x 70 cm



ALGUMAS OBRAS

• Jorge Gumbe

*Oferendas para a Klanda*

Acrílico s/ tela, 1999  
100 x 120 cm



ALGUMAS OBRAS

• Edson Chagas



*Filipe D. Kuangana*

*Moisés F. Baribanga*

*Jacinto P. Muafumba*

*Séries d'Ípo Passe, 2012*

*Oikonomos*

*Triptico, 2011*



ALGUMAS OBRAS

• Filomena Coquenão



*O Amor*

*Óleo s/ tela, 1998*

- Pela cultura se cumpre a lusofonia...não sem contratempos, claro! Mas estes mereceriam outra comunicação.

A DIMENSÃO ESTÉTICA DA LUSOFONIA.

HISTÓRIA E CRIATIVIDADE (LITERÁRIA E ARTÍSTICA) NO ESPAÇO LUSÓFONO



## ÍNDICE

- “Parece que Paul Gauguin, homem bastante distraído, pôs sua assinatura num par de esculturas do Congo. O erro foi contagioso. A partir de então, Picasso, Modigliani, Klee, Giacometti, Ernst, Moore e muitos outros artistas europeus também cometeram o mesmo engano, e com frequência”.

Eduardo Galeano (Espelhos. Uma história quase universal, 2009: 249)

- Palavras preliminares
- Cruzando fronteiras
- A assunção da diferença
- O nacionalismo
- Um apontamento final

**PARTICIPA PELA PRIMEIRA VEZ.  
FAZ PARTE DO PAINEL DA UBI**

[Regressar índice](#)

### 32) JOSÉ LEVY DOMINGOS, DIRETOR DO MUSEU JUDAICO DE BELMONTE



Jose Levy Domingos da Guarda, (1957) é Licenciado em História, mas exerceu sempre a profissão de jornalista na ANOP - LUSA (1978-2006).

Escreveu durante os estudos liceais para o jornal escolar, aos 17 anos realiza programas na Rádio Altitude da Guarda, e cria o programa infantil Giroflé de onde resulta a CERCIG – Cooperativa Educacional e de Recuperação de Crianças Inadaptadas da Guarda.

Em 1975-76 reabre a ex-Emissora Nacional (atual RDP) na Guarda.

De 1982 a 1989 desempenha funções de Assessor da Câmara Municipal de Trancoso.

Foi Assessor (1988-1995) dos Governadores Cívicos da Guarda.

Em 2007 é Assessor da Câmara Municipal de Trancoso e Empresa Municipal “Trancoso Eventos” e do Município de Meda.



Em 2013 realiza o estudo, inventariação e registo de marca atribuída aos Judeus e/ou Cristãos-Novos no concelho de Seia com o sociólogo e professor da Universidade Católica, Alberto Trindade Martinho e com a investigadora Luiza Metzker Lyra.

De 1981 a 1989 organiza o Seminário de Jovens Estudantes Judeus sobre “Herança Judaica em terras de Sefarad” e 4 Encontros Internacionais da História das Beiras e dos Judeus Peninsulares.

Em 1981 publica o ensaio “Duas Palavras sobre um escritor...Nuno de Montemor” no 1º Centenário do nascimento do escritor de Quadrazais (Sabugal).

Em 1986 elabora o catálogo e o Opúsculo “Luiz Rebello - Escultor” dedicado ao artista plástico da Guarda

Em 1995 oferece à Comunidade Judaica de Belmonte o primeiro livro da TORAH e manto de altar de sua família para a Sinagoga e em 2007 doa à Câmara Municipal de Belmonte espólio religioso familiar para integrar o Acervo do Museu Judaico.

Em 1998 funda na Guarda e preside à Associação Judaica Rosh Pinah.

Em 2010 assume a coordenação e instalação do Centro de Interpretação da Cultura Judaica “Isaac Cardoso” que inclui a Sinagoga Beit Mayim Haim de Trancoso,

Em 2012 é nomeado Diretor do Centro de Interpretação da Cultura Judaica “Isaac Cardoso”.

É membro do Conselho Consultivo da Rede de Judiarias de Portugal (2012).

Em 2014 assume funções de Coordenador do Gabinete Judaico - Museu Judaico da Câmara Municipal de Belmonte

**TEMA: MIGUEL TELLES DA COSTA QUE ERA NATURAL DE TRANCOSO CAPITÃO-MOR DE D. JOÃO V E D. PEDRO I E GOVERNADOR DE PARATY**

MIGUEL TELES DA COSTA (1655-1717) nasceu em Trancoso, no seio de uma próspera família de comerciantes cristãos-novos.

Capitão-Mor de D. Pedro II, foi nomeado pelo monarca para governar como Capitão-Mor as então vilas de Itanhaen, Ilha Grande e Paraty, funções que exerceu de 1702 a 1705).

Em Minas Gerais, principalmente no Rio das Mortes e sobretudo em Nossa Senhora do Carmo, foi abastado proprietário de terras onde montou uma estalagem e plantou milho e feijão e prosperou nos negócios que chegaram mesmo ao Nordeste do Brasil, e tendo com um dos parceiros económicos o médico e “financista” Manuel Mendes Monforte em Salvador da Bahia.

Possuía escravos negros e cavalos, armas e diversos bens móveis, conforme consta de seu inventário.

Prestigiado e próspero mercador, enviava os produtos da colónia para os seus sócios em Lisboa, sendo um deles seu irmão Francisco Mendes de Castro.

Fazia parte da sociedade secreta de cristãos-novos, constituída por um grupo de comerciantes e mineradores residentes no Rio das Mortes, entre os quais o cristão-novo, melhor, o judeu secreto, Francisco Matheus Rondon, guarda mor do Rio das Mortes.

Miguel Teles da Costa era a autoridade da região, cuidava da defesa e supervisionava a entrada nas Minas, onde só era permitida a penetração com “licença especial”, favorecendo, porém, alguns, que naturalmente seriam os cristãos-novos ou Judeus Secretos. Uma atitude que o levou a ser acusado por dar essa prerrogativa a “certas pessoas” sem a necessária licença. Miguel Teles da Costa foi preso à ordem da Inquisição no Rio de Janeiro em 1713 juntamente com outros cristãos-novos, acusados todos de serem adeptos da Lei de Moisés. Levado para os cárceres da Inquisição, foi torturado e todos os seus bens e fortuna confiscados. Condenado por “Judaizante” saiu em auto-de-fé em Lisboa e morreu louco e indigente.

**Trabalho final não recebido dentro do prazo.**

**PARTICIPA PELA PRIMEIRA VEZ**

### 33) JOSÉ PAZ RODRIGUES, AGLP, AICL



GRACIOSA 2015 Montalegre 2016

É Professor de EGB (em excedência desde 1971).

Licenciado em Pedagogia e Graduado pela Universidade Complutense de Madrid (1966-1971) com a Tese de Licenciatura sobre A Bemposta “Cidade dos rapazes” de Ourense (1973).

Obteve o Doutoramento na UNED com a Tese “Tagore, pioneiro da nova educação”.

Entre outras, realizou as seguintes atividades profissionais:

- Professor na Faculdade de Educação de Ourense (Universidade de Vigo); Professor-Tutor de Pedagogia e Didática no Centro Associado da UNED de Ponte Vedra desde o curso 1973-74 até 2010; Subdiretor da Escola Normal de Ourense do ano académico de 1987-88 ao de 1989-90 e Diretor nos últimos três meses do curso 1989-90.

- Professor Titular Numerário de Didática, de 1972 a 1990 na Universidade de Santiago de Compostela, e de 1990 a 2010 na Universidade de Vigo (Faculdade de Educação de Ourense).

- Desde outubro de 2010 é Professor Reformado da Universidade de Vigo.

Levou adiante atividades educativas e de renovação pedagógica:

Presidente da Federação Galega de MRPs (Movimentos de Renovação Pedagógica) e do MRP “ASPGP” (Associação Sociopedagógica Galaico-Portuguesa) até hoje: membro da Comissão organizadora do I Congresso Estatal de MRPs (Barcelona, dezembro de 1983).

Foi membro da Comissão redatora do Plano Galego de Formação continuada do professorado (1990);

Presidente da Comissão organizadora da Escola Internacional de verão Jornadas do Ensino de Galiza e Portugal, iniciadas em 1976 até 2007.

Foi Presidente da Comissão Organizadora das Escolas de verão na Crunha, Ferrol (desde 1994), Tui, Comarca do Baixo-Minho, Verim, Comarca de Monterrei, Monforte, Corcubión, Lalim, Vimianzo.

Presidiu às Jornadas Socioeducativas de Valdeorras, Riba d’Ávia, Celanova, Ponte Vedra; organizador de Ciclos de cinema psicopedagógico, cinema educativo-didático, educativo sobre a paz, educativo sobre as áreas transversais do ensino, educativo sobre os direitos humanos, educativo-ecológico, educativo sobre a mulher, educativo-social, direito e cinema, literatura e cinema.

Organizador de várias edições da Mostra de Recursos Didáticos Alternativos, da Mostra do Livro Português na Galiza, de Encontros de Jogos Populares Galaico-Portugueses; diretor para Galiza da Revista galaico-portuguesa O Ensino; membro do Conselho redatorial das revistas lusófonas Nós e Cadernos do Povo.

No presente pertence ao Conselho redatorial da Revista Agália.

Para além disso, foi Decano do Colégio Provincial de Doutores e Licenciados de Ourense (1980-1985); diretivo do Cine Clube “Padre Feijóo” de Ourense (1972-1995); e vogal da Federação Galega de Cine Clubes.

Tem publicado:

A festa dos maios na escola (1991), Ourense, ASPGP. Artigos sobre temas educativos e sobre Tagore, nas revistas O Ensino, Nós, Cadernos do Povo, Vida Escolar, Comunidad Educativa, Padres y Maestros, BILE, Agália, Temas de O ensino, The Visva-Bharati Quarterly, Visva-Bharati Potrika e Jignasa (em bengali). Igualmente publica artigos sobre temas culturais, nomeadamente sobre a Índia, no Portal Galego da Língua, A Nosa Terra, La Región, El Correo Gallego, A Peneira, Semanário Minho, Faro de Vigo, Teima, Tempos Novos, Bisbarra, Ourense. Unidades didáticas sobre Os magustos, Os Direitos Humanos, A Paz, O Entroido, As árvores, Os Maios, A Mulher, O Meio ambiente; Rodrigues Lapa, Celso Emilio Ferreiro, Carvalho Calero, São Bernardo e o Cister em Ourense, em condição de coordenador do Seminário Permanente de Desenho Curricular dos MRPs ASPGP e APJEGP. **Nota:** reside de outubro a abril na Santiniketon de Tagore, na Bengala indiana, e de maio a setembro na sua cidade de Ourense, na Galiza.

















## Galicia (Spain)

### *An Autonomous Lusophone Community*

### Book exhibition

Galicia, in Spain's northwest, is a verdant region with an indented Atlantic coastline. The cathedral of regional capital Santiago de Compostela is the reputed burial place of Saint James the Great, and the destination for those following the Camino de Santiago pilgrimage route. The western cliffs of Cape Finisterre were considered by the Romans to be the end of the known world.

Galicia is legally established as an autonomous community of Spain and historic nationality under Spanish law.

Two languages are official and widely used today in Galicia: the native Galician, a Romance language closely related to Portuguese with which it shares Galician-Portuguese medieval literature, and the Spanish language, usually known locally as Castilian. The earliest known document in Galician-Portuguese dates from 1228. The official Galician language has been standardized by the Real Academia Galega on the basis of literary tradition. Although there are local dialects, Galician media conform to this standard form, which is also used in primary, secondary, and university education. There are more than three million Galician speakers in the world, placing Galician just barely among the 150 most widely spoken languages on earth.

Passionately entangled with the Atlantic Ocean, at the northwest corner of the Iberian Peninsula, Galicia feels far removed from the rest of Spain. Everywhere is green, from the high forested hills to the rolling fields, a patchwork of tiny plots still farmed by hand. Indeed, with its craggy coast and mild, wet climate, Galicia is more like Ireland than Andalucía.

The famous Spanish crooner, Julio Iglesias, although born in Madrid, is in fact of Galician heritage and this has been reflected in some of his recordings including, "A Song to Galicia" and "Homesickness". In the USA and UK he is perhaps best known for his duet with country music star Willie Nelson ("to all the girls I've loved before").

The Hymn of Galicia is "Os Pinos" (The Pine Trees).

The autonomous government of Galicia (established in April 1981) is called the "Xunta de Galicia". The Galician flag has in fact only existed since the 17th century, the original flag of Galicia was similar to that of Portugal. The coat of arms in the center of the flag is required for all state functions.

Argentina's capital city, Buenos Aires, has the largest single city population of Galicians anywhere in the world.

Today about 73% of Galicians identify themselves as Christians. The largest form of Christianity practised in the present day is Catholicism.

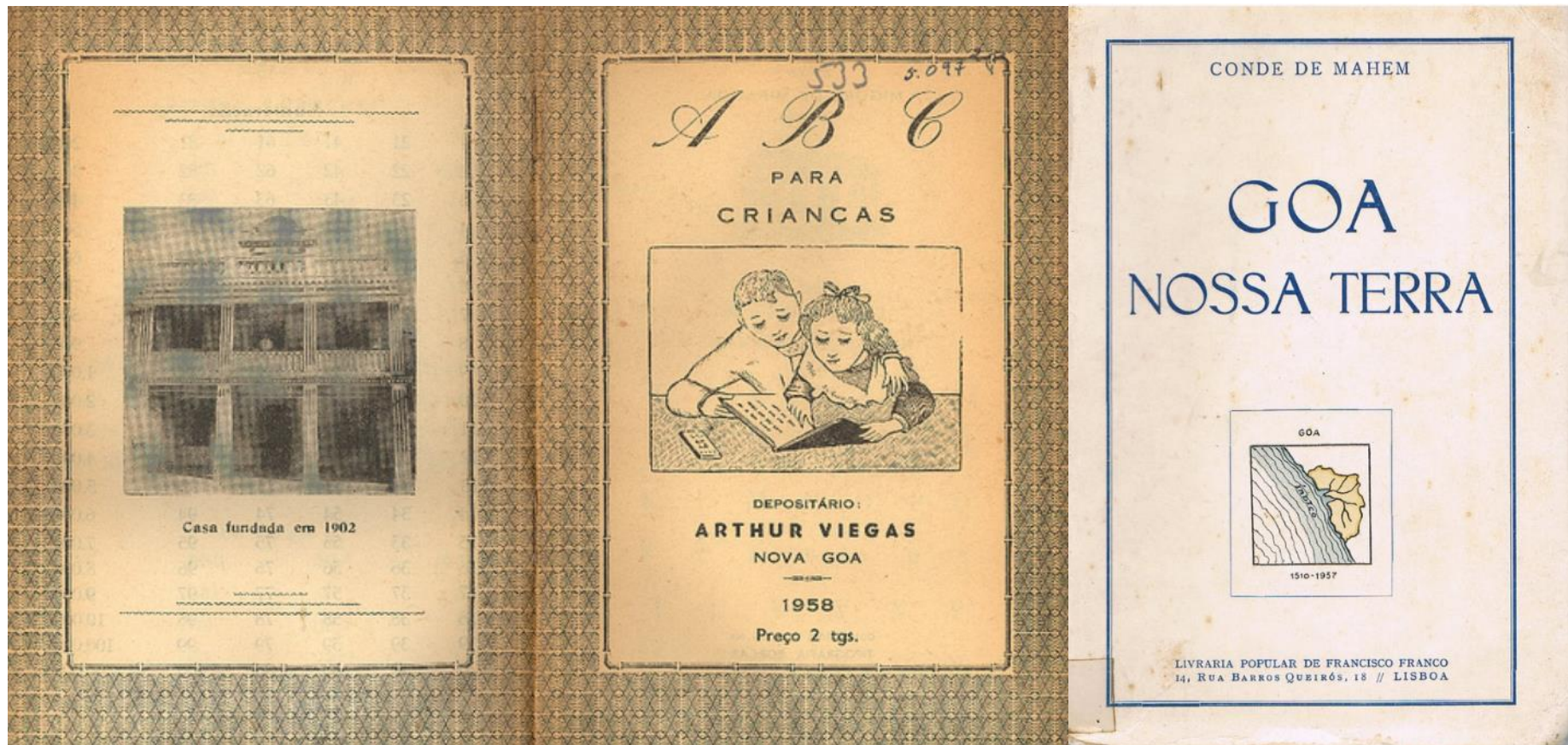
Book Exhibition, organized by Lusophone Society of Goa in collaboration with Academia Galega da Lingua Portuguesa (AGLP, Spain),  
Associação Galega da Língua (AGAL, Spain) and Fundação Mendinho (Spain).  
The exhibition will remain open till January 30 (Saturday), Monday to Friday 9:00 am to 7:30 pm, Saturday and Sunday 9:30 am to 5:45 pm.

**LSG** | LUSOPHONE  
SOCIETY  
OF GOA

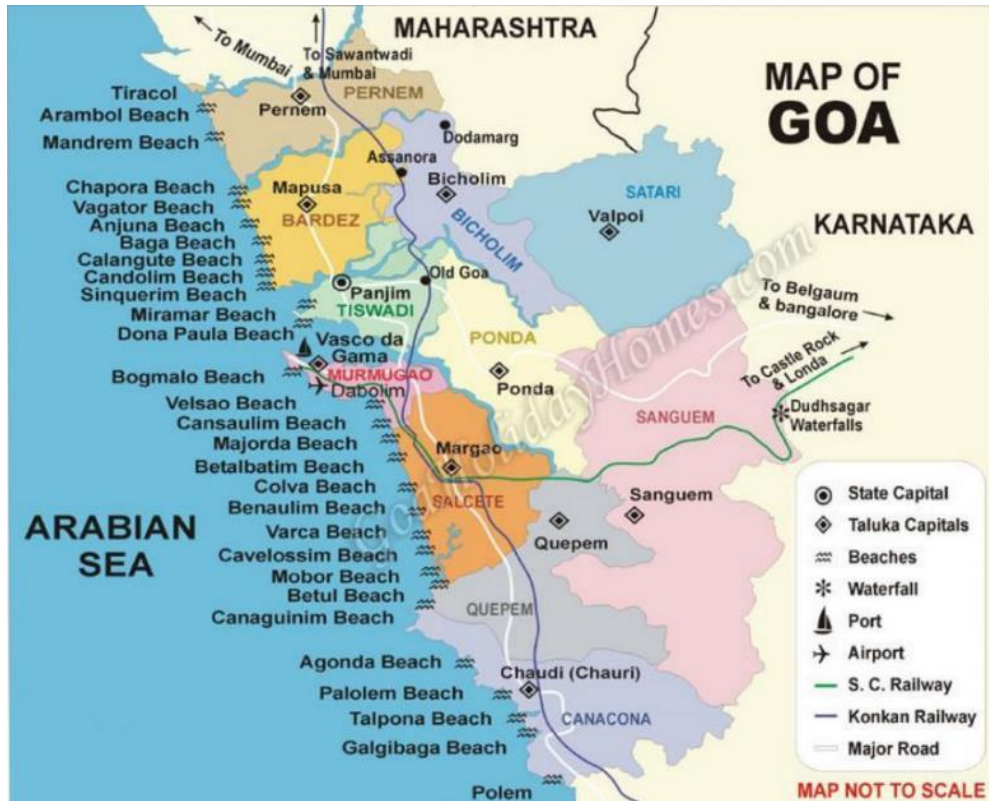
Contacts of Lusophone Society of Goa (LSG)  
Email: info@lusophonegoa.org - Phone: 9783365050  
www.lusophonegoa.org  
www.facebook.com/lusophonegoa  
www.twitter.com/lusophonegoa

**AGAL** ASSOCIAÇÃO  
GALEGA  
DA LÍNGUA  
www.agal-go.org













**TEMA 2.3: GOA, UM RECANTO GALEGO-PORTUGUÊS NA ÍNDIA. NA CAPITAL PANGIM EXISTEM NUMEROSOS VESTÍGIOS DA NOSSA CULTURA. OS TEMPLOS CRISTÃS E HINDUS GOESES COMPETEM EM FORMOSURA, POR JOSÉ PAZ RODRIGUES (ACADÉMICO DA AGLP E MEMBRO DA FUNDAÇÃO «MEENDINHO»)**

Tinha eu muitos desejos de conhecer Goa e poder olhar todas as suas belezas e riquezas. Por cinco vezes viajei a este território, hoje um Estado da Índia. A primeira vez estive nestas terras goesas de 19 a 23 de março de 2008. Tinha que ter vindo antes, aproveitando as minhas largas estâncias na Santiniketon de Robindronath Tagore. Desde dezembro de 1961, em que foi anexado à força pela Índia, é um estado indiano, mas totalmente diferente ao resto da República. A segunda vez foi no ano de 2011, viajando desde Kolkata (Calcutá), via Mumbai (Bombaim), de 5 a 8 de fevereiro deste ano. As últimas três visitas a terras goesas foram realizadas por mim em 2013, 2014 e 2016.

**2008: PRIMEIRA VIAGEM A GOA:**

Na Semana Santa de 2008 encontrava-me eu em Deli, capital da Índia, para intervir num congresso dedicado a Tagore, que se celebrou no *Indian International Centre* e eu fora convidado pelo Instituto Cervantes da capital indiana, que dirigia o meu amigo Óscar Pujol, hoje diretor do «Cervantes» da cidade brasileira de Porto Alegre. Para chegar a Goa tomei o avião em Deli da companhia Go-Air. Já gostei muito da amabilidade das açafatas goesas e de todo o pessoal da companhia. Um táxi levou-me do aeroporto, que está a 30 quilómetros da capital Pangim, até a minha nova morada.

Na Pousada Afonso do bairro de Fontainhas (sic) estavam à minha espera Alírio Afonso e a sua irmã, que falam ambos galego. Já pelo caminho não saía do meu assombro. Pela beleza da paisagem. Pelas formosas praias rodeadas de infinidade de palmeiras. Pelos campos verdes dum verde intenso. Pelos rios e rias, muito semelhantes às nossas. Pelas casas que ia vendo, muitas de elas paços. Por um momento frotei os meus olhos e diz-me a mim mesmo se estava sonhando ou era realidade o que estava olhando.

Um recanto galego-português na Índia! Mesmo quando acordava pela manhã e me levantava parecia-me estar no Porto ou no Recife brasileiro. Quase todo o bairro de Fontainhas tem na sua grande maioria casas de estilo colonial, que se conservam bastante bem. Com varandas, balcões e telhados como os nossos. Com infinidade de letreiros e rótulos com nomes e apelidos nossos: Rodrigues, Fernandes, Sousa, da Cunha, da Costa, Ferreira, Gomes, Mascarenhas, Abreu, Colaço, Noronha, Cabral, Afonso, Meneses, Redondo, Barbosa, Castro, Saldanha, Faria, Bravo, Bragança, Ataíde, Nazareth, Leitão, Moraes, de Mello, Rangel, Ribeiro, Vaz, Furtado, Silgado, Gonçalves, Correa, Cordeiro, Cardoso, Peres da Silva... As palavras rua e casa repetem-se continuamente. As pessoas maiores de 50 anos todas falam galego-português.

É realmente uma delícia poder exprimir-me no meu idioma em plena Índia. Aqui é onde te dás realmente conta da asneira que é dizer que galego e português são idiomas diferentes. Que grande mentira! Eu aqui não tinha, nos dias que estive, nenhum problema para mover-me por Goa. Sempre encontrava alguém com quem poder falar em galego. Na rua, na cafetaria, na praia, no bar, no restaurante (vim dous com o nome de *A Lua* e um com o nome de *Viva Panjim*), no peirao com os pescadores, no barco que cruza o rio Mandovi, na barbearia que leva este nome, nas confeitarias (uma de nome *31 de janeiro*), nas muitas igrejas cristãs que há, onde há missas em galego também.

Tirei muitas fotos de monumentos, de ruas, de múltiplas casas de estilo colonial, de paisagens, de gentes, de crianças, de rapazes jogando à bilharda.... Seria bonito algum dia organizar em algum dos Colóquios da Lusofonia uma mostra das mesmas. Já fez nesta primeira visita muitos amigos. Em primeiro lugar o leitor de português da Universidade de Goa, Dilip Loundo, natural destas terras e formado no Brasil e Portugal, que na atualidade encontra-se em terras brasileiras, como professor da Universidade de Juiz de Fora. A bibliotecária da biblioteca central de Goa, M<sup>ª</sup> Lourdes Bravo da Costa, profundamente lusófona, igual que o seu esposo Lionel Rodrigues e as suas filhas, que estão a ensinar português às suas crianças pequeninas. Esta bibliotecária tem um conhecimento bibliográfico enorme da história de Goa e da Índia portuguesa, junto com todo tipo de publicações periódicas. Também tem escrito vários livros, um muito interessante de arte culinária, com infinidade de receitas de pratos luso-indianos. Outro sobre as diferentes festas populares goesas das três comunidades religiosas mais importantes: a cristã, a hindu e a muçulmana. E outro sobre os jogos populares goeses. Nesta altura está já aposentada. Todos os que sabem português também conhecem o concani, que é o idioma próprio de Goa.

Conheci naquela altura também, e já me convidou a morar na sua casa de campo, o médico Fernando Meneses e a sua esposa Celsa. Este doutor trabalhou no hospital de Goa e na sua escola, a mais avançada de toda Ásia. Tem umha memória prodigiosa e lembra todos os acontecimentos da anexação no 61 de Goa por parte da União Indiana. Mora numa localidade chamada Goa Velha. Um lugar de mangueiras, flores e bananeiras.

A comida em Goa é fantástica e muito diferente à do resto da Índia. Tens o que quiseses para escolher e há infinidade de restaurantes. Ademais, para nós são muito baratos. Os sumos de manga e ananás com leite são realmente deliciosos. Os temas da gastronomia e das festas são tão importantes em Goa que merecem um artigo monográfico a parte. Igual que os maravilhosos

monumentos da antiga cidade situada a nove quilómetros da capital Pangim, tanto os católicos, como os hindus, estes na localidade mais distante denominada Pondá. Tinha que voltar de novo a Goa, o que realizei em fevereiro de 2011. Embora, mais adiante terei que estar todo um mês para conhecer todos os recantos e encantos, as gentes, os templos, os mercados e feiras, as artes populares, a música e o teatro, as praias, os fortes antigos e a sociedade goesa. E, especialmente, para investigar na biblioteca sobre Telo de Mascarenhas, tagoreano como eu, que fez a tradução de várias obras do Tagore desde o bangla (bengali), que conhecia, ao galego-português. Como por exemplo *O Naufrágio*, *A Quatro vozes*, *A casa e o mundo* e *A chave do enigma e outros contos*.

#### 2011: SEGUNDA VIAGEM À GALIZA DA ÍNDIA:

Do 5 ao 8 de fevereiro de 2011 visitei por segunda vez Goa. Já quando em março de 2008 viajei a este território indiano, hoje Estado, fiquei muito admirado do que estava a olhar e desfrutar. Naquela altura escrevi um artigo no Portal Galego da Língua (PGL) que teve um grande sucesso, e está ainda reproduzido na internet e em muitas páginas turísticas dedicadas ao território que foi uma província de Portugal durante 451 anos, nada mais e nada menos. E formou parte do reino da Espanha na época dos Filipes, quando o nosso país irmão, durante mais de sessenta anos, pertenceu à coroa de Castela. Como todos sabemos, em dezembro de 1961, o exército da União Indiana invadiu o território para anexá-lo à República Federal da Índia. As poucas tropas portuguesas que o defendiam não puderam fazer frente a tal invasão, que não aprovaria, se vivesse, o Mahatma Gandhi, zeloso defensor da não violência e da paz. Mas essa é outra história que terei que contar em outro momento. Ademais, a estratégia do governo de Salazar naquela altura fora muito desacertada e soberbia, pois poderia ter logrado muito, se antes concedesse a autonomia ao território, que muitos goeses demandavam. Mais tarde, aquele governo luso também cometeu o grande erro de deixar órfãos os cidadãos da linda Goa, esquecendo-se por completo deles nos anos seguintes. Tema que, muitos dos que naquela altura tanto sofreram, mo comentaram com certa resignação durante as minhas duas visitas.

Acompanhado de Toton Kundu, o meu aluno de Santiniketon, de galego-português e castelhano, na madrugada do dia 5 de fevereiro de 2011, saímos do aeroporto de Kolkata com destino a Goa, via Mumbai. Ao meio-dia estávamos nas terras chamadas Vasco da Gama, onde se encontra o aeroporto. Durante o trajeto de uns 30 quilómetros em táxi até o hotel da capital Pangim, o próprio Toton, que esteve na Nossa Terra durante os três meses do verão de 2010, e o levei a conhecer muitos belos recantos galaicos, estava assombrado e comentava que lhe parecia Galiza, com o seu verde, as suas rias e rios, o campo, as montanhas e a paisagem. Comentei-lhe eu que, se no lugar das muitas palmeiras que estávamos a olhar, colocando no seu lugar pinheiros, castanheiros e carvalhos, e descendo um pouco nuns dez graus a temperatura, podíamos fechar os olhos e ao abri-los estaríamos vendo, a tanta distância da real, a nossa Galiza, situada geograficamente ao norte de Portugal, como uma prolongação deste país, em palavras do nosso Otero Pedraio. Em pouco tempo, depois dum percorrido maravilhoso ao lado de campos verdes de arroz e hortaliças por um lado, e ao outro, o mar azul Árábico, chegamos à Pousada Afonso, cujos proprietários falam galego, e que eu já conhecia da minha visita anterior, no histórico bairro de Fontainhas (tal como eu escrevo assim estão escritos na realidade). Voltei de novo a fazer um lindo passeio por este bairro tão entranhável, no que moram muitas pessoas, que, desde as suas janelas, se exprimem em galego. Outra vez eu voltava a ser muito feliz, pois podia falar (na Índia!) com as pessoas, utilizando a minha língua materna da minha mãe Rosa, minha avó Pura, meu pai João e meu tio Benjamim. Tirei infinidade de fotos das casas, dos miles de letreiros das lojas e ruas com os nossos apelidos e topónimos, das igrejas, dos cruzeiros e pelourinhos. Gostaria de algum dia fazer, como comentei antes, uma exposição das mesmas, e das tiradas em 2008, em Ourense, e mais tarde levá-la por toda a Terra Galega. Para demonstrar que na Índia existe um território que parece Galiza. No domingo dia 6 assisti à missa em galego na formosa catedral da capital goesa, dedicada à Imaculada Conceição. Eram as dez trinta da manhã, hora na que todos os domingos se celebra, e os velhos goeses acodem a ela de forma social para olhar-se e tertuliar. Em plena Índia eu estava a seguir uma missa na minha língua! No mesmo domingo visitei o bairro chamado Altinho (sic), com formosas casas senhoriais, onde está o Consulado português e o paço do bispo. Desde ele pode olhar-se toda a cidade e o seu rio Mandovi. Ao descer, num riquexó de motor, percorri os bairros modernos, as ribeiras do rio e a praia chamada Miramar, onde desemboca o rio antes citado. E voltei a encontrar infinidade de vestígios galaico-portugueses. Numa água muito agradável de temperatura, do mar Árábico, na imensa praia da localidade de Calangute, dei-me um reconfortante banho. A praia estava ategada de gentes indianas e também muitas forasteiras.

Ao dia seguinte visitei a Goa Antiga e os seus formosos monumentos, e também Pondá, com os seus lindíssimos templos hindus, que merecem comentário aparte. Antes de comer pude conhecer nesta última localidade uma interessante plantação de espécies, onde comi muito bem e tirei muitas fotos, alguma com um pacífico elefante muito adornado e decorado. Como já comentei, neste lugar estão radicados os templos hinduístas mais lindos, que também visitei. O dia 8, antes de partir para Deli, pela manhã, fui a muitas tendas para mercar presentes, regalos e postais. E tomei chá e café nos cafés de nome República, Central e Real. Este último lembrou-me muito o nosso do mesmo nome perto do Liceu de Ourense. Onde eu escrevo muitos dos meus artigos, quando me encontro na minha cidade. À que voltarei com a primavera. Como voltarei de novo a Goa no próximo mês de dezembro, por mais dias. Reservando com antecedência o hotel, pois nessa época são muitos os que viajam à Galiza indiana, para desfrutar do sol, a temperatura, as comidas, as praias, os banhos de mar e a paisagem deste belo território. Em pleno inverno nosso!

#### 2013: TERCEIRA VIAGEM, CONFERÊNCIA SOBRE TAGORE E GOA:

Acompanhado outra vez do meu estudante de castelhano e português Toton Kundu, por terceira vez voltei desde a Santiniketon bengalesa, à terra indiana de Goa, de que muito gosto. Quando viajo a aquela linda terra que banha o Mar Árábico, e foi portuguesa durante 451 anos, parece-me estar na minha Galiza. Ademais de ser o território indiano mais rico e de maior nível em todos os sentidos, a paisagem, as suas praias, o seu mar, a sua culinária, parecem os galegos. Só muda a temperatura, com mais de 10 graus por cima da galega, e a vegetação, pois em Goa no lugar de carvalhos há palmeiras, e no lugar de castanheiros abundam os coqueiros. No dia 28 de janeiro de madrugada, saímos do aeroporto de Calcutá (hoje de nome oficial Kolkata), via Mumbai (nome atual da antiga Bombaim). À tarde estávamos na Pousada Afonso do bairro de Fontainhas e ainda pudemos comer no restaurante «Viva Panjim» uma boa caldeirada de peixe. Regressamos o 6 de fevereiro a meio-dia, esta vez via Bangalore. Dormimos no hotel de Kolkata essa noite e no dia 7, de comboio, voltamos para a Santiniketon de Tagore.

Esta minha quarta visita a Goa teve essencialmente duas motivações, uma académica e outra turística. Aproveitei ademais para visitar de novo os meus amigos Suresh Amonkar e Aurora Couto em Mapuçá e Bardez, a Percival Noronha na capital Pangim, grande cronista goês, com elevada idade, mas que se conserva muito bem e com uma memória prodigiosa. Na mesma capital, e muito perto do nosso hotel, visitei de novo Ofélia de Sá, filha do grande tagoreano Renato de Sá, farmacêutico e diretor da publicação periódica «A Harpa Goesa». Também em Curtorim-Margão a Rafael Viegas, que durante dois dias, ele e sua mulher Mariana, nos acolheu na sua formosa casa de campo, e nos facilitou conhecer Álvaro Peres da Costa Sardinha, o que nos acompanhou durante vários dias e nos acolheu no seu paço ao lado da igreja paroquial que tem como padroeira a Virgem de Guadalupe. Como é natural, isto me trouxe a lembrança de Rianjo e a nossa canção mais popular «A Rianjeira». Visitamos o paço de Aurobindo Xavier e sua esposa alemã Margarida, secretário e «alma mater» da Sociedade Lusófona de Goa. Tive a oportunidade de conhecê-lo pessoalmente e falar, tomando um chá, de muitos temas de Goa, Galiza e a Lusofonia. De volta para Pangim, por ficar no caminho, visitei de novo na sua casa a minha grande amiga, bibliotecária reformada da Biblioteca Central goesa, Lourdes Bravo da Costa, e seu esposo Lionel Rodrigues.

De manhã tive a feliz iniciativa de visitar os locais da Fundação Oriente, situados muito próximos do meu hotel em Fontainhas. Ademais de olhar uma formosa exposição pictórica da autoria de António Xavier Trindade, entrevistei-me com o delegado atual da Fundação Dr. Eduardo Carvalho. Entreguei-lhe cópia dos meus trabalhos sobre Tagore e a lusofonia e da palestra que ia pronunciar o dia 4 de fevereiro à tarde na Biblioteca Central goesa. Ele teve a gentileza de nos convidar ao meu estudante e a mim aos atos culturais e musicais que, organizados pela sua Fundação, iam ter lugar as tardes-noites de 1, 2 e 3 de fevereiro, no contexto incomparável do adro e igreja da Nossa Senhora do Monte, lugar no alto a partir de que pode olhar-se a linda paisagem das ribeiras do rio Mandovi, as suas fragas de frondosas árvores e os formosos monumentos da antiga Goa, com a sua catedral em primeiro termo. Assistimos aos atos nos dias 2 e 3, acompanhados por Viegas e Peres da Costa. Desfrutamos muito com as danças indianas e goesas, com a música e canções sacras de Bach, Mozart, Mendelssohn, Haydn, Haendel, Schubert e, muito especialmente, na última noite, com os fados do grande cantor de Amarante, residente em Lisboa, Marco Rodrigues, para mim uma verdadeira revelação. Durante dois dias, às tardes, banhamo-nos nas temperadas águas do mar Árábico, nas lindas praias goesas de Baga ao norte de Goa e de Barca ao sul, muito perto da cidade de Margão, a de mais testemunhos portugueses, com verdadeiros paços e fazendas arredor. Aproveitamos também para conhecer as casas onde nasceram os três grandes tagoreanos goeses Telo de Mascarenhas, Adeodato Barreto e Propécia Correia Afonso de Figueiredo. Tiramos muitas fotos das mesmas, e no caso da terceira estivemos com dois dos seus sobrinhos António e Joaquim Correia. Uma tarde visitamos o extraordinário paço da família Menezes Bragança, ao lado do que se encontra a igreja da Nossa Senhora de Belém. Os exteriores e interiores deste paço são realmente impressionantes.

#### NA SOCIEDADE LUSÓFONA DE GOA

Na tarde do dia 4 de fevereiro, na extraordinária nova Biblioteca Central do estado indiano de Goa, na sua capital Pangim, convidado pela Sociedade Lusófona de Goa, há pouco tempo criada e gerida, entre outros, por Mário Silva e Aurobindo Xavier, pronunciei na sua sala de conferências uma palestra sob o título de «*Perceção e influência de Tagore em Goa*». Exprimi-me em galego-português e fui compreendido pela totalidade dos assistentes, muitos grandes intelectuais goeses, entre os que se encontrava o delegado da Fundação Oriente Eduardo Carvalho, professores, médicos e juizes, homens e mulheres que seguiram com grande interesse o meu discurso sobre os tagoreanos goeses, tema que para muitos era totalmente novo. Pela acolhida que teve cheguei a emocionar-me de verdade e fui entrevistado ao final pela jornalista do diário *O Heraldo*, Diana Fernandes.

Antes de iniciar a minha alocução, no mesmo local, teve lugar um ato para realizar a assinatura do protocolo de colaboração entre a Sociedade Lusófona de Goa (SLG) e a Academia Galega de Língua Portuguesa (AGLP). Por parte goesa assinou o secretário Aurobindo Xavier, que de forma sintética explicou perante os assistentes os objetivos da SLG e os do protocolo que se ia assinar. Representando a AGLP, com autorização prévia do presidente e secretário da mesma, assinei eu. O mencionado protocolo estava assinado tão só de forma digital por Aurobindo e pelo presidente José Martinho Montero Santalha.

A seguir, no meu depoimento, que em texto aparte foi publicado no Portal Galego da Língua (PGL), como um meu artigo, falei dos grandes tagoreanos goeses Telo de Mascarenhas, Adeodato Barreto, Propécia Correia Afonso de Figueiredo, Renato de Sá, Froilano de Melo e outros tagoreanos menores. Para o final deixei os tagoreanos mais importantes da lusofonia. No caso do Brasil, Cecília Meireles, Guilherme de Almeida, Abgar Renault e Ivo Storniolo. Os portugueses, Bento de Jesus Caraça e Augusto Casimiro, a angolana Wanda Ramos e os galegos Vicente Risco e João Vicente Biqueira. Antes da minha palestra conheci outros tagoreanos goeses, felizmente ainda vivos, pelo que me vejo obrigado a acrescentar o meu trabalho de pesquisa para uma próxima publicação. Os assistentes, com os que me comprometi a voltar de novo a Goa proximamente, e a ministrar outra palestra sob o tema que a Sociedade Lusófona estimar conveniente, realizaram muitas perguntas sobre o que eu falei, tanto sobre Goa como sobre as diferentes facetas de Robindronath Tagore, nomeadamente a educativa.

Não quero deixar de assinalar que uma das cousas das que mais gosto de Goa é o de me poder exprimir na minha língua materna. No bairro de Fontainhas da capital Pangim e nos distritos de Mapuçá e Margão são muitas as pessoas que falam em português, e ademais muito claro. A Janette e seu filho Clifton da Pousada Afonso, em que sempre me hospedo quando vou a Goa, falam um português perfeito, ademais de outras línguas. No mesmo bairro deste seu lindo hotel, todas as pessoas maiores de 50 anos se exprimem em português e é um prazer conversar com elas das suas janelas. Por outra parte, a língua oficial e própria de Goa é o concani, que espero poder falar algum dia. Todos os goeses a falam e lhe têm um grande apreço, muito similar ao que têm os bengaleses com o seu formoso Bangla.

#### 2014: QUARTA VIAGEM, A DELÍCIA DAS PRAIAS GOESAS:

De 19 a 25 de fevereiro de 2014 viajei de novo a Goa, em plano turístico, para desfrutar das suas lindas praias, dar-me alguns banhos nas temperadas águas do mar Árábico, percorrer de novo os espaços dos templos cristãos e dos templos hindus, e conhecer novos lugares e outras praias que não tinha olhado em visitas anteriores, por falta de tempo.

Durante a minha estância de 7 dias voltei a morar na Pousada Afonso do bairro de Fontainhas, dos meus amigos Jeanette e Clifton, que se exprimem muito bem na minha língua. No primeiro dia realizei um passeio pela ribeira do Mandovi, da que muito gosto, para tomar ao final num café perto dos correios, sumos naturais de granada, mango e ananás. Pela manhã do seguinte dia,

depois de tomar o pequeno almoço no terraço da Pousada, olhando o «Altinho», as casas do bairro chamado «Mala» e a próxima capela de S. Sebastião, num pequeno riquexó de motor, conduzido por um bengali de Kolkata, chamado Jony (eu sei o bengali suficiente para poder entender-nos), visitei de novo a Goa Velha, a 9 quilómetros da capital, onde se encontram entre outros monumentos a igreja de S. Francisco Xavier, a Sé Catedral, lindos jardins, e num espaço próximo a igreja da Nossa Senhora do Monte, lugar desde o que se pode olhar a linda paisagem com o vale do rio Mandovi. Desde aqui fui olhar de novo os distintos templos hinduístas de Pondá, que são realmente formosos. E comi uma boa comida num lugar especial, onde se cultivam variadas espécies, gerenciado por cidadãos de nacionalidade russa. Depois de comer, fui visitar de novo as terras situadas ao norte do Mandovi, no concelho de Mapuçá, e na linda praia de Calangute dei-me um banho realmente delicioso, para, depois de tomar na mesma praia uns sumos naturais, regressar à Pousada da capital goesa, Pangim.

O dia 21, no mesmo riquexó, visitei a cidade de Margão, a segunda mais importante de Goa, e a que conta com mais vestígios portugueses no seu espaço urbano e nos arredores, ademais de ser aquela na que mais goeses conservam viva a nossa língua. Dei um passeio pelas suas ruas, visitei a biblioteca e diversos mercados, fez algumas compras de regalos e fui comer uma «mariscada à galega» no hotel situado ao lado do mar, a uns 10 quilómetros da cidade, que leva o nome de «*Sea de Colva*». Já pela tarde dei um passeio pela praia excelente e imensa de Colva, que me lembrou as nossas galegas de A Lançada, Samil, Montalvo, A Langosteira e a de Carnota. Imensa, limpa, de areia brilhante e águas muito quentes, finalmente dei-me um banho realmente delicioso. E voltei para a Pousada, percorrendo as ribeiras do mar, com as suas lindas praias de Velsão, que de tão cumprida abrange outras mais pequenas com os nomes de Arossim, Utorda, Majorda e Betalbatim. A seguir, olhei as praias de Bogmalo, Hollant, Bambolim e Miramar, antes de ficar para dormir na Pousada Afonso.

O quarto dia, 22, depois do pequeno almoço no terraço, decidi ir conhecer em direto no Altinho o templo dedicado a «Honuman» (o «deus macaco»), desde o que se pode desfrutar de uma linda vista da capital goesa. A continuação fui olhar o miradouro de Dona Paula sobre o mar, também com formosas vistas da baía e o mar aberto. E, a seguir, passando por Miramar e o passeio ao lado do Mandovi, no riquexó de Jony, cruzei o rio sobre a estupenda ponte para ir a um pequeno porto, desde o que num pequeno barco turístico fui mar adentro, para poder olhar os golfinhos que ali brincam e moram, e de passo olhar os fortes construídos pelos portugueses para a defesa da entrada no rio Mandovi, que ainda se conservam bastante bem. Os quatro levam por nome Forte de Aguada, Reis Magos, Gaspar Dias e Palácio do Cabo. Desde aqui, depois de comer pelo caminho num bar de estrada algo de peixe goês, fui visitar sem dúvida uma das melhores praias goesas, como é a de Vagator (com uma pequenina num recanto chamada Ozram), onde desfrutei como nunca o tinha feito, banhei-me várias vezes, descansei nas cadeiras de praia para os turistas, tomei vários sumos naturais e estive na companhia de turistas de várias nacionalidades, especialmente russos. Ao final estive no mercado ao lado da praia, onde merquei alguns presentes (regalos), no miradouro de Anjuna, e olhei esta outra imensa e linda praia, que leva este nome. À volta, antes de ir para a Pousada, tomei uns sumos naturais no café-bar próximo aos correios.

O domingo 23, como acostumo fazer quando me encontro em Goa, se é domingo, fui às 10,30 horas da manhã à missa em galego-português que todos os dias feriados se celebra na formosa igreja da Maria Imaculada de Pangim, muito perto da Pousada Afonso, que se encontra num alto desde o que se olha a linda cidade, as suas ruas e o rio. Este dia fiz um passeio por toda a cidade, as suas ruas, os seus parques e jardins e a ribeira do rio. Logo comi num restaurante especial, cujo proprietário é do Punjab, solicitando antes aos cozinheiros que a minha comida tinha que ser preparada só com azeite e sal. Pela tarde, no mesmo riquexó do Jony, decidi andar bastantes quilómetros para visitar a praia de Arambol e Palma, que se encontra no extremo norte de Goa, já na raia com o estado indiano de Maharastra. É esta outra excelente praia, que me voltou a lembrar as nossas galegas. Na mesma, como em dias anteriores, voltei a tomar um maravilhoso banho nas águas quentes do Árábico. Tombado nas cadeiras de praia, pude olhar muitos turistas de diversas nacionalidades (em especial, russos e ucranianos) que desfrutavam como eu desta excelente praia, dos sumos naturais do café-bar situado na mesma praia, e das águas quentes do mar. Outra praia esta também muito limpa, de areia brilhante e linda paisagem. Regressei a última hora da tarde e tomei, antes de ir a dormir à Pousada, os deliciosos sumos do café-bar habitual, de nome «Vihar», dos dias anteriores, muito perto da minha morada, à que se vai por uma rua de nome «Ourém», que me lembrava o da minha cidade de Ourense.

A segunda feira, dia 24, dediquei-a a estar grande parte da jornada com o meu grande amigo Rafael Viegas e a sua família, no seu paço de Curtorim em Salcete. Filho do que foi jornalista do jornal *O Ultramar* em Margão Álvaro Viegas, foi um dos goeses que mais documentação me forneceu para o meu trabalho de pescuda sobre o relacionamento de Robindronath Tagore com Goa. Por sorte, também pude estar com outro grande amigo meu Álvaro Pires da Costa, que tem a sua casa perto da de Rafael, e ao lado da igreja da Nossa Sra. de Guadalupe (por certo, nome bem galego do nosso Rianjo). Álvaro divide o seu tempo anual com estâncias em Goa e na cidade de Burwood na Austrália. Preparada pela assistente de Rafael, desfrutámos de uma saborosa comida, naturalmente com peixe do mar goês, e falamos os três de muitas cousas relacionadas com Goa, com os goeses, com Tagore, e mesmo com a Lusofonia. A sobremesa foi também muito agradável. Já ao fim da tarde voltei para Pangim, e antes tomei pelo caminho um banho na praia de Vasco, muito perto do aeroporto. Com surpresa, comprovei que ao lado desta praia existe um centro cultural que tem por nome «Ravindra-Bhavan» e, por tanto, lembra a Tagore. O último dia, 25, depois do pequeno almoço, dei uns passeios pela cidade e a ribeira do rio, tirei algumas fotos para a lembrança, escrevi uns postais, que mandei pelos correios, tomei uns sumos naturais no lugar habitual e, antes de marchar no táxi para o aeroporto Vasco da Gama, por certo, num dia no que os táxis goeses estavam em greve, comi mesmo ao lado da Pousada no restaurante «Viva Panjim».

Terminavam assim sete formosos dias turísticos que passei na linda Goa desfrutando muito especialmente das suas praias, muito similares às galegas, embora, com águas muito mais quentes. Goa tem uma costa de mais de 105 quilómetros, quase que toda com cumpridas praias, algumas das que pela sua largura e comprimento, recebem em cada recanto nomes diferentes. São aproximadamente de norte a sul umas trinta praias, das que já conheço a metade, e me falta por conhecer as situadas mais ao sul, como Mobor, Betul e Palolem. E o forte Cabo de Rama, que ainda não pude visitar. O que me falta por olhar procurarei visitá-lo em próximas viagens.

#### 2016: QUINTA VIAGEM E MOSTRA SOBRE A GALIZA:

Do 22 de janeiro ao 22 de fevereiro de 2016 decorreu em Pangim, capital do Estado indiano de Goa, o 2.º *Festival da Lusofonia*, organizado pela *Sociedade Lusófona de Goa*, depois do grande sucesso que teve a 1ª edição de 2015.



Para participar no ato de abertura do Festival, e pronunciar umas palavras sobre a Galiza, a Nossa Terra, inaugurando uma exposição bibliográfica, fotográfica e discográfica dedicada à terra onde nasceu a língua portuguesa, desloquei-me de Santiniketon, a «*Morada da Paz*» tagoreana, no coração da Bengala indiana, onde, depois de reformar-me, moro cada ano os seis meses de outubro a abril, até Goa, viajando no avião da companhia «Índigo» do aeroporto de Calcutá ao «Vasco da Gama» goês, no dia 21 de janeiro de 2016. Por volta das 2 da tarde cheguei a terras goesas, que banha o Mar Árábico, muito similares às nossas terras galaicas, agás no que se refere à temperatura e vegetação, tropical em Goa e oceânica na Galiza. No dia 26, também em avião da mesma companhia, em dia feriado, por ser em toda a Índia o «*Dia da República*», voltei para Santiniketon, via Calcutá (de nome oficial Kolkata). Depois de desfrutar muitíssimo do radiante sol goês, das suas lindas praias, do seu mar e das suas temperadas águas, da requintada comida goesa, com grande influência portuguesa, na qual os produtos do mar (peixes e mariscos variados) são fundamentais, mas, muito especialmente, de poder exprimir-me em muitos lugares – nomeadamente no bairro de Fontainhas (sic) da capital goesa, e em Margão, Curtorim e Mapuçá – na minha língua internacional. Em Goa é onde mais te podes dar conta da asneira que é dizer que galego e português são duas línguas diferentes, como, infelizmente, defendem desde há muito tempo os «isolacionistas», que nos impuseram a desgraçada norma ortográfica chamada «oficial», por diploma de 1983, sem debate prévio algum.

#### MOSTRA SOBRE A GALIZA

Instalada na Biblioteca Central de Goa, um moderníssimo prédio não há muitos anos inaugurado, que tem um imenso andar monográfico dedicada à cultura portuguesa, e que não tem nada que invejar a qualquer outra biblioteca europeia (estou seguro que na mesma Índia é a melhor biblioteca de toda a República Federal indiana), instalou-se numa ampla sala uma exposição bibliográfica e fotográfica dedicada à Galiza. Para a mesma, e como doação, foram enviados da Galiza vários lotes de livros editados pela AGAL, a AGLP e a Fundação Meendinho.

Na exposição figuram também livros da autoria de Adela Figueroa Panisse e da Adega, e vários doados por mim que tinha em Santiniketon: CD de música popular galega editados por Ouvirmos, uma bandeira galega, um álbum de 40 fotos de vários lugares da Galiza (praias, monumentos, cidades, grupos folclóricos e comidas típicas), vinte painéis fotográficos com paisagens, praias, cidades importantes, monumentos, gastronomia, artes populares, castros, igrejas e dólmene, a primeira edição em galego e bengali de uma antologia das Cousas da Vida de Castelão, editada em Calcutá, uma monografia de Ir Indo sobre Castelão e vários guias ilustrados sobre a Galiza.

No ato de abertura da exposição, celebrado na 6ª feira dia 22 de janeiro, às 17:30 horas goesas, pronunciei um pequeno discurso, em que destaquei especialmente que a Galiza, junto com o Norte de Portugal, é o berço da língua portuguesa, portanto, com pleno direito e razão para integrar-se na Lusofonia. Também comentei o muito que a Galiza sofrera durante séculos, depois dos Reis Católicos e a dependência de Castela, na sua cultura e idioma próprios, com alargamento à ditadura franquista, fazendo menção especial de Castelão, como o nosso vulto mais importante, mas também de Rosália, Pondal, Curros, Vilar Ponte, Biqueira, Carvalho Calero, Marinhos e Guerra da Cal, entre outros. Como é natural, falei das entidades galegas colaboradoras e a sua luta pela recuperação da língua e a integração da mesma no mundo lusófono a que pertence. Aproveitei também para entregar a todos os assistentes cópia de um meu depoimento, publicado em 2008, após a minha primeira visita a Goa, no qual identifico Goa com a Galiza, sob o título de «*Goa, um recanto galego-português na Índia*».

Entre os assistentes ao ato, a maioria já amigos meus, devo destacar os membros da Sociedade Lusófona de Goa Aurobindo Xavier (secretário), e sua esposa Margarida, e os membros da direção Mário Silva e o Dr. Fonseca. Também os intelectuais goeses Rafael Viegas, Percival Noronha, Álvaro Pires da Costa, Francisco da Fonseca, Alírio Costa, Ofélia de Sá e seu esposo, Jeanette e Clifton Alfonso, Aurora Couto, Suresh Amonkar, o veterinário Dr. Gustavo Pinto e a que foi importante bibliotecária em Goa Mª Lourdes Bravo da Costa e seu esposo Lionel Rodrigues. Por encontrar-se em Goa nesta altura, estiveram presentes a investigadora em história, de Lisboa, Sandra Ataíde Lobo e o professor reformado da Universidade Nova de Lisboa Artur Teodoro de Matos. O diretor da nova biblioteca de Goa, Carlos M. Fernandes, esteve também presente. O qual se comprometeu a abrir uma secção na biblioteca dedicada à Lusofonia e o Mundo Lusófono, incorporando já os livros e materiais da exposição dedicada à Galiza, como primeira doação, uma vez encerrada a mesma, dando assim também um espaço à Sociedade Lusófona de Goa, que tão bem dinamiza Aurobindo Xavier, e com os seus esforços a mantém viva.

#### OUTROS TEMAS GOESES:

#### OS LINDOS TEMPLOS CRISTÃOS DA ANTIGA GOA:

Na minha primeira visita ao maravilhoso estado indiano de Goa não podia deixar de visitar a antiga cidade, também chamada Velha Goa (sic). O dia 21 de março de 2008, sexta feira santa, aluguei um táxi na capital Pangim, para ir ver os monumentos católicos mais importantes da que até 1738 foi a capital goesa. Data na que, por culpa de uma peste, foi abandonada passando a ser capital Nova Goa, também chamada Pangim e agora Panaji em concani. Para conhecer aqueles monumentos religiosos, percorri os nove quilómetros que há de distância por uma estrada paralela ao rio Mandovi. Ao chegar ao lugar não saía do meu assombro. Um grande bosque de árvores centenárias e infinidade de plantas e flores adornam uma paragem muito bela, na que destacam impressionantes monumentos religiosos de pedra. No passado mês de fevereiro realizei a mesma visita, agora acompanhado do meu estudante bengali Toton Kundu.

Visitamos primeiro a basílica do Bom Jesus, com formosa fachada de pedra colorada própria daquela terra. Construída pelos jesuítas em 1605, tem uma capela na que num cofre de prata encontra-se o corpo de S. Francisco Xavier. Cada dez anos celebra-se aqui a festividade mais famosa, à que acodem milhares de peregrinos e crentes católicos, vindos de todo o mundo para ver o corpo exposto do santo. Ao outro lado da rua, logo de cruzar o bosque, encontra-se a grande Sé Catedral, de estilo gótico português, com exterior toscano e interior coríntio. Contém catorze magníficos altares e uma bóveda impressionante sustida por fortes pilares. Muitas pessoas estavam a visitar este grande monumento, iniciado em 1510 e terminado 75 anos mais tarde.

Testemunhas silenciosas e mudas do passado são as catacumbas e o convento de estilo coríntio de S. Caetano, cuja igreja foi construída, seguindo o desenho de S. Pedro de Roma, pelos frades italianos da ordem dos teatinos, a partir de 1655. Também o convento de S. Francisco de Assis, construído em 1517, e no que se alberga um museu arqueológico. E a capela de Santa Catarina, levantada em 1510 pelos portugueses, para comemorar a conquista de Goa. Assim mesmo as ruínas da igreja de Sto. Agostinho, que os frades agostinhos levantaram em 1602, e abandonada em 1835 pela repressiva política portuguesa contra as ordens religiosas goesas. A igreja e convento de Santa Mónica, construída em pedra laterite e terminada em 1627, tem três andares e foi Mosteiro Real.

Para desfrutar de uma maravilhosa vista de todo este complexo monumental, fomos ver a igreja da Nossa Senhora do Monte. Desde ali observa-se esta bela paragem, cheia de árvores tropicais e regada pelo Mandovi. Atualmente é utilizado o edifício pelo Instituto Mater Dei como convento. No seu interior encontra-se o Museu de Arte Cristã, com estátuas, pinturas e esculturas, muitas das que são obra de artistas hindus locais. E celebra-se um importante certame musical, com apoio da Fundação Oriente de Lisboa, que também tem uma formosa sede em Pangim no bairro de Fontainhas. Ao descer encontramos a vários rapazes jogando ao nosso jogo da “bilharda”, que eles chamam “goindabal” e os bengalis “danguli”. De regresso à capital visitamos dois impressionantes paços, o Solar dos Colaços e o Solar Souto Maior. Neste último mercamos algum artesanato.

. Outros monumentos deste espaço exemplar, que no seu dia competia em esplendor com Roma, Jerusalém e Lisboa, são o Arco do Virrei ao lado do rio, a porta do paço de Adil Shah, a capela de S. António, a escada de Albuquerque, o convento e igreja de S. João, o convento das Irmãs e a igreja da Nossa Senhora do Rosário. Em Pangim, entre outros muitos monumentos importantes, destaca a igreja principal da Nossa Senhora da Imaculada Conceição, consagrada em 1541 e situada num alto da praça principal da cidade, desde a que se observa grande parte da capital. Visitei-a o domingo de Páscoa, assistindo à missa em galego-português, que todos os domingos, às dez e meia da manhã, ali se celebra. O sacristão pediu-me que lera eu a epístola do dia, mas declinei o convite por desconhecer as frases que ao final da leitura acostumam pronunciar-se com os assistentes. Fiquei assombrado ao ver que os muitos fregueses cumpriram na sua totalidade com o sacramento da comunhão. Demonstrando grande fidelidade à sua religião católica, em competência com hindus e muçulmanos, outras comunidades importantes de Goa.

#### OS FORMOSOS TEMPLOS HINDUÍSTAS DE PONDÁ:

Na minha primeira visita a Goa, por falta de tempo, não pude visitar os templos hinduístas mais importantes e antigos. O que pude fazer em parte na visita do ano 2011. Em todo o estado de Goa existem, tanto pequenos como grandes, uns 110 templos da religião que é maioritária na Índia. Muitos deles no interior e ao sul do território goês. Entre o bairro de Fontainhas e o Altinho, com uma linda vista sobre a cidade, encontra-se o templo Mahalaxmi, dedicado a Honuman (o macaco ou mono), que visitamos. Mas é no distrito de Pondá onde estão situados os mais famosos templos hinduístas. O mesmo táxi que nos levou à antiga Goa, acercou-nos a esta localidade, situada a uns 25 quilómetros da capital. Primeiro visitamos o templo Shri Manguesh, dedicado às divindades Sorosoti (da sabedoria) e Lakshmi ou Lokhi. Ao lado do templo estava a celebrar-se uma boda hindu e, por isto, havia muita gente. A torre do templo é muito formosa e na grande sala interior descansamos um pouco, pois fora fazia muita calor, e dentro dava gosto estar pelo fresco que havia. No adro muitas vendedoras de flores, frutas e incenso ofereciam-nos os seus produtos, muito baratos.

A poucos quilómetros de distância deste templo, encontra-se o que possivelmente é o mais importante templo hindu de Goa. Chamado de Shanta Durga (algo assim como Senhora da Paz), alá fumos. Antes de chegar à porta principal, durante um largo percorrido, há um montão de lojas, nas que se vende de tudo: artesanato goês variado, camisolas, telas, flores muito lindas para as oferendas, e frutas variadas como a papaia, o coco com a sua água fresca para tomar, ananás, bananas, granadas, etc. Uma vez passada a porta e tirar os nossos sapatos (nos interiores dos templos hindus há que entrar sempre descalço), ficamos assombrados com a beleza do edifício, a torre, a sala anterior e a figura da Durga. Para os hindus esta divindade é muito importante (é uma mulher com dez braços) e viria a equivaler à Virgem Maria dos católicos. Numerosas pessoas estavam a visitar o templo, durante uma muito boa tarde, tanta que tivemos que fazer turno para poder entrar ao interior. De volta para Pangim, passamos ao lado de uma muito grande mesquita muçulmana, que por falta de tempo não nos paramos a ver. Pois queríamos fechar o delicioso dia, vendo desde o miradouro, chamado de Dona Paula (sic), a posta de sol sobre o mar Árábico. Para alá fumos, depois de percorrer por lindos lugares os sete quilómetros que separam este sítio tão lindo e turístico, da capital. Eram muitas as pessoas que lá estavam. Olhando as praias, o mar, a baía, a ria, as terras de Vasco da Gama do outro lado e os numerosos barcos que caminhavam sobre as águas marítimas. Prometi aos meus amigos de Fontainhas, que voltaria a Goa para o mês de dezembro. Por um período mínimo de uma semana. Pois são muitas as cousas que me ficam por ver neste formoso território indiano, que parece a minha Galiza: os mercados de Mapusá, Calangute e Bardez, as numerosas praias com as palmeiras e coqueiros ao lado, as festas populares, os fortes de defesa construídos no seu dia pelos portugueses e fazer um roteiro pelo rio, num dos formosos cruzeiros turísticos que navegam pelo Mandovi e pelas costas goesas. E, entre outras, conhecer as cidades e vilas de Margão, Pernem, Chaporá, Vagator, Baga, Arambol, Benaulim, Cuncolim, Palolem, Agonda, Canacona, Quepem, Sanvordem, Molem, Mormugão, Bicholim e Salcete. Nomes oficiais de povos escritos tal como eu os escrevo.

Santiniketon («Morada da Paz» de R. Tagore), a 26 de janeiro de 2017 (Dia da República da Índia), Bengala - Índia

Prof. José PAZ (Académico da AGLP e membro da Fundação «Meendinho») [jose.paz.santida@gmail.com](mailto:jose.paz.santida@gmail.com)

#### É SÓCIO DA AICL

#### TOMOU PARTE NO 24º COLÓQUIO NA GRACIOSA 2015, E NO 25º MONTALEGRE 2016

[Regressar índice](#)

#### 34) JOSÉ SOARES, JORNALISTA AÇOR-CANADIANO. AICL, - ORGANIZAÇÃO

**José Soares** (de Abrantes Reis) nasceu em Ponta Delgada, São Miguel, Açores - 1948. Jornalista e investigador. Formação em Comunicação Social e História. Foi Presidente regional do partido liberal do Quebeque. Diretor do referendo de 1995 para a soberania do Quebeque. Candidato ao parlamento europeu pelos Açores no Partido Democrático do Atlântico (PDA). Fundador de vários jornais: *COMUNIDADE* (1973); *O MENSAGEIRO* (1985); *JORNAL NACIONAL* (1992);

Cofundador do *Açores 9*, (2007) Jornal com a maior tiragem jamais efetuada nos Açores – 50 mil exemplares por edição, do qual foi diretor editorial até 2010. Foi delegado da RDP - RTP em Otava e dirigiu inúmeros órgãos de comunicação social.



MONTALEGRE 2016



SEIA 2014 MAIA 2013 Montalegre 2016

Produziu rádio e foi apresentador de televisão durante vários anos. Conferencista e cronista há longos anos, José Soares tem atrás de si um longo rasto de material escrito em diversas publicações nacionais e estrangeiras. Por convite do então diretor João Manuel Alves, inicia uma Crónica semanal no Decano *AÇORIANO ORIENTAL* na Ilha de São Miguel, nos Açores, sob os temas *BARCOS DE PALHA*, *PEIXE DO MEU QUINTAL*, *HAJA SAÚDE* e *LUSOLOGIAS*, atingindo popularidade pela prosa simples e direta. Foi considerado por Osvaldo Cabral, Jorge Nascimento Cabral e outros, como o mais acutilante articulista da altura.

A 20 de novembro de 2011 foi homenageado pelo Presidente do Governo da Região Autónoma dos Açores, Carlos César.

Publicou em 2014 o seu livro de crónicas “Barcos de Palha”.

Em 2016 foi o mecenas do novo livro de D. XIMENES BELO, *UM MISSIONÁRIO AÇORIANO EM TIMOR*.



LOMBA DA MAIA 2016 MOINHOS 2014 MAIA 2013 LOMBA 2016

SÓCIO DA AICL.  
ADJUNTO DA DIREÇÃO,



VOGAL DO CONSELHO FISCAL DA AICL

PARTICIPOU NO 7º COLÓQUIO, RIBEIRA GRANDE (AÇORES) 2007, 11º LAGOA (AÇORES) 2009, 17º LAGOA (AÇORES) 2012, 19º MAIA (AÇORES) 2013, 21º MOINHOS DE PORTO FORMOSO (AÇORES) 2014, 22º SEIA 2014, 24º GRACIOSA (AÇORES) 2015, MONTALEGRE 2016, LOMBA DA MAIA (AÇORES) 2016

[Regressar índice](#)

35) LAURA AREIAS, CLEPUL, UNIV DE LISBOA. AICL



MAIA 2013 MAIA 2013 MOINHOS 2014

**LAURA AREIAS,**

Nasceu em Portugal.,

PhD, Tulane University, Luisiana. EUA

De 1984 a 2011: Leitora do Instituto Camões em Budapeste, Copenhaga, Nova Orleães (EUA);

Professora convidada em Baucau (Timor-Leste) e Porto Rico.

Obra publicada sobre Fernando Pessoa, Cesário Verde, e a expressão literária da insularidade num atlântico lusófono.

Conferências, artigos em revistas e livros de circulação internacional, sobre temas portugueses, brasileiros e africanos.

Integra o Grupo 6 do CLEPUL desde 2008.

Adaptadora e encenadora de textos literários para Teatro de Fantoques.

Licenciada em Filologia Clássica, na Universidade de Lisboa, doutora pela Tulane University da Luisiana, Nova Orleães, USA, em estudos portugueses e brasileiros. Desde 1973 tem lecionado em Portugal, Budapeste, Copenhaga, Nova Orleães, Timor-Leste, e Porto Rico.

Tem publicado livros e artigos nas áreas da sua especialidade: Humor e Insularidade.

É membro fundador da International Society for Luso-Hispanic Humor Studies, Filadélfia, desde 1996 e, de 2008 investigadora do Centro de Literaturas Lusófonas e Europeias da FL, Universidade de Lisboa.

É violinista amadora.

**TEMA 2.1. PORTUGUESES OUTRORA, HAVAIANOS HOJE, LAURA AREIAS, PHD, UNIVERSIDADE DE LISBOA**

Na segunda-feira 13 de outubro, dia de boa estreia, levantei-me em Lisboa tão cedo que deu para apanhar o metropolitano para o aeroporto, embarquei no voo 65 da United e rumei ao Hawaii. Depois da longa travessia do atlântico seguindo-se uma maior ainda, a de todo o continente norte-americano em que reconheci os *canyons* do Arizona, os desertos de pedras de Utah, os grandes rios e as neves dos picos das Rocky Mountains, e metade do infundável Oceano Pacífico... o Professor Dr. Paul Chandler que conhecera no verão em Lisboa, veio esperar-me ao aeroporto de Honolulu e pôs-me um *Lei* ao pescoço – o primeiro que receberia, de uma linda tradição de amabilidade, boas vindas e hospitalidade.

Mas o *Lei* – aquele colar ou coroa de flores usado pela beleza exótica das mulheres havaianas e que a propaganda turística celebrou - é mais do que isto. É uma antecipação de um agradecimento, é o reconhecimento de uma competência, é um sumo gesto de simpatia e agrado, expresso também na sua palavra *Aloha* que não se traduz num termo só.

Os dias seguintes foram de confraternização com os velhos e novos amigos da International Society for Luso Hispanic Humor Studies que eu ajudei a fundar em Filadélfia em 1996, com o Dr. Paul Seaver, seu primeiro Presidente. E os trabalhos da XV Conference da ISLHHS iniciados na quinta-feira, 16 de outubro, terminaram com uma excursão de meio-dia no sábado de manhã aos arredores da cidade, da qual me vi privada por mor do convite para a Ilha Maui, último reduto de lusitanos. Desde então foi terminado e inaugurado o Portuguese Cultural Center. E tenho o gosto de apresentar um texto representativo do nosso poeta madeirense Manuel Coito que deixou saudades em Maui. Lisboa, 3 de novembro, 2016.

Na segunda-feira 13 de outubro, dia de boa estreia, levantei-me em Lisboa tão cedo que deu para apanhar o metropolitano para o aeroporto, embarquei no voo 65 da United e rumei ao Hawaii, com dormida no velho hotel Riviera de Newark, para poder descansar e acostumar-me à ideia de deixar de novo “a casa”. Isto significa novas relações, compromissos, projetos de pesquisa a longo prazo, e um desejo preguiçoso de não regressar a Lisboa, antecipando uma prematura saudade do que fica... conheço-me.

Depois da longa travessia do atlântico seguindo-se uma maior ainda, a de todo o continente norte-americano em que reconheci os *canyons* do Arizona, os desertos de pedras de Utah, os grandes rios e as neves dos picos das Rocky Mountains, e metade do infindável Oceano Pacífico... o Professor DR Paul Chandler que conhecera no verão em Lisboa, veio esperar-me ao aeroporto de Honolulu e pôs-me um *Lei* ao pescoço – o primeiro que receberia, de uma linda tradição de amabilidade, boas vindas e hospitalidade. Mas o *Lei* – aquele colar ou coroa de flores usado pela beleza exótica das mulheres havaianas e que a propaganda turística celebrou - é mais do que isto. É uma antecipação de um agradecimento, é o reconhecimento de uma competência, é um sumo gesto de simpatia e agrado, expresso também na sua palavra *Aloha* que não se traduz num termo só.

Os dias seguintes foram de confraternização com os velhos e novos amigos da International Society for Luso Hispanic Humor Studies que eu ajudei a fundar em Filadélfia em 1996, com o DR Paul Seaver, seu primeiro Presidente. E os trabalhos da XV Conference da ISLHHS iniciados na quinta-feira, 16 de outubro, terminaram com uma excursão de meio-dia no sábado de manhã aos arredores da cidade, da qual me vi privada por mor do convite para a Ilha Maui, último reduto de lusitanos.

Entre sábado 18, domingo e segunda-feira, a promotora da minha ida a Maui, Mrs Audrey Rocha, que já esteve presente num destes Colóquios, foi incansável: mostrou-me a todos e mostrou-me tudo quanto pôde. Mandara-me por mail um Programa como num protocolo. E tudo isso foi rigorosamente cumprido mesmo com os ataques **do furacão Ann. Audrey Rocha é a alma de um Portugal em sobrevivência** pela sua geração, dos que têm 70 anos e acima. Ela, conseguiu juntar mais de 3 milhões dos 4 milhões necessários para a construção de um *cultural heritage center*, edifício que reunirá pessoas, documentos, genealogias, sala para eventos donde se espera alguns lucros, uma realização a partilhar com porto-riquenhos, em número superior aos nossos. Já começaram os trabalhos e Audrey diz, orgulhosa, que só faltam 800.000 dólares! Enquanto se espera, as duas instituições que me foi dado conhecer, *The Portuguese Association of Maui*, e o *Maui Portuguese Cultural Club* reúnem lusodescendentes, cujos avós vieram no século XIX. Uma tocante curiosidade por Portugal, mas não menos pela minha pessoa que tem corrido mundo e ali estava, no fim desse mundo para os conhecer... E ouviram as minhas histórias confundidas com as da literatura, da poesia, com citações de Pessoa e Camões. No *Portuguese Garden*, em frente da escultura de Nª. Senhora de Fátima com os três pastorinhos na tradicional pose de joelhos em oração, um forno de pão a preceito, o Club - uma casinha de modelo alentejano ou beirão, branca debruada a azulejos. E todos me puseram *Leis* à volta do pescoço.

Mais tocante foram as minhas apresentações para crianças da quarta classe, numa escola de um meio carenciado, a *Kahului Elementary School*. Histórias antigas, mitos, de valores éticos divertidamente representadas por eles e por mim, com os meus fantoches, em frente ao Mapa Mundi. No final de 3 sessões para cerca de 200 crianças, houve abraços, beijos, muitos sorrisos, presenteada com um lindo *Lei* feito por eles, oferecido em ato de boas vindas, antes de começar a função.

Gil Vicente – na sua moralidade tão atual - foi muito bem-recebido. Os valores defendidos fizeram abanar afirmativamente muitas cabeças; a vetustez e economia de meios de uma escrita com 500 anos; o facto de ser um autor obrigatório nas escolas portuguesas o que leva a continuar nos palcos por todo o país, fizeram digna de admiração a sua representação em privado e também na Universidade do Hawai'i. Só os diabos causaram espanto e indignação aos cães da casa dos Amigos de Portugal, que se fartaram de ladrar a Dinato e Belzebu quando viram os dois fantoches vermelhos e a rigor, surgir de um palco preparado para o efeito!

O *Hawai'i Council on Portuguese Heritage*, o *Genealogical & Historical Society of Hawai'i* acolheram-me e deram-me informações e material para pesquisa, muito interessantes. Assim como a neta de Manuel Coito, madeirense emigrado para o Hawaii em 1882, Mrs Jeanne Coito ali já nascida em 1936. O espólio recolhido, de seu avô, é matéria para um livro sobre a vida e época de um poeta originalíssimo, que, esperemos, o LLEA, Departamento de Línguas e Literaturas da Europa e das Américas, na pessoa do seu atual *Chair Professor* Doutor Paul Chandler, incansável divulgador da cultura lusófona em longes terras, e a Universidade de Lisboa, representado pelo Diretor do CLEPUL, Professor Doutor José Eduardo Franco, irão apoiar.

Desta última entrevista, no dia 24 de outubro de 2014; dos documentos que em todos os lugares me ofereceram, nasceu em mim a vontade de lhes render uma homenagem escrita, que fique para a posteridade, alguma coisa como a continuação do Livro apoiado pela FLAD, *Portugueses da América*. Não sei se lhes posso chamar portugueses, quando a emigração para aquelas partes parou em 1913. Não sei se posso chamar portugueses a quem perdeu a Língua, ou a quem o *facies* é uma mistura de traços polinésios, orientais, de tez morena e riso aberto. Mas posso afirmar que o sangue luso que ali resta luta pela sobrevivência em iniciativas como as de Audrey Rocha que, além de ser ativíssimo membro das associações, mantém em Maui, um programa de várias horas na Radio, «Sons de Portugal» ao domingo em AM 550, subsidiado pelo governo americano. Ou na reedição dos livros de genealogias, ou na edição de livros de cozinha portuguesa. Entre outros, o *The Pleasures of Portuguese Cooking*, na celebração do 70º aniversário da *Portuguese Pioneer Civic Association*, onde há muito mais do que a *portuguese sausage* que se come em todos os restaurantes, nas diferentes ilhas do arquipélago.

Na ilha O'ahu, dos doze jornais portugueses já nenhum se publica nem existem já programas radiofónicos. A capital, tendo muito mais oferta cultural, terá menos lugar para uma minoria quase sem memória, ao contrário de Maui, mais pequena, com mais concentração.

Os setuagenários netos desses avós já não falam português, mas há neles qualquer coisa muito comovente, entre o desespero e a esperança, que os faz ligados ao passado, à música, à gastronomia ou ao galo de Barcelos. Às vezes há uma geração de permeio que deixa crer que tudo irá perecer. Mas em seguida levanta-se uma outra que não sei por que encanto, volta a aprender a língua, a desejar educar os filhos a não esquecer uma tradição mais humana, quiçá... são esses Ricardos Ralha que são a esperança dos outrora portugueses do Hawaii. Levámos, mostrámos, lemos com eles, fizemos ouvir textos bilingues dos autores da diáspora ou que escrevem sobre ela – Onésimo Teotónio Almeida da Brown University (a quem agradecemos a generosa oferta), Francisco Cota Fagundes da University of Massachusetts em Amherst, do saudoso Marcolino Candeias e Álamio Oliveira ambos do Ministério da Cultura na Terceira, e muitos mais. Deixámos ali uma semente de um trabalho de ajuda e cooperação que esperemos, seja apoiado num protocolo entre a Universidade de Lisboa e a Universidade do *Hawaii* em *Mãnoa*. Para que valha a pena num último grito - ainda aqui estamos! - um último esforço é necessário, na união dos membros dessa comunidade, deixando de lado rivalidades, partidarismos, por um ideal comum, sob pena de ele soçobrar. E que, todos quantos conheci e com quem privei, bem merecem!

Lisboa, 3 novembro de 2014

Desde então foi terminado e inaugurado o Portuguese Cultural Center.

E tenho o gosto de apresentar um texto representativo do nosso poeta madeirense Manuel Coito que deixou saudades em Maui.

Lisboa, 3 de novembro, 2016.

É SÓCIA DA AICL.

PARTICIPOU NO 19º COLÓQUIO EM 2013 NA MAIA, NO 21º MOINHOS EM 2014 E 25º MONTALEGRE 2016

36) LÍDIA MACHADO SANTOS, ESE, IPB. AICL, [LIDIA.FLAVIE@IPB.PT](mailto:LIDIA.FLAVIE@IPB.PT)



**Lídia Maria Machado dos Santos.**

Eq. Assistente 1.º Triénio, Departamento de Português

Escola Superior de Educação de Bragança, Instituto Politécnico de Bragança, Campus de Santa Apolónia

Lídia Maria Machado dos Santos é licenciada em Línguas e Literaturas Modernas, variante de Estudos Portugueses e Alemães (UNL), Ensino de Português e Inglês (UTAD) e em Professores do Ensino Básico, variante de Português, História e Ciências Sociais (IPB-ESEB).

É doutoranda da Universidade de Vigo no programa de doutoramento: *Estudos Ingleses Avanzados: Interpretación Textual e Cultural das Sociedades Anglófonas Contemporáneas* (a aguardar data para defesa da tese). Tem lecionado Português, língua materna e Português LE, assim como Inglês LE. Tem vindo desde 2012 a dedicar-se à investigação sobre a cultura transmontana no dealbar do século XX e à literatura de potencial receção infantil. De ambas as vertentes já resultaram algumas publicações que serão continuadas futuramente.

**TEMA 2.4.: TERRA D'ENCONTROS - A INVESTIGAÇÃO POR TRÁS DA FICÇÃO - OS JUDEUS PORTUGUESES, EM TERRAS RAIANAS, NO DEALBAR DO SÉC. XX. CARLA DO ESPÍRITO SANTO GUERREIRO E LÍDIA MACHADO DOS SANTOS**

[Texto completo em Carla Guerreiro](#)

É SÓCIA DA AICL. PARTICIPA PELA PRIMEIRA VEZ



37) LUCIANO PEREIRA, ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO, INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL, PORTUGAL / AICL



FLORIPA 2010 MAIA 2013 LOMBA DA MAIA 2016

**LUCIANO JOSÉ DOS SANTOS BAPTISTA PEREIRA**, [luciano.pereira@ese.ips.pt](mailto:luciano.pereira@ese.ips.pt),

Licenciado em Línguas e Literaturas Modernas (Português/Francês), 1982

Mestre em Literaturas Comparadas Portuguesa e Francesa, 1992

Doutor em Línguas e Literaturas Românicas – Especialidade de Literaturas Românicas Comparadas, 2004

1. *Comunicações e artigos:*

- *A cultura açoriano-catarinense na obra de Franklin Cascaes*
- *Paiva Boléu e a cultura açoriano-catarinense.*
- *A representação da Ilha na literatura de temática açoriana*
- *A representação da Arrábida na literatura portuguesa*
- *A lagoa das sete cidades: cristalizações de memórias, mitos e lendas*
- *O contributo africano para o fabulário de língua portuguesa*
- *O cavalo e o touro nos fabulários, nos bestiários e no imaginário popular*
- *Os contributos mitríacos no culto do Divino Espírito Santo e algumas das suas expressões na literatura tradicional*
- *A rosa não tem porquê. Homenagem a uma poetiza vulcânica*
- *A Bélgica na poesia de Vitorino Nemésio*
- *Vitorino Nemésio: Poème dramatique au soldat portugais inconnu mort à la guerre. Contributos para a sua tradução*
- *O mau-olhado na cultura popular*
- *A Paixão segundo João Mateus ou a infinita paixão de Norberto Ávila*

2. *Ensaio: A fábula em Portugal*

3. *Unidades Didáticas para alunos do Ensino Complementar da Língua Portuguesa na Alemanha (em colaboração): A cidade*

**EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL**

- Professor do Ensino Secundário. (Setúbal, 1982/1986)
- Formando, Orientador pedagógico, Assistente, Professor Adjunto e Professor Coordenador (Escola Superior de Educação de Setúbal, 1986/2016)
- Colaborador da Divisão do Ensino do Português no Estrangeiro da Direção Geral de Extensão Educativa (1990/1995)
- Coordenador do Ensino da Língua e Cultura portuguesas - Embaixada de Portugal em Bona (1995/1996)
- Vice-Presidente do Conselho Diretivo (2005-2008)
- Coordenador do núcleo do CAPLE da ESE do IPS (2006-2016)
- Presidente dos Júris das Provas de ingresso para os estudantes internacionais e com mais de 23 anos nos cursos da ESE Setúbal (2014/2016).
- Presidente do Júri das Provas de ingresso para os estudantes com mais de 23 anos nos cursos da ESE Setúbal (2016).
- Elemento do Júri em vários concursos académicos e profissionais (Professores Coordenadores, Professores Adjuntos, Professores especialistas, Apresentação de relatórios de Mestrado...)

**DISCIPLINAS LECIONADAS:**

Língua portuguesa, Globalização das expressões, Literatura para a infância, Introdução à Literatura comparada, Retórica e argumentação, Culturas populares, Comunicação e património literário, Língua e cultura portuguesas para estrangeiros, Língua e Literatura portuguesas,

2. *Ensaio:*

- O universo do imaginário
- Os bestiários franceses do Século XII
- O bestiário e os contos tradicionais portugueses

- A fábula em Portugal
- 3. Unidades Didáticas para alunos do Ensino Complementar da Língua Portuguesa na Alemanha (em colaboração):
  - A cidade
  - O mundo das línguas
  - Professor do Ensino Secundário. (Setúbal, 1982/1986)
  - Formando, Orientador pedagógico, Assistente, Professor Adjunto e Professor Coordenador (Escola Superior de Educação de Setúbal, 1986/2010)
  - Colaborador da Divisão do Ensino do Português no Estrangeiro da Direção Geral de Extensão Educativa (1990/1995)
  - Coordenador do Ensino da Língua e Cultura portuguesas - Embaixada de Portugal em Bona (1995/1996)
  - Coordenador do Departamento de Línguas da Escola Superior de Educação de Setúbal (2002/2005 e 2010)
  - Vice-Presidente do Conselho Diretivo (2005-2008)
  - Coordenador do núcleo do CAPLE da ESE do IPS (2006-2015)
  - Presidente do Júri da Prova de ingresso para os estudantes com mais de 21 anos nos cursos da ESE Setúbal (2014/2015)

### **TEMA 1.3: REFERÊNCIAS E INDÍCIOS HEBRAICOS NA LITERATURA POPULAR, LUCIANO PEREIRA, PROFESSOR COORDENADOR INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL, ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO**

As referências e os indícios hebraicos são uma constante desde os primórdios da nossa literatura popular e trovadoresca, marcadamente poéticos, com características fundamentais da poética do Antigo Testamento, tais como as formas paralelísticas (cantigas de amigo de D. Sancho I). A nossa poesia (Luís de Camões), a nossa dramaturgia (Gil Vicente), a nossa novelística, os nossos romances continuaram a cultivá-los, ora discretamente, ora centrando-se sobre algumas das suas questões sociais e culturais mais delicadas, incómodas ou traumáticas, tais como as que dizem respeito ao processo da inquisição, que tanto motivou todo o trabalho de Alexandre Herculano. Algumas ocorrências são ecos de um profundo debate em torno das temáticas teológicas e filosóficas, como as magistralmente expostas por um Pinharanda Gomes. O estudo apresentado visa apenas lançar luz sobre algumas das marcas e indícios na literatura popular, tais como provérbios, anedotas, canções (José Leite de Vasconcelos e Michel Giacometti), poemas (Teófilo Braga) lendas (Gentil Marques) e romances (Almeida Garrett, Perre Ferré) de uma presença antiquíssima, constante e atuante. Através deles, vislumbramos acontecimentos históricos como os que envolveram um Isaac Abravanel ou um Abraão Zacuto e orgulhamo-nos com momentos tão míticos quanto gloriosos, como os que o Infante Dom Henrique nos soube proporcionar.

#### **1.1. A PRESENÇA JUDAICA NA PENÍNSULA IBÉRICA SEGUNDO OS TESTEMUNHOS HISTÓRICOS E LENDÁRIOS<sup>120</sup>**

Nuno Simão Rodrigues \* tem sido um dos autores que mais se tem dedicado ao estudo dos primórdios dessa presença com o objetivo de analisar a problemática dos primeiros contactos, chegada e instalação, assim como as primeiras vivências dos Hebreus/Judeus na Península Ibérica. O tema sempre suscitou um real interesse desde os autores medievais, quase todos de origem judaica. A problemática ganhou maior relevo no contexto da diáspora que sentia a necessidade de justificar a sua presença em territórios tão distante da sua primitiva origem (Médio Oriente). A antiguidade pré-cristã da presença judaica em espaços tão disparos como o ibérico contribuía para uma compreensão mais restrita do deicídio de que eram generalizadamente globalmente acusados dos séculos VIII a XVII. A importância dessa temática, na península, tornou-se particularmente pertinente desde a tomada de consciência da origem de o nome romano, «Hispania» (costa escarpada ou dos coelhos) poder ser semítica, relacionando-a com as ocupações fenícias, discutidas desde o Renascimento, a Társis bíblica foi então associada à Tartesso dos textos greco-latinos.

Nos textos bíblicos refere-se que o rei Salomão teria construído um empório comercial tão vasto que chegaria a regiões tão longínquas como Társis. A homofonia e a ideia de que esse território seria «longínquo» contribuíram para a associação do topónimo com o das fontes greco-latinas, localizando-o na Península Ibérica, embora a referência a alguns dos produtos que chegariam de Társis não se coadunarem com a região peninsular, em particular dentes de elefante, macacos e pavões. Cedo se coloca a hipótese de a Társis bíblica se localizar num outro local tal como na Índia ou no Golfo Pérsico.

Certo é que a arqueologia demonstrou que a presença fenícia na Península Ibérica é um facto, pelo menos desde os séculos IX-VIII a.C. Primeiro com o estabelecimento de esporádicos contactos comerciais, depois com a estruturação de uma rede comercial mais complexa e regular. A partir do século VIII a.C. hipotéticas feitorias fenícias se transformariam em verdadeiras colónias apoiando-se na exploração de metais, tais como a prata (Gadir-Cádiz). Com a emergência de Cartago, Gadir foi conquistando cada vez maior autonomia. A problemática da presença fenícia na Península só é relevante na medida em que se trata de um povo igualmente semita, com uma imensa proximidade cultural dos Hebreus, e cuja presença na Hispânia foi verdadeiramente relevante. É nesse contexto que podemos conceber uma relação de tipo económico-político entre as figuras mítico-históricas de Salomão e Hiram que permitiria a chegada dos primeiros Hebreus à Península. É bastante provável que os Judeus tenham chegado a Roma a partir do Norte de África, em particular na sequência das Guerras Púnicas (que opuseram Cartago a Roma nos séculos III e II a. C., terminando com a destruição do território cartaginês e com o arrastamento de milhares de prisioneiros para Itália como demonstração do triunfo romano...). O mesmo se verificará mais tarde com a conquista de Jerusalém. Estando a sociedade cartaginesa situada na continuidade de espaços de densa ocupação judaica, tais como Alexandria e Cireneia, vários documentos comprovam a coexistência com várias comunidades judaicas, desde os séculos III e II a. C.

<sup>120</sup> Os dados históricos referentes à antiguidade foram extraídos de Silva, Carlos Guardado da (Coord.) (2013) Judiarias, Judeus e Judaísmo, 19-28.

O país tornou-se propriedade do Estado Romano, um dos territórios de colonização romana. Decerto, muitos judeus, terão atravessado voluntariamente o Mediterrâneo, instalando-se em Itália, e especialmente em Roma, a cidade que se afirmava como a capital político-económica do mundo mediterrâneo. É também provável que, entre os despojos militares, famílias judaicas tivessem seguido para Roma como escravos e aí tivessem encontrado uma nova forma de sobrevivência. Este novo eixo migratório indicia a possibilidade de uma expansão para Ocidente. Os Judeus, por opção ou por obrigação, instalaram-se na Península Ibérica, antes e após o desfecho do confronto que opôs Cartagineses a Romanos. Esta parte da hipótese, contudo, ainda que verosímil, carece de comprovação literária ou arqueológica. De qualquer modo, a ideia de já cá existirem algumas comunidades judias, quando os Romanos pisaram a Península Ibérica, parece-nos historicamente bastante verosímil. Essas comunidades ou, pelo menos esses indivíduos, não seriam forçosamente descendentes dos comerciantes dos séculos IX-VIII a.C., mas poderiam ter-se instalado apenas alguns anos antes da chegada dos Romanos.

A importância do território hispânico para os Judeus cresceu no século II a. C., permitindo a Estrabão e a Flávio Josefo, afirmar a onipresença dos Judeus em toda a parte do Orbe. Para García Moreno, as comunidades judaicas de Sefarad provieram da nova ordem mediterrânea, essencialmente helenística, surgindo Roma como um ponto de partida bastante provável para estes «novos colonizadores» da Ibéria. A tese parece-nos verosímil, tanto mais que há várias ocasiões em que isso poderá ter conhecido, nomeadamente nos momentos de expulsão (durante o principado de Tibério; por ordem de Pompeio em 63 a.C.; na época do principado de Cláudio; após a destruição do Templo por Tito; durante os conflitos do tempo de Domiciano; após os acontecimentos de Bar Kokhba...)

As palavras de Paulo de Tarso, na epístola aos Romanos, sugerem a existência de uma comunidade judaica de tal modo significativa que teria levado o apóstolo a deslocar-se ao território. Paulo teria escrito essa carta antes da visita a Roma, anunciando a sua intenção de o fazer precisamente quando se deslocasse à Hispânia:

*(...) como não tenho nenhum campo de ação nestas regiões, e há muitos anos que ando com tão grande desejo de ir ter convosco, quando for de viagem para a Hispânia... ao passar por aí, espero ver-vos e receber a vossa companhia (...). Portanto, quando este assunto estiver resolvido, e lhes tiver entregado o produto desta coleta devidamente selado, partirei para a Hispânia, passando por junto de vós.*<sup>121</sup>

Em todos os locais até então visitados, Paulo começava a evangelizar pelos Judeus. Por conseguinte, não há razões para pensarmos que não tivesse feito o mesmo na Hispânia, cujas comunidades teriam sido o principal motivo da sua viagem. Além disso, sabendo que os primeiros cristãos provieram do meio judaico. Assim o indicam os *Atos dos Apóstolos* e o percurso evangélico de Simão Pedro da Galileia e de Saulo de Tarso. É por isso legítimo pensarmos também que o primeiro alvo de Paulo na Península terão sido os judeus aí estabelecidos.

No final do século I d.C., Flávio Josefo menciona várias vezes a Ibéria na sua obra, censurando alguns autores por desconhecerem os povos Iberos. No livro I das *Antiquitates*, os Iberos são associados a Teobel, Túbal bíblico (fundador lendário de Setúbal), inserindo-os deste modo na sua versão, da chamada «Tábua das Nações», conferindo-lhe assim uma identidade geográfica mais concreta. O *Talmude*, por sua vez, também contém várias referências à Hispânia, mas só a partir dos séculos III-VI d.C. é que os testemunhos judaicos peninsulares ganham maior volume. As fontes epigráficas, por exemplo, só se tornam significativas durante esse período, embora existam alguns testemunhos anteriores (a ânfora de Ibiza, de provável origem samaritana, e na qual se leem caracteres hebraicos. Cedo se sugere a aparente tendência dos Judeus para se instalarem em espaços costeiros e fluviais (Mérida, Mértola, ...))

Existem dados suficientes para concluirmos que, nesses espaços, haveria uma organização sociorreligiosa semelhante à de outras comunidades da diáspora, bem como uma estruturação cultural semelhante às que encontramos noutros lugares, como Roma: inscrições trilingues, decorações especificamente judaicas, existência de cargos sinagogais, desempenho de funções na administração estatal, nomes de origem hebraica, ... Com base em testemunhos arqueológicos datados do Baixo-império, provenientes da região de Troia, perto de Setúbal, levantou-se uma hipótese de uma colónia semítica, constituída por Africanos e Judeus, se ter aí instalado. Além disso, as referências a exportação de *garum* para a Palestina, no *Talmude*, podem, eventualmente, confirmar esta ideia. A maioria destes documentos, porém, data dos séculos IV-VII d.C. e, no geral, o conjunto destas informações é colhido em fontes explicitamente judaicas.

Para o século IV, também possuímos as atas do Concílio de Elvira com informação substancial acerca dos judeus peninsulares, permitindo-nos concluir que a comunidade gozava de alguma importância no território. O judaísmo, enquanto matriz e prática religiosa naturalmente próxima da religião oficial do império, o cristianismo, ganha um redobrado significado.

O Concílio de Elvira (entre 300 e 312) foi o primeiro a regulamentar as relações entre judeus e cristãos, atestando um elevado grau de convívio entre ambas as confissões/culturas em território ibérico. (...). Da mesma época deverão datar os vestígios da sinagoga de Elche, que conferem uma estrutura mais sólida à ideia de uma comunidade judaica organizada na Península.<sup>122</sup>

## 1.2. A PRESENÇA JUDAICA EM PORTUGAL<sup>123</sup>

Os judeus viveram um longo período de afirmação e crescimento relativamente pacífico no território que é hoje Portugal. Omitindo o período mal documentado dos domínios suevo e visigodo, podemos falar de uma continuidade de articulação mais ou menos harmoniosa entre as três religiões “do Livro” sob os diferentes momentos do domínio muçulmano, assim como sob o domínio dos primeiros reis de Portugal, até que nos finais do século XIV começa-se a fazer sentir uma crescente pressão da vizinha Espanha que culmina com a expulsão dos judeus em 1496, exigência política dos Reis Católicos para permitir os esponsais da sua filha com D. Manuel I. Contrariamente aos seus sogros, o nosso rei, de forma contraditória, tudo fez para impedir a saída dos judeus ou pelo menos dos seus cabedais. Diga-se, em abono da verdade, que o nosso monarca se mostrava ciente das dramáticas consequências do desperdício de saber, de competência, de experiência e da capacidade empreendedora, que ameaçariam a nossa estabilidade socioeconómica. Arditamente, forçou-os à conversão, provocando um profundo drama humano

<sup>121</sup> Rm 15, 23-24, 28.

<sup>122</sup> García Iglesias, L. (1978) *Los Judios en la España Antigua*, Madrid, pp. 58-59, in Silva, Carlos Guardado da (Coord.) (2013) *Judiarias, Judeus e Judaísmo*. Lisboa: Edições Colibri.

<sup>123</sup> A reflexão aqui apresentada estruturou-se em torno de uma síntese apresentada por Jorge Martins na sua obra *Breve História dos Judeus em Portugal*, 2015, pp. 187-191.



condenando-os a uma dupla existência e a um ostracismo cínico e arbitrariamente fatal, embora viesse a proteger as vítimas do massacre de 1506, a proibir a distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos, a autorizar a sua saída do reino e a protelar a entrada efetiva do Santo Ofício.

Assumidamente antissemita, D. João III, será o incansável carrasco dos judeus, comprando a inquisição à Santa Sé, sem poupar esforços, imensos cabedais e estratégias ignóbeis de corrupção efetiva.

Apesar do horror, a resistência e a persistência do judaísmo durante os séculos XVI a XVIII está bem atestada pelo exílio de inúmeros cristãos-novos com o intuito de assumir a sua verdadeira religião e pela afirmação do criptojudaísmo nos inícios do século XX.

Não obstante um antissemitismo dominante, sempre existiram homens de difusa ascendência judia ou simplesmente imbuídos do profundo humanismo e tolerância cristã que se opuseram aos crimes hediondos da inquisição. António Vieira terá sido um dos primeiros grandes filossemitas, apesar de não ter sido bem-sucedido nos seus intentos, acabaria por influenciar outras personalidades, como D. Luís da Cunha, Xavier de Oliveira, Ribeiro Sanches e Melo Freire, que exigiriam a reforma da Inquisição e até a aceitação do livre culto judaico. Posteriormente, Pombal, que acusava os Jesuítas por todos os males do Reino, colocaria, ironicamente, em prática as suas teses filojudaicas.

Eradicada a intolerância antijudaica, renasce timidamente uma das nossas dimensões enquanto povo, a sua emancipação será lenta e o seu caminho tortuoso, começa pela criação de comunidades israelitas em Lisboa, Açores, Madeira e Faro, verá consagrada tacitamente na lei a sua existência, enquanto colónias estrangeiras, e alcançará o seu pleno reconhecimento após a implantação da República. Emergem então das terras mais conservadoras dos interiores das Beiras e de Trás-os-Montes as comunidades marranas, esquecidas do judaísmo oficial, do país, do mundo e até de si próprias.

Forçados a abjurar o judaísmo, perseguidos por nos termos tornado cristãos-novos à força, impossibilitados de regressar ao judaísmo oficial e incapazes de criar uma igreja marrana, tornámo-nos um povo com identidade, não apenas múltipla e miscigenada, mas difusa e sempre dominada por uma angustiante duplicidade, que nos tem impelido, ora para a exagerada euforia otimista, ora para o recorrente pessimismo de não termos assumido uma identidade, qualquer que fosse, mas uma identidade assente em inequívocas raízes de pertença, interiorizadas em todas as suas dimensões.

Foi este o mais perene dos muitos crimes da Inquisição, que os dois séculos posteriores à tricentenária história da intolerância não conseguiram reconciliar no ser português que somos hoje.

Na verdade, perdemos a nossa plena identidade a partir do início do século XVI e nunca mais a recuperámos até hoje. Por outras palavras, apesar da tão propalada presença judaica no ser português, ainda não somos capazes de assumir, no século XXI, a dimensão judaica da nossa identidade. (...)

A desestruturação mental que o batismo forçado e a ação inquisitorial operaram na sociedade portuguesa, obliterou o convívio inter-religioso e intercultural que se estava a construir ainda antes da fundação da nacionalidade e se aprofundou durante os séculos XII e XV. Foi a intolerância católica que impediu o português de quinhentos de ser o que era, de facto: um povo com raízes diversas. Essa amputação social, cultural e mental teria repercussões incomensuráveis em todos os domínios da vida portuguesa, acabando por atravessar a história dos judeus, dos marranos e dos cristãos (novos e velhos), que não mais puderam assumir-se em toda a plenitude do seu ser. Dos escolhos da(s) intolerância(s) emergia um novo português, o português que todos nós somos um pouco: o marrano, que, quer queiramos ou não, nos ficou como uma marca indelével. (Martins, 2015,190-191)

A presença judaica também deixou marcas profundas nas nossas obras literárias e no nosso pensamento filosófico e teológico. Para melhor entendermos a sua pujança nos primórdios da nossa nacionalidade, não podemos deixar de recordar a sua produção literária na península, e em particular no El Andalús, durante os séculos X, XI e XII (Menahem Ben Saruq, Dunas Ben Labrat, Yishaq Ibn Capron, Yosef Ibn 'Abitur, Yishaq Ibn Jalfun, Semu'el Ibn Nagrella Há-Nagid, Selomoh Ibn Gabirol...<sup>124</sup>).

A literatura trovadoresca, em particular as cantigas de amigo, apresenta-nos algumas imagens e estruturas, tais como as paralelísticas, que nos recordam géneros e textos do antigo testamento.

Cantigas de Escárnio e Maldizer iniciam a representação de características estereotipadas que contribuirão para a sua cristalização na nossa memória coletiva (Afonso X)<sup>125</sup>.

Gil Vicente lança mão de alguns estereótipos contribuindo, deste modo, para o reforço de um certo antissemitismo primário, próprio de um certo riso relativamente grosseiro<sup>126</sup>. Luís Vaz de Camões revela-se um profundo conhecedor da cultura clássica e dos textos bíblicos, tanto na sua epopeia, quanto no seu teatro e, em particular na sua lírica (*Sóboles rios que vão...*; *Sete anos de pastor Jacob servia...*).

O Padre António Vieira crê ter encontrado nas sociedades índias uma imagem do paraíso, é a construção do mito do bom selvagem que acorda lembranças do Génesis. Vieira interessa-se pelo pensamento hebraico e, em particular, pelas suas reflexões perante o encontro de civilizações que os descobrimentos vão representar. Estaremos nós perante algumas tribos perdidas de Israel ou talvez perante sociedades que ainda não foram conspurcadas pelo conceito de pecado? Tais conceitos, aproximam-no de uma era de diálogo, tolerância e unicidade na pluralidade, a era do Espírito Santo, anunciada pelo messias e pela promessa do seu regresso. A nossa época contemporânea desenvolveu uma complexa relação entre correntes de “filossemitismo” e de antissemitismo que abriram caixas de Pandora, atingindo dimensões apocalípticas com os extermínios em massa.

<sup>124</sup> Sáenz-Badillos, Ángel; Borrás, Judite Targarona (1990) *Poetas Hebreos de Al- Andalus (Siglos X-XII) Antología*. Sevilha: Ediciones El Almendro – Córdoba.

<sup>125</sup> Lopes, Graça Videira (2002) *Cantigas de Escárnio e Maldizer*. Lisboa Editorial Estampa. (pp. 70, 80)

<sup>126</sup> Veja-se: Barca do Inferno (1517), Farsa de Inês Pereira (1523), Juiz da Beira (Espanhol) (1525/1526?), Diálogo sobre a Ressurreição (1526-1528?), Auto da Lusitânia (1532).

Tais acontecimentos marcaram profundamente a nossa sensibilidade, acordaram sentimentos de culpa recalcados, paixões sentidas e sentimentalismos filosóficos<sup>127</sup> que afirmam utopias judeo-cristãs que se poderiam resumir a uma das mais radicais afirmações de Sua Santidade, o Papa Francisco: “Para ser um bom católico é preciso primeiro ser um bom judeu”<sup>128</sup>.

Teixeira de Pascoais afirma, também ele, a especificidade judaico-cristã da alma portuguesa (*Arte de Ser Português*, 1915; *Maranus*, 1990).

Silva Resende, na aproximação do fim do século, aproveita para desenterrar mitos e profecias milenaristas, judaicas e joaquimistas (*O Judeu Errante - Odisseia inacabada*, 1964).

Bernardo Santareno, escreve *O Judeu* (1966), como forma de denúncia de uma vivência de opressão e repressão que associa os velhos métodos da inquisição aos novos métodos do Estado Novo e da ditadura salazarista.

Outra não será intenção de Luís de Sttau Monteiro, ao escrever, para o grande público, ou pelo menos, os que frequentam as salas de teatro, *As mãos de Abraão Zacuto* (1968). Ilse Losa, contribuiu para a dignificação da nossa identidade judaico-cristã oferecendo-nos algumas das suas dolorosas memórias de juventude e de fuga de uma perseguição que a engoliria no esforço de extermínio nazi (*O mundo em que vivi*, 1987).

Richard Zimler, autor americano de ascendência judia, instala-se entre nós e contribui para a compreensão e valorização do nosso património literário e cultural, grande humanista e homem de causas universais, oferece-nos *O último Cabalista de Lisboa* (1996), contribuindo, a seu modo, para que a nossa dívida judaica nunca caia no esquecimento.

Pinharanda Gomes, Agostinho da Silva, António Telmo, e tantos outros deram corpo a uma dimensão sagrada desse intenso diálogo iniciado pelas tradições proféticas<sup>129</sup> (O Bandarra, o sapateiro de Trancoso<sup>130</sup>; Mestre Simão Gomes, o sapateiro santo de Setúbal...) por António Vieira e tão desenvolvido por Fernando Pessoa (A mensagem)<sup>131</sup>.

Basta citar uma das obras de António Telmo: *A Terra Prometida* (2014).

### 1.3. ONOMÁSTICA E ANTROPONÍMIA<sup>132</sup>

Todos conhecemos nomes de ruas, de praças e de lugares que perpetuam a memória dos judeus enquanto grupo étnico ou de judeus e de cristãos-novos que se destacaram enquanto personalidades da nossa cultura, técnica, científica, filosófica, teológica e literária. Todos sabemos que por detrás de apelidos referentes a substantivos que remetem para o mundo vegetal, em particular para o das árvores, podemos suspeitar de uma eventual origem judaica ou neocristã. A verdade é que a mesma suspeição podemos nutrir em relação aos apelidos que nos remetem para o mundo animal, e em particular para os animais com forte simbolismo no mundo hebraico. A verdade é que raros são os povos que não procederam de forma semelhante. Basta pensar em nomes germânicos como Peerbaum, Wolf, Wolfgang, ... João Pedro Machado (1993, vol. I, p. 835) é um dos autores que assinala alguma toponímia que vem prolongando a sua presença entre nós:

**Judeu** – top. Arronches (Monte Judeu), Castelo Branco (Id.), Castro Marim (Judeu Morto), Celorico de Basto (Vale de Judeu), Fronteira (Monte Judeu), Lagos (Id.), Lisboa, Loulé (Vale Judeu), Moura, Odemira (Alcaria de Judeu, Fonte Judeu), Oeiras (Azenha do Judeu), Peso da Régua, Portimão (Monte Judeu), Seixal (Rio de Judeu), Setúbal (Vale de Judeu), Tavira (Malhada do Judeu), Vidigueira (Corte do Judeu); ilhas da Madeira (Lombo da Achada do Judeu), e Terceira (Porto Judeu), etc. Do s.m. judeu.

**Judeus** – top. Azambuja (Vale dos Judeus), Campo Maior (Monte dos Judeus), Penela (Porto de Judeus) Pl. do s.m. judeu. Zona habitada por alguns judeus. Cp. Judias.

**Judia** – top. Borba (Monte da Judia), Évora (Id.). Do s.f. judia. Proprietária ou habitante do local seria judia. Judias, Almada, Seixal (Vale das Judias).

José Leite de Vasconcelos (1928) dá-nos conta de um número considerável de nomes tipicamente judaicos, extraídos do antigo testamento. Nenhum de nós terá dificuldade em identificá-los e reconhecê-los, outros poderão, eventualmente, constituir alguma surpresa, de tão portugueses que se tornaram, tais como Maria e José:

**“Nomes em documentos dos séculos IX e X:**

**De origem hebraica:**

- Maria (segundos alguns, de Mirjam, palavra tomada do egípcio: «amada de Amon (deus)»: vid. Kirchenlat. Wb., p. 499).

- Samuel, que figura no documento como nome de um filho de Viviturus (vid. Sub-parágrafo a), o que mostra que o indivíduo, apesar do hebraísmo do nome, era de família cristã. Samuel quer dizer «seu nome é Deus»: vid. Kirchenlat. WB., p. 693.” (1928, 31)

**“Nomes de Judeus modernos:**

**Nomes de origem hebraica:**

a) masculinos: Abraão, Arão, Benjamim, Elias, Isaac, Jacob, Jehudah, Joaquim, José, Levy, Moses (Moisés), Salom, Salomão, Samuel.

a) femininos: Ana & Hannah, Anette (por Annette, diminutivo francês), Deborah, Ester, Mary (Maria), Miriam (cf. supra, p. 364), Sarah. (1928, 417)

### 1.4. PROVÉRBIOS E EXPRESSÕES QUE FAZEM REFERÊNCIA AO JUDEU E AO JUDAÍSMO

<sup>127</sup> Ver Gomes Pinharanda (2009) *A Filosofia Hebraico - Portuguesa*. Lisboa: Guimarães editores.

<sup>128</sup> Bédar, A. (2014) *Francisco, o argentino*. Lisboa: Guerra e Paz, p. 165

<sup>129</sup> Aragão, A. C. Teixeira de (2004) *Diabruras, Santidades e Prophecias*. Lisboa: Alcalá; Bandarra, Gonçalo Anes (2001). *As profecias do Bandarra*. Modema Editorial Lavoros.

<sup>130</sup> Bandarra, Gonçalo Anes (2001). *As profecias do Bandarra*. Modema Editorial Lavoros.

<sup>131</sup> Pessoa Fernando (1981) *Obra Poética*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar.

<sup>132</sup> As referências onomásticas foram todas extraídas de Machado, J. P. (1993, vol. II, 31). As referências antroponímicas foram colhidas Vasconcelos, J. L. (1928, 31, 417)

A maior parte dos nossos provérbios<sup>133</sup> e das nossas expressões<sup>134</sup> referentes ao judeu e ao judaísmo traduzem um profundo sentimento antijudaico. Até as referências ao antigo testamento não deixam de apresentar alguma ambiguidade, longe de apresentar qualquer dimensão filojudaica.

#### **Provérbios:**

“Arrenego do judeu e do burguês e do homem de Cavês, mas vem o Vilarês, que é o pior dos três e do cigano no seu contrato é o pior dos quatro.” (858, p. 57)

“Entre judeus, judeus como eles.” (2497, p. 131)

“Judeu, dona e homem com coroa jamais perdoa.” (3254, p. 167)

“Judeu pela mercadoria, frade pela hipocrisia.” (3255, p. 167)

“Judeus em Páscoa, mouros em bodas e cristãos em pleitos, gastam os seus dinheiros.” (3256 p. 167)

#### **Expressões originárias da Época Clássica:**

“Bode expiatório (p. 37), abracadabra (p. 44).”

#### **Expressões originárias da Idade Média:**

“Chuva diluviana (p. 80), tempo das vacas magras (p. 80), separar as águas (p. 80), [ser um] Maná (p. 81), travessia do deserto (p. 81), pregar no deserto (p. 81), velho como Matusalém (p. 81), coisas do arco da velha (81), [ser um] Sodomita (p. 82), torre de Babel (p. 82), [ser um] Benjamim (p. 82), [ser um] Querubim (p. 82), olho por olho, dente por dente (p. 82), paciência de Job (p. 83), dizer cobras e lagartos (p. 83), ter pés de barro (p. 83), [uma] Cabala (p. 96), andar com as calças na mão (p. 96), dar às de vila-diogo (p. 96), [ser] Ladino (p. 99).”

#### **Expressões originárias da Época Moderna:**

“[ser]. Somítico (p. 132), ficar com a careca à mostra (p. 132), é relaxada (p. 132), [ser] um tipo da corda P. 132), [estar num] Gueto (p. 133), pensar na morte da bezerra (p. 133), fazer medidas (p. 133).”

#### **Expressões originárias da Época Contemporânea:**

“Fazer um pogrom (p. 194), noite das facas longas (p. 195). “

Para terminar esta viagem pelas expressões referentes aos judeus ou ao judaísmo não gostaria de deixar de acrescentar alguns outros exemplos do nosso conhecimento empírico: noite de cristal, fazer judiarias, fazer rabinices, ...

### **1.5. ANEDOTAS DE JUDEUS**

Para além de algumas anedotas antijudaicas que circulam entre nós de origem geográfica e nacional relativamente obscura, encontramos um conjunto de outras filojudaicas que nos apresentam um povo que gosta de rir de si próprio. O seu espírito não está longe de muitas das anedotas que contamos dos alentejanos julgando atingi-los dos defeitos e vícios próprios das comunidades de tipo rural, valorizando uma vivência em harmonia com os outros e com a natureza, um certo bem-estar familiar e consigo próprio, uma relativização do tempo e uma sabedoria salomónica, cujos objetivos finais são a constante expressão de gratidão pela vida e da aspiração pela paz. Apresentamos apenas um conto humorístico e anedótico publicado numa obra de José Jorge Letria<sup>135</sup> destinada aos mais jovens:

O ensinamento de Deus

Na presença de Deus compareceu, de olhos fixos no chão, um homem que, na Terra, decidira, por razões desconhecidas, pôr termo à vida. (...)

- Senhor, eu tinha um único filho e ele, apesar de ter sido educado por mim e pela minha mãe de acordo com os nossos textos sagrados, acabou por se converter ao cristianismo. (...)

- Também tinha um só filho que, apesar de ter sido criado e educado por mim para cumprir as mais sagradas funções, acabou por se converter a uma outra religião, renegando todos os meus ensinamentos.

- E vós, Senhor, o que fizestes?

- Fiz a única coisa que podia ter feito. Fiz um novo testamento. (...)

### **1.6. OS JUDEUS NO UNIVERSO LENDÁRIO**

#### **Lendas Religiosas**

##### **Lenda do Santo Milagre (Santarém)<sup>136</sup>**

– A Velha Judia – Houve tempos em que os judeus de religião não poderiam ter contacto com os cristãos, sob pena de morte.” (p. 314)

“Em tempos idos vivia em Santarém – segundo conta a lenda – um casal que se consorciara verdadeiramente por amor. Porém como o imortal Luís de Camões dissera num dos seus sonetos

*Amor com brandas mostras aparece,*

<sup>133</sup> Todos os exemplos foram extraídos de Santos, Maria Alice Moreira dos (2000) Dicionário de Provérbios. Adágios, Ditados, Máximas, aforismos e Frases Feitas. Porto: Porto editora, p. 57, 131, 167.

<sup>134</sup> A maior parte das expressões foram colhidas de Carvalho, Sérgio Luís de (2014) Uma viagem pelas histórias das Expressões Portuguesas. Nova Edição nos trinques. Nas Bocas do Mundo. Lisboa: Grupo Planeta.

<sup>135</sup> Letria, J. J., Corbel, A. (2003), Lendas e Contos Judaicos. Porto: Âmbar. (p. 11).

<sup>136</sup> Marques, Gentil (1997) Lendas de Portugal. vol. IV. Lisboa: Círculo de Leitores. (pp. 307- 312, 314).



*Tudo possível faz, tudo assegura,  
Mas logo no melhor desaparece...*

Na verdade, também sem que eles se apercebessem o amor entre ambos foi arrefecendo, criando vazios, transformando-se de traço de união em simples reticências (...)

Por fim, já desesperada, a mulher, vendo fracassar todas as suas tentativas de reconciliação (bem poucas, afinal, por se sentir ofendida na sua dignidade), resolveu consultar uma velha judia que morava na vizinhança e tinha fama de curar todos os males. (...) A judia sublinhou as palavras com uma das suas habituais risadinhas: - Deus fará por abrir os vossos olhos... os vossos ouvidos... e os vossos corações... Mas terá de seguir à risca o meu conselho! (p. 307 - 309)

"A velha nada mais disse... Parecia ter adormecido repentinamente. A mulher teve ainda mais receio. Mas, depois, olhando o vulto da judia enroscada na roupa, compreendeu que ela estava a rezar. Uma reza longa e misteriosa, decerto, pois não conseguiu perceber nem uma só palavra.

- Quando quiser... dê-me o seu conselho...

- Um momento, minha filha, um momento! – Soou a risadinha seca. – Pronto... Agora escuta.... Vai-te confessar e comungar... Mas não engulas a hóstia consagrada.... Estás a ouvir?... Repara bem nisto que eu te digo, que é muito importante: não engulas a hóstia consagrada!... Esconde-a no teu lenço e leva-a para casa... É como se levasses o próprio Corpo de Deus... E Ele fará então o milagre porque tu anseias... (...) Depois da confissão, a mulher ficou esperando pela missa, mas ao aproximar-se do momento da sagrada comunhão, a mulher lembrou-se mais do que nunca do conselho estranho da velha judia. Aflita dizia de si para si:

- Meu Deus, não sei se deva seguir esse conselho... E se for pior para mim? Que devo fazer?...

Teve que decidir por si própria. Então, num rasgo de fingiu apenas que tomava a hóstia consagrada e escondeu-a com todas as cautelas, embrulhada no lenço (...). Ao chegar a casa, escondeu logo nervosamente, angustiadamente o lenço e a hóstia numa antiga araca de roupa já quase sem uso (...). Conta a lenda que daí algum tempo ambos se soergueram, ambos espantados, pois escutavam dentro de casa – ali, bem junto deles - uma linda música que nunca tinham ouvido. (...) Entretanto, a música acentuava-se, parecia transformar-se aos poucos num coro celestial. E da arca subia uma luz viva, brilhante, maravilhosa (...) O homem abriu a arca de repente .... Quedaram-se boquiabertos, deslumbrados. A hóstia era agora apenas uma luz divina e por toda a cassa havia um cântico de hossanas... (p. 310, 312)

#### 1.6.1. LENDA DA SENHORA DO CAIS (SETÚBAL)<sup>137</sup>

Esta lenda relembra-nos a antiquíssima presença semítica, fenícia e judaica, no espaço de Troia e da antiga Cetóbriga, presença reforçada no período medievo que contava com uma judiaria contígua à sua igreja matriz, Igreja de Santa Maria, no flanco da colina de São Sebastião, hoje a Sé. Esta lenda possui, como é óbvio, múltiplas versões. Todas elas fazem eco de uma estrita separação entre as várias comunidades religiosas que coexistiam no espaço do antigo núcleo urbano. Não nos esqueçamos que essa separação não era tanto imposta pelo grupo cristão dominante, mas exigido pela comunidade judaica, por imposição de antiquíssimos preceitos religiosos. A lenda não deixa de apresentar um especial interesse pelas tensões que sugere entre as proibições religiosas e as pulsões individuais de comunicação, convívio e apreço mútuo. Embora a judia seja representada como a mulher de perdição, imagem de Eva, a pecaminosa, a traidora, eventualmente a meretriz babilónica, a verdade é que o povo não deixa de a respeitar no seu poder de sublimação e de transformação mariana. Ester transforma-se em Maria. Afinal Maria não teria continuado a ser a judia, mãe de Cristo, mãe de Deus e mãe da humanidade:

Narra-se em velhos documentos que o nobre fidalgo D. Manuel Vaz de Castro tinha como esposa a mais bela mulher de Setúbal. Chamava-se Ester e, como o seu nome indica, era de ascendência judaica. De Ester, vivia enamorado – estranhamente, loucamente enamorado! – um pobre pescador chamado Valentim de Jesus. (...)

O moço Valentim tinha razão nos seus pressentimentos. Ouvindo vozes na varanda, D. Manuel Vaz de Castro apareceu de súbito, gritando:

- Quem és tu, vilão?

Valentim perfilou-se na sua frente.

- Um homem, senhor fidalgo. Sou apenas um homem.

- Pois não o serás mais!...

E ajuntando o gesto à palavra, o fidalgo ergueu a espada embebeu-a no corpo de Valentim, gritando ainda:

- Toma, vilão! É assim que eu falo com os da tua laia!

O corpo de Valentim caiu, banhado em sangue. Ester, com o desespero no coração, gritava alucinada:

- Senhor! Piedade! Piedade!

Mas o fidalgo, voltando-lhe as costas, respondeu-lhe com serenidade aparente:

- Calai-vos! Que eu não vos oiça... para ignorar que estais aqui! Quanto a este vilão, vou atirá-lo ao mar. Que as ondas o levem para bem longe!

Ester levou as mãos ao rosto para não ver o corpo ensanguentado e já sem vida de Valentim. Um choro convulsivo sacudiu-a e um baque surdo nas águas tranquilas repercutiu-se no seu coração (...)

Isto é o que conta a história. Porém, a lenda acrescenta que Ester, transtornada por quanto se passara na sua frente, abandonou a casa do marido e recolheu a um convento, entregando-se a uma vida exemplar de sacrifício e devoção. E o caso foi esmorecendo no rancor do povo. Todavia, um homem continuava a não lhe perdoar: Augusto, o pai de Valentim. (...)

<sup>137</sup> Marques, Gentil (1997) Lendas de Portugal. vol. IV. Lisboa: Círculo de Leitores. (p. 75).

Ora, esta opinião do velho Augusto chegou aos ouvidos de Ester. E logo ela enviou alguém a suplicar-lhe que viesse falar com ela ao convento.

Ali no cais de Setúbal, havia uma imagem de Nossa Senhora adorada pelos pescadores. Certa vez, no turbilhão das lutas, atiraram essa imagem ao mar. Um pescador velho, mas corajoso atreveu-se a ir buscá-la debaixo das balas. Era o tio Augusto. Mas quando chegou a terra e os outros o rodearam, parecia aparvalhado, olhando a imagem de Nossa Senhora. Como lhe perguntassem o que se passava, ele, no auge da excitação, gritou-lhes:

- Vejam! Estão a ver? É a Nossa Senhora... Mas com a cara da outra... daquela que matou o meu filho! Afinal... deu-se o milagre! Ela deve falar verdade! Deve ser hoje uma pessoa de bem!

Bendito seja o nome de Deus!

#### 1.6.2. LENDA DO MILAGRE DE OURIQUE<sup>138</sup>

Nesta que é uma das lendas mais difundidas relativas à heroicidade da reconquista cristã e da fundação da nacionalidade, encontramos, lamentavelmente uma das primeiras referências pejorativas ao povo judeu, recordando a traição de Judas em troca dos trinta dinheiros que o levou a vender O Redentor e colocar-se deste modo na origem do deicídio que veio a funcionar como desculpa para a posterior, interesseira e concupiscente, perseguição, expulsão e tentativa de extinção de todo um povo que nunca deixou de ser o povo escolhido por Deus, Adonai, em aramaico, língua com que se perpetuou nas nossas comunidades marranas. É evidente que, de um ponto de vista exclusivamente económico e militar, não podemos omitir as fortes alianças que, nessa época, caracterizavam as sociedades judaico-muçulmanas, abstraindo-nos de outros grupos cristãos, conhecidos globalmente como moçárabes: "A elas juntarás o preço com que fui comprado aos Judeus." (p. 368).

### 1.7. AS REFERÊNCIAS E OS INDÍCIOS JUDAICOS NO CANCIONEIRO E NO ROMANCEIRO POPULARES

O nosso cancionero popular faz eco da perseguição dos Judeus e reforça o anti judaísmo oficial que preponderou desde finais do século XV até Pombal<sup>139</sup>:

"Manda El-Rei nosso Senhor. Bueno! Que se lhe dê Mejor! Duzentos Mil gracias! Açóites. El-Rei à la [mierda.]" C. das Neves e G. de Campos (1870-1898) (in Giacometti, 1981, 280)

Ea, judios, á enfardelar, que mandanlos reys que passeis la mar." C. das Neves e G. de Campos (1870-1898) (in Giacometti, 1981, 281).

"A minha nódoa de azeite  
Por tempo se há de tirar,  
Mas a tua de judia  
Contigo se há de acabar.  
(...)  
Deus te livre do mouro e do

[judeu

(...)  
Enfeitaste-me por pobre,  
Eu a você por judeu;  
Olha a dif'rença que vai  
Do meu coração ao teu!  
(...)

Teófilo Braga, na sua *História da poesia popular portuguesa* (1905), recorda-nos que durante os séculos XV e XVI, os Judeus e Mouros eram obrigados a concorrerem nas festas oficiais com músicas e danças. Na relação da Viagem do Cardeal Alexandrino em 1571, lê-se, a propósito da sua travessia no Tejo:

«Chegaram a nós dez barcos variamente pintados e armados, nos quaes ouvidos pifanos, trombetas, adufes, timbales e outros instrumentos, com cantores, bailarinas vestidas à mourisca, as quaes bailavam com garbo, mas o canto parecia-se com o que cantam os Judeus nas suas synagogas.» (in Braga 1987, 446). A tonalidade que lhe parecia judaica, fora de facto adotada pelos judeus expulsos de Portugal, como melodia das suas orações.

O autor também nos relata que o sr. Cardoso de Bettencourt lhe terá comunicado que, "na Synagoga de Bayona as orações ou psalmos apontadas as canções typicas à margem, como *Silvaninha*, *Linda pastorinha*, e outras." (Braga, 1987, 447)

Kayserling, citado por Teófilo Braga<sup>140</sup>, refere vários cantos populares castelhanos e portugueses conservados entre Judeus expulsos da Península na época da intolerância: "Os judeus na Bulgaria têm por exemplo o canto popular portuguez:

<sup>138</sup> Marques, Gentil (1997) Lendas de Portugal. vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores (pp. 365-369).

<sup>139</sup> Os exemplos já foram apresentados por Giacometti, M. (1981) e Vasconcelos, José Leite de (1981) - Cancioneiro Popular Português. (V. II) Coimbra, Universidade.

<sup>140</sup> Braga, Teófilo (1987) - *História da Poesia Popular Portuguesa*. Lisboa. Veja (447 – 448).

*Mi padre era di Francia  
mi madre d'Aragon;  
por ser yo regalado  
di chica mé casó;  
mi caso com un Franco,  
hijo d'un grand'señor;  
no lo quiero, no lo quiero, yo., etc*

*Arvoleta! Arvoleta!  
la rama era dóro,  
y la raíz de marfil, etc.”*

“Vaudevilles hespanhoes com melodias, desde muito tempo esquecidas em Hespanha, conservaram-se em um grande número entre os Judeus banidos. Acham-se como títulos de poemas hebreus, compostos por piedosos poetas na Turquia e na Itália. Damos os seguintes:

*“A las montañas mi alma  
A las montañas mi aire.”  
“En sueño mi sueña ma dueña,  
Alba y lusia graciosa.”*

Teófilo refere que, no prólogo da segunda edição da *Adozinda*, Almeida Garrett dá-nos notícia de um exemplar da *Biblioteca Lusitana*, em cujas margens o Carvalheiro de Oliveira, seu possuidor, transcrevera vários cantos populares recolhidos de Judeus portugueses exilados: «notas manuscritas citavam e transcreviam como ilustração muitas **coplas, romances e trovas** antigas, e até prophecias de Bandarra, (...)» Foi neste contexto que Garrett encontrou o romance de *Dom Duardos* de Gil Vicente, com variantes fundamentais, e o *Marquês de Mântua* de Baltazar Dias:

Depois da decadência profunda, que a Inquisição e os Jesuitas, tendo-se apossado dos poderes públicos, arrastaram o povo português pelo terror das fogueiras e pela depressão mental e alienação da vontade aos diretores espirituais, não é para estranhar que na epopéia dos *Lusíadas Camões* aludindo ao povo o designasse pelo *vulgo vil sem nome*. Assim lhe empolgarem a sua nacionalidade, no marasmo de uma «austera, apagada e vil tristeza» que na voz de poeta synthetisa o fim da era quinhentista. (Braga, 1987, 449). No seu *Romanceiro*<sup>141</sup>, Garrett apresenta-nos alguns dos romances mais populares entre a comunidade judaica da diáspora, como tão bem o observou Paloma Días-Mas em *Temas comunes en el Romancero Portugués y Sefardí*. in *Os Judeus Sefarditas entre Portugal, Espanha e Marrocos*. (2004)<sup>142</sup>. Recordemos alguns dos que nos parecem mais significativos para melhor entender o seu sucesso junto da comunidade judaica, levantando a hipótese de eventuais contributos semitas ou hebraicos na sua elaboração:

#### 1.7.1. BELA INFANTA

Eventualmente o mais popular dos nossos romances, a *Bela Infanta*, perde-se talvez, segundo alguns críticos espanhóis que possuem algumas xácaras, nitidamente fragmentárias deste, nos primórdios do século XIII. As suas referências são nitidamente cristãs, mas o amor esponsal, o sofrimento pelo marido ausente, a ânsia amorosa, a valorização das qualidades cavaleirescas ao serviço da devoção aponta para valores judaico-cristãos que, neste caso, não se distanciam particularmente dos valores do Islão.

*Estava a bela Infanta  
No seu jardim assentada,  
Com o pente de oiro fino  
Seus cabelos penteava.*

*Deitou os olhos ao mar  
Viu vir uma nobre armada;  
Capitão que nela vinha,  
Muito bem que a governava.*

<sup>141</sup> Garrett, Almeida (1997) *Romanceiro*. Lisboa: Círculo de Leitores. Pág. 27, 29, 77, 79, 90, 91, 98, 140, 141, 142, 145, 147, 148, 231, 232, 233, 266, 269, 272, 273, 274.

<sup>142</sup> in *Os Judeus Sefarditas entre Portugal, Espanha e Marrocos*. (2004)

- «Dize-me, ó capitão  
Dessa tua nobre armada,  
Se encontraste meu marido  
Na terra que Deus pisava.»  
- «Anda tanto cavaleiro  
Na ponta da sua lança  
A cruz de Cristo levava.»  
(...) (p. 29)

### 1.7.2. O CONDE DA ALEMANHA

A xácara do *Conde da Alemanha* apresenta um tema moral e um estilo de uma simplicidade sublime e vetusta. Talvez tenha sido a sua dimensão trágica, embora profundamente humana e moral que tenha calado fundo na sensibilidade dos povos e, em particular na sensibilidade patriarcal judaica, tão avessa ao adultério<sup>143</sup>. Uma infanta descobre uma relação ilegítima entre a mãe e um jovem cavaleiro estrangeiro, um certo «conde da Alemanha». Apesar dos rogos da sua mãe, a filha espera o regresso do seu pai, da caça, para lhe contar o sucedido. A acusação de adultério constituiria o auge da peripécia, todavia, a filha acusa o sedutor de atentar contra a sua própria honra, encobrindo deste modo o envolvimento da mãe. O crime leva o conde ao cadafalso, ficando assim a honra do pai desagradada, sem se revelar a infâmia da mãe.

### 1.7.3. SILVANINHA

Pela rudeza da sua linguagem, pela descompostura do estilo, Silvaninha afirma-se como uma das mais antigas composições populares da nossa Península. Nenhum Romanceiro ou cancionero castelhano o refere; mas não há terra de Portugal que não o conheça. O assunto incestuoso é vivido, pelas nossas culturas, como antinatural e bárbaro. Todavia, marcou o imaginário de todas as literaturas e culturas, com particular ênfase nos primórdios de todas as nações. Os sentimentos são ásperos e crus.

*“O espírito ainda não está purificado bastante para fugir, como em tempos mais civilizados, de tão asquerosos meios de excitar interesse. (...). Quanto se pode julgar de uma coisa tão desbotada do tempo e das mãos por que tem passado, inclino-me a crer que esta singela rapsódia popular é anterior ou, se contemporânea, estranha à polida e estudada literatura provençal do século XIII.”*<sup>144</sup>

O tabu em relação ao incesto revela-se com especial expressão num judaísmo que, no Médio Oriente, conviveu com essas práticas, que tanto se prolongaram no Egito e que afloram, aqui e acolá, na mitologia e em momentos de degradação e demência das primeiras civilizações clássicas.

*Passeava-se a silvana  
Pelo corredor acima;  
Viola de oiro levava,  
Oh! Que tão bem a tangia,  
E se ela bem a tangia,  
Melhor romance fazia.*

*Naquela terra sagrada...  
Dize-me tu, ó senhora,  
As senhas que ele levava.»*  
- «Levava cavalo branco,  
Selim de prata doirada;  
Já lá vem o sol na serra,  
Já lá vem o claro dia,  
E inda o conde d'Alemanha  
Com a rainha dormia.  
Não o sabe homem nascido  
De quantos na corte havia;  
Só o sabia a infanta,  
A infanta sua filha.  
- «Não nas chegue eu a romper  
Mangas da minha camisa,  
Se em vindo meu pai da caça  
Eu logo lho não diria.»  
- «Cal'-te, cal'-te, lá infanta,  
Não o digas tal, minha filha,  
Que o conde d'Alemanha  
De oiro te vestiria.»

*A cada passo que dava,  
Seu padre a cometia:  
– «Atreves-te tu, Silvana,  
Uma noite a seres minha?»  
– «Fora uma, fora duas,  
Fora, meu pai, cada dia;*

<sup>143</sup> Ver Días-Mas, Paloma (2004, 247)

<sup>144</sup> Garrett, Almeida (1997, 90-91)



*Ma las penas do Inferno  
Quem por mim las penaria?»*

#### 1.7.4. DONA AUSENDA

Também conhecido pelo romance Dona Ausência na Estremadura e no Alentejo, a Meia-Idade o consagrou na forma de Dona Ausenda.

*À porta de Dona Ausenda  
Está uma erva fadada;  
Mulher que aponta a mão nela  
Logo se sente pejada.  
Foi pôr-lhe a mão Dona Ausenda  
Em má hora desgraçada;  
Assim que pôs a mão nela,  
Logo se sentiu pejada.  
Vinha seu pai para a mesa,  
Veio ela muito apressada  
Para lhe dar água às mãos,  
Como filha bem-criada.  
Pôs-lhe ele os olhos direitos,  
Ela fez-se mui corada.*

#### 1.7.5. RAINHA E CATIVA

Os castelhanos desconhecem-no, todavia, Rainha e Cativa continua bem viva na tradição oral do nosso povo, e, segundo Garrett não parecia ter sofrido grandes transformações, nem na forma, nem no estilo. Apesar de aludir aos confrontos entre a moirama e cristandade, a temática, a troca de crianças, parece-nos nitidamente bíblica, as imagens, os espaços e as épocas referidas pertencem, numa primeira instância, à tradição israelita.

*– «À guerra, à guerra, moirinhos,  
Quero uma cristã cativa!  
Uns vão pelo mar abaixo,  
Outros pela terra acima:  
Tragam-ma cristã cativa,  
Que é para a nossa rainha.»  
(...)  
A rainha está pejada,  
A escrava também o vinha:  
Quis a boa ou má fortuna  
Que ambas parissem num dia.  
Filho varão teve a escrava,  
E uma filha a rainha;  
Mas as perras das comadres,*

(...) (1997, 98)

*– «Que é isso, dona Ausenda?  
Voto a Deus que estás pejada.»  
– «Não diga tal, senhor pai,  
É da saia mal talhada;  
Que eu nunca tive amores  
Nem homem me deve nada.»  
Mandou chamar os dois xastres  
Que tinham mais nomeada:  
– «Vejam-me esta saia, mestres;  
Aonde está ela errada?»  
Olharam um para o outro:  
– «Esta saia não tem nada;  
O erro que ela tem  
É a menina estar pejada.»  
– «Confessa-te, Dona Ausenda,  
Que amanhã serás queimada.»  
– «Ai triste de mim coitada!  
Sem nunca ter tido amores,  
Vou a morrer desonrada!» (idem, 141-142)*

*Para ganharem alvíssaras,  
Deram à rainha o filho,  
À escrava deram a filha.*

*– «Filha minha da minha alma,  
Com que te batizaria?  
As lágrimas de meus olhos  
Te sirvam de água bendita  
Chamar-te-ei Branca Rosa,  
Branca flor de Alexandria,  
Que assim se chamava dantes  
Uma irmã que eu tinha:  
Cativaram-na os moiros  
Dia de Páscoa florida,*

*Andando apanhando rosas*

*Num rosal que meu pai tinha.»* (pp. 147-148)

#### 1.7.6. CONDE NILO

Oriundo da província de Trás-os-Montes e das ilhas dos Açores, é omissos no resto do país e nas recolhas castelhanas. Garrett inclinava-se para uma origem francesa, provençal ou normanda e observava que o nome Nilo não era português, nem castelhano, nem leonês, nem aragonês e confessava a sua “completa inabilidade de responder” (1997, 231). Estamos perante um lindo romance, muito elegante e gracioso, com um cunho bastante antigo e não parecendo padecer de lacunas ou corruptelas de transmissão.

É minha convicta opinião que estamos perante mais um romance com raízes profundamente judaicas. Todos os amores contrariados encontram o seu arquétipo em Isis e Osíris. O mito remete-nos para o distante Nilo, razão de ser do Egito. Espaço onde terra e água se conjugam, num matrimónio sagrado, para permitir o milagre da criação. O povo judeu, no seu longo cativeiro, não terá ficado imune ao mito que tanto exalta o amor e os mistérios da criação.

*Conde Nilo, conde Nilo  
Seu cavalo vai banhar;  
Enquanto o cavalo bebe,  
Armou um lindo cantar.  
Com o escuro que fazia  
El-rei não o pode avistar.  
Mal sabe a pobre da infanta  
Se há de rir, se há de chorar  
– «Cala, minha filha, escuta,  
Ouvirás um bel cantar:  
Ou são os anjos no Céu,  
Ou a sereia no mar.»  
– «Não são os anjos no Céu,  
Nem a sereia no mar:  
É o conde Nilo, meu pai,  
Que comigo quer casar.»  
– «Quem fala no conde Nilo,  
Que se atreve a nomear  
Esse vassalo rebelde  
Que eu mandei desterrar?»  
Vê-lo-ás ir a degolar.»  
(...)  
– «Morto é o conde Nilo,  
A infanta já expirar.  
Abertas estão as covas,  
Agora os vão enterrar:  
Ele no adro da igreja,  
A infanta ao pé do altar.»  
De um nascera um cipreste,  
E do outro um laranjal;  
Um crescia, outro crescia,*

*Coas pontas se iam beijar.  
El-rei, apenas tal soube,  
Logo os mandara cortar.  
Um deitava sangue vivo,  
O outro sangue real;  
De um nascera uma pomba,  
De outro um pombo torcaz.  
Senta-se el-rei a comer,  
Na mesa lhe iam poisar:  
– «Mal haja tanto querer,  
E mal haja tanto querer,  
Nem na vida nem na morte  
Nunca os pude separar.»* (pp. 232-233)

### 1.7.7. O CATIVO

O presente romance inscreve-se no ciclo dos romances relacionados que recordam as guerras e as tensões constantes entre mouros e cristãos. A referência a Hamburgo e à existência de uma comunidade judia com relativo poder económico e, eventualmente, político, no Norte de África, assim como a referência às caravelas, indicia todavia um período posterior aos primeiros empreendimentos além-mar e, talvez, posterior à expulsão dos judeus de Portugal. Não se trata de um testemunho filo judaico. O judeu aparece conotado com a prática da escravidão, empreendedor que não olha a meios para enriquecer e a judia, sua esposa como uma mulher linda mas venial, que não hesita em trair o marido para “matar a fome” ao faminto do seu cativo.

*Eu vinha do mar de Hamburgo  
 Numa linda caravela;  
 Cativaram-nos os moiros  
 Entre la paz e la guerra.  
 Para vender me levaram  
 A Salé, que é sua terra.  
 Não houve moiro nem moira  
 Que por mim nem branca dera;  
 Só houve um perro judio  
 Que ali comprar-me quisera;  
 Dava-me uma negra vida,  
 Dava-me uma vida perra:*

*De dia pisar esparto,  
 De noite moer canela,  
 E uma mordaga na boca  
 Para lhe eu não comer dela.  
 Mas foi a minha fortuna  
 Dar Cuma patroa bela,  
 Que me dava do pão alvo,  
 Do pão me comia ela.  
 Dava-me do que eu queria,  
 E mais do que eu não quisera,  
 Que nos braços da judia*

*Chorava – que não por ela.* (p. 266) 1.7.8. A Nau Catrineta

Das mais conhecidas das nossas xácaras. Já Garrett expressava a sua admiração pelo facto do romance marítimo não ser mais comum entre nós. “Um país de navegantes, um povo que viveu mais do mar que da terra; que as suas grandes glórias as foi buscar ao largo oceano; que por não caber em seus estreitos limites da Europa, devassou todo o império das águas para se estender pelo universo, (...)” (1997, 269). Tenho para mim que estamos perante uma obra-prima do génio judaico-português. Não será surpresa para ninguém afirmar que os judeus ocuparam um espaço fundamental nas empresas das descobertas. Os seus cabedais completavam os esforços da coroa e os investimentos da Ordem de Cristo. Todos sabemos a ascendência judaica de inúmeros capitães e especialistas de marinhagem. Após esforços económicos e sacrifícios pessoas que não raras vezes frisavam a morte, um belo dia regressam e apercebem-se que já não são bem-vindos à sua terra natal. Sefarade deixou de ser a terra prometida. Expulsos de Espanha são agora ameaçados de morte nas praias de Portugal. Resta-lhes entregar as filhas, numa política de casamentos mistos forçados, resta-lhes entregar o que resta dos seus cabedais já bastante delapidados, talvez os cavalos, sinais de valentia e alguma nobreza, em última instância são as próprias caravelas que terão que empenhar. Nada disto satisfaz o cinismo da concupiscência. A exigência vai muito para além de todos os valores materiais. Exige-se tudo e a conversão, renegar-se e renegar

os seus. Vender a alma ao diabo. Como tantos outros, o nosso capitão preferiu suicidar-se, entregar o corpo ao mar a alma a Deus. O romance não resistiu por nos falar de uma epopeia marítima mas sim pela sua dimensão trágica, pela verdadeira catástrofe que se abateu sobre a nação, tornando-nos quase numa nação exclusivamente marcada pela desgraça, pelo saudosismo, pela tristeza e pela errância, não fosse a providência divina e não viessem os anjos em nosso auxílio:

*Lá vem a nau Catrineta  
Que tem muito que contar!  
Ouvide agora, senhores,  
Uma história de pasmar.  
Passava mais de ano e dia  
Que iam na volta do mar,  
Já não tinham que comer,  
Já não tinham que manjar.*

*(...)*

*Deitam sortes à ventura  
Qual se havia de matar;  
Logo foi cair a sorte  
No capitão-general.*

*– «Sobe, sobe, marujinho,  
Àquele mastro real,  
Vê se vês terras de Espanha,  
As praias de Portugal.»*

*– «Não vejo terras de Espanha,  
Nem praias de Portugal;  
Vejo sete espadas nuas  
Que estão para te matar.»*

*– «Alvíssaras, capitão,  
Meu capitão-general!  
Já vejo terras de Espanha,  
Areias de Portugal.*

*Mais enxergo três meninas Debaixo de um laranjal:*

*(...)*

*– «Todas três são minhas filhas,  
Oh! Quem mas dera abraçar!  
A mais formosa de todas  
Contigo a hei de casar.»*

*– «A vossa filha não quero,  
Que não custou a criar.»*

*– «Dar-te-ei tanto dinheiro  
Que o não possas contar.»*

*– «Não quero o vosso dinheiro,  
Pois vos custou a ganhar.»*



– «Dou-te o meu cavalo branco,  
Que nunca houve outro igual.»  
– «Guardai o vosso cavalo,  
Que vos custou a ensinar.»  
– «Dar-te-ei a nau Catrineta,  
Para nela navegar.»  
– «Não quero a nau Catrineta,  
Que a não sei governar.»  
– «Que queres tu, meu gajeiro,  
Que alvissaras te hei de dar?»  
– «Capitão, quero a tua alma  
Para comigo a levar.»  
– «Renego de ti, demónio,  
Que me estavas a atentar!  
A minha alma é só de Deus;  
O corpo dou eu ao mar.»  
Tomou-o um anjo nos braços,  
Não no deixou afogar,  
(...) (pp. 272-274)

## 2. BIBLIOGRAFIA

- Aragão, A. C. Teixeira de (2004) *Diabruras, Santidades e Prophecias*. Lisboa: Acalá.
- Ballesteros, Carmen; Ruah, Mery (Coord.) (2004) *Os Judeus Sefarditas entre Portugal, Espanha e Marrocos*. Lisboa: Edições Colibri. Associação Portuguesa de Estudos Judaicos, CIDEHUS-EU.
- Bandarra, Gonçalo Anes (2001). *As profecias do Bandarra*. Moderna Editorial Laves.
- Bédar, Arnaud (2014) *Francisco O Argentino. O papa íntimo contado pelos seus próximos*. Lisboa: Guerra & Paz.
- Benbassa, Esther; Rodrigues, Aron (2000) *Histórias dos Sefarditas de Toledo a Salónica*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Borau, José Luís Vázquez (2008). *As religiões do Livro (Judaísmo, Cristianismo e Islamismo)*. Lisboa: Paulus.
- Braga, Teófilo (1987) *História da Poesia Popular Portuguesa*. Lisboa Vega
- Camões, Luís de (1972) *Os Lusíadas*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Camões, Luís de (1973). *Lírica*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Carreira, Nunes José (1999) *Cantigas de amor do oriente antigo*. Estudo e antologia. Lisboa: Edições Cosmos.
- Carvalho, Sérgio Luis de (2014). *Uma viagem pelas histórias das Expressões Portuguesas*. Nova Edição nos trinquês. Nas Bocas do Mundo. Lisboa: Grupo Planeta.
- Dias, Joaquim (2015) *A Bíblia em Português. Como, quando e para quê*. Venda do Pinheiro: Cafilisa.
- Garrett, Almeida (1997) *Romanceiro*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Gomes, Pinharanda (2009) *A filosofia Hebraico-Portuguesa*. I. História da filosofia Portuguesa. Lisboa. Guimarães editores.
- Giacometti, Michel; Graça-Lopes, Fernando (Colab.) (1981) *Cancioneiro Popular Português*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Herculano, Alexandre (2017) *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*. Tomo I. Lisboa: Bertrand Editores.
- Letria, José Jorge, Corbel, Alain (2003) *Lendas e Contos Judaicos*. Porto: Âmbar.
- Josefo, Flávio (2007) *A Guerra dos Judeus. História da Guerra entre Judeus e Romanos*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Lopes, Graça Videira (2002) *Cantigas de Escárnio e Maldizer*. Lisboa Editorial Estampa.
- Losa, Ilse (2002) *O mundo em que vivi*. Porto: Afrontamento.
- Machado, José Pedro (1993) *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*. vol. II. Lisboa: Horizonte, Confluência.

- Martins, Jorge (2015) *Breve História dos Judeus em Portugal*. Lisboa: Vega.
- Marques, Gentil (1997) *Lendas de Portugal*. vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Marques, Gentil (1997) *Lendas de Portugal*. vol. IV. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Monteiro, Luís de Sttau (1968). *As mãos de Abraão Zacuto*. Lisboa: Edições Ática.
- Pascoaes, Teixeira de (1915) *Arte de Ser Português*. Lisboa: Edições Roger Delraux.
- Pascoaes, Teixeira de (1990) *Maranus*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Pessoa Fernando (1981) *Obra Poética*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar.
- Pereira, Maria Teresa Lopes (2009) Pedro Nunes. *Em busca das suas origens*. Lisboa: Edições Colibri.
- Pereira, Virgínia Soares; Curado, Manuel (org.) (2014) *Judeus Portugueses no mundo. Medicina e cultura*. V. N. Famalicão: Edições Húmus. Centro de Estudos Lusíadas da Universidade do Minho.
- Resende, Silva (1987) *O Judeu errante – Odisseia inacabada*. Romance. Lisboa: Nova Arrancada.
- Sáenz-Badillos, Ángel; Borrás, Judite Targarona (1990) *Poetas Hebreos de Al- Andalus (Siglos X-XII) Antología*. Sevilha: Ediciones El Almendro – Córdoba.
- Santareno, Bernardo (1974) *O Judeu. Narrativa Dramática em três atos*. Lisboa: Edições Ática.
- Santos, Maria Alice Moreira dos (2000) *Dicionário de Provérbios*. Adágios, Ditados, Máximas, aforismos e Frases Feitas. Porto: Porto editora.
- Santo, Moisés Espírito (2000) *Origens do Cristianismo Português*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Santo, Moisés Espírito (2000) *Dicionário Fenício-Português*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Sarmento, Luís Filipe (2003) *Tora*. Mem-Martins: Sporpress.
- Silva, Carlos Guardado da (Coord.) (2013) *Judiárias, Judeus e Judaísmo*. Lisboa: Edições Colibri.
- Telmo, António (2014) *A Terra Prometida*. Maçonaria, Kabbalah, Martinismo & Quinto Império. Sintra: Zéfiro.
- Teyssier, Paul (2005) *A Língua de Gil Vicente*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Vasconcelos, José Leite de (1928) *Antroponímia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Vasconcelos, José Leite de (1981) *Cancioneiro Popular Português*. 3.º V. Coimbra: Universidade.
- Vieira, Padre António (1959) *Obras Completas do Padre António Vieira Sermões*. vol. III. Porto: Lello & Irmão – Editores.
- Vieira, Padre António (1959) *Obras Completas do Padre António Vieira Sermões*. vol. IV. Porto: Lello & Irmão – Editores.
- Vicente, Gil (1965) *Obras de Gil Vicente*. Porto: Lello & Irmão – Editores.
- Zimler, Richard (2002) *O último Cabalista de Lisboa*. Lisboa: Quetzal Editores.

SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

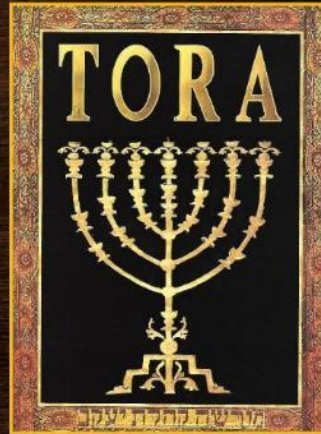
FAZ PARTE DO COMITÉ CIENTÍFICO PERMANENTE.

MEMBRO DO CONSELHO FISCAL.

TOMA PARTE NOS COLÓQUIOS DESDE O PRIMEIRO EM 2002

## Referências e Indícios Hebraicos na Literatura Popular

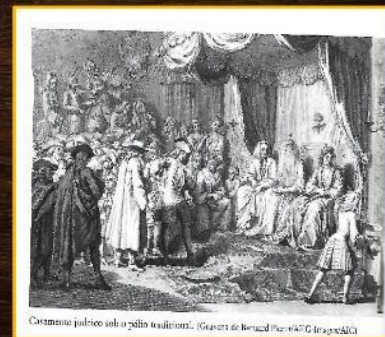
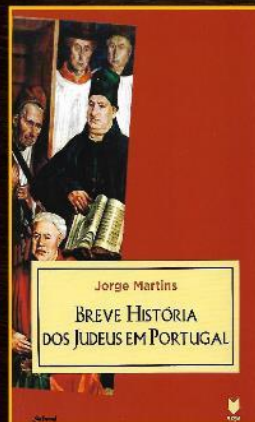
LUCIANO PEREIRA  
INSTITUTO POLITÉCNICO  
DE SETÚBAL – ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO  
27º COLÓQUIO INTERNACIONAIS DA LUSOFONIA  
6 A 12 DE ABRIL DE 2017 - BELMONTE



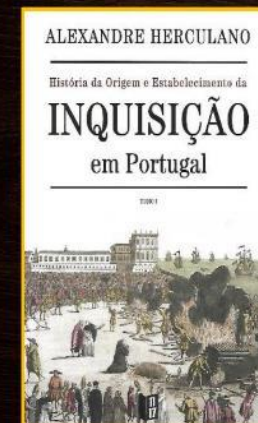
## Referências e Indícios Hebraicos na Literatura Popular



## Referências e Indícios Hebraicos na Literatura Popular

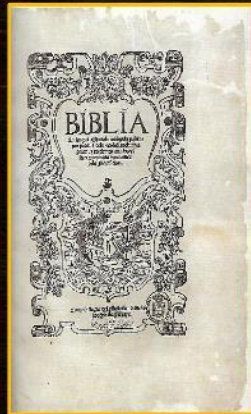


## Referências e Indícios Hebraicos na Literatura Popular

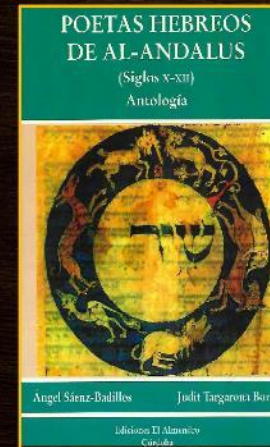




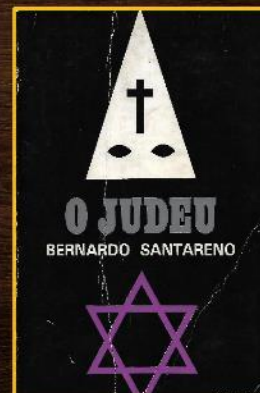
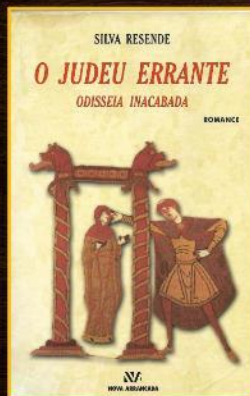
## Referências e Índícios Hebraicos na Literatura Popular



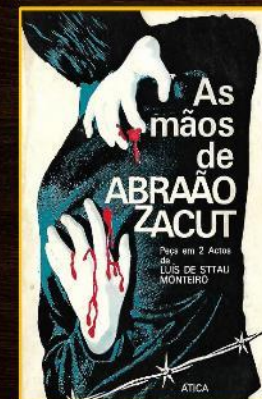
## Referências e Índícios Hebraicos na Literatura Popular



## Referências e Índícios Hebraicos na Literatura Popular

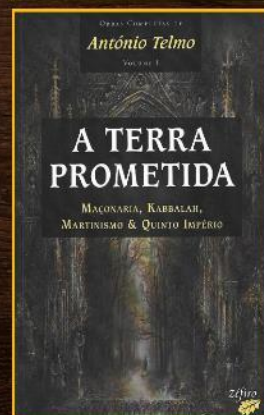
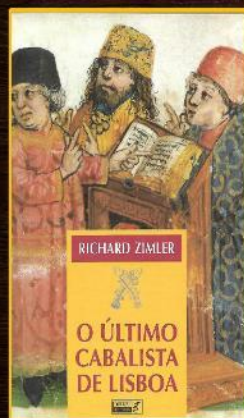


## Referências e Índícios Hebraicos na Literatura Popular





## Referências e Indícios Hebraicos na Literatura Popular



## Referências e Indícios Hebraicos na Literatura Popular

**Judeu** – top. Arronches (Monte Judeu), Castelo Branco (id.), Castro Marim (Judeu Morto), Celorico de Basto (Vale de Judeu), Fronteira (Monte Judeu), Lagos (id.), Lisboa, Loulé (Vale Judeu), Moura, Odemira (Alcaria de Judeu, Fonte Judeu), Oeiras (Azenha do Judeu), Peso da Régua, Portimão (Monte Judeu), Seixal (Rio de Judeu), Setúbal (Vale de Judeu), Tavira (Malhada do Judeu), Vidigueira (Corte do Judeu); ilhas da Madeira (Lombo da Achada do Judeu), e Terceira (Porto Judeu), etc. Do s.m. judeu.

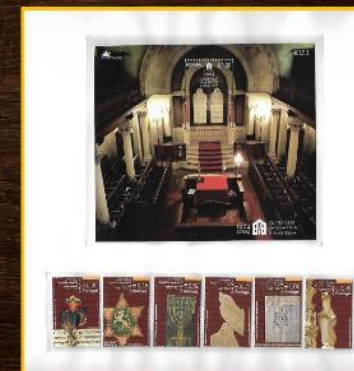
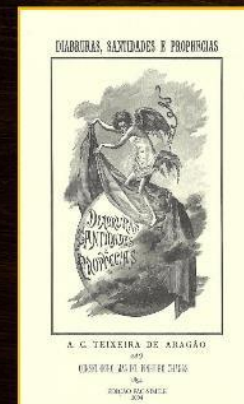
**Judeus** – top. Azambuja (Vale dos Judeus), Campo Maior (Monte dos Judeus), Penela (Porto de Judeus) Pl. do s.m. judeu. Zona habitada por alguns judeus. Cp. Judias.

**Judia** – top. Borba (Monte da Judia), Évora (id.). Do s.f. judia. Proprietária ou habitante do local seria judia. Judias, Almada, Seixal (Vale das Judias).

Machado, J. P. (1993, vol. II, 31).

11

## Referências e Indícios Hebraicos na Literatura Popular



12

## Referências e Indícios Hebraicos na Literatura Popular

"Nomes em documentos dos séculos IX e X:

De origem hebraica:

- Maria (segundo alguns, de Mirjam, palavra tomada do egípcio: «amada de Amon (deus)»: vid. Kirchenlat. Wb., p. 499).

- Samuel, que figura no documento como nome de um filho de Viviturus (vid. Sub-parágrafo a), o que mostra que o indivíduo, apesar do hebraísmo do nome, era de família cristã. Samuel quer dizer «seu nome é Deus»: vid. Kirchenlat. Wb., p. 693." (1928, 31)

"Nomes de Judeus modernos:

Nomes de origem hebraica:

a) masculinos: Abraão, Arão, Benjamim, Elias, Isaac, Jacob, Jehudah, Joaquim, José, Levy, Moses (Moisés), Salom, Salomão, Samuel.

b) femininos: Ana & Hannah, Anette (por Annette, diminutivo francês), Deborah, Ester, Mary (Maria), Miriam (cf. supra, p.364), Sarah." (1928, 417)

Vasconcelos, J. L. (1928)

13



## Referências e Indícios Hebraicos na Literatura Popular

### Provérbios:

“Arrenego do judeu e do burguês e do homem de Cavês, mas vem o Vilarês, que é o pior dos três e do cigano no seu contrato é o pior dos quatro.” (858, p. 57)

“Entre judeus, judeus como eles.” (2497, p. 131)

“Judeu, dona e homem com coroa jamais perdoa.” (3254, p. 167)

“Judeu pela mercadoria, frade pela hipocrisia.” (3255, p. 167)

“Judeus em Páscoa, mouros em bodas e cristãos em pleitos, gastam os seus dinheiros.” (3256 p. 167)

### Expressões originárias da Época Clássica:

“Bode expiatório (p.37), abracadabra (p. 44).”

### Expressões originárias da Idade Média:

“Chuva diluviana (p.80), tempo das vacas magras (p. 80), separar as águas (p. 80), [ser um] Maná (p. 81), travessia do deserto (p. 81), pregar no deserto (p. 81), velho como Matusalém (p. 81), coisas do arco-da-velha (81), [ser um] Sodomita (p. 82), torre de Babel (p. 82), [ser um] Benjamim (p. 82), [ser um] Querubim (p.82), olho por olho, dente por dente (p. 82), paciência de Job (p. 83), dizer cobras e lagartos (p. 83), ter pés de barro (p. 83), [uma] Cabala (p. 96), andar com as calças na mão (p.96), dar às de vila-diogo (p. 96), [ser] Ladino (p. 99).”

### Expressões originárias da Época Moderna:

“[ser] Somítico (p. 132), ficar com a careca à mostra (p. 132), é relaxada (p. 132), [ser] um tipo da corda P.132), [estar num] Gueto (p. 133), pensar na morte da bezerra (p. 133), fazer medidas (p. 133).”

### Expressões originárias da Época Contemporânea:

“Fazer um pogrom (p. 194), noite das facas longas (p. 195). “



## Referências e Indícios Hebraicos na Literatura Popular

### Lenda do Santo Milagre (Santarém)

– A Velha Judia – Houve tempos em que os judeus de religião não poderiam ter contacto com os cristãos, sob pena de morte.”

“Em tempos idos vivia em Santarém – segundo conta a lenda – um casal que se consorciara verdadeiramente por amor. Porém como o imortal Luís de Camões dissera num dos seus sonetos

*Amor com brandas mostras aparece,  
Tudo possível faz, tudo assegura,  
Mas logo no melhor desaparece...*

Na verdade, também sem que eles se apercebessem o amor entre ambos foi arrefecendo, criando vazios, transformando-se de traço de união em simples reticências (...)

Por fim, já desesperada, a mulher, vendo fracassar todas as suas tentativas de reconciliação (bem poucas, afinal, por se sentir ofendida na sua dignidade), resolveu consultar uma velha judia que morava na vizinhança e tinha fama de curar todos os males. (...) A judia sublinhou as palavras com uma das suas habituais risadinhas: - Deus fará por abrir os vossos olhos... os vossos ouvidos... e os vossos corações... Mas terá de seguir à risca o meu conselho!

Marques, Gentil (1997) Lendas de Portugal. Vol. IV. Lisboa: Círculo de Leitores. (pp. 307- 312, 314).



## Referências e Indícios Hebraicos na Literatura Popular



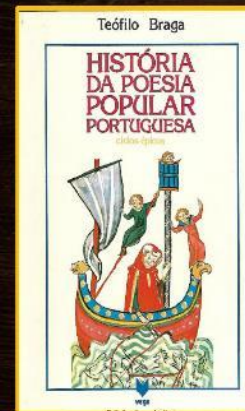
Ea, judios, á enfardelar, que mandantos reys que passeis la mar." C. das Neves e G. de Campos (1870-1898) (in Giacometti, 1981, 281).

A minha nódoa de azeite  
Por tempo se há de tirar,  
Mas a tua de judia  
Contigo se há de acabar.  
(...)  
Deus te livre do mouro e do  
[judeu]

(...)  
Enfeitaste-me por pobre,  
Eu a você por judeu;  
Olha a diferença que vai  
Do meu coração ao teu!  
(...)

15

## Referências e Indícios Hebraicos na Literatura Popular



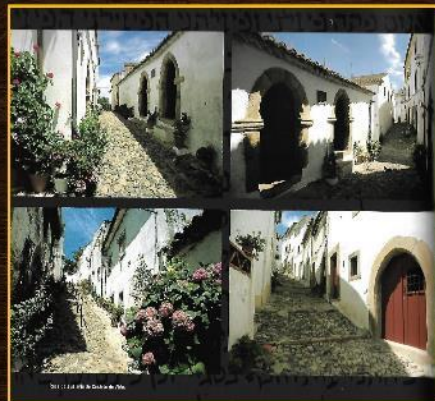
"Os judeus na Bulgaria têm por exemplo o canto popular português:

Mi padre era di Francia  
i mmi madre d'Aragon;  
por ser yo regalado  
di chica mé casô;  
mi caso com un Franco,  
hijo d'un grand señor;  
no lo quiero, no lo quiero, yo., etc

Arvoleta! Arvoleta!  
la rama era dóro,  
y la raíz de marfil, etc."

16

## Referências e Indícios Hebraicos na Literatura Popular



17

## Referências e Indícios Hebraicos na Literatura Popular

Eu vinha do mar de Hamburgo  
Numa linda caravela;  
Cativaram-nos os moiros  
Entre la paz e la guerra.  
Para vender me levaram  
A Salé, que é sua terra.  
Não houve moiro nem moira  
Que por mim nem branca dera;  
Só houve um perro judio  
Que ali comprar-me quisera;  
Dava-me uma negra vida,  
Dava-me uma vida perra:

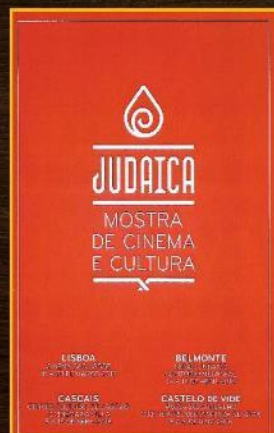


De dia pisar esparto,  
De noite moer canela,  
E uma mordaca na boca  
Para lhe eu não comer dela.  
Mas foi a minha fortuna  
Dar Cuma patroa bela,  
Que me dava do pão alvo,  
Do pão me comia ela.  
Dava-me do que eu queria,  
E mais do que eu não quisera,  
Que nos braços da judia  
Chorava – que não por ela.  
(Garrett, A. 1997, 286)

18



## Referências e Indícios Hebraicos na Literatura Popular



Fim

170

[Regressar índice](#)

### 38) MARGARETE SILVA, TRADUTORA FREELANCE, AICL



LOMBA DA MAIA 2016



**Margarete Isabel de Almeida Silva** nasceu em Angola, e cedo soube o que era viver em países multiculturais e multilinguísticos.

Valeu-lhe um estágio académico na Secção de Tradução Portuguesa do Tribunal de Contas Europeu, no Luxemburgo, onde teve o privilégio de imergir num ambiente plurilinguístico por excelência.

Seguiram-se novas experiências profissionais não menos interessantes como Guia-Intérprete nas Caves de Vinho do Porto e outras incursões no mundo das línguas no continente americano.

Mestre em “Línguas Estrangeiras Aplicadas” (2 anos), pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (2016).

Licenciada em “Línguas e Literaturas Modernas – ramo Tradução” (5 anos), pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1998).

Tradutora/Intérprete em regime *freelance* desde 1998, atividade que exerce a tempo inteiro.

Formadora de PLE e outras línguas para fins empresariais e aprendizagem individual, com certificação do IEFP, desde 2001.

Sócia da APTRAD – Associação Portuguesa de Tradutores e Intérpretes, desde 2015.

Sócia da AICL – Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia, desde 2016.

Gosta de palavras, da sonoridade linguística e dos diferentes sotaques.

Aprecia a escrita como forma de partilhar o que lhe vai na alma.

Tem particular interesse pelas línguas minoritárias e a sua preservação enquanto legado do património linguístico e identidade cultural de um povo.

### **TEMA 1.3. O LEGADO DO LADINO EM TERRAS LUSAS E NA DIÁSPORA: UMA ABORDAGEM GEOPOLÍTICA - MARGARETE SILVA – TRADUTORA/INTÉRPRETE FREELANCE**

*Não me queres por eu ser pobre*

*E eu a ti por seres judeu*

*Olha a diferença que faz*

*Do teu sangue para o meu*

Reportório do grupo folclórico e etnográfico de Vila Cova-à-Coelheira

O ladino, língua que teve origem nos judeus sefarditas expulsos da Península Ibérica durante a Inquisição, está espalhado por vários continentes.

Língua minoritária também em Portugal, o ladino encontra-se em risco de desaparecimento, ao lado de outras 2.500 línguas ameaçadas de extinção, segundo a UNESCO. Sabemos que a riqueza cultural de um país se faz, igualmente, pela sua diversidade linguística. Se assim é, e se a História das palavras portuguesas se fez – e faz – de empréstimos de elementos estrangeiros (europeus e extraeuropeus) ao longo dos séculos, de forma direta ou indireta, aculturando-os ou transformando-os, convém lembrar que a comunidade judaica, a par de outras, também teve o seu papel contributivo na formação lexical do mundo lusófono que partilha o mesmo idioma: o português.

A presença dos judeus na Península Ibérica apresenta uma curva de longa duração que acompanha inevitavelmente a História de Portugal.

Na formação da nacionalidade, os judeus, aliados aos vencedores e sendo dotados de uma invulgar cultura, tenacidade e adaptação, negociaram o seu estatuto na sociedade guerreira, intervieram nas diligências diplomáticas do novo Estado, dominaram as finanças, o comércio externo e interno e colaboraram nas tarefas de fixação, povoamento e organização do território nacional.

O esforço de povoamento a que corresponderam as concessões de Cartas de Foral fixou moradores em pequenos povoados que se foram desenvolvendo. Sobressaíam, neles, grupos de artífices, mercadores, rendeiros judeus e trabalhadores nos campos, em confronto constante com a incipiente burguesia nacional que deles necessitava, mas com os quais não podia competir.

Notáveis tradutores do latim e árabe para as línguas nacionais, de obras sobre astrologia, sobre a arte da preparação do ouro e das tintas aplicadas às iluminuras, de tratados gregos e latinos de filosofia e medicina, foram protegidos de Afonso X, o Sábio.

Os judeus, no início da Idade Média, integraram-se pacificamente na sociedade portuguesa. A perceção inicial da sua diferença, com o passar dos anos, transforma-se em estranheza. A hostilidade contra eles leva a múltiplas acusações: mortes com fins rituais; escárnio, por altura da Páscoa, da paixão de Cristo; aproveitamento do sangue das vítimas desses sacrifícios humanos para o fabrico do pão ázimo; profanação das hóstias. As perseguições e massacres dos judeus em grande escala, que inicialmente tiveram por base essas acusações, não irão ter no século XIV outra razão senão o judaísmo dos próprios judeus. O fanatismo religioso e o medo do Outro (que, no caso do Judeu, representava com antecipação a burguesia cristã emergente nos séculos seguintes), impelirá o Poder para a proteção da gente da Nação ao mesmo tempo que era perseguida e alvo de massacres pelas populações. Ao estatuto de tolerados, o povo opôs as acusações de “transportarem a peste” e de “envenenarem os poços”.

Os judeus constituíram em Portugal, até ao final do século XV, uma minoria religiosa, tolerada por pragmatismo político dos reis e pelas necessidades financeiras do Estado, da nobreza e do clero. O critério de utilidade, baseado na sua rentabilidade económica e cultural, integrava-os na elite cortesã, segregando-os, por outro lado, da convivência paritária com a restante população que também deles dependia.

Embora altamente tributados, os judeus portugueses contribuíram para a elevação cultural e modernização do Estado, ao mesmo tempo que viram crescer o número das suas sinagogas. Pela especificidade da sua cultura e por uma particularíssima filosofia de vida, o judaísmo resistiu como religião minoritária.

O hebraico era a língua onde os textos sagrados dos judeus estavam registados. Os seus filhos eram iniciados na leitura para uma mais correta interpretação da *Torah*, um melhor conhecimento das rezas e das cerimónias rituais e, assim, se fixar a Tradição. A qualificação cultural, artesanal e financeira do judeu, ligada ao crescimento numérico do contingente hebraico com as imigrações de Castela, originava protestos em cortes contra a minoria, pelo receio que a balança se inclinasse a seu favor. Em 1490, os procuradores dos povos, interpretando o medo dos cristãos serem enganados ou mesmo mortos pelos judeus, que acusavam de trazerem a pestilência, exigiam que as receitas dos boticários e físicos judeus fossem passadas em português e não em latim ou hebraico.

Notáveis tradutores e comentadores de textos sagrados, os judeus introduzem a imprensa em Portugal. As suas tipografias dão conta da cultura intelectual da família semita. O primeiro livro impresso em Portugal, numa tipografia hebraica de Faro, em 1487, é o *Talmude*.

No século XVI, as dificuldades de se encontrarem, nas universidades, pessoas qualificadas que não fossem cristãos novos ou estrangeiros, seriam muitas. Em carta de 13 de julho de 1541, o Bispo de S. Tomé expõe ao rei essas dificuldades e também a de encontrar letrados para as missões do Santo Ofício que não fossem de etnia judaica.

Durante os séculos XVI e XVII, os cristãos novos continuaram a ocupar em Portugal e no estrangeiro, pela sua cultura, saber e competência, lugares de destaque nas Universidades, na Medicina, na Matemática, na Botânica, na Ciência Náutica e nas Humanidades.

A cultura judaica encontra-se fixada em Portugal nos mais diversos domínios: nas artes da iluminura e da impressão, nos tratados médicos e botânicos, nas traduções do grego e do latim, na literatura e na poesia, nos textos sagrados comentados, nas fórmulas dos tratados de diplomacia que judeus ajudaram a firmar, no saber financeiro que puseram ao serviço do Estado, no conhecimento e estudo dos astros, num tempo de astrologia a um tempo de astronomia, na atividade como gentes de diferentes matérias na Universidade, nas artes e ofícios mecânicos que dominaram, nas atividades mercantis que desenvolveram nas feiras nacionais e internacionais, no grande comércio marítimo e na língua portuguesa que divulgaram noutros continentes. Com eles levaram também o ladino, ou judeu-espanhol, ou *djudyo*, uma língua de fusão, usada no seu dia-a-dia e que mais não é do que uma mescla de palavras hebraicas e aramaicas traduzidas, palavra a palavra, para a língua da região onde habitavam. Estima-se que, atualmente, esta língua (ou dialeto como defendem alguns linguistas), é falada por cerca de 150 mil pessoas em comunidades sefarditas espalhadas pelo mundo.

Dessa cultura todos nós somos herdeiros. Faz parte do nosso estar, do nosso saber, do nosso quotidiano.

Quinhentos anos passados sobre o Édito da Expulsão decretada por D. Manuel e sobre a Conversão Forçada que extinguiu o judaísmo como religião tolerada em 1497, podemos partir para outras reflexões sobre esses acontecimentos.

A conversão forçada e o estabelecimento da Inquisição não foram mais do que um motivo ideológico. A posse da propriedade agrícola por judeus (mais tarde os conversos), era sentida pelos cristãos velhos como facilitadora da inversão das tradicionais posições sociais da nobreza e do clero. Por outro lado, o povo temia as retaliações dos cristãos novos, agora donos de terras, outrora judeus segregados e perseguidos.

A expulsão decretada por D. Manuel, em 1496, teria sido um pretexto necessário para satisfazer as exigências da diplomacia castelhana.

O terreno social estava preparado para a conversão forçada. Seria para os judeus, minoria estranha e necessária ao corpo da nação, o fim do estatuto de tolerado. Na prática, o saldo destas medidas traduziu-se nos milhares de novos conversos (ou marranos, como eram pejorativamente apelidados na altura), e de alguns judeus que escaparam às malhas desses destinos. Outros viveram, secretamente, como judeus. Outros tornaram-se católicos convictos. Muitos conheceram o cárcere, a tortura e a fogueira.

O poder económico dos judeus reforçou-se com as Conquistas e os Descobrimentos. Pelas suas aptidões como mercadores e financistas, línguas e diplomatas, artistas do ferro e espingardeiros, intervêm no esforço da guerra, firmando redes de contactos espalhados por todo o mundo.

Os judeus em fuga e a grande massa de conversos de exterior na sua pátria de origem preparam, cá e lá, em cumplicidade e em segredo, a sua partida para novos destinos: Europa, Império Afro-Asiático e Novo Mundo, paragens estas, que se lhes afiguravam mais tolerantes e seguras. Destacam-se a Holanda, o Reino Unido, a Itália, a Turquia, o norte de Marrocos, o Brasil, a Argentina, o México e os Estados Unidos.

Os que partiam, conservaram a língua portuguesa durante muito tempo nas suas relações familiares, na literatura e nas cerimónias religiosas. Este êxodo forçado privou Portugal dos seus mais ilustres representantes, quer no campo da ciência náutica, da literatura, da medicina, da técnica da impressão e dos ofícios mecânicos, quer no campo

do grande comércio internacional. O capitalismo nórdico, atlântico e internacional, com sede em Amesterdão, desenvolve-se com a sua chegada. Detêm o comércio da pimenta, das especiarias, dos tecidos e das pedras preciosas e, também, o do trigo nórdico em direção à Itália. Aqui, em Itália, chegam cada vez em maior número, porque a pimenta era difícil de vender pelos caminhos do Atlântico. Portugueses e sefarditas, em perfeita harmonia, fazem a rota de Istambul a Salónica, de Istambul a Veneza e, atravessando o Mediterrâneo, cruzam Sevilha, Lisboa e Amesterdão. As armas, os cereais, a prata, o cobre, indispensáveis a Portugal para o tráfico africano, eram fornecidos por consórcios onde imperavam os judeus, através de Antuérpia.

No Brasil, os judeus portugueses e cristãos novos, alguns deles vindos da ilha de S. Tomé, para onde tinham sido levados em criança por Álvaro de Caminha para a povoarem e desenvolverem, procuram, no Novo Mundo, a riqueza e a paz. Se os judeus pairam sobre a História de Portugal, há que descobri-los e estudá-los, como grupo e como indivíduos, como suporte económico, social e cultural, como povo do saber, como ministros, banqueiros, diplomatas, cientistas, vinhateiros ou alfaiates, eles que viveram nesta terra, em convivência com outros grupos étnicos e religiosos, de culturas predominantes ou de minoria, mantendo eles a sua própria identidade ainda quando conversos de exterior, resistindo às violências de todas as marginalidades, tanto quanto resistiram às solicitações de integração por parte dos poderes.

Dispersos, criaram novas comunidades um pouco por todo o mundo levando consigo a espiritualidade gerada durante séculos em Sefarad e preservada pelo Ladino, idioma judeu-espanhol criado no século XV. Os judeus portugueses ou sefarditas que aqui viveram foram Homens, Mulheres e Crianças que tiveram uma propriedade, uma profissão e viveram numa qualquer vila ou cidade, numa rua, numa casa, ao lado de outros portugueses, perto da sua Sinagoga, zelando pelos seus negócios, na dependência das leis do rei, como gente da nação.

#### Referências Bibliográficas:

Miele, Neide. *Velhos "cristãos-novos" no sertão paraibano*. Revista Lusófona de Ciência das Religiões, Ano VII, 2008, nº 13/14 – p. 539-552.

Monteiro, Isabel. *Os Judeus na Região de Viseu*. Região de Turismo Dão Lafões, 1997.

Novinsky, Anita. A nova historiografia sobre os judeus no Brasil: perspectivas para o século XXI.

Ramalho, Margarida Magalhães & Cardoso, António Homem. *Aldeias Históricas*. Edições Inapa, 2004.

Serrão, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. vol. II. 3ª edição, revista. Verbo, 1980.

É SÓCIA AICL.

TOMOU PARTE PELA PRIMEIRA VEZ NO 26º COLÓQUIO LOMBA DA MAIA 2016

### 39) MARGARIDA MARTINS VILANOVA, FUNDAÇÃO MEENDINHO, GALIZA, PRESENCIAL



É SÓCIA DA AICL.

TOMOU PARTE NO 18º COLÓQUIO NA GALIZA 2012



**40) MARIA ALICE DE SÁ, AÇORES, PRESENCIAL**



MONTALEGRE 2016

A VIÚVA DO ESCRITOR DANIEL DE SÁ TOMOU PARTE NO 19º MAIA 2013, 24º SANTA CRUZ DA GRACIOSA 2015, 25º MONTALEGRE 2016, 26º LOMBA DA MAIA 2016

**41) MARIA JOÃO RUIVO, ESC. SECUNDÁRIA ANTERO DE QUENTAL. AICL**



LOMBA DA MAIA 2016

**Maria João** Machado **Ruivo** Amaral Sousa Franco nasceu em Ponta Delgada, São Miguel - Açores, em 1965.

Completoou os estudos secundários no Liceu Antero de Quental, onde leciona há vinte e oito anos, tendo-se licenciado, em 1989, em Línguas e Literaturas Modernas (Português/Inglês – via ensino).

Tem algumas publicações dispersas em jornais da região, entre a crónica, o conto e a escrita memorialística.

Sócia do Instituto Cultural de Ponta Delgada, tem também publicados, na *Insulana*, revista desse Instituto, excertos do seu Diário, que ora trouxe à estampa.

Em 2011, publicou o Livro de Homenagem a seu Pai – *Fernando Aires - Era uma Vez o seu Tempo* – projeto que resultou da sua coordenação conjunta com Onésimo Almeida e Leonor Simas Almeida.

Dois anos depois, publicou, juntamente com o fotógrafo José Franco, o livro *Sentir(es) a Preto e Branco*, uma simbiose de texto com fotografia.

No âmbito da atividade da Associação de Antigos Alunos do Liceu Antero de Quental, de que é vice-presidente, coordenou, em conjunto com dois outros membros da Direção, a publicação do Livro *Memórias do Nosso Liceu*, que foi apresentado na Casa dos Açores em Lisboa.

Coordenou, ainda, a Reedição da obra diarística integral, da autoria de Fernando Aires, *Era uma Vez o Tempo*, que veio a lume em dezembro de 2015, com a chancela da editora Opera Omnia.

É SÓCIA DA AICL.

TOMOU PARTE EM 2012 NO 17º COLÓQUIO NA LAGOA E NO 26º NA LOMBA DA MAIA 2016.

### APRESENTAÇÃO DE UM PUNHADO DE AREIA NAS MÃOS, DIÁRIO, DE MARIA JOÃO RUIVO POR BRITES ARAÚJO

Perguntam-me muitas vezes por que razão levei tanto tempo a decidir-me pela publicação deste livro. Poderia enumerar várias razões, mas basta, por agora, dizer que publicar é sempre uma grande responsabilidade perante os outros e, sobretudo, perante nós mesmos. A escrita não é pacífica. É marca nossa que fica e isso traz-me uma certa angústia, o receio de que daqui a uns anos olhe para trás e pense que se calhar devia ter mantido este livro na caixinha onde o guardei durante tanto tempo.

Ele nasceu há cerca de 20 anos, muito de mansinho, com uns rascunhos que eu escrevinhava quando tinha algum tempo livre. Na altura não imaginava que poderia vir a constituir um volume tornado público.

Sou filha de um diarista. Desde cedo me lembro de partilhar com meu Pai as dúvidas e as alegrias da escrita. Primeiro, ouvindo-o, depois lendo-o e, mais tarde, ajudando-o na revisão do que escrevia. Curiosamente, isso fez com que eu, durante algum tempo, fugisse um pouco à escrita intimista, mas “volta e meia vinha aqui cair, como quem regressa às origens”. Numa entrada de 2005, digo o seguinte: “Sinto que ter um Diário entre mãos é uma espécie de compromisso com a nossa própria existência. E gostava de assumi-lo. A escrita de um Diário é um fascínio. Verbalizar a vida é uma forma de nos conhecermos, porque exige que nos analisemos, porque nos obriga à reflexão, e é um desafio olharmos para nós próprios. E, à medida que avançamos, conseguimos interpretar alguns mistérios de que somos feitos.” No entanto, acho “que a escrita diarística, por inúmeras razões, é arriscada. Obriga-nos a entrar em nós e a sair logo depois. É assim que a sinto. Começa por ser uma escrita de mim para mim, e nela vem impressa toda uma herança espiritual. Mas não se fecha nisso, necessariamente. É também uma escrita para quem quer que a leia. E a quantas leituras diferentes estamos sujeitos? Tratando-se de um Diário, tudo se torna mais delicado, porque não temos o escudo da ficção a proteger-nos. Mas como poremos a nu o que somos?” Esta é, para mim, uma das muitas questões interessantes num Diário. Tratando-se de uma escrita, em muitos momentos, intimista, tem de se definir uma fronteira razoavelmente clara entre o **intimismo** e a **intimidade**, porque nem tudo se põe a nu, em praça pública, e é como o João de Melo disse, na apresentação que fez do livro em Ponta Delgada, tratando-se de um Diário feminino, a contenção é, provavelmente, maior.

Assim, este Livrinho foi surgindo timidamente, dando pequenos passos. Quem o ler notará de imediato que há, aqui, uma estrutura descontínua. Dividi-o em duas partes por essa razão. A primeira, cheia de intermitências, é constituída por cerca de 40 páginas, que vão de 1996 a 2009 e a Parte II – de 2010 a 2016 – vai ganhando uma maior continuidade. Cheguei a ponderar excluir a primeira, mas achei que haveria nisso uma certa infidelidade a este percurso que foi o meu. Afinal esta descontinuidade também será passível de uma determinada leitura e cada leitor fará a sua.

Nesta minha estreia em volume, julgo que encontrei, no fundo, uma forma de sair da minha concha, e faço desta publicação uma espécie de tributo a coisas que valorizo muito, sobretudo aos afetos, meu território de eleição. Um Diário é um percurso que se faz de dentro para fora ou vice-versa, à medida de quem o escreve e conforme as intenções vão ditando. Este volume é um conjunto de reflexões e de sentires que buscam uma forma que os expresse. Outro que surja, numa outra esquina do tempo, poderá ser diferente deste, nos temas, nos interesses, nas intenções que se vão gerando.

Para concluir, reafirmo que esta estreia foi, em parte, a busca de uma linguagem. A escrita tem tanto de árduo e difícil como de compensador e surpreendente. Tal como a vida, é uma busca constante. Gosto de fazê-la, dando pequenos passos, tentando que não me fuja, como um punhado de areia nas mãos.

Belmonte, 6 de abril de 2017,

Maria João Ruivo

Conheci a Maria João teria ela os seus sete ou oito anos e eu os meus treze ou catorze. Sendo colega de turma e amiga da irmã, a Isabel, com quem partilhava uma natureza algo estouvada e buliçosa, frequentei a casa da Rua da Alegria, de que guardo recordações vivas e muito gratas. É desse tempo que me chega a imagem de uma menina calma, de sorriso tímido, que nos olhava, a mim e à irmã, com os olhos de um siso que nos cabia a nós, mais do que a ela. Agora penso que, por essa altura, embora ninguém o soubesse, muito menos ela, talvez já preparasse o livro que traz hoje a público.

Mais tarde, no Liceu Nacional de Ponta Delgada (ex-Liceu Antero de Quental e futura Escola Secundária Antero de Quental) viria eu a ser aluna da mãe, a Dra. Idalinda Ruivo e, embora não oficialmente, do pai, o Dr. Fernando Aires, a quem devo, entre muitos outros inestimáveis ensinamentos, muito do gosto que mantenho pela música e dança clássicas.

Falo nisto para justificar o tom afetuoso e informal com que me refiro à autora do livro que aqui trazemos e que ela, a Maria João, a quem agradeço publicamente a confiança e, sempre, a amizade, me convidou a apresentar.

Carlos Alberto Machado, a propósito da apresentação pública de *Que Paisagens Apagarás*, de Urbano Bettencourt, dizia que um livro se apresenta a si mesmo, na exata medida em que o leitor se apresenta ao livro; e que é das vidas que circulam nesse processo relacional que se constrói o seu sentido e a sua perenidade. Umberto Eco já tinha dito sensivelmente o mesmo, nos seus passeios pelos bosques da ficção e, embora não se tratando de ficção-narrativa, o passeio que faço por este livro da Maria João, a relação que mantenho com o que lá vem escrito passa, inevitavelmente, pelo afeto que tenho à autora e pelo foco posto naquilo onde melhor me reconheço e me revejo.

Mas volto-me, em definitivo, para o livro, cujo título (*Um Punhado de Areia nas Mãos*) me parece feliz e de assinalar. A sua relação metonímica com o Tempo não só abarca a natureza diarística da obra, como convoca aquelas que são, quanto a mim, as suas grandes questões de fundo: a impossibilidade de deter curso do tempo e, por consequência, a certeza da transitoriedade da vida e da efemeridade do ser. Estas as questões de que a autora parece nunca se alhear enquanto se debruça sobre os muitos e diversos temas que preenchem a sua escrita. A família, desde logo, a infância, a casa, seja a sua, de adulta, sejam as outras onde cresceu e onde a memória ainda mora, a Ilha (grafada sempre com maiúscula, mesmo nos momentos em que se põe de mal com ela), o Liceu, os alunos e as novas gerações, a Literatura e a Arte de um modo geral, são algumas das pegadas visíveis na caminhada de uns entrecortados dezasseis anos, em cujo decurso fica também visível a pegada do Tempo no *eu* que reflete e que se escreve. A consciência do efeito do tempo em si, muitas das vezes despoletada pela memória ou pela nostalgia do irrepetível, é abordada em diversos momentos e entradas do diário, como nesta, de que gosto particularmente, escrita em 2008, na casa da Caloura:

*Passar uns dias na Caloura faz-me sempre recuar no tempo, mas nem sempre as lembranças vêm doces como eu gostaria. Eram tão deliciosos os dias de verão que aqui passávamos na nossa adolescência!*

*Agora, as lembranças vêm misturadas com a angústia de que esse tempo irremediavelmente se perdeu, de tal modo que tento, quase desesperadamente, passá-lo aos meus filhos, mas não consigo. Não da mesma forma. Claro! Eles não são iguais a mim, tal como o contexto é diferente e os cheiros e algumas cores... Depois, paro, olho para eles às gargalhadas com os amigos, queimados pelo sol do verão, cheios de sal no corpo e de alegria de viver e penso que, afinal, está quase tudo na mesma. Eu é que mudei. (p. 37)*

É ainda a preocupação com o tempo e com a efemeridade do ser que move a primeira manifestação do desejo de ter (uso as suas palavras) «um diário sério, consistente, que contasse de mim e do que me vou fazendo». (p. 15) A assunção de si enquanto objeto desse diário, bem como a transformação implícita no proclítico e na forma verbal são retomadas, no final da entrada, como tentativa de resposta à pergunta que, repetidamente, vai colocando a si mesma no decurso desses anos de escrita: Porquê um diário? De onde vem a necessidade que sente de contar de si, de se expor em narrativa?

No ano em que se inicia o diário, em 1996, por coincidência (ou talvez não) também o ano do nascimento do filho, Afonso, a autora avança com a seguinte possibilidade: «Talvez da ilusão de que as folhas impressas são uma forma de eternidade? O que se cala morre connosco.» (p. 15)

Mas, no mês seguinte, em novembro, acrescenta: «Guardo-as, quem sabe, para me poder confrontar comigo mesma daqui a uns anos e tentar perceber o que fui e o que serei então.» (p. 16) A modalização do discurso mantém-se, deixando no ar e no leitor ainda a incerteza dos motivos que a levam à escrita diarística, mas a incontida necessidade de, no futuro, saber de que rumos se fez a sua vida, o que foi e o que é, mantém-se; como se mantém, acrescida da tentativa de agarrar o curso do tempo, quando, quatro anos volvidos e a propósito de uma entrada sobre os natais da infância, escreve: «Ao reler a entrada anterior, achei-a tão pueril, que estive para apagá-la. Mas suspendi o gesto e decidi mantê-la, porque naquela página não estou eu nos 35 anos que tenho agora, mas na saudade do tempo em que era assim, deste tamanhinho.» (p. 21). Pois é, Maria João, como dizia Fernando Aires, no seu *Era Uma Vez o Tempo*, e como o dizes tu agora neste teu punhado de areia nas mãos, «O tempo é uma merda!».



No entanto, nas entradas que ao longo dos anos seguintes voltam àquelas questões, percebe-se que as respostas a essas perguntas foram surgindo, já amadurecidas, no próprio ato de escrever, como se a narrativa de si fosse não só a forma natural de mediação entre ela própria e a sua interioridade, como uma parte essencial do sentido de si mesma. Assim, o diário resultaria natural num processo de reflexão sobre o *eu* que visa o conhecimento de si e da sua interioridade. É o que releva desta entrada de 2005: «Verbalizar a vida é uma forma de nos conhecermos, porque exige que nos analisemos, porque nos obriga à reflexão e é um desafio olharmos para nós próprios.». (p. 24). A inquietação e as dúvidas iniciais tendem então a atenuar-se, cedendo a um pensar-se no ato de se escrever-se a si, de facto, mas de escrever-se também relativamente ao outro, seja esse outro tão diverso quanto o Pai, os alunos, a Serra da Barrosa, Chopin, Paris, Lisboa, a Ilha ou, talvez acima de tudo, ela mesma quando, como diz, sai de si para se ver de fora. E assim, como uma espécie de argumento que se iniciasse já com o filme em rodagem, o *eu* que escreve altera-se não só por efeito do reconhecimento de si nesse argumento, como por efeito da sua *permeabilidade* ao outro, em que atenta, sobre quem reflete e com quem, pela escrita, se relaciona. É para todo este complexo que aponta quando, em janeiro de 2005, explica: «Muito do que escrevo sai assim, em bruto. Depois, deixo ali a “levedar”. E lá regresso para desenhar com cuidado, carinhosamente, o que tinha deixado num mero rascunho. E neste pintar por dentro o que estava contornado por fora está a intelectualização do que se diz (...)». Volvidos dez anos, em março de 2015, acompanhando a retoma desta ideia do trabalho sobre a escrita, do desenhar com cuidado o rascunho prévio, voltam as dúvidas, agravadas pela necessidade que sente de se libertar deste primeiro volume, que lhe pesa como um tapete de Penélope: «Um Diário, pela sua própria designação, deveria marcar presença todos os dias. Mas como arranjar forças e coragem para entrarmos em nós dia a dia e contarmo-nos por dentro? Fazer isso porquê? Para quem? [...] na escrita de um Diário, há sempre uma mutilação inevitável. Não que se minta no que se escreve, mas porque se omite muito do que se poderia dizer. Não consigo deixar de refletir sobre esta escrita íntima. E sobre até que ponto poderá e deverá ser íntima [...]». (p. 158)

À angústia gerada pelas dúvidas, pelas hesitações e, de certo modo, pela dicotomia verdade/fingimento do que fica escrito, o que a levará, aliás, em certa altura, a discorrer sobre o fingimento pessoano, acresce uma outra que julgo estar sempre latente e constituir-se, talvez, como a verdadeira génese dessas mesmas dúvidas e hesitações: a imensa admiração que tem pelo pai, Fernando Aires, e a responsabilidade de se propor (passe a expressão pouco feliz) pisar os mesmos terrenos de alguém cuja personalidade e obra são amplamente reconhecidas e referenciadas. Embora esta angústia, repito, se encontre sempre latente nos seus propósitos de prosseguir na escrita diarística, não são muitos os momentos em que a confesse abertamente. No entanto, numa entrada de julho de 2012, escreve: «Aqui surge o desabafo. Quem conhece Fernando Aires e o seu *Era uma Vez o Tempo*, entenderá que eu, como sua filha, tenha hesitado, durante tantos anos, em agarrar neste Diário. Por insegurança, pela enorme admiração que tenho pela sua escrita, pelo receio de que a minha esteja, inevitavelmente, influenciada pela dele.» (p. 93)

Finalmente, em janeiro de 2016, assim como se fosse um propósito para o ano novo, a Maria João declara que está decidida a publicar o que ela chama de rascunhos. Uma vez mais, reflete sobre o que escreve e sobre a decisão de publicar e subsistem algumas das dúvidas e questões de que tenho vindo a falar. No entanto, em boa hora tomou essa decisão. Que seja bem-vindo este primeiro volume! Mas quem me ouve aqui julgará, talvez, por exclusiva culpa minha, que este livro se centra muito em si mesmo. É falso que isso aconteça. Se insisti nestes aspetos é porque gostaria de releva a certeza que me ficou de que a publicação deste diário não foi resultado de um impulso, ou dessa febre de publicar que tem atacado, um pouco por todo o lado, gente de todos os credos e feitios, de todas as idades e de todas as geografias deste escasso país. A publicação deste punhado de areia nas mãos resulta de longa reflexão, feita durante dezasseis anos, sobre si, sobre o que escreve e sobre os lugares e o papel da literatura.

Finalmente, a escrita da Maria João Ruivo abarca, como disse no início, uma grande variedade de temas e debruça-se amiúde sobre as coisas do mundo em que vivemos. Por vezes, em registos de grande beleza literária e sempre num português que faz jus e honra a língua de Camões e de Pessoa. Não caberia, como é evidente, aqui forma de falar de todos eles, sequer de enumerá-los, mas peço licença para terminar com uma das entradas que acho deliciosas e que me levaram, num voo de décadas, de volta à adolescência e ao jardim do nosso querido Liceu:

*Apetece-me contar o que se passou hoje na minha aula de 9º, miúdos de 15 anos. O dia estava lindo, um autêntico dia de verão, e eles, frenéticos, sem conseguirem concentrar-se no trabalho que lhes tinha dado. Às tantas, deu-me uma breca: - Já não vos suporto! Vamos todos para o jardim! Olharam para mim, muito admirados. -Sim. Vá. Peguem nas vossas coisas e vamos lá para fora aproveitar o Sol. E fomos. Sentámo-nos por ali, uns pela relva, outros no banco, junto às estrofes de As Fadas, de Antero, e lancei-lhes um desafio. Propus-lhes uma espécie de debate em que uns defenderiam por que motivos criam em fadas e outros assumiriam posição contrária. Foi fantástico ver o que deles veio à tona nessa argumentação, até porque é difícil defender aquilo em que não se acredita. Uma miúda disse que as fadas eram como a própria poesia, já que, tal como esta, eram fruto da imaginação criadora dos homens. Julgo que foi para me agradar. E agradou. Para os espíritos pragmáticos, foi mais fácil. Era inevitável que alguém dissesse que Fadas são uma fantasia de crianças! E logo um mais subversivo – E daí? Fantasias faz parte da nossa realidade. Quando dizes que o Sporting vai ganhar o Campeonato, não estás a fantasiar? Gargalhada geral. À exceção dos sportinguistas, que amuaram. O*

*toque para a saída quebrou o encanto do momento, e logo Morgana, Viviana, Melusina e todas as sílfides, suas companheiras, fugiram, assustadas, a esconder-se nos recantos inacessíveis do seu jardim. Os alunos nem se mexeram e um disse-me: - Professora, isto foi fixe! - Então porquê? - Perguntei. Porque não dei aula? - Sim. Mas também porque nos sabe compreender e porque gosta de nós. E gosto. Adoro estes miúdos. Adoro-os nesta energia que me faz zangar, neste entusiasmo e até na falta dele, nos seus sonhos e pensamentos por vezes ainda surpreendentemente pueris. Adoro-os, porque têm 15 anos e tanta necessidade de compreensão e de segurança.*

Obrigada, Maria João, pelo teu Diário. (Belmonte, 6 de abril de 2017 – 27º Colóquio Internacional da Lusofonia)

#### 42) MARIA LUÍSA TIMÓTEO, KORSANG DI MELAKA - AICL, ASSISTENTE PRESENCIAL



É SÓCIA FUNDADORA DA AICL.

JÁ TOMOU PARTE NO 14º COLÓQUIO EM BRAGANÇA 2010, NO 23º NO FUNDÃO EM 2015, NO 25º EM MONTALEGRE 2016. APRESENTOU IMAGENS SOBRE MALACA PARA QUE A MENSAGEM NÃO FIQUE ESQUECIDA.

#### 43) MARILENE GENTILI, BRASIL

SÓCIA DA AICL. PRESENTE NO 10º COLÓQUIO EM BRAGANÇA 2008, E 11º COLÓQUIO NA LAGOA, AÇORES, 2009

#### 44) MÁRIO MELEIRO, (UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR, ESE, I P GUARDA E AICL. PRESENCIAL

**MÁRIO JOSÉ SILVA MELEIRO.** Nasceu em Soutelo - Mogadouro (Trás-os-Montes), em 1974 e reside na Guarda, onde fez o estágio profissional na Escola Secundária Afonso de Albuquerque. Licenciado em Línguas e Literaturas Clássicas e Portuguesa, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, mestre em Linguística Portuguesa, pela Faculdade de Letras da Universidade Católica - Polo de Viseu e doutorado em Linguística (Histórica) pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É docente da Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto, do Instituto Politécnico da Guarda, desde 2000. Além da docência tem desenvolvido a sua atividade como

formador do Programa Nacional do Ensino do Português (PNEP), da Terminologia Linguística para o Ensino Básico e Secundário (TLEBS), do Acordo Ortográfico (AO 1990) e, recentemente, das Metas Curriculares de Português (MCP). Com participação em diversos congressos, em alguns deles com apresentação de comunicação, a área de investigação centra-se na morfologia e no léxico da língua portuguesa.



LOMBA DA MAIA 2016

É SÓCIO AICL.

TOMOU PARTE NO 16º COLÓQUIO EM SANTA MARIA 2011, NO 22º SEIA 2014, NO 26º LOMBA DA MAIA 2016.

#### 46. MIGUEL REAL - ESCRITOR PORTUGUÊS, ENSAÍSTA E PROFESSOR DE FILOSOFIA. CENTRO DE LITERATURAS E CULTURAS LUSÓFONAS E EUROPEIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. AICL

Miguel Real, pseudónimo de Luís Martins, nascido em 1953, conquistou em 2006 o Prémio Literário Fernando Namora com o romance *A Voz da Terra*. Miguel Real fez a licenciatura em Filosofia na Universidade de Lisboa e, mais tarde, um mestrado em Estudos Portugueses, na Universidade Aberta, com uma tese sobre Eduardo Lourenço.

É Diretor da Revista do CLEPUL.



Estreou-se no romance, em 1979, com *O Outro e o Mesmo*, com o qual viria a ganhar o Prémio Revelação de Ficção da APE/IPLB.

Em 1995, voltou a ser distinguido com um Prémio Revelação APE/IPLB, desta vez na área de Ensaio Literário, graças à obra *Portugal - Ser e Representação*.

Outra distinção importante surgiu em 2000, o Prémio LER - Círculo de Leitores, com o ensaio *A Visão de Tândalo por Eça de Queirós*. Em 2001, recebeu uma bolsa do programa Criar Lusofonia, do Centro Nacional de Cultura, que lhe permitiu percorrer o itinerário do Padre António Vieira pelo Brasil. A esse propósito escreveu um diário, editado em 2004, intitulado *Atlântico, a Viagem e os Escravos*. A partir de 2003, com a novela *Memórias de Branca Dias*, passou a escrever simultaneamente um ensaio e um romance para evitar incluir teoria (filosófica, principalmente) na ficção. Em 2005, Miguel Real lançou o romance histórico *A Voz da Terra*, cuja a ação decorre na época do terramoto de 1755, que viria a ter grande reconhecimento por parte da crítica e do público. *A Voz da Terra* proporcionou ao autor a conquista da edição de 2006 do Prémio



Literário Fernando Namora, um dos mais prestigiantes galardões literários a nível nacional. Simultaneamente ao romance *A Voz da Terra* foi publicado o ensaio *O Marquês de Pombal e a Cultura Portuguesa*, situado na mesma época.

Já em finais de 2006 foi lançado o romance *O Último Negroiro*, sobre o traficante de escravos Francisco de Félix de Sousa, que viveu em São Salvador da Baía e Ajudá, no Benim. O seu ensaio Eduardo Lourenço e a Cultura Portuguesa (2008) recebeu o prestigiado Prémio da Associação Internacional de Críticos Literários e a peça Uma Família Portuguesa (2008), em coautoria com Filomena Oliveira, recebeu o Grande Prémio de Teatro da Sociedade Portuguesa de Autores, Teatro Aberto.

Tem participado em distintos eventos científicos em Portugal e no Estrangeiro e colaborado em inúmeras Revistas e Jornais de expressão nacional e internacional.

Destaca-se, a título de exemplo, a Revista Colóquio de Letras ou o JL, Jornal de Letras (a partir de 2000), Artes e Ideias onde faz crítica literária.

Tem trabalhado ainda como radialista na Antena 2, designadamente no programa Um Certo Olhar, com Maria João Seixas, Luísa Schmidt, Carla Hilário Quevedo e Luís Caetano. Paralelamente ao romance e ao ensaio, Miguel Real dedicou-se, regularmente, à escrita de manuais escolares e de adaptações de teatro, estas em colaboração com Filomena Oliveira.

No **ensaio** destacou-se com

- «Narração, Maravilhoso, Trágico e Sagrado em "Memorial do Convento" de José Saramago» (1995),
- «Portugal - Ser e Representação» (1998, Prémio Revelação de Ensaio Literário da Associação Portuguesa de Escritores 1995),
- «Padre António Vieira e o Ano de 1666» (1999),
- «A Geração de 90 - Romance e Sociedade no Portugal Contemporâneo» (2001),
- «Eduardo Lourenço - Os Anos de Formação: 1945-1958» (2003),
- «O Marquês de Pombal e a Cultura Portuguesa» (2005),
- «O Último Eça» (2006)
- «Agostinho da Silva e a Cultura Portuguesa» (2007).
- Introdução à Cultura Portuguesa (2011)
- Pensamento Português Contemporâneo 1890-2010 (2011).
- Romance Português Contemporâneo 1950-2010 (2ª edição 2012),
- Nova Teoria do Mal (2012),

Na **ficção** distinguiu-se com

- As Memórias Secretas da Rainha D. Amélia (2010),
- A Guerra dos Mascates (2011)
- A Voz da Terra (4ª edição, 2012 – Prémio Literário Fernando Namora, 2005),
- O Último Europeu (2015), D. Quixote, Portugal:
- Um País Parado a Meio do Caminho 2000-2015 (2015), Dom Quixote
- «A Visão de Tândalo por Eça de Queirós» (2000, Prémio Ler - Círculo de Leitores 1999),
- «As Memórias de Branca Dias» (2003),
- «A Voz da Terra» (2005, Prémio Fernando Namora da Sociedade Estoril Sol 2006),
- «O Último Negroiro» (2006)
- «O Último Minuto na Vida de S.» (2007).

Em 2008, ano do 400º aniversário do nascimento do Padre António Vieira, editou «O Sal da Terra», o seu romance sobre o imortal escritor, eclesiástico e diplomata.

No drama, e juntamente com Filomena Oliveira, escreveu, entre outras, as peças «Os Patriotas» (2001),

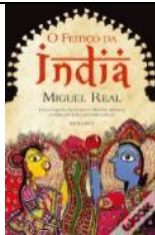






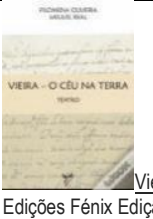







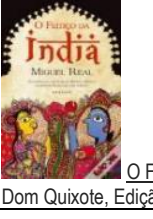
«O Umbigo de Régio» (2003),

«Liberdade, Liberdade» (2004) e

«1755 - O Grande Terramoto» (2006) - todas levadas à cena em teatros de Lisboa ou arredores.

Entrevista aqui: <http://www.revistaprogridir.com/miguel-real.html>

ATAS 27º colóquio 6-9 abril 2017 BELMONTE

 <p><u>O Feitiço da Índia</u> BIS Edição: 07-2016</p>	 <p><u>Uma Terra Prometida</u> IN Edição: 06-2016</p>	 <p><u>O Deputado da Nação</u> Parsifal PT Edição: 03-2016</p>	 <p><u>Nova Águia n.º 16 – 2º Sem. 2015 – Filosofia Lusófona, Zéfiro</u> Edição: 11-2015</p>
 <p><u>Portugal: Um País Parado no Meio do Caminho 2000-2015</u> Dom Quixote, Edição: 06-2015</p>	 <p><u>O Último Europeu</u> Dom Quixote, Edição: 01-2015</p>	 <p><u>Manifesto em Defesa de uma Morte Livre</u>, Parsifal PT Edição: 01-2015</p>	 <p><u>Vieira - O Céu na Terra</u> Edições Fénix Edição: 01-2015</p>
 <p><u>O Futuro da Religião</u> Nova Veja Edição: 10-2014</p>	 <p><u>As Memórias Secretas da Rainha D. Amélia</u> BIS Edição: 04-2014</p>	 <p><u>Nova Teoria do Sebastianismo</u> PUBLICAÇÕES D. QUIXOTE Edição: 03-2014</p>	 <p><u>A Cidade do Fim</u> Dom Quixote, Edição: 10-2013</p>
 <p><u>Mensagem de Fernando Pessoa</u> Parsifal PT Edição: 08-2013</p>	 <p><u>Nova Teoria da Felicidade</u> Dom Quixote, Edição: 03-2013</p>	 <p><u>Liberdade, Liberdade!</u> Fonte da Palavra Edição: 02-2013</p>	 <p><u>O Feitiço da Índia</u> Dom Quixote, Edição: 08-2012</p>

			
<u>A Vocação Histórica de Portugal</u> Esfera do Caos Edição: 04-2012	<u>Romance Português Contemporâneo</u> Editorial Caminho Edição: 04-2012	<u>Nova Teoria do Mal</u> Dom Quixote, Edição: 02-2012	<u>A Voz da Terra</u> Dom Quixote, Edição: 01-2012
			
<u>Revista - Letras Com Vida N.º 3</u> Gradiva Edição: 10-2011	<u>A Guerra dos Mascates</u> Dom Quixote, Edição: 08-2011	<u>Pensamento Português Contemporâneo 1890-2010</u> INCM ed. 05-2011	<u>Introdução à Cultura Portuguesa</u> Ed. Planeta Edição: 03-2011

### TEMA 3.1. INTRODUÇÃO AO ITINERÁRIO CRÍTICO DE URBANO BETTENCOURT

Em 1989, no texto *Emigração e Literatura. Alguns Fios da Meada*, Urbano Bettencourt regista que a literatura, mais do que se constituir como mero reflexo da realidade, alimenta-se de uma “deflecção” da realidade. O seu estatuto pertenceria ao cruzamento da realidade com, por um lado, a subjetividade do autor e, por outro, com a lógica precisa da linguagem, ambas vazadas no que Urbano Bettencourt designa por “discurso da subjetividade”<sup>145</sup>.

Neste sentido, em nenhum dos múltiplos livros do autor se intenta identificar literatura com transposição direta da realidade ou com verdade e todos se inserem no que designa por “discurso da subjetividade”. Porém, subjetividade não significa arbitrio e, portanto, existe um vínculo substancial entre literatura e realidade, que confere àquela a garantia de uma certa objetividade. Esta objetividade, que opera o trânsito entre escrita e leitura e entre realidade exterior e subjetividade pessoal é dada pela linguagem, espécie de meio-termo entre a pretensa objetividade do realismo ingénuo e o delírio linguístico narcisista e egológico.

Com efeito, lendo-se os artigos e ensaios de Urbano Bettencourt constata-se uma evolução, tanto formal quanto cronologicamente, para uma espécie de terreno do meio-termo estético.

De facto, do ponto de vista da dinâmica do seu pensamento, observa-se a existência de uma evolução ao longo de duas décadas de escrita, por exemplo, entre o primeiro volume de *O Gosto das Palavras*<sup>146</sup> e a última recolha de ensaios com o título *Ilhas conforme as circunstâncias*<sup>147</sup>. Ao longo destes vinte anos, o leitor apercebe-se de que o autor abandonou os seus estudos formalmente académicos do primeiro volume, presentes, por exemplo, no primeiro capítulo “Nas Margens de Antero” e no segundo, “A Arte da Fuga”, substituindo-os, a partir de o segundo volume de *O Gosto das Palavras – II (Leituras e Ensaios)*<sup>148</sup>, publicado 12 anos depois, pelo seu pessoalíssimo “discurso de subjetividade”.

Paradoxalmente, Urbano Bettencourt fá-lo quando, de um ponto de vista profissional, se instala como professor na Universidade dos Açores a partir de 1989. Porventura, a sua nova função profissional deve ter-se constituído como um dos maiores “Adamastores” do seu itinerário estético, forçando a sua escrita a um rigor académico não compatível com o seu “discurso da subjetividade”. Porém, pela publicação dos livros seguintes, percebe-se que Urbano Bettencourt triunfou sobre o formalismo académico, que, nas Letras, muito raramente deixa a escrita brilhar. Com efeito no segundo volume de *O Gosto das Palavras*, é já patente que o autor pessoalizou (criou um discurso

<sup>145</sup> Urbano Bettencourt, *Emigração e Literatura. Alguns Fios da Meada*, Horta, Ed. Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas, 1989, p. 16.

<sup>146</sup> Urbano Bettencourt, *O Gosto das Palavras*, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1983.

<sup>147</sup> Urbano Bettencourt, *Ilhas conforme as circunstâncias*, Lisboa, Salamandra, 2003

<sup>148</sup> Urbano Bettencourt, *O Gosto das Palavras – II (Leituras e Ensaios)*, Ponta Delgada, Edição do “Jornal da Cultura”, 1995.



peçoal) a análise literária, correspondente a uma visão *peçoal* sobre a literatura de raiz açoriana que, posteriormente, estenderá ao espaço atlântico da Macaronésia. Aliás, o título “o Gosto das Palavras” reflete já, semanticamente, um “discurso [Palavras] da subjetividade [o Gosto]”.

Assim, o “discurso da subjetividade” de Urbano Bettencourt posta-se a meio-termo entre o protocolo ensaístico universitário e o impressionismo crítico jornalístico. O primeiro, próprio das universidades, ora fértil em resultados e inovadoramente crítico, ora oco, espelho de uma retórica erudita burocrática; o segundo, próprio dos jornais e revistas, uma escrita em cima da data da publicação do livro analisado, por vezes culturalmente pouco informada. A partir de 1995, Urbano Bettencourt, não deixando de utilizar o jargão académico (os paratextos...), os seus textos habitam um meio-termo, um território pessoal constituído por fortes “iluminações momentâneas”, “fugazes fulgurações”, que “para sempre nos seduz[em] e a cujo poder em absoluto nos rendemos”<sup>149</sup>.

Neste sentido, a crítica literária em Urbano Bettencourt é menos tecida de deduções analíticas de quem aplica uma teoria constituída a um novo livro e mais de intuições sintéticas (as “iluminações momentâneas”, as “fugazes fulgurações”) de quem convive sanguineamente, existencialmente, com o seu conteúdo e a sua forma. Estas intuições sintéticas, resultado da desconstrução e reconstrução mental das páginas lidas (como que vividas) exprimem-se, justamente enquanto resultado, num parágrafo ou dois, condensadores da profundidade intensiva e extensiva da obra de um autor ou do conteúdo de um livro. Como exemplo, leia-se o texto “A poesia de Santos Barros na Universidade de Trás-os-Montes”<sup>150</sup>: um meio-termo entre o rigor erudito universitário e a opinião impressionista, reabilitando, ao modo de Vitorino Nemésio, os aspetos propriamente estéticos presentes na obra, sem deixar de conceder algum privilégio ao contexto social.

Deste meio-termo nasce igualmente a relativização da defesa da existência de uma genuína literatura açoriana, não a absolutizando, como se esta constituísse uma condição ontológica da açorianidade (Nemésio). De outro modo, “circunstancializa-a”, integrando a literatura açoriana na literatura própria de toda a “ilha”, como explicita na *introdução a Ilhas conforme as circunstâncias*, de 2003: “articular a relação do eu com o outro, a relação do homem com o espaço, o mundo e a história, o modo como, em diálogo com estéticas e culturas exteriores, lhes configuram experiências de insularidade, entendida em termos muito abrangentes...”<sup>151</sup>. Para além desta “diversidade circunstancial que marcam as [diferentes] ilhas”<sup>152</sup>, a literatura insular (Açores, Madeira, Cabo Verde, Canárias, São Tomé...) revelaria um fundo comum.

Neste livro de 2003, Urbano Bettencourt explora uma das mais belas metáforas sobre a necessidade da escrita. Referindo-se ao presumível primeiro habitante da ilha do Pico, Fernão Álvares Evangelista, que, devido a uma tempestade, teria ficado isolado na ilha com um cão ao longo de um ano, o autor refere que cada escritor é como Fernão Álvares, criando a sua ilha durante o ato de escrita, caçando as palavras com o seu “cão” mental, formando a escrita<sup>153</sup>.

Se, do ponto de vista académico, os livros de Urbano Bettencourt evoluem para uma posição pessoal de meio-termo, do mesmo modo o seu estilo parece seguir justamente a mesma dinâmica.

Com efeito, se se analisar o livro *Ilhas*, publicado em 1977, em colaboração com J. H. Santos Barros, constata-se ser a prosa de Urbano Bettencourt dominado por um fortíssimo acento surrealista. Ambicionavam os dois jovens autores em finais da década de 70 criar uma “escrita em arquipélago, em cardume, capaz de romper as malhas metálicas tecidas à volta das ilhas que somos”<sup>154</sup>.

Num dos textos de *Ilhas*, datado de 1974, “Das viagens com cronista”, escreve Urbano Bettencourt: os açorianos “voltaram as costas aos portos e foram esperar os navios no alto das montanhas”, “turba endoidecida por um visionário que lhe prometeu navios no alto das montanhas”. Do mesmo modo, a inspiração surrealista encontra-se patentes nos textos “Da subversão atómica aos animais vigilantes”, de 1976, “Fulgor e morte da Atlântida recuperada”, do mesmo ano, e em “Sobre o suicídio aparente do meu avô”, de novembro de 1974.

Do mesmo modo os textos em prosa de *África. Frente e Verso*, escritos ao longo de 1974 e 1975, como, por exemplo “Antes da Noite”, sobretudo as pp. 40 e 41<sup>155</sup>.

<sup>149</sup> Idem, *ibidem*, p. 129.

<sup>150</sup> Idem, *ibidem*, pp. 125 – 128, sobretudo o penúltimo parágrafo.

<sup>151</sup> Urbano Bettencourt, *Ilhas conforme as circunstâncias*, ed. cit., 2003, p. 14.

<sup>152</sup> Idem, *ibidem*, p. 11.

<sup>153</sup> Idem, *ibidem*, p. 83.

<sup>154</sup> J. H. Santos Barros e Urbano Bettencourt, *Ilhas*, s./editor, 1977, introdução.

<sup>155</sup> Urbano Bettencourt, *África. Frente e Verso*, Ponta Delgada, Letras Lavadas Edições, 2012, pp. 40 – 44.

Com efeito, ainda neste livro, a comparação dos primeiros textos de prosa com os últimos, como, por exemplo, “de mangas e bolanhas”, datado de 2011, revela a evolução estética do abandono do texto como repositório imediato de sensações, sentimentos e ideias, uma espécie de coração sangrante jogado de imediato no papel, compondo um rendilhado aparentemente surrealista, para uma posição discursiva pessoalizada, mas objetiva, não de um realismo chão, mas de um realismo subjetivizado.

Porém, à medida que nos vamos afastando dos finais da década de 70, a inspiração surrealista desaparece quase por inteiro substituída – justamente – por um “discurso da subjetividade”, apropriador

É SÓCIO AICL.

PARTICIPA PELA PRIMEIRA VEZ, SENDO CONVIDADO ESPECIAL PARA O 27º COLÓQUIO.

[Regressar índice](#)

#### 45) NORBERTO ÁVILA, TERCEIRA, AICL. PRESENCIAL



LOMBA DA MAIA 2016 MONTALEGRE 2016 LOMBA DA MAIA 2016

**NORBERTO ÁVILA** nasceu em Angra do Heroísmo, Açores, a 9 de setembro de 1936. De 1963 a 1965 frequentou, em Paris, a *Universidade do Teatro das Nações*. Criou e dirigiu a Revista *Teatro em Movimento* (Lisboa, 1973-75). Chefiou, durante 4 anos, a Divisão de Teatro da Secretaria de Estado da Cultura; abandonou o cargo em 1978, a fim de dedicar-se mais intensamente ao seu trabalho de dramaturgo. Traduziu obras de Jan Kott, Shakespeare, Tennessee Williams, Arthur Miller, Audiberti, Husson, Schiller, Kinoshita, Valle-Inclán, Fassbinder, Blanco-Amor, Zorrilla e Liliane Wouters. Dirigiu para a RTP (1º Canal), a partir de novembro de 1981, a série de programas quinzenais dedicados à atividade teatral portuguesa, com o título de *Fila 1*.

As obras dramáticas de Norberto Ávila, maioritariamente reunidas na Coletânea *Algum Teatro* (20 peças em 4 volumes, Imprensa Nacional - Casa da Moeda) têm sido representadas em diversos países: Alemanha, Áustria, Bélgica, Brasil, Coreia do Sul, Eslovénia, Espanha, França, Holanda, Itália, Portugal, República Checa, Roménia, Sérvia e Suíça. [www.norberto-avila.eu](http://www.norberto-avila.eu) - [oficinadescrita@gmail.com](mailto:oficinadescrita@gmail.com)

#### Bibliografia

- 1960, O Homem que Caminhava sobre as Ondas. Peça em 3 atos que marca estreia absoluta do dramaturgo Sociedade Dramática Eborense, Évora. ed. autor, Lisboa.
- 1962 O Labirinto, inédito
- 1962, O Servidor da Humanidade. Peça em 1 ato. Prémio Manuscritos de Teatro, 1962. Estreia do autor por uma companhia profissional: Teatro Popular de Lisboa, Estufa Fria, Lisboa, Ed. Panorama,
- 1965, A Pulga, inédito
- 1965, A Ilha do Rei Sono. Estreada em Paris em 1965; representada também em vários teatros portugueses e alemães,

- 1965 Magnífico I, inédito
- 1966, *As Histórias de Hakim* (1966). 4 edições em Portugal e 4 na Alemanha. Obra representada em muitas dezenas de teatros de Portugal, Alemanha, Áustria, Brasil, Checoslováquia, Coreia do Sul, Croácia, Eslovénia, Espanha, Holanda, Roménia, Sérvia e Suíça
- 1966, *A Descida aos Infernos*. Farsa dramática em dois atos. Peça estreada pela RTP
- 1968, *As Histórias de Hakim*. Peça em 3 atos. 4 edições em Portugal e 4 na Alemanha. Obra representada em muitas dezenas de teatros de Portugal, Alemanha, Áustria, Brasil, Checoslováquia, Coreia do Sul, Croácia, Eslovénia, Espanha, Holanda, Roménia, Sérvia e Suíça.
- 1972, *A ilha do rei Sono*, Lisboa, Plátano ed.
- 1972, *A Paixão Segundo João Mateus*. 2º Prémio dos “30 Anos do Teatro Experimental do Porto”.
- 1975, *As Cadeiras Celestes*. Farsa popular em dois atos. 1º Prémio dos “50 Anos da Sociedade Portuguesa de Autores” Repertório da SPA.
- 1976, *As Cadeiras Celestes*. Farsa popular em dois atos. 1º Prémio dos “50 Anos da Sociedade Portuguesa de Autores” Repertório da SPA. Lisboa, Ed. Prelo Editora
- 1977, *O Rosto Levantado*. 1ª ed., em *Algum Teatro*, Câmara Municipal de Lisboa, 2009.
- 1977, in *Antologia de poesia açoriana*, do séc. XVII a 1975, coord de Pedro da Silveira, ed. Sá da Costa.
- 1977, *O Rosto Levantado* (1977 e 1978). 1ª ed., *Algum Teatro*, IN-CM, Lisboa, 2009.
- 1977, *A ilha do rei Sono*, 2ª ed., com edição em alemão, Lisboa, Plátano ed.
- 1978, *A Paixão Segundo João Mateus*. 2º Prémio dos “30 Anos do Teatro Experimental do Porto”.
- 1979, *O Pavilhão dos Sonhos*, inédito
- 1980, *Viagem a Damasco*, ed. SREC, Angra do Heroísmo,
- 1988 *Os Deserdados da Pátria*, 1ª versão, inédito
- 1982, *Do Desencanto à Revolta*.
- 1983, *Florânia ou A Perfeita Felicidade*. Escrita a convite do Teatro Experimental do Porto, que a representou nesse ano. “Prémio à Publicação”, da Associação Portuguesa de Escritores.
- 1983, *A Paixão Segundo João Mateus*, Angra, ed. SREC
- 1985, *D. João no Jardim das Delícias* (1985).
- 1986, *Magalona, Princesa de Nápoles*
- 1986, *Hakims Geschichten: Kinderstück von Norberto Avila; Kindertheater, Spielzeit 85/86, WLB, 1986 -*
- 1987, *D. João no Jardim das Delícias*. Ed. Rolim, Lisboa,
- 1988, *Viagem a Damasco*. Ed. SREC, Angra do Heroísmo, 1988.
- 1988, *D. João no Jardim das Delícias*, peça estreada pelo Teatro Experimental de Cascais
- 1988 *Os Deserdados da Pátria Ver Do Desencanto à Revolta*
- 1988, *O Marido Ausente*. Peça escrita a convite do Teatro de Portalegre,
- 1989, *O Marido Ausente*. Peça escrita a convite do Teatro de Portalegre, que a estreou. 1989, *As Viagens de Henrique Lusitano* (1989).
- 1990, *Viagem a Damasco*, estreada pelo Grupo de Teatro Alpendre, Angra do Heroísmo.
- 1990, *As Viagens de Henrique Lusitano*. Edição SPA, Lisboa,
- 1990, *A Donzela das Cinzas* (1990).
- 1990, *Magalona, Princesa de Nápoles*. Angra, SREC
- 1990, *Uma Nuvem sobre a Cama* (1990). Escrita a convite do Teatro de Portalegre
- 1990, *Florânia ou A Perfeita Felicidade*. Escrita a convite do Teatro Experimental do Porto, Ed. Signo, Ponta Delgada,
- 1990, *A Donzela das Cinzas*. Ed. SREC, Angra do Heroísmo,
- 1990, *Magalona, Princesa de Nápoles*. Ed. SREC, Angra do Heroísmo.
- 1991, *As Viagens de Henrique Lusitano*: narrativa dramática em 2 partes (versão para marionetas), Sociedade Portuguesa de Autores, 1991 - 91 páginas
- 1991, *Uma Nuvem sobre a Cama*. Escrita a convite do Teatro de Portalegre, que a estreou em 1991.
- 1991-1993, *O Marido Ausente*. Traduzida em Polaco, Francês e Italiano. Escolhida para representar a dramaturgia portuguesa nas jornadas “Teatro Europeu Hoje”, em 6 países.
- 1992, *A Donzela das Cinzas* (1990). Ed. SREC, Angra do Heroísmo, 1992
- 1992, *Arlequim nas Ruínas de Lisboa*. Escrita a convite do Inatel. Teatro da Trindade, ed. Escola Superior de Teatro e Cinema, Lisboa,
- 1992, *As Fajãs de São Jorge*, Álbum. Fotografia e texto. ed. Câmara Municipal, da Calheta, São Jorge, Açores,
- 1993, *No Mais Profundo das Águas*, romance.



1993, Os Doze Mandamentos (1993). Peça escrita a convite do Teatro de Portalegre

1994, Os Doze Mandamentos. Peça escrita a convite do Teatro de Portalegre, que a representou em 1994. Ed. SREC, Angra do Heroísmo,

1995, Fortunato e TV Glória.



GRACIOSA 2015 LOMBA DA MAIA 2016 MOINHOS 2014

1996, A Paixão Segundo João Mateus. 2º Prémio dos "30 Anos do Teatro Experimental do Porto". Estreada pelo Teatro "A Oficina", Guimarães.

1996, O Café Centauro. Tríptico provinciano: Cavaleiro de Nobres Sentimentos – As Invenções do Demónio,

1997, O marido ausente, Peça escrita a convite do Teatro de Portalegre, que a estreou em 1989. Traduzida em Polaco, Francês e Italiano. Escolhida para representar a dramaturgia portuguesa nas jornadas "Teatro Europeu Hoje", em 6 países (1991 a 1993), Lisboa, ed. Colibri

1997, Uma nuvem sobre a cama, comédia erótica em duas partes, Lisboa, ed. Colibri

1997, O Bobo. Versão dramática do romance de Alexandre Herculano, estreada pelo Grupo de Teatro "A Oficina", Guimarães

1998, Os Deserdados da Pátria (1988). (Ver Do Desencanto à Revolta 2003.)

1998, Fortunato e TV Glória. Peça estreada pelo Teatro Animação de Setúbal,

1998, No Mais Profundo Das Águas, romance, Lisboa, Ed. Salamandra

1999, Percurso de Poeta, poesia. Prémio Natália Correia, 1999. ed. autor, Lisboa,

1999, A Donzela das Cinzas. Estreada pelo Teatro Passagem de Nível, Alfarelos,

2000, Salomé ou A Cabeça do Profeta. Peça escrita a convite do Teatro de Portalegre, que a estreou. ed. Novo Imbondeiro, Lisboa

2002, O café centauro: tríptico provinciano, Novo Imbondeiro Editores, 2002 - 86 páginas

2002, As Suaves Luvas de Londres. Ed. Novo Imbondeiro, Lisboa

2002, O Café Centauro. Tríptico provinciano: Cavaleiro de Nobres Sentimentos – As Invenções do Demónio, *As Suaves Luvas de Londres*, ed. Novo Imbondeiro, Lisboa

2003, Do Desencanto à Revolta, conjuntamente com a peça Os Deserdados da Pátria, com a qual forma um díptico Ed. Novo Imbondeiro, Lisboa,

2003, Frente à Cortina de Enganos, romance, Inédito

2004, Arlequim nas ruínas de Lisboa, Novo Imbondeiro, Lisboa.

2006, A Paixão Segundo João Mateus Romance Quase de Cordel, ed. Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo,

2007, Para Além do Caso Maddie. Peça escrita a convite do Teatro de Portalegre,

2007, Para Além do Caso Maddie. Peça escrita a convite do Teatro de Portalegre, estreou em 2008.

2008, Memórias de Petrólio Malabar. Peça expressamente escrita para a revista Prelo, que a publicou no seu nº 8 maio - agosto de 2008.

2009, Da espiga ao espírito, Angra, in Atlântida, vol. LIV, IAC (Instituto Açoriano de Cultura)

2009, O Rosto Levantado. 1ª ed., em Algum Teatro, Câmara Municipal de Lisboa,

2009, O Rosto Levantado, Teatro CENDREV, Évora

2009, Algum Teatro, 1966-2007. Vinte peças em 4 volumes, com um longo prefácio: Apresenta-se o Autor com as Suas Peças. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.

2011, A Paixão Segundo João Mateus Romance Quase de Cordel, Angra, Instituto Açoriano de Cultura,

2011, O Bobo. Versão dramática do romance de Alexandre Herculano, Edição da Sociedade Portuguesa de Autores / Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2011

2013, Coletânea de Textos Dramáticos de Helena Chrystello e Lucília Roxo, AICL-Colóquios da Lusofonia ed. Calendário de Letras V. N. de Gaia

2013. Dois irmãos gémeos de Santa Comba e outras histórias, in Atas do 20º colóquio da lusofonia, Seia, Portugal

2014. Algum teatro na internet, in Atas do 22º colóquio da lusofonia, Seia, Portugal

Viaje aqui pelos [CADERNO DE ESTUDOS AÇORIANOS 16](#)

[3 vídeo homenagens](#)



É SÓCIO AICL.

FAZ PARTE DO COMITÉ CIENTÍFICO PERMANENTE.

AUTOR HOMENAGEADO EM 2016 E NO 4º PRÉMIO AICL AÇORIANIDADE.

TOMOU PARTE NO 1º COLÓQUIO MAIA (AÇORES) 2013, 20º SEIA 2013, 21º NOS MOINHOS DE PORTO FORMOSO (AÇORES) 2014, 22º EM SEIA 2014, 23º FUNDÃO 2015, 24º GRACIOSA 2015, 25º EM MONTALEGRE 2016, 26º NA LOMBA DA MAIA (AÇORES) 2016

[Regressar índice](#)

#### 46) PEDRO PAULO CÂMARA, ESCOLA PROF. APRODAZ, ESCRITOR, AÇORES, AICL

**PEDRO PAULO CÂMARA,**

Licenciado em Português-Inglês, pela Universidade dos Açores, com Pós-Graduação em Estudos Interculturais – Dinâmicas Insulares

É professor desde 2003, sendo, na atualidade, coordenador do Centro de Ocupação – Circum-Escolar “Farol dos Sonhos” e formador, em diversas escolas privadas, das disciplinas de Português; Linguagem e Comunicação; Fundamentos de Cultura, Língua e Comunicação e Cultura, Comunicação e Media.

É autor da obra *Perfumes* (Poesia, 2011); de *Saliências* (Poesia, 2013), e do romance histórico *Cinzas de Sabrina* (2014), sendo a sua mais recente colaboração em coletâneas *O Lado de Dentro do Lado de Dentro*, projeto que visa a promoção da leitura em ambiente prisional.

Durante o período da sua existência, foi colaborador e representante regional da revista poética A Chama – Folhas Poéticas.

Em 2011, foi galardoado com a menção honrosa no Concurso Aveiro Jovens Criador, na área de Literatura, com o conto “Madrugadas”, pela Câmara Municipal de Aveiro, e, em 2013, foi o vencedor do concurso regional DiscoverAzores, promovido pela Mirateca artes, com o conto (Re)Descobrir Açores, sendo que, desde então, tem colaborado na organização de várias iniciativas no Azores Fringe Festival e participado de diversos eventos do mesmo.

É o coordenador dos saraus poéticos “Vozes de Lava”, que contam já com duas edições, em colaboração com o Coro Polifónico de Ginetes, do qual é, também, consultor artístico.

Desde 2014, é colaborador do magazine local *O Poente*.

É, atualmente, também, o mentor da iniciativa socioeducativa e artística Cadernos de Atividades de Extensão e Dinamização Cultural, projeto este que visa promover o espírito de comunidade e educar pela arte e que está em implementação na freguesia de Ginetes, ilha de São Miguel, e que, posteriormente, irá envolver as freguesias circundantes, num processo natural de evolução.



Montalegre 2016 LOMBA DA MAIA 2016

### TEMA 3.1.: VIOLANTE DE CYSNEIROS: DE ORPHEU A “AZULEJOS” - A VIAGEM SEM RETORNO

Em casos excecionais, o sucesso e a magnificência de uma obra não se prendem com a qualidade estética do texto, com a criatividade, pertinência ou a sua intemporalidade. A literatura “*não é um panteão onde, por força de uma ordem imutável, se depositariam [apenas] os bons autores, mas sim que pode, segundo as culturas de que participa, as épocas em que se manifesta, possuir realidades múltiplas, obedecer a leis cuja importância nem sempre se avaliava*”<sup>156</sup>, ou avalia. Avaliar os parâmetros que compõem um bom livro ou um “bom autor”, carregando consigo toda a polémica e multiplicidade de possibilidades que o termo “bom” transporta em si”, é uma tarefa árdua, sendo que, todavia, importa analisar o contributo que, num determinado contexto espacial, temporal ou cultural, um definido autor concedeu e o que dele sobejou para a posteridade.

Constatámos já, previamente<sup>157</sup>, que Violante de Cysneiros havia resultado do génio artístico natural de Fernando Pessoa e da necessidade prática de Armando Côrtes-Rodrigues se *outrar*, tendo sido este último autor o responsável por alimentar o sopro de vida de Violante, durante a sua existência efémera, mas relevante e produtiva. Violante, a única *fabulosa* mulher a participar em *Orpheu*, mais propriamente no segundo número, resulta, então, de um artifício de identidade que viria a enriquecer a revista e a contribuir para a unificação de textos e autores. Todavia, a sua produção textual e as suas contribuições não findam com o encerramento material de *Orpheu*, nem com a distanciação física dos seus colegas modernistas, mas expande-se ao jornal insular *O Autónomico*, na rubrica Azulejos, de abril a dezembro de 1916. Não negamos a qualidade estética dos textos de Côrtes-Rodrigues produzidos entre 1910 e 1915, mas temos consciência de que a sua participação ativa nas publicações modernistas resulta de um conjunto de razões, mais pessoais e circunstanciais do que estabelecidas pela afinidade com uma determinada corrente estética ou filosófica, sendo que os textos produzidos e integrados nas publicações da dita corrente são, como diria Eduíno Jesus, “*um resultado do deslumbramento do poeta que, vindo de um meio naturalmente tradicionalista,*

<sup>156</sup> Gilles Quinsat, “Introdução”, Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, O Grande Atlas das Literaturas, Página Editora, 2000, p. 8

<sup>157</sup> Consultar a comunicação proferida em outubro de 2016, no 26º Colóquio Internacional da Lusofonia – Lomba da Maia, Açores, intitulada *Orpheu: o estranho caso de Violante de Cysneiros*.

conservador, apegado à lição dos mestres do passado, se viu inadvertidamente numa babilónia de ideias novas, irreverentes, iconoclastas [...]”<sup>158</sup>, alimentadas, em larga escala, pelo amigo Pessoa.

Assim, o objeto de estudo desta comunicação será, precisamente, os textos existentes no jornal supra mencionado, assinados sob o nome Violante de Cysneiros, inseridos na rubrica também acima apontada, sendo que é necessário apresentar uma ressalva e indicar duas exceções, que constituem dois textos que não serão analisados: não será considerada a contribuição de sábado, 2 de setembro de 1916, pois, embora assinada por Violante, intitulada O PASSADO – Integralismo artístico não faz parte da rubrica “Azulejos”, e o texto denominado Carta aberta ao Senhor D. Miguel de Bragança pelo Visconde de Alvaredos<sup>159</sup>, já que o mesmo, embora incluído na mencionada rubrica, surge assinado pelo próprio Côrtes-Rodrigues. São, assim, 19 os textos em estudo, análise esta assente em três vetores, para já: presença de religiosidade e de referencialidade e ausência de sensualidade.

Armando Côrtes-Rodrigues desmascara-se, paulatinamente, ao longo das contribuições em Azulejos; perde identidade Violante de Cysneiros e apresenta-se o pensamento do autor e o que representará tematicamente grande parte da sua obra e dos seus textos, desde *Em Louvor da Humildade* (1924) a *Cântico das Fontes* (1934), por exemplo. Argumentou Eduíno de Jesus que “o poeta de Horto Fechado está longe de se encontrar em *Em Louvor da Humildade*, salvo em pequenos pormenores que, de qualquer modo, não dão conta da personalidade literária total do Poeta.”<sup>160</sup> Sentimo-nos inclinados a discordar do argumento supra-apresentado, no sentido em que o substrato anímico e ideológico de ambas as obras é o mesmo. O próprio Eduíno de Jesus assume que “Armando Côrtes-Rodrigues pode ser igualmente definido por qualquer dos seus livros, embora em cada um se defina diferentemente. Quer dizer: Armando Côrtes-Rodrigues é de facto um poeta de inspiração franciscana, mas é também um «subtil simulador e cantor de sensações» e ainda muitas outras coisas.”<sup>161</sup>, como adiante explicaremos.

A maior parte dos textos de Violante pós-*Orpheu*, presentes n’ *O Autônomo*, reflete a forma como literatura e religião, sob forma de impulso ou concretização de cogitação, se completam, se provocam, se alimentam e se coordenam.

De acordo com Quinsat, “com efeito, logo que, atrás da literatura, se descobrem as literaturas, apercebemo-nos de que estas ocupam o cerne de um campo de forças no qual se formula, em cada vez, a relação do indivíduo com a comunidade e, portanto, com os valores tanto religiosos como políticos que a movem.”<sup>162</sup> Torna-se evidente, no chegar de cada edição, no então ano de 1916, a aproximação natural aos preceitos religiosos tradicionais da ilha, ou do arquipélago, um relato e manifesto apego aos costumes das gentes suas congêneres, ao que professam, ao que as envolve e as caracteriza: seja o apego à religiosidade, o catolicismo silencioso e devoto e as suas diversas manifestações, seja o espaço geográfico que envolve os insulares deste início do século.

Em sintonia com Campigoto<sup>163</sup>, citado por Eliane Kreutz Rosa, depreendemos que as fronteiras não se limitam a ser uma linha convencional que delinea um determinado espaço como forma de soberania. As fronteiras são, também, e em larga escala “os limites de espaço e cultura que os seres humanos, sujeitos às emoções, usam para marcar o seu território cultural, linguístico e identitário.”<sup>164</sup> Ainda a mesma autora, citando Meliá<sup>165</sup>, afirma que

“[...] a identidade está ligada à territorialidade e esta está ligada à cultura que, por conseguinte, é comparada a uma teia de muitos significados que o homem cria e recia constantemente. O autor conceitua cultura como um conjunto de hábitos, crenças e atitudes; e a cultura é a “pele” que habitamos e estamos envolvidos nesta “pele” que é fina, sensível e transparente e na qual sentimos as sensações.”<sup>166</sup>

<sup>158</sup> Eduíno de Jesus, Prefácio a *ANTOLOGIA DE POEMAS* de Armando Côrtes-Rodrigues, Ponta Delgada: Arquipélago, 1956, p. 6.

<sup>159</sup> Carece de investigação particular esta contribuição já que foi apurado que Manuel António Ferreira Deusdado (1858 - 1918), natural de Bragança, exilado nos Açores (onde foi professor e reitor interino do Liceu de Angra do Heroísmo, por discordar da reforma educacional implementada pelo governo de então e ocorrida no ano letivo de 1894/1895 e pela polémica que se instauraria em virtude dos vários pareceres que dera), é autor da Carta ao Senhor D. Miguel de Bragança, tendo assinado sob o pseudónimo Conde de Alvaredos, texto impresso pela Typografia Sousa & Andrade, em Angra do Heroísmo, no ano de 1904. Embora o título corresponda na íntegra, o conteúdo textual é diferente.

<sup>160</sup> Eduíno de Jesus, Prefácio a *ANTOLOGIA DE POEMAS* de Armando Côrtes-Rodrigues, Ponta Delgada: Arquipélago, 1956, p. 7.

<sup>161</sup> Idem, p. 12.

<sup>162</sup> Gilles Quinsat, “Introdução”, Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, O Grande Atlas das Literaturas, Página Editora, 2000, p. 9.

<sup>163</sup> J. A. Campigoto (2000), autor de *Hermenêutica da fronteira: a fronteira entre o Brasil e o Paraguai*. Florianópolis: UFSC.

<sup>164</sup> Rosa, Eliane Kreutz, *Literatura e Alteridade: matizes do neofantástico em Lejana*, de Julio Cortázar. UNIOESTE: Cascavel, 20??, p. 1.

<sup>165</sup> Bartolomeu Meliá (2000), autor de *Identidade en movimiento sustituciones Y transformaciones*. In: *Simpósio Nacional de Ciências Humanas*. Cascavel: Scussiatto.

<sup>166</sup> Rosa, Eliane Kreutz, *Literatura e Alteridade: matizes do neofantástico em Lejana*, de Julio Cortázar. UNIOESTE: Cascavel, 20??, p. 3.



Na verdade, é intrínseco ao ser humano interrogar-se acerca da sua identidade individual e coletiva. Assim, se o questionamento faz parte da sua essência, se é natural e constante, também o é refletir acerca do seu sentido de pertença a um determinado espaço e/ou a uma determinada comunidade. É compreensível que existam manifestos e textos técnicos que apresentem ou debatam tais tópicos, mas a literatura também vive e sobrevive da sua abordagem. Em Todorov, encontramos a resposta para tal, quando este afirma que “[...] a literatura, sabemos, existe precisamente enquanto esforço de dizer o que a linguagem comum não diz ou não pode dizer.”<sup>167</sup>

Em Azulejos, Violante não é mais, nem o poderia ser mais, um heterónimo<sup>168</sup>, ou até um pseudónimo, mas é, isso sim, um duplo que partilha, representando a realidade, da sensação angustiante do ato de viver. Refiramos que Violante apresenta-se, então, como alter-ego literário de Armando Côrtes-Rodrigues; não como personagem de um texto narrativo, onde este se revelaria indiretamente, mas como personagem autoral representativa de Côrtes-Rodrigues. É o seu olhar que lemos: a atonia que provoca a inquietação (existencial), a inquietação que se acalma na crença, a crença que se alimenta do marasmo... a supremacia da desilusão, da angústia interior, o medo e o arrepio. Não há, já, distância entre Violante e Côrtes-Rodrigues, pois verifica-se uma progressão da presença de um no outro.<sup>169</sup>

A religião revitaliza e solidifica a confiança coletiva, o sentido de pertença e a noção de comunidade. Os textos revelam a sociedade e a sociedade revela os textos. Neste caso concreto, nos textos de Violante, apesar da fragmentação territorial regional, por força de uma imposição arquipelágica, verifica-se que não há cisão identitária possível, sendo que, apesar da enumeração de festividades religiosas concretas e particulares, qualquer separação é sublimada por um sentir comum e comunitário. Não há afastamento, nem como posição, nem como reação e as imagens exibidas, as narrativas desenvolvidas, traduzem sentimentos, frequentes vezes, de forma exagerada, dramática, até, digamos, pois, que quase teatral.

Eduíno de Jesus afirma, e bem, a respeito de Armando Côrtes-Rodrigues que “[e]ste, considerado através de toda a sua obra poética, não está situado, porque a sua poesia não pode ser considerada em bloco, antes em cada livro de per si, cada um diferente dos mais, mas nenhum menos importante que os outros, embora cada um situado diferentemente.”<sup>170</sup> O mesmo se poderá proferir acerca da prosa publicada no jornal, já que, numa atitude de distanciamento e observação, é necessário proceder a um isolamento do objeto analisando, embora mantendo a consciência de que este faz parte de um todo.

Philippe Hamon defende que “não existem sociedades sem normas e, portanto, sem distinções de valores” -dados empíricos exteriores à obra -, pelo que não será “descabido perceber que o autor possa estar sujeito aos sistemas de valores políticos e morais”<sup>171</sup>, encerrado na ou condicionado pela problemática metafísica do verdadeiro e do falso, “[d]o bem e [d]o mal, [d]o permitido e [d]o proibido [...]”, mesmo que estes não se apresentem “[...] sob forma de antíteses absolutas ou dicotomias maniqueístas.”<sup>172</sup> Tal afirmação justifica, em certa medida, a orientação de Côrtes-Rodrigues, já que parte dos textos em análise, na exploração de temas piedosos, assume a forma de prosa religiosa, sendo que os restantes, não sendo síncries, completam e contextualizam o exposto, pelo enquadramento espacial e etnográfico.

Exemplifiquemos. Atente-se nos vocábulos e, por consequência, nos campos lexicais oferecidos por Violante de Cysneiros aos leitores de *O Autônomo* do início do século XX, apenas, para já, debruçando o olhar e a análise sobre os títulos de algumas das suas participações textuais; sendo que, *posteriormente*, escrutinados serão determinados conteúdos.

<sup>167</sup> Tzvetan Todorov, Introdução à literatura fantástica. São Paulo: Perspectiva S.A, 1975, p. 27

<sup>168</sup> Verifique-se que a criação e utilização de um pseudónimo não implica nenhum constrangimento ou dilema no que diz respeito à autoria do texto nem à consideração do mesmo ser literário ou extraliterário, já que o autor almeja mascarar a sua identidade. A heteronímia é, todavia, bastante mais complexa, no sentido em que um outro autor é criado, com características, distintas do autor original, sejam estas emocionais, ideológicas, experienciais, com uma determinada forma de pensar, sobre si e o Outro, e de expressar esse pensamento diferenciada da do seu criador. É, obviamente, um artifício artístico, mas mais elaborado do que uma mera estratégia ilusória.

<sup>169</sup> Citando Rui Sousa, a partir do texto Nos Bastidores do “Drama em Gente”, “[s]eria ainda interessante ter em consideração os ecos deste debate [heterónimo vrs pseudónimo] em contextos distintos, como o prefácio em que Eduíno de Jesus apresenta a poesia de Armando Côrtes-Rodrigues e, referindo-se a Violante de Cysneiros, observa que foi o próprio poeta a fazer a transição do termo “heterónimo”, utilizado na reimpressão dos poemas no volume Cantares da Noite, em 1942, para “pseudónimo”, opção tomada aquando da elaboração da Antologia de Poemas de Armando Côrtes-Rodrigues, de 1956. A este respeito, comenta o prefaciador: “Violante de Cysneiros é um pseudónimo. Enquanto os heterónimos de Pessoa e de Machado se explicam por uma espécie de desdobramento de personalidades literárias, [...] Violante de Cysneiros é um nome suposto do poeta Armando Côrtes-Rodrigues. Uma circunstância, que nada tinha que ver com a questão da personalidade, o determinou” (Jesus, 1989: 40).” Alfredo Margarido, por sua vez, estudioso também de Violante, integra-a no universo de heterónimos pessoanos. (SOUSA, p. 141).”

<sup>170</sup> Eduíno de Jesus, Prefácio a *ANTOLOGIA DE POEMAS* de Armando Côrtes-Rodrigues, Ponta Delgada: Arquipélago, 1956, p. 5

<sup>171</sup> Philippe Hamon, Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, O Grande Atlas das Literaturas, Página Editora, 2000, p. 60.

<sup>172</sup> Ibidem, p. 61

Nas contribuições de 13 e de 14 de junho, são referidos dois santos da Igreja Católica, nomeadamente Santo António e São João, em “Santo António de Lisboa” e “Noite de São João”, e, indiretamente, em setembro<sup>173</sup>, outro, nomeadamente São Francisco de Assis, como se perceberá pelo conteúdo, de em “A morte de um santo”; sendo que, em agosto, há referência, ainda, ao Senhor da Pedra<sup>174</sup>, festividade típica de Vila Franca do Campo. Esta afeição à festividade desenvolvida na sua terra natal é quase como que natural e intrínseca a Côrtes-Rodrigues, sendo este o autor do hino,

*“Neste passo afrontoso da Paixão,  
Desse trono de luz e de glória, ó Deus,  
Protegei, ó Bom Jesus da Pedra,  
A nossa Vila e mais os filhos seus.*

*Nossos pais nos legaram esta fé,  
Que queremos manter sempre firme em Vós,  
Coração de infinita ternura,  
Dai-nos perdão e amparo a todos nós.*

*Nesta vida em tormentos sem ter fim,  
Que podemos Jesus sem o Vosso amor,  
Escutai a nossa prece ardente,  
Pois só em Vós esperamos, ó Senhor.”*

com letra dos anos 50, sendo a composição musical de 1890, da autoria de Guilherme Cabral.

A experiência dos seus primeiros anos acabaria por marcar profundamente a sua vida e a sua produção literária, mesmo que sob o nome de Violante. Repare-se que o próprio Côrtes-Rodrigues regista na sua correspondência

*“Naquele tempo [o tempo da sua infância] a Vila tinha um ar fundo de Convento. O silêncio nas ruas era quase claustral. As únicas manifestações coletivas eram as religiosas. Tudo andava à volta disso e a vida decorria entre a casa e a igreja. (...) A nossa primeira casa tinha um forte sabor religioso para o que bastava já a presença da freira franciscana e a proximidade da igreja do Hospital com a imagem do Senhor da Pedra, cujas joias eram cuidadas lá em casa, no arranjo da cana e da coroa de espinhos para a sua festa que foi sempre a segunda da ilha”<sup>175</sup>*

Ademais, argumentou Eduíno de Jesus que para o autor “[...] fundamentalmente católico, a alma durante esta vida terrena, encontra-se em um estágio entre Deus, de que provém, e o mesmo Deus, a que, depois da morte do corpo, retornará [...]”, sendo que é manifesta “[...] a influência do meio insular, determinado pelas grandes solidões marítimas [...]”, paradigma que “[...] envolve a expressão de religiosidade de Armando Côrtes-Rodrigues de um véu de cores locais.”<sup>176</sup> Violante sorve e expõe esta insularidade

<sup>173</sup> Consideramos pertinente o facto do texto sobre a vida e morte de Francisco de Assis ter sido publicado em setembro, pois a sua morte assinala-se a 3 de outubro (1182-1226), tendo sido alvo de uma rara rápida canonização apenas dois anos depois da sua morte, a 16 de julho de 1228, pelo Papa Gregório IX.

<sup>174</sup> De acordo com a informação disponível no sítio online da Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo (<http://www.scmvfc.pt/index.php/cult/cult/main>) a imagem representa “o “Ecce Homo”, o Cristo coroado de espinhos, sentado numa pedra. As festas em honra do Senhor Bom Jesus da Pedra estão sob a alçada da Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo. Consta, do arquivo da Santa Casa da Misericórdia, o manuscrito que dá conta do reconhecimento e da autorização papal, em 1903, das festividades que já se realizavam.

<sup>175</sup> Eduíno de Jesus, Prefácio a *ANTOLOGIA DE POEMAS* de Armando Côrtes-Rodrigues, Ponta Delgada: Arquipélago, 1956, p. 15

<sup>176</sup> Idem, pp. 36-37.

e a tendência religiosa dos ilhéus. No que se refere a um manifesto pendor religioso, deste modo, não se extinguem, por aqui, as referências, já que a sua contribuição inicial, em abril de 1916, a título ilustrativo, é dedicada às (e intitulada de Romarias I) romarias quaresmais<sup>177</sup>.

I - Romarias<sup>178</sup>

*“Romarias... E a voz dos Romeiros é a Alma da Paisagem no espanto de se sentir acordada e vibrante.*

*Andaram saudades nos meus olhos naquele entardecer em que a fila dos peregrinos era um rosário vivo no verde calmo dos montes e em que a ermidinha era mais branca sob o azul do céu que desmaiava.*

*E na paz religiosa da tarde os ecos acordaram para dizerem a anciã amargurada das orações que lá iam subindo.”*

[...]<sup>179</sup>

É possível verificar nos escritos de Violante de Cysneiros publicados no jornal mencionado, uma notória mudança de registo relativamente a *Orpheu*, agora de pendor bastante mais religioso e bucólico, e do uso da linguagem, como já adivinhava Pessoa que acontecesse quando escrevia, no mesmo texto em que justificava a ausência de contributo de Côrtes-Rodrigues para o terceiro número da revista:

*“Aqui lhe deixamos, num abraço, a expressão da nossa camaradagem de sempre; e o perpetrador destas linhas, velho amigo seu, acrescenta a ela o desejo de que Côrtes-Rodrigues se não embrenhe demasiado, como de há tempos se vai embrenhando, no catolicismo campestre, pelo qual facilmente se aumenta o número de vítimas literárias da pièguice fruste e asiática de S. Francisco de Assis, um dos mais venenosos e traiçoeiros inimigos da mentalidade ocidental.”<sup>180</sup>*

Repare-se que este tema, a título de exemplo, será repescado e reutilizado na obra *Em Louvor da Humildade*, de 1924, na composição lírica intitulada Romeiros<sup>181</sup>

*“Céu de chumbo! Escuta... Ave*

*Maria, cheia de graça...*

*No seu cantar arrastado*

*A romaria lá passa...*

*Acordam ecos da serra,*

*Ó quanta fé nessa voz!*

*Numa toada dolente:*

*Mãe de Deus, rogai por nós!*

*Ao escutá-la, comove-se*

*O coração. Que tristeza.!*

*Anda naquelas palavras*

*Toda a dor da Natureza.”*

[...]

<sup>177</sup> Gaspar Frutuoso, na obra *Saudades da Terra*, Livro IV – Açores: São Miguel, de final do século XVI, que corresponde a um profundo estudo sobre a Macaronésia, regista já a existência das romarias e a sua origem. Neste, indica que estas romarias em particular terão tido origem após o terramoto de 1522, que destruiu Vila Franca do Campo, a então dita capital da ilha de São Miguel, e a partir de uma procissão de ação de graças. A repetição desta procissão seria convertida e traduzida posteriormente em romaria quaresmal, como estratégia humana de regeneração da alma e de penitência, com a duração de uma semana, ao redor da ilha, no sentido do sol, visitando lugares de culto de invocação mariana.

<sup>178</sup> Violante de Cysneiros, *Romarias I*, rubrica *Azulejos*, in *O Autónimo*, Vila Franca do Campo, sábado, 12 de maio de 1916, n. 883. A partir deste ponto, todas as referências e citações de *Azulejos* apresentarão, de seguida, a indicação do título e ordem de contribuição.

<sup>179</sup> Nesta mesma data, neste jornal, na mesma página, Côrtes-Rodrigues publicaria um texto-homenagem ao já falecido Mário de Sá Carneiro, seu amigo e companheiro de escrita, intitulado “À Memória do Poeta Sá-Carneiro”.

<sup>180</sup> *Textos de Crítica e de Intervenção*. Fernando Pessoa. Lisboa: Ática, 1980. p. 227. in <http://arquivopessoa.net/textos/646>

<sup>181</sup> *Eduíno de Jesus* (Seleção e Prefácio) *ANTOLOGIA DE POEMAS* de Armando Côrtes-Rodrigues, Ponta Delgada: Arquipélago, 1956, p. 145

Não há afastamento expressivo ou ideológico entre a Violante de Azulejos e o sujeito lírico de *Em louvor da Humildade*, embora a publicação imponha uma separação de 8 anos. Não só o tema é comumente abordado, como é tratado da mesma forma e com o mesmo vocabulário. Em ambos, se apresenta uma manifestação religiosa particular, realçando-se a voz, o canto dolente e arrastado, ecoando na paisagem, sendo que a própria natureza, capitalizada, é a representação material da tristeza da oração, ora pelo “céu de chumbo”, ora pela Natureza se manifestar, de forma vibrante e acordada, na voz dos romeiros.

Verifica-se nos textos em análise, salvo raras exceções, uma estética do pessimismo, quase como se o próprio pessimismo, mais do que uma marca textual, uma condição de vida ou uma condicionante do quotidiano, fosse a própria filosofia de existência do sujeito. Esta disposição do espírito condiciona os conteúdos e a melancolia, o desânimo, o tédio e o desencanto para com a vida são refletidos em expressões como “No castelo do sonho a princeza morrerá.” e “Depois foram longas tristezas dos longos dias de martírio.” (III- Alvorecer, maio); ou “Na lareira [...] as últimas brazas morreram lentamente... E a Fome veio sentar-se no lar onde a miséria colhe as derradeiras alegrias [...]” (IV- Lar sem pão, junho), ou, ainda, “Para uma angústia sinistra na vastidão dos campos. [...] Rosas desmaiam nos canteiros perturbadas pelo seu próprio aroma. [...] A Hora pesa numa realidade fatídica.” (XI – Ladainha no Meio-dia, agosto).

É, pois, uma psique derrotada e abalada pela “[...] melancolia do poente” onde “anda a penumbra esbatendo a forma viva das coisas” (VIII- A Vida e a Arte), mesmo em dias de festa em que “[...] a apoteose do Sol, erguido sobre as montanhas na grande bênção matinal [...]” é antecedido pela “[...] agonia lenta das irmãs estrelas, muito além, no céu desmaiado e frio da madrugada [...]” num “[...] martírio obscuro [...]” de quem “[...] ninguém se apercebeu [...]”. (II- Dia de Festa, maio), como doença que corrói o Ser, física e espiritualmente, derrotando-o. Violante embarca, então, em meditações sobre o transcendente e a moral, o enigmático e o nebuloso, como o próprio clima, aquilo que é inatingível e invisível ao olhar do mortal, pecador.

O campo das emoções é, regra geral, minado pela negatividade sobranceira: os defeitos, o(s) silêncio(s), a(s) escuridão(ões); os campos despidos, a penumbra que envolve as gentes e a natureza, os próprios ritos que perpetuam a dor e a autocomiseração. É intrínseca esta negatividade alimentada aos poucos.

O Dia de Finados (XVIII – Dia de Finados, novembro), assinalado a 2 de novembro, é apresentado, oportunamente, e a natureza reflete o caráter consumido e mortificado da data que visa celebrar quem já expirou: “Céu de chumbo [...]”. Chove, a “[...] água barrenta [...]”, da lama que se agrega à corrente, corre ribeira abaixo; o nevoeiro negro invade o olhar e a espuma decora “[...] a superfície azul [...]” do mar, seguramente bravio e inóspito.

É a Morte quem traz notícias de uma outra Vida, pois na tradição cristã, e nesse catolicismo profundo, apenas se acede à vida eterna pela morte física, enquanto do Céu cai a tristeza, como chuva de inverno, e o vento “[...] anda rezando a ladainha dos mortos.”

Nem no seu texto de despedida da rubrica, Natal (dezembro), aquele que haveria de ser a sua última contribuição para *O Autónimo*, no longínquo dezembro de 1916, se Violante expressa felicidade, ou um momento natural de descomprometido contentamento, naquela que poderia ser uma época festiva. Dividido em dois breves, mas intensos, parágrafos, Violante ignora o Natal presente e embrenha-se no “Natal da [sua] infância”. A saudade, neste caso quantificada, mesmo que em abstrato, pela pluralização do vocábulo, materializa-se nos “bonecos do [seu] presépio<sup>182</sup>”, símbolo natalício, representação simples do nascimento de Cristo, mas repleto de significado por apresentar a grandiosa humildade do seu nascimento, mas também, a noção de união, comunhão e convergência: na pobreza, uma mãe dá à luz um filho, em um ambiente de amor e dedicação, segurando-o amavelmente nos seus braços.

Violante inicia o segundo parágrafo de Natal aludindo a uma figura feminina metafísica “[...] Aquella que nunca [naquela] noite de Natal a [tivera] nos seus joelhos”. De facto, nunca joelhos alguns seguraram Violante de Cysneiros; nem o corpo de Violante se sentaria em alguns joelhos. Porém, Armando Côrtes-Rodrigues também não se sentaria ao colo de sua mãe, como humano e mundano menino Jesus insular, pela morte desta aquando do seu nascimento. Está, assim, transposto o escritor, a sua experiência vivencial para Violante e para o texto que ela assina.

Ainda em Natal, se as saudades bonecos são, as lágrimas são espelho que formam “o lago do pescador solitário.” Côrtes-Rodrigues é o próprio pescador solitário que recorda uma beleza que nunca viu, que é uma memória de algo que nunca teve, como se constata na passagem “recordar uma beleza que revive no encantamento do meu Sonho”. Do Sonho, extrai a ternura de que necessita para acalmar a dor e para, assim, consumir o descanso, já que “[...] nesta ternura que de ti me vem, as minhas dores adormecem-me tranquilamente no regaço. E é como se Ella me tomasse nos seus braços e me adormecesse [...] cantando a alegria serena d’ esta noite de mistério e d’amor.” Está e estará, sempre, incompleta esta noite.

<sup>182</sup> No século XIII, São Francisco de Assis, haveria de recriar o presépio, através de uma encenação, nos moldes em que hoje o conhecemos.



Em escritos posteriores verificamos, novamente, o elo entre Violante e Côrtes-Rodrigues, que sumariam o que aqui se afirma e defende. Em “Cantiga do Natal”, de 1959, o poema-quadra revela-o: “Saudade de almas em sonho, / Enleios que o tempo fez... / Este encanto do Natal / É ser menino outra vez.”<sup>183</sup>, tal como em “Canção do Natal Triste”: “Vens de mansinho, / pela calada, / abres os braços, não dizes nada. [...] Vens de tão longe... / És a Saudade/ deste presépio/ da mocidade. [...] Natal alegre, / berço quentinho! / Triste Natal / de ser sozinho.”

Por sua vez, no que diz respeito à sensualidade e à carnalidade, estas estão presentes nos poemas de *Orpheu*, criação de Violante, pela auto representatividade feminina, bem como pela visão erótico-sensual, no ato sensitivo e físico de proceder à dança do corpo. Conceitos como amor, poesia e erotismo, estão, desde sempre, ligados à literatura e surgem, pois, frequentemente associados à figura feminina, como podemos constatar, a título ilustrativo, nas diversas cantigas de amor da Idade Média e na visão petrarquista de mulher, no humanismo italiano, que se disseminaria pela Europa. A mulher é representada (e representa-se) ostentando uma imagem sensual e erótica, em textos em que a própria ideia de sedução e encantamento surge associada à exaltação do corpo feminino e da formosura da mulher, seja esta física e psíquica, isto é, tanto no que diz respeito às evidências corpóreas como aos fenómenos emocionais e psicológicos, caso de algumas composições de Camões, se quisermos ter em conta literatura nacional, mas universal.

Na poesia modernista, a mulher figura feminina aparece dotada de voluptuosidade, como origem de desejo, mulher carnal, feminina, sensual. Como referiu Eduíno de Jesus, a sensualidade presente nos textos que compunham a contribuição de “a mulher que nunca foi”<sup>184</sup> no segundo número da revista *Orpheu*, dissipou-se. “A mulher que nunca foi”, desvanecer-se-ia e, se em *Orpheu* se destaca a delicadeza e singeleza de uma tranquila, mas fecunda, tarefa feminil (“Há pouco quando bordava / Picou-me a ponta dos dedos / A agulha com que bordava [...]”<sup>185</sup> manchada pelas gotas rubras do sangue que escorre das veias, já que a criatividade contém os seus riscos; se, em *Orpheu*, Violante se metamorfoseia, e ganha vida, em Salomé atuante, dançante, sensual (“Ergui-me em curva e de pé/ do meu corpo fiz sentidos [...] Presente no meu olhar, / Eu fui Outra Salomé / Feita de mim a dançar.”), ser que apenas se completa mediante a fusão do sentir-Se viva e bailante, livre e espontânea, representando e fazendo uso da sua volumetria, como podemos observar nos versos dedicados a Alfredo Pedro Guisado: “Dancei... Dancei... E o Ver-Me / Toda de curva e de pé / Era o sentido de Ser-Me.”; se, em *Orpheu*, no poema dedicado ao próprio Armando Côrtes-Rodrigues, Violante corporiza a sua duração e a sua presença “De há dois annos”, pela descrição das suas mãos “esguias”, que acolhem carinhos, e das suas unhas “cor de rosa”, onde aplica a pomada que alguém, antes, punha, e as vai polindo, nesse gesto continuado marcado pelo gerúndio; em Azulejos a atitude feminina é de contemplação pura, de súplica e penitência. A mulher queda-se perante o movimento masculino, perante a voz masculina, perante a presença masculina, colocando em evidência marcas culturais e sociais do passado e do presente de uma sociedade marcadamente patriarcal, como acontece com a rapariga, como tantas outras, que assiste à passagens dos ranchos de romeiros: “E nos grandes olhos tristes d’aquella rapariga que passa, desfiando o seu rosário de amarguras [...]” (I- Romarias); ou com a mãe-esposa que assiste à entrada da Fome porta adentro: “Ella [a mãe] viera sentar-se defronte, mais constrangida ainda por aquelle longo silêncio que a abafava como um martírio maior” (IV – Lar sem pão, junho), enquanto o marido “remexe o barrete nas mãos nervosas.” A mulher queda-se perante o sofrimento, a inevitabilidade do fenecimento e a miséria, como visível em “Passam as horas da nossa vida como a brevidade triste desse poente. E os sonhos cahem como as folhas secas lentamente ao sopro da desilusão. Tudo envelhece de tédio ou de abandono. [...] Ficamos na penumbra das nossas sensações contraditórias, somos a caravela parada em calmaria no mar do sonho que se não vive.” (XVII – Carta para longe<sup>186</sup>, outubro).

Nos poemas de *Orpheu*, há movimento, há ação ora no bordar, ora no dançar, ora no polir das unhas, ora no erguer-se, ora no curvar-se, sendo que esta dicotomia última alternada compõe a sua existência e a justifica, já que é o “espelho dos [seus] sentidos.” Em Azulejos, vive-se no campo da estaticidade e do sonho, que não é perfeito e que se desvanece, “em que o silêncio da morte devora[me] a alma” e em que, quase onnipresentemente “[p]aira uma imensa tristeza nesta hora apagada em que a paisagem perdeu o encanto da sua cor.” (XIII – Lição dos velhos tempos, setembro).

<sup>183</sup> Eduíno de Jesus (Seleção e Prefácio) *ANTOLOGIA DE POEMAS* de Armando Côrtes-Rodrigues, Ponta Delgada: Arquipélago, 1956, p. 110.

<sup>184</sup> “A mulher que nunca foi: para um retrato biográfico de Violante de Cysneiros” / Anna Klobucka. In: Revista Colóquio/Letras. Ensaio, n.º 117/118, set. 1990, p. 103-114.

<sup>185</sup> *Orpheu* 2, p. 57.

<sup>186</sup> Na obra *Em Louvor da Humildade*, de 1924, Armando Côrtes-Rodrigues haveria de atribuir o título “Carta para longe” a um dos seus poemas, do qual transcrevemos uma quadra: “Depois que daqui saíste / Nunca mais houve alegria / Que no céu da nossa vida Veio a noite e foi-se o dia.”

As obras de Côrtes-Rodrigues espalhar-se-ão, decerto, por diversas estantes, sob diversas catalogações, em género ou conteúdo, e a sua obra sobrevive dessa heterodoxia etnográfica e literária, sendo que, frequentemente, nos seus textos, as margens, ou fronteiras que deveriam isolar cada termo estão diluídas. Reconhecemos que, tal como Eduíno de Jesus,

“[...] de Armando Côrtes-Rodrigues não se pode dizer, [...] que é um «subtil simulador e cantor de sensações», porque isso é apenas definir o poeta de Orpheu; que é um poeta de inspiração etnográfica, porque isso é apenas definir o poeta de *Em Louvor da Humildade*; que é um poeta de inspiração franciscana, porque isso é apenas definir o poeta de *Cântico das Fontes*; e assim por diante definindo o poeta conforme cada um [...] dos seus ciclos evolutivos.”<sup>187</sup>

Em Côrtes-Rodrigues e em Violante de Cysneiros, poesia e prosa fundem-se, literatura e etnografia combinam-se, tal como se fundem o ser-criador e o ser-criado. Na sua produção, verifica-se uma sobreposição de papéis, já que o escritor, poeta ou dramaturgo, é simultaneamente, o etnógrafo. Não há desvinculação de um em relação ao outro ou anulação de um em detrimento do outro. Todo o potencial criativo é colocado ao serviço da expressão literária e etnográfica, numa atitude crítico-criativa de produção interdisciplinar. Uma perspetiva mais conservadora ou imutável consideraria essa fusão um enfraquecimento, mas o próprio Ítalo Calvino, em *Ensaio sobre Literatura e Sociedade*, aborda as possibilidades de prováveis trânsitos entre campos distintos. Verifica-se, em prol da criação artística e do registo etnográfico, e daquilo que de mais pessoal ou universal ambos os registos transportam, a valorização da vivência, da experiência, do contextual e do temporal.

Quinsat constata que o “[...] o leitor é parte ativa visto que é conduzido a desenvolver a pluralidade de significados ocultos pelo texto [...]” e que “todo o texto viaja [...] também fora das fronteiras geográficas e linguísticas em que surgiu. O tempo vem, por sua vez, enriquecer o seu significado.”<sup>188</sup> Ao longo das últimas décadas, os textos de Armando Côrtes-Rodrigues têm sobrevivido e têm ganho novos significados, à luz de diversos olhares, como o nosso, e à luz de novas abordagens.

Existe consciência histórica e a construção dessa realidade passa, também, pela expressão escrita da mesma e pelo seu registo. Desta forma, “[...] analisando a linguagem e a forma como são articuladas as referências e questões específicas desse contexto, pode[mos] reconstruir esse outro tempo, ganhando conhecimento de situações, detalhes e circunstâncias.”<sup>189</sup> E, nesse sentido exato, Violante cumpriu a sua missão. Os textos pós-Orpheu de Côrtes-Rodrigues, da prosa, ao teatro, percorrendo os meandros da poesia, exibem uma panóplia de temáticas religiosas e rurais que se enquadram naquilo que poderíamos denominar de abordagem franciscana e de lirismo popular. A Violante, de Azulejos, embora escrevendo em prosa, apresenta ambos, contaminada pelo seu criador.

## Bibliografia

- AIRES, Fernando (2002), *(Prefácio e Notas) Armando Côrtes-Rodrigues e Eduíno de Jesus – Correspondência*. Ponta Delgada: Museu Carlos Machado.
- ALMEIDA, Onésimo Teotónio (1983), *A questão da literatura açoriana: recolha de intervenções e revisitação*. Angra de Heroísmo: Secretaria Regional de Educação e Cultura.
- ALMEIDA, Onésimo Teotónio (1989), *Açores, Açorianos, Açorianidade – um espaço cultural*. Ponta Delgada: Signo.
- BARRETO, José (2011), “António Ferro: Modernismo e Política”; in *Portuguese Modernisms: Multiple Perspectives on Literature and the Visual Arts*, Londres: Legenda, p. 135-154.
- BARRETO, José (2015), “O ano do Orpheu em Portugal”, in 1915 – O Ano do Orpheu, Lisboa: Tinta-da-China.
- BARTHES, Roland (1990), *O Óbvio e o Obtuso*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira
- BÉRNARDEZ, Enrique (1982), *Introducción a la Lingüística del Texto*. Madrid, Espasa-Calpe
- CALVINO, Ítalo. 2003 [1995], *Ponto Final. Ensaio sobre Literatura e Sociedade*. Lisboa: Teorema
- CARVALHO, Ruy Galvão de (1988), *Poetas dos Açores*. Angra do Heroísmo: Direção Regional dos Assuntos Culturais/Secretaria Regional da Educação e Cultura.
- CÔRTEZ-RODRIGUES, Armando (1953), *Horto fechado e outros poemas*. Porto: Imprensa Portuguesa.
- DIEGUES, António Carlos (1998), *Ilhas e mares: simbolismo e imaginário*. São Paulo: Hucitec.
- ENES, José (1982), *Estudos e Ensaio*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- FERREIRA, Manuel (1999), *Açores: origens, raízes e história*. Ponta Delgada.
- FERRO, António (Editor) (1915), *Orpheu: revista literária*. Volume 1.
- FISCHER, Gustave-Nicolas (1994), *A psicologia social do ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget,

<sup>187</sup> Eduíno de Jesus (Seleção e Prefácio) *ANTOLOGIA DE POEMAS* de Armando Côrtes-Rodrigues, Ponta Delgada: Arquipélago, 1956, p. 8.

<sup>188</sup> Gilles Quinsat, “Introdução”, Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, O Grande Atlas das Literaturas, Página Editora, 2000, p. 9.

<sup>189</sup> Philippe Hamon, Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, O Grande Atlas das Literaturas, Página Editora, 2000, p. 60.

- FREITAS, Vamberto (1992), *O imaginário dos escritores açorianos*. Lisboa: Edições Salamandra.
- JESUS, Eduíno (1956), *de (seleção e prefácio) Antologia de poemas de Armando Côrtes-Rodrigues*. Coleção Arquipélago. Coimbra Editora: Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- KLOBUCKA, Anna "A mulher que nunca foi: para um retrato biográfico de Violante de Cysneiros" in: *Revista Colóquio/Letras*. Ensaio, n.º 117/118, set. 1990, p. 103-114.
- NEGREIROS, José de Almada (2015), *Orpheu, 1915-1965*. Lisboa, Ática.
- NEMÉSIO, Vitorino (1929), *O Açoriano e os Açores*. [S. l.]: Renascença Portuguesa.
- PEIXOTO, José Luís (2003), *Diário de Notícias*.
- PESSOA, Fernando (Bernardo Soares) (1997), *Livro do Desassossego*, Lisboa, Assírio e Alvim.
- PIZARRO, Jerónimo, (2015), "Orpheu, uma revista-manifesto", *Revista Desassossego*.
- RAPOSO, Hipólito (1942), *Descobrimos ilhas descobertas*. Porto: Edições Gama.
- SÁ-CARNEIRO, Mário (2001), *Cartas de Mário de Sá-Carneiro a Fernando Pessoa*, Lisboa, Assírio e Alvim.
- SACHET, Celestino (Org. e Notas) (1998), *A Lição do Poema – Cartas de Cecília Meireles a Armando Côrtes-Rodrigues*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- SOUSA, Rui, (2015), "Nos Bastidores do Drama em Gente": etapas da evolução dos Heterónimos à luz da correspondência órfica", in: *Pessoa Plural: A Journal of Fernando Pessoa Studies*, n.º 7, p. 132-159
- SERRÃO, Joel (intr.) (1985), *Cartas a Armando Côrtes-Rodrigues*. Lisboa: Livros Horizonte.
- TODOROV, Tzvetan, (1975), *Introdução à literatura fantástica*. São Paulo: Perspectiva S.A.
- <http://arquivopessoa.net/>

VIAJE AQUI PELO [CADERNOS DE ESTUDOS AÇORIANOS #32](#)

SÓCIO DA AICL.

PARTICIPOU NO 22º COLÓQUIO SEIA 2014, 25º EM MONTALEGRE 2016, 26º NA LOMBA DA MAIA (AÇORES) 2016

[Regressar índice](#)

#### 47) ROLF KEMMLER, UTAD VILA REAL – ALEMANHA, ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA, ACL E AICL - ORGANIZAÇÃO



Montalegre 2016 MACAU 2011 LOMBA DA MAIA 2016 MOINHOS DE PORTO FORMOSO 2014

ROLF KEMMLER, tendo nascido em Reutlingen (Alemanha) em 23 setembro de 1967, é professor auxiliar convidado na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD, Vila Real), membro permanente do Centro de Estudos em Letras (CEL) da UTAD e do Centro de Linguística da Universidade do Porto (CLUP, Porto).

Agregado em Ciências da Linguagem pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro em 9 de abril de 2014, é Doutoramento na área das Ciências da Linguagem e da Literatura (Dr. phil.) pela Universidade de Bremen desde 2005 (Alemanha), com a tese intitulada «A *Academia Orthográfica Portuguesa* na Lisboa do Século das Luzes: Vida, obras e atividades de João Pinheiro Freire da Cunha (1738-1811)», publicada em 2007.

Formou-se como *Magister Artium* (M.A.) em Filologia Românica em 1997, com uma tese intitulada «Esboço para uma História da Ortografia Portuguesa» (publicada em 2001 como artigo na revista *Lusorama* sob o título «Para uma História da Ortografia Portuguesa: o texto metaortográfico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911»).

Com vasto número de publicações originais desde 1996, que se debruçam sobretudo a questões pertencentes à historiografia linguística, é especialista nas áreas da história da ortografia da língua portuguesa desde o século XVI até ao século XXI e da história das tradições gramaticográficas portuguesa e latino-portuguesa dos séculos XVI-XIX.

Mais recentemente, tem-se dedicado ainda ao estudo de aspetos da literatura de viagens anglófona novecentista sobre os Açores e à investigação sobre o papel da Galiza dentro da Lusofonia. Pertence a um número considerável de associações e agremiações científicas de relevo nacional e internacional.

Para além disso, é sócio do Instituto Cultural de Ponta Delgada (Ponta Delgada, São Miguel, Açores), do Instituto Açoriano de Cultura (Angra do Heroísmo, Terceira, Açores) e da Associação Cultural Pró-Academia Galega da Língua Portuguesa (Galiza).

É sócio fundador da Associação Alemã de Lusitanistas (Frankfurt, Alemanha) e Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia.

Em 2016 tornou-se **SÓCIO CORRESPONDENTE ESTRANGEIRO DA ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA**



BRAGANÇA 2010 MACAU 2011 GRACIOSA 2015 LOMBA DA MAIA 2016

## TEMA 2. O GOLPE CONTRA A PLURALIDADE ACADÉMICA DE IDEIAS DENTRO DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, ROLF KEMMLER (VILA REAL)\*

### 1 INTRODUÇÃO

Como é sobejamente sabido, desde a sua fundação em 1779, a Academia das Ciências de Lisboa tem diversificado os seus interesses científicos em várias áreas do saber humano, desde as ciências 'puras e duras' até aos aspetos mais variados que pertencem às Humanidades. Desde a fundação da Academia, a discussão da 'ciência' tem sido feita democraticamente nas sessões das respetivas classes, na mais perfeita igualdade dos sócios presentes.

Ao considerarmos que a ortografia da língua portuguesa é um assunto marcadamente linguístico, convém constatar que hoje, dentro do quadro humano da nossa Academia portuguesa, as Ciências da Linguagem, do ponto de vista estatutário só têm cabimento dentro da '2.ª secção — Filologia e Linguística', a qual, conforme reza o artigo 10.º dos

\* Sócio Correspondente Estrangeiro da Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa (ACL), investigador do Centro de Estudos em Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) e do Centro de Linguística da Universidade do Porto (CLUP).



nossos *Estatutos* (2015: 5689), conta com cinco sócios efetivos e 10 sócios correspondentes nacionais, dos quais – obviamente – nem todos forçosamente são supostos de possuírem qualquer competência científica em Ciências da Linguagem.

Assim, atualmente (e sem desprestigiar os eminentes filólogos nela reunidos), a 2.ª secção da Classe de Letras só conta com dois sócios efetivos com sólida formação e doutoramento em Ciências da Linguagem, que possuem currículo científico sério dedicado à matéria em apreço. Estou a referir-nos aos confrades João Malaca Casteleiro, sócio correspondente desde 15 de março de 1979 e sócio efetivo desde 27 de novembro de 1997 e Telmo dos Santos Verdelho, sócio correspondente desde 31 de maio de 2010 e sócio efetivo desde 23 de fevereiro de 2016.

## 2 O GOLPE: A PREPARAÇÃO NOS BASTIDORES

Depois da aprovação dos novos Estatutos da Academia através do Decreto-lei n.º 157/2015, de 10 de agosto, foi no plenário de 17 de dezembro de 2015 que Artur Anselmo de Oliveira Soares (que tinha sido eleito sócio correspondente da 1.ª Secção – Literatura e Estudos Literários em 23 de julho de 1992 e sócio efetivo em 17 de junho de 1999) chegou a ser eleito como Presidente da Academia e Presidente da Classe de Letras, pela primeira vez para um triénio, ou seja, para 2016 até 2018. Como já antes era presidente do Instituto de Lexicologia e Lexicografia da Língua Portuguesa (ILLLP), arrogando para si, quando achou conveniente, os louvores da responsabilidade pelo *Vocabulário Ortográfico Atualizado da Língua Portuguesa* académico de 2012 (ACL 2012). Assim, a poucos dias de fazer 77 anos, Artur Anselmo atualmente detém as rédeas do poder na Academia de forma absoluta. Como académico que não possui formação específica nem entende mais sobre a matéria do que o utente médio do sistema gráfico português, o académico e cidadão Artur Anselmo nunca escondeu o seu desprezo pelo *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* (1990) ou pelos académicos que o promoveram. Ainda antes da sua eleição como Presidente da Academia, promoveu, nos dias 9 e 10 de novembro de 2015, um colóquio intitulado «Ortografia e bom-senso», do qual esperava algum ímpeto para as suas lides contra o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* (1990). Mas como – a julgar pelas intervenções da maioria dos intervenientes – os contristas se fizeram representar por pessoas de duvidosa respeitabilidade científica, o verdadeiro título do evento bem poderia ter sido «Colóquio de contristas».

Apesar deste contratempo, o ilustre contrista-mor não desistiu, mas voltou a promover a sua posição pessoal, sobretudo desde finais de novembro de 2016, através de uma série de entrevistas e publicações em nome da Academia, culminando nos sete considerandos falaciosos dos «Subsídios para um aperfeiçoamento do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa», da autoria da académica Ana Salgado (2016a), que foram publicados em rede em finais de novembro de 2016.

## 3 A REUNIÃO DO ILLLP DE 12 DE JANEIRO DE 2017

No dia 12 de janeiro, houve uma reunião do ILLLP. Para a ocasião, a académica Ana Salgado tinha trazido uns textos sobre alguns dos aspetos que desejava alterar, nomeadamente, sobre o uso hífen e sobre a grafia das consoantes não proferidas. Ao longo da sua apresentação em que apresentava o seu projeto pessoal, a confreira insistiu várias vezes no facto de o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* (1990) ter criado um número considerável de palavras novas. Este e outros argumentos falaciosos pouco fizeram para convencer os académicos e consultores presentes.

## 4 A VOTAÇÃO DAS SUGESTÕES NO DIA 26 DE JANEIRO DE 2017

Como preparação do plenário de sócios efetivos de 26 de janeiro de 2017, foi no dia 19 de janeiro de 2017, que todos os sócios efetivos da Academia das Ciências receberam um e-mail que continha o documento intitulado *Sugestões para o Aperfeiçoamento do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* (Salgado 2016b) que na presente forma nunca tinha sido objeto de qualquer discussão dentro das sessões da Academia. As *Sugestões* são identificadas como publicação da Academia, tendo sido coordenadas, mais uma vez, pela académica Ana Salgado, que igualmente foi responsável pela versão alterada do mesmo documento (Salgado 2017a).

Como o documento apresentado é bastante caótico e não isento de afirmações falaciosas, três dos quatro linguistas atualmente ativos na Academia das Ciências, ou seja, João Malaca Casteleiro, Telmo Verdelho e Rolf Kemmler fizeram questão de apresentar um texto intitulado «Algumas observações às Sugestões para o Aperfeiçoamento do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa» para que este fosse acrescentado à ata do plenário. Neste documento, os académicos manifestaram a sua preocupação perante fenómenos como plágio e outros aspetos nas *Sugestões* que podiam pôr em causa o bom nome da Academia.

Dado o poder quase absoluto do Presidente, pouco admira que os sócios efetivos presentes naquele plenário tenham sido levados a votar maioritariamente na proposta do Presidente da Academia. Menos admira, porém, que todos aqueles académicos que realmente percebem do assunto, optaram por votar contra, perfazendo cinco votos contra o projeto. Assim, foi no dia 7 de fevereiro de 2017 que os académicos contristas Artur Anselmo, Manuel Alegre, Martim de Albuquerque e Ana Salgado, todos eles, repita-se,

académicos sem currículo científico em linguística, se deslocaram a São Bento para apresentarem o seu projeto à «Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto» da Assembleia da República. Sabe-se que não terão convencido os deputados presentes, merecendo ainda uma declaração do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, no sentido de o Governo Português afastar qualquer revisão do Acordo Ortográfico na presente conjuntura.

## 5 O «ENCONTRO DE PROFISSIONAIS DA ESCRITA»

Apesar do contratempo de a legislativa portuguesa não se manifestar interessada no seu projeto de reforma, os académicos contristas continuam sem desistir e organizaram, com convite público para todos os interessados, um evento chamado «Encontro de Profissionais da Escrita», a realizar-se na Academia das Ciências de Lisboa no dia 9 de março de 2017. No entanto, o Presidente do ILLP resolveu vedar o acesso ao evento aos académicos linguistas interessados em partilharem a sua visão das coisas, insistindo que somente podiam falar os seguintes convidados – e citamos do programa do encontro, tal como foi enviado aos académicos:

- Edviges Antunes Ferreira – Associação de Professores de Português;
- Maria do Carmo Vieira – Associação Nacional de Professores de Português (ANPROPORT);
- José Manuel Mendes – Presidente da Associação Portuguesa de Escritores;
- Teresa Salema – PEN Clube Português;
- Odette Collas – Presidente da Associação Portuguesa de Tradutores
- Inês Lourinho – DECO PROTESTE;
- Olivier Pellegrino – Instituto Português da Qualidade;
- José Rebelo – Presidente da Associação de Estudos de Comunicação e Jornalismo;
- Sofia Branco, Sindicato de Jornalistas;
- Nuno Pacheco, jornalista do *Público*;
- Fernando Venâncio, Investigador sénior em História do Léxico Português

Para além disso, houve uma Mesa-redonda com a participação de: Rosário Andorinha (da ANPROPORT) e o consultor académico D'Silvas Filho (autor do livro *Prontuário Universal – Erros Corrigidos de Português*). Parece evidente que este elenco de 'ilustres desconhecidos' na área de estudos científicos sobre a ortografia da língua portuguesa carece de qualquer comentário...

## 6 CONCLUSÃO

A qualquer pessoa entendida em história do século XX, a prestação do presidente Artur Anselmo dentro da Academia das Ciências de Lisboa (e fora dela, em representação da mesma) deverá lembrar o fenómeno da *Gleichschaltung* da parte do Partido Nacional Socialista Alemão. Em semelhança do que aconteceu na Alemanha desde 1933, o atual presidente está a fazer tudo para terminar com a pluralidade académica de ideias, calando e ostracizando a oposição para impor, assim, de forma totalitária, a sua visão pessoal de como a ortografia portuguesa deve ser.

A forma como Artur Anselmo se fez eleger Presidente de uma Academia das Ciências democrática e republicana, para em seguida passar a ignorar a igualdade académica e o direito estatutário, violentamente impedindo a pluralidade de ideias, tudo para conseguir a sua agenda pessoal segundo o lema *quero, posso e mando*, choca particularmente, uma vez que não podemos deixar de constatar que, aparentemente, nem todas as pessoas que se movimentam no Portugal de hoje chegaram a abraçar da mesma forma os ideias do antifascismo, do republicanismo e da democracia numa sociedade moderna que cresceu depois do 25 abril.

Mas o aspeto em que a atitude antidemocrática do presidente da Academia fica ainda mais evidente é o elenco dos convidados do *Encontro* de 9 de março. Mesmo que tenham faltado os nomes de alguns juristas que se têm vindo a manifestar sobre o assunto, a lista dos intervenientes lê-se como um verdadeiro *Who is Who* do contrismo português. Em vão procuramos o nome de qualquer pessoa com currículo científico sobre o assunto. Não foi admitido qualquer investigador sério que pudesse fazer uma avaliação científica e objetiva.

Nós, linguistas e académicos, tivemos que ficar fora deste evento na nossa casa.

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACL (2012) = Academia das Ciências de Lisboa (2012): *Vocabulário Ortográfico Atualizado da Língua Portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

*Estatutos* (2015): «Decreto-Lei n.º 157/2015, de 10 de agosto: Procede à quinta alteração aos Estatutos da Academia das Ciências de Lisboa, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 5/78, de 12 de janeiro», em: *Diário da República: Série I-B* 154 (segunda-feira, 10 de agosto de 2015), págs. 5670, 5687-5694.

Salgado, Ana (2016a): «Subsídios para um aperfeiçoamento do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa», em: [http://www.acad-ciencias.pt/document-uploads/3970770\\_ao\\_subsidios.pdf](http://www.acad-ciencias.pt/document-uploads/3970770_ao_subsidios.pdf) (último acesso: 11 de janeiro de 2017).

Salgado, Ana (coord.) (2016b): *Sugestões para o Aperfeiçoamento do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. [documento digital, enviado por e-mail no dia 19 de janeiro de 2017]

Salgado, Ana (coord.) (2017a): *Sugestões para o Aperfeiçoamento do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, em: [http://www.acad-ciencias.pt/document-uploads/7764123\\_ao1990\\_acl.pdf](http://www.acad-ciencias.pt/document-uploads/7764123_ao1990_acl.pdf) (última consulta: 4 de abril de 2017).

Salgado, Ana (2017b): «Resposta de Ana Salgado ao documento *Sugestões para o Aperfeiçoamento do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* apresentado pelos académicos Telmo Verdelho, João Malaca Casteleiro e Rolf Kemmler (Plenário, 26.01.2017)», documento inédito, divulgado por e-mail.

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

FAZ PARTE DO COMITÉ CIENTÍFICO PERMANENTE.

FAZ PARTE DO SECRETARIADO EXECUTIVO DO COLÓQUIO.

TOMOU PARTE NO 14º COLÓQUIO EM BRAGANÇA 2010, 15º EM MACAU 2011, 16º SANTA MARIA (AÇORES) 2011, 17º LAGOA (AÇORES) 2012, 18º NA GALIZA 2012, 19º MAIA 2013 (AÇORES), 20º SEIA 2013, 21º EM MOINHOS DE PORTO FORMOSO (AÇORES), 22º SEIA 2014, 23º NO FUNDÃO 2015 E 24º NA ILHA GRACIOSA (AÇORES) 2015, MONTALEGRE 2016, 26º LOMBA DA MAIA (AÇORES) 2016

#### 48) TIAGO ANACLETO-MATIAS PARLAMENTO EUROPEU, BRUXELAS E AICL, PRESENCIAL E ORGANIZAÇÃO

Tiago Anacleto-Matias é mestre em Tradução e Interpretação Especializadas (2008), licenciado em Tradução Especializada (2002) e bacharel em Línguas e Secretariado (2000) pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Politécnico do Porto (ISCAP), tendo sido aluno na Escola Superior de Comércio e Gestão (*Handelshøjskole Syd*) de Esbjerg – Dinamarca, em 1998, ao abrigo do Programa *Erasmus*. Possui uma pós-graduação em Tradução para Legendagem pelo Instituto Superior de Assistentes e Intérpretes do Porto (2004). As suas publicações são nas áreas dos Estudos da Tradução e da Linguística Aplicada. Tem igualmente cooperado desde 2008 no apoio ao secretariado em diversos Colóquios da Lusofonia, nomeadamente nos Açores, Bragança e Brasil. Desde 2004 que é funcionário efetivo do Parlamento Europeu, em Bruxelas.



GALIZA 2012 MONTALEGRE 2016



GALIZA 2012 Moinhos 2014

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

SECRETÁRIO DA DIREÇÃO DA AICL.

PARTICIPOU ININTERRUPTAMENTE DESDE O 1º COLÓQUIO AO 21º COLÓQUIO NOS MOINHOS DE PORTO FORMOSO 2014. REGRESSOU NO 25º EM MONTALEGRE E NO 26º NA LOMBA DA MAIA 2016

[Regressar índice](#)

**49) URBANO BETTENCOURT, ESCRITOR AÇORIANO, PROFESSOR APOSENTADO, PICO. CIERL-UMA E CEHU-UAC, AICL**



LOMBA DA MAIA 2016 Lagoa 2012 FUNDÃO 2015



PDL 2013 LAGOA 2012 LAGOA 2012

**URBANO MANUEL BETTENCOURT MACHADO**, NASCEU NA Piedade, ilha do Pico, 1949). Licenciado em Filologia Românica pela Faculdade de Letras de Lisboa.

Participou na coordenação das seguintes antologias de poesia açoriana:

*Caminhos do mar*. Antologia Poética Açoriano-Catarinense (com Lauro Junkes e Osmar Pisani). Florianópolis, Santa Catarina, 2005.

*Pontos Luminosos*. Açores e Madeira - Antologia Poética do Século XX (com Maria Aurora Homem e Diana Pimentel). Campo das Letras, 2006.

*Azoru Salu. Dzejas antologija* (com Leons Briedis). Riga, Letónia, 2009.

Doutorado em Estudos Portugueses pela Universidade dos Açores, onde lecionou entre 1990 e 2014.

Começou a sua atividade profissional na Escola Secundária da Amora, tendo posteriormente lecionado na E.S. da Bela Vista (Setúbal), na E B 2,3 Padre João José do Amaral (Lagoa) e na E.S. Antero de Quental, (1986-1990), a cujo quadro de professores pertence e onde voltou a lecionar nos anos letivos de 2014-16.

Aposentado do ensino desde o dia 1 de julho de 2016.

No domínio da investigação, tem dedicado particular atenção às literaturas insulares, sobre as quais já proferiu conferências em Cabo Verde, Madeira, Canárias e Açores. Colaboração em revistas da especialidade, no país e no estrangeiro.



Entre 2006 e 2009 dirigiu, com Carlos Alberto Machado, a coleção «Biblioteca Açoriana», para a qual preparou a antologia de contos de José Martins Garcia, *Português, Contrabandista*.

## BIBLIOGRAFIA

- 1972, Raiz De Mágoa, Poesia, Setúbal, Ed. Autor
- 1976, Ilhas, narrativas; em parceria com Santos Barros. Lisboa, Ed. Dos Autores.
- 1980, Marinheiro Com Residência Fixa. Poesia e narrativas. Lisboa, Ed. Do Grupo De Intervenção Cultural Açoriano.
- 1983, O Gosto Das Palavras I. Ensaios sobre Antero de Quental e outros autores açorianos; o caráter cósmico de alguma poesia barroca, e os Apólogos Dialogais de D. Francisco Manuel de Melo. Coleção Gaivota, SREC, pp. 77-87
- 1983, Ensaios Sobre Antero De Quental E Outros Autores Açorianos; O Caráter Cósmico De Alguma Poesia Barroca; Os Apólogos Dialogais De D. Francisco Manuel De Melo. Angra Do Heroísmo, SREC.
- 1983, Antologia De Poesia açoriana in O Gosto Das Palavras I. Angra Do Heroísmo, Secretaria Regional Da Educação E Cultura, pp. 77-87
- 1984 com Costa Melo, Lúcia. [Rota sibilina; pref. Maria da Conceição Vilhena. Vila Franca do Campo: Ilha Nova Ponta Delgada, Câmara Municipal.](#)
- 1986 Rodrigo Guerra. Alguns olhares in Onésimo T Almeida Da literatura açoriana, para um balanço. Angra do Heroísmo, SREC, pp. 45-54
- 1987 Naufrágios/Inscrições. Poesia e narrativas. Ponta Delgada, Brumarte - Signo.
1987. Algumas palavras a propósito, in Terra, F. Agua de verão, Ponta Delgada, Signo.
- 1989 Emigração E Literatura, alguns fios da meada, (ensaio que aborda aspetos da emigração açoriana nalguns contistas açorianos do final do séc. XIX), Horta, Centro de Estudos e Cultura da Câmara Municipal da Horta
- 1989, Emigração E Literatura. Ensaio Que Aborda Aspetos Da Emigração Nalguns Contistas Açorianos Do Final Do Século XIX. Horta, Gabinete De Cultura Da Câmara Municipal.
- 1989 O Gosto das Palavras I. 2ª ed., II [ensaios sobre autores açorianos e ainda Mª Ondina Braga, Helena Marques, António Tabucchi, Raul Brandão, e outros], Ponta Delgada, Jornal de Cultura,
- 1991, Antero açoriano. Vozes em volta. Revista da História das ideias, vol. 13, Coimbra, pp. 221-229
- 1992 «Carlos Faria – de Nova Iorque às Fajãs de S. Jorge», in FARIA, Carlos, *São Jorge Ciclo da Esmeralda*, Signo, Câmara Municipal das Velas, 1992, pp. 3-8.
- 1993, “S. Jorge no Roteiro de Alguns Viajantes”, Revista Insulana, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1993, pp. 385-402.
- 1995, Algumas Das Cidades, poemas em prosa. Angra Do Heroísmo, Instituto Açoriano De Cultura, coleção Insula.
- 1995, O Gosto Das Palavras II. Da Literatura Açoriana, Notas Muito Lacunares Para Uma Aproximação, Ensaios Sobre Autores Açorianos E Ainda Maria Ondina Braga, Helena Marques, António Tabucchi, Raul Brandão, E Outros. Ponta Delgada, Jornal De Cultura, pp. 13-16
- 1995, Da Literatura Açoriana – Notas Muito Lacunares Para Uma Aproximação, In O Gosto Das Palavras II. Ponta Delgada, Jornal Da Cultura, pp. 13-16
- 1998, De Cabo Verde Aos Açores, À Luz Da «Claridade De S. Vicente. Ensaio sobre A Receção Açoriana Da Literatura Cabo-Verdiana.». Mindelo, Cabo Verde, Câmara Municipal
- 1998, O Gosto Das Palavras III, SREC, Angra, col. Gaivota, nº 31
- 1998, Bolos de mel, in Margem 2, Funchal, nº 10, dez. 1998, pp. 50-51
- 1998, A ilha de Fernão Dulmo em Mau Tempo no canal in Homem, M.A. ed., atas do colóquio As ilhas e a mitologia, Câmara Municipal do Funchal: pp. 117 - 123
- 1999, O Gosto Das Palavras III. Ensaios Sobre Literatura Clássica Portuguesa, Literatura Açoriana E Cabo-Verdiana. Lisboa, coleção Garajau, Ed. Salamandra.
- 2000, Nove Rumores do Mar - Antologia de Poesia Açoriana Contemporânea, organizada por Eduardo Bettencourt Pinto e Vamberto Freitas, Instituto Camões e Seixo Publishers
- 2001, Uma outra açorianidade, um texto esquecido de Vitorino Nemésio, in Vitorino Nemésio, 1º centenário do nascimento, 1901-2001, separata da Revista Atlântida, vol. XLVI, Angra, IAC
- 2002, Introdução in Vitorino Nemésio, Paço do Milhafre, O mistério do Paço do Milhafre, obras completas, vol. VII, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 9-27
- 2002, Pedro da Silveira – escrita e o mundo, in *O Faial e a periferia açoriana*, nos 550 anos do descobrimento das Flores e Corvo, *Atas do III colóquio*. Núcleo Cultural da Horta: pp. 597-604
- 2003, Ilhas Conforme As Circunstâncias. Ensaios Sobre Literatura Açoriana, Cabo-Verdiana E São-Tomense. Lisboa, Ed. Salamandra.
- 2004, José Martins Garcia, Boletim do Núcleo Cultural da Horta, vol. XIII, pp. 59-64
- 2004, José Martins Garcia: A Palavra, O Riso. Separata Da Revista Arquipélago -Línguas E Literaturas, vol. XVII. Ponta Delgada, Universidade Dos Açores.
- 2005, Lugares Sombras E Afetos (poesia e narrativas), com desenhos de Seixas Peixoto. Arganil, ed. Moura Pinto e Figueira Da Foz, Ed. Dos Autores.
- 2005, Santo Amaro Sobre O Mar Com Desenhos De Alberto Pêssimo. Arganil, Editorial Moura Pinto
- 2005, Santo Amaro Sobre O Mar Com Desenhos De Alberto Pêssimo, 2ª edição revista, Câmara Municipal de São Roque do Pico
- 2005, In Caminhos do mar, antologia poética açoriano-catarinense com Lauro Junkes e Osmar Pisani, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil
- 2006, *Manuel Lopes, escritor – Um cabo-verdiano nos Açores, 2006, Horta, Boletim do Núcleo Cultural da Horta, vol. 15*

- 2006, Antero, com desenhos de Alberto Pêssimo (poesia). Arganil, Editorial Moura Pinto.
- 2006, Frases Para Ter Na Algibeira, org. De Sara Pais. Lisboa, Livramento.
- 2006, Mística E Nuvens Do Vulcão Do Pico, com Victor Hugo Forjaz, Zilda Tavares Melo França, Lurdes Bettencourt E Oliveira, João José Fernandes. Ponta Delgada, Observatório Vulcanológico E Geotérmico Dos Açores.
- 2006, O guardador de freiras, in Margem 2, Funchal, nº 21, abril, pp. 44-46
- 2006, In Pontos luminosos, Açores e Madeira, antologia poética do séc. XX com Maria Aurora Homem e Diana Pimentel, ed. Campo das Letras.
- 2007, Nas Lajes, Um Chá Imprevisível. Separata Da Revista Magma, 4. Lajes Do Pico, ed. Câmara Municipal.
- 2007, Entre Cabo Verde e os Açores, a literatura em viagem, in John Kinsella e Carmen Ramos Villar, eds. Lusophone Studies nº 5, Mid Atlantic Margins, Transatlantic Identities, Azorean Literature in context. University of Bristol, July 2007
- 2007, «Literatura açoriana – da solidão atlântica à perdição no mundo», in Tutikian, Jane e BRASIL, Luiz António de Assis (org. de), *Mar Horizonte: Literaturas Insulares Lusófonas*, Porto Alegre, EDIPUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), Coleção Memória das Letras, n.º 22, 2007, pp. 11-22.
- 2008, com Lauro Junckes, Coord Onésimo Almeida, Caminhos do Mar
- 2008, A afirmação de uma cultura própria, in Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas Meneses, Guilherme Reis Leite, dir. de História dos Açores, do descobrimento ao séc. XX, vol. II, Angra, Instituto Açoriano de Cultura, pp. 307-322
- 2008, O Tempo De Florêncio Terra. Separata Do Boletim Do Núcleo Cultural Da Horta, vol. 17. Horta, Núcleo Cultural.
- 2008, Novas do Achamento do Divino em terras brasileiras, in Jornal de Letras nº 114. Rio de Janeiro, Instituto Antares de Cultura, fevereiro 2008. Recensão ao livro Caminhos do Divino de Lélia Pereira da Silva Nunes
- 2008, Pedras Negras, Dias de Melo, in Jornal de Letras nº 119, Rio de Janeiro, Instituto Antares de Cultura, julho 2008
- 2008, Literatura açoriana – da solidão atlântica à perdição no mundo» in Jane Tutikian e Luiz António de Assis Brasil (org), *Mar Horizonte: Literaturas insulare lusófonas*. Rio Grande do Sul, EDIPUCRS [Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul], Coleção Memória das Letras, n.º 22, 2008.
- 2009, Manuel Lopes, escritor – um cabo-verdiano nos Açores» in José Luís Hopffer Almada (org), *O Ano Mágico de 2006 – Olhares Retrospectivos sobre a História e a Cultura Cabo-Verdianas*. Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro de Cabo Verde, 2009
- 2009, Signo Atlântico in José Martins Garcia, Português, contrabandista, seleção de contos, Lajes do Pico, Biblioteca Açoriana (Companhia das Ilhas)
- 2009, in Azoru. Dzejas antologija com Leon Briedis, Riga, Letónia
- 2009, Santo Amaro Sobre O Mar, com Desenhos De Alberto Pêssimo. 2.ª Edição Revista, Câmara Municipal De S. Roque,
- 2010, Que paisagem apagarás? Ponta Delgada, ed. Publiçor
- 2011, in Antologia Bilingue de Autores Açorianos Contemporâneos, de Helena Chrystello e Rosário Girão, AICL-Colóquios da Lusofonia ed. Calendário de Letras V. N. de Gaia
- 2011, IN Antologia da Memória poética da Guerra Colonial, Roberto Vecchi, Margarida Calafate Ribeiro (org.), Fotografias: Manuel Botelho, Notas biográficas: Luciana Silva e Mónica Silva, 1.ª ed. Porto: Afrontamento, 2011 (Poesia; Antologias, 2), ISBN 9789723611748, 648 págs.
- 2011, O leitor que se perdeu entre os leitores de nuvens (originalmente publicado na revista «Ponto Cardeal», n.º 4. Madalena, Pico, Açores, Escola Cardeal Costa Nunes, novembro de 2011)
- 2011, *Eduíno de Jesus, o Bar Jade e o jornal A Ilha, Horta, Boletim do Núcleo Cultural da Horta*
- 2012, Fernando Aires e a Geração de 40, in Atas do 17º colóquio da lusofonia, Lagoa, S Miguel, Açores
- 2012, África frente e verso, Ponta Delgada, Letras Lavadas
- 2012, in Antologia de Autores Açorianos Contemporâneos, de Helena Chrystello e Rosário Girão, AICL-Colóquios da Lusofonia ed. Calendário de Letras V. N. de Gaia
- 2013, O leitor que se perdeu entre os leitores de nuvens, IN revista Ponto Cardeal nº 4 Madalena, Pico, Escola Cardeal Costa Nunes, novº 2011. <http://www.enriquevilamatas.com/escritores/es-crbettencourt3.html>
- 2013, Outros nomes, outras guerras, Lajes do Pico, ed. Companhia das ilhas,
- 2014, Garcia Monteiro, autógrafos e algo mais, in Boletim do Núcleo da Horta,
- 2014, Inquietação insular e figuração satírica em José Martins Garcia, tese de dissertação
- 2015, José Martins Garcia. A linguística vai à guerra, in Atas do 23º colóquio da lusofonia, Fundão
- 2015, Ser escritor nos Açores, in Atas do 23º Colóquio da Lusofonia, Fundão
2016. GERMANO ALMEIDA in Atas 26º colóquio da lusofonia Lomba da Maia 2016

Viaje aqui pelos

- [CADERNO DE ESTUDOS AÇORIANOS Nº 11](#)
- [Ver 3 vídeo homenagens](#)

### TEMA PEDRO DA SILVEIRA – AS ILHAS DA (SUA) LITERATURA, URBANO BETTENCOURT CIERL-UMA E CEHU-UAC

Pode-se convocar a «Arte Poética» que abre o segundo livro de poemas de Pedro da Silveira, *Sinais de Oeste* (1962): «O meu desejo abarca todas as ilhas do Mar» e ver nela a expressão de um «programa» atlântico em que a errância se inscreve como signo de uma busca interminável, de uma continuada descoberta do novo, numa deriva em cujo interior o regresso é condição para se constatar a transformação do sujeito poético, o modo como ele próprio é já um outro, estranho a si mesmo.

Num outro sentido, essa deriva pode ganhar ainda uma dimensão metafórica, enquanto procura daqueles autores e textos que ajudam a construir uma consciência literária e proporcionam os meios mais adequados a um discurso poético próprio.

No caso de Pedro da Silveira (e também nalguns elementos da sua geração), as «ilhas» literárias encontram-se principalmente em Cabo Verde e no Brasil, numa espécie de lusofonia antecipada.

Os testemunhos, mais genéricos ou mais específicos, apontam nesse sentido, como, em concreto, alguns textos o confirmam.

A presente comunicação aborda as questões anteriores, na dupla perspetiva do contributo brasileiro e cabo-verdiano para a formação literária de Pedro da Silveira, por um lado, e da deteção da sua presença nalguma obra do poeta, por outro lado.

O primeiro livro de poesia de Pedro da Silveira trazia um título temático, isto é, que deixava já informações sobre o seu conteúdo. Com efeito, *A Ilha e o Mundo* organizava-se em torno dessa polaridade e sob uma notória dimensão histórica em que ao presente e ao passado da ilha se contrapunha, no final, a expectativa, a esperança, de um futuro mais condizente com a condição humana insular.

A *ilha* era, em primeiro lugar, a das Flores, representada em termos de uma forte expressão referencial: o quotidiano dos 40 do século XX, um espaço cercado e distante de tudo, gentes entregues ao seu pasmo e à dureza da vida, alimentando o sonho de viagens não raras vezes irrealizadas, refazendo-se nos objetos da sua cultura e na memória verbalizada da dispersão pelo mundo, onde rasgaram caminhos no Oeste americano e saciaram a «fome de pão e de distâncias» (Silveira, 1952: 48). Em segundo lugar, a *ilha* era também a parte do todo-arquipélago, assim configurado à escala, naquilo que fora uma história de meio milénio entre a Europa e as Américas (do Sul e do Norte), nas quais os açorianos sempre procuraram a solução para os seus problemas sociais.

Com o tempo, a dicotomia *ilha-mundo* tornar-se-ia um conceito operativo na abordagem da literatura açoriana, ao permitir analisar os seus objetos (ou seja, os seus textos) em termos de uma tensão entre interior e exterior (como venho fazendo desde os anos 70), desdobrável em polaridades semânticas diversas, a mais incisiva das quais talvez seja a de José Martins Garcia ao ocupar-se da poesia de Roberto de Mesquita e recobrir a antítese *ilha-mundo* com a metáfora *cárcere-infinito*.

Tudo isto para dizer como, desde o início, a ilha constituiu um motivo de relevo na poesia de Pedro da Silveira, ganhando ao longo do tempo diferentes valências, associadas a diferentes posicionamentos e perspetivas do sujeito poético.

O seu segundo livro de poemas, *Sinais de Oeste* (1962)<sup>190</sup> abre com duas epígrafes: uma de José Blanc de Portugal:

Pássaro triste das ilhas derradeiras  
a terra velha ainda te sorri.

*Parva Naturalia*

e outra do poeta brasileiro Afonso Félix de Sousa:

Agora voltas – de onde? Agora sabes que é preciso silêncio para que mais te sintas o exilado. Praia espessa do espanto. Ilhas, ó ilhas longes, impalpáveis! Quereis corrê-lo, o verde país de ontem, onde a criança que foste ainda brinca.

E é tarde para o retorno. Força é acordares no estrangeiro que, pálido, acorda no teu íntimo.

*Do Sono e da Esfinge* (Silveira, 1999b: 97)

<sup>190</sup> Para citações e referências, indiquei o número de página respeitante à edição em Pedro da Silveira, *Fui ao mar buscar laranjas*.

Em conjunto, e na sua dupla função de indiciadoras de afinidades autorais e de propiciadoras de leituras, as duas inscrições inventariam alguns motivos e temas que atravessam a poesia de Pedro da Silveira, as ilhas, mas já despidas de alguma referencialidade imediata e investidas de «símbolos da intimidade» (Tomé, 1987: 57), situadas algures num espaço-tempo (das origens e da infância) a que apenas a rememoração permite regressar: são ilhas *perdidas*, porque ficaram na distância e atestam igualmente a *perdição* do sujeito, a sua dispersão pelo mundo. Neste contexto, o que as epígrafes inscrevem ainda como introdução à leitura é o tema da viagem e da errância, que traduz simultaneamente o sentido da Busca e da (auto)Descoberta, com a inevitável passagem do tempo e a transformação do sujeito poético, outrando-o e tornando-o desconhecido de si mesmo, sem se reconhecer já na ilha de origem, intimamente exilado dela (ou mesmo nela), imaginando-a já apenas como «o verde chão da ausência lá no Oeste» (Silveira: 1999a: 206). O último livro de Pedro da Silveira acentuará expressivamente este motivo do afastamento e do longe, desde logo no título, *Poemas Ausentes*, e depois nalguns textos em que o regresso «efetivo» terá como resultado mais relevante a constatação de que se pertence já a um outro espaço ou, no limite, a nenhum: «um gato espreita-me / estrangeiro que lhe sou em minha casa» (Silveira, 1999a: 56).

Se as duas epígrafes inscrevem no seu texto a existência implícita do mar, é, todavia, no poema inaugural de *Sinais de Oeste* que ele se institui como objeto explícito do discurso, numa «Arte Poética» mais focada nos conteúdos, na delimitação de um campo temático, do que na arquitetura do poema, nos modos e procedimentos da sua construção: «O meu desejo abarca todas as ilhas do Mar.» (Silveira, 1999b: 101)

Em vez da expressão melancólica de uma «ilha íntima», objeto da memória e de perda, o que a «Arte Poética» afirma, num tom mais eufórico, é a positividade concreta da ilha, a sua materialidade, em contraste já com o espaço do(s) continente(s): à rotina e à mesmidade associadas às grandes extensões sólidas e inamovíveis, o poeta contrapõe a fluidez dos horizontes marítimos e a pequena dimensão dos territórios insulares.

Não sei até que ponto a proposta de Pedro da Silveira atestará a leitura de *Corsário das Ilhas*, de Vitorino Nemésio, publicado em 1956. Sabe-se como a obra de Nemésio contribuiu para a consciência literária da geração açoriana de 1940 e o próprio Pedro da Silveira deixou vários depoimentos escritos sobre o assunto (a que se poderão juntar outros, entre eles os de Eduíno de Jesus, por exemplo).

O livro de Nemésio prestava-se a essa apropriação, com as suas avulsas e insistentes descrições sobre o modo de ser açoriano, com as anotações, ora empíricas, ora simbólicas, acerca da realidade anímica e histórica daquilo que 20 anos antes definira como *açorianidade*. Mas um fragmento de *Corsário das Ilhas*, em particular, parece-me justificar essa aproximação entre Nemésio e Silveira:

Um continente é uma coisa muito grande e incerta para mim. A ilha é mais curta. Sai melhor das águas. De longe parece um pão. Ao perto é que é: uma rocha com casas; gente dentro. (Nemésio, 1983: 90)

Esta dimensão da ilha, mais à medida humana, associa-se a um motivo fundamental na poesia de Pedro da Silveira, o horizonte, nas suas múltiplas valências («horizonte verdadeiro é o d'água e céu», (Silveira, 1999b: 101) e necessariamente associa o Mar ao convite à *viagem*, às viagens, como desafio e *prova*, caminho aberto à aventura e ao risco, à ultrapassagem dos próprios medos e constrangimentos. Escreve Silveira, a rematar a sua «Arte Poética»:

Fiquem os restelos para secos e pecos  
que tiveram medo da navegação.  
A mim, o Mar!  
(1999b: 102)

Uma leitura orientada em sentido diferente permitiria avançar para os valores simbólicos de que o Mar aparece investido na poesia de Pedro da Silveira (presença íntima perene, berço inicial e lugar de repouso último); o que importa assinalar agora neste poema é a instauração de uma *poética da viagem*, de uma errância marítima em que as ilhas constituem «sobressaltos» (vocábulo do próprio poeta) capazes de concitar a atenção do sujeito e de proporcionar-lhe momentos de descoberta do *diferente* no *mesmo* da ilha.

E na verdade, *Sinais de Oeste* confirma essa proposição inicial da viagem, da errância, desde logo no longo poema intitulado «Saudação a Blaise Cendrars», que articula a leitura do poeta suíço («Mestre das Descobertas Impossíveis») com a realidade pessoal e histórica do açoriano, cruzando referências e tornando-as familiares umas às outras. E a sequência «Diário de Bordo» constitui uma concretização dessa poética, ao refazer a viagem de barco entre as Flores e Lisboa, no seu percurso por ilha tocadas ou simplesmente costeadas (à distância, portanto), em todo o caso erguidas do mar como paisagem, mas sobretudo como espaço humanizado, marcado histórica e culturalmente (a sequência inclui o notável poema «Horta: Quase Requiem», evocação melancólica de uma cidade outrora dinâmica e aberta ao mundo).



E mesmo a restante obra de Pedro da Silveira será pontuada pela configuração poética de ilhas empíricas, visitadas literariamente ou então avistadas de longe, mas tornadas próximas pelo olhar do poeta, pelo traço cultural que as torna íntimas e lhe permite apropriar-se delas. Um exemplo poderá ser o «Aeropoema de Tenerife» (colhido num conjunto sintomaticamente intitulado «Ilhas avistadas»), em que a sequência de traços físicos é suspensa para inscrever nos dois versos finais o aquilo que escapa ao sujeito lírico (um conhecimento sobre a ilha), redimido, afinal, pela referência a um elemento cultural, o gofe (aqui trazido transversalmente, pois o poeta utiliza um termo da ilha açoriana de Santa Maria para substituir, evocando-o, o nome canário «gofio»):

Alturas de Tenerife  
ainda há pouco avistadas,  
cinzento, roxo, castanho...  
Agora só tenho, azul,  
o mar franzido, lá em baixo.  
Sei que era Tenerife.  
De Tenerife não sei  
nem do seu gofe provei.

(Silveira, 1999a: 31)

Nem sempre o Mar assumiu na poesia de Silveira essa dimensão de campo aberto e propício à descoberta, à aprendizagem e ao reconhecimento. Num poema de *A Ilha e o Mundo* encontramos o seguinte fragmento:

O mar...  
(você o disse, Jorge Barbosa)  
é hoje a nossa prisão sem grades.  
(1952: 53)

É notória, por um lado, a mudança de registo para um tom negativo e disfórico e, por outro lado, a diferente voz que no texto se faz ouvir – uma voz plural em que a do poeta se integra, ou, dito de outra maneira, o poeta assumindo-se como o lugar de uma voz coletiva –, além de que a eventual viagem, a que o mar se opõe como obstáculo, não tem aqui um cunho individual, subjetivo, antes se reporta a um fenómeno histórico, o da emigração para Oeste.

Mas, neste contexto, interessa-me particularmente a interpelação do poeta cabo-verdiano Jorge Barbosa, por aquilo que a descoberta literária das suas ilhas por parte de Pedro da Silveira representou para o poeta açoriano e para os da sua geração, pelo menos para alguns e num determinado tempo.

Para isso é necessário recuar à década de 1940 e ao movimento de renovação literária (mas também cultural em sentido lato e ainda cívico) que se desenvolve em Ponta Delgada, principalmente em torno do jornal *A Ilha* e depois graças também à acção do Círculo Literário Antero de Quental, formado em 1946 por um grupo de jovens alunos do Liceu da cidade (Fernando Aires, Eduíno de Jesus, Jacinto Soares de Albergaria, Eduardo Vasconcelos Moniz, Fernando de Lima e a que se juntariam mais tarde Carlos Wallenstein, o Ruy-Guilherme de Moraes, Mário Barradas, Machado da Luz. (Aires, 2015: 654)

Em termos gerais, pode afirmar-se que aquilo que aí se desenvolve é um movimento pela implantação do modernismo num meio literário ainda marcado pela sobrevivência de um romantismo (muito) tardio, de “boninas nos prados e céu azul” (Silveira, 1945: 1) a que se juntavam as “loas patrioteiras” e o folclorismo paisagístico, no género daquilo a que, anos antes e com uma boa dose de ironia, Vitorino Nemésio chamara os “hinos à terra no estilo das caravelas e das cruzeiras de Cristo dos cinzeiros” (Nemésio, 1995: 88).

Numa entrevista concedida a Álvaro Oliveira e publicada no Suplemento «Quarto Crescente», Eduíno de Jesus aprofundava e explicitava os dados sobre a situação literária açoriana nos anos quarenta, bem como os propósitos do grupo a que pertencia:

Os nossos objetivos eram, por um lado, acabar com o ostracismo a que estavam votadas nos Açores a literatura e as artes modernas, não obstante o prestígio que tinham nas letras (por se ignorar ou fazendo-se por ignorar a sua obra «modernista») autores como Armando Côrtes-Rodrigues e Vitorino Nemésio e o contributo dado à modernidade no campo das artes plásticas por Canto da Maia, Domingos Rebelo, Albuquerque Bettencourt, António Dacosta, e, por outro lado, encontrar, pela teoria e na prática a identidade (se a tinha) de uma literatura propriamente açoriana, seguindo o exemplo de Cabo Verde e na pegada de Roberto de Mesquita, Vitorino Nemésio, etc. Não foi fácil. Naquele tempo, a palavra «Modernismo», nos Açores, ainda cheirava a enxofre e pronunciá-la era como anunciar a 8.ª praga do Egito, e quanto a ideias «nativistas», mesmo só no âmbito da Literatura, sustentá-las era concitar a suspeição de antipatriotismo, um pouco como hoje, é certo, mas com a agravante de que, naquela altura, se indistinguiam os conceitos de «pátria» e «Estado Novo», do que resultava as ideias «nativistas» serem tidas por abjurantes do tabeliãoico «repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas. (Jesus, 1987: 3)

O final do fragmento dá conta das condições em que se desenvolveu o esforço de implantação dos modernismos em Ponta Delgada, num contexto cultural e político em que o «inconformismo estético» era encarado como uma ameaça à ordem social e pública (Jesus, MMIX: 89). Mas importa ver o relevo conferido ao modernismo cabo-verdiano, ao lado do português. A estes deve acrescentar-se o modernismo brasileiro da Semana de Arte de 1922 como um dos modelos mais presentes no horizonte do grupo.

A vertente cabo-verdiana deve muito ao empenhamento de Pedro da Silveira, que desde 1945 vinha publicando n'A *Ilha* textos de escritores daquele arquipélago, paralelamente a recensões críticas e documentos de natureza diversa.

A «descoberta literária» de Cabo Verde por parte de Pedro da Silveira faz-se, em primeiro lugar, através de Jorge Barbosa e do seu livro *Ambiente* (1941), mas não é dissociável do seu conhecimento da realidade social, geográfica e histórica daquele arquipélago africano. Pedro da Silveira detetava a existência de afinidades entre os Açores e Cabo Verde, até mesmo nas condições históricas que, nos séculos XVIII e XIX, levaram açorianos e cabo-verdianos a encontrar-se a bordo das baleeiras americanas.

Aquilo que mais chamava a atenção do poeta açoriano era o modo como os poetas de Cabo Verde davam a «lição» de uma escrita fiel ao seu tempo e ao seu lugar, ao drama do homem no seu contexto concreto e específico, exemplo tão mais significativo quanto é certo que a renovação operada pelos escritores da *Claridade* se processara num espaço físico em que, à primeira vista, as condições materiais para a sua realização não seriam as mais adequadas. No caso particular do livro de Jorge Barbosa, a sua novidade estava, para Pedro da Silveira, em «retratar a miséria e o abandono dum arquipélago também ele atlântico, que, pondo de parte certos aspetos ligados com o ser crioulo, parecia ser o próprio espelho da realidade açoriana» e das suas condições sociais naquela década de quarenta, como confessaria mais tarde a António Cândido Franco (Franco, 1996:111). Daí, portanto, o seu empenhamento em divulgar a nova literatura de Cabo Verde e em trazer para as páginas d'A *Ilha* os próprios autores, propondo-os como exemplo aos escritores açorianos.

Para esta tarefa de divulgação da nova literatura cabo-verdiana, Pedro da Silveira encontrou um aliado fundamental em João de Deus Lopes da Silva, irmão do escritor Baltasar Lopes e comandante da marinha mercante, que nesses anos desempenhou um papel importante na ligação entre os dois arquipélagos, e a quem o próprio Pedro da Silveira entrevistou para A *Ilha* (02/02/1946). O Comandante Lopes da Silva trouxe para as páginas do jornal os novos autores das suas ilhas, cujos textos, em conjunto com os de Pedro da Silveira e de outros, asseguraram a presença cabo-verdiana durante uma década, aproximadamente (1945-1954): aí encontraremos nomes como os de Manuel Lopes, António Nunes, Pedro Corsino de Azevedo, Aguinaldo Brito Fonseca, Carlos Alberto Monteiro Leite, Gabriel Mariano, entre outros; e até o próprio Amílcar Cabral surgiu nas páginas d'A *Ilha* (22/06/1946), com um poema intitulado precisamente «Ilha».

Da cumplicidade entre o Comandante Lopes da Silva e o grupo de jovens açorianos dá ainda testemunho o facto, referido por Eduíno de Jesus, de o seu navio se tornar local de tertúlia literária de cada vez que aportava a Ponta Delgada, aí reunindo os jovens intelectuais da cidade.

E foi ainda o próprio Comandante Lopes da Silva quem pôs Pedro da Silveira em contacto com o escritor Manuel Lopes, por essa altura a residir na Horta, onde trabalhou na Western Telegraph de 1944 a 1955. Apesar das publicamente confessadas dificuldades de adaptação, esses onze anos não deixaram de ser produtivos para Manuel Lopes, e os Açores ficaram a dever-lhe uma intervenção cultural que é também o sinal de uma integração na sociedade açoriana, e na faialense em particular.

Em termos meramente textuais, o rasto da literatura cabo-verdiana é detetável sobretudo em A *Ilha* e o *Mundo*, no diálogo notório que a sua poesia estabelece com Jorge Barbosa, Manuel Lopes, António Nunes, numa determinada perceção do mundo insular e na correspondente discursividade mais adequada à sua representação: o mundo abreviado e cercado da ilha, longe de tudo, os pequenos acontecimentos de um universo claustrofóbico e monótono, com personagens «encharcadas de solidão», o drama de um quotidiano suspenso do vapor e dos imprevistos da natureza. Tudo isso através de um forte prosaísmo, do recurso à enumeração e à acumulação nominal como forma de representar a totalidade de uma vida estática, atomizada e sem nexos. De resto, estes traços gerais estão devidamente explicitados numa entrevista de Pedro da Silveira concedida a Álvaro Oliveira:

O meu primeiro mestre de modernidade e, vá lá, de açorianidade também, foi Jorge Barbosa, com o *Ambiente*. A realidade que ele transmitia, de um Cabo Verde miserável em que as pessoas olhavam o mar como um caminho a transpor, de salvação, tinha muito a ver com a nossa nos anos de 1930-1940. Pelo menos em mim, Nemésio não foi, como poeta, uma influência. Ou limitou-se a dizer-me que um poeta ou prosador açoriano deve ser isso mesmo e não uma caricatura de lisboeta ou parisiense. Resumindo, Nemésio foi a teoria, Jorge Barbosa (para mim, naquele tempo) o modelo imediatamente aceitável. (Silveira, 1987: 4)

Quanto ao terceiro vértice da renovação literária desses tempos, a literatura brasileira, ao impacto da sua revelação sobre os jovens dos anos 40, e mesmo quanto aos processos da sua descoberta, ficam-nos alguns depoimentos elucidativos que reenviam simultaneamente a uma experiência pessoal e ao contexto social. Ainda aqui é preciso referir o papel mediador de Cabo Verde, como escreve Pedro da Silveira:

Dos brasileiros das gerações de 22 e de 30, o que conhecemos devemos-lo primeiro a João de Deus Lopes da Silva: eu também a Manuel Lopes, que me mandava para as Flores do que tinha. Mário de Andrade, José Américo de Almeida (*A Bagaceira*), Lins do Rego, Graciliano, Marques Rebelo, Raquel de Queiroz, Ciro dos Anjos, Lúcio Cardoso, eis alguns dos prosadores. E, dos poetas, lembro-me que andaram de mão em mão obras de Bandeira, Jorge de Lima, Raul Bopp, Carlos Drummond de Andrade. (1986: 41)

E numa carta que me enviou em 29.11.1996, com elementos de natureza autobiográfica literária, referia-se às suas experiências poéticas do início dos anos 40, traduzidas em «sonetos, sonetinhos, sonetões – uma prática, herdada da rotina local, de que me livrou ter lido um livro precisamente de sonetos, *A Rua dos Cataventos*, do brasileiro do Rio Grande do Sul, Mário Quintana. Apareceu, uma edição da Globo, à venda na Livraria Andrade, comprei-o, salvo erro, por 5 escudos, e, lido, rasguei tudo quanto já tinha feito.»

A fechar, ainda um depoimento de Eduíno de Jesus, em mensagem eletrónica (27/01/2006) que acaba também por confirmar aspetos do seu depoimento anterior: Manuel Bandeira é ainda hoje o "meu" poeta da saudade (a minha grande saudade!) da tertúlia do Bar Jade. Vocês, os rapazes de hoje, não podem ler os "modernistas" do 1º Modernismo português, o de 1915-17, ou do modernismo brasileiro da Semana de Arte Moderna de 22, com a mesma emoção que nós, os rapazes de há 60 anos. Vocês já nasceram "modernos", não há extravagância estética que não seja familiar a vocês. Mas nós tínhamos nascido românticos (podíamos admitir no máximo as ousadias realistas de um Cesário Verde), quando, de repente, descobrimos Pessoa e o seu entourage paúlco-interseccionista-sensacionista/futurista. Foi o delírio! Os brasileiros vieram logo a seguir. Ler Bandeira em voz alta no Bar Jade e "gozar" o arrepio que isso fazia o auditório bufar, remexer-se nas cadeiras ou pagar a conta e ir bocejar para outro lado, era um prazer malévolos nosso que jamais foi possível sentir de novo depois desse tempo passado.

Uma leitura dos acontecimentos desses anos de 1940, feita com o apoio suplementar do testemunho direto de alguns dos seus agentes, permite verificar como uma série de acasos (e um sentido de oportunidade e curiosidade que soube tirar partido deles) contribuiu decisivamente para a transformação literária de um espaço insular remoto, como Ponta Delgada era então. O contacto de Pedro da Silveira com os escritores cabo-verdianos é o exemplo de um modo de atenção ao exterior e ao diferente, a capacidade de interpretar devidamente outros sistemas e de estabelecer intercâmbios frutíferos com outros universos insulares.

A dialética entre a ilha e o mundo, entre interior e exterior, traduziu-se, no caso concreto, na constatação de como uma realidade cultural em certos aspetos diferente da açoriana poderia contribuir para uma reflexão sobre o caso açoriano, tornando-se mesmo um modelo a seguir; essa dialética significa, em último lugar, ter os pés no chão e os olhos no mundo, como *forma de atenção*, descoberta e posterior transformação, num jogo em que é possível aceder «à globalidade inacessível do caos-mundo, e ao mesmo tempo destacar dele algum pormenor e, em particular, cantar o nosso lugar, insondável e irreversível», para citar aqui (Édouard Glissant (1977: 22. *Tradução minha*). No caso de Pedro da Silveira e da sua geração, o «pormenor destacado» foi o representado pelas literaturas brasileira e cabo-verdiana, por serem aquelas que melhor se adequavam às necessidades de expressão literária do seu tempo. Não será de modo algum despiciendo verificar como o trânsito da literatura brasileira, que tanto «deslumbrou» os *claridosos*, chegou aos Açores principalmente por via insular, configurando com isso um campo que, ainda mesmo sem nome definido, podia ser designado por lusofonia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIRES, FERNANDO (2015), *Era uma vez o tempo. Diário*. Guimarães: Opera Omnia.
- FRANCO, António Cândido (1996), *Exercício sobre o Imaginário Cabo-Verdiano*. Évora: Editorial Pendor.
- GLISSANT, Edouard (1997), *Traité du Tout-Monde*. Paris: Gallimard.
- JESUS, Eduíno de (1987), «Eduíno de Jesus em discurso direto: – Naquele tempo, a palavra "modernismo", nos Açores, cheirava a enxofre e pronunciá-la era anunciar a 8.ª praga do Egito». Entrevista concedida a Álamio Oliveira, suplemento «Quarto Crescente», jornal *A União*, 6 de fevereiro, pp. 3-4.
- \_\_\_\_ (MMIX), «O inconformismo estético considerado ameaçador», in Mário Mesquita (org.), *A oposição ao salazarismo em São Miguel e em outras ilhas açorianas (1950-1974)*. Lisboa: Tinta-da-China, pp. 87-90.
- NEMÉSIO, Vitorino (2ª1983), *Corsário das Ilhas*. Amadora: Livraria Bertrand.
- \_\_\_\_ (2ª1995), *Sob os signos de agora*. Obras Completas, vol. XIII. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- SILVEIRA, Pedro da (1945), «Nota de Leitura – Os *Poemas de Longe* de António Nunes», jornal *A Ilha*, 3 de novembro, pp. 1-2.
- \_\_\_\_ (1952), *A Ilha e o Mundo*. Lisboa: Centro Bibliográfico.
- \_\_\_\_ (1962), *Sinais de Oeste*. Coimbra: Vértice.
- \_\_\_\_ (1986), «Aqueles anos de 1940 e tal», in Onésimo Teotónio Almeida (org.) *Da Literatura Açoriana –subsídios para um balanço*. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura, pp. 31-42.
- \_\_\_\_ (1987), «Pedro da Silveira: – Às vezes fui intempestivo no que escrevi, mas não estou arrependido». Entrevista concedida a Álamio Oliveira, suplemento «Quarto Crescente», jornal *A União*, 17 de julho, pp. 4-5.
- \_\_\_\_ (1999a), *Poemas Ausentes*. Santarém: O Mirante.

\_\_\_\_\_ (1999b), *Fui ao mar buscar laranjas*. Obras de Pedro da Silveira /1. Angra do Heroísmo: Direção Regional da Cultura. (Inclui *Primeira Voz*, *A Ilha e o Mundo* e *Sinais de Oeste*).  
TOMÉ, Mário (1987), *LA ISLA: Utopía, Inconsciente y Aventura*. León: Universidad, Servicio de Publicaciones.

## SÓCIO DA AICL

TOMOU PARTE NO 17º COLÓQUIO, LAGOA (AÇORES) 2012, 19º MAIA (AÇORES) 2013, 21º MOINHOS DE PORTO FORMOSO (AÇORES) 2014, 24º FUNDÃO 2015 E 26º LOMBA DA MAIA (AÇORES)

[Regressar índice](#)

## 50) MONSENHOR (CARLOS FILIPE) XIMENES BELO, SÓCIO HONORÁRIO AICL #1, BISPO RESIGNATÁRIO DE DILI, PRÉMIO NOBEL DA PAZ 1966 - CONVIDADO AICL



MAIA 2013 19º COLÓQUIO 4º COLÓQUIO BRAGANÇA 2005 graciososa 2015

### DOM CARLOS FILIPE XIMENES BELO

Filiação: Domingos Vaz Filipe e Ermelinda Baptista Filipe (ambos falecidos);

Data e lugar de nascimento: 3 de fevereiro de 1948, em Uailacama, Vemassee, Concelho de Baucau, Timor-Leste.

Instrução/Educação: Instrução Primária (Ensino básico): Escola Masculina da Missão Católica de Baucau (1956-1960) e Colégio de Santa Teresinha do Menino Jesus, Ossú (1961-1962).

- Ensino Secundário: Seminário de Nossa Senhora de Fátima, Dare, Díli Timor-Leste (1962-1968); Seminário São João Bosco, Mogofores –Anadia (1969-1970); Escola Salesiana do Estoril (1971-1972)

Ensino Eclesiástico:

Filosofia (Instituto Superior de Estudos Teológicos de Lisboa (1973-1974);

Faculdade de Teologia da Universidade Católica de Lisboa (1977-1979);

Licenciatura: Universidade Pontifícia Salesiana de Roma (1980-1981)

- Formação religiosa:

Noviciado Salesiano em Manique do Estoril (1972/1973); Primeira Profissão religiosa na Congregação Salesiana (21.9.1973); Profissão Perpétua (7.12.1978)

Formação sacerdotal: Ordenação sacerdotal, em Lisboa, a 26 de julho de 1980, das mãos do Bispo Auxiliar de Lisboa, Dom José Policarpo.

Ordenação Episcopal, no Largo de Lecidere, Díli (Timor), a 19 de junho de 1988, como Bispo Titular de Lorium e Administrador Apostólico *ad nutum Sanctae Sedis*, da Diocese de Díli.

Funções: Professor no Colégio de Fatumaca (Timor) 1974-1975; Professor no Colégio Dom Bosco de Macau (1975/1976).



Mestre de Noviços salesianos em Fatumaca, Timor (1982).  
 Diretor do Colégio de Fatumaca –Timor-Leste (1983).  
 Administrador Apostólico de Diocese de Díli: 1983-2002. Resigna em novembro de 2002, por razões de saúde.  
 Missionário em Maputo, Moçambique: 2004/2005.  
 No Colégio de Mogofores-Anadia: 2007-2008.  
 Nas Edições Salesianas do Porto: 2009-2017.

**Prémios:**

Óscar Romero, Roma, 1995;  
 John Humphrey-Montreal, 1995;  
 Prémio Nobel da Paz, Oslo, 1996;  
 Premio dellla Pace, Taranto, Italia, 1997;  
 Premio dellla Pace, Ostuni, Bari, Italia, 1998;  
 Premio Internazionale della Testemunianza, Vibovalenza, Italia, 1998.

**Condecorações:**

A Grã-Cruz da Ordem da Liberdade da república Portuguesa: 1998;  
 Grã-Cruz al mérito Bernardo O'Higgins, República do Chile, 2000.

**Doutoramentos Honoris Causa:**

University of Yale (USA) 1997;  
 Universidade Pontifica de Roma, 1998;  
 Universidade de Évora, Portugal, 1998;  
 Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil, 2000;  
 Universidade Pontifica de Campinas, Brasil, 2000;  
 Catholic University of Thaichung-Taiwan, 2000;  
 Universidade do Porto, 2002;  
 Australian Catholic University, Sydney, 2001;  
 Universidade São Tomas, Chile, 2002;  
 Universidade FASTA, Mar de Plata, Argentina, 2002,  
 Universidade Cardeal Herrera, CEU, Valência, Espanha, 2006.

**ALGUMAS PUBLICAÇÕES:**

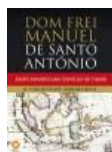
1. Subsídio Para a Bibliografia de Timor-Leste, separata, Lisboa, 2002;
2. The Road to Freedom, New South Wales, Austrália, 2001;
3. Os Antigos Reinos de Timor-Leste, Porto Editora, 2013;
4. Dom Frei Manuel de Santo António, Bispo Dominicano Expulso de Timor, Edições salesianas, Porto, 2013;
5. História da Igreja em Timor-Leste, 1º volume (1562-194), Fundação Eng. António de Almeida, Porto, 2014;
6. Díli a Cidade que não era, Porto Editora, 2014;
7. História da Igreja em Timor-Leste, 2.º volume (1940-2012), Fundação Eng. António de Almeida, Porto, 2016;
8. Um Açoriano, Missionário em Timor (Padre Carlos Pereira da Rocha), São Miguel, Açores, 2016;
9. Ismael Matos, o padre da Boa-Imprensa, Edições Salesianas, Porto, 2016;
10. Ladainhas de Nossa senhora, Edições Salesianas, Porto, 2016.

**Artigos**

- “A Conquista de Malaca e o Início da Fundação das Missões Católicas no Sudoeste Asiático”, in Malaca Portugal e o Oriente Historia e Memória, coord. de João Marinho dos Santos e José Manuel Azevedo e Silva, Palimage, Coimbra, 2012, pp. 16-54.
- “Afirmção da Identidade Timorense”, em 500 Anos da afirmação da nova identidade timorense, (Coordenação Embaixada de Timor-Leste em Lisboa, Lisboa, 2016
- Separata de Povos e Culturas Nº 19 – 2015. “Lendas e narrativas da História da Igreja em Timor-Leste”, Centro de Estudos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2015, pp. 73-136.

## BIBLIOGRAFIA

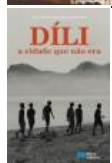
- *Demi Perdamaian da Keadilan* (Jacarta, 1997),
- *The Voice of the Voices* (Jacarta, 1997),
-  [Timor Leste Nobel da Paz - Discursos...](#) Edições Colibri 1997
- [Timor Leste Nobel da Paz: discursos proferidos na cerimónia de outorga do Prémio Nobel da Paz 1996 = East Timor Nobel Peace Prize: Francis Sejersted, Carlos Filipe Ximenes](#)
-  [Paz: Nobel da Paz / D. Carlos Filipe Ximenes Belo. Porto: Salesianas, 1998. ISBN 972-690-336-X.](#)
- [Belo, José Ramos-Horta; pref. Jorge Sampaio; trad. Rosa Isabel Goreti Loro Sa'e. 1ª ed. Lisboa: Colibri, 1997. ISBN 972-8288-56-5.](#)
- [Subsídio para a bibliografia de Timor Lorosa'e: uma listagem cronológica de livros, revistas, ensaios, documentos e artigos desde 1515 a 2000 / Carlos Filipe Ximenes Belo: apresentação de Vitor Melícias. Lisboa: CEPCEP - Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2002.](#)
- [The Road to Freedom, Sydney: Caritas Austrália, New South Wales, 2001](#)
- [Nós somos peregrinos / Delfina da Silva Cardoso Ribeiro; pref. Carlos Filipe Ximenes Belo. Castanheiro de Ouro: Associação dos Amigos do Povo de Timor Lorosae, 2004.](#)
- [Gentio de Timor / Armando Pinto Corrêa; pref. Dom Ximenes Belo. 2a ed. Câmara de Lobos: Câmara Municipal, 2009. ISBN 978-972-8684-80-8.](#)
- [40 dias em Timor-Leste: uma interpretação: observações, percepções e análise de lusofonia emergente / Aires Gameiro; intro. D. Carlos Ximenes Belo. \[Lisboa\]: Pearlbooks, 2012. ISBN 978-989-9732-86-5.](#)
- [Vozes sem rosto: o mundo visto do lado dos mais pobres / Orbis - Cooperação e Desenvolvimento; pref. Ximenes Belo. 1ª ed. Parede: Sete Mares, 2009. ISBN 978-989-8128-09-6.](#)
- [Timor: a presença portuguesa, 1769-1945 / Fernando Augusto de Figueiredo; \[pref. Fernando de Sousa; posfácio Carlos Filipe Ximenes Belo\]. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da UNL, 2011.](#)
-  [Os antigos reinos de Timor-Leste: Reis de Lorosay e Reis de Lorothoba, Coronéis e Datas / Dom Carlos Filipe Ximenes Belo. 2ª ed. Porto: Porto Editora, 2012. ISBN 978-972-0-09649-4.](#)
- [História da Igreja em Timor-Leste: 450 Anos de Evangelização \(1562-2012\) / Carlos Filipe Ximenes Belo. Lisboa: Fund. Eng. António de Almeida, 2013. ISBN 978-972-8386-94-8.](#)



- [Dom Frei Manuel de Santo António : bispo dominicano expulso de Timor / Carlos Filipe Ximenes Belo. Porto: Edições Salesianas, 2013. ISBN 978-972-690-820-3.](#)
- [Díli: a cidade que não era / Carlos Filipe Ximenes Belo. 1ª ed. Porto: Porto Editora, 2014. ISBN 978-972-0-06289-5.](#)



- [História da Igreja em Timor Leste](#) 450 anos de evangelização 1562-2012 Fundação Engenheiro António de Almeida 2014



- [Díli a cidade que não era](#), Porto: Porto Editora, 2014.



Montalegre 2016 LOMBA DA MAIA 2016

com o Bispo de Angra no colóquio da maia 2013





4º colóquio BRAGANÇA 2005 LOMBA DA MAIA 2016



GRACIOSA 2015 LOMBA DA MAIA 2016

*D. Carlos Ximenes Belo*  
PRÉMIO NOBEL DA PAZ 1996



UM AÇORIANO, MISSIONÁRIO EM TIMOR

Lançou em 2016, com a AICL, o livro *UM MISSIONÁRIO AÇORIANO EM TIMOR, PADRE CARLOS DA ROCHA PEREIRA*, com mecenato do nosso associado JOSÉ SOARES do MOINHO TERRACE CAFÉ

## INTRODUÇÃO



Tem este estudo o objetivo de perpetuar a ação Missionária do Padre açoriano Carlos da Rocha Pereira que passou 57 anos em Timor-Leste. O Padre Carlos foi um Missionário de extraordinário zelo pastoral e de total entrega à implantação do Reino de Deus nas terras de Timor.

Esteve no campo de concentração em Liquiçá durante a ocupação das tropas japonesas; passou anos terríveis no mato acompanhando as populações durante os três primeiros anos da invasão das Forças Armadas Indonésias, e só foi uma vez à sua terra natal, nos Açores, beneficiando da “licença graciosa” que lhe foi concedida pelo Estado Português. Depois de cinquenta e sete anos de convívio com os Timorenses que ele amara e servira, preferiu morrer em Timor, durante os tempos da “integração”.

Este estudo abrange uma breve biografia do Padre Carlos Pereira, uma breve síntese sobre a Circunscrição Civil de Cova-Lima, o Reino de Samoro na Soibada e o Hospital de Díli. A segunda parte apresenta as cartas por ele enviadas à redação da revista SEARA, Boletim Eclesiástico da Diocese de Díli. As crónicas são de teor religioso, caracterizado pela descrição de Missas, procissões, administração de Sacramentos (batismos, primeiras comunhões e confissões); de visitas pastorais; descrição da vida dos Colégios, masculino e feminino, de Soibada. Nalgumas crónicas, faz o relato da agricultura, isto é o cultivo do milho e do arroz (o *néle*, ou *néli*, termo usado em Timor Português<sup>191</sup>). O autor nunca se debruça sob o aspeto etnográfico, isto é, a descrição das regiões com os seus usos e costumes, das classes sociais, dos reinos existentes. Mesmo a nível da missão, sublinha pouco o papel dos professores e catequistas. Já na situação de “Missionário Ambulante pelas Missões e Estações Missionárias”, o Padre Carlos fornece, nas suas crónicas, alguns dados sobre o número de habitantes, de católicos e de catecúmenos, de escolas e de alunos e alunas. Resumindo, podemos afirmar que as crónicas deste zeloso sacerdote espelham a práxis pastoral levada a cabo pelos Missionários de Timor Português nos primeiros 34 anos da Diocese de Díli (1940 a 1975).

Este livro consta de quatro partes:

- a Primeira trata da biografia do Padre Carlos da Rocha Pereira e da sua atividade Missionária na Missão de Cova-Lima, Soibada, Hospital e de Díli. Apresentamos nesta secção nove crónicas ou cartas que o Missionário escreveu de Cova-Lima.
- A Segunda Parte descreve a sua ação em Cova-Lima (Fohoren) na Missão de Fronteira.
- A Terceira Parte trata da sua ação pastoral na Missão de Soibada e no Colégio masculino do Beato Nun’Álvares e nas Estações Missionárias de Buburlaran, Fehuc-Rin, Fatuberliu, Fahi-Nehan e Lacluta. De Soibada, o Missionário mandou 30 crónicas para a revista SEARA.
- A Quarta Parte do livro apresenta as crónicas que como Missionário Ambulante mandava ao visitar as diversas Missões e/ou Estações Missionárias. São 14 crónicas.

#### **PREFÁCIO, J. CHRYS CHRYSTELLO, JORNALISTA (AUSTRALIAN JOURNALISTS' ASSOCIATION – MEEA # 2977131) E PRESIDENTE DA DIREÇÃO DA AICL (ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA)**

Quando em 11 de setembro de 1989<sup>192</sup> fui o primeiro jornalista em todo o mundo a conseguir entrevistar telefonicamente Dom Carlos Filipe Ximenes Belo, em Díli, Timor-Leste – então sob a ocupação neocolonial indonésia – estava longe de imaginar-me a escrever esta nota de prefácio.

Tornaria a entrevistá-lo algumas vezes mais, ao longo dos anos negros de ocupação indonésia, mas nem sempre me deixavam falar com ele quando apertavam o cerco à sua ação em defesa dos Timorenses.

Vim a conhecê-lo e a entrevistá-lo pessoalmente, apenas em dezembro 1993, na catedral em Melbourne, aquando da sua primeira deslocação à Austrália. Só nos tornamos a reencontrar em 2005 em Bragança no 4º Colóquio da Lusofonia, quando Timor já independente dava os seus primeiros passos, vencida a fase da luta em que ambos estivemos envolvidos durante décadas, em diferentes locais e de formas distintas.

Posteriormente, convidei Dom Ximenes Belo para o 19º Colóquio da Lusofonia em 2013 na Maia (S. Miguel, Açores) e para o 24º Colóquio na Ilha Graciosa em 2015, e foi aqui que surgiu a hipótese de se publicar este livro graças ao patrocínio do nosso associado e amigo José Soares, jornalista açor-canadiano.

<sup>191</sup> Na Índia e Timor: arroz em casca ou em planta. *Do dravidico nel, nellu*^ O termo é usado sobretudo em Macau e TIMOR e nos crioulos da Malásia. Ver também «O grosseiro methodo de converter o NELLY em ARROZ neste paiz [TIMOR] é como se segue» ... In *Annaes Maritimos*, 1843, p. 124, in Glossário Luso-Asiático, volume II, de Monsenhor Sebastião Rodolfo Dalgado com introdução de Joseph M Piel, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921.

<sup>192</sup> [ao serviço da agência noticiosa portuguesa LUSA, do jornal EUROPEU, da RDP, da Rádio Comercial e da rádio TDM-RTP Macau]

Dom Carlos Filipe Ximenes Belo (Prémio Nobel da Paz, 1996, conjuntamente com José Ramos Horta) tem dedicado os seus últimos anos a estudar um tema que me fascina por ter vivido em ambos os locais: o da presença maciça de clero açoriano no Oriente, em Macau e Timor. D. Arquimínio da Costa, D. Manuel Bernardo de Sousa Enes, D. João Paulino de Azevedo e Castro, D. José da Costa Nunes e D. Paulo José Tavares, têm em comum serem todos açorianos e Bispos de Macau.

Esta tradição de o clero açoriano se notabilizar fora do arquipélago vem desde os tempos remotos do povoamento. No século XVI, D. Frei João Estaco, foi bispo de Puebla de Los Angeles, no México. No século XVII, D. Frei Afonso Enes de Benevides, foi bispo de Meliapor<sup>193</sup>; D. Frei Cristóvão da Silveira foi primaz do Oriente. No século XVIII, D. António Taveira Brum da Silveira, foi arcebispo de Goa e primaz do Oriente; D. Frei Bartolomeu do Pilar, foi bispo do Grão-Pará no Brasil; D. Manuel de Sousa Enes foi Prelado de Macau.

No século XX, novos açorianos contribuíram para a evangelização católica em especial no Oriente, como D. João Paulino de Azevedo e Castro, Bispo de Macau; D. Manuel de Medeiros Guerreiro, Prelado de Meliapor e de Nampula; D. José Vieira Alvernaz, Prelado de Cochim, arcebispo de Goa e Damão, e Patriarca das Índias Orientais; D. Paulo José Tavares, Bispo de Macau; D. Arquimínio Rodrigues da Costa, Bispo de Macau e D. Jaime Garcia Goulart, primeiro Prelado de Díli. Nos Estados Unidos da América, merece ainda alusão a figura de D. Humberto de Sousa Medeiros, cardeal de Boston.

Estes nomes mais destacados inserem-se no contexto mais abrangente de um movimento clerical que se perpetuava dentro das famílias, como é o caso da família Costa Nunes, pois José era sobrinho em segundo grau do Padre António da Glória, cura e vigário da Candelária de 1809 a 1856. Alguns dos familiares de Dom José da Costa Nunes foram atraídos para o sacerdócio. É o caso dos Padres Áureo da Costa Nunes e Castro; Manuel da Costa Nunes e António Maria Nunes da Costa, sobrinhos de D. José, e do bispo Jaime Garcia Goulart, seu primo.

Aliás, D. José da Costa Nunes não se limita somente a influenciar a rede familiar pois no decurso da sua estadia no Oriente leva onze jovens açorianos para o Seminário de Macau (oito terceirenses, dois picoenses e um faialense), nove dos quais seguiram a carreira eclesiástica. Este livro traça, segundo as crónicas que o próprio deixou, o percurso do Padre açoriano Carlos da Rocha Pereira que passou 57 anos da sua vida em Timor (entre 1937 e 1994) onde viria a falecer. Lá sofreu as provações da Segunda Guerra Mundial num campo de concentração japonês em Liquiçá e mais tarde padeceu as agruras da ocupação indonésia. Regressou à Ilha Terceira natal apenas uma vez no decurso da sua vida (1952-53), passada em Cova-Lima, Soibada e Díli e em tantos outros locais que terão de consultar o mapa para os descobrirem nesses confins do Timor sempre esquecido e longínquo.

A maior parte destas crónicas foi publicada no jornal *SEARA* que nasceu como Boletim Eclesiástico da Diocese de Díli. No início dos anos 40, o futuro primeiro bispo da Diocese de Díli, D. Jaime Garcia Goulart queria criar um boletim próprio. No entanto, a iniciativa não foi concretizada por causa da Segunda Guerra Mundial (1942-1945) e só em 1948 foi possível reunir os elementos necessários para o boletim, cujo primeiro número surge “modestamente” em janeiro de 1949.

Recordemos que aquele Boletim se definia no seu primeiro número como

*[...] a SEARA também terá de ser uma revista de caráter missionário, relato de tudo quanto se vai fazendo, de lés a lés da ilha, na árdua, mas divina tarefa de converter almas, de as ir transformando, elevando-as, chamando-as até nós, amoldando-as a uma nova conceção da vida, numa palavra, civilizando-as cristãmente no catecúmeno, na escola, na Igreja.* (SEARA, 1949, Ano 1 nº 1, p. 11).

A *SEARA*, de periodicidade mensal, nasceu com uma tiragem de 500 exemplares, passou em 1955 a quadrimestral e durou na primeira fase até meados de 1964. O objetivo editorial da *SEARA* foi dar a conhecer o trabalho desenvolvido pelos Padres e Missionários no território e difundir a cultura religiosa; ao mesmo tempo que se propunha ser um veículo de difusão cultural, tanto da cultura portuguesa como da timorense. Tornou-se, ao longo dos anos, um meio de divulgação de informação, formação, e entretenimento das elites timorenses.

Em 1966, após um interregno de quase dois anos, Dom Jaime Goulart decidiu reavivar esse Boletim Eclesiástico. Apesar das limitações decorrentes do controle estatal, nomeadamente da censura, o movimento nacionalista timorense utilizou o jornal, de 1970 em diante, como veículo de divulgação do pensamento político, designadamente através de artigos de opinião, comentários e análises sociais que continham já críticas à colonização portuguesa.

<sup>193</sup> São Tomé de Meliapor foi um antigo território de Portugal entre os anos de 1523 e 1662, e também entre 1687 e 1749. Está localizado na costa oriental da Índia.

Muitos dos seus colaboradores timorenses ficaram conhecidos após 1964: Nicolau Lobato, José Ramos Horta, Francisco Xavier do Amaral, Francisco Borja da Costa, Mari Alkatiri, Manuel Carrascalão e Domingos de Oliveira.

Todavia, por ordem do Governador colonial coronel Alves Aldeia, o centro da publicação deste jornal foi fechado por agentes da *Policia Internacional em Defesa do Estado* (PIDE) a 10 de fevereiro de 1973<sup>194</sup>.

Para quem (como eu) viveu em Timor (1973-1975) e conhece a sua geografia uma noção sobressalta destas crónicas – que antecedem a minha chegada à Colónia - o espírito de sacrifício e de missão, sem um queixume nem uma mágoa. As condições primitivas de vida na maioria dos locais descritos, faria desistir qualquer um, mas o Padre Carlos da Rocha Pereira até para as inclemências do clima é benévolo.

É isto que faz deste livro de crónicas uma narrativa de dedicação e abnegação. Durante a época das monções, as estradas - deixadas pelos ocupantes japoneses - em piso de terra batida tornavam-se ribeiras intransitáveis durante largos meses. Nos locais mais recônditos do território as populações tinham de sobreviver apenas com os meios locais e sem comunicação com o resto do território.

Mesmo na cidade de Díli e na de Baucau, as condições não eram muito melhores, totalmente dependentes dos erráticos meios de transporte que transportavam os bens importados das outras colónias e do estrangeiro (Moçambique, Macau, Singapura, Hong-Kong, Austrália, etc.). Se bem que estas crónicas se cinjam sobretudo a aspetos relacionados com o culto e a ação missionária, há nelas alguns apontamentos sobre a vida nos locais onde ele desempenhava o seu múnus.

Algumas das celebrações aqui narradas da década de 1950 eram ainda tradição nos anos de 1970 quando lá vivi. Nada mudou até a Indonésia vir destruir o tecido humano tribal destes povos. Sobre este período não nos deixou infelizmente registo, ele que esteve no mato durante os primeiros anos da guerrilha e juntamente com a população sofreu essas agruras e a fome.

Tampouco nos narra a sua ação Missionária durante a ocupação indonésia quando lhe foi permitido continuar essa ação.

Para este Padre, a sua obra de Missionário não lhe permitia queixar-se de nada, embrenhado que estava na sua dedicada missão de vida, apascentando o seu rebanho terrestre em condições inóspitas. Uma lição de vida e um registo quase diarístico da sua devoção.

CHRYSTELLO

Lomba da Maia, S. Miguel, Açores, outubro 2015

### TEMA 3.2. DOM JOSÉ DA COSTA NUNES E A SUA AÇÃO EM TIMOR

#### Introdução

As minhas cordiais saudações a todos os presentes. Aproveito para agradecer à Organização, e, em particular ao senhor Chrys Chrystello pelo apoio dado para eu e o meu colega Dr. Fernando Carvalho podermos vir até Belmonte para participar a este 27º Colóquio lusófono.

O tema da minha intervenção é a figura do grande picoense, Dom José da Costa Nunes.

#### 1º CAPÍTULO – BIOGRAFIA DE DOM JOSÉ DA COSTA NUNES

Foi sacerdote, missionário, Bispo de Macau e Timor, Arcebispo de Goa e Damão, Patriarca das índias Orientais, e Cardeal. Foi ao longo da sua vida, um grande escritor.

José da Costa Nunes nasceu na freguesia rural da Candelária, no sudoeste da ilha do Pico, no dia 15 de março de 1880; era filho de José da Costa Nunes e Francisca Felizarda de Castro, uma família de lavradores. Depois de concluir os estudos primários na sua freguesia natal, realizou em 1892, no Liceu da Horta, da vizinha ilha do Faial, o exame de admissão aos estudos liceais, sendo aprovado. Ingressou, em 1893 no Seminário Episcopal de Angra do Heroísmo (Ilha Terceira). “Deu logo nas vistas nos primeiros anos de curso. Tinha boa índole, uma inteligência brilhante e grande vontade, era disciplinado, muito afável, de tal forma que captava a estima de companheiros e superiores”<sup>195</sup>.

<sup>194</sup> Jolliffe, Jill, 1978, p. 56- *East Timor: nationalism and colonialism*. St. Lucia: University of Queensland Press; e Gunn, Geoffrey, 1999, p. 57. *Timor Lorosae 500 anos*. Lisboa: Livros do Oriente

<sup>195</sup> LIMA, Guiomar Maria, *Nasceu para Vencer*, Macau, 2015, p. 13.

Durante o seu percurso como seminarista colaborou em jornais e revistas, usando múltiplos pseudónimos, revelando precocemente talento para a escrita e para a oratória. A sua obra posterior, nos múltiplos artigos jornalísticos, textos de conferência, pastorais, homilias e cartas que produziu, confirmam esta característica. Ainda no Seminário gostava de tocar.

*“Numa simples e espontânea manifestação da sua autêntica e rica juventude, o então seminarista José da Costa Nunes acompanhara à viola, em viola vários modilhos, num grupo de pessoas íntimas. Tanto bastou para que o facto, torcido e retorcido, fosse objeto de uma denúncia eclesiástica para o Seminário de tal forma que se impôs sem reticências ao muito virtuoso e ilustrado Reitor, Pe. Dr. João Paulino de Azevedo e Castro,*

*E o brilhante e exemplar aluno do curso teológico Costa Nunes, indigitado para em breve partir para Roma a tirar algumas formaturas, teria sido julgado leviano superiormente e recebeu ordem de expulsão!*

*Não se tornou fácil a verdade vir à tona da água, senão depois de corajosa e firme atitude de um santo sacerdote o Cónego José de Madeiros Amaral.*

*Era diretor espiritual do Seminário de Angra e natural da mesma ilha (e concelho) de Costa Nunes - o Pico.*

*Nas primeiras férias que ali foi passar, a seguir a expulsão do nosso seminarista, informou-se cabalmente do que sucedera à volta do caso da viola e descobriu logo traição!*

*Terminadas as férias, fez-se acompanhar, por sua conta e risco de Costa Nunes, até ao Seminário.*

*Chegados que foram, ficou Costa Nunes na portaria junto das malas de ambos. E o Cónego Amaral dirigiu-se à Reitoria e disse ao Dr. João Paulino: trouxe comigo o Costa Nunes; continuamos os dois no Seminário ou saímos também os dois! Desnecessárias mais palavras.*

*Perante o gesto da forte integridade moral do Cónego Amaral, o Reitor apercebeu-se imediatamente de que era vítima de jogo malévolo.*

*E não só revogou a sua decisão de uma não atrás e se retratou dessa medida infeliz (embora tomada não por culpa própria), como também ao ser sagrado daí a pouco Bispo de Macau e Timor e recolheu o minorista Costa Nunes para seu secretário particular. Admirável ao mesmo tempo escolhia, talvez sem o suspeitar ou talvez precavendo-o, o maior colaborador do seu episcopado e o seu próprio sucessor!”<sup>196</sup>*

No Seminário Episcopal de Angra fez com brilhantismo os seus estudos, recebendo a 1 de junho de 1901 a Prima Tonsura e Ordens Menores na Igreja de Nossa Senhora da Guia do antigo Convento de São Francisco de Angra, imóvel onde então funcionavam conjuntamente o Seminário e o Liceu de Angra do Heroísmo.

Em 1902, quando frequentava o último ano de Teologia do Seminário e se preparava para a ordenação, foi convidado pelo vice-reitor daquele estabelecimento e seu conterrâneo do Pico, Padre Doutor João Paulino de Azevedo e Castro, então eleito bispo de Macau, a acompanhá-lo como seu secretário particular. Aceitou o convite e após a sagração de D. João Paulino, conferida em Angra pelo bispo cessante de Macau D. José Manuel de Carvalho, partiu na companhia do novo prelado, chegando a Macau a 4 de junho de 1903.

Durante a viagem para Macau, acompanhou D. João Paulino nos seus contactos com as autoridades civis e eclesiásticas em Lisboa e Roma e visitou Bombaim e Singapura.

Chegado a Macau e feito o exame de Teologia no Seminário Diocesano de São José de Macau, foi ordenado presbítero em 26 de julho de 1903.

Em Macau desenvolveu atividades pastorais, foi professor no Seminário de S. José (1903 – 1906); fez parte da direção do Colégio de Santa Rosa de Lima e foi diretor do Asilo dos Órfãos durante três anos. Vigário Geral da Diocese de Macau e Timor (1906–1913), governador do bispado (1907) e fundador do jornal Oriente (1915). Por provisão de 6 de maio de 1915 foi nomeado vice-reitor interino do Seminário.

Esteve nas missões de Malaca, Singapura e Timor (1911). Desenvolveu também atividades missionárias no Timor Português no período de 1913 a 1920.

Por morte de D. João Paulino, em sessão do cabido realizada a 22 de fevereiro de 1918 foi eleito vigário capitular, cargo que exerceu até 16 de dezembro de 1920, data do consistório secreto que o preconizou bispo da diocese de Macau.

A sua nomeação para prelado resultou do trabalho que desenvolveu como vigário capitular na recuperação das finanças e na reorganização interna da diocese de Macau.

Em 23 de novembro de 1920, foi nomeado Bispo de Macau, de que era, desde 1918, Vigário-Capitular, sede vacante, em virtude da morte de Dom João Paulino de Azevedo e Castro.

<sup>196</sup> Cf., SEARA, Ano III 3ªA Série (21.9.1968), N. 131, P. 8; cf. TEIXEIRA, Manuel, *Macau e a sua Diocese*, Vol. II, Imprensa Nacional, 1940, p. 511.



Em 20 de novembro de 1921, recebeu na Matriz da Horta, a ordenação episcopal. Em 4 de junho de 1922 foi recebido entusiasticamente em Macau. Governou a Diocese de Macau e as Missões Católicas de Timor até 1940, altura em que foi designado pelo Papa Pio XII, Arcebispo Metropolitano de Goa e Damão, Patriarca das Índias Orientais e Primaz do Oriente, (a 11 de dezembro de 1940). Entra na Arquidiocese toma posse da mesma no dia 18 de janeiro de 1942. Em 16 de dezembro 1953, resigna, a seu pedido da Arquidiocese de Goa e Damão, e passa a viver em Roma, onde exerce vários cargos. Foi elevado a cardeal pelo Papa João XXIII em 19 de março de 1962.

Morreu em Roma no dia 29 de novembro de 1976, aos 96 anos e depois de 23 anos de serviço na Cúria Romana. O seu corpo foi sepultado no cemitério Campo di Verano, Roma, e transferido posteriormente para a Igreja de Santo António dos Portugueses, também em Roma. A 27 de junho de 1997 os restos mortais do Cardeal Costa Nunes foram solenemente trasladados para a igreja paroquial da Candelária, nos Açores.

## CAPÍTULO 2º - A SUA AÇÃO EM TIMOR

Dom José da Costa Nunes foi dos Prelados macaenses que deram um impulso extraordinário para o desenvolvimento das Missões Católicas de Timor. As Missões Católicas de Timor eram “menina dos olhos” do grande bispo missionário.

*“Percorria a cavalo caminhos montanhosos e quase inacessíveis durante dias e semanas, sob o sol ardente e chuvas torrenciais, para visitar as várias estações missionárias dispersas pelas montanhas e a grandes distâncias umas das outras e encorajar os seus missionários: preferia descansar em palhotas incómodas e expostas às intempéries; a quem o convidava a instalar-se de maneira mais confortável respondia amavelmente: Aqui está-se muito bem e é mais poético; não vim para gozar; lembrem-se que sou missionário”<sup>197</sup>.*

Dom José da Costa Nunes dava grande atenção à Colónia de Timor, parte integrante da Diocese de Macau. Por isso, durante o seu governo, realizou quatro visitas pastorais às Missões de Timor.

Em 1924 Dom José da Costa Nunes a sua visita pastoral à Colónia de Timor. Depois de ter percorrido o território e contactado com populações e ter visto os inconvenientes na existência de dois Vicariatos Geral, decidiu o Bispo reduzir a um só, cuja sede ficou em Lahane (Díli) Foi extinto o Vicariato do Sul que estivera confiado aos padres da Companhia de Jesus até à sua expulsão de Portugal, em 1910. Houve setores que não gostasse desta decisão, mas pouco a pouco os ânimos foram-se serenando.

Como os sacerdotes eram poucos, além disso, alguns já muito casados, outros velhos, decidiu Dom José da Costa Nunes fundar a Escola de preparação de professores-catequistas. Uma iniciativa de longo alcance foi a abertura de escolas e colégios, tanto para rapazes como para meninas. Foram abertos quatro internatos, dois na área de Díli: um para os meninos europeus ou timorenses vivendo a europeu, e outro para meninas. Outros dois colégios, para meninas, situavam-se no interior do território, um em Manatuto e outro na Soibada. Esses dois centros forma entregues às religiosas canossianas que havia regressado em 1923.

Fundou o Colégio de Santo António, destinado a receber os filhos dos europeus e dos timorenses, filhos de liurais e funcionários assimilados que quisessem viver a europeu

Outra obra de vulto foi a abertura da Escola de Artes e Ofícios em Díli, e para cuja direção convidou os Salesianos de Macau.

Em 1926, realizava a segunda visita pastoral. Nessa vista o Prelado verificara “que o plano que havia traçado dava os primeiros resultados: vigilância, frequentes exercícios espirituais para o clero, trabalho a realizar pelos missionários, ordem a seguir neles, estatística religiosas e relatórios obrigatórios sobre cada área missionária que os respetivos missionários deveriam enviar anualmente, mapas trimestrais, etc.”<sup>198</sup>(Memória, p. 27).

1933- Foi a Timor na colónia do padre Jaime Garcia Goulart.

*“Quando, em 1933, Costa Nunes visitou Timor, percorreu toda a Colónia chegando a viajar de mais de cem quilómetros num dia por caminhos difíceis, a grande altitude, com muito calor e humidade, o que o deixava extenuado. Foi muito bem-recebido. Homenageado com aparato certamente sentiu-se orgulhoso e tocado, pois deixou um curioso relato no Boletim Eclesiástico acerca deste tempo.*

*Por onde que passasse os régulos e chefes timorenses acudiam, a importância de cada tribo avaliava-se pelo número de homens e cavalos que iam” à baliza do Reino” esperar o Prelado. Geralmente eram centenas, numa ocasião chegaram a meio milhar, um desfile de cavaleiros usando bizarra indumentária indígena que variava entre o indispensável para cobrir o sexo, até à lipa de cores berrantes, o casaco de paninho rendilhado, as penas nos tornozelos, as manilhas nos braços e os colares de ouro e mutissala. Assim vestidos passaram diante do bispo chefes cristãos que quiserem beijar o anel prelatício e também muitos pagãos. Gente sertaneja*

<sup>197</sup> Cf. LIMA; Guiomar Maria, Nascido para vencer, Dom José da Costa Nunes, Bispo de Macau, Patriarca das Índias. Cardeal, (1880-1976), Macau, 2015, p. 55.

<sup>198</sup> cf. Cardeal D. José da Costa Nunes, In Memoriam, Editorial, A. O., Braga, 1980.

*que, contudo, mostrava admiração pelo representante de uma religião a que não pertencia, mas que considerava a religião das gentes de posse e estatuto, pessoas gradas, como se dizia”.*<sup>199</sup>

Na sua visita pastoral à Missão de Alas, o Prelado ficou maravilhado com o desfile de Moradores daquele reino do sul de Timor. *“Na Missão de Alas houve uma festa magnífica, desfilaram centenas de homens a cavalo, um corpo de lanceiros, assistiram milhares de espetadores, havia arcos de bambu, tamborins a rufar desalmadamente, bandeirolas e abandeira portuguesa, panchões que rebentava à porfia atroando os ares e enchendo o ambiente de fumo. O liurai, Dom Carlos Borromeu Duarte, teimara em preparar uma recepção estrondosa, escreveu o bispo. Antigo aluno do Colégio católico em Soibada era muito dedicado às missões e estava sempre disposto a auxiliar as obras religiosas.”*<sup>200</sup>

O bispo ficou surpreendido com a magnífica pronúncia em língua portuguesa e com o longo discurso que o liurai proferiu, sem uma hesitação ou uma falha de memória, nem tão-pouco ajuda de papel onde os tópicos da intervenção estiveram escritos”

Moido e dolorido das viagens a pé ou a cavalo por montes e vales, Costa Nunes entusiasmava-se com a vida missionária errante, uma vida de sacrifício no mais alto sentido da palavra, uma atitude de quem se esquece se esquece de si e sofre com os outros, de quem se dá por um ideal superior, um prazer, afinal que deixa perder de vista todos os confortos materiais” (Ibidem, nº 366, setembro de 1934, p. 214).

Na visita pastoral à Missão de Soibada, no Reino de Samoro, o povo pede perdão, porque no passado não tinha recebido bem o missionário Ananias que os excomungou lançando a bênção com a mão esquerda.

As missões tinham frutificado, o clero aumentado, a Escola de catequistas formava de uma forma consistente, os postos missionários (estações missionárias) tinha triplicado, o clero trabalhava com zelo e havia numerosas conversões.

Em 1935 todo o ensino foi entregue pelo governo às Missões Católica.

1937- Foi a última visita. Nessa visita inaugurou a Matriz de Díli e a Igreja de Ainaro (Suro).

Quando foi transferido para Goa, a Diocese de Macau e Timor, “a sua intensa atividade ao longo daqueles anos tinha assumido tinham atingido proporções dignas de notas: construção de 69 igrejas e capelas; aumento de 23 sacerdotes diocesanos e 75 religiosas; 348 catequistas, 207 professores, 49 colégios e 5 institutos de beneficência, um seminário em Timor, de uma biblioteca católica de casas de correção e proteção de rapazes e raparigas”.<sup>201</sup>

E em Timor: A Colónia tinha 21 missionárias, 20 religiosas canossianas, e um auxiliar leigo, 9 Missões, cada uma com dois missionários, 43 catequistas, 7 igrejas, 18 capelas de alvenaria, e mais 17 cobertas de capim e colmo, 3 colégios de meninas, e um para rapazes, uma escola de professores catequistas, um seminário menor, 25 escolas indígenas e mais

### DEFENSOR DA DIGNIDADE DO INDÍGENA TIMORENSE

Segundo a nossa opinião, Dom José da Costa Nunes, foi o Prelado do Padroado Português do Oriente, que pela primeira vez compreendeu a situação de discriminação das populações e levantou a voz defendendo os direitos civis dos povos.

Depois de ter percorrido os sucos da Colónia de Timor, em 1924, ele não podia calar aquilo que via.

Nos Relatórios ao Governo, escreve:

*“O timorense, embora já não seja o selvagem da floresta nem o nómada que vive de caça e da guerra, é ainda um povo rude, de hábitos grosseiros e instintos semibárbaros.*

*Que temos nós feito, durante estes três séculos de dominação para arranca-lo ao seu estado primitivo? Muito pouco. Quase nada.*

*Há para aí um núcleo de timorenses europeizados, que assimilaram perfeitamente os nossos hábitos, mas o grosso da população vive no mesmo estado de inferioridade, em que nós a encontrámos no século XVI”.*

*- “Não se civilizam povos, aproveitando-lhes serviços e deixando-os depois abandonados ao seu estado de inferioridade mental e material.*

<sup>199</sup> LIMA, Guiomar, Maria, op. cit., p.; cf. BEDM, Ano XIII, Nº 365, agosto de 1934, pp. 105-113.

<sup>200</sup> *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*, Nº 367, outubro/novembro de 1934, p. 368.

<sup>201</sup> Cf. In MEMORIAM, op. cit., p. 228.

*O indígena tem direitos, que é preciso reconhecer.*

*Primeiro senhor da terra, ensina-se-lhe a arte de trabalhar e utilizar em proveito próprio, despertando-lhe a ambição e pondo-o em circunstância de ver as vantagens práticas do seu esforço. Porque, sem essas vantagens, nunca o indígena trabalhará, e se, obrigado, o fizer para os outros, maior será o horror que tomará ao trabalho.*

*O indígena é um ser pensante e não um puro animal. Sabe ver, pensar e discorrer*

*- “Suponhamos mais: que o governo cria necessidades a esta gente, aumentando o imposto de capitação, ensinando-os a vestirem-se e calçarem-se, despertando-lhes o amor ao conforto e à higiene, introduzindo no meio deles produtos que possam concorrer para o seu bem-estar, etc. – e digam-me, se o indígena não virá evoluindo e renunciando à vida de selvagem que leva. Parece-me que sim.”*

*- “Eu entendo que toda a nossa atividade colonizadora e educativa deve reverter em benefício direto do indígena e não em benefício do branco. Porque a verdade é esta: geralmente, o europeu vem para as colônias para enriquecer à custa do preto, continuando este a viver no mesmo estado miserável”.*

*Para elevar o nível de civilização dos indígenas da Colônia, o Bispo de Macau propõe a criação de escolas profissionais, de centros de agricultura, da educação da mulher. Aos missionários, aconselha atitudes de aproximação ao povo (estar no meio deles e viver com eles; falar a sua língua ou dialeto).*

### **CAPÍTULO 3º - DOM JOSÉ DA COSA NUNES, ESCRITOR E JORNALISTA**

Desde os tempos do Liceu e do Seminário, que José da Costa Nunes. Começou a escrever muito cedo no Semanário a VOZ, que se publicava no Concelho da Madalena do Pico. Era pequenas notícias de casamento, de partidas e chegadas de gentes do concelho, de uma epidemia de sarampo ou quaisquer outras, assinando com o pseudónimo Albano”.<sup>202</sup> Usou vários pseudónimos: Albino, Sílvio, N. Alcino, Mário e Aliquis (Alguém). Este último pseudónimo aparecia nas crónicas que o Cardeal então, em Roma, mandava para o Jornal Novidades, de Lisboa, desde 1953 a 1958. Sobre o estilo dia a biógrafa Maria Guiomar Lima: “Escreveu com brilho e facilidade difíceis de igualar, do melhor que existe em Língua portuguesa, sem dúvida considerando os textos de jornal, as pastorais ou cartas destinadas aos fiéis, ao clero aos jovens que se tornaram muito conhecidas”<sup>203</sup>.

*“As suas qualidades oratórias, que suscitavam a admiração e viva simpatia no clero e nos fiéis, revelavam-se claramente nas suas conferências e pregações.”<sup>204</sup>*

Qualidades literárias enquanto estudante do Seminário.

Diz o padre Mateus das Neves:

*“Mas já antes da sua partida para o Oriente, se uma pitonisa lhe tivesse ouvido as lições no seminário de Angra e tivesse reparado na cuidada roupagem literária em que envolvia doutrina e ideias bebidas nas aulas, profetizaria sem dúvida o brilho excecional da sua pena e do seu verbo. As suas crónicas de viagem publicadas no Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau, as suas cartas aos sacerdotes reunidas em volume, em Goa, até os seus relatórios para o Governo de Lisboa, e tudo o mais que lhe saía da pena, vinha polvilhado de bom quilate da sua pluma privilegiada”.*<sup>205</sup>

*“Mas quando subia ao púlpito ou quando discursava em tribuna profana que o Senhor D. José da Costa Nunes empolgava, atingindo a plenitude do seu brilho de orador gigante. E até em conversa descuidada notava-se –lhe uma linda simplicidade de frase, tão linda como rara, ao serviço duma cultura vasta e quase enciclopédica”.*<sup>206</sup>

Como diz a jornalista, autora da biografia, Maria Guiomar Silva, José da Costa Nunes era um grande escritor, jornalista. Foi um fundador da Revista “O Oriente”, o primeiro número saiu em janeiro de 1915. Mas, a revista teve vida breve; foi publicada até dezembro do mesmo ano. Nessa revista, o Padre José da Costa Nunes escrevia crónicas e notícias que assinou com vários pseudónimos.<sup>207</sup>

<sup>202</sup> cf. Textos do Cardeal Nunes, vol. I, Estudante e Jornalista, p. 10; cf. Lima, Guiomar Maria, op. cit., p. 13.

<sup>203</sup> LIMA, Guiomar Maria, ob. cit. p. 13.

<sup>204</sup> CARLOS José, Daqui houve missionários até aos confins do Mundo, p. 44.

<sup>205</sup> Cf. In MEMORIAM, op. cit., p. 39.

<sup>206</sup> Idem, p. 39-40.

<sup>207</sup> cf. LIMA; Guiomar Maria, op. cit. p. 29.

Mais tarde criou o periódico A Pátria, ligado ao Seminário de São José, que se publicou durante dois anos e se encerrou devido a falta de condições materiais. Colaborou no semanário macaense Vida Nova onde escreveu com o pseudónimo Albino, Carta da China a um Amigo do Ocidente, um conjunto de reflexões sobre a história e cultura chinesas. Por pouco tempo. Publicou largos anos no Boletim da Diocese, em jornais regionais e nacionais.

As primeiras manifestações jornalísticas do Cardeal surgem logo desde os seus tempos de estudante, em Angra. Desde as primeiras publicações, opta pela utilização de vários pseudónimos. No jornal A Voz assina com o nome de Albino, na revista Oriente como Mário ou como Sílvio, no semanário macaense Vida Nova como Alcino e, ainda na década de 1950, escreve umas cartas de Roma sob o pseudónimo de Aliquis.

Durante o período de 1899 a 1902, torna-se um participante ativo do jornal A Voz, semanário publicado na vila da Madalena. Nestes escritos, salientam-se dois tipos de discursos. Um deles de tipo claramente informativo, onde noticia pequenos sucessos do quotidiano da freguesia da Candelária: a chegada de determinadas famílias à freguesia gozando das férias do verão; acidentes com barcos de pesca, casamentos efetuados, doenças que grassavam na Candelária, festas e romarias, etc. “Vejam-se os dois exemplos seguintes: *“Fixou residência nesta freguesia a excelentíssima família do reverendo Manuel*

*Alfredo Goulart, digno cura desta Igreja Paroquial”;*

*“Tem-se desenvolvido nesta freguesia, a epidemia do sarampo, principalmente na povoação do Monte. Até à data, felizmente, não têm aparecido vítimas”.*

Um outro tipo de escrita assume um carácter manifestamente mais literário e até poético: *«Era o anoitecer de um belo dia primaveril. O sol estava prestes a imergir no ocidente e a baça claridade crepuscular espargia-se pela terra em ondulações, que causava, tristeza, que despertavam saudades. Edénicas paragens exibiam uma perspetiva bel, encantadora!*

*[...] Bem junto a mim, gentis florinhas alcatifavam o solo... Eram esplêndidos, encantadores os retoques, que esmaltavam o panorama»* .

Já em Macau, funda em 1915 a revista Oriente, com uma periodicidade mensal, a qual dirige durante todo este ano. Aqui, o Cardeal discorre sobre assuntos da atualidade, como é o caso das crónicas que publica em 1915 sobre a I Grande Guerra, as eleições nacionais, a greve dos tipógrafos do Porto, entre outros assuntos. Também é um colaborador do Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau, onde publica diversas crónicas de viagem.

Todos os seus registos, jornalísticos ou não, são de grande interesse e revelam argúcia na escrita e uma cultura elevada, com profusas citações de filósofos, escritores e pensadores, desde Platão, Zenão, Xenofonte, Cícero, Plutarco a Chateaubriand, Rousseau, Voltaire, Jules Simon, Espinosa, Stuart--Mill e ainda Confúcio”.<sup>208</sup>

A maior parte dos escritos foram reunidos em dezasseis volumes e publicados em Macau pela Fundação Oriente e, sob a coordenação do Padre Tomás Bettencourt:

#### TEXTOS DO CARDEAL COSTA NUNES. MACAU: FUNDAÇÃO MACAU, 1999:

Volume 1 – Estudante jornalista'. 280 p.;

2º – Escritos. 245 p.;

3º – Cartas da China. 174 p.;

4º – Documentos oficiais. 293 p.;

5º – Pastorais. 272 p.;

6º – Conferências. 275 p.;

7º – Viagens. 292 p.;

8º – Crónicas;

9º – Entre Chineses e entre Malaio;

11º – Documentação oficial;

12º – Magistério do Patriarca;

13º – Cartas aos Sacerdotes da Arquidiocese de Goa;

14º – Cartas aos Jovens Goeses;

16º – Cartas de Roma.

Em relação às Missões Católicas na Colónia de Timor (Timor-Leste), escreveu Relatórios, que eram endereçados ao Prelado de Macau e ao Ministro da Colónia;

- No Volume II (Escritos): Relatórios sobre as Missões de Malaca e Timor.

<sup>208</sup> COSTA, Susana Goulart, D. José da Costa Nunes (1880-1976). Um Cardeal no Oriente, cf. relatório.ucp.pt/bitstream/10400.14/4523/1/LS\_S2-19-20-SusanaGcosta.pdf



Timor, pág. 47- 65.

- No volume VII: Crónicas de suas viagens: "Por Terras de Timor", p. 211-217.

- No volume IV, são publicadas as Provisões eclesiásticas.

## RELATÓRIOS

### 1.1. RELATÓRIO DE 1911

Incumbido pelo Bispo Dom João Paulino de Azevedo e Castro, visitou pela primeira vez a Colónia de Timor, em 1911, um ano após a proclamação da República. Foi nomeado visitador pela Provisão de 3 julho daquele ano. No seu regresso a Macau expôs ao prelado um vasto relatório, em 23 de outubro de 1911.

Ao iniciar o dito relatório o visitador começa por narrar a história das Missões de Timor, a partir de 1874, quando pela Concordata entre o papa Pio IX e o Rei Dom Luís I, a metade da Ilha de Timor que até era anexada ao Arcebispado de Goa passou para a Jurisdição do Prelado de Macau.

Nessa primeira visita ao território, o padre José da Costa Nunes percorreu todo o território visitando as Missões do Vicariato Norte: Díli-Lacló; Manatuto, Laleia, Vemassee, Baucau, Maubara, Batugadé e Oecusse; Do Vicariato Sul ou Contra-Costa, visitou Soibada, Barique, Manufahi Suro.

As conclusões a tirar: o Governo não tem ligado as missões a atenção que elas merecem; os obreiros são poucos

- *"De um modo geral o meio timorense não é hostil nem favorável ao cristianismo. É indiferente. É necessário que o missionário esteja sempre ao lado do indígena; A permanência do missionário é essencial. O missionário secular que regressa à terra, não tem continuidade.* (pp. 64-65). Situação do missionário: isolamento, é preciso ter colega; sugere centro de missões com dois ou três missionários;

Fala da escola: o missionário é também professor oficial.

Sobre as línguas:

As línguas faladas em Timor são 19; Sugestão em carregar algum missionário em traduzir o catecismo e fazer um pequeno dicionário.

*"Palavras sábias do visitador: "Ainda mesmo que esse missionário tivesse de ser dispensado do seu ministério para somente se ocupar em trabalhos deste género, a missão lucraria muito com tal medida"* (p. 64)

1. Relatório de 1922(22 de setembro de 1922) sobre as missões de Timor enviado a sua Excia. O Ministro das Colónias, in B.E.D.M., A 20, nº 233, nov. 1922, p. 279-288; cf. Textos, 61-70).  
2. Relatório sobre as Missões de Timor enviado a Sua Excia. O Ministro das Colónias por Sua Excia. Revma. o Bispo de Macau e Timor (20 de agosto de 1923). In B.E.D.M, A 21, nº 255, out./nov., 1924, p. XIII-XXXII.; cf. Textos, p. 71-92.

3. Relatório sobre as Missões referente ao ano de 1933 (12 de janeiro de 1934). In B.E.D.M., A 31, n. 363, Jun./1934, p. 974-981., cf. Textos, p. 91-100.

4. Relatório sobre as Missões de Timor – 1937, in B.E.D.M., A 35, nº 406, Jan 1937, p. 409-413; cf. Textos, p. 105-110.

No Relatório ao Ministro das Colónias, o Bispo de Macau escreve, entre outras coisas: "O movimento de conversões aumentou sensivelmente, sobretudo nas regiões da Ermera, Hatolia, Letefoho, Ailéu, Suro, Manufahi, Ossu, Viqueque e Baucau". Sobre a inclinação para as conversões: *"Quase se poderá estabelecer a seguinte regra: as populações do interior da ilha convertem-se mais facilmente do que as do litoral e são mais exatas na observância na observância dos deveres religiosos."*

Escolas: (...) *as nossas escolas são 46, são frequentadas por 2.424 alunos e tendem a desenvolver-se num ritmo, que poderia classificar-se de acelerado, caso dispuséssemos da mais pessoal ensinante e mais meios pecuniários"*.

Propõe o ensino profissional e agrícola, além do ensino do português.

## II – CRÓNICAS DAS VIAGENS

Viagem a Timor: Descrição do "Timorense" (1924)

*O português, que pela vez primeira desembarca em Díli, experimenta a sensação agradável de ouvir a sua língua por um grande número de indígenas.*

*E não é somente o indígena educado que se exprime em português, é também o trabalhador, o analfabeto, o homem de lipa. O servo da gleba, que para aí moureja debaixo das ardências deste sol tropical, que lhe vai crestando a pela bronzeada.*

*Sob este ponto de vista, a cidade de Díli esta mais adiantada do que Macau.*

*Aí, parte da população portuguesa, com dificuldade se encontra alguém. Com quem troquemos duas palavras em português. E se porventura se nos depara um outro chinês, salvas três ou quatro exceções, com pretensões a falar português, tão reduzido e estropeado é o seu vocabulário que se torna impossível manter uma conversa, onde entre mais de uma dúzia de palavras.*

*Aí, os chineses impuseram a sua língua aos portugueses, quando se devia ter dado o facto inverso, que constitui, por assim dizer, uma das principais características da nossa acção colonizadora, como ainda hoje se verifica em muitos pontos, onde o domínio português cessou há séculos.*

*Tanto em Díli como pelo interior se encontram indígenas capazes de nos entender.*

*Mas, pergunta-se – teremos nós criado na alma do timorense uma verdadeira afeição a Portugal, como sucedeu, por exemplo, na Índia e em Malaca?*

*Não me parece.*

*A história desta longínqua possessão é uma série de revoltas, se não, propriamente, contra o domínio português, contra autoridades portuguesas que por aqui passaram.*

*Estou a dizer que nunca houve, entre nós e os timorenses, laços comuns de reciprocidades de afetos.*

*Por nossa causa?*

*Por causa deles?*

*Provavelmente por culpa duns e doutros...*

*Neste capítulo, não sei para que lado se inclinará o fiel da balança.*

*O timorense, embora já não seja o selvagem da floresta nem o nómada que vive de caça e da guerra, é ainda um povo rude, de hábitos grosseiros e instintos semibárbaros.*

*Que temos nós feito, durante estes três séculos de dominação, para arranca-lo ao seu estado primitivo? Muito pouco. Quase nada.*

*Há para aí um núcleo de timorenses europeizados, que assimilaram perfeitamente os nossos hábitos, mas o grosso da população vive no mesmo estado de inferioridade, em que nós a encontrámos no século XVI.*

*Das vantagens da nossa civilização apenas sabem isto: que de tempos a tempos, por fás ou por nefás, os arrancam aos seus afazeres ou à sua indolência, para trabalharem gratuitamente para o Estado.*

*Obras para a utilidade direta para o indígena, poucas existem, e essas, mesmo, montadas em maquinismos pouco apropriados ao fim que se tem vista.*

*É assim que se civiliza?*

*Não é.*

*Civilizar é educar o indígena, fazendo-lhe ver, pacientemente por exemplos, a superioridade da nossa civilização, é trata-lo bem, reconhecendo nele a pessoa humana, que é qualquer coisa diferente do puro animal; é criar instituições adequadas, que tragam benefícios, diretamente para ele e indiretamente para o Estado; é ganhá-los pelo afeto e transformá-lo num ser útil e produtivo; é ir corrigindo gradualmente os seus defeitos grosseiros e aperfeiçoando a sua mentalidade de primários.*

*E, contudo, que tem vivido escravizado pelos chefes pretos ora a chefes doutras raças, à face da lei é tão livre como eu e goza dos mesmos privilégios que eu gozo. Valha-nos isso!*

*Como eu, ele elege deputados e senadores, que vão para o Parlamento e Senado elaborar leis; como eu, está sujeito ao mesmo Código; como eu, frui os mesmos direitos; como eu, apoia-se na Constituição da República, para defender as suas regalias de cidadão português!*

*Tão longe levamos o prurido da igualdade, que, no papel, não fazemos distinção, em matéria de privilégios, ente o bacharel de Coimbra e o preto de tanga!*

*Que falta de senso das proporções!*

*E, assim, julgamos ter civilizado os povos inferiores, esquecendo-nos de que eles necessitam de leis e regulamentos, que estejam em harmonia com o seu estado de civilização.*

*Em vez de darmos ao indígena tantas liberdades, de o submetermos a uma legislação que ele não compreende, de lhe metermos na mão um papel com um nome dum deputado, de lhe atribuírmos direitos que para nada lhe servem, dêmos-lhe escolas profissionais, ensinemos-lhe a revolver a terra e a aproveitar os seus produtos, obrigemo-lo, mesmo, a trabalhar, criando-lhe necessidades, façamos dele, enfim, um ser consciente e útil. Depois, então, podemos conceder-lhe o direito de voto e outras coisas correlativas, pois encontrá-lo-emos habituado a fazer uso de tais regalias.*

## EDUCAÇÃO DO TIMORENSE

*Macau é a colônia portuguesa que está mais em contacto com Timor. Pois, apesar disso, Macau não conhece Timor. Ou conhece-o sob um aspeto muito diverso da realidade.*

*Timor é uma bela terra e um clima delicioso, desde quando se viva a alguma distância das praias.*

*É, também, o país mais rico do mundo! Ora imaginem os senhores que, em Macau e Portugal ou em qualquer outro ponto do globo, os serventuários do Estado não recebem os seus vencimentos no fim de cada mês, e aí teríamos uma crise doméstica, que nenhuma dona de casa, por mais hábil que fosse, conseguiria resolver! Pois os funcionários de Timor há um ano que não recebem vencimentos, e, contudo, vive-se!*

*E vive-se muito bem!*

*Ninguém, ainda, deixou de satisfazer um capricho, por falta de meios.*

*Positivamente, Timor é um país ideal!*

*Para o europeu e para o indígena. Este não trabalha ou trabalha pouco. Vive ao Deus-dará. O amanhã não existe para ele. Todavia não morre de fome.*

*Um fruto, uma raiz, um animal caçado, uma espiga de milho, e ei-lo satisfeito da sua vida, sem aquelas preocupações criadas pela depreciação da nossa moeda no sei das famílias portuguesas.*

*Tem? Come. Não tem? Resigna-se, esperançado em que o acaso lhe porá no dia seguinte, em frente do estômago vazio, um succulento jantar, que será digerido durante três ou quatro dias. E o acaso amigo nunca lhe falta!*

*Como o camelo que faz provisão de água para atravessar o deserto, o indígena, oferecendo-se-lhe ocasião, provê o estômago de alimento para uma semana, durante a qual se remete ao prazer de indolência.*

*Não terá razão?*

*Tem-na dentro do seu raciocínio e da forma como encara a vida.*

*É a nós que compete modificar-lhe a mentalidade, por uma instrução e educação convenientes.*

*Temos, pois, de nos aproximar dele para o trazermos até nós. Aproveitar, porém, os seus serviços e deixá-los no estado de semisselvagem em que jaz, não é civilizar, é outra coisa que não se diz.*

*Ora em Timor não se tem prestado a devida atenção à educação do indígena.*

*Há para aí umas escolas de instrução primária, onde o indígena aprende a conjugar verbos e analisar um trecho. Mas tem-se visto resultado. O timorense, que um dia chegou a conquistar o diploma das primeiras letras, julga-se doutor e desceria da sua elevada posição se tivesse de exercer uma profissão Manuel. E como não há empregos públicos para tantos doutores, aí temos uma classe de indivíduos inúteis e descontentes – classe que vai engrossando de ano para ano e que no futuro pode criar-nos dificuldades sérias...*

*Como resolver o problema? Pelas escolas profissionais. Excogitem outro meio que não o encontram*

*É preciso ensinar o indígena a trabalhar, e coloca-lo depois em circunstâncias de ganhar a vida e usufruir as regalias, que todo o homem civilizado tem.*

*Timor é uma região fertilíssima. O seu futuro está na agricultura, pecuária e indústrias acessórias.*

*Aqui o europeu tem um largo campo de acção, mas é preciso preparar o indígena para colaborar com ele, conscientemente, na obra do ressurgimento da colónia. Conscientemente, digo e não como simples instrumento de trabalho, auferindo os outros o benefício dos seus suores.*

*Não se civilizam povos, aproveitando-lhes serviços e deixando-os depois abandonados ao seu estado de inferioridade mental e material.*

*O indígena tem direitos, que é preciso reconhecer.*

*Primeiro senhor da terra, ensina-se-lhe a arte de trabalhar e utilizar em proveito próprio, despertando-lhe a ambição e pondo-o em circunstância de ver as vantagens práticas do seu esforço. Porque, sem essas vantagens, nunca o indígena trabalhará, e se, obrigado, o fizer para os outros, maior será o horror que tomará ao trabalho.*

*O indígena é um ser pensante e não um puro animal. Sabe ver, pensar e discorrer.*

*Se lhe mostrarem vantagem no trabalho, ele trabalhará. Porque é que a escola de Díli é frequentada por mais de 200 alunos? Porque os rapazes veem a possibilidade de ganhar a vida com um diploma de instrução primária. No dia em que vejam ser isso de todo inútil, não vão à escola.*

*São lógicos. Ninguém trabalha sem nisso ver vantagens.*

*Suponhamos que o governo de Timor, em vez de mandar ensinar a estes indígenas subtilezas gramaticais e outras coisas concomitantes, lhes manda ensinar, a par de alguma coisa de português e história pátria, uma arte ou ofício, o modo de cultivar a terra e criar animais, o processo de apurar raças ou aproveitar a riqueza do solo. Suponhamos ainda que o governo, uma vez completada a educação profissional do indígena, lhe dá um bocado de terra e o auxílio na aquisição de alfaías agrícolas, impondo-lhes, é claro, determinadas condições e acompanhando-o na exploração da sua indústria, porque o indígena, enquanto não se civilizar por completo, será sempre uma criança grande.*

*Suponhamos mais: que o governo cria necessidades a esta gente, aumentando o imposto de capitação, ensinando-os a vestirem-se e calçarem-se, despertando-lhes o amor ao conforto e à higiene, introduzindo no meio deles produtos que possam concorrer para o seu bem-estar, etc. – e digam-me, se o indígena não virá evoluindo e renunciando à vida de selvagem que leva. Parece-me que sim.*

*É certo que isto são teorias e que da teoria à prática medeia, por vezes, uma distância enorme, mas a acção do colonizador está, precisamente, em encurtar essa distância, até chegar a eliminá-la, se possível for.*

*Para tal, as escolas profissionais seriam um dos meios para eliminar essa distância.*

*E não digam que é tentar o impossível, mesmo porque ainda não se fez a experiência.*

*Entre nós é vulgar uma classe de indivíduos, sempre prontos a disparar sorrisos de incredulidade, perante qualquer tentativa, que saia um pouco fora dos moldes rotineiros.*

*São os negativistas. Os que nada fazem, Os que nada deixam fazer.*

*Cristalizados numa ideia – os super-homens estão sujeitos a estas cristalizações – nem a golpes da mais clara evidência a abandonam. Quando não têm argumentos, apelam para o futuro, que sempre lhes virá dar razão.*

*Essa gente é a mais perniciosa que eu conheço. Quem quiser fazer algo de útil, tem de a ignorar e ir para a frente.*

*Isto vem a propósito de escolas profissionais, e pode vir, também, a propósito de toda ou quase toda a engrenagem burocrática de nossa administração colonial.*

*Quem será o homem que, desprezando rotinas e aproveitando, inteligentemente, as qualidades – porque as tem – do indígena, venha revolucionar a administração de Timor?*

*Existe? Se existe, Timor dentro de alguns anos será a nossa melhor colónia...*

Timor, maio de 1924.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA:

LIMA, Maria Guiomar, Nascido para Vencer, D. José da Costa Nunes, Bispo de Macau, Patriarca das Índias, Cardeal (1880-1976) Macau, 2015.

TEIXEIRA, Manuel, Macau e sua Diocese, vol. X. Missões de Timor. Macau, 1974.

NUNES, Cardeal Costa, Textos do Cardeal Costa Nunes. Macau: Fundação Macau, 1999: Volume 1 – Estudante jornalista'. 280 p.

2º – Escritos. 245 p.; 3º – Cartas da China. 174 p.; 4º – Documentos oficiais. 293 p.; 5º – Pastorais. 272 p.; 6º – Conferências. 275 p.; 7º – Viagens. 292 p.; 8º – Crônicas; 9º – Entre Chineses e entre Malaaios; 11º – Documentação oficial; 12º – Magistério do Patriarca; 13º – Cartas aos Sacerdotes da Arquidiocese de Goa; 14º – Cartas aos Jovens Goeses; 16º – Cartas de Roma.

CARLOS, Jose. Daqui houve missionários até os confins do Mundo, ed. AO, Braga.

Porto, 19 de março de 2017

Dom Carlos Filipe Ximenes Belo

SÓCIO DA AICL (SÓCIO HONORÁRIO #1 DESDE 2015).

É A SEXTA PARTICIPAÇÃO DEPOIS DE TER ESTADO NO 4º COLÓQUIO BRAGANÇA 2005, 19º MAIA EM 2013, 24º GRACIOSA 2015, 25º MONTALEGRE 2016, 26º NA LOMBA DA MAIA 2016

[Regressar índice](#)